

SAMPAIO BRUNO

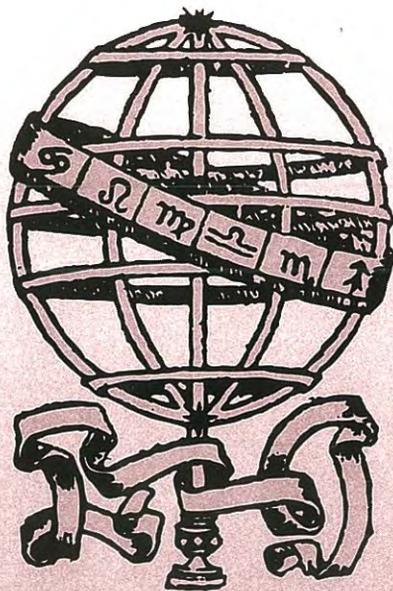
DISPERSOS

I

(1872-1879)

Prefácio, fixação do texto, notas e organização
de AFONSO ROCHA

Recolha de JOAQUIM DOMINGUES e JOSÉ CARDOSO MARQUES



COLECÇÃO PENSAMENTO PORTUGUÊS

IMPRESA NACIONAL - CASA DA MOEDA

IMPRESA
NACIONAL

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

CENTRO REGIONAL DO PORTO

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

LISBOA

2008

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Título: Dispersos

Vol. I — 1872-1879

Autor: Sampaio Bruno

Edição: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Concepção gráfica: Departamento Editorial da INCM

Tiragem: 500 exemplares

Data da impressão: Março de 2008

ISBN: 978-972-27-1584-3

Depósito legal: 268 983 /07

SAMPAIO BRUNO

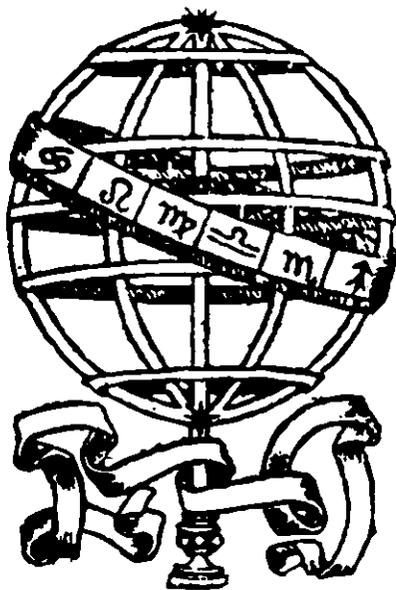
DISPERSOS

I

(1872-1879)

Prefácio, fixação do texto, notas e organização
de AFONSO ROCHA

Recolha de JOAQUIM DOMINGUES e JOSÉ CARDOSO MARQUES



COLEÇÃO PENSAMENTO PORTUGUÊS

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

IMPRESA
NACIONAL

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

ÍNDICE

Palavra de agradecimento	11
<i>Prefácio,</i> por AFONSO ROCHA	13

DISPERSOS (1872-1879)

Sotaina — Carta aos católicos do Congresso, do <i>Bem Público</i> , da <i>Nação</i> e quejandos	29
As páginas da história	32
O <i>Diário da Tarde</i> e os irreligiosos	56
O dia 9 de Julho	59
O <i>Diário da Tarde</i> e a reacção	61
Galeria — (Aos reaccionários de Portugal):	
I — Tavannes	63
II — Torquemada	65
III — Carlos IX	68
IV — Jacques Clément	70
V — Ravailac	73
VI — César Bórgia	76
Veillot e os democratas	79
O <i>Bem Público</i> , a <i>Palavra</i> e a Galeria	84
A <i>Palavra</i> e a história	87
Ainda a <i>Palavra</i> e a história	90
O padre	104

Alçada do Porto	106
Galeria:	
II — Giordano Bruno	109
III — Huss	111
IV — Coligny	112
Moral dos Jesuítas	116
Ao Antínoo da <i>Palavra</i>	121
Ao padre... ..	124
Vila Nova de Gaia	129
Escritores católicos	132
A conspiração, o governo e a liberdade	134
D. Carlos e Henrique V	137
A Associação 1.º de Dezembro	140
Católicos e comunistas — (Paralelo)	142
A maçonaria e os ultramontanos	144
Um anjo — Página solta da minha carteira	147
Recordações.....	149
As memórias de Sansão.....	151
Anúncios e tabuletas.....	153
Viva a liberdade!.....	154
Crítica.....	157
Loucura e génio	161
A república partenopeia	164
Biografias:	
I — Pedro 1.º da Rússia	182
II — A Brinvilliers.....	185
III — Elias Berthet	187
IV — Luís Büchner.....	190
V — Ponson du Terrail.....	193
VI — Pedro de Amorim Viana	196
VII — Pierre Larousse.....	199
[A monarquia e a república]	202
Os abutres de sotaina.....	205
A liberdade	209
Retratos:	
I — A bela Ferronière	212
II — Clemência Robert.....	214
III — Inocência III	216
Correspondência	218
Dedicatória — (Dum livro inédito) [excerto]	219
Os bancos e novas companhias.....	221

As prisões	227
Da guerra	232
A vida popular	242
O trabalho	246
A revolução	251
A instrução e o Estado	254
A ideia de hoje	258
A hereditariedade real	262
A Espanha livre.....	267
O pariato.....	271
A revolução do futuro.....	276
O dilema da miséria.....	281
As reformas militares.....	286
Bibliografia — <i>Memórias de M.^{me} Lafarge</i> — Tradução de Pedro de Amorim Viana	293
Crítica filosófica — Nós	326
A ideia comunista.....	329
A metafísica — (A alguém).....	331
<i>O Bispo</i> — Por Guilherme Braga	334
<i>Da Reorganização Social</i> — Por João Bonança	338
Os transcendentalismos	343
Revista estrangeira	360
O Dr. Büchner	362
Progressistas!.....	372
Aos governantes	374
Cenas carnavalescas.....	376
As proesas do actual ministério	378
Fomento agrícola	381
[Prólogo]	383
A propósito do positivismo — (Relance)	388
Análise crítico-literária:	
<i>Os Regimentos da Inquisição em Portugal</i> por Dr. Pereira Caldas — <i>Alexandre Herculano e Michelet</i> poemets por Jayme Victor — <i>Costumes Madrilenos</i> por Dr. Magalhães Lima	437
<i>Penumbra</i> s, por Sampaio e Castro com uma carta-prólogo, por Cunha Viana — <i>Rumores Vulcânicos</i> , por Teixeira Basto — <i>O Porto por Fora e por Dentro</i> , por Alberto Pimentel — <i>O Tesouro do Trovador</i> , por João Diniz com um prefácio de Simões Dias	440

<i>Impressão</i> , poesias, por Luís António Gonçalves de Freitas — <i>O Pecado</i> , <i>História de um Filósofo</i> , romances, por J. Simões Dias — <i>D. João II</i> , <i>Romance Histórico do Século XV</i> por Soares Romeu Júnior	453
<i>História Universal</i> , por Teófilo Braga — <i>Páginas Humorísticas</i> , versão de Alphonse Karr por Thomé das Chagas — <i>Comédia de Lisboa</i> , por Gervásio Lobato, com um pró- logo de Pinheiro Chagas — <i>Guia Histórico do Buçaco</i> , por Augusto Mendes Simões de Castro — <i>Sombras</i> , por Clorinda de Macedo, com um preâmbulo de Gomes Leal	462
<i>Poema da Alma</i> , Leite de Vasconcelos — <i>Fototipias do Minho</i> , José Augusto Vieira — <i>Portugal Pitoresco</i> , A. M. Simões de Castro — <i>Ruínas da Citânia</i> , memória histórica, Si- mão Rodrigues Ferreira — <i>A Religião mais Sublime e Positiva</i> , Caldeira Kingwe — <i>A Questão do Banco Ultra- marino</i> , Magalhães Lima — <i>Colóquios Aldeões</i> , Cormenin, tradução do Visconde de Castilho — <i>Margarida</i> , Júlio Lourenço Pinto — <i>Espanha Moderna</i> , J. Simões Dias — <i>A Morte de Satã</i> , Angelina Vidal (R. A.) — <i>Cancioneiro Alegre</i> , comentado por C. Castelo Branco — <i>Atala</i> , Visconde de Chateaubriand, tradução de Guilherme Braga, com uma biografia do mesmo por Pedro de Lima — <i>História Universal</i> (III e IV fascs.), Teófilo Bra- ga — <i>O Último Cavaleiro</i> , A. M. da Cunha e Sá	493
Advertência	521
Porto — Junho — 1879	526
Crónica do interior	531
Enquanto o pano não sobe	542

TRADUÇÕES

O Conde de Tolosa — I — Regresso da Terra Santa	549
---	-----

*

Apêndice	555
----------------	-----

Palavra de agradecimento

Ao Sr. João Pedro Pinto de Sousa, ao jornal *A Aurora do Lima* — Sr. Dr. Bernardo Barbosa —, à Biblioteca Municipal de Barcelos, à Biblioteca Municipal da Maia, à Biblioteca Municipal de Penafiel, à Fundação Guerra Junqueiro e, sobretudo, à Biblioteca Pública Municipal do Porto, o nosso reconhecimento pela colaboração dada para o presente volume dos *Dispersos* de Sampaio (Bruno).

PREFÁCIO

Em boa hora o Centro Regional do Porto da Universidade Católica e a Imprensa Nacional-Casa da Moeda (INCM) decidiram editar os dispersos de Sampaio (Bruno), desde há cerca de 125/135 anos sepultados na memória dos periódicos.

Bem haja à Universidade Católica do Porto e à INCM, porque, para além de contribuírem de forma significativa para o enriquecimento do programa comemorativo dos 150 anos do nascimento de Sampaio (Bruno), a sua iniciativa ficará como um contributo fundamental, quer para um melhor conhecimento do pensamento e da acção de uma das mais emblemáticas figuras do Porto, quer para um melhor conhecimento da história, do pensamento e da cultura do País.

O volume I dos Dispersos de Sampaio (Bruno), que agora sai a público, compreende os artigos publicados em periódicos da década de 1870, mais precisamente entre 1872 e 1879, quando Bruno tinha entre 14 e 21 anos. Bruno nasceu na cidade do Porto a 30 de Novembro de 1857 e morreu nesta mesma cidade a 11 de Novembro de 1915.

Este volume engloba 212 artigos, na sua maioria integrados em séries ou secções e distribuídos pelos seguintes periódicos: 1872, 99 (Diário da Tarde, 90; O Laço-Branco, 9, dos quais 3 sob a forma de tradução); 1873, 35 (Diário da Tarde, 8; A Harpa, 5; A Aurora do Lima, 12; O Vampiro, 9; República Portuguesa, 1); 1874, 34 (A Harpa, 7; A Aurora do Lima, 6; Club, 13; Revista de Portugal e Brasil, 5; A Tribuna, 3); 1875, 11 (O Porto); 1877, 1 (A Luz); 1878, 22 (Herculano, 3; Staphil do Norte, 5; Museu Ilustrado, 14);

1879, 10 (O Democrata, 2; Museu Ilustrado, 6; Gazeta do Realismo, 2).

Dos 212 artigos ou dispersos mencionados, até à presente edição, apenas era conhecida a existência de 154 (151, através do Sr. José Pereira Sampaio, sobrinho de Bruno, e 3, através do Sr. Prof. Doutor Manuel Gonçalves Gama). A existência dos restantes 58 passa agora a ser conhecida, graças aos esforços da equipa responsável pela presente edição dos Dispersos de Sampaio (Bruno), nomeadamente os Srs. José Cardoso Marques e Dr. Joaquim Domingues, particularmente responsáveis pelas tarefas de pesquisa e de recolha.

No entanto, longe de se considerar que a totalidade dos dispersos publicados por Sampaio (Bruno) entre 1872 e 1879 passa doravante a estar disponível no actual volume 1, lamentamos ter de reconhecer que, com a presente edição, tal objectivo ainda não fica cumprido, já que, apesar dos esforços feitos, continua a ser desconhecido o paradeiro dos jornais onde terão sido publicados pelo menos 24 artigos (Diário da Tarde, 3; Aurora do Cávado, 19; Almanach Ocidental, 1; O Combate, 1).

Mas, para além disso, também será de ter em atenção que este volume nem sequer engloba a totalidade dos dispersos do período de 1872-1879 já identificados e encontrados.

É que, por razões de evidenciação de um novo género literário cultivado por Sampaio (Bruno), até ao momento desconhecido do comum dos leitores, foi entendido como conveniente proceder à publicação da série «Os três frades» (1872-1873) de forma própria e autónoma.

Na verdade, estamos convencidos de que, com tal publicação, de resto complementada e/ou enriquecida com os quatro contos compreendidos pelos dispersos das séries «Os três enforcados» (1872), «Mistérios de um crime» (1874), «Os visionários» (1875) e «Romanticismo» (1879), «Os três frades» não só passarão a constituir mais uma importante expressão no conjunto da obra de Bruno, como consubstanciarão mais uma significativa afirmação do género romanesco e/ou novelesco do século XIX português.

Porém, no âmbito do presente prefácio, em relação aos dispersos que integram o presente volume, mais do que tecer considerações de natureza geral e/ou de ordem informativo-quantitativa, interessará sobretudo avaliar a sua importância e especificidade, considerando para o efeito principalmente a sua natureza, os seus objectivos e o seu conteúdo (e sem perder de vista completamente os dispersos das séries

«Os três frades», «Os três enforcados», «Mistérios de um crime», «Os visionários» e «Romanticismo», publicados autonomamente).

Nesse sentido, sem grande perigo de se errar, pensamos que desde já será de declarar que os dispersos do volume I revestem uma importância verdadeiramente de excepção, quer pelo que respeita ao conhecimento e ao estudo da história do País (sobretudo no aspecto político, económico-social e religioso, com relevância especial para a segunda metade do século XIX e para as duas primeiras décadas do século XX), quer pelo que respeita ao conhecimento e ao estudo do pensamento e da cultura portuguesas (mormente da segunda metade do século XIX e das duas primeiras décadas do século XX), quer ainda, e de forma especial, pelo que respeita ao conhecimento e ao estudo da história e/ou da evolução da obra e do pensamento do próprio Bruno.

É que, por estes dispersos, perpassa, com verdadeiro vigor e com manifesta acutilância, todo o dinamismo de mudança e/ou de revolução que na segunda metade do século XIX fustigou o País, através do qual é confrontado com o imperativo da opção entre tradição e progresso, entre pensamento antigo e pensamento moderno, entre antigo regime e igualdade/democracia, entre monarquia e república, entre catolicismo intolerante e inquisitorial e religião do espírito e da consciência.

Por um lado, os dispersos do volume I são a expressão apodíctica e militante da abjuração da sociedade do antigo regime, do regime monárquico, do miguelismo absolutista com a intolerância e a força, do fontismo regenerador, do catolicismo romano (intolerante e inquisitorial, passadista e opressor, autoritário e dogmático, escolástico e jesuítico, aliado do poder político e da riqueza), da intolerância e da matança de São Bartolomeu, da Inquisição e dos seus grandes torcionários (Tavannes, Torquemada, Carlos IX, Jacques Clément, Ravaiillac, César Bórgia), da confusão de cristianismo e catolicismo, da identificação de catolicismo e religião, do capitalismo selvagem e/ou da desumanidade de condições de vida de que ele é portador (na família, na habitação, no trabalho, nas prisões...), do comunismo sem progresso e sem liberdade, do positivismo (de Comte, Teixeira Bastos ou Teófilo Braga), do materialismo (de Büchner, Haeckel ou Darwin), do racionalismo (de Amorim Viana) e do idealismo puro (de Berkeley ou de Hegel)...

Por outro lado, os dispersos do volume I são a expressão inequívoca e empenhada duma posição de identificação com a revolução liberal e com o constitucionalismo, com a revolução francesa e com a maçonaria (enquanto expressão da tolerância e do progresso), com a perspectiva

socialista da economia (assente na justiça social e na dignidade do trabalho), com a democracia da República (como regime do povo e pelo povo), com a religião do espírito e da consciência (baseada meramente em Cristo e em Deus), com a revolução decorrente da instrução e/ou da transformação cultural, com o progresso na história (científico, filosófico, moral, político ou sócio-económico) e com os seus grandes representantes (Pedro I da Rússia, Elias Berthet, Luís Büchner, Pedro de Amorim Viana, Pierre Larousse...), com a filosofia metafísica e/ou de dimensão transpositiva.

É que, nestes dispersos, Sampaio (Bruno) faz transcorrer uma posição eminentemente crítica, quer quanto à criação estético-literária nacional, do seu tempo ou mesmo de toda a primeira metade do século XIX (Garrett, Herculano, Arnaldo Gama, Camilo, Júlio Dinis, Eça...), quer quanto às grandes correntes do pensamento filosófico, do seu tempo e anterior, nacional e estrangeiro, nomeadamente da escolástica, do positivismo e do idealismo.

Por um lado, na secção «Análise crítico-literária», seja através da análise que, em nome de «A Redacção» do Museu Ilustrado (1878-1879), efectua às obras que os autores enviam à revista (Teixeira Bastos, Alberto Pimentel, Joaquim d'Araújo, Sá Noronha, Guilherme Braga, Teófilo Braga, Pinheiro Chagas, Florinda Máxima de Macedo, Leite de Vasconcelos...), seja através das considerações que expende no decurso dessa análise em relação a alguns dos grandes autores do seu tempo ou de tempos imediatamente anteriores (Herculano, Camilo, Arnaldo Gama, Feliciano de Castilho, João de Deus, Antero, Júlio Dinis, Eça, Guerra Junqueiro...), Sampaio (Bruno) será inequívoco quanto ao questionamento da concepção realista da estética, nomeadamente no campo literário.

Por outro lado, analisando, em termos eminentemente crítico-constitutivos, no Museu Ilustrado (1878-1879) e mesmo em escritos já bastante anteriores (A Tribuna, 1874; O Porto, 1875), as concepções do Conhecimento consubstanciadas pela metafísica tradicional (escolástica e idealismo) e pelo positivismo (de Augusto Comte, de Teixeira Bastos ou de Teófilo), Sampaio (Bruno) revelar-se-á particularmente competente e soberano na contraproposta que formula face a tais concepções: questionando frontalmente a escolástica e o idealismo puro (de Berkeley e de Hegel) pelo distanciamento da realidade e/ou pelo seu refúgio no a priori, Bruno, não sem ter em consideração o pensamento de É. Vacherot e de É. Hartmann, confrontará tais concepções com a indispensabilidade da sua ligação à realidade externa; questionando o positivismo (sobretudo de

Comte, de Teixeira Bastos e de Teófilo) pela sua posição absolutizadora no que concerne à afirmação do «estado positivo» do Conhecimento, Bruno confrontá-lo-á com a intrinsecidade da dimensão metafísica e teológica de todo o Conhecimento, graças ao facto de o Conhecimento se reger pela lei da «simultaneidade», e não pela lei da «sucessibilidade».

É que os dispersos deste volume 1, que com particular frequência estão na base de algumas das principais obras de Sampaio (Bruno), acabam por constituir um elemento de importância única, não só para se estabelecer a génese e/ou história do texto de tais obras, mas também para se detectar a linha de evolução que o seu pensamento seguiu no tocante a certos aspectos.

Em relação a tais obras, haverá que ter em conta sobretudo A Geração Nova (1886), O Brasil Mental (1898) e A Ideia de Deus (1902).

Por sua vez, no tocante aos aspectos de pensamento cuja linha de evolução se pretenda caracterizar através da comparação do texto das referidas obras com o dos dispersos, será de ter em conta sobretudo a concepção da estética, do conhecimento, da metafísica e da religião.

Assim, se se proceder à análise intertextual das obras mencionadas e do texto dos dispersos do volume 1, nomeadamente quanto às concepções da estética, do conhecimento, da metafísica e da religião, será sem dificuldade que se consegue extrair duas grandes constatações e/ou conclusões: uma, que afirma a existência duma linha de continuidade entre o texto e/ou o pensamento dos dispersos e o das obras mencionadas; outra, que afirma a existência de um salto ou descontinuidade entre o texto e/ou o pensamento dos dispersos e o das obras da maturidade mencionadas.

Isto é, no âmbito da estética, do conhecimento, da metafísica e da religião, entre os textos escritos por Sampaio (Bruno) entre os 14 e os 21 anos e as grandes obras da sua maturidade filosófica mencionadas, tanto será possível assistir a uma linha de continuidade no que se refere a determinadas perspectivas concepcionais de fundo, graças ao que se poderá constatar que ele, na maturidade, não se dispensa de transcrever os textos e/ou o pensamento da adolescência/juventude (colocando-os entre aspas como citação de si mesmo), como, ao mesmo tempo, nos mesmos domínios filosóficos, será possível assistir a uma linha de descontinuidade ou de ruptura, graças à qual se poderá constatar que, entre a adolescência/juventude e a maturidade, se deu no seu pensamento um processo de desenvolvimento ou de evolução quanto a determinadas perspectivas ou concepções filosóficas (sobretudo no âmbito da concepção gnóstica da filosofia e da religião, que terá conhecido e adoptado entretanto).

Deste modo, no que se refere à concepção metafísica da estética, assistir-se-á a que Sampaio (Bruno) faz transitar textos (sobretudo a nível da concepção) do Museu Ilustrado (secção «Análise crítico-literária») para A Geração Nova; no que se refere à concepção objectivo-subjectiva do Conhecimento, assistir-se-á a que Bruno faz transitar textos de A Tribuna (1874), de O Porto (1875) e sobretudo do Museu Ilustrado (1878-1879) para O Brasil Mental e para A Ideia de Deus; no que se refere à concepção da metafísica segundo pressupostos de positividade, assistir-se-á a que Bruno faz transitar textos de A Tribuna (1874), de O Porto (1875) e do Museu Ilustrado (1878) sobretudo para A Ideia de Deus; no que se refere à religião, assistir-se-á a que Bruno continua nas obras da maturidade a afirmar a dimensão religiosa do homem (ainda que agora segundo uma perspectiva não católica), tal como o fizera nos dispersos dos 14-21 anos.

Mas, ao mesmo tempo, as três grandes obras mencionadas, não obstante a sua inquestionável afinidade com os dispersos da adolescência/juventude no que concerne a determinados aspectos fundamentais da concepção filosófica, também não deixam de acusar uma inequívoca descontinuidade e/ou ruptura e/ou desenvolvimento e/ou evolução comparativamente com as concepções da adolescência/juventude, nomeadamente no que se refere à sua reinterpretação segundo a perspectiva gnóstica: A Geração Nova conceberá a estética/arte segundo uma perspectiva revelado-inspirada (desenvolvida posteriormente nas Notas do Exílio, de 1893, e n' O Brasil Mental, de 1898); O Brasil Mental e A Ideia de Deus conceberão o Conhecimento segundo uma perspectiva revelado-salvífica (o Conhecimento como uma gnosiologia metafísico-salvífica); A Ideia de Deus conceberá a metafísica segundo uma perspectiva místico-religiosa (como uma «metafísica mística», como uma filosofia religiosa); O Brasil Mental e A Ideia de Deus conceberão a religião segundo uma perspectiva metafísico-racional (como uma «metafísica mística», como uma religião esotérica, como «Religião da Razão»).

Contudo, aqui chegados, e apesar do já afirmado até ao momento, pensamos que ainda não será de dar por terminado este prefácio. A nosso ver, impor-se-á que antes se proceda à consideração de dois aspectos fundamentais para a leitura e/ou para a interpretação dos dispersos do volume I, sem os quais os mesmos dispersos não deixam de configurar uma certa estranheza e mesmo incompreensão.

São eles, por um lado, o tempo histórico a que estes dispersos dizem respeito, e, por outro, a forma como o Bruno dos 14-21 anos esteve e/ou viveu esse tempo.

Verdadeira chave da interpretação destes dispersos, estamos certos de que o leitor comum, sem a consideração desta dupla ordem de factores, não conseguirá evitar um sentimento de certo desconforto e/ou estranheza, já que os dispersos do volume I, quer pelo tipo de problemas que tratam, quer pelo grau de consciência e de empenhamento que demonstram, em termos normais, apelam para um autor não só com mais de 14, 15, 16... 21 anos, mas também com outro tipo de ascendência e educação...

Assim, na nossa leitura dos homens e dos acontecimentos, só a consideração e/ou a caracterização do tempo histórico do Bruno de 14-21 anos e da forma como esse Bruno esteve nesse tempo poderá contribuir, e pensamos que apenas em certa medida, quer para explicar e/ou justificar a natureza, o conteúdo e a motivação dos dispersos do volume I, quer para compreender como se terá tornado possível que o seu autor (Bruno), com apenas 14, 15, 16... e mesmo 21 anos, fosse possuído por uma tal consciência e por um tal empenhamento acerca do País e do mundo (no domínio do económico e do social, do ideológico e do político, do filosófico e do religioso), quer para compreender como se terá tornado possível que o seu autor, naquela idade, fosse capaz de englobar nos seus escritos um tal âmbito e profundidade de conhecimento (quanto a autores e obras, ramos de saber e áreas de actividade, no âmbito da história e da política, da filosofia e da religião, da arte e da moral), quer para compreender como se terá tornado possível que o seu autor, naquela idade, fosse capaz de elaborar um pensamento filosófico tão inovador e tão perene (nomeadamente no domínio da estética, do conhecimento e da metafísica), quer, finalmente, para compreender como se terá tornado possível que o seu autor, naquela idade, fosse capaz de escrever com um tão elevado domínio da língua portuguesa (linguagem/vocabulário rico e rigoroso, frase bem estruturada, diálogo simples e natural, discurso lógico e bem argumentado, estilo fluente e preciso), nomeadamente na série «Os três frades».

Mas, ao mesmo tempo, quer para a evidenciação do contexto histórico em que Sampaio (Bruno) nasceu, cresceu e escreveu, quer para a evidenciação da forma como Bruno esteve e/ou viveu esse contexto, nós pensamos que outra via não haverá mais adequada do que a de recorrer às referências que, a tal respeito, o próprio Bruno consagra em algumas das suas obras da maturidade.

Assim sendo, nós não só não hesitámos em adoptar as ditas referências de Sampaio (Bruno), como não hesitámos em considerar que, fazendo-o, os seus dispersos dos 14-21 anos ganhavam consistência e/ou inteligibilidade, uma vez que as aludidas referências como que emprestam fundamento e/ou explicação, quer para as temáticas neles consagradas, quer para o problema de Bruno, apesar de tão jovem, poder ser seu autor.

Com efeito, consideradas algumas obras da maturidade de Sampaio (Bruno), nas quais ele fala quer da sua infância/adolescência/juventude, quer dos grandes acontecimentos e/ou factores que historicamente ocorreram em Portugal, na Europa e no mundo durante a segunda metade do século XIX, e durante o período da sua infância/adolescência/juventude, nós não só nos sentimos aptos a concluir que, para Bruno, esses acontecimentos e/ou factores, de âmbito internacional e nacional, científico e político, económico-social e cultural, religioso e educacional, terão sido fundamentalmente o progresso histórico mundial, a actuação da Igreja de Roma, a Comuna de Paris, as Conferências Democráticas do Casino, o republicanismo e o contexto familiar e escolar, como nos sentimos aptos a concluir que Bruno terá estado nesses acontecimentos e/ou factores como um autêntico contemporâneo e como um verdadeiro participante. Vejamos.

Sampaio (Bruno), na Carta Íntima (A Ideia de Deus) (1902), não se dispensará de anotar que, quando era criança, adolescente e jovem, uma onda de progresso varrerá o mundo.

Bruno falará então de tal progresso como de uma autêntica revolução, ou seja, de um progresso que tanto se repercutira a nível da ciência e da reivindicação da liberdade em geral e da liberdade de consciência em particular, como no âmbito da reivindicação da independência política dos povos, da substituição da monarquia pelo regime republicano e da concepção socialista-marxista da economia e da sociedade.

Atentemos nos termos sob que Sampaio (Bruno) fala de tal onda de progresso: «A rainha de Espanha fora expulsa de seu solo por um dos mais belos ímpetos revolucionários do século e a eloquência tribunicia de Emílio Castelar, propugnando pela liberdade de consciência contra o cônego Manterola, arrebatava as almas num generoso entusiasmo. Nossas fantasias ardiam em sobressalto quando, fechando os olhos, enxergávamos, nos longes da visão subjectiva, o perpassar das camisolas roxas dos voluntários de Garibaldi, à conquista dessa mesma liberdade de consciência negada e escondida. Pela libertação de negros escravizados ouví-

ramos que caíra sobre o rebordo dum camarote de teatro o presidente Lincoln, varado pela pistola dum assassino fanático. Na esplanada de Queretaro um pelotão de republicanos soubéramos que fuzilara um arquiduque que tentou assentar seu trono sobre as ruínas que projectava da república deles. Uma rajada de alucinado heroísmo percorria o mundo; e de Hauteville-House chegavam, nas alanceantes crises da consciência colectiva, as palavras, de conforto e estímulo, que autorizava e fazia comunicativas uma transcendência de lirismo tal como nunca na memória da humana linguagem.»

Essa onda de progresso não constituirá um fenómeno a que Sampaio (Bruno) seja alheio ou que viva vagamente. Bem pelo contrário. Atentemos também nos termos sob que Bruno fala da forma como ele e certa «juventude do Porto» haviam vivido esse contexto de progresso mundial: «Todos os desse tempo vibraram em Portugal; e a juventude do Porto não foi rebelde nem escassa. Por um, todos [...]. Quando os homens se inquietavam, não para espanto seria que as crianças se alvorçassem. A época era de gestação de prodígios, desde os prodígios materiais, como a abertura do canal de Suez por Lesseps, até os prodígios morais, como o advento do socialismo cosmopolita e solidário, graças à constituição da Associação Internacional dos Trabalhadores, por Karl Marx. No meu cantinho de colegial moroso, pois que ainda estivesse verde para meditar, contentava-me com sonhar, o sonho sublime da paz e da liberdade, que, não raro, se tornava espesso e áspero, por se volver no pesadelo do ódio contra os déspotas. Um garotito de doze anos no que congeminava! É incrível hoje; porém assim éramos quase todos ontem.»

Sampaio (Bruno), na Análise da Crença Cristã (1874) e n' A Questão Religiosa (1907), não se dispensará de anotar que, quando ainda era uma criança/adolescente, a Igreja de Roma (catolicismo), sob o pontificado de Pio IX, fornecera a Portugal, à Europa e ao mundo de então o espectáculo de dois acontecimentos particularmente significativos: a definição dogmática da infalibilidade do papa (1870) e a publicação do Syllabus (1864).

Por sua vez, nas mesmas obras, Sampaio (Bruno) demonstrará que seguirá com atenção a ocorrência de tais acontecimentos, dando mesmo mostras de os ter vivido com autêntica rebeldia.

Logo, na juventude, a Análise da Crença Cristã será o espelho disso. A crítica que, por causa dos dois acontecimentos, com 16 anos, dirige à Igreja de Roma será particularmente verrinosa e contundente.

De igual modo, mais tarde, n' A Questão Religiosa, Bruno não ficará nada atrás da posição da adolescência/juventude. Não se limitando a subsumir esses acontecimentos como duas expressões particularmente graves de intolerância e de ultramontanismo, Bruno interpretá-los-á como uma afronta e como uma condenação do pensamento moderno.

Sampaio (Bruno), n' Os Modernos Publicistas Portugueses (1906), não se dispensará de anotar que, quando era ainda um adolescente, em 1871, Portugal, a Europa e o mundo haviam sido confrontados com a ocorrência revolucionária da Comuna de Paris, acontecimento que, no seu entender, haveria de pôr o mundo de então em verdadeiro estado de choque.

Bruno fará sentir que, mais do que a proclamação revolucionária do fim da monarquia e da implantação da república, a Comuna de Paris constituirá, por um lado, o enterro solene e festivo da tradição e/ou da monarquia e/ou do mundo antigo e, por outro, a instauração convicta e entusiasta do mundo moderno, um mundo baseado na liberdade, na igualdade e na democracia, um mundo sem lugar para opressores e para oprimidos.

Rememorando, mais tarde, n' Os Modernos Publicistas Portugueses, os tempos da Comuna de Paris, Sampaio (Bruno) não só veiculará que, apesar de adolescente, vivera com intensidade e adesão tais acontecimentos revolucionários, como veiculará que tais acontecimentos haviam correspondido a algo de inexorável, a algo cujo alvo e destino era não apenas a França, mas a globalidade dos povos e das nações: por um lado, Bruno dirá com Eça que «não é somente a França que está na revolução [Comuna de Paris]: está nela a Itália, a Alemanha, a Rússia, a Espanha; está nela a Europa inteira. Nos espíritos e nas consciências da geração a que pertencemos tange um rebate universal»; por outro lado, ainda com Eça, e na mesma obra, Bruno reputará de «triste e despremiada missão a daqueles que vão ferir a grande luta do mundo novo com o mundo velho — profunda guerra de entranhas, conspiração de elementos, revolução da cosmogonia moral».

Sampaio (Bruno), n' A Geração Nova (1886), não se dispensará de anotar que, quando era ainda adolescente, em 1871, Portugal fora palco das Conferências Democráticas do Casino, acontecimento que, em seu entender, não só haveria de ter então um invulgar impacto político-cultural, como haveria de ficar para o futuro como a expressão de um projecto de mudança do País que não chegou a dar-se.

Sampaio (Bruno) não ficará de fora no tocante ao que as Conferências Democráticas do Casino pretendiam, ao que foram e/ou que significaram, e isto apesar de ser mero adolescente aquando da sua realização. Prova disso é a sua obra A Geração Nova, que Bruno virá a escrever um pouco mais tarde.

É que, quando escreve A Geração Nova (1886), Bruno não só a justifica como uma obra de balanço crítico aos resultados da actuação da Geração de 70, como a encara em termos de uma nova proposta de transformação do País, nomeadamente no campo da concepção estética ou artística: por um lado, citando Eça, Bruno interroga a Geração de 70 acerca dos resultados que se propusera atingir e que não atingira: «Na biografia do Sr. Ramalho Ortigão, escreveu o Eça de Queiroz as linhas seguintes: 'Há aqui doze anos apareceu, vinda parte de Coimbra, parte daqui, parte dacolá, uma extraordinária geração: educada já fora do catolicismo e do romantismo, ou tendo-se emancipado deles, reclamando-se exclusivamente da Revolução e para a Revolução. Que tem feito ela?'»; por outro lado, e agora por sua própria conta, Bruno não se dispensará de veicular a ideia de que é necessário que surja uma alternativa à Geração de 70 (será a Geração de 90, que ele integrará de maneira importante): «É com o intuito de responder a esta pergunta [à pergunta de Eça] que, na medida de nossas apoucadas forças, ousamos fazer correr público este modesto volume [...]. // No fim, esses dissidentes são a geração nova. Que tem ela feito? // Vai sendo tempo de proceder a uma recapitulação de trabalhos [...].».

Sampaio (Bruno), n'Os Modernos Publicistas Portugueses, não se dispensará de anotar que, quando a sua idade estava entre os 13 e os 20 anos, Portugal fora assolado e interpelado, quer pelas ideias socialistas e/ou pelo socialismo, quer pelas ideias republicanas e/ou pelo republicanismo.

De facto, a tal ponto as coisas se passaram assim, que, por 1875, será fundado o Partido Socialista de Portugal, como, por 1876, será fundado o Partido Republicano Português.

Tais ideais políticos não passarão ao lado de Sampaio (Bruno). Bem pelo contrário. Bruno vivê-los-á com profundidade e intensidade. Quando, mais tarde, ele se der a rememorar o tempo político da sua juventude, será ele mesmo a dizer-nos que aderira em jovem ao Partido Republicano (1878). Então, Bruno não se limitará a afirmar n'Os Modernos Publicistas Portugueses que, por altura da candidatura de Rodrigues de Freitas a deputado republicano pelo círculo da cidade do

Porto, sem que para tal se tivesse proposto, «fora aprovado sócio do Centro eleitoral republicano democrático do Porto», mas ele acrescentará com intencionalidade que fora com convicção e entusiasmo que o fizera: «Com que alvoroço receoso, com que entusiasmo acanhado não me dirigi eu, nesse fim de tarde, para esse rés-do-chão! [em que o Centro eleitoral iria «tratar da apresentação da candidatura de Rodrigues de Freitas a deputado republicano, pelo círculo central da cidade»]. O coração moço palpitava assim.»

Sampaio (Bruno), na Carta Íntima (A Ideia de Deus) e n'O Porto Culto (1912), não se dispensará de anotar que, quando era ainda criança, adolescente e jovem, já se revelara como alguém que, sob o ponto de vista de interesses culturais, estava muito acima do comum das crianças/adolescentes/jovens do seu tempo e da sua idade. E ele fará questão de afirmar que tal superioridade cultural tanto tivera a ver com o contexto familiar, como com o contexto escolar.

Por um lado, Sampaio (Bruno) fará supor na Carta Íntima que, desde criança, no ambiente da família (nomeadamente por parte do pai, que pertencia à maçonaria e que possuía uma biblioteca ideologicamente criteriosa) dispusera de condições privilegiadas de contacto com obras e com autores que defendiam concepções e/ou posições de cariz moderno, revolucionário e anticatólico, tão intransigentes para com o Antigo Regime e a monarquia, a intolerância e a Inquisição, o ultramontanismo e o jesuitismo, como defensoras e proclamadoras da liberdade de consciência, da justiça, da igualdade, da democracia e da república. De sorte que Bruno, logo no contexto da família, logrará aceder à leitura de Os Meus Queixumes (1850), de José Paes de Sampaio (seu pai), à leitura do artigo de Guilherme Braga sobre o suplício de Giordano Bruno pela Inquisição (artigo que terá suscitado em José Pereira de Sampaio, com 14 anos, uma tal reacção que ele não só se decide a escrever de imediato um artigo — o seu primeiro artigo é escrito, sob o título de «Sotaina», no Diário da Tarde, de 8 de Abril de 1872 —, como se decide a mudar de nome, de José Pereira Sampaio para o pseudónimo de «Bruno», em homenagem ao ex-frade dominicano e em reacção contra o catolicismo/Igreja de Roma/papado), à leitura da Defesa do Racionalismo ou Análise da Fé (1866), de Amorim Viana, à leitura de Les Confessions, de Rousseau, à leitura dos Mistérios do Povo (1850), de Eugène Sue, à leitura de La Liberté de Conscience (1857), de Jules Simon, à leitura de Os Miseráveis (1862), de Vitor Hugo, à leitura de Os Quatro Sargentos da Rochela (1854), de Cle-

mência Robert, à leitura de Force et Matière, de L. Büchner, à leitura de Cours de Philosophie Positive, de A. Comte...

Por outro lado, Sampaio (Bruno) fará supor que, como criança e adolescente, no contexto escolar, quer por obra dos mestres que tivera, quer por obra do grupo de colegas em que vivera inserido, tivera condições para desenvolver e aprofundar tanto a riqueza cultural em que fora iniciado desde criança na família, como a propensão pessoal para a cultura. Será o próprio Bruno que se encarregará de aludir a tais condições, mais tarde. Tal como o fizera na Carta Íntima d'A Ideia de Deus em relação à família e/ou à leitura, Bruno, mais tarde, n'O Porto Culto, referir-se-á ao contexto escolar, enfatizando de modo especial os seus interesses culturais e os da sua geração do «Liceu»: por um lado, ele afirmará: «desde rapazelho, no colégio, que estas questões da prosa portuguesa, nos seus diferenciados matizes, me impressionavam; e mais tarde, no liceu, elas eram o frequente assunto das palestras dos intervalos de aula entre nosoutros os do tempo, no liceu»; por outro, ele revelará que «em os do Liceu», em cujo grupo vive integrado, «o talento chamava-se legião» e que «a boa [?] estrela que propiciou essa geração» a tornara numa «geração predestinada, grandemente fatal»...

Em suma, são horas de dar por terminado este prefácio, de introdução ao volume I dos Dispersos de Sampaio (Bruno). E, para o concluirmos, a par de reafirmarmos a importância de excepção que os dispersos do volume I revestem para o conhecimento e para o estudo da história do País, da cultura portuguesa e da evolução do pensamento de Bruno, nada como produzir três afirmações: em primeiro lugar, que será forçoso reconhecer que os dispersos do volume I acusam uma relação íntima com o tempo histórico de Bruno; em segundo lugar, que é possível que Bruno, graças ao tipo de relação que manteve com esse tempo histórico, e não obstante a idade e a formação que então lhe era possível possuir, tivesse podido escrever tais dispersos; em terceiro lugar, que os dispersos do volume I, em termos normais, patenteiam uma certa desproporção com a idade e com a formação dum autor com apenas 14 a 21 anos. E, por este motivo, talvez haja razões para considerar que se está em presença de alguém que pode ter sido roçado pela fimbria da genialidade...

Porto, 9 de Junho de 2007

AFONSO ROCHA

DISPERSOS

(1872-1879)

SOTAINA

CARTA AOS CATÓLICOS DO CONGRESSO, DO BEM PÚBLICO, DA NAÇÃO E QUEJANDOS

MEUS CAROS SENHORES: — Não sei se esta carta lhes chegará às mãos. VV. S.^{as} têm a devida dignidade para a não ler. Bem sei que a gente letrada há-de acusar a dignidade de VV. S.^{as}, há-de tratá-la de cobardia, de medo até. — Basta que não se ouçam os gritos dessa gente ímpia e malvada.

O auto de fé! a corda do carrasco! Que se queimem os malvados que falam de liberdade diante de nós, de nós que só conhecemos o despotismo, que falam de progresso diante de nós, de nós que só queremos as trevas, que nos falam em livros, a nós que preferimos a alva sulfurada, a nós que trocámos um teatro por um auto de fé, um Gutenberg por um Loiola, um Descartes por um Inquisidor Geral; nós que excomungámos Lutero, que queimámos os liberais, que encarcerámos Galileu, que enforcámos os constitucionais, que assassinámos Henrique IV, que exaltámos Ravailac...

— A maldição pese sobre vós, dizem os liberais (não os ouçam VV. S.^{as}), sobre vós hipócritas que falais em Jesus, quando os vossos lábios não ousam repetir o nome que vos brota do coração — Satanás; — que, semelhante ao crocodilo, chorais para esmagar a vítima, sobre vós que amimais quando não vos é possível rasgar, vós que à sombra de Deus, escárnio supremo, suprema afronta cuspidas à face da divindade, ergueis a Inquisição, vós que fazeis gritar na sua desesperação à Galileu, — *E pur si muove* —, vós que não vos pejais de vir receber a rosto descoberto o sangue que tirastes das veias de Filipe III, que amaldiçoais Copérnico, que

zombais de Colombo, que atirais com o sangue das vítimas à gargalhada estúpida do embrutecido povo dos autos de fé.

Oh Pontificado! que delírios, que insónias, que remorsos (não, remorsos não, que vós não tendes remorsos) te tem feito passar a história.

Amarga verdade: cala-te...

Mas a história, que é o eco da verdade, solta um grito de indignação e prossegue...

— E VV. S.^{as} inquirirão com o sorriso alvar do medo: E os vossos crimes? E a Revolução? E Robespierre?...

Então dos lábios trementes de cólera dos verdadeiros liberais e cristãos sairão estas palavras, que ecoarão nas salas do Vaticano:

«Falais de Robespierre, olhais com horror para Marat, repugna-vos Danton?... e amais Ravailac, e estremeceis o rei de Nápoles, e delirais com Jacques Clément?...

Callot-d'Herbois mete-vos pânico, sorris para Filipe II? Julgais um monstro Herbert... quereis Sixto V? Julgais a França perdida por esses monstros, e entregais a Filipe II Portugal? Chorais Luís XVI e perdeis D. Sebastião?

Como! a guilhotina é um instrumento de morte; o auto de fé ser-lhe-á preferível? vedes a carreta, o sambenito precederá a vida?

Ah! coração de pombas, chorai, chorai de João III, chorai de D. Miguel, chorai de Francisco II, chorai de Isabel de Bourbon...

Demais nós os infames, nós que fazemos voar a Instrução de pólo a pólo, podemos cometer crimes, mas vós os santos...

E nós amaldiçoamos Robespierre, mete-nos asco Callot-d'Herbois; vós... canonizais Hildebrando... Nós votamos o véu da infâmia a Marat... Vós ergueis a par de Vicente de Paula Gregório VII...

Este papel cheirar-vos-á a petróleo; a nós cheira à resina da madeira do Santo Officio. Talvez vos faça lembrar Lincoln e a abolição da escravatura... a nós: Ricardo, coração de leão, e o sacrifício de milhares de infiéis.

Vós quereis trevas, nós queremos luz; vós quereis infâmias, nós queremos liberdades; vós quereis mistérios, embrutecimento, fanatismo, nós preferimos ciência, instrução, religião.

Oh Roma! que de crimes viram as tuas ruas, que de donzelas forçaram os teus pontífices, que de fochos incendiaram as tuas fogueiras.

Tu, que permanecias nas trevas, enquanto as outras cidades caminhavam apressadas na via do progresso, ergue-te e expulsa para todo o sempre de ti esses monstros de tiara...

E Roma há-de erguer-se, e Roma há-de esmagá-los, porque em Roma vibra a liberdade, porque essa palavra santa faz pulsar mais apressado o coração dos cidadãos romanos.

Oh liberdade, tem-te cuspidos na tua frente augusta o supremo dos escárnios, mas tu que extingues as labaredas da Inquisição, também hás-de calcar com teu luzente coturno esse réptil repugnante que te cerca e que tem por nome — reacção.

E tu, Cristo, por mais de uma vez deves ter estremecido de cólera ao ver os crimes que praticam esses monstros em teu santo nome...

Um dia, o anjo da justiça descerá terrível e fará aluir pelos alicerces essa obra erguida pelo crime insano de tantos séculos.

E então o Pontificado será precipitado ao mais profundo dos abismos, e o seu nome será três vezes maldito».

Eis o que dizem esses ímpios liberais; VV. S.^{as} nenhuma atenção lhes devem dar.

À sua eloquência responderão com um insulto, aos seus argumentos com uma censura...

Creiam-me VV. S.^{as} seu sincero admirador. *

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, n.º 166, de 8 de Abril de 1872.

AS PÁGINAS DA HISTÓRIA

Reaccionário, tu que afivelaste a humanidade ao cavalo de Brunehaut, tu que a prendeste à fogueira, tu que lhe deste por espectáculo a matança de 24 de Agosto, por leito a capa de Gregório IX, tu, ouve...

Senhor Deus, não tenhas misericórdia deles, desses monstros, não te compadeças. Fere, fere, e se a balança da tua justiça deve inclinar para algum lado, que seja para o lado do povo, porque sofre há mais tempo.

Que noite! Que noite horrível foi a idade média... Depois da aliança com Constantino, com esse que aceita e abraça o cristianismo, não por convicção, mas por política: depois da invasão dos bárbaros, a quem os pontífices de Roma oferecem uma fraca resistência para depois se darem as mãos, depois de isto tudo, a consequência inevitável havia de vir.

Remígio, Remígio, tu que sagraste Clóvis, tu que lhe deste o baptismo, não sentes ferver-te a indignação dentro do peito, quando o absolves dos seus crimes, por algumas terras que ele te dá do roubo das suas conquistas?

Não. Como haveis vós de corar, se vós não sabeis o que é vergonha?! Como haveis vós de estremecer, se vós não tendes coração?!

Clotário II... aí têm um nome venerável; pois não?

Clotário, que vê sem que lhe estremeça o coração, sem que se lhe gele o sangue, o assassinato dos netos de Brunehaut, Sigiberto

e Corbe... — Fere, algoz, sem piedade... — Senhor rei, deixa-me viver... eu sou uma criança... Piedade, senhor rei, piedade — Fere, algoz, fere... Depressa!

E a criança apresentou o pescoço, e a lâmina do punhal entrou, e o sangue veio tingir as luvas de ferro de Clotário.

E Corbe morreu também. E Meroveu ia morrer, quando vieram dizer a Clotário que o seu exército tinha aprisionado Brunehaut, a sua mortal inimiga.

E o arcebispo de Troyes segue o rei, e o rei ao cabo de três dias de tortura, manda atar a velha rainha à cauda dum feroso cavalo, que lhe esmigalha o crânio, que lhe faz voar os miolos...

E tu, Zacarias, tu que legitimas aos olhos do povo, pela cerimónia da sagração, Pepino, o usurpador? E tu Adriano, que chamas Carlos Magno, para que o conquistador te venha entregar o que roubou aos Lombardos? E tu, papa, que ordenas o morticínio dos Albigenses? E tu, Hildebrando, que pela causa fútil do direito das investiduras, fazes correr rios de sangue alemão? E tu, Gregório IX, tu que fulminas num abrir e fechar de olhos três excomunhões? E tu, Leão X, tu que fazes das indulgências um comércio? E tu, Bórgia, que prostituis tua irmã? E tu Sixto, que admities a sodomia? E tu, Inocêncio, que acendes o facho da Inquisição? E tu, Paulo, que pões uma mordança na boca do amigo do povo? E tu, Pio IV, tu que estrangulaste Caraffa, tu que decapitaste Palliano, tu que mandaste expor aquelas ensanguentadas cabeças no castelo de S. Ângelo? E tu ainda, Sixto, que mandas decapitar os padecentes à tua própria vista, tu que excomungaste o bom rei Henrique IV, tu que comparaste Jacques Clément a Judite e a Eleazar, tu que restabeleceste a Inquisição?

França, aponta-lhes, a esses santos de Roma, Ravailac, Jacques Clément, as tesouras de Ana de Montpensier, a cicatriz do duque de Guise, a corda de Montfaucon, a Liga, Madame de Maintenon e tantos outros nomes.

Tu, Itália, diz-lhes se sabem quem é Galileu, se têm conhecimento do Dante, se se lembram de Lucrecia...

Mas deixemos a França e a Itália, e vamos ao velho Portugal.

Onde aparece Roma, aparece a masmorra; onde se divisa uma tiara, brilha o clarão de uma fogueira!

Afonso, o Bolonhês... Eis o nosso quinto rei.

Sancho II, seu irmão, é deposto pelo Vaticano... E o irmão faz correr, auxiliado pelo papa, o sangue nobre do povo português.

Outro facto que vos dá honra... a expulsão dos judeus e com eles uma grande parte, senão a maior, da riqueza perdida. Muito bem, reaccionário, muito bem!

Segue-se João III, o bom rei João III...

Ergue-te, palácio de execranda memória, ergue-te para sorver como o abutre o sangue da presa.

Prende-se o homem que disse alguma palavra malsoante aos ouvidos do Inquisidor, e conduz-se ao cárcere.

Aí não existe luz, aí só se dá uma bilha de água para oito dias e um pão negro. Deita-se o preso no estrado, em cima dum enxergão apodrecido pela humidade. Resignação, mártir, resignação... A hora da justiça há-de soar, e então será sem piedade, será inflexível, o juiz.

Ao cabo de seis meses de prisão chamam o prisioneiro pela primeira vez a perguntas.

— Porque estás preso? É o primeiro quesito.

— Porque estou preso?! Pois sois vós que me prendeis, e perguntais-me porque estou preso?!

— Mas não desconfias... não pensaste ainda qual o motivo por que aqui estás?

— Não.

— Pois então vai para o cárcere outra vez até te lembrares. E a vítima cai de novo na horrível masmorra.

Se não conseguem assim o que querem, passam então às torturas.

Deus meu! dá-me forças, auxilia-me, que o horror não me deixa continuar.

Roma, tu que tivestes por filhos Fabrício e Cipião, vela o teu rosto, porque filhos como Fabrício e Cipião não podem ter por mãe a mãe de Paulo e Inocêncio.

Após Roma pagã, Roma católica. Após o anfiteatro, o auto da fé. Ela por ela.*

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, n.º 183, de 27 de Abril de 1872.

II

Esta mansão horrenda, este quarto onde tigres com forma humana bebem o sangue de milhares de desgraçados, suas vítimas, esta câmara dos tormentos, não foi edificada em nome de Confúcio, de Xiva, de Vixnu, de Cali; foi em nome de Cristo, de aquele que disse a Pedro: Mete a espada na bainha.

Inquisidor, homem cruel, tigre, hiena tonsurada, aproxima-te, vem cumprir o teu mister. Caminha...

— Carrasco, não te esqueças do funil, traz o balde da água...

E vem o balde, e vem o funil, e o paciente é ligado, e a água nauseabunda entra-lhe à força na boca.

E depois amarram-lhe os braços, passam a corda pela roldana, elevam o desgraçado, e rápido o deixam cair.

Desconjuntaram-se-te os membros, rangeram-te os ossos! ah! Mas isso que vale? Confessa, mártir, confessa um crime que não cometeste, um crime que não te passou pela mente. Denuncia teus pais, teus filhos, teus irmãos. Corre, corre, sangue puro; corre, que adubarás a terra que nos der o berço. Segismundo que estrangula o filho, Avito que incita Gondeband ao fratricídio, Cirilo que manda despedaçar Hypathia, Irene que envenena o marido e arranca os olhos ao filho, serão canonizados!

Corte devassa de Eustáquio VII, de Bonifácio, de Sérgio III, de João X, de João XI, de João XII, de Gregório V, de João XVIII, de Benedito VIII, de João XIX, de Benedito IX, de Hildebrando: treme, se Tavannes gritar «Sangrai... Sangrai». Voltaire responderá «Para o abismo, malditos, para o abismo»; se Coligny já cadáver receber entre a gargalhada da loucura o escárnio de Carlos IX, «o sangue de um inimigo cheira sempre bem»; Henrique IV, o huguenote, o excomungado, deitará por cima das muralhas de Paris, pão aos sitiados; se nas províncias espanholas, faltar lenha pela frequência do auto de fé, se João XVIII envenenar João XVII, se Benedito IX vender a Santa Sé... surgirá a onda revolucionária, sabereis quem é Danton, conhecereis a têmpera de Desmoulins, de Vergniaud, de Mirabeau, sabereis que do sulco da rua, do píncaro das montanhas, do areal das praias do Oceano, sairá um soldado, um legislador, um tribuno, um... homem honrado, Leão X.

Inquisidor, satisfez-se a tua sede de sangue? Não. Entrou no teu coração um raio de clemência? Não.

— Amarre-se o paciente a essa coluna, coloque-se diante dele uma bilha de água e um açafate de pão, e o paciente que morra à fome, com o pão e com a água defronte. Suplício de Tântalo, que Fouquier-Tinville não imaginou. Ele, o inquisidor, entaipa o paciente na parede e cobre-o a pedra e cal; ele besuntalhe os pés com gorduras e chega-lhos ao lume; ele amarra-o a um poste, e faz-lhe cair sobre os cabelos hirtos de desespero a infernal gota de água, até que louco, furioso, o padecente exale o último suspiro; ele grita a João Huss preso à fogueira: — Re-tracta-te.

Oh! maldito seja o padre! maldito o pastor! que envenena os filhos, que queima as suas ovelhas!

Guillotín julga que o seu instrumento é o que mais rápida dá a morte; as nações onde existe a pena capital tratam de fazer sofrer o menos possível ao condenado; os governos ímpios têm um prêmio aberto para aquele que descobrir o meio de matar no açougue instantaneamente a rez... ele, que se diz o vigário de Cristo na terra, acolhe o inquisidor que queima o seu semelhante a fogo lento.

Confessa, mártir, confessa um crime que não tens; que teus filhos, que teus netos vingarão o teu sangue. Sofre... grita... é o mesmo! Confessa; denuncia teus pais, teus filhos, teus irmãos. O teu livro de dor, e teu pão de lágrimas, terá digna expiação. Mártir, a tua bênção. Quando te vestirem o sambenito, quando te apresentarem a carocha, quando, enroscado pelas chamas, soltares gritos de desesperação que eles chamam blasfémias, pergunta-lhes: — qual o mais blasfemo? sou eu, que sofro mil mortes, ou tu que ministras os fachos para a minha fogueira, tu que cantas *Te Deum* pelas dragonadas a um Deus de sangue, a um Deus de crimes!?

Dantes, na velha Jerusalém, era uma feira o templo, e Cristo fez das cordas da sua toga um azorrague e expulsou os vendilhões.

O azorrague hoje é a pena do liberal; o vendilhão o Pontificado. E há quem suspire pelo auto de fé, quem suspire por Montfaucon, quem suspire pelo Satanás dos povos!...

Apontais 93... os seus horrores a vós foram devidos! o povo embrutecido por vós amava o sangue... 93 é obra vossa!

A civilização não admite represálias; se as admitisse, não vos exprimireis com a liberdade com que vos exprimis.

Bendita civilização, que até a ti, réptil, dá fruto benéfico.*

III

O resultado desta obra, o desfecho desta série ininterrompida de crimes, é o auto de fé. O auto de fé!... nome repugnante, ideia de Satanás!

Carlos, tu que armas os teus partidários para derramar o sangue espanhol, tu que nos queres dar a corda e a lenha, o ferro do garrote e as balas que fuzilaram Ney, maldito sejas! Quê? A ingratidão não é o mais horrível dos pecados? e tu és ingrato, porque aproveitando-te da liberdade, como filho desnaturado, contra tua mãe diriges as armas. Diz-me — quando reinavas tu, quando brilhava o reino do despotismo, o que fazíeis vós ao liberal que falasse a favor da ideia santa? A resposta era o garrote, era a força. Nós, a relé, a canalha, permitimos que criéis jornais, que expendais as vossas ideias, que nos insulteis.

Antítese sublime, antítese grandiosa!

Pobre Espanha! desgraçada Espanha! o mármore das ruas das tuas capitais breve o salpicará o sangue, as searas dos teus campos serão adubados com sangue, os frutos dos teus pomares serão tintos de sangue. Sempre o sangue, sempre!

«Deus, Pátria, Rei», é a divisa que melhor seria traduzida por «Jesuítas, Preconceitos, Rei».

A luva que arremessais à face do povo será erguida. E desgraçado do que desembainhar a espada contra ele, porque o Mané, Thecel, Pharés aparecerá diante do miserável, brilhante de fogo, brilhante de luz, da luz do progresso.

Oh! infamado, infamado e insensato o que quiser entravar os passos do Ahasverus da civilização. Cairá mais fundo no abismo que cavou.

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, n.º 188, de 3 de Maio de 1872.

Que vejo? estes campos talados? Que crime!

— Não é crime, viajante. Foi Carlos VII que os talou em nome do Deus... do Santo Ofício.

— Horror! E este palácio desfeito pela artilharia...

— Não é horror, viajante. Foi Carlos que o desfez em nome da pátria... dele próprio.

— Infâmia! e esta cabeça espetada num pinheiro...

— Não é infâmia, viajante. Foi Cabrera que a espetou em nome do Rei...

Abençoado o crime! abençoado o crime! Bendito o homem que faz correr o sangue dos seus compatriotas, bendito o homem que lhes quer dar um chicote e uma fogueira, um garrote e o espingardear de um fuzilamento.

Uma coisa falta talvez. É o Sixto V que o compare a Eleazar.

Maldito o liberal que eleva o povo na barca do areóstato e lhe faz ver o mundo etéreo; maldito o que nas asas do vapor lhe faz galgar as distâncias incomensuráveis, maldito o que nos fios do telégrafo faz voar as notícias num minuto do Amazonas ao Tejo, do Nilo ao Mississipi; maldito o que inunda as cidades de jorros da luz brilhante do gás!...

Oh! Homens de 89, oh guarda avançada do progresso, que fel amargo vos fazem tragar? Filhos ingratos vos cobrem de lama, a vós que exclamastes com Danton «Audácia e a França será livre», a vós que gritastes «o homem é livre», a vós que implantastes o pavilhão sagrado da liberdade por toda a parte por onde passáveis.

Volney e a sua melancolia, Rousseau e o seu Emílio, Voltaire e as suas gargalhadas terríveis, o martírio de João Huss, vivem na lembrança dos povos.

Acabou tudo, tudo, preconceitos, poder despótico, autoridade clerical. Não mais voltará, esse tempo, porque o povo francês bem se recorda do arcabuz de Carlos IX, da espada de Tavannes; porque o povo italiano ainda não esqueceu as cabeças de Caraffa e Palliano, o veneno dos Bórgia e o carpinteiro Hildebrando; porque o povo espanhol não almeja por ver outra vez a chícara que recebeu o sangue de Filipe 3.º, por encarar de novo o quadrilheiro e os Torquemadas; porque o povo português sabe que seus pais pereceram na forca, que seus filhos morreram em Almeida, que seus irmãos agonizaram debaixo do cacete de Pita Bezerra...

Maldito o padre que prefere infundir terror a infundir respeito, que não acolhe, como o mártir do Gólgota, as criancinhas, mas que recolhe as crianças para as instruir sob a prática jesuítica; que não ganha adeptos pela paz, pelo amor, pela concórdia, mas sim pelo governo do papa, que resumia a sua política nestas palavras: Pão e pão.

Povo! Chora, chora pelos que morreram, pelos que compraram para nós a liberdade com a vida, pelos que subiram ao patíbulo ou entraram no fatal quadrilátero.

E olha: quando te insultarem, quando te lançarem lama à face pura, sorri de compaixão e perdoa-lhes. Em ti próprio está a essência da tua força.

Pontificado: Queres no século XIX fazer reviver o século XV? Pois bem: a maldição de Satanás pese sobre ti...*

IV

Pobre povo! Querem-te espezinhar, querem arrojarte à fogueira, querem, novos Neros, novos Calígulas, que tenhas uma só cabeça para te deceparem dum só golpe...

Mas tais esforços serão frustrados, porque o Senhor vela por ti, porque o Senhor enxuga-te as lágrimas, porque o Senhor dá consolo às tuas mágoas.

No campo do combate, entre o fuzilar das espingardas, entre o troar da artilharia, entre o clangor dos clarins, a mão do Três vezes Santo guiar-te-á na senda das vitórias, valoroso no combate, generoso no triunfo.

Porém, homem do povo, quando ao lado de uma espada vires a tiara, quando a par do carrasco encontrares o frade, então maldiz o vil sacerdote.

E a terra abrir-se-á e devorará para todo o sempre o homem que poluiu o Templo.

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, n.º 197, de 15 de Maio de 1872.

— A minha pátria nada em sangue... já tingiu o berço onde dormiam os meus filhinhos; meu marido trocou o barrete do trabalho pelo capacete, fez do ferro da charrua uma espada. Quem sabe se já morreu no ardor dos combates? Para quê tanta guerra? Para que fim? Acaso sairá da vitória deste partido um bem grande para a nossa pátria?

— Não, mulher desgraçada. Fugiu-te o marido? Tingiu-se de sangue o berço dos teus filhinhos? E sabes para que é tanta guerra? E sabes para que são tantas lágrimas? Eu to direi, mulher; e sobre a honra te juro que te digo a verdade. Oxalá fosse mentira! Se esse partido vencer, se esse rei subir ao trono, terás como recompensa uma masmorra, como espectáculo um suplício. Ele destruirá o caminho de ferro e elevará o palácio do Santo Ofício; quebrará os fios do telégrafo e substituí-los-á por uma corda; apagará o gás, porque o clarão duma fogueira ilumina melhor... Enfim, mulher, trará a morte esse rei, trará o despotismo, trará a fogueira, trará a forca.

— E é para isso, e é para esses horrores que corre tanto sangue?!... Oh! uma esposa te amaldiçoa, Carlos; a mãe destas crianças te detesta. Filhos, queridos filhos: — Carlos, nunca, nunca o Inquisidor. Vós sois o futuro, filhos, e o futuro nunca será o passado.

Gemia o escravo no ergástulo, e brilhava o senhor no anfiteatro.

As feras que no circo despedaçavam os escravos davam entretenimento ao senhor. Mas veio o Messias, mas veio o Cristo, que gritou ao oprimido: — Liberdade; ao senhor: — Infâmia!

E os fariseus amarraram-no a um poste e gritaram: — Ei-lo. Ele aqui está! E o Homem-Deus sorriu com tristeza, dirigiu um olhar de compaixão aos céus, e murmurou: — Pai, perdoa-lhes. Eles não sabem o que fazem.

Oh Cristo! oh tu que remistes o escravo! Faz também que lhês perdoemos, bafeja a nossa alma dum raio de clemência, porque temos receio de ser juizes inflexíveis, temos receio de não pôr tréguas à justiça terrestre de tantos crimes...

Quisera chorar, quisera pedir, mas não chorei, mas não pedi. Não chorei, porque me calcaram o coração, não pedi, porque... Ah! Ah! pedir o escravo pelo senhor, pedir o plebeu pelo fidalgo?!

Nunca! Porque o senhor não o consentiria, porque o orgulho do fidalgo revoltar-se-ia.

Sangue vermelho, és abjecto; nobre, puro só o sangue azul... Ri, ri, Carlos, ri... Que merece o ente miserável que calcamos aos pés? Que merece o ente abjecto, o plebeu? Ri das lágrimas, ri da sua loucura, ri do seu desespero.

Bravo! Nero também ria assim.

E tu padre, tu que fanatizas o povo, tu, sacerdote, que afagas o pretendente, depois da obra consumada, ri também.

Sobre as ruínas fumegantes de Roma incendiada, cantava um déspota, um tigre.

Chorava então o povo. É que o povo chora, quando os déspotas riem...

Ria Calígula, chorava Cristo...

Pontífice, e tu, déspota: — Rolai, rolai para o abismo, despeñhai-vos no precipício.*

V

Padre, padre, quem és tu? Sim, quem és? És o consolador dos aflitos, és o que enxuga as lágrimas do desgraçado, és o que limpa o suor da fronte do trabalhador? Não, padre, mil vezes não; tu não és esse homem. Tu embruteces o povo, tu armas os teus ouvintes pela causa dos usurpadores, tu fanatizas a mulher no confessionário.

Quando te apresentares diante de Deus, a dar-lhe contas das tuas acções, o Senhor dir-te-á: — Aqui me tens, julgavas acaso que não me prestarias contas? entendias que as tuas acções não viriam cair na balança da justiça divina? Aqui me tens. As palavras que tu proferias dentro do Templo eram envenenadas; as lágrimas que vertias, fermentadas. Padre: porque não guiaste os filhos pela vereda recta; pastor, porque não trataste com carinho as tuas ovelhas?

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, n.º 219, de 12 de Junho de 1872.

E a justiça do Omnipotente seguirá recta, inflexível, como tu foste injusto e cruel. Padre mau e corrupto, padre vil, tu fizestes chorar o povo, e as suas lágrimas eram outras tantas nódoas de sangue que caíam sobre a tua história horrível; padre, tu prendeste os Templários a um poste e queimaste-os; padre, tu zombaste de Colombo; padre, tu fizeste o imperador alemão entrar de pés descalços na tua cidade de Veneza; padre, tu carbonizaste Huss; padre, tu fizeste Pichegru trair a sua pátria; padre, tu fizeste de Cadoudal um assassino; padre, tu tens o povo embrutecido, tremendo ao menor dos teus gestos, tu tens os aldeões fanatizados, e fizeste-los estúpidos.

Regozija-te, padre; a obra é tua, o sangue das guerras religiosas foi derramado por ti, o facho da guerra civil acendeste-lo tu.

Um dia apresentou o povo ao mártir do Gólgota uma mulher adúltera, e o filho de Maria perguntou: — Que quereis desta mulher?

— Mestre, disse o povo, é uma mulher adúltera, e Moisés na sua Lei manda que seja apedrejada.

Pois bem; aquele que tem a consciência livre de pecado, que lhe atire a primeira pedra. E, como ninguém ousasse declarar-se livre de pecado e apedrejar a infeliz, voltou-se o Homem-Deus para a adúltera e disse: — Vai, mulher. Ninguém te apedrejou, e não serei eu o que te apedreje também. Vai, mulher, e não tornes a pecar. E essa mulher não tornou a pecar.

E é deste homem, e é deste vulto grandioso que Hildebrando se diz vigário na terra, e é em nome do filho de Maria que Sixto V abençoa a Liga, e é em nome do Redentor que Inocêncio 3.^o excomunga Filipe Augusto?!

Assim como cai copiosa chuva para vir depois um dia de benéfico sol, assim como depois da tormenta vêm ao marinheiro audaz dias de bonança, assim foi a Revolução, esse facto grandioso, esse resgate da humanidade. E então mais brilhante e mais gloriosa era a derrota do «Le Vengeur» do que as proezas de Nelson.

Liberdade! Bendita, mil vezes bendita. Foi ao som do teu nome harmonioso, da tua ideia sacrossanta, que a França encheu num minuto o tesouro, o tesouro onde Necker notava a falta de 140 milhões de francos. Reaccionário, tu que zombas de toda a ideia sublime, reaccionário, tu que olhas com horror para a liberdade, com desprezo para o povo, diz-me: No teu quarto, pelas

horas mortas da noite, quando a voz da consciência fala, quando o remorso mina o coração do criminoso, não te disse ela, essa consciência: — Homem hipócrita, para que negas tu as vantagens do novo sistema, se a tua razão compreende, vê com clareza, essas vantagens? Por teu interesse, para ti só queres o mal de tantos filhos do povo? Homem egoísta, não admiras tu esses soldados de tamancos e carapuça que desciam da montanha ao campo da batalha, que trocavam os seus novilhos por uma espada, o seu arado pelas balas, eles que não diziam a seus pais, a suas esposas, a seus filhos: — Consolai-vos, que eu vou defender a causa justa da tirania —, mas antes lhes gritavam: «Valor! Vou-me bater pela liberdade, por vós todos, pelo povo enfim. Não vos trarei um rei que vos esmague com o calcanhar da bota, não vos trarei um senhor feudal que viole as vossas filhas a vossos olhos, que vos faça morrer de açoutes, se vos indignardes. Não, não vos trarei semelhante homem, semelhante rei, semelhante senhor...». E partiam; se os canhões de Condé e do conde d'Artois com a sua metralha os despedaçavam, o seu último grito era um protesto pelo povo, o seu último suspiro um grito por ele. Cala-te, consciência. És uma louca. Primeiro eu, primeiro o déspota, primeiro o pontífice, cujas façanhas te vou relatar.*

VI

Ouve, consciência, escuta: Santo Hilário obrigou o imperador Antémio a revogar o seu decreto, que permitia todas as seitas em Roma; S. Félix II recusou a comunhão aos sucessores de Acace; Agapito recusou satisfazer os pedidos do imperador Justiniano a favor dos sectários convertidos de Ario; Gregório III ameaçou o imperador Leão com uma revolta dos povos da Itália, irritou-o por diferentes cartas que lhe enviou, e fez com que a guerra assolasse a Itália. Os gregos foram derrotados em Ravena

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, n.º 220, de 13 de Junho de 1872.

a 26 de Junho de 733. Gregório obteve de Carlos Martel socorros contra os Lombardos e Leão, 741. — Zacarias fez eleger o usurpador Pepino; — atribui-se a Eugénio II a prova da água fria; — entre o papado de Benedito III e o de Leão IV é que se colocou a papisa Joana, que ocupou o pontificado dois anos e alguns meses, e que sofreu as dores supremas do parto em plena procissão, entre a igreja de S. Clemente e o Coliseu; — João VIII pediu socorro a Carlos contra os Sarracenos, e por fim pagou-lhes um tributo de 25 000 marcos de prata por ano. Morreu às mãos de seus parentes, que o esmagaram às marteladas; — Estêvão IV convocou um concílio; para aí fez conduzir o corpo desenterrado de Formose, revestiu-o das suas insígnias, e colocou-o sobre o sólio pontifício; deu-lhe um advogado, e condenou o cadáver a ser degredado; depois lhe mandou cortar três dedos e a cabeça, ordenando que em seguida o deitassem ao Tibre. Estêvão foi preso, carregado de ferros e estrangulado no cárcere; — Cristóvão expulsou do sólio pontifício Leão V e encarcerou-o; apoderou-se do poder e foi por sua vez expulso por Sérgio, que depois de o ter encerrado num mosteiro o tirou de lá para o carregar de ferros; João XII foi deposto pelo imperador Otão por causa da sua vida infame; — João XIII era de tal modo orgulhoso, que os nobres de Roma o expulsaram e fizeram fugir para Cápua; — Benedito VI excitou uma sedição por ter querido manter os direitos da Igreja e do Império; foi preso por Crescentius e estrangulado; — Bonifácio arrojou João XIV às masmorras do Castelo de S. Ângelo, e fê-lo morrer à fome e à miséria; — Benedito VIII reuniu todos os bispos e defensores da Igreja contra os Sarracenos, e mandou decepar a cabeça à rainha daquele povo; — Benedito IX foi expulso de Roma quatro vezes, por causa de sua devassidão; renunciou por fim o poder em Gregório VI; — Brunon fez guerra aos Normandos, em cuja guerra ficou prisioneiro; — Hildebrando fez correr rios de sangue generoso alemão pela causa banal do direito das investiduras, excomungou Henrique e impôs-lhe uma penitência severa; absolveu-o, para de novo o excomungar no concílio do mês de Novembro de 1078; Gregório, cercado no Castelo de S. Ângelo por Guibert, protegido de Henrique, e traído por Guiscard, retirou-se para Salerne, onde morreu; — Urbano II, num concílio convocado em Clermont excomungou o rei Filipe por causa de Bertrade, mulher do conde de Anjou que ele tinha subs-

tituído a Berta, sua esposa; —¹ — Lamberto quis impedir Rogério II de suceder a Guilherme II no governo dos ducados de Pouille e Calábria, mas viu-se por fim obrigado a investi-lo não só no governo destes ducados como também no de Nápoles; — Inocência II quis persistir no intento de Lamberto de despojar Rogério do ducado de «la Pouille»; porém este fê-lo prisioneiro e privou-o assim da sua liberdade; — Celestino III coroou Henrique VI, entregou Tusculum aos romanos que a destruíram pelos alicerces, excomungou Leopoldo, duque d'Áustria e Henrique VI, que em antes coroara. Consentiu na coroação de Frederico, filho de Henrique VI, mediante 1000 marcos de prata para ele, e outros tantos para os seus cardeais; — Inocência III pôs interdito o reino de França por causa do divórcio de Filipe Augusto com Ingeburge, fez pregar o morticínio dos Albigenses, pôs interdito o reino de Inglaterra, fulminou duas excomunhões, a Luís, filho de Filipe Augusto uma, e ao rei de França, outra; — Inocência IV teve algumas desinteligências com o imperador Frederico, desinteligências que foram abafadas pelo tratado de 31 de Março de 1244; mas este tratado depressa se quebrou, e o papa, julgando ser surpreendido pelo imperador, fugiu de Roma. Convocou e presidiu um concílio geral em Lyon, onde foi excomungado e deposto Frederico (em 1245). Em seguida pregou uma cruzada contra ele. Mas recebendo pouco depois a nova da morte de Frederico (13 de Dezembro 1250), dirigiu uma epístola aos Sicilianos, aconselhando-os á submissão à Igreja, e ordenou uma cruzada contra Conrado. Saiu de Lyon a 19 de Abril do mesmo ano, e em Perouse pregou outra nova cruzada contra Conrado; entrou em Roma em 1253; marchou contra o reino de Nápoles para dele se apoderar, foi derrotado e morreu a 7 de Dezembro de 1254.

— Horror! Horror! Silêncio, nem uma palavra mais... Só ouço as palavras abomináveis — excomunhão, morte, guerra, sangue...

¹ O castigo da excomunhão naquelas eras equivalia a uma pena de morte. Todos sabem que o excomungado era olhado como um leproso, todos fugiam dele, e o desgraçado via-se abandonado e olhado com horror por todos — Vid. artigo *Pape* no *Dictionnaire des dates, des faits, etc.* par M. A. L. d'Harmonville.

Quem fulminou o raio? Quem desembainhou a espada? Quem lançou fogo às cidades?... Reaccionário: responde... Fui eu ou foste tu? Foi Verguinaud ou foi o papa?... *

Bendito, oh Cristo, tu que nos enxugaste as lágrimas, bendito, oh filho de Maria, tu que proclamaste o escravo igual ao senhor... Porém que diferença de ti ao teu vigário na terra, que abismo entre o Nazareno e Bórgia, que precipício entre o amigo das criancinhas e Sinibaldi!

«Hurra! Hurra! avante... meus bravos, tudo ao fio da espada; hurrah, hurrah!... Que hordas são estas que levam a destruição por onde passam? quem solta gritos ferozes que me retinem no ouvido? quem me violou a esposa, as filhas? quem deitou o fogo à minha choupana? Quem? São tantos esses homens que toldam o sol, são tantos que lhe obscurecem a luz... — Gaulês, são os francos. Gaulês, são os povos bárbaros que vêm roubar-te o teu belo país — Vercingetorix! Hesus! e aquele velho que vai ao lado do chefe destes bárbaros? Quem é? — Gaulês, é um padre... é um homem que se diz pregador da religião nova dos cristãos... — É impossível, estrangeiro; mentes... Ele... um padre! Ele... cristão! Mentos, estrangeiro. Em Roma eu vi os cristãos no circo; entendes, estrangeiro? Como eles eram bons, como os seus sorrisos de tristeza nos faziam a nós, pobres escravos, chorar amargamente por eles!... Aquele... cristão! aquele que vai devastando a nossa pátria... — Por Hesus, por Vercingetorix, gaulês, te juro que aquele velho é um padre... Gaulês, vai afivelar a espada; gaulês, vai abraçar o escudo... A tua pátria está em perigo. O gaulês estremeceu e correu desarmado ao encontro dessas aves de rapina. — Parai, bárbaros, lhes gritou, esta terra é minha. Ide para o vosso solo árido... estes campos férteis são meus. Ah! se tendes coração, se tendes honra, dai-me uma espada, um escudo, um machado... Não ataqueis, covardes, homens desarmados. Por He... — Não acabou, vacilou um pouco e por fim caiu. Vomitou uma golfada de sangue e expirou. O padre tinha-lhe atravessado o peito com uma lança, depois lançou o cavalo ao ga-

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, n.º 227, de 21 de Junho de 1872.

lope e partiu, envolvido numa nuvem de pó, seguido pelos bárbaros e gritando com voz rouca, com os olhos injectados de sangue: — Segui-me, cavaleiros, cavaleiros, segui-me. Sou padre, segui-me. O vil gaulês vai ser esmagado. Isto é nosso. Hurra! Hurra!*

VII

Ouve, ouve sempre: — Reinaldo pregou uma cruzada contra Manfredo, senhor da Sicília e de «la Pouille». Os romanos revoltaram-se, e o papa fugiu para Viterbo; — Urbano IV determinou pelas suas cartas, 1263, Carlos, conde de Anjou e da Provença, a ir conquistar o reino da Sicília. Rebentou uma revolta, e o provocador de guerras fugiu para Perouse; — Clemente IV deu o reino da Sicília a Carlos, duque d'Anjou, e resolveu que a disposição de todos os bens pertenceria ao papa; — Martinho IV, em vez de cuidar só do espiritual, declarou-se abertamente pelo partido dos guelfos; excomungou o imperador Miguel Paleólogo; e ordenou uma cruzada contra Pedro III, rei de Aragão; — Bonifácio VIII proibiu aos clérigos pagar um único subsídio aos príncipes, sem a autorização do papa; teve desinteligências com Filipe, o Belo, e foi preso por Guilherme de Nogaret; — João XXII mandou queimar vivo Hugues Gérard, bispo de Cahors; promulgou uma bula contra Luís de Baviera; no seu orgulho fez cair de joelhos a seus pés o antipapa, Pierre de Corbière; — Clemente VI confirmou publicamente, a 12 de Abril, todas as censuras e passos dados por João XXII contra Luís de Baviera; fez uma liga contra este último com os príncipes do Luxemburgo; depôs Luís e confirmou a eleição de Carlos IV, novo rei dos romanos, e comprou a Joana, rainha da Sicília, a cidade de Avignon, por 80 000 florins; — Urbano VI fez pregar em Inglaterra uma cruzada contra a França; — Bene-

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, n.º 228, de 22 de Junho de 1872.

dito XIII foi eleito para suceder a Clemente VII. Cercado no castelo de Avignon pelo marechal de Boucicaut, saiu daí disfarçado a 12 de Março de 1403.

A 14 de Maio de 1408, remeteu ao rei Carlos VI uma bula muito ofensiva; à chegada do marechal Boucicaut, enviado para o prender, fugiu. No concílio de Pisa, foi deposto. Recusou abdicar, e na 37.^a sessão do concílio de Constância foi declarado contumaz, cismático, herético, e por consequência deposto e privado das suas dignidades; — João 23 recusou dar a bula da sua abdição, fugiu de Constância a 2 de Março, disfarçado em palafreineiro, e foi retido em Friburgo Brisgaw, por Frederico de Áustria, conde do Tirol. Sendo deposto e privado absolutamente do pontificado, voltou a Florença, para reconhecer Martinho V por verdadeiro papa, 13 de Maio de 1419, e morreu a 22 de Novembro do mesmo ano; Eugénio 4.^o declarou-se pelo partido dos Úrsins contra os Colonne, que fugiram, juntaram tropas e reentraram em Roma, a 23 de Abril de 1431. Eugénio obrigou-os a pedir a paz, e concedeu-lha mediante 113000 florins. Um concílio de Bade depôs Eugénio e nomeou em seu lugar Amadeu, duque de Sabóia, sob o nome de Félix 5.^o; — Sixto 4.^o equipou uma frota contra os turcos, sob o comando do cardeal Caraffa, que saqueou muitas das terras turcas e tomou Esmirna. Sixto enviou o cardeal de la Rovère a Todi, para reprimir uma sedição que se tinha ateado entre os Guelfos e os Gibelinos; tomou parte na conjuração dos Pazzi contra os Médicis; forneceu ao rei de Nápoles uma frota, com a ajuda da qual este príncipe retomou Otranto aos turcos; — Inocência 8.^o enviou tropas aos revoltosos contra Fernando, rei de Nápoles; obteve de Pedro de Aubusson, que o príncipe Zizini, irmão de Bajazet, lhe fosse entregue; excomungou o rei Fernando e depô-lo; — Alexandre 6.^o, pai de cinco filhos, cardeal, foi eleito papa a 11 de Agosto de 1492, ergueu a ducado a cidade de Benevento, a favor de João, seu filho; enviou a Luís XII, rei de França, o cardeal César, seu outro filho, encarregado da bula de dissolução do casamento do dito rei com a rainha Joana; alistou tropas para dar a César a posse de Romagne, e conseguiu o seu intento por meios dignos dele, mas indignos do chefe da Igreja; morreu a 18 de Agosto de 1502, deixando a sua memória execrada, o seu nome odiado, e a sua história salpicada de sangue, coberta de devassidões, de infâmias repugnantes, e

de crimes odiosos; — Júlio 2.º concluiu com o imperador, o rei de França e o rei de Aragão, a liga de Cambraia contra os venezianos, ratificou-a a 2 de Março de 1509, e obrigou-os à submissão, a 25 de Fevereiro do 1510.

Ligou-se em seguida com eles contra os franceses, contra os quais ele próprio dirigiu a guerra, e tomou por capitulação La Mirandole, a 21 de Janeiro de 1511. Repellido pelas armas francesas, retirou-se para Roma; excomungou o rei de França, e pôs esta nação interdita em 1512.

— E são estes homens, e são estes tigres, e são estas panteras, que nos vêm falar em Deus, em Cristo?! Blasfémia! O nome de Deus na boca deles é a palavra — honra — nos lábios do bandido; é a expressão — vergonha — na garganta da pecadora. E tu, homem reaccionário, e tu, desejas a autoridade de tais monstros, desejas a bênção a ti concedida de tais hienas, desejas os afagos de tal leproso?...

— Silêncio, homem liberal, cala-te. Aí vem Lutero, aí vem Leão X, aí vem a questão das indulgências, aí vem o dinheiro, o ouro, a prata, o arminho, o mármore do vigário de Aquele... que andava descalço, de Aquele que tinha uma coroa... de espinhos!*

VIII

Leão X (João de Médicis) foi eleito papa a 11 de Março de 1513. Uma conjuração se formou contra ele, e o papa mandou estrangular o seu chefe, Patrucci, e supliciar os cúmplices deste. Desejoso, ávido de dinheiro, não desdenha conceder perdões a todos os criminosos, assassinos, infanticidas, parricidas, libertinos, contanto que o ouro, contanto que a prata, contanto que as pedras preciosas vão cair aos jorros no seu paço, na sua câmara, nos seus cofres. Monges encarregados de vender as indulgências

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, n.º 235, de 3 de Julho de 1872.

partem para todos os países da Europa. Ouro, ouro, sempre ouro... Ah! se a Igreja já não pode dizer — não tenho ouro, nem prata; também não pode gritar ao paralítico: — «levanta-te e caminha».

Era assim! Já não existia o apóstolo, brilhava o Papa; não existia o apóstolo que ia de choupana em choupana levar consolação aos escravos, palavras puras, singelas e comoventes, que abalavam o rude coração dos pagãos, deslumbrados pelo brilho da corte dos seus deuses, aterrados pelas crueldades dos entes sobrenaturais que adoravam, indignados pela devassidão dos ministros do culto da sua religião; brilhava o Papa, o Papa que excomunga, que mata, que estrangula, que envenena, que queima os seus semelhantes. João Tetzel, enviado pelo Papa para vender as indulgências na Alemanha, cumpre à risca as ordens do Pontífice, e a Alemanha que tanto sofrera da corte mil vezes infame, mil vezes miserável, mil vezes infernal de Roma, não pôde tolerar mais este insulto à autoridade civil, mais este punhado de lama que se atirava à cara dos seus magistrados, e reagiu.

Lutero, professor de teologia na Universidade de Wurtemberg, acende o rastilho de pólvora que fez tremer a cúria. Proclama-se abertamente contra o abuso das indulgências, e o papa responde-lhe com uma condenação de suas doutrinas (9 de Dezembro de 1518). Lutero, irritado, protesta. O papa excomunga-o pelas suas bulas contra o filho de um mineiro, bulas de 15 de Junho de 1520 e 3 de Janeiro de 1521. Lutero, aceso com todas estas prepotências, no calor da discussão, nega já o princípio das indulgências e vários outros preceitos de fé.

Quem ocasionou o cisma? Foi Lutero? Não, foi o papa. Quem pôs diante do archote uma barrica de pólvora? Foi Lutero? Não, foi o papa. Ah! Leão X, Leão X. Além de mau — estúpido...

— Tens razão, liberal, tens razão... Mas as obras, mas os edifícios, mas a basílica de S. Pedro, tudo monumentos grandiosos, feitos ou concluídos por ordem do papa?

— Eu te respondo, reaccionário, eu te respondo. Falas-me em obras, falas-me em edifícios, falas-me na basílica de S. Pedro?... Ah! Ah! Mas Cristo tinha edifícios sumptuosos, mas Cristo tinha palácios, mas Cristo tinha mantos de púrpura, tinha ouro, prata, diamantes, tinha basílicas?

Os edifícios sumptuosos, foram trocados pelas cabanas onde entrava a levar conforto; os mantos de púrpura, tinham cedido o

lugar á túnica grosseira de lã, que mal lhe cobria os ombros; se tinha ouro e prata, dava o ouro, dava a prata aos pobrezinhos, que tanto amava, e, quando a sua bolsa não tinha já uma única moeda, sorria de tristeza e murmurava: «Meus filhos, não tenho mais...». Ele dava o dinheiro, que possuía, aos pobres, não o entregava aos architectos, porque não queria ouvir de um lado: — Uma esmola! que morro de fome; e responder do outro: — Não te dou esmola, gastei, gasto e gastarei, só nos meus prazeres, para mim. Para ti — nada.

Leão X, se és vigário do Crucificado na terra, porque lhe não segues os exemplos? Se tens ouro, porque o não dás aos pobres? Se tens prata, porque a não dás aos órfãos? Se tens pedras preciosas, porque as não dás aos enjeitados? De que religião és, pois, ministro? És sacerdote da religião de Júpiter, da religião de Vixnu, ou, antes, és levita da religião do Redentor?...

Silêncio. João de Médicis já nos appareceu na galeria onde estão colocados tantos papas maus como ele o foi, nessa galeria onde eles estão, vestidos da camisola infamante do forçado; presos, como ele, por um cadeado; com o ferrete da infâmia gravado na testa. Passemos a mais alguns:*

Clemente VII ligou-se contra Carlos V com os reis da França e de Inglaterra, os Venezianos e outros principais de Itália, a 22 de Maio de 1526. Recusou ao condestável de Bourbon a passagem em Roma, e esta recusa trouxe consigo o saque daquela cidade pelas tropas alemãs e espanholas, a 5 de Maio de 1527. Retirado no castelo de S. Ângelo, capitulou com condições muito duras, a 5 de Junho seguinte, e fugiu para Orvieto, a 9 de Dezembro. Por fim, ao cabo de tantos males que tinha acarretado sobre Roma, coroou o seu primeiro inimigo, Carlos V, imperador, a 24 de Fevereiro de 1530; — Paulo IV, inimigo da Espanha, perseguiu os Colonne, os Sforce etc., e ligou-se com a França, para roubar à Espanha o reino de Nápoles; mas o cardeal Polus (ministro de Inglaterra) gorou este desígnio, fazendo com que Henrique II assinasse tréguas de 5 anos com a Espanha. O Papa vingou-se do cardeal, retirando-

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, n.º 238, de 6 de Julho de 1872.

-lhe a legação de Inglaterra; mas teve por fim de assinar a paz. Recusou confirmar a eleição do imperador Fernando, e morreu a 18 de Agosto de 1559; — Pio V expulsou os judeus dos Estados eclesiásticos, à excepção das cidades de Roma e de Ancona; excomungou a rainha Isabel e ratificou uma liga contra os turcos; — Gregório XIII, ao receber a notícia da matança dos huguenotes, no execrado dia de S. Bartolomeu, mandou salvar a artilharia do castelo de S. Ângelo, e ordenou que se acendessem fogueiras e que reinasse a alegria por toda a cidade, e aprovou o plano da liga em França; — Sixto V comparou a Judite e a Eleazar o desvairado assassino Jacques Clément, excomungou o rei de Navarra e o príncipe de Condé, chefes do partido em França, os quais protestaram e pregaram o seu protesto nas portas do Vaticano.

Por instigações de Filipe II publicou uma bula, pela qual punha interdito o reino de Inglaterra, e declarava Elisabete usurpadora daquele reino, herética e excomungada; este papa comprazia-se em ver, às horas do jantar, caírem sangrentas as cabeças dos padecentes. «Este espectáculo abre-me o apetite», dizia ele. Mandava espetar as cabeças das vítimas em postes colocados pela cidade, e deixava-as apodrecer de tal modo, que Roma esteve ameaçada duma peste. Encheu de benefícios o Santo Ofício, e soprou ao archote da terrível guerra da Liga; — Gregório XIV declarou-se pela Liga contra Henrique IV, fez levas de tropas, e quis debalde socorrer os ligueurs; — Paulo V enviou uma bula à república de Veneza, bula que originou uma rixa entre as duas cidades, e que teria consequências funestas, se não fosse a intervenção de Henrique IV; — Urbano VIII declarou guerra ao duque de Parma; e Inocêncio X declarou-se contra os Barberin, quis obrigar todos os cardeais a residirem em Roma, por uma bula de 25 de Fevereiro de 1646, reconciliou-se depois com os Barberin, e não quis reconhecer os cardeais eleitos pelo novo rei de Portugal, D. João IV.

Oh! pontífices bons, oh vigários de Cristo, oh ministros da religião do Crucificado: salve.

Como é bom, como é suave, ouvir as vossas palavras, que grandes bens trazeis...

Salve.

— São brilhantes os feitos dos papas, homem reaccionário, são brilhantes. Porém eu como ingrato, prefiro as feras do anfiteatro, prefiro o ferro triangular, prefiro a barrica de petróleo. A fogueira

nunca. Os tigres do anfiteatro rasgam e matam num minuto; o ferro triangular tira-nos a vida num segundo; o petróleo só queima as nossas casas. A fogueira mata a pouco e pouco, *sanguinis effusionem citra*. Era assim que terminavam as sentenças do Santo Ofício.*

IX

Não ouçamos mais a pregoeira da vida dos Pontífices. — Começará ainda a história por enumerar idênticas acções. — Sangue, excomunhões, guerras, fogueiras, interdições, proibição do pensamento, de pensar e de fazer conhecer aos outros os pensamentos. Temos apontado somente alguns dos Papas e algumas das suas brilhantes acções, brilhantes não da luz do progresso, mas da luz da madeira incendiada, da luz do... Santo Ofício!...

Onde entrou o Papa, entrou o crime; onde entrou o Papa, entrou a guerra; onde entrou o Papa, entrou a loucura religiosa de Carlos IX e de Clément, de envolta com o cepticismo de Alexandre VI, de envolta com a crápula de Bórgia!...

O catolicismo, como bem o disse já neste jornal o seu redactor Borges de Avelar, não é incompatível com a liberdade, mas o padre católico romano não pode viver na habitação do homem liberal. Ganganeli e outros Papas bons eram católicos, mas não eram padres romanos, padres de Roma.

O catolicismo é compatível com a liberdade, mas o abade Gaume — não, mas o senhor de Ségur — não, mas os estúpidos católicos do Congresso — não. De padre católico para jesuíta vai um passo, e esse passo acaba de o dar o ex-liberal, Sr. Aires de Gouveia.

O catolicismo é um filho, o filho primogénito do cristianismo; mas a igreja católica apostólica romana (atroz ironia de palavras e de ideias!) tem por pai a crápula dos Pontífices, por mãe a ignorância dos povos.

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, n.º 241, de 10 de Julho de 1872.

Repetimos: — O catolicismo, como filho do cristianismo, é compatível com a liberdade; o Papa, o padre católico — não. Dizemos o Papa — considerando o que os Pontífices foram na sua grande maioria. Os Papas que brilham à luz da história como homens bons, perdem o seu esplendor diante de tantos Papas maus, assim como o sol se oculta aos olhos mortais, quando se tolda o céu de nuvens carregadas.

O padre católico tem por íntimo o rei de direito divino, por façanhas a St. Barthélemy e o Fin-Al-Bid...

Caiu-me agora, sem o pressentir, dos bicos da pena um nome execrando — Fin-Al-Bid. Concluirei pois estes artigos meus, tão pobres de eloquência, mas tão ricos de sinceridade, com algumas notícias sobre o facto horroroso que se deu no ano 1000, e que tem por nome o Fin-Al-Bid.

Julgaram os teólogos que pelas palavras de Cristo a seus discípulos: — «Em verdade esta geração não passará, sem que as minhas palavras sejam cumpridas» — o mundo depressa acabaria. Os acontecimentos disseram o contrário, mas eles que não se embaraçam facilmente, declararam que tinha havido engano na interpretação das palavras do Cristo, e que por geração se devia entender o espaço de mil anos, e que esse grande cataclismo devia ter lugar no ano de 1000.

Aterrados, cheios de pavor com tal declaração, os ricos e os pobres, os fidalgos e os plebeus, os francos e os gauleses, os senhores e os servos, arrojaram com tudo o que possuem para as mãos dos padres. Entendiam eles que a melhor maneira de remir os seus pecados era dar tudo o que possuíam à Igreja. Foi então que a França apresentou abadias riquíssimas, igrejas milionárias, conventos fabulosamente enriquecidos.

Os padres recebiam todos os dias, a todas as horas, de todos. — «Dai, dai, meus filhos, gritavam os hipócritas, remi os vossos pecados».

Mas, se o mundo ia acabar, para que queria a Igreja dinheiro?... Responde, reaccionário.

Bateu a meia-noite do último dia do ano 999, bateu uma hora da noite do 1.º dia do ano 1000, e o esferóide continuou a sua revolução.

Como tudo fora dado aos padres, não havia um ceitel para os francos, um ceitel para os gauleses. O monstro horrível da fome

passa por sobre os campos outrora férteis e hoje convertidos em charnecas. Entra nos castelos dos senhores, e nas choupanas dos servos. Nas abadias — não... Os padres tinham tudo o que desejavam; o Fin-Al-Bid, ou melhor, o embrutecimento dos povos, tinha-lhes dado tudo.

Nas choupanas dos servos devoravam os rudes gauleses de Vercingetorix, o cadáver dalgum seu irmão, filho ou pai morto à fome... Nas abadias, o padre engolfava-se nos banquetes e nos prazeres...

— Tenho fome, pai, tenho fome...

— Morrerás com ela, desgraçado filho, morrerás de fome... Oh! padre mau, tu que me tiraste o último pedaço de pão, tu que me matas os filhos e a mim próprio, um dia terás o castigo dos teus crimes. Virá o dia das represálias, padre... mau, o dia da vingança há-de chegar...

E chegou esse dia, e eu por vezes ao ler a história da Idade Média, ao ler essas narrações belas, magníficas no seu horror, narrações de Eugène Sue nos seus *Mistérios do Povo*, sinto como que uma vertigem, sinto uma nuvem de sangue passar-me pelos olhos, e tenho tentações de abençoar Fouquier-Tinville.

Mas depois vem a reflexão. Sinto uma reacção dentro em mim, e duas palavras santas vêm expirar-me aos lábios: — Jesus, Perdão. — É que nós os liberais, é que nós os operários, é que nós a relé, temos coração.

Ao considerar, ao pensar nos dias horríveis dos tempos do obscurantismo, ninguém que tenha coração deixará de gritar, como L'Hôpital, ao receber a notícia da matança dos huguenotes: — *Excidat illa dies oivo*.*

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, n.º 242, de 11 de Julho de 1872.

O DIÁRIO DA TARDE E OS IRRELIGIOSOS

O *Diário da Tarde* é alcunhado por aí de irreligioso. É assim que o consideram todos os órgãos do miguelismo, e, infelizmente, muitas pessoas que têm obrigação de saber o que é religião. Perdoe-me o simpático jornal querer eu, pobre molécula do jornalismo, tomar a sua defesa. E eu não sei bem se a palavra — defesa — é aqui apropriada. Não se defendem senão os fracos e os culpados. Fraco não é o jornal. A pleidade de nomes ilustres que nele escrevem, Borges d’Avelar, Urbano Loureiro, Agostinho Albano, Albano Coutinho, Guilherme Braga e A. S. A., prova suficientemente o nosso princípio, que vai degenerando em axioma. Culpado, também não. Não é culpado o jornal que diz a verdade ao povo, que lhe aponta, não a ladeira do jesuíta, mas a estrada franca do liberal. Não é culpado o jornal que pugna pelos bons princípios, pelas boas ideias.

Agora vejamos onde está a tão apregoada irreligião do *Diário da Tarde*, oh seráficos escritores dos papeluchos miguelistas. Por mais que procure, por mais que leia o *Diário*, desde o primeiro artigo até ao último anúncio, não a vejo. Que será essa irreligião? Onde, em que número, se nega um só dos dogmas do velho catolicismo? Será irreligião negar os milagres de quantos *feiticeiros* por aí apareceram em pleno século XIX? Será irreligião acusar o sacerdote vil? Será irreligião prender a um poste de ignomínia o padre criminoso? Não, mil vezes não. A religião não é os *feiticeiros*, não é os sacerdotes.

Desgraçados e estúpidos papeluchos absolutistas, não sabeis o que é religião, e vindes falar dela; não sabeis o que é religião, e julgai-vos religiosos. Estúpidos! Mais religioso é o *Diário da Tarde* do que vós, mais. Cristo perdoava as injúrias, e vós cevais os vossos rancores no sangue dos mártires da Praça Nova; Cristo pregava a liberdade das consciências, e vós queimais os judeus; Cristo expulsava do Templo os vendilhões, e vós vendeis as indulgências e chamais-vos Leão X e João Fetrel. As três máximas do Redentor foram negadas por vós nos vossos saudosos tempos.

«Amai-vos uns aos outros»; e vós chamais-vos Tavannes, Sixto V e Teles Jordão.

«Todos os homens são iguais»; e vós chamais-vos o rei franco e o senhor feudal.

«Não façais aos outros o que não quereis que vos façam»; e vós chamais-vos S. Barthélemy, o Fin-Al-Bid, a inquisição e as forcas.

E dizeis que sois religiosos e que nós somos o contrário! Mentis. Mentira... Eu bem sei que vós confundis a religião com o padre; o templo com o sacerdote. A vossa religião chama-se: o papa e o padre; a nossa: Deus e Cristo. A vossa cruz são duas espadas atravessadas, a nossa duas canas de milho atravessadas também. A vossa religião não admite o progresso; a nossa caminha e a par com ele.

«Confundir a religião com o padre»!... É duro dizê-lo, mas é verdade. Se sois religiosos (e como religião entendo eu aqui a religião cristã) apagai dos vossos jornais o nome — D. Miguel — e escrevei nesse lugar — o povo; — se sois religiosos, fechai a Associação Católica, e abri em seu lugar uma escola; se sois religiosos, expulsai do vosso seio as víboras que alimentais; se sois religiosos, lembrai-vos de Cristo.

Mas não. Eu estou louco; eu falo-vos em amor, em escolas, em Cristo, eu, o infame, o liberal e o irreligioso. Melhor fora se vos dissera antes: — sangue, fogueira e força. — Mas que quereis?! Quando um caminhante passa e vê enterrado no lodo um homem, estende-lhe a mão e diz-lhe: — Sai daí. Vem para os campos férteis, vem para a vida, deixa a morte.

Isto dizemos nós, os *malhados*. Vós preferis gritar-lhe: — Deixa-te estar, que estás bem. É por isso que vós não aceitais a mão dos liberais que vos querem levantar, e isto por duas razões.

Primeiro, porque a voz dos *mata-malhados* vos soa melhor; segundo, porque, se viésseis para os campos férteis, teríeis de trabalhar, e no lodo estais à vossa vontade, ociosos, sustentando-vos da própria lama.

Salve, religiosos, salve, vós que vos esqueceis de que há cristianismo, para só vos lembrardes do — catolicismo apostólico-romano.*

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, n.º 248, de 18 de Julho de 1872.

O DIA 9 DE JULHO

Foi neste dia memorável entre os memoráveis que um punhado de heróis pôs pé nas terras tão queridas do seu Portugal. Foi neste dia memorável entre os memoráveis que um governo de paz e de justiça veio suceder a outro de opressão e tirania. Foi neste dia que a bandeira azul e branca veio tremular, para nunca mais cair, sobre os muros desta heróica cidade.

Não havia artilharia, e a artilharia fundiu-se num minuto; não havia redutos e os redutos fizeram-se num segundo, não havia minas e as minas cavaram-se. Tudo apareceu enfim preparado para o grande combate, em que estava empenhada a mais justa das causas.

Não havia pão, não havia água, e os portuenses precisavam de pão, e precisavam de água. Sofreu muito este bom povo, chorou lágrimas amargas, e ele que dava pela vida de Brito o seu peso de ouro, não tinha um bocado de pão que comer.

Tinha sede, e mitigou-a bebendo as lágrimas que vertia; tinha fome, e apagou-a devorando os cavalos mortos; tinha a casa arrasada pela artilharia, e dormiu debaixo dum manto da metralha.

Soavam os clarins, ribombava a artilharia, fuzilavam as espingardas, e o Porto aparecia no meio do fogo, no meio do fumo, brilhante de entusiasmo, brilhante de delírio... E as bandeiras azuis e brancas caminhavam sempre, sempre... E ouvia-se o hino, e ouvia-se a artilharia, e a bandeira sempre a caminhar!...

O Porto foi herói, mais do que Cartago, mais do que Roma...

E as senhoras portuenses socorriam os feridos, e era belo vê-las com que entusiasmo distribuíam os fios, as ligaduras... Em cima dum canhão, em cima duma trincheira, lá aparecia uma, bela como os anjos, bondosa, como os serafins, a levar palavras de conforto aos feridos, gritos de entusiasmo aos combatentes.

Mais valorosas que as Spartanas, incitavam, como as gaulesas, os maridos ao combate; e quando os filhos lhes caíam aos pés atravessados pelas balas, não choravam a falta dum filho, lastimavam a perda dum soldado.

E a bandeira azul e branca, sempre em pé, sempre caminhando, e os bravos agrupados em volta dela, fazendo-lhe uma trincheira com o seu corpo.

Os generais inimigos desesperavam-se... O vencedor d'Argel arrancava as barbas encolerizado, a metralha chovia de toda a parte e a bandeira sempre a tremular...

Esquadrões após esquadrões precipitavam-se sobre os nossos; mil canhões vomitavam a morte, e as cargas à baioneta sucediam-se.

E no alto dum monte, Bourmont, de óculo em punho, contorcia-se de raiva. É que a bandeira continuava a tremular.

E os soldados inimigos recuavam, e a cavalaria dava as costas, e as cargas à baioneta tinham cessado... E os bravos sempre firmes no seu posto soltavam um grito de alegria e agradeciam em fervorosa oração a Deus.

O omnipotente velava por eles, e eles venceram...

É que os inimigos representavam um velho mundo que se esboroava, e os nossos representavam uma nova sociedade, o futuro.

E há ainda quem pense que poderemos voltar para trás, para o tempo da força e da fogueira?!

É impossível.

Meu pai também morreu na força.

Entendeis, oh reaccionários?

Meu avô expirou na fogueira!

Compreendeis?

Talvez... *

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, n.º 251, de 22 de Julho de 1872.

O DIÁRIO DA TARDE E A REACÇÃO

Meus amigos:

Mil parabéns!

A reacção, duplamente indigna, indigna pelo facto que representa, indigna pelas pessoas que se encarregam de tomar a sua defesa, quis fazer-nos voltar ao tempo mil vezes execrado, mil vezes infernal da fogueira e da forca.

Enganou-se.

Ergueu-se uma barreira entre eles e nós, foi o vosso jornal; cavou-se um abismo entre nós e eles, e esse abismo sois vós; vós que não vos cansais de dizer a verdade ao povo, que lhe gritais sempre, a toda a hora, a todos os minutos:

«Cautela!

Ei-los.

Eles aí aparecem no Porto, no foco dos liberais, na pátria das ideias grandes e generosas, prontos a vos absorver, a vós, a vossas mulheres, a vossas filhas. Vêm após eles o rei do direito divino e o inquisidor do Santo Ofício; trazem por façanhas os factos horrorosos da Idade Média, e querem tornar a pô-los em prática. Vem com eles a lança que feriu Ramus, o arcabuz de Carlos IX, a tiara de Sixto V, a corda de João Branco.

Lembra-te, povo, que tens chorado, que te enforcaram os filhos, que te queimaram os irmãos, que puseram a tratos os teus pais. Lembra-te da roldana, do tanque de água, do potro, das

grelhas escandecidas, das tenazes com que te arrancavam as unhas».

Mil parabéns!

Os jesuítas fogem espavoridos. Levantam os arraiais. Lá vão, como bando de abutres que são, procurar cadáveres onde se cevem. Aqui — não. Aqui há a vida, aqui não reina a morte. Aqui há o sol, não o obscurecem as nuvens carregadas.

Reinaldo, Sinibaldi, Leão X, Inocêncio III, João Tetrel findaram. O seu poder nefasto acabou. Aqui brilha Lamartine, aqui vive Lincoln, aqui resplende Washington...

A lenha que se queimava nas fogueiras aproveita-se para os travões das estradas férreas; o ferro que se escandecia para as torturas geme agora sob as rodas da locomotiva; onde brilhava o clarão afogueado de uma fogueira, espalha agora luz o gás.

Vós tendes dito a verdade ao povo.

Fizestes bem.

Mais vale a verdade singelamente dita no vosso jornal, ao alcance de todos, do que as mentiras brilhantemente expressas do abade Gaume.

Fizestes bem.

A pátria bem mereceu de vós.

Aperto-vos a mão.*

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, n.º 252, de 23 de Julho de 1872.

GALERIA

(AOS REACCIONÁRIOS DE PORTUGAL)

I

TAVANNES

Começarei hoje esta galeria onde nos vão aparecer, hediondamente repelentes, seis dos vultos execrandos da história do padre *católico*. São esses vultos: Tavannes, Torquemada, Sixto V, Carlos IX, Jacques Clément e Ravailac. Estes homens nasceram para a execração da posteridade; Tavannes e o seu «Sangrai, sangrai»; Torquemada e as suas fogueiras; Sixto V e os seus discursos a favor da *Ligue*; Carlos IX e o cadáver de Coligny; Jacques Clément e Ana de Montpensier que se lhe prostituiu para lhe conservar o zelo; Ravailac e a rua da Ferronerie...

Tavannes (Guilherme de Saulx, senhor de) nasceu em 1509, foi pagem de Francisco I, e na batalha de Pavia ficou com ele prisioneiro. Tavannes, como guerreiro, cobriu-se de glória no cerco de Yvoi, da Rochella, etc., e na batalha de Cérisoles. Desempenhou um grande papel nas batalhas de Jarnac e Moncontour, batalhas onde apareceu rodeado de brilho efémero o depois melancólico rei da Polónia, e mais tarde o devasso e covarde rei da França, Henrique III do nome. Quando porém Tavannes se apresenta aos olhos da história com mais brilho, o brilho da negrura, é em 24 de Agosto de 1572, no sempre execrando dia de S. Bartolomeu. Tavannes foi um dos instigadores deste acto de selvajaria inaudita. Ele, o duque de Guise, a rainha-mãe e Anjou premeditaram aquele atentado, e puseram-no em prática com espantosa ferocidade.

Henrique de Navarra casara a 18 de Agosto com Margarida, filha de Catarina de Médicis. O hábil político bearnez, esse rei

sem palácio e de calções de saragoça, como ele se apelidava a si próprio, não desdenhou entrar numa igreja católica para receber a mão da irmã de Carlos IX. Este casamento *misto* era para os católicos motivo de desesperação; diziam eles que as bodas seriam *vermelhas*, e gritavam aos protestantes que não tinham entrada na igreja:

— Deixai estar que um dia haveis de entrar, senão por vontade ao menos à força.

E o Santo Padre apoiava estes homens, estes *católicos*, e era assim que ele, *o vigário de Cristo na terra*, esmagava a mais santa das liberdades: — a liberdade de consciência.

Catarina que se prostituía a um infame perfumista italiano, Renato, o florentino, não desdenhou Tavannes. Conhecia nele um homem das suas ideias sanguinárias.

Resolveu-se pois o morticínio dos huguenotes; a rainha-mãe, depois de algumas hesitações, não de piedade, mas de medo, mandou dar o sinal. A mulher que mandara envenenar Joana d'Albret, ordenava a morte de Coligny e demais protestantes, e Tavannes lá ia, rouco, banhado em sangue, desvairado, furioso:

— Sangrai, sangrai, rugia ele. As sangrias tão bem fazem em Agosto, como em Maio (Brantôme).

Sangrias!...

Sangrar um homem, um huguenote!...

E lá ia o monstro, sequioso de sangue, de *sangrias*. Carlos IX da janela, com um arcabuz de caça, fazia fogo sobre os fugitivos. Tavannes matava, despedaçava, esperando talvez uma canonização.

Foi esquecimento.

Devia tê-la.

Já que o Papa Martinho IV foi canonizado, Saulx Tavannes devia sê-lo também.

Foi esquecimento.

Votado à maldição, ao fogo eterno, devia ser aquele célebre governador de província a quem Carlos IX mandou que nas terras do seu governo fizesse o mesmo que Tavannes fazia em Paris, e que respondeu ao louco filho de Catarina:

— Senhor, mandais que os meus soldados assassinem os huguenotes. Olhei para as minhas tropas e só vi soldados, Senhor; não encontrei um único carrasco.

Nobre resposta foi esta.

É a resposta dum soldado que sabe o que é a cruz, resposta a um Gregório XIII que sabe o que é uma espada ensanguentada.

Muitos autores, e entre eles a mal aproveitada inteligência Ponson du Terrail, têm achado para os seus romances assunto no trágico acontecimento da Saint-Barthélemy. Este facto horroroso ficará, com todo o seu hediondo cortejo de Tavannes, de Guise, de Médicis, de Anjou, etc., como uma das inumeráveis nódoas indeléveis do pontificado. Tavannes será apontado para todo o sempre como o tipo do papista sanguinário. A culpa não foi dele completamente. O véu do obscurantismo, com que os Papas lhe vendaram os olhos, teve grande parte nas suas *proezas* de 24 de Agosto.

Ele amava o Papa; o Papa amava o sangue.

Tavannes deu sangue ao Papa.

Eis tudo.

O Papa gostava de sangrar os huguenotes.

Tavannes sangrou-os.

Uma ideia. — Porque se não *sangram* os liberais? Em qualquer devoto achareis, oh reaccionários, um Tavannes; em qualquer beata encontrareis uma Catarina de Médicis; ou então, se não tendes *ânimo* para tanto, venha de lá uma fogueira.*

II

TORQUEMADA

Temos diante de nós um nome execrando, que recorda um homem feroz, ou antes, um monstro vomitado pelo inferno. Chama-se esse monstro: — Tomás de Torquemada.

Tomás de Torquemada, primeiro inquisidor-geral da Espanha, nasceu em Valladolid, em 1420. Nomeado inquisidor pelo papa Sixto IV, este tigre com forma humana excedeu tudo o que há de mais abominável. Em 1484 criou quatro tribunais

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, n.º 257, de 29 de Julho de 1872.

subalternos; publicou *instruções*, 1484; a esse código acrescentou mais 11 artigos, 1490; depois 15, 1498. Fez comparecer perante a inquisição o capitão geral de Valência; fez banir de Espanha 800 000 judeus; obteve o direito de se fazer escoltar por 40 familiares da inquisição a cavalo, e 200 a pé. Por toda a parte espalhou o terror, e a 16 de Setembro de 1496 morreu universalmente execrado. M. A. L. d’Harmonville calcula em 9000 o número das suas vítimas. O *Coninbricense* num artigo — *O homem de mais ominosa memória, de que os fastos históricos fazem menção* — faz o seguinte cálculo:

Infelizes queimados na fogueira (9000 na opinião de D’Harmonville)	10 820
Queimados em estátua	6 870
Castigados com outras penas	97 320
Total dos desgraçados que sofreram a ferocidade de Torquemada	115 010

Quantas mães, quantos filhos, quantas esposas tornou desgraçadas este homem! Quantas lágrimas fez ele verter, quantos gritos de desespero fez soltar.

800 000 judeus banidos da Espanha, 240 familiares do santo officio, 116 010 vítimas!

Negro cortejo, fúnebre cortejo de sangue e carne queimada!... Santo officio!... Blasfémia! Belo officio, em verdade, belo officio.

Santo, naqueles tempos, era queimar gente, era vestir a Giordano a alva sulfurada, era fazer gritar a Galileu. — *E pur se muove*. — Santo officio, em verdade, santo officio...

Estender um homem no cavalete, fazer-lhe beber um tanque de água, despedaçar-lhe os membros no potro, queimar-lhe os pés besuntados de gorduras, partir-lhe os ossos na roldana — tudo isto era santo, era officio nobre...

Ah! reaccionários, reaccionários: Quereis que voltemos a esse tempo? Quereis que Carlos IX exclame de novo, em Montfaucon, diante do cadáver de Coligny: O cheiro do cadáver dum inimigo é sempre agradável? quereis que esse louco, das janelas do Louvre, grite aos católicos de S. Bartolomeu: — Matai, matai? quereis que o grande mártir da filosofia, o melancólico filósofo de Nola,

vos torne a dizer, ao acabar de ouvir ler a sua sentença: A sentença que me acabais de dar, causa-vos mais turbação a vós, do que a mim que a estou ouvindo ler?...

Enganastes-vos.

Os grandes mártires estão ao lado dos grandes algozes.

Se me dizeis — Chamai de novo Tavannes porque ele é um bom homem, posso responder-vos: chamarei antes as suas vítimas, porque elas sofreram muito; se me dizeis que chame Torquemada, porque é um excelente coração, posso responder-vos que chamarei antes as suas 115 010 vítimas, porque são grandes desgraçados; se me dizeis que chame Carlos IX, porque é a bondade personificada, responder-vos-ei que chamarei antes Coligny...

Torquemada é um monstro maior que Jourdan Coupe-Tête, maior que Fouquier Tinville, maior que Callot-d'Herbois. Há uma diferença grande entre eles. Torquemada queimava sempre, e os seus sucessores haviam sempre de queimar. Queimar e... nada mais! Jourdan, Fouquier, Callot, guilhotinavam... é verdade. Cortavam o mal pela raiz... é verdade também. Mas, como diz Erckmann-Chatrion, depois de passada a nuvem, viria o sol, e o velho Jacques, sentado à lareira, poderia dizer aos seus amigos:

«— Vedes? 89 foi bom. A revolução foi boa. O meu netinho Carlos anda na escola. O seu irmão Alberto formou-se em matemática. Arnaldo tem ideias de se formar também em medicina. O ponto é estudar. Estudando forma-se a gente.

Laura casou com o inspector das florestas, Martinho, homem cheio de bom senso, e eu, o velho Jacques, sinto-me reviver sob este sol benfazejo da liberdade. Tudo isto devo a 89. Antes da revolução, trabalharia toda a minha vida para o senhor, para o convento».

A hipocrisia é o meio mais seguro de que se servem os reacionários. Quando não podem dilacerar, animam. Quando, como Torquemada, não podem publicar *instruções*, escrevem, como Chateaubriand. Chateaubriand, debaixo da capa envernizada dos *Mártires*, suspirava pelo rei do direito divino, por Montfaucon. O *Génio do Cristianismo* era a máscara da hipocrisia, com que ocultava o rosto o torpe panfleteiro de Buonaparte e os *Bourbons*. O legitimista (que, como disse Luís XVIII, valeu mais à causa dos Bourbons do que um exército) Chateaubriand, o

homem que escrevia brilhantemente, como o lobo de Lafontaine, deixava ver, de entre as páginas brilhantes dos *Mártires*, estas palavras:

— Eu finjo vergonhosamente, eu, o legitimista, chamo-me cristão e não passo de *católico*.

Torquemada vive ainda, para a execração da posteridade. Torquemada merece bem algumas maldições.*

III

CARLOS IX

Carlos IX, rei de França, é um dos reis mais vis que a história nos aponta. A sua vida interessa muito, mas aonde ele se nos apresenta com mais vigor, mais hediondamente brilhante, é no dia de S. Bartolomeu e dias que o precederam. Ouçamos Pierre Larousse, na sua colossal obra *Dictionnaire du XIX siècle*, pirâmide de tudo o que o espírito humano pode conceber...

«Carlos IX, dizem, lutou por muito tempo contra sua mãe e contra seus odiosos conselheiros, e determinou-se repentinamente sob a insinuação de que sem dúvida tinha medo dos huguenotes. — Pela morte de Deus! Vociferou esse insensato, já que achais bom matar o almirante (Coligny), eu consinto nisso; mas morram também todos os huguenotes de França, a fim de que não haja um só que tal acto me possa lançar em rosto. Pela morte de Deus! Ordenai o morticínio imediatamente».

E mais abaixo:

«No Louvre, a matança começou às cinco horas. Os infelizes designados como vítimas, e cujo maior número tomara ainda na véspera parte nos jogos do rei, foram surpreendidos um a um, desarmados, abatidos como cordeiros, quer nos quartos, quer no pátio, à vista do rei que, duma janela presenciava a matança. Aí caíram por terra os mais valentes e os mais leais capitães, a flor

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, n.º 259, de 31 de Julho de 1872.

da França e da Reforma, os Pardaillan, os Clermont de Piles, os Saint-Martin, os Bcoures e tantos outros.

Estes infelizes, do pátio, dirigiam à janela do rei as súplicas mais patéticas e não encontravam no rei, no hóspede, nesse magistrado da justiça comum, mais do que os olhares desvairados, selvagens, furiosos, dum miserável louco (Michelet).

Quanto a Navarre e Condé tinham sido mandados à presença do rei, que lhes disse com uma violência frenética: 'No meu reino quero uma única religião; *a missa ou a morte...* escolhei!' Navarre, o hábil político, que mais tarde devia dar o *salto mortal* com a sua graça de gascão, tirou-se do perigo com algumas concessões de palavras. Condé mostrou-se mais firme e de mais dignidade. Mas estava decidido poupá-los a eles ambos. O rei contudo ameaçou Condé de lhe cortar a cabeça, se dentro de três dias não abjurasse».

Como se sabe, tem-se querido negar que Carlos IX, das janelas do seu palácio, fizesse fogo sobre os protestantes fugitivos; mas Papyre Masson, na *Vida de Carlos IX*, diz com razão: «Mas, além de ser o facto atestado por muitas narrações do tempo, não há nele nada de inverosímil da parte dum homem de quem se conhecem os selvagens instintos de caçador, que dilacerava ele próprio os animais, se cobria com o seu sangue, arrancava-lhes as entranhas com frenesim, e cortava a cabeça às bestas de carga que encontrava nas estradas».

Brantôme, que considera Carlos IX o tipo do *rei perfeito*, diz-nos também:

«E foi ele mais ardente que todos; tanto que, desde que se começou a jogar a partida, e que foi dia e que pôs a cabeça à janela do seu quarto, e que ele viu alguns nos *faubourgs de St.-Germain*, que se remexiam e fugiam, pegou num grande arcabuz de caça que tinha, e atirou-lhes a eles uma descarga, mas em vão, porque o arcabuz não alcançava tão longe. Incessantemente gritava: *matai, matai!* Não quis salvar um só, a não ser Ambrósio Paré, seu primeiro cirurgião, e a sua ama.

No floreal do ano II, colocaram perto da janela donde se julgou que Carlos atirara sobre os protestantes, um poste infamante com esta inscrição: *Foi desta janela que o infame Carlos IX, de execrável memória, atirou com uma clavina sobre o povo.*

Do Louvre, os grandes senhores e as nobres damas podiam contemplar, num doce ócio, a sangrenta linha das vítimas».

«O rei, diz Brantôme, teve um grande prazer em ver passar por baixo das suas janelas mais de quatro mil corpos de pessoas mortas que flutuavam no rio».

Estes horrores faziam as delícias dessa corte de prostitutas, de mulheres infames, de assassinos. «Carlos IX foi a Montfaucon ver o cadáver de Coligny». «Como ele exalasse já mau cheiro, e como as pessoas que acompanhavam o rei tapassem o nariz, o rei voltou-se para elas e lhes disse: — Eu não cubro o nariz, como vós outros. O cadáver dum inimigo cheira sempre bem (Brantôme)».

Pelo pouco que coligimos a respeito deste monstro, poderá o leitor avaliar bem o carácter de semelhante rei. Pierre Larousse, no seu artigo «La Saint-Barthélemy» dá-nos uma *boa* ideia do rei Carlos de França, nono do nome. Aos católicos do Congresso, do Bem Público, da Nação, do Direito, e a quantos reaccionários tiver Portugal, damos os nossos sinceros parabéns. Esta «Galeria» a esses é oferecida. Brantôme, o *abbé* elegante, o autor das *Damas Elegantes*, da *Vida de Tavannes*, da *Vida de Carlos IX*, considerava o monstro do Louvre, *le roy parfait*.

Os Brantômes dos jornais miguelísticos talvez queiram para nós um *roy parfait*. Nós preferimos (à falta de melhor) o gascão, o reizito de Navarra, o bom rei Henrique...

Carlos IX dizia-lhe a ele: *La messe ou la mort... choisissez*; e ele respondia aos católicos: *La messe ou la prêche... choisissez*.

Era mais coerente com a liberdade de cada um.*

IV

JACQUES CLÉMENT

Aí nos aparece um regicida. Depois dum Tavannes assassino, depois dum Torquemada monstro, depois dum Carlos IX feroz louco, a corte de Roma, os *católicos* precisavam dum regicida. Eii-lo. Ele aí vai, o homem que teve a apologia de muitos padres e do

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, n.º 261, de 2 de Agosto de 1872.

papa. Sixto V teve ideias de o canonizar. Abramos ainda o *Dictionnaire* de P. Larousse:

«Jacques Clément, regicida, monge dominicano, nasceu em Sorbonne, perto de Sens, em 1567. Era homem a um tempo melancólico e taciturno, exaltado, fanático, visionário, místico e sensual. Estava no convento dos jacobinos de Paris, quando concebeu ou lhe sugeriram o desígnio de assassinar Henrique III, que se preparava a cercar Paris entregue à fúria da *Ligue*. O prior do convento, Burgoin, que talvez alimentava também o pensamento do crime, apresentou-o a Mayenne e aos chefes *ligueurs*. O miserável fanático foi animado, glorificado de antemão, e julga-se mesmo que a duquesa de Montpensier se lhe prostituiu para lhe conservar o zelo. Munido de uma carta que tinham tirado a Achilles Harlay, apresentou-se no campo de St.-Cloud a 31 de Julho de 1589, e conseguiu fazer-se introduzir à presença do rei no dia seguinte. Apresentou-lhe a carta, e quando Henrique III a estava lendo, tirou uma faca da manga e deu-lhe uma facada no baixo-ventre. Henrique arrancou a faca da ferida e com ela feriu o assassino no rosto, exclamando:

— Ah! frade vilão... matou-me o ladrão, matem-no a ele... Os guardas precipitaram-se sobre Jacques, e o monge foi morto imediatamente. Seu corpo foi arrastado, e em seguida queimado. Os *ligueurs* fizeram dele um mártir, colocaram a sua imagem no altar, pediram a sua canonização a Roma, e glorificaram-no em libelos que ainda hoje existem como curiosos monumentos das paixões do tempo. Por baixo do seu retrato liam-se os versos seguintes:

*Un jeune jacobin, nommé Jacques Clément,
Dans le bourg de Saint-Cloud une lettre présente
À Henri de Valois, et vertueusement
Un couteau fort pointu dans l'estomac lui plante.*¹

Entre os apologistas de Jacques Clément, citaremos o prior dos jacobinos, Bourgoïn, que o apelidou, nos seus sermões, de

¹ Um moço jacobino, por nome Jacques Clément, na vila de Saint-Cloud, apresenta uma carta a Henrique de Valois, e *virtuosamente* lhe enterra no estômago uma faca bem afiada.

moço bem-aventurado e mártir, e o comparou a Judite; o jesuíta Commelet que, em 1593, o pôs no número dos anjos; o P. Guignard que o colocou no rol dos mártires, e o jesuíta Mariana que consagrou o seu famoso tratado *De Rege et regis institutione* (1599) a justificar e glorificar o regicida».

É isto o que nos diz Pierre Larousse, e é o bastante. Jacques Clément assassinou Henrique III; fez uma acção meritória...?

Pois não é assim, reaccionários...!

Tendes razão. Jacques, o monge, o taciturno, o exaltado, o fanático, obrou bem. Como diz Burgoin, há-de estar ao lado de Judith; como diz Commelet, deve ser um dos anjos da corte celestial; como diz Guignard, encontrá-lo-eis colocado ao lado dos grandes mártires, do mártir Galileu que padeceu no cárcere, do mártir Giordano que padeceu na fogueira, dos milhares e milhares de mártires que padeceram na câmara dos tormentos, do mártir Coligny que padeceu na época nefasta dos Médicis; enfim, ao lado do maior dos mártires, de Cristo, que padeceu na cruz.

Tendes razão, reaccionários.

Suspirais pelos bons tempos antigos e pelos homens de então. Jesuítas de fresca data, Tavannes dos jornais reaccionários, Torquemadas dos papeluchos miguelistas, eu bem sei que do fundo de vossos corações admirais os apologistas de Jacques, admirais o próprio Clément. Fazeis bem. Todos sabem quem vós sois, sonhadores de forcas e algozes, Calenderes ambiciosos de fogueiras...

O Sr. Borges de Avelar nos seus artigos em que fala do rei Amadeu e do *Bem Público*, tem provado bastante a respeito da honradez da *gente de bem* daquele jornal. Eu admiro o *Bem Público*, papel, e admiro todos os reaccionários de Portugal, pela firmeza, pela tenacidade com que se agarram às velhas ideias que se vão dissipando como o fumo... Perdoe-me o ilustrado redactor do *Diário da Tarde* o dar-lhe estes conselhos: — É melhor deixar aquela gente. Fala-lhes em honra, e eles respondem-lhe com a rua do Arenal; fala-lhes em Lincoln, o abolidor da escravatura, e eles respondem-lhe com Jacques Clément. *Bom sangue nunca mente*, diziam os ferrenhos fidalgos antigos, Sr. Borges de Avelar, e os jornais reaccionários que temos, ainda se não esqueceram da *Besta-*

-Esfolada, e os nossos miguelistas ainda não perderam a lembrança de Teles Jordão e Pita Bezerra, e os nossos papistas ainda sonham com Jacques Clément, Torquemada, Tavannes, Carlos IX, Ravailac... *

V

RAVAILLAC

João Châtel e muitos outros tentaram contra a vida do rei Henrique IV, de França, *le bon roi Henri*. Como Jacques Clément, Jean Châtel tivera um ardente apologista, o fanático e exaltado *ligueur*, cura de St. Benoit. Ravailac conseguiu o que tentou Jean Châtel. Matou o filho de Joana d'Albret. Ouçamos A. L. d'Harmonville:

«Ravailac (Fr.), assassino de Henrique IV, nasceu em Angoulême, em 1579; foi sucessivamente moço de papéis, criado de quarto, mestre-escola e solicitador de causas, na sua cidade natal; durante uma viagem que fez a Paris, trouxe o hábito de *frère convers*. Ao saber que Henrique IV ia declarar guerra ao Papa, julgou praticar um acto meritório assassinando-o, a 14 de Maio de 1610. Preso imediatamente, padeceu tratos de tenazes (atazanado), e foi esquartejado, em 27 de Maio seguinte. Não foi possível descobrir os seus cúmplices.

O leitor estremeceu à só ideia que lhe trouxeram à lembrança estas palavras: — padeceu tratos de tenazes (atazanado) e — foi esquartejado. Padecer tratos de tenazes consistia no seguinte: — Amarrava-se o réu, aqueciam-se ao lume umas tenazes, e quando estavam bem escandecidas, o algoz arrancava com elas pedaços de carne ao padecente.

Bela justiça, em verdade! Por ela ainda suspiram os estúpidos e mofinos redactores dos jornais miguelistas.

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, n.º 262, de 3 de Agosto de 1872.

Agora o *ser esquartejado* não é menos belo. Amarravam o réu às caudas de quatro cavalos. O primeiro levava preso uma perna do padecente, o segundo outra, o terceiro um braço, e finalmente o último o outro braço. O carrasco fazia estalar o chicote e... imagine-se.

Oh homens do *Bem Público*, da *Nação*, do *Direito* e do *Futuro* e quejandos, se não nos metesseis asco, soltaríamos uma gargalhada ao encarar nos vossos jornais. Mas reaccionários, haveis de confessar que é preciso ter muita impudência, muita falta de respeito, para virdes, D. Quixotes de pena em riste, Calenderes sonhadores de fogueiras, defender em pleno 1872 as vossas ideias, ideias de além 89, os factos, as pessoas que adorais, factos e pessoas de além da Revolução...

Eu às vezes tenho tentações de me rir, com o riso expansivo, alegre, da mocidade, de me rir, repito, desse bando de miguelistas sem força, desse bando de papistas sem fogueiras. Quero-me rir, quero gritar-lhes entre gargalhadas: — Salve, *Bem Público*... de D. Miguel, de Teles Jordão, de Pita Bezerra, de Carlos IX, de Tavaannes, de Bórgia, de Jacques Clément. *Bem Público!*... Não está *mau* o tal *bem*?... Bem... de sangue, de carne queimada, de força, de João Branco...

Salve, *Nação* papel; que *nação!* A nação de 31, a nação de D. Manuel, de D. João III, a nação do *milagre da igreja de S. Domingos*, a nação que, como Marat, batia as palmas em frente da forca, que era o representante do senhor rei e da *santa religião*...

Não fiques no olvido tu também, *Direito*... torto. Oh *Direito*, tu próprio precisas duma *endireitadela*. *Direito* não se deve chamar o jornal que suspira pelo juiz que manda esquartejar o réu, depois de lhe ter arrancado a pele, à força de torturas, de tenazes, de potro, de cavalete, etc., etc.,...

Ficou para o fim o *Futuro*, porque este *Futuro* não passa dum completo insensato junto a um refinado patife. O *Futuro* é o *Pasado*... nada mais. O *Futuro* não vê caminhos de ferro, só encontra lenha para autos de fé. O *Futuro* não ouve o mandar afável do engenheiro, os seus ouvidos só distinguem as vociferações ferozes do algoz e seus ajudantes. O *Futuro* não descortina no firmamento a serena claridade da aurora, só vê o céu tingido do rubro clarão da fogueira... Atroz ironia!

Futuro aquilo... *Futuro* aquele miserável papelucho. De todos os jornais reaccionários é o *Futuro* o que eu mais odeio e

desprezo, não pelos seus artigos, que já me não fazem sensação, mas pelo seu título, por se chamar àquela coisa *Futuro*, palavra santa nos lábios dum liberal, palavra generosa, nobre, sublime; palavra infame, miserável, nauseabunda na boca dum reaccionário papista. É um desvergonhamento atroz... Ah! Ah! Ah! E entretanto nós rimos! mas este rir não é expansivo, não é a gargalhada da indignação, é a cruel gargalhada de Voltaire, é o grito de desespero de Galileu.

Voltemos porém a Ravailac:

Francisco Ravailac confessou que assassinara Henrique, porque este príncipe era huguenote e inimigo do papa. O fanático julgava merecer os aplausos do povo, tendo pelo contrário recebido maldições até ao lugar onde sofreu o suplício. Ravailac, como Jacques Clément, julgou praticar um acto meritório; mas Ravailac tem menos desculpa que Jacques. Henrique III não era estimado pelo povo, era detestado até. Os seus vícios, a sua devassidão, os seus próprios crimes, absolveram de algum modo o fanático Clément. Mas Ravailac assassinou um rei querido do povo, *le bon roi Henri*, como lhe chamavam.

Os leitores hão-de-me perdoar o eu deixar às vezes estes *heróis* para tratar dos nossos reaccionários, mas é tal a indignação que se apodera de mim ao lembrar-me que há entre nós alguém que suspira por *tais homens*, que não me posso eximir a dizer algumas palavras aos nossos homens retrógrados.

Corte de Roma: — Maldita sejas; a terra te possua o corpo, o inferno te devore a alma. Corte miserável entre as miseráveis: o anjo da justiça desça inflexível sobre ti, e te faça pagar os crimes de tantos séculos, crimes que ainda não expiaste.

E tu também, corte de reis infames, de rainhas impúdicas, de damas prostitutas; Satanás tenha horror de ti... Rei infame como Henrique III, rainha impudica como Catarina de Médicis, damas prostitutas como madame Pompadour. O povo vos amaldiçoe, e tende entrelaçadas entre si as maldições da terra com as maldições da justiça celeste.*

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, n.º 264, de 6 de Agosto de 1872.

VI

CÉSAR BÓRGIA

Tínhamos destinado este lugar para o *bom* papa Sixto V, mas como ele já é sobejamente conhecido dos leitores deste *Diário*, não só pelos nossos humildes artigos *Páginas da História*, como por outros de diversos colaboradores deste jornal, resolvemos substituí-lo por César Bórgia. Tivemos vontade de tratar no nosso sexto artigo do padre Le Tellier ou do marquês de Louvois, mas de repente acudiu-nos à lembrança o nome — César Bórgia — e por julgarmos este *homem superior* a Le Tellier e a Louvois, ele aí vai em toda a sua negrura e hediondez.

Le Tellier e Louvois merecem ainda assim algumas linhas. Ouçamos D'Harmonville:

«Le Tellier (o padre Miguel), jesuíta, último confessor de Luís XIV, nasceu em Vire, em 1643. Entrou na Companhia em 1661, e sucedeu ao padre Lachaise na direcção da consciência do rei. Pelas perseguições que suscitou contra os jansenistas, acarretou sobre si violento ódio. Foi ele quem mandou destruir Port-Royal. Exilado por morte de Luís XIV, morreu em 1719, em La Flèche».

«Louvois (Francisco Miguel Le Tellier, marquês de), ministro de Luís XIV, filho do chanceler Le Tellier, nasceu em Paris, em 1641. As vitórias alcançadas, o sucesso obtido nas campanhas de Flandres e do Franco-Condado foram devidos às suas medidas, 1667-1668. Não obstante, tendo ciúmes de todo o merecimento independente do seu, deu o Turenne, 1674-1675, ordens, cujo fim era fazer gorar as operações deste general. Foi a sua arrogância que fez romper, 1672, as negociações travadas com a Holanda; e o *doge* de Génova, que tinha vindo humilhar-se diante do rei, 1685, foi esmagado de desprezo por Louvois. Este ministro desenvolveu uma crueldade inaudita contra os calvinistas, em 1686, e mandou incendiar duas vezes o Palatinado, 1674-1689. O resfriamento que começou a sentir nas suas relações com o rei, ou, segundo outros, o veneno, pôs termo à sua vida».

Le Tellier, jesuíta. Louvois, marquês. É preciso confessarmos que o sacerdote tem bons antepassados... em Le Tellier, a *nobreza* bons ascendentes... em Louvois.

Mas íamos esquecendo César Bórgia. Ouçamos quem se encarrega de nos contar a sua vida, a história...

César Bórgia, segundo filho natural de Rodrigo Bórgia (depois Alexandre VI) e de uma dama romana chamada Vanozza, nasceu em 1457. Seu pai, logo que foi papa, nomeou-o arcebispo e em seguida cardeal. Matou seu irmão Francisco, duque de Candia, já pela ambição que tinha de possuir-lhe os bens, já pelos grandes ciúmes que dele concebera a respeito de sua irmã Lucrecia Bórgia, de quem ambos gozavam favores incestuosos. O duque de Candia, depois duma grande ceia, foi assassinado e lançado ao Tibre.

César aspirou à mão duma filha do rei de Nápoles, mas um breve de seu pai veio entrar este desejo. Afirmou imprudentemente que tinha sido o breve falsificado pelo cardeal Floride, a quem prometeu que, se confirmasse a sua imprudente asserção, o salvaria e lhe daria muito dinheiro. O cardeal aceitou, mas Bórgia, depois de Floride ter confessado o seu suposto crime, deixou ficar no cárcere este miserável, e apoderou-se de todos os seus bens. Ainda assim o casamento não se efectuou. Foi a França levar as bulas de divórcio de Luís XII com Joana, filha de Luís X, e foi nomeado duque de Valentinois. Levantou dois mil cavaleiros e seis mil infantas, e entrando em Itália apoderou-se de muitas cidades.

Num festim, que ele e seu pai tinham preparado, Alexandre VI foi envenenado juntamente com o filho. Estes dois monstros tinham preparado um vinho envenenado para certos cardeais, cujas riquezas ambicionavam. Mas, ou fosse engano, ou fosse traição dos serventes, foram os Bórgias que beberam a peçonha. O Papa morreu e o filho esteve quase a ter a mesma sorte.

Melhor fora que a tivesse, para bem da humanidade!

Júlio II, sucessor de seu pai, mandou-o prender, mas o filho de Rodrigo obteve a sua liberdade, entregando as fortalezas que possuía. Veio à Espanha, onde foi de novo preso por Gonçalo de Córdova. Fugiu da prisão e retirou-se para casa de João d'Albret. Morreu dum tiro no cerco de Viena.

Eis esboçada a traços largos a vida deste tigre, que prostituiu uma irmã, envenenou os amigos, roubou cidades, violou mulheres e crianças.

Dissemos pouco dele. Contentámo-nos com a sucinta notícia D'Harmonville. P. Larousse fornecia-nos mais. Mas não que-

remos. Os outros factos da vida dele, os factos que calámos, não podem, sem prejuízo da moralidade, ser estampados nas colunas dum jornal, como nas dum dicionário. Mas isto basta. Diremos só que, para se conhecer bem o carácter deste *homem*, basta saber que foi o tipo do *príncipe* que imaginou Maquiavel.

Apresentei aos leitores seis vultos hediondos, repugnantes, cobertos de sangue:

Tavannes — o feroz miserável de S. Bartolomeu;

Torquemada — o monstro sedento de fogueiras, o homem que apagava a sede no sangue de seus semelhantes;

Carlos IX — o louco desvairado, sanguinário, o tipo do *roy parfait* do abade Brantôme;

Jacques Clément — o regicida, o fanático animado por Burgoin e pela infame cortesã, duquesa de Montpensier;

Ravaillac — o papista, o assassino do bom rei Henrique IV;

César Bórgia — o feroz matador de Floride, o fraticida, o envenenador, o incestuoso, o... cardeal!...

Estes monstros, estes tigres, estes demónios...

Aos reaccionários de Portugal*

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, n.º 269, de 12 de Agosto de 1872.

VEUILLOT E OS DEMOCRATAS

I

Os leitores deste jornal devem estar lembrados duma *aventura galante* do jesuíta Dufour d'Astaffort com M.^{me} Valmont, facto que o honesto Veuillot no seu *Univers* nega conforme pode, chamando-lhe invenção da *canalha, dos democratas de taverna, das virtuosas da rua e da justiça*.

Os nossos reaccionários de contentes, esfregam as mãos. — Bravo, Veuillot, exclamam, bravo! — Ao Veuillot do *Univers* vou dirigir algumas simples palavras. O *Univers*, depois de negar que Victor Jacques fosse seu colaborador, defende-o como pode, num dos seus últimos números, corroborando assim a acusação.

Agora a Veuillot e aos nossos reaccionários:

Canalha é quem mete a faca na mão de Jacques Clément. Canalha é quem canoniza Martinho IV. Canalha é o que desfecha traiçoeiramente sobre o rei de Espanha. Canalha é aquele que admira o padre Le Tellier. Canalha são os que esperam à esquina duma rua como salteadores Buonaparte, para porem em prática a máquina infernal de Cadoudal. Canalha são esses que, como Louvois, dão ordens erradas a Turenne, para que ele seja derrotado nas suas campanhas, não se lembrando que arriscam assim a vida de milhares de soldados. Canalha é o que envenena como Bórgia. Canalha é o que mata como Sixto V. Canalha o vil que assassina como Ravailiac. Canalha o que guilhotina os desgraçados quatro sargentos da Rochella. Canalha

os que rugem como Tavannes. Canalha os que queimam como Torquemada. Canalha os que encarceram Galileu. Canalha os que condenam António Vieira. Canalha os que matam Coligny, Ramus. Canalha os que vendem o perdão de todos os crimes por dinheiro. Canalha é o padre Le Tellier; canalha é o marquês de Louvois; canalha é Saulx Tavannes; canalha é Torquemada; canalha é Jacques Clément; canalha é Ravailac; canalha é Carlos IX; canalha é César Bórgia; canalha é Victor Jacques; canalha... é a reacção.

— Homens de taverna — Esse epíteto pertence-vos. Homens de taverna são os assassinos, por vós assalariados, do rei de Espanha; homens de taverna são os incitadores de Jacques Clément e de Jean Châtel. Homens de taverna são os amigos de Cadoudal; homens de taverna são os que fazem de Pichegru um traidor; homens de taverna sois vós...

— Virtuosas da rua. As vossas abomináveis palavras talvez queiram dizer — cortesãs. Pois bem. Vamos lá. Ouçamos a história:

Cortesãs são as vossas rainhas. Cortesãs são as amantes dos Bórgias. Cortesã é a irmã de César, Lucrecia. Cortesã é Catarina de Médicis. Cortesã é a ex-rainha de Espanha, Isabel. Cortesã é M.^{me} Pompadour. Cortesã é M.^{me} Maintenon. Cortesã é M.^{me} de la Vallière. Cortesã é Ninon de l'Enclos. Cortesãs são as mulheres de Luís XIV e da Regência. Cortesãs são as beatas. Cortesãs são as mulheres a quem vós chamais religiosas. Cortesãs enfim têm sido as vossas soberanas, as damas da corte, as *Mulheres Elegantes* de Brantôme, as Messalinas da Saint-Barthélemy. Estas cortesãs do paço iam aos cadáveres dos huguenotes ver... Essas cortesãs examinaram em si próprias pelo cadáver do bravo barão do Point o processo de impotência intentado contra ele pela sua impúdica esposa, a herdeira dos Soubise. «As damas de honor com a rainha não tinham passado muito agradáveis horas a fazer a revista obscena dos fidalgos mortos no pátio e despojados das suas roupas. Larousse».

Veillot diz-nos também que a suposta invenção foi urdida pela justiça. Não profanes essa palavra; lembra-te que hoje a palavra justiça é bem empregada, não te esqueças de que já lá vai a câmara dos tormentos e os processos de então.

Agora ouve, Veillot, o capítulo XIII do livro 25 do *Espírito das Leis* do grande Montesquieu, e considera quando acaba-

res de ouvir, quem são a canalha, os homens de taverna, as virtuosas da rua e a justiça.*

II

«Uma judia de dezoito anos, queimada em Lisboa no último auto da fé, deu ocasião a este escrito, creio que o mais inútil que até hoje se tem elaborado. Quando a questão é provar coisas tão claras, certo estamos de não convencer pessoa alguma. O autor declara que, posto que seja judeu, respeita a religião cristã, e que a ama assaz para tirar aos príncipes não-cristãos um pretexto plausível de a perseguir.

Queixais-vos, diz o autor aos inquisidores, de que o imperador do Japão mandou queimar a fogo lento os cristãos dos seus estados; mas ele pode responder-vos:

‘Nós tratámo-vos, a vós que não tendes as nossas crenças, como vós tratais os que não crêem como vós; de nada vos podeis queixar, a não ser da vossa fraqueza que vos impede de nos exterminar, como nós vos fazemos’.

Mas confessai que ainda sois piores que este imperador. Vós ordenais a nossa morte, a nós que cremos o que vós credes, pela razão de não crermos *tudo* o que vós credes.

Nós seguimos uma religião que, como sabeis, foi outrora querida de Deus; nós pensamos que Deus a ama ainda; vós que não; e, porque credes dessa maneira, fazeis passar pelos ferros, pelo fogo os que estão neste erro perdoável: — crer que Deus ama ainda o que já amou.

Se a nosso respeito sois cruéis, muito mais o sois a respeito de nossos filhos que arrojais à fogueira, porque seguem aquilo que lhes ensinou alguém a quem as leis naturais e as de todos os povos lhes mandam respeitar como aos deuses. Privais-vos da vantagem que

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, n.º 273, de 17 de Agosto de 1872.

vos deu sobre os maometanos a maneira pela qual se estabeleceu a religião deles; quando os maometanos se gabam do número de seus fiéis, dizeis-lhes que os adquiriram pela força, que de ferro em punho estabeleceram a sua religião. Ora se eles a estabeleceram pelo ferro, porque estabeleceis vós a vossa por meio do fogo? Quando quereis que nós passemos para o vosso grémio, objectamo-vos uma origem que tendes orgulho. Respondeis-nos que a vossa religião é nova, mas que é divina, e quereis provar o que avançais pelo sangue que derramaram os vossos mártires, o sangue dos cristãos vítimas dos pagãos; mas hoje sois vós quem desempenha o papel dos Dioclecianos, e fazeis-nos tomar o outrora vosso.

A vós todos conjuramos, não pelo Deus poderoso que vós e nós adoramos, mas pelo Cristo que, segundo dizeis, tomou a forma humana para vos propor exemplos a seguir, conjuramo-vos a que procedais connosco como faria ele se estivesse ainda na terra. Quereis que sejamos cristãos, e não o quereis ser.

Mas se não quereis ser cristãos, ao menos sede homens: tratai-nos como faríeis, se, não tendo essa fraca luz da justiça, que a natureza nos dá, não tivésseis uma religião para vos conduzir, e uma revelação para vos marcar o caminho. Se o céu vos amou tanto para vos dar a conhecer a verdade, fez-vos uma graça: mas têm acaso os filhos, recebedores da herança de seus pais, o direito de odiar aqueles que a não receberam?

Se possuís a verdade, não a oculteis pela maneira com que no-la propondes. O carácter da verdade é o seu triunfo sobre os corações e os espíritos, e não essa importância que confessais, querendo que nós aceitemos a verdade por meio de suplícios. Se raciocinais um pouco, não deveis matar-nos, porque não queremos enganar-vos. Se o vosso Cristo é o filho de Deus, esperamos que ele nos recompensará por não termos querido profanar os seus mistérios; e cremos que Deus (a quem nós e vós rendemos culto) não nos castigará por termos sofrido a morte por uma religião que Ele outrora nos deu, porque cremos que ainda no-la dá. Vós viveis num século em que a luz natural é mais viva do que nunca foi: vós viveis num século em que a filosofia lançou raios de luz sobre os espíritos; vós viveis num século em que a moral do nosso Evangelho mais que nunca é conhecida, em que os direitos respectivos dos homens uns sobre os outros, o império que uma consciência pode ter sobre outra, melhor que nunca estão es-

tabelecidas. Se, pois, não esqueceis os vossos antigos preconceitos, que, se não dais por isso, são as vossas paixões, é preciso confessar que sois incorrigíveis, incapazes de luz e instrução; e bem infeliz é uma nação que dá a autoridade a homens como vós.

Quereis que franca, ingenuamente vos digamos o nosso pensar? Vós considerais as nossas pessoas inimigas vossas, não da nossa religião; porque, se verdadeiramente amásseis a vossa religião, não a deixaríeis corromper por uma ignorância grosseira. Cumpre que vos advirtamos duma coisa: e é que se alguém nos tempos futuros ousar dizer que neste século os povos da Europa eram civilizados, haveis de ser citados para provar que eram bárbaros, e a ideia que de vós houver será tal, que há-de apagar as glórias deste século, que há-de acarretar o ódio sobre os vossos contemporâneos. Montesquieu, *Esprit des lois*, XXV, cap. XIII».

Veillot do *Univers*, Veillots dos nossos jornais reaccionários, curvai a cabeça a estas palavras; e vós, torpes e estúpidos missionários, tirai o barrete sórdido a estas expressões dum coração bom junto a uma inteligência robusta.

Estas palavras do grande Montesquieu são belas, ardentes de indignação; juntam, como diz D'Alembert, a uma lógica exacta uma alma apaixonada.

Se os padres tivessem vergonha, chorariam lágrimas amargas, arrojarse-iam aos pés do povo, e pedir-lhe-iam perdão.

Mas qual?! Riem das palavras generosas, riem das ideias rendedoras, e lá continuam a caminhar, roubando mulheres, violando virgens, já que as não podem queimar. E depois, quando perguntados de cara a cara, balbuciam:

— Isso eram alguns transviados!... A maior parte dos padres é boa...

— Hipócritas! Algum por acaso é bom. A maior parte é má. Perdão, Veillot. Roubei-te muito tempo.

São horas de ir o *Univers* para a tipografia, e a defesa — *elogio de Victor Jacques* — ainda está em meio. Perdão, Sotaina. Também te roubei muito tempo. São horas de ir falar a Cadoudal... *

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, n.º 275, de 20 de Agosto de 1872.

O BEM PÚBLICO, A PALAVRA E A GALERIA

Há tempos publicou o *Bem Público* um artigo em que, ocupando-se da minha humilde pessoa, me chamava falsificador da história, saião da calúnia, coração danado, e a *Palavra*, jornal hipócrita dos hipócritas, copiou o artigo no seu número de 14 do corrente.

Só hoje posso responder ao *Bem* e à *Palavra*.

* *
*

Diz o Sr. José Maria que a minha Galeria é um *cordel* de torpezas e mentiras sandias, e dá para exemplo o que eu disse sobre o marechal Tavannes. Tem razão. Tavannes é um homem digno de veneração; Tavannes, se *sangrou* os huguenotes, fez bem; Tavannes deve estar na mansão dos justos, Tavannes é um bom coração. Maus, corações danados, miseráveis, são os redactores e colaboradores do *Diário da Tarde*.

O Sr. Borges de Avelar no seu magnífico artigo — Os regicidas — provou à evidência pela história de que laia eles eram; o Sr. Urbano Loureiro tem cortado os cordões da máscara com que oculta o rosto a *Palavra*; o Sr. A. Albano exigiu uma satisfação a esse mesmo jornal sobre algumas insinuações pérfidas da folha católica, e não obteve resposta. O procedimento destes senhores é próprio de *corações danados*. Eu repeti sobre Tavannes o que tem dito D'Harmonville, P. Larousse e outros historiadores.

Mas eu menti *sandiamente*. Falou só verdade o *Bem Público*. A *Palavra*, que tem até aqui elogiado os jesuítas, ainda não se atreveu a incensar Tavannes. Copiou o que disse o *Bem Público*; aceitou as ideias e palavras de José Maria, e esfregou as mãos resmungando:

— Isso é lá com o *Bem*. Eu só copiei. A responsabilidade é do colega *Bem*.

A *Palavra* é má, estúpida e cobarde.

* *
*

Como sabem, eu dediquei a minha Galeria «aos *reaccionários de Portugal*», e o *Bem Público* a esta dedicatória responde: «Saiba, porém, que os *reaccionários* desprezam muito a sua habilidade, para assistirem aos actos em que a exercita».

Ora eu creio que destas palavras se deduz que José Maria pertence aos *reaccionários de Portugal*.

O Sr. José Maria bem sabe o sentido que todos os homens, que têm alguma ilustração, dão à palavra *reaccionário*.

Reaccionário é o que pretende voltar para traz. Em política, *reaccionário* é o miguelista, é o absolutista; em religião, *reaccionário* é o intolerante. Em política, *reaccionário*, é o que quer a força, as cadeias d'Almeida, Teles Jordão, Pita Bezerra, o rei muito nosso senhor, pajens, cortes faustosas, Carlos IX e Mad. Pompadour. Em religião, *reaccionário* é o intolerante, é o «crê ou morres»; o *reaccionário* não respeita a cruz do Gólgota, adora a cruz dos cruzados; o *reaccionário* religioso quer *la messe ou la mort*; quer as expedições à Palestina, quer o morticínio dos Albigenses, a corte miserável de Roma, o papa, o frade e o inquisidor; o papa, como Alexandre VI; o frade, como Agostinho de Macedo; o inquisidor, como Torquemada.

Vejam pois de que raça é o *Bem Público*, o *Bem Público* que nos vem falar em verdade, ele que se só sabe mentir, o *Bem Público* que nos vem falar em bom senso, ele que é o jornal do... José Maria; o *Bem Público* que nos vem falar da história que tem gravado um ferrete infamante nos reis do direito *divino*, papas e reis por quem suspira o *Bem Público*.

* *
*

A *Palavra* copiou o artigo e precedeu-o destas palavras de lavra própria:

«Damos hoje com a devida vénia, a respeito do *Diário da Tarde*, um extracto do último número do *Bem Público*, o melhor jornal religioso que se publica no país etc.,... Infelizmente o *Bem Público* é pouco lido entre nós etc etc. e o Sr. Sousa Monteiro respeita o partido legitimista, mas não pertence a ele etc.».

De maneira que, amiga *Palavra*, o *Bem Público* é o melhor jornal religioso que se publica no país. Não está má a religião do *Bem Público*! O *Bem Público* respeita o padre, quer seja Ganganelli, quer Torquemada; e porque nós respeitamos Ganganelli e execramos Torquemada, alcunha-nos de ímpios e irreligiosos. Confunde a religião com o padre, e o ilustrado José Maria não encontra em nós adversários dignos dele. O Sr. Albano Coutinho e o seu artigo «Quem são os ímpios?» não estão na plana do *Bem Público*. Tem razão. Estão muito acima. Quanto ao que diz a *Palavra* sobre os legitimistas, só repetiremos o que diz o Sr. Urbano Loureiro: — A máscara cai-lhes aos pedaços.

Eu faltei à verdade. Tavannes, Torquemada, Jacques Clément, Ravailiac, Carlos IX e César Bórgia estão na mansão dos justos.

É verdade, *Bem Público*: — Porque não publica um compêndio de história?

À *Palavra*, que copiou o artigo, faço ainda a mesma pergunta.*

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, n.º 274, de 19 de Agosto de 1872.

A PALAVRA E A HISTÓRIA

À *Palavra* estas linhas. A *Palavra* publicou no seu n.º de 20 Agosto, um artigo em que se trata da minha humilde pessoa, e se pretende *fazer espírito* com os meus escritos. Diz o seráfico jornal que eu sou o Crébillon do terror, o homem da *balbúrdia histórica*, etc., etc. Só hoje posso responder aos Jules Janin da *Palavra*, que, a meu ver, e de muita gente sensata, precisam de algumas palmatoadas.

Ora venha cá, amiga *Palavra*. Diz que eu «coloco o Papa Martinho IV ao lado dos assassinos do rei Amadeu, diz que *pespego* (não reparem na palavra que é da *Palavra*) o padre Le Tellier de braço dado com os malvados da máquina infernal na rua de Saint-Nicaise; diz que ponho o marquês de Louvois a cavalo no marechal de Turenne (! que justa admiração da *Palavra*! Ah! D'Harmonville, ah! história, que muito sofres da *Palavra*). Diz mais que eu encambo (palavra da *Palavra*) o marechal Tavannes com o inquisidor Torquemada, que *acocoro* Ravailac com Carlos IX, que *meto de gorra* (metem nojo estas palavras) Catarina de Médicis com as mulheres da Regência, que pinto Maintenon filada a Pompadour e Ninon de Lenclos de molho com as beatas e religiosas. — Ora eu quis saber a que artigo meu se referia a *Palavra* com toda esta ladainha, e exclamei, como Arquimedes, Eureka! Não há duvida. A *Palavra* refere-se ao 1.º número do meu artigo «Veuillot e os democratas». Cá está. Veuillot chamou aos democratas: canalha, homens de taberna, etc., e às mulheres do

povo: virtuosas das ruas, *cortesãs*. Ora eu disse no meu artigo: «Canalha é quem canoniza Martinho IV. Canalha é o que desfecha traiçoeiramente sobre o rei de Espanha. Canalha é aquele que admira o padre Le Tellier. Canalha são os que esperam à esquina numa rua, como salteadores, Bonaparte, para porem em prática a máquina infernal de Cadoudal. Canalha são esses que, como Louvois, dão ordens erradas a Turenne para que ele seja derrotado nas suas campanhas, não se lembrando que arriscam assim a vida de milhares de soldados». E mais abaixo: «Canalha é Saulx Tavannes; canalha é Torquemada; canalha é Ravailiac; canalha é Carlos IX». E mais adiante «Cortesã é Catarina de Médicis. Cortesã é M.^{me} Pompadour. Cortesã é M.^{me} Maintenon. Cortesã é Ninon de Lenclos, etc.,...».

E vejam como é esperta a *Palavra*! Todos nós, redactores e colaboradores do *Diário*, somos liberais. Veillot insultou todos os liberais. Logo insultou-nos a nós; caluniou-nos, precisa lhe era uma correcção. Chamou-nos canalha, e eu disse-lhe quem era a canalha; chamou às mulheres do povo *cortesãs*, e eu com a história em punho disse-lhe quem eram as cortesãs. Mas eu chamei canalha a Le Tellier, a Martinho IV e a Carlos IX. E a *Palavra* doeu-se disso, porque venera Le Tellier, Martinho IV e Carlos IX. Eu li a vida desses três malvados e excrei-os. A *Palavra* estimaria que eu, como Luís XVIII, mandasse antes rezar missas, cantar *Te Deums* por Pichegru, o traidor; por Cadoudal, o assassino (Erckmann-Chatrian). E o Jules Janin da *Palavra* Jules Janin *en herbe*, exclama que misturei tudo. Não viu ou fingiu não ver os pontos finais e os pontos e vírgulas. E então?! Não acham que estes amigos da *Palavra* são atilados? Está claro! Lá atilados são eles!...

O resto do artigo não tem resposta... A *Palavra* dirige-me quatro palavras com pretensões a *graça*. Chama-me Crébillon do terror, diz que só apresento nos meus escritos orgias, assassinatos, violências, etc. Mas que remédio? Se o papado, os jesuítas, os padres na sua máxima parte, só oferecem quadros de orgias, assassinatos e violências! Eu tenho escrito contra o inquisidor, contra o padre mau, e a *Palavra* ama o inquisidor e o padre mau.

O inquisidor será qualquer dia defendido, arrancada de todo a máscara com que ao princípio nos ocultou o rosto a *Palavra*, pelo jornal *católico*, e eu que execro o Santo Offício, porque li a história,

passarei então por *terrorista*, por *mentiroso sandio*, aos olhos de toda a gente, como já passo por o ser aos olhos da *Palavra*. Então a *Palavra* esmagará o *Diário da Tarde* com as *verdades* da história de S. Domingos, do padre Lacordaire, com as *verdades* da história de França, do jesuíta Liroquet.

* *
*

Então sim. O Sr. Borges de Avelar disse quem eram os regicidas, mas a *Palavra* provará que o Sr. Avelar faltou à verdade. O Sr. U. Loureiro e A. Albano ficarão esmagados pelas palavras inflamadas do jornal católico. O Sr. Albano Coutinho e todos os colaboradores do *Diário* não saberão onde ocultar-se de corridos. O *Jornal da Noite*, o *Conimbricense*, o *Diário Ilustrado*, e os demais jornais liberais ficarão abatidos, prostrados aos pés da vencedora *Palavra*.

E eu pedirei aos redactores do *Diário* um canto do seu jornal, para a tradução da História de França de Liroquet.

Falemos sério, amiga *Palavra*. J. M. Cayla nas suas *Célébrités Européennes*, disse que o capricho e as ideias de Lacordaire eram dois anacronismos. E eu exclamarei como ele:

— Amiga *Palavra*, as tuas ideias não são deste século. As tuas ideias e a sotaina que usas são dois anacronismos.*

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, n.º 277, de 22 de Agosto de 1872.

AINDA A PALAVRA E A HISTÓRIA

I

Senhores redactores da *Palavra*: — Respondem VV. S.^{as} no seu jornal de 23 de Agosto ao meu artigo intitulado: O *Bem Público*, a *Palavra* e a Galeria. — Ora dizem VV. S.^{as} que aos meus quadros faltam quatro: a execução de Carlos I, a execução de Luís XVI, o assassinato do duque de Berry e o do presidente Lincoln. Muito bem! VV. S.^{as} falaram em Carlos I e em Luís XVI. Olharam só para um lado da medalha. Choraram Carlos I e Luís XVI. Tiveram pena deles. Fizeram bem, encarada a questão pelo lado da humanidade, da compaixão, do amor do próximo. Mas VV. S.^{as} falam muito em filosofia e bem precisa lhes é ela agora. Ora ouçam. Façamos um resumo da vida política dos dois decapitados. Voltem a medalha. Saibam o que foram Carlos I e Luís XVI.

* *
*

Carlos I era rei de Inglaterra e pertencia à família dos Stuarts, católico e amigo entusiasta dos padres. Diz o autor Raffy no seu compêndio: «Carlos I foi, desde os primeiros anos do seu reinado, impopular por causa do seu casamento com uma princesa católica, Henriqueta de França, irmã de Luís XIII. Os favores que concedeu a Buckingham aumentaram ainda mais esta impopularidade».

Frederico Soulié diz-nos, pela boca de Cromwell (*Les deux cadavres*): — «Não tinha eu o direito de julgar o meu rei, meu

amo, o unguido do Senhor? Tinha por direito os queixumes do povo, a servidão da Inglaterra, o esquecimento dos juramentos: tinha por direito a delapidação dos fundos públicos, a insolência dos favoritos, as pastas do ministério dadas aos lisonjeiros, a Inglaterra prostituída à corte, tinha por direito a vitória que Deus me deu».

O protectorado de Cromwell foi a época mais brilhante da Inglaterra: a riqueza pública aumentou; as nações todas da Europa vergavam o colo diante da Inglaterra; Jamaica e Dunquerque tornaram-se mais dois brilhantes da nação inglesa. Cromwell suprimia os inimigos do Estado, os seus inimigos. Mas contentava-se na sua política com suprimi-los. Carlos II na restauração, fazia sofrer aos inimigos o refinamento da tortura. Cromwell salvou Carlos I, cadáver, da fúria da população. Carlos II mandou desenterrar Ireton, Bradshaw e Olivier Cromwell, para seus esqueletos serem enforcados em Tyburn, retalhados pelo carrasco. Cromwell é um assassino, um regicida, um monstro. Assim o julga a *Palavra*. Carlos II, o libertino, o vingativo, o miserável, é aos olhos do jornal católico uma boa alma. Os horrores da restauração, os seus erros, são um ponto matemático, um ponto geométrico aos olhos daquela boa gente.

Continuemos, *Palavra*. Em má hora falaste em Carlos I, em Luís XVI.*

II

II.^{mos} Srs. redactores da *Palavra*: Continuarei hoje a minha carta, e principiarei pela tradução da biografia de Carlos I, biografia devida à pena aparada de P. Larousse:

«Carlos I, rei de Inglaterra, da casa dos Stuarts, segundo filho de Jacques I, nasceu em 1600, em Dumferline (Escócia); foi

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, n.º 281, de 27 de Agosto de 1872.

príncipe de Gales em 1612, pela morte de seu irmão Henrique, e sucedeu a seu pai em 1625. No mesmo ano casou com Henriqueta de França, filha de Henrique IV. Tendo dado toda a sua confiança a um favorito, justamente odioso ao país, Buckingham, embriagado com a ficção do direito divino, arrastado pelo instinto do absolutismo para o catolicismo (que fingia professar e não professava), Carlos ofendeu a nação desde o começo do seu reinado, perseguindo os presbiterianos escoceses e os puritanos ingleses, favorecendo os católicos, atacando as liberdades públicas, e dissolvendo sucessivamente muitos parlamentos, que tinham recusado subsídios e manifestado uma terrível oposição. Durante onze anos (1629-1640) governou sem parlamento, com os seus ministros Laud e Strafford, multiplicando as extorsões, taxas arbitrárias, violências, concussões, actos de despotismo e perseguições religiosas e políticas. Os seus esforços obstinados por estabelecer na Escócia a liturgia anglicana, indignaram os presbiterianos desse país, que estabeleceram o seu famoso *covenant*, pegaram em armas e invadiram a Inglaterra. Nesta conjuntura, Carlos, falho de recursos e expedientes, convocou um parlamento que dissolveu pouco depois, foi derrotado pelos escoceses em Neuburn, e vencendo de novo a sua repugnância, reuniu ainda uma vez os deputados do país, e abriu a 7 de Novembro de 1640 essa célebre assembleia, que foi chamada o *long parliament* e que devia consumir a revolução de há muito formada nos espíritos. As duas câmaras estavam animadas de igual irritação contra a corte e começaram a guerra, processando e enviando ao suplício Strafford, cuja sentença o rei assinou com tanta pusilanimidade como ingratidão. A decisão, a energia e a audácia do parlamento de tal modo imperaram sobre o monarca, que este consentiu em assinar o *bill*, que tirava à coroa o poder de revogar e dissolver as câmaras e tiravam-lhe outros privilégios dos monarcas anteriores.

Por uma reacção nele muito comum, passou subitamente da fraqueza à violência, e quis mandar prender os membros influentes do Parlamento. A irritação que se comunicou da assembleia ao povo, depois desta tentativa, decidiu-o a deixar Londres e a começar a guerra civil (1642). O parlamento, pelo seu lado, nomeou uma comissão executiva e organizou um exército. Após uma série de operações militares e de negociações infrutuosas, no

meio de revezes e sucessos, a causa realista foi definitivamente vencida em Naseby (1645) por Fairfax e Cromwell, que comandavam as tropas do parlamento.

Carlos I fugiu para os escoceses, assustados já com os progressos da revolução e com o partido dos *Independentes*, e fáceis de corromper. Mas o monarca ofendeu-os pela sua atitude altiva, pelo seu desprezo para com o *covenant*, e para com os presbiterianos. Isto tudo fez com que os escoceses o entregassem aos homens do parlamento. Os mais moderados pareciam dispostos a tratar com ele; mas os independentes e seus chefes, Cromwell, Fairfax, Ludlow, Milton, com o apoio do exército, declararam o rei culpado de alta traição, e fizeram processá-lo por um alto tribunal de justiça, que o condenou à morte como *tirano, traidor, assassino e inimigo público*.

Durante o curso do processo, Carlos mostrou mais obstinação que prudência, declinando a competência do tribunal, e tomando por único meio de defesa a ficção absolutista de que o *rei não pode proceder mal*. Foi decapitado defronte do palácio de White-Hall, e sofreu o suplício com coragem e resignação (30 de Janeiro de 1649). Alguns escritos seus foram publicados na Haia em 1650. Poucos dias depois da execução apareceu, em inglês, e sob o título grego de *Eikôn basilikê*, uma espécie de jornal íntimo, que se julgava ser escrito pelo rei durante o seu cativeiro, o qual jornal teve um sucesso prodigioso. Está averiguado hoje que o verdadeiro autor desse livro é Gauden, bispo de Exeter. P. Larousse».

Aqui têm VV. S.^{as} a biografia do homem que apontam, não para chorarmos juntos nós ambos o seu fim desgraçado, mas antes para eu corar de vergonha por causa da sua morte.

Falei-lhes nos grandes mártires de Tavannes, Torquemada, Carlos IX, e VV. S.^{as} respondem-me com Carlos I de Inglaterra, o rei *das extorsões, das taxas arbitrárias, violências, concussões, actos de despotismo religioso e político!* Quanto à sua morte, quanto à sua execução, ouçam VV. S.^{as} Fr. Soulié.

Lançaram-me um cartel. Levanto-o.*

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, n.º 283, de 29 de Agosto de 1872.

III

Senhores redactores da *Palavra*: — Principiarei este meu terceiro artigo citando alguns períodos do capítulo II — *White Hall* — do romance devido à pena vigorosa de Soulié — *Les deux cadavres*:

«Esse dia era o dia 30 de Janeiro de 1649. Na manhã desse dia, Carlos I, preso no palácio de St. James, tinha-se erguido sossegado e cheio de coragem, como um mártir. Fanático do seu direito e da sua realeza, este homem tinha dito, por única defesa, aos juizes, que das suas acções só daria contas a Deus; que lhe dera a coroa. A esta miserável argúcia tinham eles respondido com uma sentença de morte, e o carrasco era o terrível argumento que devia provar a esse filho de Deus, que havia alguma coisa de humano no seu poder. Se duas cabeças de rei rolando com cento e quarenta e cinco anos de intervalo não puderam escrever, uma nas pedras de Londres, outra nas de Paris, esse direito de soberania popular, de maneira que ninguém possa contestá-lo mais, se há ainda nos povos homens que julgam o rei um ser de substância divina, cuja tirania, cujo roubo, cujas concussões, cujas covardias, desvairamentos e traições se devem aceitar sem outra resposta mais do que obediência e respeito, se se crê isto hoje, o que faria então naqueles tempos?

O sentimento de que a justiça humana poderia castigar um rei, estava então fora de todas as ideias que a razão admitia nesses tempos. O povo tinha sofrido muito, e por vezes se tinha livrado do seu opressor; mas o punhal, o veneno, o assassinato, tinham até então sido os únicos agentes que derrubavam as coroas; como se na *religião* da realeza, não repugnasse a ideia de derubar dela o Deus vivo, com a condição de que a vingança ficaria no crime, olhando assim os homens a necessidade de se arrancarem a uma condição de desgraça sem bulir no respeito que tributavam ao autor dessa desgraça. É preciso dizê-lo:

— O julgamento de Carlos I foi a maior revolução moral e política que marcou a história dos povos. Com efeito ele consagrou entre os povos e os reis, em vez das sedições populares que só diziam sofrimentos, o salutar aviso de que há direitos a res-

peitar, em vez da conspiração dos nobres, que laceravam o Estado em seu proveito deles, um tribunal que proíbe as usurpações de todos; em vez dos assassinos da antecâmara que matavam por um punhado de ouro ou por uma coroa de conde, o carrasco que pune em nome da sociedade que se vinga».

E VV. S.^{as} lançam-me um cartel em que está escrito o nome — Carlos I, — como eu lhes lancei outro em que estava escrito Ravaillac!...

Eu apontei-lhes Ravaillac, assassinando um rei querido do povo, um rei que regenerara a França, um rei huguenote que tornara fértil o campo árido da Gália católica, um rei conhecido pelo nome de — *bon roi Henri*; — VV. S.^{as} respondem-me com Carlos I, um miserável, um delapidador, um infame castigado por um tribunal.

Quando havia a pena de morte em Portugal, e o juiz condenava *um miserável, um delapidador, um infame* à pena última, chamariam VV. S.^{as} ao juiz um assassino? Apontariam com um facto vergonhoso da vida desse juiz a sentença que proferiu? Por certo que não. Porque acham então vergonhosa a sentença de Carlos? Os juízes fizeram o seu dever. Condenaram um rei que tinha sido a desgraça da Inglaterra.

Mas VV. S.^{as} admiram sem dúvida Carlos II, como admiram Carlos I. Passemos a Carlos II, passemos à Restauração, passemos ao regresso dos Stuarts.*

IV

Senhores redactores da *Palavra*: — Acabei o meu último artigo, prometendo principiar este por dizer alguma coisa sobre o regresso dos Stuarts.

Deixem-me porém, antes disso, remover um argumento que VV. S.^{as} poderiam apresentar.

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, n.º 285, de 31 de Agosto de 1872.

Eu disse que Ravailac era um biltre, e que os julgadores de Carlos I tinham feito o seu dever condenando *um miserável, um delapidador*, um infame, livrando por este modo a Inglaterra dum tirano.

Ora VV. S.^{as} poderiam retorquir-me: — No mesmo caso está Jacques Clément que livrou a França dum devasso, dum rei mau. Porque acusaste tu então Jacques Clément?

Responderei:

— Henrique III era um miserável, um devasso. Mas Jacques não o matou, porque julgasse fazer um bem à França. Clément era outro sensual como o assassinado, fanático exaltado. Matou Henrique e julgou fazer um bem, não à França, mas à *Ligue*. Paris estava entregue à fúria dos *ligueurs*. Os católicos por toda a parte derramavam o sangue, e Jacques era católico. Os julgadores de Carlos condenaram-no, e o carrasco decepou-lhe a cabeça em nome da lei calcada aos pés pelo tirano, em Londres os gritos do povo denotavam indignação, em Paris, a fúria da população traduzia estupidez e fanatismo. Os nobres chefes dos *ligueurs* mandaram matar Henrique, não para castigarem um culpado, mas antes para melhor poderem despedaçar o Estado em proveito deles. E Jacques assassinou por fanatismo, assassinou com a mira nas riquezas, nos prazeres sensuais que lhe forneceu a duquesa de Montpensier. Afiançam até alguns autores que se lhe tinha oferecido a coroa.

Eu tenho lido a história dos regicidas... católicos, e ainda não encontrei um só que matasse com a consciência de que livrava assim o seu país — dum tirano. Eram os assassinos de antecâmara que matavam por dinheiro, por honras. Eram os assassinos do convento, que matavam ou por fanatismo ou com a mira no interesse. Os juízes de Carlos I foram julgadores. Jacques Clément, Ravailac, Cadoudal, assassinos.

Vamos agora ao regresso dos Stuarts.

* *
*

«Carlos II rei de Inglaterra, filho de Carlos I e de Henriqueta de França, nasceu em 1630 e morreu em 1686. Antes do termo das guerras civis, veio com sua mãe procurar um asilo em França,

tomou o título de rei depois da execução de seu pai, e entrou na Escócia, berço da sua família, aonde os seus partidários o proclamaram rei (1651). Jurou o *covenant*, mas não tardou em escandalizar os rígidos presbiterianos pelo seu carácter frívolo e vida dissoluta. Vencido por Cromwell em Worcester, vagueou fugitivo pela Inglaterra e conseguiu passar à França, vendo-se desprezado por Mazarino; dali seguiu para Haia, onde foi sustentado pelo socorro que lhe prestou seu tio, o príncipe de Orange. Em 1660, quando a fortuna dos Stuarts parecia destruída para todo o sempre, o general Monck, aproveitando-se do cansaço dos partidos, dissolveu o parlamento e convocou um novo, ao qual impôs a volta de Carlos II, que fez a sua entrada em Londres a 29 de Maio, e tomou posse do trono sem que os poderes públicos pensassem em pôr limite algum à sua autoridade. Uma reacção terrível se seguiu a esta restauração. Calcando aos pés uma amnistia formal, Carlos ergueu o cadafalso para aqueles que tinham tido alguma parte na morte de seu pai, e inventou para eles os mais cruéis suplícios; o cadáver de Cromwell foi arrancado das catacumbas de Westminster, arrastado ao suplício, e enterrado debaixo da forca, em Tyburn. Larousse».

Interrompamos aqui por alguns momentos Larousse, e ouçamos Soulié. VV. S.^{as} aplaudem sem dúvida Carlos II, aplaudem o libertino, o vingativo, o violador do túmulo, o feroz Carlos II, como aplaudem Carlos I, o miserável, o violador da lei, o delapidador da fazenda pública, o infame.

São VV. S.^{as} do número daqueles que respondem às torpezas, violências, roubos, infâmias dos reis com obediência e respeito (Soulié). E dizem-se liberais! E execram de Cromwell porque castigou, e aplaudem Carlos II porque Carlos matou, roubou, vendeu Dunkerque, decidiu da vida dum súbdito entre os beijos torpes duma amante e os bailes da corte!

Roubem os reis os povos, calquem aos pés tudo o que há de mais santo, arranquem os esqueletos do túmulo, façam pairar sobre Londres a nuvem do crime, matem os habitantes em Tyburn, apareça horrível, ameaçador o monstro da peste, seja tudo horror e negruras! Que importa?

O rei fez bem, porque o rei *não pode proceder mal!*

Rebenta de repente o vulcão da ira popular, e Cromwell castiga um Carlos I, flagelo de Inglaterra.

— Assassinos! exclamam então VV. S.^{as}; o povo devia suportar o rei, fosse ele um Nero. Assassinos!
Ouçamos Soulié:*

V

Senhores redactores da *Palavra*: — Diz Fr. Soulié, no capítulo 21 do seu romance *Les deux cadavres*:

«Cromwell, para quem a morte era simplesmente a supressão dum homem do número dos seus inimigos, poupou as minuciosidades da tortura a quase todos os condenados. Matando-os, não queria castigá-los por não pensarem como ele, porque sabia que se podia pensar muito honrosamente sem ser do parecer dele; e não quis do mesmo modo aterrar por meio de suplícios os seus antagonistas, porque bem sabia que o sangue dos cada-falsos é bom adubador de vinganças; fez somente com que os que eram contra ele não vivessem, porque lhe eram estorvo. Matou-os, como se mata um insecto que nos pica, sem pretender reformar a sua natureza ou advertir os seus semelhantes. Não era este o pensar dos realistas: Ter posto a mão ou fitado um olhar nos direitos da realeza era um crime! era o maior de todos crimes, era desobediência, revolta e sacrilégio.

Os castigos deviam, pois, tomar proporções capazes de tais crimes. Assim a Restauração não poupou o refinamento da tortura dos que fazia morrer; e se dissermos que tinha feito do amor à realeza uma espécie de religião, bem se compreenderá que toda e qualquer vingança dos realistas era implacável, impossível toda a esperança de perdão.

Fr. Soulié apresenta-nos a descrição do suplício dos personagens do seu romance Okey, Barkstead e Miles Corbet, sofrendo o suplício dos traidores. Eis a descrição desse suplício:

Olhai, olhai — dependuram-vos na forca bastante tempo, bastante tempo; depois, quando ainda não estais morto, descem-

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, n.º 287, de 3 de Agosto de 1872.

-vos da força... oh! olhai, tomai bem sentido, porque depois estendem-vos sobre uma mesa, em seguida o carrasco abre-vos o ventre com uma faca... Horror! Depois arrancam-vos as entranhas e deitam-nas sobre um braseiro ardente... Compreendeis? Queimar as entranhas!! E depois... oh! depois o carrasco aproxima-se de vós; arranca-vos o coração e aperta-o entre as mãos. Piedade! Piedade!... É este o suplício dos traidores. Soulié».

Mas para que referir tantos horrores? Este quadro repugnante ofereço-o a VV. S.^{as}, que me vêm falar com admiração em Carlos I, e com horror em Cromwell.

Oh! realistas miseráveis! Oh! raça de víboras peçonhentas! Oh! sanguessugas repelentes!

VV. S.^{as} dizem que são liberais e vêm falar em Carlos I com admiração. E abominam 89, a aurora da liberdade.

Mentem! Não são liberais. Mentem!

A palavra é dura, mas é justa. VV. S.^{as} são realistas, daqueles realistas que, como diz Soulié, mordem a mão que os liberais lhes estendem, para os salvar do naufrágio. Eu quero ser franco, quero dizer-lhes tudo o que penso. O partido dos realistas está dividido em duas secções: — à primeira pertencem os homens do povo, estúpidos e fanáticos; — à segunda os realistas ilustrados, e neles todos não vejo um só homem bom.

Não! O realista ilustrado é uma víbora, um réptil torpe e daninho. O realista ilustrado mente ao povo das janelas do seu palácio, como o padre realista lhe mente do púlpito.

O realista ilustrado diz consigo:

— Que me importa que o povo sofra?

Que me importa que ele chore lágrimas amargas, se eu vivo bem, entre mil gozos, no meu palácio? O povo é o braço; eu a cabeça. Ele não deve raciocinar, não deve ter consciência do que é. A força física tiro-lha eu, fazendo-o trabalhar do nascer ao pôr do sol, no parque do meu palácio feudal. A força intelectual é-lhe atrofiada pelo padre na igreja.

É isto o que pensa o realista ilustrado.

Pergunto a VV. S.^{as} se acham tal homem, um homem bom?

— Mas continuemos a biografia de Carlos II.*

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, n.º 289, de 5 de Setembro de 1872.

VI

Senhores redactores da *Palavra*: — Acabei o meu último artigo e pretendia principiar este pela continuação da biografia de Carlos II; VV. S.^{as} porém vieram demover-me desse propósito, declarando na sua folha n.º 30 que não simpatizam com ele. Deixemos pois esse rei. Concedam-me todavia que lhes diga que Carlos, apesar de céptico, estimava em muito os padres católicos, aos quais concedeu inúmeros favores, e parece que na hora da morte fora assistido por um padre católico (*Vid. Larousse*).

O que eu peço a VV. S.^{as} é que sejam comedidos nos seus artigos... Se têm jeito para a *graça*, escrevam com ela, com a sátira mordente do Sr. U. Loureiro, ou com o *esprit* das Farpas; mas não empreguem (como fazem) a *graçola*, o *dichote*, a *chalaça*, porque isso é indigno e impróprio dum *jornal religioso, literário e de assuntos de interesse público*. Se têm *chalaça* vão para colaboradores do *Palhaço*. Se sabem, se estudam — não empreguem a *graçola*. Disseram VV. S.^{as} que, para pesar bem na balança da justiça a morte de Carlos, era necessária, não a autoridade de Fr. Soulié, dramaturgo e romancista, mas a dum homem de lei. Responder-lhes-ei que Fr. Soulié era formado em direito pela universidade de Rennes.

Têm VV. S.^{as} respondido também aos primeiros artigos deste escrito. Peço-lhes que suspendam a publicação das suas reflexões, e que findo este meu trabalho as publiquem então. Lucramos com isso todos.

Passemos a Luís XVI. Mas primeiro deixem-me dizer-lhes ainda uma coisa. Repararam VV. S.^{as} muito na palavra — *Eureka!* — (A *Palavra* e a história). Não sabem grego? Com isso nada tenho. Só lhes direi que aquele que sabe mais alguma coisa que o alfabeto, conhece muito bem o que quer dizer — *Eureka* —, pois esta palavra é das que passaram para a literatura de todas as nações, como — *ab Jave principium, après moi le déluge, E pur se muove*, etc., etc.

* *
*

Permitam que publique aqui uma pequena resposta ao seu amigo *Bem Público*. Nega o *Bem* tudo o que eu disse sobre Tavan-nes, Cadoudal e Louvois. Negar não custa nada. Que estude e venha depois falar.

Acaba o seu artigo o *Bem* dizendo que o catolicismo *foi unânime em lastimar aquela horrível noite de S. Bartolomeu*. Pergunto-lhe se não tem conhecimento das medalhas cunhadas pelos católicos para comemorar esse morticínio; pergunto-lhe se não sabe que o *conselho de matança* se reuniu em Troyes, na casa do bispo Bauffremont, pergunto-lhe se não sabe que, logo que recebeu a notícia da chacina, o papa mandou dar salvas de artilharia, deu graças a Deus em três igrejas de Roma, concedeu um jubileu universal, mandou cunhar uma medalha comemorativa, e encomendou ao célebre Vasari um quadro que ainda se vê na capela Sistina e que representa o morticínio dos huguenotes, com esta inscrição por baixo: *Pontifex Colignii necem probat*; pergunto-lhe se não sabe que Gregório XIII enviou à França o cardeal Fábio Orsira a dar os parabéns ao rei e pedir-lhe que completasse a obra, estabelecendo a inquisição; pergunto-lhe se não sabe que esta eminência, ao passar por Lyon, lançou a bênção sobre os matadores; pergunto-lhe se...

Mas basta! Breve responderei com mais vagar ao papel *Bem Público*.

Principiemos agora com Luís XVI, e veremos se Erckmann-Chatrian, Vitor Hugo e outros têm trabalhado em vão.*

Senhores redactores: — Têm VV. S.^{as} respondido aos meus artigos intitulados *Ainda a «Palavra» e a história*, mas não têm respondido discutindo, argumentando, fazem-no com graças, com ditos mais ou menos insultantes, mais ou menos indecorosos. Ainda me faltava muito que dizer-lhes sobre Luís XVI, sobre Lincoln e sobre Berry. Mas não! Continuar a responder-lhes como tenho feito, isto é, a responder-lhes considerando-os *alguém* seria rebaixar-me, seria querer falar em cavalheirismo e lealdade a quem só me responderia com impropérios e insultos.

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, n.º 291, de 7 de Setembro de 1872.

Queria dizer-lhes o que era o povo antes de 89, queria dizer-lhes:

«— Ah! chorais Luís XVI, chorais Luís XVII? Pois bem: eu choro-os também, choro-os, homens, não os choro, reis. Os escritos filosóficos do reinado de Luís XIV e Luís XV, a opressão dos religiosos, a opressão dos fidalgos e dos reis, prepararam a Revolução. Foi regada com sangue a Revolução; mas que bens nos trouxe ela! Esmagam os reis os povos, o regente e Luís XV passam uma vida de devassidão, de dissoluções; o *abade galante*, as *mulheres elegantes* reinam. O povo sofre. Luís XIV esmaga o povo, faz correr em guerras ondas de sangue; Luís XV e o regente fazem com que o povo pague as suas devassidões. E vêm agora acusar 89?! Enche-se de água uma caldeira, chega-se-lhe o lume, solda-se-lhe a tampa, e vêm acusar a tampa porque saltou pelos ares?! Os benefícios da Revolução todos os conhecem. Não é preciso dizê-los. E demais quem vem falar em 93? Sois, vós, católicos impudentes? Sois vós? Acostumais o povo ao sangue, dais-lhe autos de fé e Saint-Barthelémy, e vindes acusá-lo porque se não esqueceu das vossas lições?

Chamais-vos Tavannes, e não quereis ser chamados Jourdan-Coupe-Tête? Chamais-vos Le Tellier, e não quereis ser Duchesne? Como diz Vítor Hugo, vós que, como Bossuet, entoais *Te Deums* pelas bastonadas, não quereis ver Marat a dar palmas em frente da guilhotina? Vós, canonizados, queimais a fogo lento, e não podeis ver os homens de 93, miseráveis, a guilhotinar, isto é, a matar num segundo.

Vós chorais Luís XVI. Porque perdeis D. Sebastião? Chorais Carlos I de Inglaterra, um miserável, um delapidador; porque fanatizais, porque perdeis o pobre louco de Alcácer Quibir? Chorais o devasso duque de Berry; porque não chorais o pobre irmão de Cartouche?

Como! Estêvão IV faz conduzir o corpo desenterrado de Formose, reveste-o das suas insígnias, coloca-o na cadeira pontifical, dá-lhe um advogado e condena o esqueleto a ser degredado; manda-lhe cortar dois dedos e a cabeça e arroja-o ao Tibre, e vós olhais com horror para Fouquier-Tinville? O sangue-frio de séculos dos reis e padres não vos mete o horror que vos causa um período de delírio?

Mas basta! Os grandes homens da Revolução estão puros, ilesos de mancha. Aos seus túmulos não chega a baba imunda com que os quereis manchar. Pelos homens da Revolução entendendo os Dantons, os Desmoulins, os Vergniauds e não os Jourdans, os Carriers e os Héberts. Entre vós e nós há um abismo, porque nós amaldiçoamos Jourdan, e vós canonizais os papas, os frades, os inquisidores, os Loíolas e os Domingos de Gusmão.

Já disse mais do que devera dizer.

A resposta que doravante darei aos vossos insultos será um único vocábulo, a palavra de Cambronne em Waterloo.*

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, n.º 296, de 13 de Setembro de 1872.

O PADRE

Temos diante de nós um nome outrora amado, harmonioso, suave, e que num momento dado se transformou em nome execrando, terrível, pavoroso.

Eu já cri, eu acreditei já no padre. Eu cria nele, porque me parecia impossível haver um padre mau, eu acreditava no padre porque bebi no primeiro leite, de envolta com as primeiras carícias de minha mãe, o respeito pelo sacerdote.

Ah! Os preconceitos dos antigos, as crenças do berço fazem mal à razão... A inteligência fica atrofiada, o espírito do homem não se desenvolve.

Beijava a fímbria do vestido do padre, e nem por sonhos me vinha à lembrança que a sotaina que eu beijava poderia ter sido tinta em sangue; respeitava o sacerdote, e esquecia que o padre poderia proceder ao incruento sacrifício depois dum auto de fé, poderia pegar no evangelho com as mãos que brandiam ainda há pouco o punhal, com as mãos que tinham segurado a taça envenenada dos Bórgias.

Acordei por fim.

Li *maus* livros, como chamam aos livros da verdade os sacerdotes, despertei do meu letargo. E eu agora descreio do padre católico tal como ele é, descreio dele. Bem sei que há excepções, bem sei que há padres bons, mas são tantos os maus, que a sua negrura obscurece a auréola do sacerdote bom.

Ah! padre, padre: porque me fizeste tu descrer? Porque te chamaste Bórgia, Inocêncio III, Sixto V? A tua missão na terra tinha alguma coisa de celeste.

Devias correr às choupanas a levar conforto aos desgraçados, e correste aos festins a envenenar os teus semelhantes.

Devias socorrer as criancinhas abandonadas, e rugiste, como Tavannes, e mataste como ele.

Padre, a tua história é negra.

Padre, a tua história é horrível.

Fizeste chorar o povo, chorar de amargura, de desespero, e tu, que tiveste o Nazareno por mestre, aprendeste a queimar na escola de Torquemada.

Eu lamento o povo, eu lamento as tuas vítimas, padre, e não sei se te deva lamentar a ti... Não sei bem se te deva perdoar, não sei bem se deva ter compaixão de ti...

Ah! Porque te chamaste tu Reinaldo, padre, se podias ser Lincoln, o abolidor da escravatura? Porque te chamaste tu Sini-baldi, se podias ser Lamartine? Porque te chamaste tu Leão X, se podias ser Washington?...

Eu às vezes sou acometido de raiva, de furor, ao ler o teu nome, padre, mas a culpa é tua, mas tu tens sido tão criminoso, que o homem não pode perdoar-te. Padre: se na hora suprema da agonia, se com o último suspiro lançares um grito de arrependimento, o Senhor se amercie de ti, o Senhor tenha compaixão da tua alma.*

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, n.º 290, de 6 de Setembro de 1872.

ALÇADA DO PORTO

À Nação, ao Bem Público, ao Direito, ao Futuro e à *soi-disant* liberal *Palavra*, oferecemos a seguinte relação dos presos liberais, vítimas do governo de D. Miguel:

Presos nas cadeias da Relação	1 204
Ditos no Aljube	96
Ditos em outras diversas cadeias	157
Sentenciados <i>depois de mortos</i>	17
Citados por cartas de éditos	2 096
<i>Total</i>	<u>3 570</u>

Sentenças:

Condenados à pena última de garrote e forca ...	42
Condenações diversas	<u>30</u>
	72
	<u>—</u>

Destinos que a alçada deu aos presos da Relação:

Condenados à pena última	11
Condenados à pena imediata ¹	1

¹ Este tinha sido condenado à pena última que lhe foi comutada. Um só perdoado da morte!... Oh reis de direito *divino*!...

Condenados a diversos degredos, prisão, etc	245
Morreram na cadeia sem serem sentenciados	48
Removidos para diversas prisões	396
<i>Total</i>	<u>701</u>

Aos restantes presos deram-se-lhes *diversos des-*
tinios — Soltos pelo exército libertador . . . 129

Dinheiro que a Alçada roubou aos conde-	
nados (presos na Relação)	14 880\$000
Dinheiro que a Alçada roubou aos citados	
por cartas de éditos	3 040\$000
<i>Total</i>	<u>17 920\$000</u>

Relação numérica dos pronunciados nas deva-
ças e sumários existentes na Alçada 8 247

Para mais amplos esclarecimentos veja-se a preciosa colecção de listas das pessoas que ficaram pronunciadas pela Alçada, pelo bacharel Pedro da Fonseca Serrão Veloso.

Agora, jornais reaccionários, lede a relação do destino que a Alçada deu a um preso, João Carlos Saldanha de Oliveira e Daun: «Em 29 de Julho de 1829, foram-lhe assignados 5 dias para dizer de facto e direito, defendido pelo advogado Francisco Alves de Matos. — Em 21 de Agosto do mesmo ano, sendo havido por exautorado, e privado de todas as honras, privilégios e dignidades, de que gozava nestes reinos, dos quais o haviam igualmente por desnaturalizado, foi condenado a que, com baraço e pregão fosse conduzido pelas ruas públicas do Porto até à Praça Nova, onde em um alto cadafalso, que ali seria levantado, morresse de morte natural de garrote, e depois de lhe ser decepada a cabeça, que seria pregada num alto poste na estrada de Matosinhos, onde desembarcou, ficando exposta até que o tempo a consumisse, fosse o mesmo cadafalso com o seu corpo reduzido pelo fogo a cinzas, que seriam lançadas ao mar, para que dele e de sua me-

mória não houvesse mais notícia; e além disto a confiscação, e perdimento de todos os seus bens. E porque se achava ausente, foi pronunciado, e havido por banido; e se mandou às justiças que apelassem contra ele toda a terra, para ser preso ou para que qualquer do povo o pudesse matar livremente, sabendo que era o próprio banido, e não sendo seu inimigo. Serrão Veloso».

É vós, reaccionários, porque nós temos horror a estes homens, a estes juizes, a estes absolutistas, chamais-nos maus e irreligiosos. Maus sois vós que admirais a Alçada. Irreligiosos sois vós. Sim, vós sois irreligiosos.

Nós, os constitucionais não fazemos fogo sobre o padre que leva o Santíssimo. No tempo do cerco, no princípio dele, quando ia o padre levar o Santíssimo a algum enfermo, os *defensores da religião* assestavam contra ele as suas peças de artilharia e faziam fogo. Chegou a tal ponto este sacrilégio, que depois ia o padre embrulhado num capote e um homem à frente igualmente embrulhado, com um lampeão escondido debaixo das dobras.

Oh *defensores da Santa Religião*, salve! Três vezes salve!*

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, n.º 299, de 17 de Setembro de 1872.

GALERIA

II

GIORDANO BRUNO

Eis-nos agora a contas com o grande mártir da filosofia, cujo nome assumi para pseudónimo.

Giordano Bruno nasceu em Nola, ao pé de Nápoles, em 1550, e morreu queimado vivo em Roma, a 17 de Fevereiro de 1600, por ordem do Santo Ofício, durante o pontificado de Clemente VIII.

Bruno tomou o hábito de dominicano. Mas a sua alma ardente, impetuosa, mas a sua sede de glória, chamavam-no ao século.

Não era só o claustro que o irritava, era a fé cristã que não queria aceitar... Não aceitava a virgindade de Maria, a transsubstanciação, etc.

Ei-lo pois tornado de frade católico em céptico. Ei-lo a negar a divindade de Cristo, a opor à lógica de Aristóteles a de Lule, à física de Aristóteles a explicação do sobrenatural pela física, à astronomia de Ptolomeu a de Copérnico. Ei-lo que não vê nas religiões mais que um montão de superstições e símbolos. *Saisset*.

Agitado por um sombrio pressentimento, Bruno corre a Europa toda; pregando a sua filosofia; é Voltaire, Descartes e Bacon reunidos.

Melancólico, pensador, Bruno entusiasma-se, emprega a ironia, o gracejo, mistura o sagrado e o profano, e exclama:

«Falais na tradição, mas a verdade está no presente e no futuro bem mais que no passado».

Passou à Itália para contemplar mais uma vez *il cielo benigno* que tanto amava. Foi isto que o perdeu.

Em Setembro de 1592, o padre inquisidor de Veneza prendeu-o. Roma exigiu a sua extradição que lhe não foi logo concedida, mas Roma, a miserável, mas Roma, a infernal, soube esperar. Ao cabo de 6 anos de espera, o infeliz filósofo passou dos *Chumbos* de Veneza a uma prisão romana.

Intimaram-no para desdizer-se. Bruno porém teve mais ânimo que Galileu. Não recusava discutir, mas não se rendia. Foi excomungado, degredado e punido *ut quam clementissime et citra sanguinis effusionem puniretur* (com a maior clemência e sem efusão de sangue).

Sem efusão de sangue!

Decerto, porque a morte era a do fogo. Atroz ironia!

A 17 de Fevereiro de 1600 foi conduzido com grande pompa ao campo de Flora e aí queimado vivo. Sobre a fogueira, Bruno conservou a mesma palavra firme e resoluta que tivera ao ouvir ler a sentença: *A sentença que me acabais de dar causa-vos mais perturbação a vós que a estais lendo, do que a mim que a estou ouvindo.*

Nobres palavras foram estas... Padres maus, inquisidores cruéis: quisestes abafar o grito da filosofia, e o filósofo, e o mártir ficou vencedor.

Bruno é um vulto grandioso e sublime. Bruno e Galileu são as páginas de mais vergonha para o papado.

E há ainda hoje quem suspire pelos inquisidores!...

Melancólico filósofo, a Roma papal matou-te, mas tu vives nas páginas brilhantes da história, na recordação dos povos, admirado por todos.

E Roma? Que é da Roma inquisitorial?

Lá vai rolando aos tombos a cair no profundo dos abismos da prostituta Lucrecia, do envenenador Borgia, do homicida Sixto V.

O que escreve estas linhas adoptou para pseudónimo o nome do grande filósofo, para reviver sempre em rancor, sempre em ódio ao papado.*

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, 2.º ano, n.º 15, de 5 de Outubro de 1872.

III

HUSS

Vamos continuar hoje este escrito, interrompido por momentos. É a vida de Huss que a traços largos passamos a esboçar.

«Huss (João) heresiarca, nasceu em Huss, Boémia, na segunda metade do século catorze, 1393; obteve em 1409 a reitoria da Universidade de Praga. Adotou as doutrinas de Wiclef, propagou-as com ardor, e tornou-se o chefe dos hussistas. Seus escritos e pessoa foram denunciados à corte de Roma. Alexandre V excomungou-o, ele porém nunca se retratou. Não o venceram nem rogos nem ameaças. Foi entregue ao braço secular a 15 de Julho de 1415, marchou ao suplício com coragem e subiu à fogueira perdoando aos seus inimigos. Harmonville».

Galileu encarcerado, Giordano queimado, Huss queimado também.

Os apóstolos do papado rugem furiosos quando se mostram a descoberto as pústulas repelentes dos papas. Ei-los que exclamam: — O *Diário da Tarde* é um infame mentiroso. Falso! Falso é tudo o que ele diz. Galileu nunca foi encarcerado, Giordano e Huss morreram de doença num leito, *Tavannes foi um bom homem (Bem Público)*.

Demais, continuam, esses tartufos, ainda que haja S. Barthélemys e Fin-al-Bids, é preciso contar essas histórias filosoficamente. Aplicai a filosofia da história, *tardeiros*, e vereis.

Foi o que me disse o *Bem Público*, e para mostrar num exemplo (Tavannes) a sua história filosofada, acabou por insinuar que Tavannes não fora cúmplice no morticínio de S. Bartolomeu.

Deixemos porém esses reaccionários imundos e voltemos a Huss. Diz-nos Jules Simon na sua excelente obra: *La liberté de conscience*:

«Como deixar de pronunciar os nomes de Wiclef¹ e João Huss? Havia vinte e oito anos que Wiclef tinha morrido, quando

¹ Wiclef era um frade inglês do século décimo quarto, que atacou as riquezas dos clérigos e sobretudo da corte de Roma, cujo poder espiritual combateu com energia. Morreu em 1487.

o concílio de Constança, na sua oitava e décima quinta sessão, ordenou que lhe desenterrassem os ossos e os deitassem a uma latrina. Em 1428 teve lugar esta exumação sacrílega por mandado dum bispo. Os ossos foram queimados, e as cinzas lançadas à enxurrada imunda da sentina. A este tempo Jean Huss derramava por toda a Alemanha as doutrinas do frade inglês. Então o concílio de Constança decretou o suplício do fogo para os simples heréticos, suplício só reservado até então para os relapsos.

«Huss foi uma das primeiras vítimas».

E são estes miseráveis, e são estes padres, e são estes algozes aqueles que nos vêm falar em Deus, em Cristo! Lembra-me um salteador que no momento em que nos roubasse a bolsa e a vida, nos fizesse um discurso sobre a virtude, sobre a honra.

Bem faz o *Diário da Tarde* em desmascarar esses miseráveis que por aí andam, hipócritas, com o credo na boca, esses padres maus, essas aves de rapina, esses abutres sedentos de sangue.

Tem de lutar e lutar muito. Mas que importa? Vencendo a causa do destemido jornal, os seus redactores e colaboradores estremecerão de júbilo por terem concorrido com as suas forças para a vitória da causa santa e generosa. Vencidos, morrerão contentes com a consciência de haverem cumprido o seu dever.

Mas não! Não podem ficar vencidos, porque defendem a causa do povo, e o povo, como muito bem disse um nosso escritor, não pode ficar vencido.

Continuemos, pois, na nossa missão de desmascarar os tarufos, de dizer a verdade ao povo.*

IV

COLIGNY

Concluirei hoje este meu escrito com o esboço biográfico de Coligny, um dos mártires da Reforma, uma das vítimas do furor infreme dos católicos.

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, 2.º ano, n.º 20, de 11 de Outubro de 1872.

Colignon Coligny (Gaspar de Chatillon, senhor de) almirante de França, nasceu em Chatillon-sur-Loing, em 1517.

Henrique II elevou-o ao posto de almirante, em 1552. Quando este príncipe morreu, Coligny resignou todos os seus cargos e retirou-se para as suas terras. Aí de bom católico passou a entusiasta partidário da Reforma.

O seu meditar e os livros que leu operaram esta transformação. Logo que rebentou a guerra entre católicos e protestantes, abandonou o seu retiro e voltou à vida da agitação, armando-se e batendo-se em Dreux e em Moncoutour. Depois da paz de 1570, Coligny voltou ao paço onde, como os demais do seu partido, recebeu grandes demonstrações de júbilo.

Entretanto o morticínio de S. Bartolomeu preparava-se, e Coligny, que dois dias antes escapara a uma tentativa de assassinato, foi uma das primeiras vítimas.

Cedamos aqui a palavra ao ilustre filósofo e historiador Jules Simon:

«Coligny era a principal vítima designada. Ouve o motim, compreende o perigo, reza as suas orações e, enquanto metem as portas dentro, obriga os seus criados a tratarem da sua segurança deles. Besme, de espada em punho, é o primeiro que entra no quarto.

— Serás tu, por acaso, esse que chamam Coligny? brada ele.

— Sou eu, responde o almirante com firmeza. E depois:

— Criança, criança, acrescenta ele, devias ter mais respeito aos meus cabelos brancos; mas faz o que quiseres, não me abrevias a vida muito. Eu pouco poderia durar.

Besme fita-o, não responde e embebe-lhe até aos copos a espada no peito; arranca-a de novo para atravessar com ela a cara do pobre ancião, e desfigura-o totalmente.

Guise ficara no pátio e bradava sem cessar:

— Acabaste? Diz — Acabaste?

— Sim, está acabado, respondeu Besme.

— O Sr. d'Angoulême, replicou Guise, não acredita sem o ver a seus pés.

Então atiraram-no pela janela, não sem custo, porque o almirante era comprido e pesado, e foram necessários muitos braços. O *bâtard*, para bem se convencer, limpou com um trapo o rosto do ancião, rosto coberto de sangue, e deu alguns pontapés no cadáver.

Depois saiu com os seus sicários, gritando:

— Vamos! Eia, camaradas. É ordem do rei.

Mutilaram o corpo do almirante, que foi arrastado para uma cavaliariça próxima, onde lhe separaram a cabeça do tronco, para ser enviada, segundo uns ao papa, segundo outros, ao rei de Espanha...

.....

A 27, apesar das férias do parlamento, convocou-se reunião dos conselheiros, que condenaram Coligny, já morto e feito pedaços, a ser arrastado e enforcado em Montfaucon. A execução fez-se à luz dos archotes; Briquemont e Chavagnes, condenados pelo mesmo decreto, foram arrastados vivos e enforcados. O rei assistiu à execução.

Alguns dias depois, como se nada o pudesse saciar, foi a Montfaucon, onde o que restava do almirante estava preso a um barroto por uma cadeia de ferro. Os cortesãos tapavam o nariz por causa do horrível cheiro.

Carlos repreendeu-os, dizendo: — Eu não tapo o nariz, como vós outros. E sabeis porquê? Porque o cadáver dum inimigo cheira sempre bem. *Jules Simon*».

Que tecido de horrores! Que bela página para o catolicismo! E vêm agora uns reaccionários torpes e maus dizer-nos que a noite de S. Bartolomeu foi um acto de *mera política, que o catolicismo foi unânime em reprovar aquela horrível noite (José Maria)*.

Responde por mim Gregório XIII, responde por mim Muret, que pregando perante o papa, vociferou estas ignomínias dignas dum... católico:

«Oh noite memorável! Oh noite gloriosa entre as gloriosas nos fastos da história! Sim. Naquela noite as estrelas refulgiram com mais brilho; naquela noite o Sena trouxe mais força de águas para embalar mais depressa no rolo da corrente os cadáveres daqueles impuros, e mais depressa os vomitar no Oceano».

O bispo de Ferrara e depois de Asty, num sermão, entre outras, vomita esta infâmia:

«Carlos 9.º será imortal no céu, imortal na boca dos homens, por ter exposto a sua vida e dignidade real a tantos perigos em pró da *religião e do povo*».

E agora dir-vos-ei com a franqueza de um liberal, dir-vos-ei, como o Sr. Fernando Crisóstomo:

— Não há meio termo. Povo: se queres ser livre, não transijas pelo teu lado. Aqui não há meio termo. Ou *católicos* ou livres, ou *católicos*, escravos de superstições, de dogmas que ofendem a razão, escravos do poder teocrático, ou livres. Ou a vida ou a morte. Ou escravos, ou livres. Ou Tavannes ou Lincoln. Ou católicos ou democratas.*

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, 2.º ano, n.º 23, de 15 de Outubro de 1872.

MORAL DOS JESUÍTAS

I

Deixem-me por um momento interromper o meu escrito «Galeria», para lhes dar um *échantillon* da moral dos jesuítas que alguém tanto aí tem gabado por meio da *Palavra*... Os autores donde são tirados os absurdos abaixo designados, são muitos, por isso não os nomeio todos aqui. Seria trabalho perdido, porque, quem se quiser certificar *de visu*, e por isso saber os autores, pode procurar-lhes os nomes no livro que obsequiosamente me emprestou o Sr. J. J. M. e que tem por título: *Origem Infecta da Relação Moral dos Denominados Jesuítas*. Seguem os absurdos pelos quais se pode avaliar da moral desses ministros do... inferno:

1.º Se vosso pai não se achando banido for infiel, podereis vós matá-lo? Sim, se ele vos quiser forçar a vós e aos outros seus filhos a deixarem a verdadeira Fé. Então esse pai não passa dum inimigo, violador das leis da natureza. Mas, se vos deixar livre na vossa Fé, deveis denunciá-lo, ainda quando estejais certo de que em consequência da vossa denúncia ele será queimado (!). Mas, se isto suceder em país, onde não haja tribunal da Inquisição, deveis negar-lhe toda a assistência nas suas necessidades; e podeis recusar-lhe todo o alimento até o deixar morrer de fome!! (Escobar, Fagundes, etc.).

2.º Um pai pode matar a sua filha, um marido a sua mulher (se ela for adúltera) (Escobar, Busembaum, etc.).

3.º Para vos desagravardes de um insulto, podeis matar quem vos insultou; podeis matar o Sacerdote, ainda quando este-

ja celebrando missa; um filho nesse caso pode matar o pai, um súbdito o rei, o imperador ou o papa. João Azor e outros acabaram a redacção desta atrocidade pelo seguinte que seria ridículo, se não fosse cruel: *mas isto sem espírito de vingança!*

4.º Lorino diz: Podemos afirmar que Santo Inácio foi escolhido para ser cabeça da nossa ordem, *porque quis matar um mouro que estava blasfemando.*

5.º Pode cada um matar-se ou desejar-se a morte (Busembaum e Lacroix).

6.º Um padre pode insurgir-se contra os poderes civis, porque os poderes civis não têm poder algum sobre os padres. Levar um clérigo a juízo secular é sacrilégio, *querer obrigá-lo a observar as leis do Estado, é um atentado.* Os reis não são competentes para castigar os padres (Platel e muitos outros).

7.º O poder eclesiástico pode dilatar-se até aos bens dos seculares, pode castigar os homens com diversas penas corporais e com a morte. Os Soberanos e os seus Ministros não são exceptuados. O papa pode aprovar e reprovar as leis dos reis, e sem essa aprovação ou reprovação as ditas leis não valem. O Papa dispõe da vida dos Reis e pode matá-los, não por suas mãos, mas servindo-se dos príncipes católicos para lhes fazerem guerra a esses reis, guerra de extermínio, guerra de morte (Brigduvater e outros).

8.º O papa governa não só nos príncipes católicos, mas até nos Infiéis. Pode obrigá-los à sua vontade. Sendo um rei excomungado, estão os seus súbditos desligados do juramento de fidelidade. Esse rei não pode mais julgá-los, nem ordenar-lhes coisa alguma. (Vários autores jesuítas).

9.º Um homem banido pelo Papa pode ser morto em toda a parte e por qualquer. (Idem).

10.º O frade Clemente assassinando Henrique III com o parecer dos teólogos que tinha consultado, adquiriu um grande (no sentido de glorioso) nome. A conspiração da pólvora¹ era uma

¹ Os católicos da Inglaterra, reconhecendo que Jacques 1.º não aboliria a religião protestante, resolveram fazer voar pelos ares o rei e os membros das duas câmaras, por meio duma mina de pólvora aberta sob o palácio das

ação justa. No assassinio do rei de Portugal não há nem ainda pecado venial (Mariana, Garnet, Catesbi, Greenvel, Malagrida, Matos e Alexandre).

11.º A mortandade de S. Bartolomeu foi uma *novidade feliz*, que fez ainda mais venturosos os princípios do Pontificado de Gregório XIII (Horácio Turselino).

12.º *Licitamente* se pode desejar a morte alheia. (Bauny e outros).

13.º Um clérigo pode cometer licitamente o crime de sodomia. (Escobar).

14.º Um furto de seis cruzados novos é pecado *maior* do que sodomia (Charli).

15.º Pecar o homem com a mulher com quem está para se casar não é crime, antes é muito lícito e arrazoado (Hurtado e Sá).

16.º Um juiz que recebe presentes ilicitamente não é obrigado a reenviá-los (Layman).

17.º Furtar uma coisa de que o proprietário se não servia, furtar o filho ao pai ou *a mulher ao homem* não é isto furto; ou se é, não obriga a restituição (Sã, Gordon e Lessau).

sessões do parlamento, mina que faria explosão no momento em que por sobre ela passassem o rei e os deputados, a 5 de Novembro de 1603. Os conjurados deviam em seguida proclamar rainha a princesa Isabel, filha de Jacques 1.º; reunir sob as suas bandeiras todos os católicos e declarar essa religião a predominante. Eram em pouco número. Um deles, Thomas Percy alugou uma loja sob o parlamento e uma casa contígua. Encheu a loja de pólvora e cavou com os seus cúmplices uma mina, cuja entrada conduzia à casa que tinham alugado. A conspiração foi descoberta por Monteagle, que recebera dum dos conjurados uma carta pela qual se lhe pedia que não fosse ao parlamento, porque um *tiro* terrível devia ser disparado por mão invisível. Jacques mandou revistar as lojas; encontraram nas minas Pawkis, criado de Percy, que se tinha encarregado de chegar o lume à pólvora. Este criado denunciou todos os conjurados. O maior número deles, entre os quais figurava o *reitor dos jesuítas* Henrique Harnet, foram decapitados e seus confrades banidos do reino. Jacques exigiu que todos os católicos que obtivessem um emprego eclesiástico (e, desde 1640, outro qualquer emprego) fossem obrigados a prestar juramento de fidelidade e a renunciar à supremacia do papa [D'Harmonville. *Poudres (Conspiration des)*].

Por hoje basta. No subsequente artigo meu continuarei a transcrever algumas das *máximas da moral excelente* daquelas víboras, que por um supremo insulto andam prostituindo as palavras santas: *discípulo de Jesus*.

Continuarei.*

II

Continuarei transcrevendo para aqui de alguns autores jesuítas as suas máximas excelentes:

1.º Para vos vingardes de alguém que vos insultou, podeis acoimá-lo, sem pecado, de um crime que ele nunca cometesse (Amadeo Guimenio).

2.º Querendo envenenar um *quidam*, deitais-lhe no vinho veneno. Supondo porém que vem outro que bebe o copo do vinho empeçonhado, sem que vos resolvêsseis a impedi-lo, para não descobrir o vosso delito, não sois culpável deste homicídio, nem obrigado a reparar os prejuízos que dele possam resultar. Esta morte não vos poderá pesar na consciência (Lacroix).

3.º Aceitar dinheiro para matar, maltratar, ou para outra qualquer acção contra a justiça — não é *pecar*, e neste caso não há obrigação de restituir (Longuet).

4.º É permitido matar um banido, *ainda que ele não saiba da sua sentença!* Fora somente para desejar, seria um acto de *piedade* e talvez uma obrigação, dar-lhe tempo para fazer o acto de contrição, antes de o matar. (Vários autores jesuítas).

5.º Uma rapariga violentada pode, para conservar a sua reputação, fazer abortar o feto (Airault e Marino).

6.º É lícito aceitar ou oferecer um duelo. Quando, porém, se trata de um caluniador, podeis recusar o duelo para o matardes clandestinamente. Poupareis assim a vossa vida, e fareis com que o caluniador não cometa novo pecado (Escobar).

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, 2.º ano, n.º 16, de 7 de Outubro de 1872.

7.º Se fordes herdeiro ou legatário, podeis matar, sendo necessário, aquele que injustamente impedir o recebimento da herança ou o pagamento dos legados. Aquele que tem direito a uma cadeira ou a um benefício, pode obrar da mesma sorte contra os que injustamente o embaraçam (Amico).

Não transcrevamos mais abominações jesuíticas. *Pelo dedo se conhece o gigante*, diz o nosso bom povo. Assim por estas poucas citações se ficará conhecendo o jesuitismo.

Agora continuem a preconizar-lhe as virtudes.*

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, 2.º ano, n.º 19, de 10 de Outubro de 1872.

AO ANTÍNOO DA PALAVRA

Prometera eu não responder mais às verrinas da *Palavra*, da *Palavra* que defende (transcrevendo com júbilo da *Nação*) Busembaum, Lacroix e outros autores jesuítas, a quem o próprio José Agostinho de Macedo, o redactor da *Besta-Esfolada*, condena no prefácio do seu poema *Newton*. Deixem-me, porém, quebrar por um momento o prometido, quebra que será a primeira e última.

Não tenho respondido há mais tempo ao Antínoo, porque outras coisas de mais interesse me têm preocupado o espírito. Hoje, porém, aproveito o dia de domingo,¹ dia feriado, para dizer a esse pigmeu Veuillot algumas, posto que poucas, palavras.

Publiquei eu neste jornal uns escritos, intitulados «Galeria», em que esbocei a traços largos as biografias de *Galileu*, *Bruno*, *Huss* e *Coligny*. O Sr. Antínoo, que talvez (e com razão) visse nesse meu escrito algumas palavras duras para os padres, publica na *Palavra* uns artigos, intitulados também «Galeria», nos quais adultera, rasga, calca aos pés a verdade histórica. Quanto a Galileu, defende, faz-se torpe apologista da vil sentença contra o sábio, e repete tolamente o que escreveram Feller e vários, falsidades católicas que Louis Figuiet e outros têm refutado brilhantemente.

¹ Desde segunda-feira que temos em nosso poder este artigo, que por superabundância de matéria só hoje podemos publicar.

Passou a Bruno. Aí redobrou a tolice e a maldade. A Giordano, que só reconhecia a religião natural, a religião que nasce com o homem, chamou calvinista, e não me lembra que mais. A um filósofo apodou-o de *trapalhão*, e o homem que foi considerado metafísico sublime por Larousse, Jules Simon, Saisset, Figuiet, Schelling, Hegel, etc., não passa aos olhos de Antínoo de um refinado estúpido. Depois vem Huss. Declara-o um homem mau e boçal. Isto é o ridículo. Agora o cruel.

* *
*

Antínoo diz-nos que Galileu, Bruno, Huss, foram tão mártires da ciência *como o salteador é mártir da lei que o pune*. Isto é infame, infame como tudo o que sai dos prelos daquele jornal.

Sábios comparados a salteadores!...

Porque Galileu não acreditou na sandice estúpida de Josué — Pare o sol! — obriga-se Galileu a abjurar, e não se queima *por muito favor!*

Porque Bruno atacou o dogma da transubstanciação, queima-se Bruno no campo de Flora, a fogo lento, envergando a alva sulfurada!...

Porque Huss atacou o clero rico e devasso, carboniza-se Huss...

(Antínoo escreve *Bruni* ao inverso do que têm escrito os biógrafos já citados. Huss, na língua do supradito Veuillot em perspectiva, passa a Huss).

E vem agora um boçal Antínoo e exclama, injectados os olhos de sangue:

— Muito bem! Muito bem andou a Roma papal! Esses três homens foram três devassos, *três criminosos*, três salteadores!

Uma pergunta a Antínoo:

Hoje, que nós, *anticatólicos*, como vós dizeis, temos o poder, hoje, que o povo é por nós, gostaria Antínoo que amanhã o fôssemos queimar defronte da porta de sua casa? Gostaria que carbonizássemos os católicos, encobrindo depois o nosso crime sob o manto de *justiça e castigo aos criminosos*? Por certo que não! Porque vem então fazer a apologia dos padres maus? Porque vem defender, em vez de atenuar, os crimes dos papas? Nós, como

Vítor Hugo, Erckmann-Chatrian e outros, escurecemos os crimes de 93. Porque não atenua ele também os crimes do papado? Porque lhes faz antes a apologia? Porque quer a prisão para Galileu, a fogueira para Bruno e Huss, o arcabuz e a lança para Coligny e Ramus?

Porque não é cristão, porque não conhece esta máxima de Jesus: — O que não queres para ti, não o queiras para os outros —, máxima que os infames da Revolução, os miseráveis de 89, escreveram nos seus *Direitos do Homem!*...*

* In *Diário da Tarde* — Folha Popular, Porto, 2.º ano, n.º 31, de 24 de Outubro de 1872.

AO PADRE...

Padre, pastor, consolador dos aflitos: bendito sejas, padre, bendito.

Quando, porém, em vez de padre és algoz, quando em vez de pastor és lobo daninho, quando deixas de ser pomba para aguçar as unhas de abutre... então padre, és hediondo, és repugnante, és monstro vomitado pelo inferno.

Esses teus lábios então, sacerdote, esses lábios que só palavras de amor deviam proferir agitam-se para fulminar uma excomunhão, essa mão que só deveria abençoar brande uma espada... Nas eras do paganismo, quando o escravo era arrojado às feras no anfiteatro, quando após um banquete espadanava o sangue em que se tingiam os punhais dos gladiadores, o sacerdote cristão era um anjo que descera do céu à terra aliviar o escravo, era um anjo, um anjo entre demónios. Porém chegou um dia em que o padre triunfou, um dia em que abandonou a mesa frugal da sua choupana pelos banquetes esplêndidos de Leão X, um dia em que não atirou o seu semelhante ao tanque onde nadava o crocodilo, mas arrojou-o à fogueira onde crepitavam as achas. Padre, se ainda és o pastor de outras eras, se ainda és discípulo de Jesus, porque deixas alimentar-se no ribeiro puro onde bebes a água essa planta parasita — o jesuíta? Não sabes que o veneno das suas folhas cedo ou tarde envenenará a água que bebes, o ar que respiras, o teu corpo, a tua alma? Não sabes que

a corrupção atrai a corrupção, que o crime atrai o crime, que o mal atrai o mal?

Não é a ti, levita honesto e bom, não é a ti que se dirige este meu fraco artigo. Pertence ele aos Tavannes, diz respeito ao padre que excomungou Henrique, o Bearnez.

«Reaccionário, víbora tão malfazeja como repugnante, reaccionário: a contas, vamos a contas. Que desejas? Que nos queres dar? Qual o fim a que miras?

Pensas acaso que esqueci eu a morte de meu pai? Julgas talvez que pensei esmagar as recordações, as recordações tão penosas, julgas que pude gritar à consciência: — Cala-te? Queres saber, queres ouvir uma história de lágrimas, reaccionário, queres que te faça ler uma a uma as páginas da tua vergonha? Queres que te diga qual o carrasco que espetou a cabeça de meu pai num pinheiro? Queres que te aponte qual o teu antepassado que queimou os índios, que esmagou os mexicanos, que colocou sobre uma grelha em brasa os peruanos? Oh! E não seria mais belo, e não te daria mais consolação dizer-se-te: Homem: Foi devido a ti que milhares de escravos gozam da sua liberdade, foi a ti devido que a humanidade tem marchado no caminho recto e não na curva proibida, foste Lincoln e és Peabody... *

Mas não! O padre católico foi mau, é mau e há-de ser sempre mau. Não se chamará Lincoln, mas terá por nome Alexandre VI; não será Peabody, mas antes Sixto V. Impusemo-nos a missão de dizer a verdade ao povo e havemos de cumprir. Nestes subsequentes artigos faremos uma pequena resenha do que tem sido o padre chamado cristão desde o cristão até ao católico dos nossos dias.

É preciso, urge cortar os cordões da máscara com que os hipócritas cobrem o rosto. É agora, e neste momento um nome execrado, um nome infernal acode-me aos bicos da pena. É esse nome — o papa. Os papas de mãos dadas com os reis, têm querido entrar o rochedo do Sísifo da civilização, mas o braço

* In *O Laço-Branco* — Semanário de Literatura e Questão Religiosa, Porto, n.º 1, ano de 1872.

lhes voara feito pedaços. Roma, a pagã, foi apagada da lista das cidades para ceder o lugar a Roma, a católica. Roma dos guerreiros desapareceu. Brillhou em seu lugar Roma das fogueiras. Oh plêiade de papas infernais, vomitados pelo Cocito, filhos da Aqueronte! maldito sejas. Sabes tu, povo, sabes o que sofreram os teus avós, escravos dos romanos servos dos francos? Pois não sabes que os patrícios romanos arrojavam os seus escravos a um circo para aí, diante dos olhares amortecidos pelos deboches, olhares dos dinos de teus avós, morreram ou sobre as unhas afiadas do tigre ou debaixo dos dentes aguçados do crocodilo? Havia uma praça, um circo. Nas gaiolas subterrâneas rugiam os animais ferozes, o tigre da Ásia, o leão do Atlas, o crocodilo do Egipto. Iluminava-se com archotes o circo e os patrícios e as matronas entravam embriagadas para os seus camarotes e esperavam o principiar da festa! De repente abriam-se as janelas; os animais esfomeados saltavam à arena e a grade da gaiola dos escravos caía. Então, a parede do fundo, parede que era uma chapa enorme de ferro em brasa avançava lentamente, ou morrer queimado ou saltar ao circo. Escolhe, escravo; escolhe homem desprezível... Homem não, que nem ao menos homem eras... não passas duma coisa escravo. Salta à arena, oh cativo, salta à arena. Há-de chegar o dia das represálias; tem ao menos essa consolação. É dura,* é horrível a morte do homem que expede a vida sob as garras do leão e que com o último arranco solta uma palavra infernal — vingança. Nem a morte do homem bom concedes ao escravo patrício. Quando, porém, a tormenta ia rebentar furiosa, quando a terra ia nadar no sangue derramado pela vingança, apareceu então, lá no oriente, um vulto maravilhoso que veio pregar paz aos guerreiros, que veio enxugar lágrimas aos aflitos, que veio fazer penetrar nos corações dos escravos, corações que batiam apressados à lembrança do dia das represálias, um raio de clemência divina. — Perdoai-lhes. Perdão. — Eram as palavras, era a ideia do Cristo! Bendito sejas, oh Nazareno, bendito... Por vezes franzias o sobrolho e amaldiçoavas os fariseus... Porém depressa

* No artigo do jornal não figura a «,».

lhes perdoavas; era a tua misericórdia, era que o filho dum carpinteiro tinha coração.*

Os fariseus, os escribas, os doutores da lei esmagaram de tormentos, pregaram na cruz infamante o filho de Deus. E do alto dessa cruz, e no meio de horríveis dores o Homem-Deus não cessou de pedir ao Pai para os seus algozes o perdão. Oh vulto sublime, oh sublime mártir do Gólgota: é em teu nome que Inocêncio III excomunga Filipe Augusto; diz-se de ti vigário na terra Alexandre Bórgia! Suprema afronta, suprema injúria cuspidada à face da divindade!...

Os discípulos do mestre sublime pregaram a sua doutrina maravilhosa de liberdade ao oprimido, de perdão ao opressor. No anfiteatro, no meio dos leões e tigres, o mártir cristão parecia um anjo, o padre um mediano entre o céu e a terra. Mas após um Nero, mas após um Domiciano veio um Constantino, um miserável, um assassino. Por política, Constantino alia-se aos cristãos. Começaram a inverter-se os papéis, o algoz passa a paciente, o paciente torna-se algoz. Estabelece-se em Roma o supremo pontificado dos cristãos, dos padres que receberam de braços abertos a invasora horda dos francos. Ei-lo o padre ex-cristão ao lado do rei franco, eis a sotaina ao lado da acha de armas. E o padre aprova o morticínio, o roubo, a violação, o saque, a pilhagem dos francos. Desdenhou a sua missão de paz e tornou-se órgão da guerra; esqueceu que era discípulo de Cristo talvez porque pensasse sê-lo de Caifás ou de Pilatos. A Gália foi devastada, os homens degolados, as mulheres violadas, as crianças esmagadas. E tudo isto aprovou o padre, aprovou tudo, contanto que Clóvis, contanto que o rei franco lhe desse dinheiro, lhe desse terras, lhe desse o roubo das conquistas. Foi a Gália apagada da lista das nações para ceder o lugar à França e o padre deixou de ser amparo do oprimido para passar para o ajuda do opressor. Então o padre principiou a mandar, o papado cresceu de força, apoiado pelas lanças dos fanatizados, dos bárbaros, dos estúpidos francos.

* In *O Laço-Branco* — Semanário de Literatura e Questão Religiosa, Porto, n.º 2, ano de 1872.

Começou então a horrorosa noite da Idade Média, a noite que deu Inocêncio III, as cruzadas, a matança dos Albigenses, a fanática Joana d'Arc, os horrores dos Templários, a infâmia do papado. Foi no tempo infernal da Idade Média que Inocêncio III acendeu o facho horrível da Inquisição, esse tribunal miserável que por um supremo insulto se chamava — O Santo (!) ofício, foi então que se inventou a roldana, o potro, o cavalete, as grelhas escandecidas, a coluna da morte, tudo em nome de Deus, tudo em nome de Cristo!...

*(Continua)**

* In *O Laço-Branco* — Semanário de Literatura e Questão Religiosa, Porto, n.º 3, ano de 1872. Não obstante a menção de «*Continua*», porque o jornal *O Laço-Branco* deixou de ser publicado ao fim de três números, esta série de artigos («Ao padre...») não pôde ter continuação.

VILA NOVA DE GAIA

No número 29 do *Diário da Tarde* escreve o Sr. padre José dos Santos Ferreira Moura em resposta ao Sr. Urbano Loureiro:

« A lei que proíbe os enterramentos nos claustros e cemitérios particulares ainda não pode ter aplicação em Vila Nova de Gaia, e não pode ter aplicação porque aqui ainda não há cemitério paroquial nem municipal. Aqui os enterramentos ainda se fazem no adro da igreja matriz e nos adros de três capelas pertencentes à paróquia. E note-se que são feitos com pleno conhecimento da autoridade que lhes dá expressa licença».

Parece incrível que do outro lado do rio Douro, que defronte do Porto, a dois passos desta cidade, exista uma vila que nem um cemitério tem, a ponto de ser preciso enterrar nos adros, contra o disposto na lei e contra a salubridade pública! Mas o que avança o Sr. padre é a pura verdade e todos nós o sabemos.

* *
*

Vila Nova de Gaia é uma terra inabitável, insalubre, nojenta, uma terra que faz vergonha à cidade que lhe fica em face. Ali não há nada que cativa a atenção do visitante. Ali não aparece um edifício de *mediocre* gosto arquitectónico, ali não há um passeio público, nem um teatro, nem iluminação que ilumine, nem um jornal, e creio que nem uma tipografia. A Vila Nova de há cem anos é a Vila Nova de hoje. São as mesmas ruas lamacentas, es-

curas, estreitas, sem luz, sem ar puro, são as mesmas insolências dos barqueiros, é a mesma repugnante imundície. «Há terras, diz Gondrecourt, que parece que nasceram só para estacionarem na imundície». Vila Nova de Gaia é uma destas terras.

* *
*

O finado Sr. barão do Corvo, seguindo as pisadas de alguns distintos vereadores seus antecessores, esforçou-se por conseguir dar a Gaia uma forma menos repelente. Mas os seus louváveis esforços foram infrutuosos, a sua voz não teve eco na sala das sessões da câmara, e Vila Nova continuou na sua rotina. Ora os rendimentos do município de Gaia não são pequenos, mas são todos empregados em excelentes melhoramentos nas aldeias vizinhas da vila. O porquê disto sabem-no todos. Todavia este modo de despender os dinheiros do município é simplesmente tolo. Faz-nos lembrar o homem que votasse ao desprezo a sala da recepção para aformosear as águas-furtadas.

* *
*

Porque não pertence Vila Nova ao Porto? Não sei e não lhe descortino a causa. Não temos nós o exemplo de Paris e Londres em que de ambos os lados do rio é Paris e é Londres? A anexação de Vila Nova ao Porto seria uma grande vantagem para ambas as terras. Os filhos de Gaia pugnaram ainda há pouco por essa anexação e eu, como filho do Porto, pugno também por ela. Porque é preciso que essa vila acorde do seu letargo para que se não diga que a dois passos do Porto há uma vila inferior à Lourinhã, pois que nem possui um mísero cemitério público.

* *
*

Alguém me acusará de tratar de semelhante assunto, dizendo-me que cometo uma imprudência. A esses *prudentes* responder-lhes-ei com Patrício Larroque no seu *Examen critique des doctrines de la religion chrétienne*: — «Chega ao último grão de aviltamento a alma, quando fazemos calar a voz da razão por aquilo que chamam *conveniências*...».

Também me dirão que este assunto é demasiado prosaico como qualquer X duma equação algébrica, mas bem disse Boileau: — *Rien n'est beau que le vrai*.

Bom era, pois, que estes articulistas de má morte, que passam, com a presteza do pensamento, do campo dos reformistas para o dos históricos e quejandos, deixassem uns as suas lisonjas abjectas ao governo, outros as suas graças soezes sobre a ilha das Galinhas, e aparassem a pena para tratarem deste assunto, que se me anota bem mais importante que a Sr.^a Pusich e a sua questão. Esses articulistas seriam então sinceros e deixariam por momentos de gabar o que é mau do gabinete Bolama, e de maldizer o que é mau do gabinete Fontes; porque para estes políticos de má morte a diferença não vai dos princípios, vai das pessoas... *

* In *Diário da Tarde*, Porto, 2.º ano, n.º 93, de 9 de Janeiro de 1873.

ESCRITORES CATÓLICOS

Há tempos publicámos neste jornal uma série de absurdos sustentados por esses infames apóstolos do mal, os jesuítas. Ergueram-se então de todos os lados os arraiais reaccionários, vozes atroadoras contra nós. Deixá-los lá esses parasitas miseráveis, esses hipócritas que defendem o que não crêem, que têm, como diz Larroque, dois modos de falar, um para o público, de falsa honradez, outro para os seus acólitos, e cujo cinismo faz estremecer; deixá-los lá bramar na sua raiva impotente, e continuemos na nossa missão de desmascarar os tartufos. Hoje apresentamos aos nossos leitores alguns pensamentos... católicos desses católicos:

1.º «O heresiarca examinado e convencido pela Igreja, era entregue ao braço secular e condenado à morte. *Nunca coisa alguma se me afigurou mais natural e mais necessária.* Mais de cem mil pessoas morreram por causa da heresia de Wiclef; a de João Huss ocasionou ainda mais mortes; não se pode calcular o sangue que a de Lutero fez verter, *e olhai que ainda aqui não pára. São passados três séculos e nós estamos na véspera do dia em que hão-de recommençar os nossos feitos (!).* Escrevia eu em 1838: *'Eu cá do que tenho pena é (confesso-o francamente) de se não ter queimado Huss um pouquinho mais cedo. Mas o que sinto profundamente é que não lançassem Lutero à fogueira. Sinto e sinto muito que não houvesse nesses tempos um príncipe de bastante piedade e política para mover uma cruzada de extermínio aos protestantes'*. Escrevia eu isto em 1838, *e penso-o ainda agora*». Luís Veuillot, *Univers religieux* de 26 de Agosto de 1851.

2.º «O carrasco é a pedra angular do edifício social». Joseph de Maistre.

3.º «A continência de Cipião é bem inferior à do último soldado cristão; Sócrates é um hipócrita, um orgulhoso, um ébrio e um libertino; Marco Aurélio era falso, altivo, egoísta, corrupto por sistema, tirano de crápula, recompensando aqueles que amavam sua mulher, cobrindo-se duma vergonha que nem um selvagem poderia suportar...». Padre jesuíta Feller, *Dictionnaire historique*.

4.º «Diderot não passava de um epiléptico de nova espécie, cuja sensibilidade só se exprimia por meio de rugidos e convulsões. Este furioso fez a viagem de Sampetersburgo a Paris de *robe de chambre* e barrete de dormir e passeava assim vestido pelas cidades mais frequentadas; os curiosos perguntavam: — Quem é este homem? — e o seu criado respondia: É o célebre Diderot. Ora este *grande filósofo* morreu no fim de um bom jantar». O abade Glaire e o visconde Walsh na sua *Encyclopédie catholique*.

5.º «O cão malhadiço é o Porto: por dezassete vezes se tem amotinado e revolucionado, e por mais que tenha sido *malhado*, nunca se viu emendado: e se agora de todo não *derrubam este cão*, ainda que o *malhem* tornará a morder». José Agostinho de Macedo, *Besta-Esfolada* n.º 1.

6.º «... Que essa *vil* quadrilha de *Pedreiros* zurzo... Javardo, acorda: Mete os ombros à empresa, em ti confio; meu reino vacilante em ti repousa: Té por instinto maquinal és Asno. Toma o bastão de General dos Tolos (conde de Vila-Flor)». O mesmo, *Burros*, Canto 1.º

Digam-nos agora quem é melhor, se Hébert, o miserável panfletário do Père Duchesne, se tais católicos.

E note-se que são estes os miseráveis que nos vêm falar em Deus e em Cristo; são estes que dizem missa nos altares, são estes os que levam o viático aos enfermos, são estes que têm ajoelhadas diante de si, no confessionário, nossas irmãs.

Oh! salve Veuillot, salve de Maistre, salve Feller e tu Glaire, e tu de Walsh, e tu também, Agostinho de Macedo! Salve vós todos, apóstolos do... bem!... *

* In *Diário da Tarde*, Porto, 2.º ano, n.º 97, de 14 de Janeiro de 1873.

A CONSPIRAÇÃO, O GOVERNO E A LIBERDADE

Nós vimos protestar, em nome da justiça, da liberdade e dos princípios humanitários e justos do século XIX, contra o modo anti-liberal de que o governo tem usado para com os réus da conspiração Angeja-Ouguela. É em nome dos princípios da liberdade e justiça que nós escrevemos, e não em nome da política mesquinha, ignóbil e sem convicções dos jornais de *cata-vento*.

Entremos na questão.

Um dia o país estremeceu. O telégrafo ronceiro e sucessor das tradições gloriosas do antigo carroção, disse que o governo tinha descoberto uma horrível conspiração, que vários regimentos haviam sido mudados, que os conspiradores estavam presos, que em Lisboa tudo era sobressalto, e nos gabinetes dos ministros azáfama. Segundo o Sr. M. de *O Comércio do Porto*, o plano dos conspiradores era:

- 1.º Proclamar a república.
- 2.º Proclamar a união ibérica.
- 3.º Pôr Lisboa a saque durante duas horas.

— Que horror! Bradou o honesto leitor de *O Comércio*. — Bem andou o governo em lançar mão daqueles bandidos. Cáfila de *petroleiros*! Bom arrocho!

Ora, aqui para nós que ninguém nos ouve, o programa desordeiro não era muito inteligível. Se não, façam o favor de nos dizer como se pode coadunar a proclamação da república com a da união ibérica? E imaginar um democrata, ou um homem como

o Sr. d'Ouguela, com o punhal na mão a saquear Lisboa? E que porção de amotinadores para um saque?

O certo é que o governo, calcando a lei e com o código marcial na mão, foi prendendo a torto e a direito, atirando às cadeias centenas de réus e esmagando-os com a acusação de conspiradores.

— Mas qual o fim da conspiração? Quais os chefes da revolta?

À primeira pergunta respondem o Sr. M. e outros; o governo esse é que não, porque a liberdade de um cidadão é coisa desprezível, e o governo tem mais em que pensar. Os chefes eram, dizia-se, o Sr. visconde d'Ouguela e o Sr. marquês d'Angeja! Dois fidalgos a proclamarem a república!

Pelo primeiro Sr. responde o Sr. Camilo e responde o governo que até hoje não tem formulado contra S. Ex.^a uma acusação de... senso comum.

Quanto ao segundo, que para vergonha nossa temos a infelicidade de saber quem é, a dúvida (se existia a conspiração) não tem grande cabimento. Mas SS. Ex.^{as} os Srs. ministros houveram por bem esquecer-se dele, e enquanto o Sr. d'Ouguela e outros gemem nos cárceres, o Sr. marquês vive vida folgada, graças à vigilância da polícia. Não admira, porque certo *conde* foi premiado pelos seus feitos com a embaixada da Bélgica, e enquanto os pobres sargentos, cúmplices de S. Ex.^a, gemiam nos cárceres, o *conde* passeava risonho em Bruxelas. Santa consciência a destes ministros!

O processo correu e está correndo, como se sabe.

A câmara dos pares, uma das vergonhas deste país, que se diz liberal, constituiu-se em tribunal de justiça, deu três bocejos e retirou-se.

Os Srs. deputados tratam da resposta ao discurso da coroa. Os Srs. ministros deixam ir as possessões pela ladeira em que vão.

S. Ex.^a o Sr. d'Angeja ri-se deste país de tolos e está à espera; os jornalistas da oposição atacam o governo, porque... é a sua convicção; e entretanto os pobres sargentos, o Sr. visconde d'Ouguela e outros choram a liberdade que perderam. Quadro arrebatador este!

Um dia o governo, prestes a cair, concede uma amnistia. Os presos saem sem saberem porque estiveram presos.

Ontem o governo manda fechar o Casino, hoje forja uma conspiração, e entretanto os Srs. pares e deputados continuam a dizer e a fazer tolices, o Sr. marquês de Angeja aperta as mãos aos ministros, e os Srs. empreiteiros da imprensa defendem o governo que lhes paga.

E todos estes Srs. riem-se do povo, das doutrinas de liberdade, e chamam *parvos* aos sinceros liberais. Mas cuidado, senhores; talvez um dia estes liberais de convicções, a mocidade democrática das escolas, os deputados do futuro, os jornalistas de amanhã, enfim, todos os que se prezam de convicções democráticas sinceras, vos façam calar o riso.

Rides agora, senhores! Cautela! Pode ser que choreis amanhã...*

* In *Diário da Tarde*, Porto, 2.º ano, n.º 100, de 17 de Janeiro de 1873.

D. CARLOS E HENRIQUE V

Ei-los os dois pigmeus, com vaidades de gigantes; ei-los os dois raquíticos sustentáculos do trono e do altar!

Carlos de Bourbon e o conde de Chambord representam em Espanha e em França o sistema do absolutismo, sistema que se vai esfacelando e que esses dois loucos ambiciosos tentam ainda ressuscitar.

Coitados!

Esquecem que *le monde marche*, esquecem que estão em 1873, e crêem-se em 1788.

Uma arma, um punhado de aldeões fanatizados, de trabuco em punho, ataca as diligências, que rouba, e à horda de salteadores que comanda chama *tropas do rei*.

O outro sopra na Assembleia Legislativa a sua raiva contra os republicanos e contra Thiers.

Ambos querem apertar aos pulsos de homens livres as gargalheiras dos escravos, e sobre um montão de ruínas erguer o seu trono maldito.

Ambos são vis, e o mais que o homem honrado lhes pode votar é desprezo e asco.

* *
*

Quando Olivier, o trânsfuga da democracia, apresentava à Assembleia Legislativa a declaração de guerra contra a Prússia,

enquanto que imperialistas e legitimistas gritavam como loucos: — A Berlim! Thiers, de mãos dadas com os republicanos, subia à tribuna e exclamava: — «Eu voto pela paz, primeiro porque não estamos preparados, e depois porque a guerra é uma coisa abominável». — E a assuada crescia contra Thiers, e às faces do ancião foi cuspid o epíteto: — Cobarde!

* *
*

Declarou-se a guerra. Houve a escaramuça de Sarrebruck, em que Luís recebeu o *baptismo de fogo*. E depois seguiu-se Wissemburgo, Forbach, Gravelote e Sedan. E depois... que é dos imperialistas e legitimistas que gritavam como loucos: — A Berlim!? Os imperialistas quebravam a espada em Sedan, os legitimistas ... estavam em Londres, na Suíça e na Bélgica!

* *
*

E esses cobardes republicanos, e esse cobarde Thiers?

Thiers, a despeito da sua avançada idade, corria a Europa em cata de um braço amigo. Os republicanos viajavam em balão, iam a Tours, tomavam Orleães, organizavam exércitos, venciam com Aurelles de Palladine, Garibaldi, Chansy e Faidherbe; os republicanos chamavam-se Gambetta, nome bem mais glorioso que Napoleão III e Chambord!

Agora os legitimistas gritam na Assembleia contra os republicanos, ameaçam Thiers e clamam por Henrique V. Esquecem a salvação da França, oprimida ainda pela Prússia, e querem que se lhes vote admiração e respeito.

Loucos! Quando muito merecem... desprezo.

D. Carlos orça pela força de Chambord, e os legitimistas franceses pelos carlistas.

Em nome de Deus os padres espanhóis arregaçam a sotaina e carregam o trabuco; em nome de Deus roubam e matam os passageiros; em nome de Deus disparam os trabucos contra Amadeu e servem-se dos jesuítas, como Vítor Jacques; em nome de Deus desenrolam uma bandeira em que se lê: — Opressão, ódio e sangue.

Benditos os padres espanhóis, e D. Carlos que os aplaude!

* *
*

Entretanto há três homens que se chamam Castellar, Pi y Margal e Figueras, três homens que se dizem republicanos e que são alcunhados pelos bons católicos de miseráveis maçons e de ateus.

E esses ateus erguem-se e falam nas câmaras, e no dia seguinte, graças aos seus esforços, Zorrilla lê uma lei que dá a alforria aos escravos.

E os legitimistas-católicos? Que fazem eles?

Enquanto os maçons falam, os católicos carregam os trabucos; enquanto os materialistas discutem, os católicos preparam o fulminante; enquanto os republicanos interpelam, os legitimistas levam a arma à cara, e quando os ateus proclamam a liberdade dos escravos, os católicos desfecham sobre uma diligência que passa.

* *
*

Qual dos dois preferem? O materialista ou o católico, o ateu ou o religioso, o republicano ou o legitimista?

Pela minha parte francamente declaro que prefiro o materialista, o ateu, o republicano... *

* In *Diário da Tarde*, Porto, 2.º ano, n.º 101, de 18 de Janeiro de 1873.

A ASSOCIAÇÃO 1.º DE DEZEMBRO

Todos souberam pelos jornais do que tem sido capaz a associação *1.º de Dezembro* na comemoração do aniversário da nossa independência.

Todos têm aplaudido até hoje aquela associação. Pois eu vou-lhe chamar ridícula e tola. Não sou ibérico, porque sei que os potentados esmagam as nações pequenas que lhe estão sob tutela, porque tenho o exemplo da Grécia, e agora o da Irlanda e da Hungria. Não sou ibérico, mas repito — acho tola e ridícula a associação *1.º de Dezembro* de Lisboa. O porquê digo-o já.

Aquela associação tem por fim, segundo afirma, o seguinte:

1.º Fazer arder no seio dos portugueses a chama do amor da pátria.

2.º Relembrar o dia 1.º de Dezembro e festejá-lo.

3.º Propugnar pela nossa autonomia.

O primeiro fim não tem senso comum. Pois que povo há aí que melhor alimento em seu seio o amor da pátria, que o português? Quais os anais da história que apontem rasgos de patriotismo maiores que os nossos? Qual a nação que se atreveu a lutar pela sua autonomia tanto como esta? Deixai as cidades, correi aos campos, interrogai os rústicos, esses lavradores pacíficos que em momento de perigo são soldados terríveis, e vede se encontrais num só o amor à união ibérica! E, se analisarmos os vossos intentos pelo que praticamente até hoje têm dado, que é dos vossos escritos, que é dos vossos arsenais, que é das tropas voluntárias

por vós organizadas — enfim, praticamente, que tendes vós dado, fanfarrões? Suponde que amanhã invade Portugal um exército espanhol — que é o que tendes feito para valer à nossa autonomia em perigo? E olhai que tendes tido tempo, jactanciosos ridículos!...

Quanto ao terceiro fim, o que tenho a dizer-vos está em resposta ao primeiro. Passemos ao segundo.

Quereis lembrar o dia 1.º de Dezembro e festejá-lo?! Cuidais talvez que as vossas luminárias sejam vistas em Madrid, que os foguetes dos vossos festejos vão causar pânico aos espanhóis? Pois não seria melhor calar esse dia de rancores e ódios, esquecê-lo momentaneamente; não seria melhor, digo, o lembrá-lo à Espanha quando ela se movesse contra nós, e não agora que laços de amizade nos unem a ela? Pois não sabeis que se Madrid ouvisse o estrondear dos vossos foguetes, em vez de pânico teria raiva, em vez de amizade nos daria ódios? E cuidais que se salva a autonomia duma nação com foguetes, luminárias e *Te Deum*? E em vez de tratardes quanto ao vosso alcance de fazer caminhar Portugal numa governação justa e liberal, julgais-vos uns gigantes, sem artilharia, sem armas e sem coisa alguma; credes que Madrid se apavora diante das nossas raquíticas pessoas? A Bélgica separou-se da Holanda, mas foi por meio de actos heróicos e resoluções patrióticas, e não por intermédio de foguetes e luminárias.

Os camponeses do Minho, de Trás-os-Montes, das Beiras, etc., não festejam com foguetes o dia 1.º de Dezembro, nem se recordam dele, nem mesmo sabem que ele existiu; mas no momento do perigo creio eu que estes camponeses, que não põem luminárias nas suas cabanas, fariam bem mais do que vós que vos jactais de patriotas... De que serve, respondi-me, de que serve o relembardes tolamente datas de ódios e rancores? Sois ridículos, digo-vos, sois ridículos e néscios, e não dá mostras de patriotismo o recitar três poesias insossas num salão *bem seguro*.

Talvez me acuseis de ter pouco ou nenhum patriotismo.

Enganais-vos: — o que eu tenho é mais senso comum.

É um português quem vos fala!... *

* In *Diário da Tarde*, Porto, 2.º ano, n.º 102, de 20 de Janeiro de 1873.

CATÓLICOS E COMUNISTAS

(PARALELO)

De católicos a comunistas a diferença é nula.

Os comunistas, debaixo do nome santo da liberdade, fuzilam os padres.

Os católicos, sob o nome santíssimo de Deus, queimam os judeus.

Os comunistas, em o nome santo da liberdade, suprimem jornais.

Os católicos, em o nome santíssimo de Deus, instituem a congregação do Índex.

Os comunistas deitam por terra a coluna Vendôme.

Os católicos apeiam a estátua de Napoleão.

Os comunistas roubam para *equiparar* as fortunas.

Os católicos, com Luís XIV e Luís XV, confiscam os bens dos protestantes para... bem da Santa Religião.

Os comunistas resolvem assassinar Napoleão IV.

Os católicos desfecham sobre D. Amadeu.

Os comunistas maldizem Napoleão III.

Os católicos excomungam Vítor Manuel.

Os comunistas incitam os povos à guerra.

Os católicos fazem discursos *pró* Judite, discursos que exalam ódio e sangue.

Os comunistas fuzilam Darboy.

Os católicos trucidam os negociantes que viajam em caminho de ferro.

Os comunistas bombardeiam de Paris e fogem depois vilmente.

Os católicos bombardeiam de Roma e rendem-se como cobardes.

Os comunistas escrevem o *Père Duchêne*.

Os católicos redigem o *Univers*.

Os comunistas imploram a deusa Razão.

Os católicos dirigem suas súplicas ao deus Pio IX.

Os comunistas respondem com louca arrogância a Versalhes.

Os católicos insultam Vítor Manuel.

Os comunistas incendeiam as Tulherias.

Os católicos lançaram as chamas a milhares de *hereges* e incendeiam hoje as estações dos caminhos de ferro.

Os comunistas chamam-se Chuseret, Delescluse e Millièrre.

Os católicos chamam-se Alexandre VI, Teles Jordão e *Saballs*.

Entre o comunista e o católico, escolhei. Eu desprezo-os a ambos. Ambos são vis.

Um prostitui as doutrinas divinas do Gólgota.

O outro envilece os princípios brilhantes do comunismo.

Ambos são vis, repito, e, como já disse quando tratei de Carlos VII e de Chambord — tudo que o homem honrado lhes pode votar é asco e desprezo.

Por isso, quando eu vejo um reaccionário bradar contra os comunistas, contra Flourens, contra Rossel, contra Millièrre — digo logo:

— Hipócrita! Entre ti e um comunista a diferença é nula.

Entre católicos e comunistas não existe diferença.*

* In *Diário da Tarde*, Porto, 2.º ano, n.º 120, de 10 de Fevereiro de 1873.

A MAÇONARIA E OS ULTRAMONTANOS

A *Atalaia*, jornal católico de mão cheia, grita em um dos seus últimos números contra a instrução pública *demasiado* liberal, e a *Palavra* faz coro com ela clamando que os *liberastas tardeiros* têm uma raiva concentrada ao governo, por conservar nas cadeiras de filosofia as opiniões espiritualistas sobre a imortalidade da alma, etc. (que para eles, um materialista é quase o mesmo que um bandido).

Ora a *Palavra* engana-se em julgar que nós temos para com ele é compaixão. A *Atalaia* não se pode queixar, porque o governo ainda consente, para vergonha de Portugal, a absurda cadeira de teologia na Universidade, e mandou no seu último programa oficial *provar* no 2.º ano de filosofia dos liceus a verdade da religião católica, o que é simplesmente um absurdo.

Manda o governo *provar* que a religião católica é a única verdadeira; *manda* acreditar aos alunos na autoridade dos outros; *manda-lhes* crer em milagres, profecias e outras inépcias idênticas, e ao mesmo tempo, e no mesmo programa, manda estudar Descartes e Locke, D'Alembert e Diderot, Condillac e Leibniz, Cramer e Newton! Francamente, *Atalaia*, não te parece que este programa do ministro é apenas um montão de contradições?

Mas não é por causa da instrução pública que eu escrevo aqui estas linhas. Sobre os absurdos dos reaccionários a respeito da instrução, o meu ilustrado colega, o Sr. Frederico Vaz, em seus excelentes artigos lhes tem respondido cabalmente.

É que a *Atalaia fulmina* com a sua ira a maçonaria, chamando-lhe, como a *Palavra*, miserável e infame.

Eu não pretendo defender a maçonaria, que, se por vezes tem tido em seu seio víboras como todas as associações, as repele e esmaga mal as presente, e que não se chama nunca nem Teles Jordão nem José Agostinho. O que me admira é que quem ataca sociedades secretas seja o primeiro a constituir a de *S. Miguel da Ala*.

Estes santarrões do catolicismo são dos tais que querem um Deus para si e um demónio para os outros.

Honradas pessoas!

O que eu vou fazer não é defender a maçonaria, é apresentar uma lista de alguns maçons dos séculos 18.º e 19.º

1.º S. Santidade Pio IX — que, quando era maçom, não mandava enforcar, não se declarava infalível, não elogiava Judite e não fazia de Cristo um aristocrata.

2.º D'Alembert — o grande géometra, o autor do prefácio da *Enciclopédia*, esse homem de quem a França se ensoberbece com justíssima razão.

3.º Danton — o ilustre convencional, tão caluniado pelos reaccionários.

4.º Washington — o libertador da América.

5.º Lincoln — o abolidor da escravatura.

6.º Mendes Leal — o literato distinto, ministro, diplomata, um vulto português.

E sabem agora porque a *Atalaia* tem horror aos maçons?

É porque eles escrevem a *Enciclopédia*, porque a *Enciclopédia* ensina o povo, e os reaccionários no seu vil egoísmo querem o povo estúpido.

É porque eles, os maçons, desembainham a espada para libertarem o seu país, e os reaccionários iram-se e esbravejam contra toda a espécie de liberdade.

É porque os maçons libertam os escravos, e os reaccionários querem comprar e vender homens.

É porque os maçons escrevem o *Pedro*, e os reaccionários admitem e aplaudem a diferença das classes!...

Ora aí tem porque a *Atalaia* grita com os olhos injectados e a sotaina arregaçada contra os maçons. Aí têm porque os reaccionários esbravejam contra os maçons.

Os maçons amam a luz, e os reaccionários só vivem nas trevas.

Os maçons pugnam pela liberdade, pela igualdade e pela fraternidade, e os reaccionários querem privilégios, distinções de classes e opressão.

Os maçons amam a Cristo, e os reaccionários veneram o papa!*

* In *Diário da Tarde*, Porto, 2.º ano, n.º 139, de 5 de Março de 1873.

UM ANJO

PÁGINA SOLTA DA MINHA CARTEIRA

.....

Via-a, enfim!... A palidez do sofrimento, a lacerante angústia de se ver abandonada pelo homem a quem tinha amado tanto, ainda não tinham tirado a beleza àquele rosto. E eu via-a... vi a mulher, que amava, por quem tanto me sacrificaria, corar por saber que eu conheço que ela amou muito!

Duas palavras banais foram trocadas entre nós... Mas essas palavras tem-nas, a minha memória gravadas, como o meu coração tem a imagem da única mulher que, até hoje, tem entrado nele.

* *
*

Vi-a outrora noutros braços, que vilmente a repeliram: vi-a com o seu sorriso de santo, olhar para o homem que mais tarde a devia abandonar. E que fiz eu?!... Esqueci a minha dignidade, a honra do meu nome, e disse ao meu rival: Vai... sê feliz! Levas coração d'anjo e beleza de santa.

E o *infame* apertou-me a mão e eu... chamei-lhe amigo.

* *
*

Mas eu via a felicidade naquele rosto... Poderia acaso roubar-lha, dizer à mulher apaixonada: Tu amas um infame?

* *
*

A sociedade chamaria assassino ao homem, que pedisse estritas contas àquele que lhe roubara a felicidade — que lhe roubara a esperança de gozar o céu, que sonhara neste mundo. Que me restava, pois? Sofrer, dizer abraçado à minha Cruz: Creio em ti, Deus! Creio em ti, que és bom, que és pai d'amor: em ti só, deposito a esperança da minha felicidade!

* *
*

Mulher ou anjo! Se leres estas páginas escritas com lágrimas, se através do espaço que nos separa pensares alguma vez em mim —: que seja um teu sorriso, ou antes uma palavra escrita com tuas mãos de neve, o prémio das amarguras que eu tenho sofrido.*

* In *Harpa*, [Porto, fasc. 1.º, de 29 de Abril de 1873]. Os elementos mencionados entre parênteses rectos correspondem ao carimbo apostado pelos serviços de correio.

RECORDAÇÕES

Lembra-me ainda, e com saudade, daquele dia. Quem me dera que ele voltasse! Impossível!

* *
*

Uma tarde achava-me eu no meio de meia dúzia de mancebos meus conhecidos e falou-se *dela*. Atiraram-lhe epítetos injuriosos: mas levantou-se uma voz que os rebateu. Essa voz era a minha, era a do rapaz ardente e apaixonado.

* *
*

Outra vez ao romper da noite estava eu contemplando a lua. A mulher que eu amava — que ainda amo — passou junto a mim. Fascinou-me. Desde então perdi o repouso, a esperança, a felicidade. Perdi tudo, porque amava e não era amado, porque acreditava no céu e aparecia-me o inferno!

Passou-se algum tempo.

A virgem por quem eu suspirava em sonhos tornara-se uma Deusa: aquela beleza era mais, muito mais, do que o ideal que eu fantasiara.

* *
*

Algures escrevi-lhe uns versos. Ela leu-os mas não compreendeu o sentimento que os inspirava. Enquanto eu lhe dizia nas minhas singelas estrofes que a amava, enquanto a minha lira lhe dizia:

Possa o canto dum pobre poeta
lumiar-te esplêndido porvir!

ela nos braços do meu rival *esquecia* que eu a amava, *esquecia* que nela depositava a esperança da minha felicidade, que a tencionava levar ao altar, dar-lhe o meu nome.

* *
*

A uma noite de insónia, juntou-se uma noite de recordações.

No dia que a precedera tinha eu visto um ramo de flores em que o anjo que eu amava tinha colocado um dos seus formosos cabelos.

Meu Deus! Que mal te tinha feito eu para assim aniquilares o meu derradeiro clarão de esperança?!*

* In *Harpa*, [Porto, fasc. 1.º, de 13 de Maio de 1873].

AS MEMÓRIAS DE SANSÃO

É um livro singular, um livro de carrasco. São a legenda do cadafalso, a história da tortura. O seu autor, o autor destas *Memórias* é Sansão o último carrasco desta família. O leitor nesta obra encontra um fiel quadro dos horrores do cadafalso, da vida de remorso, da vida amargurada do carrasco, aquele que a sociedade aviltada escolheu para executar e a quem paga com vaias e desprezo, ela a reprova, ela a legisladora, ela a homicida, a ele o desgraçado, a ele o compelido, a ele o amargurado.

É um livro digo eu, um livro horrendamente belo. Ora nos expõe minuciosamente o horrível suplício de Damiens, ora a morte serena de Bouchard. Nas *Hecatombes do Terror* o leitor sente-se vivamente impressionado. As lágrimas de Desmou-lins, a energia feroz de Westermann, a placidez de Herault de Shecelles e os rugidos imensos de Danton, o tribuno enorme não podiam ter pincel melhor que o de Charles Henry Sanson.

Cumprimos o nosso dever, vamos dormir.

Ah? sandeu, ah! povo imbecil, gritas Viva a República, ao ver-nos passar. Daqui a duas horas a República já não terá cabeça.

Oh! Desmou-lins. Oh! apóstolo da liberdade, não creias enternecer a canalha vil.

David, estás aí, David. Lacaio, vai dizer a teu patrão como morrem os soldados da liberdade.

Robespierre, Robespierre, escondes-te. Ah! É em vão. Hás-de vir também tu e a sombra de Danton soltará um rugido de alegria na sua tumba quando estiveres neste lugar.

Carrasco, espias-me, vês no momento fatal rolar-me pelas faces uma lágrima. Olha, carrasco. Tens mulher e filhos? Ah! pensando neles, sou homem, homem compreendes? Esposa querida, não mais te tornarei a ver. Filho bem amado, não chego a conhecer-te.¹ — Ah! Ah! Danton, enfraqueces, hesitas? vamos coragem.

— Ah! imbecis, cuidais talvez que a minha cabeça e de Hérault se não beijem no cesto?

— Um pouco mais ou um pouco menos de sangue à tua máquina, pouco vale; mas ao povo olha que vale bem a pena, pois o povo não vê todos os dias cabeças como a minha.

Correu-se a tabueta, moveu-se o botão e do grande tribuno e do Mirabeau do povo só restavam um cadáver na guilhotina, um nome no Panteão, um eco imenso nas páginas da história.

Em uma palavra as *Memórias de Charles Henry Sanson* é uma boa obra.

É pouco e é tudo. Luís Dipret avaliou o *Fon Yegof* de Erckmann-Chatrian desta forma.

E eu creio que é melhor, porque é a mais lacónica.

«O *Fon Yegof* é um bom livro».*

¹ Mad. Danton andava grávida por ocasião da morte do grande tribuno.

* In *Harpa*, [Porto, fasc. 2.º, de 13 de Maio de 1873].

ANÚNCIOS E TABULETAS

A imprensa esse invento grandioso de Gutenberg, tem nos últimos tempos sido profanada que é um louvor a Deus! A secção dos anúncios dos jornais dá do que avanço prova perene. Para os que queiram lançar os olhos sobre os anúncios de *O Primeiro de Janeiro*. Leiam e pasmem:

Vende-se um órgão-realejo. Toca diversas peças sagradas e profanas como o hino da Carta, o Santo António a livrar o pai da forca, etc., etc.

Quem perdesse um albardão na estrada de Lamego, queira falar na dita cidade a F... rua de...

M.^{me} F... penteia senhoras e também penteia caracóis.

Chegou a Lisboa o paquete *Douro* que traz 29 passageiros dos quais 30 são para o Porto (a honra deste anúncio pertence ao *Diário Popular*).

Ânsias da Vida, — drama por Monteiro Rebelo. Avulso 200 rs., por assinatura 320 rs.

Isto serve de espécimen pelo que toca aos anúncios.

(*Continua*)*

* In *Harpa*, [Porto], fasc. 4.º, [de 31 de Maio de 1873]. Contrariamente ao afirmado, o artigo não teve continuidade.

VIVA A LIBERDADE!

Seja este o grito altíssimo e soberbo que irrompa hoje dos nossos lábios. Seja este o brado imenso, que ateste ao mundo inteiro que o Porto, a nobre cidade de 32 ainda guarda intacto no seu seio a chama augusta da liberdade como as vestais romanas o fogo sagrado.

Faz hoje 41 anos que um punhado de valentes veio abrir uma nova era, um novo período na história deste brioso Portugal.

As forcas da Praça Nova, do cais do Sodré, as masmorras de Almeida e a vileza de opressão foram um repto imenso, audaz, desvairado.

A cidade do Porto levantou a luva. E venceu! Porque pelejava pelo bem, pela Verdade, porque a causa do Porto era a grande causa daquele que morreu no Calvário!...

* *
*

Oh Porto, oh tu que sofreste, tu que a guerra civil devastou, tu que escreveste o código santo das liberdades à luz da granada e à chuva da metralha — insultaram-te, cuspiram-te às faces e urge que a desafronta seja grande, e imensa como a injúria foi imensamente abjecta, imensamente infame...

Insultaram a tua mãe, oh povo, ultrajaram a liberdade, a Virgem que o sonho do Cristo, o ideal de Hoche, o consolador de Galileu, a visão fagueira do filósofo grego.

E são eles!... Eles, os carrascos, eles, os homens da sotaina, eles os carcereiros de Galileu, eles os queimadores de Campa-nella, eles os infames perseguidores das Cevennes, eles os que trucidam na Vendea, eles os que enforcam na Praça Nova, eles os que incendeiam na Navarra!...

Oh infâmia! oh sacrilégio! Arvoram o teu perdão sagrado e dizem-se teus discípulos, oh Cristo...

Como se houvesse alguma coisa de comum entre o Bem e o Mal, entre a Infâmia e a Justiça, entre Cristo e Pio IX, entre Pedro IV e Santa Cruz...

Supremo dos escárnios e supremo dos abismos.

Festejaram o papa. Quer dizer — festejaram o representante da escola maldita do absolutismo, festejaram aquele que enforcou, aquele que abandonou, oh vergonha, o sólio pontifício para fugir *cobardemente* disfarçado em lacaio, aquele que afogou *em sangue*, oh cristianismo, a República romana, aquele que anatematizou o pensamento, o homem do *Syllabus*, o homem que abençoa Isabel de Bourbon e Carlos VII, o homem que se declara infalível, o homem que te declarou a ti *aristocrata*, oh mártir dulcíssimo do Gólgota, o homem que incita os espanhóis à guerra civil, o homem que manda Kauzeler esconder no Vaticano *armas para a guerra*, o homem que exaltou Judite num discurso gotejante de sangue, o irmão de Antonelli, o irmão da Santa Cruz, o irmão de Gregório XIII que cantou *Te Deum* pelo horrendo morticínio de 24 de Agosto...

Pois bem. Festejaram a opressão, o crime, o sangue, a força.

Levantemos nós um viva estridente, unísono, grandioso à Liberdade. À Liberdade que parte gargalheiras, que pune crimes, que não derrama o sangue e que quebra as tábuas da força.

A reacção é a morte. E nós queremos vida.

Abaixo a reacção, a louca, a infame reacção que nega o sol da ideia, que nega Cristo, que nega Deus!

Cidadãos: — A reacção é a matança de S. Bartolomeu.

A reacção é o incêndio do convento de S. Francisco.

A reacção é o sangue estampado nas pedras do Santo Ofício.

A reacção é o cadáver do liberal dependurado do infame triângulo da força.

Pelo contrário, a Liberdade é a Luz, a Luz imensa da Verdade e da Justiça, aquele clarão formidável que do alto da cruz ilumi-

nou a humanidade. A Liberdade é os Direitos do homem, é o esfacelar da Inquisição, é o ranger do cadafalso que cai, é a libertação dos escravos e a igualdade, é a fraternidade e o lema de Jesus.

* *
*

A reacção obra. Alerta nos campos liberais!... Veremos quem vence, se a Luz se as Trevas, se a Verdade se a Mentira, se Satanás se Deus...

Se ficarmos esmagados na luta, um novo Carlos IX que nos mande trucidar, um novo Gregório XIII que cante *Te Deum* pela nossa morte.*

* In *Harpa*, [Porto], fasc. 6.º, [de 11 de Julho de 1873].

CRÍTICA

Frederico Soulié, o dramático coriféu da escola romântica, disse no prólogo de uma das suas obras: — Para o leitor de hoje, gasto pelas sensações extravagantes dos pelotiqueiros literários, é preciso só e absolutamente moxas e adstringentes, incestos e assassínatos, adultérios e envenenamentos.

E F. Soulié, o fantástico Poe francês, o dramático autor dos *Dois Cadáveres*, essa lenda em que o horrível, como muito bem disse Larousse, toca as raias do impossível, disse a verdade para a França. O gosto francês, gasto pelas imbecilidades pueris de quantos Ducray-Duminil apareceram para explorar as bolsas dos tantos descendentes de Vercingetorix não permitia então, como não permite ainda, senão o romance tétrico, o romance que apavora e que delira no tumultuar das paixões, o romance que, conhecendo o coração pelo seu lado pior, perverte a crença na religião da honra e esteriliza o sentimento do bem.

E assim, no período crapuloso do segundo império, nós vimos aparecer lidos e relidos a mesclar-se às fileiras venerandas dos V. Hugo, dos Th. Goutier, dos G. Sand, dos Cl. Robert, etc., as figuras comuns e pequenas dos P. Fèval, dos Ponson du Terrail, dos X. Montèpin, dos Deunerylte.

Essa gangrena literária, permitam-me a expressão, alastrou e tomou-nos também a nós. Não há elegante que não saiba de cor e salteado Ponson du Terrail, nem menino de colégio que se não extasie ante as belezas do Rocambole. Mas, como para a gangrena

física a quina e a cânfora, para a gangrena literária têm os bons médicos aplicado os bons remédios, bons e eficazes.

Ao escrever estas linhas, um nome chorado por todos nós me cai dos bicos da pena: Júlio Dinis, a grande alma de poeta, que, deixando o seu envólucro terrestre, talvez brilhe agora na imensidade dos céus, qual fulgurante estrela; Júlio Dinis, o pincel fino dos bons sentimentos, o cantor do bem e da honra, do amor e da virtude, Júlio Dinis, o autor modesto dos *Fidalgos da Casa Mourisca* e das *Pupilas do Sr. Reitor*, essas jóias da nossa literatura... Dele o que resta? Um cadáver na terra, um nome na história, uma estrela no céu.

Dissera eu que para combater a peste que vem lá de fora, era necessário haver bons e eficazes remédios. De dois quero falar: — as *Rosas Pálidas* e os *Contos Portugueses*.

O primeiro destes dois livros pertence à pena elegante e fina da distinta escritora portuguesa a Ex.^{ma} Sr.^a D. Guiomar Torresão, que já é suficientemente conhecida no mundo das letras, quer pelos seus escritos no *Almanack das Senhoras*, quer pelos seus folhetins delicados, onde se conhece o fino tacto de uma inteligência superior e, permitam-me a frase, aquele não sei quê de suave e *chic*, que fez do autor da *Vendue en détail*, o ilustre J. Janin, o primeiro folhetinista da geração actual e do nosso bom e espirituoso Júlio César Machado, o primeiro folhetinista português.

Em verdade, as *Rosas Pálidas* nada desmerecem, quer no belo enredado do entrecho, quer no saber puro da linguagem das melhores obras de literatura fácil e amena que temos lido. Sem mais preâmbulos, a nossa opinião franca aí vai: — as *Rosas Pálidas* são narrações que por todos devem ser lidas, porque instruem deleitando.

Louis Dépret, ilustre crítico francês, formulou no *Voleur*, em três palavras, o seu juízo sobre um livro de Erckmann-Chatrion, os dois romancistas alsacianos, o *Fon Yegof*. Dépret disse pura e simplesmente:

«O *Fon Yegof* é um bom livro». E eu, como o distinto francês, direi o mesmo a respeito da obra da Sr.^a D. Guiomar Torresão:

«As *Rosas Pálidas* é um bom livro».

Dito isto, está dito tudo.

À invicta cidade do Porto o Sr. Francisco Xavier da Silva dedicou há pouco um belo livro que publicou: *Contos Portugueses*. Direi duas palavras sobre este livro. O autor é já suficientemente conhecido, quer pelas suas bastantes produções teatrais, quer pelos seus livros o *Testamento do Frade* e *Páginas da Vida Humana*.

Os *Contos Portugueses* que ora publicou, sem serem um primor, são contudo um belo livro. A linguagem é fluente e acomodada aos diversos personagens que entram em cena, o entrecho bem delineado e bem sustentado nos cinco contos de que se compõe o livro. Entre eles distinguiremos o primeiro, que nos pareceu o melhor, quer na linguagem quer no enredo.

Que o Sr. Xavier da Silva continue na carreira que encetou, e onde se tem já distinguido, e corrigindo-se a pouco e pouco dos defeitos que ora ainda tem, vê-lo-emos sem dúvida alguma ocupar um belo lugar nas fileiras da nossa literatura.

Nós, os portugueses, esforcemo-nos por impelir para longe de nós a peste de que F. Soulié se queixava; pintemo-nos nas nossas obras tais quais somos, e deixemos em paz os quantos Ponson nos quiseram engodar com as suas produções estrambólicas e deslavadas.

Eis a minha opinião, que é a dos Srs. Ramalho Ortigão, Pinheiro Chagas e muita mais gente de siso.

Cumpre-me ainda dizer duas palavras sobre um manuscrito que tenho aqui sobre a minha banca de trabalho. Intitula-se a produção a *Condessa de Santa Rosa de Tangil*, pelo Sr. G. Rebelo. É um drama em 4 actos, dedicado ao particular amigo do autor o Il.^{mo} Sr. António Joaquim Barbosa de Carvalho, e que brevemente vai aqui ser representado no Porto.

Somos pouco entendido em coisas de teatro, contudo diremos que nos cativou o bem enredado da acção, o sabor clássico da linguagem e o bem desenvolvido da ideia dos Pelletan e dos Castellar, a ideia da democracia, que é por assim dizer, a cúpula do drama, a síntese da produção do Sr. G. Rebelo. Pode bem ser que haja defeitos nessa composição. Embora! O Sr. G. Rebelo é novo e tem inteligência. Com o tempo se corrigirá de algum pequeno defeito que ora tenha. Ainda assim, a *Condessa de Santa Rosa de Tangil* é uma bela produção, a acção bem conduzida, o diálogo bem sustentado, os efeitos dramáticos bastantes e a linguagem portuguesa.

Eis o nosso juízo franco e desinteressado. Daqui enviamos um cordial aperto de mão ao Sr. Rebelo.

E agora, meus caros redactores, perdoem-me a *maçada* que lhes tenho estado a dar, e... até à vista.

Porto, 7 de Agosto de 1873.*

* In *A Aurora do Lima*, secção «Folhetim», Viana do Castelo, ano XVIII, n.º 2647, de 18 de Agosto de 1873.

LOUCURA E GÉNIO

Dizia Séneca: — *nullum ingenium magnum sine mixtura demenciae fuit.* — E em verdade é assim. O génio e a loucura têm tais pontos de contacto, que Moreau (de Tours) disse: — «A constituição dos homens de génio é realmente a dos idiotas».

Os argumentos do Dr. Moreau podem ser assim classificados: — Prova médica; prova histórica.

A prova médica avança a proposição pelos pontos de semelhança entre a constituição do homem de génio e do idiota; e pelo estado delirante do moribundo nas vascas da agonia. E em verdade vê-se que na hora da morte todas as faculdades tomam novo vigor e adquirem um grau de poder elevadíssimo, a razão vê com olhos de águia, as operações intelectuais fazem-se admiravelmente, a atenção é imensa, e o homem, como que inspirado, pronuncia ditos profundos, faz versos admiráveis com uma rapidez incrível. Exemplo: — Bocage e Frederico Soulié — É o delírio, é a loucura, é o génio.

A segunda prova, a prova histórica estriba-se no que segue:

1.º — Os homens de génio têm *todos* excentricidades e doídices pasmosas.

2.º — Os homens de génio são sempre de constituição doentia e raquítica. Não há nada mais falso do que o aforismo «*Mens sana in corpore sano*».

3.º — Os homens de génio por vezes têm estado alucinados e alguns endoideceram.

4.º — A doidice encontra-se sempre nas famílias dos homens de génio, quer na linha ascendente quer na descendente.

Quem provará tudo isto? A história, é claro. Vejamos:

Que os homens de génio têm todos o que vulgarmente se chama *telha*, é uma verdade, e o nosso povo avança muito categoricamente que os filósofos são doidos, e têm o costume de chamar *filósofo* aos excêntricos mal vestidos e que não têm considerações com ninguém. Isto é um facto de todos os dias. Demais, ouçam: — Montesquieu escreveu o princípio do seu *Esprito* numa carruagem de posta; Bossuet escrevia num quarto muito frio, mas com a cabeça muito embrulhada em cobertores; Balzac escrevia a tomar chávenas e chávenas de um café nau-seabundo; Gérard de Nerval foi um doido; Rouelle, o químico, tinha distrações de uma doidice pasmosa ¹; Voltaire metia-se na cama e bradava que estava a morrer; La Fontaine, indo jantar a casa de um amigo, não disse nem palavra. Levantou-se, findo o jantar, e saiu; D'Alembert saía todas as manhãs para ir comprar ganchos, etc. para M.^{lle} de Espinasse; Pugnani, uma noite, numa sociedade bradou que rezassem por ele, ajoelhou e começou a rezar um *Padre-Nosso*; Mezarai escrevia, ainda que fosse meio-dia, à luz da candeia; etc., etc. Neste diapasão era um nunca acabar. Basta sabermos que a história prova exuberantemente o primeiro ponto.

E vejamos o segundo ponto. A história prova em verdade que é falso o aforismo — *Mens sana in corpore sano*.

Byron era *pied-bot*, Gilbon corcunda, Pope desajeitado, Bocage raquítico, Beethoven surdo, Gérard de Nerval doente, Pascal enfezado, Couthon *cul-de-jaete*, Robespierre enfezado, Bonaparte extremamente baixo, ao contrário de Washington, etc.

O terceiro ponto prende algum tanto com o primeiro. O que dissemos de um, diremos do outro. Mas ainda, a história mostranos também a verdade da 3.^a proposição. Com efeito, Maomé, Lutero, Pitágoras, Sócrates, Platão, Cristo não serão alucinados sublimes?

¹ Vide a sua biografia na *Vie des savants illustres* de L. Figuier.

E os versos de Goethe e de Gérard de Nerval não indicarão a alucinação imensa? E não seria alucinação a crença de Bonaparte na estrela que apontava ao general Rapp? E Pascal, que delirou por muitas vezes na loucura e que morreu, pode-se dizer, doido — não será um louco sublime? E Mozart, assim como Beethoven, não teve alucinações grandiosas? E Donizetti, e Lopes de Mendonça, e Swift não morreram doidos?

Quanto ao quarto e último ponto, a história encarrega-se de o provar como os demais.

Eis o que avança o dr. Moreau para provar a sua tese, e eu creio que a provou admiravelmente.

.....

Os génios são doidos sublimes.

E portanto concluamos com o poeta:

Un sot trouve toujours un plus sot qui l'admire.

Porto, 19 de Agosto de 1873.*

* In *A Aurora do Lima*, secção «Folhetim», Viana do Castelo, ano XVIII, n.º 2651, de 27 de Agosto de 1873.

A REPÚBLICA PARTENOPEIA

Autorizando-me da permissão benévola que os redactores deste jornal me têm concedido para os meus fracos escritos, eu encetarei uma resumida narração dos factos tão grandes e tão precipitados que caracterizaram a república napolitana que destronou Fernando IV, o rei *nasone*, e Carolina, a rainha impudica e feroz.

O clarão imenso da revolução mostrara bem claro aos olhos do povo aterrado a podridão do velho regímen, a prepotência estúpida e o mais escuro da consciência dos reis *de direito divino*.

Partidos republicanos se formaram em toda a parte, esperando ansiosos a aurora imensa após a tenebrosa noite, a liberdade após a tirania.

Nápoles não podia ficar atrás dos outros povos, e o partido republicano que se formou conspirava activamente. E os *giacobini* aumentavam progressivamente, graças à perseguição infame que a rainha exercia.

Cumpre-me agora em antes de prosseguir, dizer duas palavras sobre a família reinante de Nápoles, para os leitores verem bem que entes regiam o Estado* então, que de abjecção e infâmia na corte das Duas-Sicílias.

* No artigo original figura «estado».

O rei Fernando IV, depois Fernando I (rei das Duas-Sicílias) teve por educador um devasso estúpido, S. Nicandro, e por isso só sabia caçar, vender peixe aos *lazzaroni*, sendo por eles tratado por = tu =, não se importar com os negócios do Estado*, entregando tudo às mãos da rainha Carolina e dos seus validos Acton e Castalcicala. Fernando nasceu em 1751, morreu em 1825. Sucedeu em 1759 a seu pai, que foi tomar posse do trono de Espanha, sob o nome de Carlos III. Em consequência do tratado de Aix-la-Chapelle, Fernando desposou em 1768 Maria Carolina d'Áustria, que, por uma cláusula do contrato de casamento, devia ter voz deliberativa no Conselho de Estado** desde o nascimento do seu primeiro filho. Esta mulher, ambiciosa e cruel, tomou em breve um império absoluto sobre o rei, que, fraco e imbecil, deixou cometer à rainha todos os actos que produziram as grandes vicissitudes por que passou o reino das Duas-Sicílias.

Creio que está esboçado o rei: estúpido, fraco e feroz em consequência do muito medo.

Passemos a Maria Carolina.

Era ela filha de Maria Teresa e de Francisco I. O seu espírito ambicioso ditou-lhe que para o seu poder chegar ao apogeu era necessário dominar o rei, dominar a corte, dominar o povo. Em breve conseguiu tudo o que almejava. O rei temia-a, a corte tremia diante dela, o povo odiava-a. De repente, porém, a rainha, que era a um tempo uma política consumada e uma cortesã impudente, ela, que passava o tempo entre o serralho e a sala do Conselho***. Maria Carolina tremeu. É que a tinha deslumbrado o relâmpago da revolução, é que ela tremera deveras quando lhe deram a fatal notícia da morte de Luís XVI.

Então o medo fez-lhe fantasiar terrível o que em verdade ainda não existia — *um partido republicano* em Nápoles. Então começaram as perseguições, então a *Junta de segurança* obrou despietosa, então morreram três crianças no cadafalso, Emmanuele de Deo, Vitagliani e Gagliani.

* No artigo original figura «estado».

** No artigo original figura «conselho de estado».

*** No artigo original figura «conselho».

O que não existia ainda então, um partido republicano, as perseguições da rainha lograram formá-lo. A conspiração lavrou, e havia de ser tão poderosa, que havia de derribar na torrente da revolução o trono da austríaca.

Mas retrocedamos um pouco e digamos duas palavras sobre pessoas que nos hão-de interessar muito e muito.

O povo e os lazzaroni. Os frades e os jacobinos. El-rei e a revolução. Lady Hamilton. Vanni. A França. Os republicanos

Cumprê distinguir entre a palavra *povo* e a palavra *lazzaroni*. Em Nápoles há uma e outra gente. O povo é a gente que trabalha, os negociantes, os médicos, os advogados, etc., enfim a classe média entre *aristocracia* e *lazzaroni*. Os *lazzaroni* são uns ociosos em grande ponto, que nada fazem, a não ser o estar deitados ao sol nas praças, o comprar peixe a el-rei Fernando e o ser ferozes canibais em dia de revolução.

Em breve falaremos deles, e os leitores verão a que auge imenso subiu a ferocidade daqueles miseráveis. Note-se, pois, bem esta distinção que faço entre as duas palavras *povo* e *lazzaroni*.

Digamos agora duas palavras sobre os frades, gente esta que muito bem serviu a causa borbónica. Pelas suas prédicas constantes, pela sua autoridade sobre os *lazzaroni*, os frades, clamando contra os *giacobini*, serviram maravilhosamente a causa da rainha Maria Carolina.

E el-rei, que chamava à mulher a sua *cara mestra*, aterrado pelos acontecimentos de França, votou um ódio implacável à revolução, um terror vingativo aos *giacobini*.

E agora um nome execrando nos cai dos bicos da pena, o nome da grande cortesã, da grande miserável, que, tripudiando ora nas orgias infames, ora na praça das execuções, ligou o seu nome à lista das vis Messalinas. Quero falar de lady Hamilton. Desbravemos-lhe a biografia.

Num livro inédito — *Retratos*, escrevi eu a biografia desta mulher crapulosa.

Transcrevê-la-ei para aqui.

Porto, 1 de Setembro de 1873.*

Lá dizia eu: — Lady Hamilton é a Messalina dos tempos modernos, é a mulher mais corrupta que desde a célebre romana até hoje nos apontam as páginas da história. Prostituta vil, Hamilton cometeu crimes hediondos; cortesã impudente, Hamilton fez correr o sangue de milhares de homens honrados. A biografia desta mulher vilíssima aí vo-la dou.

Emma Lyons ou Harte, lady Hamilton, nasceu no condado de Chester em 1761, morreu nas proximidades de Calais em Janeiro de 1815. Era filha de uma cozinheira chamada Harte e de um fidalgo, sir Lyons, que as abandonou a ambas, sem ter reconhecido sua filha. Harte veio a Londres, e, por um resto de beleza, agradou ao conde Halifax, que meteu num colégio a bela Emma. Esta fez brilhantes progressos e adquiriu grande soma de conhecimentos. O conde Halifax morreu, porém, e esqueceu no testamento mãe e filha.

Emma saiu do colégio e foi servir para uma herdade. Mas o trabalho manual desgostou-a, e, tendo morrido sua mãe, a bela Emma veio a Londres e entrou como criada de quarto numa boa casa; mas breve foi despedida, pois pouca atenção dava aos seus deveres domésticos e absorvia-se toda na leitura de romances e de peças de teatro. Então entrou de criada numa taberna, frequentada por actores e cortesãs, e aí tomou conhecimento com miss Arabell, comediantes então célebre e amante do pintor Romney.

Talvez ainda estivesse pura, mas a sua leitura assídua de romances, a sociedade em que vivia, a sua assiduidade no teatro, tinham-lhe lançado nos sentidos um fermento que breve levedaria. Assim Emma teve por primeiro amante o capitão John Willet Payne, que, aborrecendo-se dela, a cedeu ao cavalheiro Feathustonehang, este a outro seu amigo, e Emma passando de mão em mão, foi descendo na escala do vício e caiu no mais fundo da prostituição. E é assim que ela chegou a ser cortesã de taberna e da lama das ruas. E ainda assim era bela, admiravelmente bela.

* In *A Aurora do Lima*, secção «Folhetim», Viana do Castelo, ano XVIII, n.º 2655, de 5 de Setembro de 1873.

«Os olhos tinham-lhe tanta doçura como brilho; a sua boca era ora casta ora voluptuosa; os cabelos castanhos, encaracolados, guardavam suavemente um rosto de um oval perfeito; as faces possuíam-lhe aquele aveludado e pudico encarnado, que até as raparigas honradas perdem.

Teve sempre, até nas suas mais extravagantes orgias, um ar cândido, que era mais um refinar do deboche».

Vivia por esses tempos em Londres um cínico, o Dr. Grahan, autor da *Megalanthropogenesis*. Este devasso possuía um serralho, em que mostrava ao público mulheres nuas e em posições vilmente luxuriosas. Encontrou Emma e associou-a à sua companhia.

Londres em peso correu ver a *great attraction*. Numa dessas exposições, o pintor Romney reconheceu a sua antiga discípula. Dolorosamente sentido por ver descer tão baixo a que julgava vir a ser uma artista célebre, Romney arrebatou-a ao Dr. Grahan e levou-a para sua casa, onde a pintou de mil maneiras — de Cleópatra, de Messalina, de Phrynè, etc.

Sir Charles Grèville apaixonou-se da vil prostituta e fez dela sua amante. Pagou as dívidas, dando-a de presente a seu tio lord Hamilton, que de tal modo se apaixonou de Emma, que a fez lady Hamilton.

Hamilton, embaixador da Inglaterra perante a corte do rei Fernando, levou consigo Emma. Foi apresentada à rainha Carolina, que a recebeu de braços abertos. Era na opinião de um biógrafo, Messalina recebendo Phrynè. Na verdade, a rainha Carolina era bem equiparável na infâmia e na devassidão a Emma Hamilton. E prosseguia assim.

O resto da biografia desta mulher está vinculada à lúgubre história da república partenopeia. Sabê-la-emos a seu tempo. Basta por ora que saibamos quem era a valida da rainha, quem era a mulher que se chamava Emma Harte e que era a deusa dos serralhos da corte.

Como disse, a realeza exercia uma perseguição atroz contra todos aqueles que se destacavam pela sua riqueza, pela sua inteligência e principalmente pela sua honra.

Formara a rainha uma *Junta do estado*, que designava as vítimas. Pascoale de la Simone, o esbirro da rainha, executava de noite, servindo-se do punhal dos sicários. O pavor era imenso em

Nápoles. E o rei caçava, a rainha condenava e os *lazzaroni* tripudiavam. Vanni, o feroz, era o braço da rainha, a sua pena valia um cutelo e o chefe da *Junta do estado* devia ver em sonhos os tantos espectros sangrentos das suas vítimas.

Não diremos aqui as tantas evoluções políticas por que passou a França durante essa época deslumbrante de luz que se chamou a revolução.

A acção da nossa história corre no declinar já da estrela da revolução de 89.

Napoleão Bonaparte estava no Egipto, o Directório imperava, e Garat aquele sinistro Garat que foi ao Templo ler a sentença de morte de Luís XVI, era, por uma ironia pungente, o embaixador francês junto a SS. MM., os reis de Nápoles.

A rainha esperava a ocasião propícia para romper com a França. Essa ocasião não se fez esperar. Os republicanos napolitanos esperavam também, fazendo ocultamente propaganda, succumbindo de vez em quando um ou outro, vítima do punhal de Pascoale de Simone, e mantendo estreita correspondência com o illustre Championnet, que se achava com o seu exército em Roma.

O vencedor de Abuquir. A sua paixão por lady Hamilton. Garat retira-se. Estado de Championnet em Roma. El-rei Fernando e a guerra. Os lazzaroni e os giacobini. Partida das tropas. Mack. Estratégia de Championnet. Entrada em Roma. Excessos

Falarei agora do comodoro Horácio Nelson. Este homem apaixonara-se em Nápoles de lady Hamilton. Era um amor selvagem, sensual, um amor que tinha alguma coisa de D. Juan e alguma coisa do Petrarca. Era o amor lúbrico e infame a que a todos vergava o olhar magnético de Emma. Entretanto, Nelson fora pouco atendido. Mas amores destes são uma febre. Escaldam e lavram.

Nelson partiu de Nápoles, decidido a procurar a morte em um qualquer dos recontros em que tomasse parte. A morte não o ouviu e Nelson venceu em Abuquir. Aí foi o golpe *de grãce*, como dizem os duelistas. A completa, a imensa derrota de Brueysekui valeu a completa derrota do poder naval francês. Nelson conseguira, o que era muito, o que era tudo, *encurrular*, permitam-me o termo, Bonaparte e as suas tropas no Egipto.

Sabe-se como o *ogro da Córsega* enganou o mundo inteiro e como, quando menos se esperava, reapareceu em França terrível e vingador.

Entretanto Nelson era chamado por todos os coroados o *salvador dos povos*, o *grande herói*, este, aquele. Os prémios, as condecorações, as honras, os *petits cadeaux d'amitié* choviam sobre o brutal marinheiro. O vencedor de Abuquir chegara ao apogeu da sua glória. Então, com o pretexto de vigiar a esquadra francesa que restava e de reparar os seus navios, Nelson entrou em Nápoles, orgulhoso e altivo. Queria mostrar-se a Emma, queria atirar o seu nome e a sua vitória como um cartel à desdenhosa ex-cortesã do vil tremedal de Haymarket.

A recepção de Nelson pela corte napolitana foi esplêndida; nunca festas se fizeram mais sumptuosas, nunca capitão algum recebeu mais favores de coroados.

Eis um breve esboço dos festejos em Nápoles:

Porto, 9 de Setembro de 1873.*

Quando Maria Carolina recebeu a notícia da imensa derrota de Abuquir, bradou ensandecida de alegria, ela duplamente ameaçada pela estada do exército francês em Roma e pela proclamação da república romana, que nada havia a recear já da França, e que portanto se recebesse Nelson como um triunfador.

Nelson recebeu o diploma de duque de Bronte, com três mil esterlinas de rendimento anual, uma espada cujos copos eram cravejados de brilhantes, e uma recepção magnífica.

No dia 22 de Setembro de 1798 Nelson entrou em Nápoles. As festas, como disse, foram esplêndidas.

A luva fora arremessada às faces da França. Garat, o cismador Garat, o filósofo, saiu nessa mesma noite de Nápoles. Estava declarada a guerra.

Joubert chamara Championnet ao comando do exército de Roma. O bravo e íntegro general veio e encontrou 16 000 homens esfarrapados, desprovidos de calçado e de pão, e que não recebiam havia muito tempo nem um soldo do pré. Havia so-

* In *A Aurora do Lima*, secção «Folhetim», Viana do Castelo, ano XVIII, n.º 2659, de 15 de Setembro de 1873.

mente 180 000 cartuxos, nenhuma praça estava abastecida de coisa alguma, nem sequer de pólvora, não tinha senão 5 peças de artilharia, nem espingardas, nem petrechos nem coisa alguma.

Era uma situação desastrosa; é de ver que Championnet não podia invadir o reino de Nápoles. Era o resultado da incúria do Directório e das delapidações dos comissários.

A rainha, que sabia isto, exultou. Era quase certa a sua vitória.

El-rei Fernando, por muito tempo indeciso, decidiu-se a uma guerra sem aliados, e confiado às suas próprias forças. Era uma leviandade atroz.

Entretanto os frades continuavam as suas prédicas contra os republicanos. O terror assenhoreara-se de Nápoles e os infames *lazzaroni* queimavam, matavam, cobriam-se de sangue. Era a morte, era a realeza. Entretanto preparava-se tudo para a guerra. A rainha, não confiando nada nos generais napolitanos, pedira ao imperador de Áustria um general. Veio Mack, aquele que, não se sabe como, ganhou uma fama de grande estratégico, só comprovada pelas suas derrotas. Veio Mack e tomou o comando das tropas napolitanas.

Nelson prometera a El-rei Fernando o auxílio da Inglaterra.

Os padres pregavam nas igrejas, os monges trovejavam nas praças e as proclamações de El-rei Fernando cobriam as paredes. O rei tomou o comando em chefe *in nomine*, é claro. O verdadeiro general era Mack.

O entusiasmo nas tropas e nos realistas era indescritível.

Entravam 50 000 homens em campanha, 50 000 soldados contra 16 000 homens esfarrapados.

E Championnet? O estratégico sorria. Mandara pedir a Joubert três mil homens e Kellermann, e ordenara que todas as forças estacionadas em Terracine, Piperno, Prossedi, Frosinone, Veroli, Tivoli, Ascoli, Feruco e Macerate retirassem sem a mínima resistência para Civita-Castellana. Quanto a ele, abandonou com o seu exército Roma. Em breve reentraria.

Ao saber tudo isto, Mack e o rei estremeceram de alegria. Estultícia! Vejamos o que sucedeu.

A entrada de El-rei em Roma foi esplêndida. *Te Deum*, flores, músicas, prédicas, isto, aquilo. O populacho queimou as árvores

da liberdade, queimou os judeus do Ghetto, incendiou-lhes as casas, enforcou os republicanos.

E a realeza batia as palmas. Infâmia, era a noite após o dia.

Mack e o seu exército. Civita-Castellana. Em Nápoles. El-rei. Marcha dos franceses. Fuga da família real. Championnet e os lazzaroni

Mack, o orgulhoso, dissera: Championnet foge, derrotemo-lo. Despediu-se de el-rei, deixando cinco mil homens de guarnição em Roma, e saiu pela porta do Povo para ir, como dizia El-rei à rainha, oferecer batalha a Championnet. Este, em quarenta e oito horas, concentrou-se em Civita-Castellana. Aí se feriu a batalha. Championnet, secundado por Macdonald, Duhesme, Pignatelli, Kellermann e Kniasewitch, (estes três últimos chegaram, como Blucher em Waterloo, muito a propósito) destroçou completamente Mack, que fugiu apressadamente para Roma, enquanto que o seu exército debandava vergonhosamente. Era o reverso da medalha.

Em Nápoles os absolutistas exultavam. A rainha sentia-se orgulhosa e os festejos sucediam-se. As boas notícias que El-rei mandava eram a causa de grande alegria. Os *giacobini* é que pagavam no fim de contas.

Ora achava-se a corte reunida em Caserta, quando de repente se ouviu grande rebuliço. Era El-rei que chegava, fugindo de Roma cobardemente disfarçado. Era El-rei, era a derrota.

Compreende-se o desalento da corte, ao ouvir contar, com o seu cinismo habitual, a El-rei as particularidades da sua derrota.

Entretanto os franceses caminhavam sempre, depois de Championnet ter reentrado triunfante em Roma. Dentro em 15 dias estariam em Nápoles.

O pânico na corte era imenso. O povo confiava no seu rei, graças a uma proclamação impudentíssima em que Fernando se declarava *pai do povo*, etc.

Entretanto Acton, a rainha e os validos tinham resolvido a fuga para a Sicília. El-rei hesitava. Carracciolo, Ruffo e os verdadeiros amigos do rei aconselhavam-no a que ficasse. Fernando hesitava, até que por fim se resolveu a pender para a opinião da rainha. A fuga para a Sicília era aconselhada pela Inglaterra e por Nelson. Porquê, digo-o já.

Porto, 26 de Setembro de 1873.*

A política da Inglaterra exigia que Fernando e Carolina, expulsos da sua capital da terra firme, se refugiassem na Sicília, onde nada tinham que esperar nem das suas tropas nem dos seus súbditos, mas tudo só dos navios e dos marinheiros ingleses.

Como dissemos, el-rei Fernando pendera por fim para o partido da rainha e resolveu-se a fuga para a noite de 21 de Dezembro. Entretanto o almirante conde de Thurn recebia de Nelson esta terrível e lacónica ordem:

«Baía de Nápoles, 21 de Dezembro.

Prepare para serem queimadas as fragatas e as corvetas napolitanas».

A política da Inglaterra levava a melhor. Na noite de 21 não se pode efectuar a fuga em consequência do temporal desfeito que rebentara. No dia seguinte o povo sabendo a terrível notícia, correu ao porto a suplicar a el-rei que se demovesse do seu propósito. Fernando IV respondeu friamente: — *Fio-me no mar, porque a terra me traiu.*

Vanni, o feroz, temendo e com razão a vingança do povo, dirigiu-se pálido, desvairado ao *Van-Guard*, onde estava o rei.

Repellido por Fernando IV e por o ilustre Carracciolo, comandante da *Minerva*, o juiz-algoz, presa da mais violenta desesperação, dirigiu-se a sua casa, fechou-se no seu quarto e rasgara a carótida com uma navalha. «Ninguém seja acusado da minha morte, escreveu ele, e sirva ela de exemplo aos inquisidores do Estado**».

No dia seguinte, os navios ingleses levantaram ferro e puseram-se a caminho para Palermo.

A viagem foi infelicíssima. O tufão quase que submergia o *Van-Guard*; el-rei delirava de terror, e o jovem príncipe Alberto exalou nos braços de Emma Lyonna o último suspiro.

Championnet avançava sempre, desbaratando o general napolitano Damas e levando adiante de si os restos do exército real.

* In *A Aurora do Lima*, secção «Folhetim», Viana do Castelo, ano XVIII, n.º 2665, de 29 de Setembro de 1873.

** No artigo original figura «estado».

Feriu-se a luta entre Championnet e os *lazzaroni*. Quem seria o vencedor, os franceses em pouco número e mal armados, ou os napolitanos fanáticos?

Durou três dias e três noites a luta; por toda a parte o sangue, a morte, a luta imensa, a luta infernal. Após os muros, as barricadas, as casas, os corpos dos *lazzaroni*.

Mas Championnet tinha por si o direito e Championnet venceu.

Ao terceiro dia estavam completamente esmagados. O general francês sabendo os napolitanos essencialmente supersticiosos, mandou-os reunir na catedral de Santa Clara.

S. Januário, o santo napolitano, faria o seu milagre da liquefação do sangue em pró da França e da república.

O povo reuniu-se e esperava ansioso. Se o milagre se operasse, S. Januário era *giacobino* e portanto a causa dos *giacobinos* era boa causa.

Os cônegos da catedral sorriam de escárnio, mas Championnet declarou-lhes terminantemente que se se não desse o milagre, os mandaria fuzilar a todos.

Às 10 horas da manhã «il miracolo è fatto!». S. Januário era jacobino e os *lazzaroni* bradavam já: — «Viva a República!» — Então Championnet fez a sua entrada triunfante em Nápoles.

Abençoado S. Januário, abençoado Championnet e abençoados cônegos!...

A república partenopeia. Os salteadores. Plano de Ruffo. Eleonora Pimentel e os republicanos. Os Backer. Championnet e Faypoult. Macdonald

Estava proclamada a república partenopeia.

A nação era livre enfim, mas infelizmente por bem pouco tempo. Constituíra-se o governo provisório que lançaria as bases à nova ordem das coisas.

E agora falarei dos defensores do trono e do altar, os salteadores de Gaetano Mammone e de Fra-Diavolo. Estes dois monstros incendiavam, roubavam e matavam. Mammone é o protótipo da ferocidade. Bebia por um crânio serrado de fresco o sangue quente das suas vítimas, queimava vivos os republicanos e comia as carnes fumegantes e cozidas ao lume. E eram estes os defen-

sores da realeza, os sustentáculos do trono, os sustentáculos do altar, os servos do Deus!...

O plano de Ruffo era simples e tremendo: «A guerra santa, a cruzada contra os franceses».

O que fizeram nos Abruzzos, na Campania e na Terra do Lavrador os Fra-Diavolo e os Mammone, fá-lo-ia ele na Calábria e na Basilicata: — «Marcho sobre Cosensa, atei o facho da revolução e em três meses estou às portas de Nápoles», dizia ele.

Em Nápoles os republicanos reuniam-se e redigiam o «Monitor partenopeu». Eram os Championnet, os Manthonnet, os Mario Pagano, os Cimarosa e a espartana Eleonora da Fonseca Pimentel.

Os republicanos exultavam e trabalhavam activamente na constituição da república tão almejada, desse sol brilhante que por um instante iluminou a bela cidade de Virgílio. Mas os realistas que ficaram em Nápoles não estavam ociosos e trabalhavam secreta mas activamente para a restauração dos Bourbons opressores. Entra eles e no primeiro lugar estavam os dois alemães Backer, pai e filho.

A conspiração urdira-se e era infamemente horrível. Durante a noite, das 10 para as 11, as casas em que os assassínios se deviam realizar, deviam ser marcadas com uma cruz vermelha. À meia-noite começaria a matança.

Esta conspiração infamíssima foi denunciada a Championnet por uma certa Luiza San Felice, a quem o conspirador Backer teve a imprudência de confiar o segredo. Os dois Backer foram imediatamente presos e a conspiração abortou por consequência.

Destes dois conspiradores ignóbeis teremos em breve ocasião de falar.

Digamos agora duas palavras sobre o cidadão João Baptista Faypoult, que tão ignóbil papel representou nesta lúgubre história da república de Nápoles:

Porto, 8 de Outubro de 1873.*

Faypoult partira por ordem do Directório para Nápoles. O seu fim era o fim dos ladrões, desses comissários ignóbeis que o ignóbil Directório, mentindo às nobres tradições republicanas

* In *A Aurora do Lima*, secção «Folhetim», Viana do Castelo, ano XVIII, n.º 2670, de 10 de Outubro de 1873.

de 93, enviava às repúblicas nascentes para as sobrecarregar com impostos. Faypoult exigia da república partenopeia *somente* todos os direitos da *conquista*.

Mas Faypoult tinha a lutar com o carácter austero e verdadeiramente republicano daquele que tinha a honra de se chamar Championnet. O ilustre general indignou-se ante os mandados vis do comissário, e mandou sair Faypoult do seu gabinete. Era, como bem disse Dumas, a águia esmagando o abutre.

Faypoult vingou-se, e na noite de 15 para 16 de Março Championnet recebeu ordem de se apresentar em breve ao ministro da guerra em Paris.

Sabe-se qual o resultado do processo de Championnet e como o ilustre republicano foi elevado da cadeira do réu ao panteão da probidade.

Macdonald sucedera no comando a Championnet e ficara em Nápoles com as tropas francesas. Deste general os méritos militares eram bastantes, mas os méritos morais estavam um pouco abaixo dos do seu ilustre predecessor. Basta ler a biografia de Macdonald e considerar as sucessivas apostasias deste pseudo-republicano.

Os exércitos da Santa-fé. Ettore Caraffa e os republicanos. Retirada dos franceses. A festa da fraternidade. Carracciolo. A morte dos Backer. O combate e o horror. O último combate e a capitulação

Entretanto Ruffo e os seus sanfedistas avançavam sempre. Em breve acharam diante de si a cidade de Cotrone, que, tomada aos republicanos, sofreu todos os horrores da guerra bárbara que os defensores do trono e do altar costumam fazer sofrer às cidades que tomam: a morte, o estupro, o incêndio.

O exército da Santa-fé avançava, e era urgente, pois, que os republicanos se defendessem. Para se saber a espécie de guerra que a realza fazia à liberdade, basta ler o bilhete que Troubridge escreveu a Giuseppe Maniuto Vitella após a recepção da cabeça do republicano D. Carlo Granasio di Gaffoni:

«O abaixo assinado reconhece ter recebido do senhor Giuseppe Maniuto Vitella, por intermédio do seu mensageiro, a cabeça em bom estado de D. Carlo Granasio di Gaffoni, e apressa-se

em certificar à pessoa que lha envia, que a dita cabeça será remetida para Palermo a el-rei, que há-de sem dúvida apreciar semelhante presente.

4 de Abril de 1799, às quatro horas da tarde. — Troubridge».

Eis a luta, eis a honra!

Os republicanos não ficaram ociosos e uma coluna de sete mil homens marchou sobre as Apúlias, seis mil franceses às ordens do valente Duhesme e mil napolitanos sob a direcção de Ettore Caraffa, conde de Ruvo.

San Severo foi tomado pelos republicanos aos borbónicos, e Andria sucumbiu em breve aos esforços de Ettore Caraffa, republicano feroz, que manchou a causa da liberdade incendiando Andria de lado a lado, excessos estúpidos e infames que pregaram o nome de Ettore Caraffa ao pelourinho dos Mammone.

Restava aos borbónicos Trani. Esta cidade do despotismo teve a sorte de Andria. Foi tomada de assalto, os sitiados passados ao fio da espada, a cidade incendiada.

O conde de Ruvo saiu de Trani em labaredas e percorreu a Apúlia, semeando por toda a parte a morte, o incêndio, as ruínas e o sangue.

É da lógica fatal da natureza que exista sempre Carrier, onde devia existir Desinolins, que ao par de Championnet se veja o vulto de Caraffa. Ainda assim, admiremos no conde de Ruvo a convicção feroz, o republicanismo espartano. Era um filho de Licurgo, mas não um discípulo de Montesquieu.

Schipani, mandado por Manthonnet deter o cardeal na sua marcha, em vez de seguir as ordens recebidas, deixou-se arrebatar pela cólera ao ver tremular em Castelluccio a bandeira branca. Quis punir os borbónicos da sua insolência e marchou sobre a aldeia. A derrota dos republicanos foi completa, o horror tocou o seu auge. Schipani, louco de raiva, teve de retrogradar até Salerno. Deixava o caminho livre ao cardeal Ruffo, e era a causa da série de derrotas e de horrores que principiou então.

Enquanto isto se passava em Nápoles, os franceses eram batidos em Magnano, e Macdonald recebia ordem para se juntar na Lombardia ao exército francês, em plena retirada ante o exército austro-russo.

O general francês mandou concentrar em Caserta as suas tropas, onde se lhe reuniram as tropas francesas espalhadas pelo

reino de Nápoles. No dia 7 de Maio partia Macdonald de Caserta com o exército francês.

Os patriotas exultaram com a saída do exército francês; diziam-se finalmente livres. Anunciou-se a festa da Fraternidade. Foi esplêndida e foi a última. Bem breve sobre a cidade de Nápoles pairaria o anjo tenebroso da vingança borbónica.

A pátria está em perigo, bradou Manthonnet. Todos os homens de coração deviam defender a pátria ameaçada. Carracciolo, o lobo do mar, o velho Carracciolo, o amigo do rei, o nobre de sangue, bradara: — *Viva a pátria!* — e prestara os seus serviços à causa da república. Era o comandante das forças de mar da república, dos restos da esquadra que o conde de Thurn, segundo as instruções de Nelson, incendiara. O nobre Carracciolo fizera fogo contra a bandeira do rei; Carracciolo era um rebelde.

No dia 13 de Junho, os dois conspiradores infames, os dois Backer, pai e filho, foram fuzilados.

Deploráveis excessos que a filosofia da história atenua mas não reabilita!

O cardeal Ruffo avançava sempre, tomando e devastando Altamura e outros pontos republicanos. Começava a luta derradeira, a luta suprema.

O exército sanfedista achava-se em frente de Nápoles.

No dia 13 de Junho, às oito horas da manhã, viu-se aproximar entre nuvens de poeira Ruffo e o seu exército. Chegara terrível a hora da luta. Travou-se o combate, que durou dias e noites consecutivas. O último combate foi sombrio de horror. Os *lazzaroni* revoltaram-se no seio da cidade. S. Januário foi arrastado na lama, dentro a morte, fora a morte. Desfraldaram os republicanos a bandeira preta, símbolo da morte, e o cardeal tremera de admiração.

Os republicanos vencidos tinham retirado para dentro dos castelos e Ruffo, a 24 de Junho assinava a seguinte capitulação:

Porto, 20 de Outubro de 1873.*

«Art. 1.º — O castelo Novo e o castelo do Ovo serão entregues ao comandante das tropas de El-rei das Duas-Sicílias e dos seus aliados».

* In *A Aurora do Lima*, secção «Folhetim», Viana do Castelo, ano XVIII, n.º 2675, de 22 de Outubro de 1873.

E abaixo:

«Art. 4.º — As pessoas e as propriedades móveis de todos os indivíduos que formam as duas guarnições, serão respeitadas e garantidas».

E assinaram: Massa, L'Aurora, Ruffo, Micheroux, Foote, Baillie e Achmet.

Caraffa retirara-se para Civitella e Pescara e aí soube da capitulação.

Os ingleses. Nelson e lady Hamilton. Carracciolo. Os republicanos e Speciale. Conclusão

Nelson e a sua esquadra vieram ancorar a Nápoles. A rainha, a infame Carolina, sabendo da capitulação, rugiu de sanguinária raiva. Era-lhe preciso sangue, muito sangue.

Acontecia com ela o que acontecia com Danton, o grande tribuno.

Este exigia audácia e sempre audácia.

A rainha, pelo contrário, exigia sangue e sempre sangue.

Sabe-se que Nelson se apaixonara loucamente da ex-prostituta de Hay-Market, Lady Hamilton.

Emma serviu maravilhosamente os planos da rainha.

A Nemesis de Lesbos derrubou completamente os escrúpulos do mutilado marinheiro. Nelson era dela, Nelson era da rainha, Nelson era do crime.

Perpetrou-se o crime. A capitulação foi violada, a honra calcada aos pés.

Os republicanos, confiados na honra dos seus inimigos, embarcaram nos navios ingleses. Cuidavam que, como se tinha tratado, os iam conduzir a Toulon.

Carracciolo, o nobre republicano, foi enforcado nas vergas do seu próprio navio, a *Minerva*, os republicanos lançados às enxovias das prisões, o cardeal Ruffo, que era um homem de bem, desgraçado.

É a paga que a realeza costuma dar aos seus servidores.

Os *lazzaroni* corriam pelas ruas de Nápoles, semeando a morte. A narração das barbaridades destes infames não a faço

por demasiado repugnante. O reino das Duas-Sicílias estava coberto de forcas e das cinzas de Vanni saíra o imundo Speciale.

O tribunal de Monte-Oliveto funcionava noite e dia. Era o cinismo após o crime, era a hipocrisia após a infâmia.

Do tribunal à forca eram dois passos.

Manthonnet, Caraffa, Cirillo e os demais chefes republicanos caminharam resolutos para a morte.

E o sangue corria a jorros, e era assim que a realeza calcava aos pés a lei santa dos tratados.

Muito bem o disse Dumas: — o sangue dos mártires é um terrível dissolvente para os tronos.

Da república partenopeia que restava? Uma recordação imensa, uma nódoa de sangue no livro dos tiranos, os democratas suspensos da forca.

Leonor Pimentel, a San Felice e outras mulheres mais não foram poupadas. Passava terrível a vingança borbónica.

No meu citado livro inédito *Retratos* concluí eu assim o esboço de Lady Hamilton:

«Os republicanos de Nápoles batiam-se pela liberdade; homens honrados, opunham o peito às balas da tirania e queriam ser livres.

De pé, diante deles, estava a estátua do despotismo, coberta de jóias, seminua, com os lábios a sorrir à orgia, acenando aos devassos e tendo na frente este ferrete: — Emma Harte Lyons, Lady Hamilton.

Os republicanos chamam-se Desmoulins e Mad. Rolland.

O despotismo tem uma brilhante representação: — *A prostituta de Hay-Market*».

Entretanto Carolina inebriava-se na orgia da corte, o rei imbecil caçava, Lady Hamilton sorria de ignóbil sensualidade, Mammone bebia o sangue das suas vítimas, Fra-Diavolo roubava na estrada e o arcepreste Rinaldi comia assadas as carnes dos republicanos que os *lazzaroni* queimavam vivos em frente do palácio real.

E são estes os *sustentáculos da ordem social!*

Entretanto o carrasco apertava o nó fatal ao pescoço dos Manthonnet.

Ettore Caraffa, como nobre, foi guilhotinado. Mas o feroz caudilho pediu um favor ao carrasco, o de se deitar de costas na prancha fatal. Viu assim descer rápida a lâmina triangular.

Concluamos. O que foi a república partenopeia? — Uma nevrose sublime.

Porto, 27 de Outubro de 1873. *

* In *A Aurora do Lima*, secção «Folhetim», Viana do Castelo, ano XVIII, n.º 2678, de 29 de Outubro de 1873.

BIOGRAFIAS

I

PEDRO 1.º DA RÚSSIA

O czar da Rússia, Alexis, morreu deixando três filhos, Fidor, Ivan e Pedro. Fidor pouco tempo reinou e por sua morte coube o trono a Ivan. Pedro, porém, era preferido pelos nobres e pelo clero; o povo escolhia Ivan. Os dois czares foram coroados a 25 de Junho. Ivan em seguida conferiu a Pedro o exercício da autoridade soberana. Desde então, Pedro foi o único que teve o tratamento de czar. Ivan morreu a 16 de Junho de 1696. Foi Pedro 1.º, o czar, que deu uma nova face à Rússia até então um povo semi-selvagem. Formou dois regimentos de guarda imperial, construiu um navio que sulcou o mar Branco.

A primeira campanha de Pedro não foi das mais felizes, e o czar foi mal sucedido no cerco de Asoph, 1695; Asoph foi depois tomada no dia 28 de Julho de 1696.

O czar, querendo dar aos russos um espectáculo deslumbrante, entrou em Moscovo com o exército por sob arcos triunfais, ao som de música marcial e com todo o aparato bélico das festas militares.

Comparando o estado de adiantamento da Rússia com o dos outros povos, o orgulho nacional do czar ressentiu-se, e Pedro confessou tacitamente que o seu império era um império de ursos e de selvagens. Resolveu fazer introduzir na Rússia as artes e as ciências, que fariam o orgulho da Europa civilizada. Para esse fim resolveu-se a viajar pelos estados europeus mais adiantados.

No mês de Abril de 1697, o czar partiu dos seus Estados na qualidade de um simples fidalgo, e acompanhado por dois criados e três embaixadores, Lefot e Alexis e Pedro Golokin. Percorreu a Alemanha e a Holanda, fez-se carpinteiro em Soardan, aldeia a duas léguas de Amsterdão; leccionou-se entretanto em anatomia e principalmente em física, e passou à Inglaterra em 17 de Fevereiro de 1698.

Depois de ter visto tudo, depois de ter consultado os artistas de cada profissão, o czar sai de Londres no dia 25 de Maio do mesmo ano; passa a Viena, entra em Moscovo a 4 de Setembro e sufoca a rebelião dos strelitz. Esta milícia turbulenta foi abolida e sufocada em sangue, e o czar substituiu-a por uma outra composta de dois regimentos de dragões e de dezoito de infantaria.

Em 1698 o czar instituiu uma ordem de cavalaria, cujo patrono é Santo André.

Pedro mudou o calendário, fez começar o ano no 1.º de Janeiro e ordenou que as datas partissem da era da Encarnação.

Em 1700 moveu guerra a Carlos XII, rei da Suécia; cercou Narva e foi destroçado por Carlos no dia 30 de Novembro; mas em breve toma a sua desforra, 1701, e bate perto de Derpt um corpo de 6000 suecos comandados por Schilippeubac. O general russo Schemeretof, em 1702, alcança uma nova vitória em Ieman.

A tomada de Mariembourg e de Notembourg fê-lo senhor do Neva e do rio Ladej. A tomada de Kantri deu-lhe um porto no Báltico.

Pedro lança os alicerces de Sampetersburgo, a hoje capital do império, e cuja fundação Voltaire tão bem descreve. Em 1704 o Russo toma Derpt e Narva.

Em Gemavers o general sueco Levenhanpt bate completamente o general russo Schemeretof.

Pedro, um mês depois, entra na Curlândia, toma Mittan e marcha contra Carlos XII. Repara os destroços dos seus generais pela vitória que alcança a 18 de Setembro de 1706.

A batalha de Pultava, a 27 de Maio de 1709, esse grande combate do qual havia de sair a aniquilação de um Estado, esse combate imenso em que se achavam frente a frente dois grandes generais — decidiu da felicidade da Rússia.

A 25 de Janeiro de 1711 declarou-se a guerra entre a Rússia e a Porta. A 25 de Julho seguinte concluiu-se a paz.

Pedro prepara-se para a conquista da Finlândia, o que consegue em 1714. O czar empreende uma nova viagem para se instruir ainda mais e examinar qual a melhor legislação dos Estados. Com efeito parte de Sampetersburgo a 26 de Janeiro de 1716, percorre o norte da Alemanha e a Dinamarca e chega a Paris a 7 de Maio de 1717. De volta a seus Estados, a 21 de Outubro, descobre uma conjuração, à frente da qual estava seu filho, o *czarwitch* Alexis; por sentença de 24 de Junho de 1718, o *czarwitch* foi condenado à morte e bem assim todos os seus cúmplices.

Pedro estava em via de concluir com Carlos XII um tratado de aliança que devia mudar a face política da Europa, mas a morte de Carlos veio quebrar este projecto gigantesco.

A Suécia e a Rússia conservaram-se em estado de guerra até ao dia 30 de Agosto de 1731, dia em que estas duas potências assinaram a paz em Neustadt.

Pedro destinara que lhe sucedesse sua mulher Catarina, e a 7 de Maio de 1724 coroou-a na igreja principal. O czar morreu de uma fluxão de peito, em Sampetersburgo, a 28 de Janeiro de 1725.

Mentschikoff, o grande general russo, tinha sido, segundo uns, pasteleiro, segundo outros, criado de quarto.

Pedro 1.^o vendo nele uma grande inteligência, mandou-o educar, e o ex-pasteleiro foi depois um hábil general e um vulto da Rússia.

Catarina 1.^a, imperatriz da Rússia, mulher de Pedro, o grande, nasceu em 1698 numa aldeia da Livónia.

Tinha casado, havia pouco, com um soldado sueco da guarnição de Mariembourg, quando esta praça, em 1702, caiu em poder dos russos.

Catarina ficou prisioneira, como todos os habitantes. Mal pensava ela que este cativo a levava pela estrada do trono!

O czar, mal a viu, concebeu por ela uma paixão vivíssima e desposou-a clandestinamente. Fez o czar pai duas princesas, Ana e Isabel. Foi coroada imperatriz em 1724, declarada autocrata no ano seguinte, continuou a política de seu marido e morreu a 17 de Maio de 1727.

Alexis Petrowitz, filho do czar Pedro Grande e de Eudóxia Fowedorowna, sua primeira mulher, nasceu em Moscovo a 18 de Fevereiro de 1690. Conspira contra seu pai e é condenado a ser-lhe decepada a cabeça. Esmagado por uma apoplexia ao receber

a notícia da sua sentença, Alexis morre perdoado a 26 de Julho de 1718.

A czarina, Catarina, a devassa, foi a causadora da bárbara sentença contra Alexis Petrowitz, e alguns historiadores têm afirmado que esta sensual cortesã envenenara Pedro 1.º, de acordo com o seu amante Mentschikoff.

Porto.*

II

A BRINVILLIERS

Maria Margarida de Aubray, marquesa de Brinvilliers, célebre envenenadora, era filha de Dreux de Aubray, intendente civil do Chatelet. Casou em 1651 com António Gobelin, marquês de Brinvilliers. Ao princípio tudo sorria aos jovens marqueses, mas Gobelin em breve se saciou de Margarida e começou a ter amantes, entre outras a célebre Dufay, que lhe custou quantias fabulosas. Depois de violentas cenas de ciúme, a marquesa acalmou e tomou de amante um oficial, Sainte-Croix. Gobelin pouco se interessou com isso, e deu mais atenções ao seu interesse do que à sua honra.

Mas Dreux de Aubray foi mais exigente. Obteve para Sainte-Croix uma «lettre de cachet», e em 1665 prendeu esse homem no coche mesmo e ao lado da marquesa.

A afronta era pungente; e não foi esquecida.

Sainte-Croix foi recolhido à Bastilha e aí tomou conhecimento com um preso italiano por nome Exili, artista célebre na «arte dos venenos»; quando saiu da prisão, o amante de Margarida sabia a fundo a ciência maldita do italiano.

A Brinvilliers não deixou de aproveitar os conhecimentos do seu querido Sainte-Croix. E é assim que um após outro, vítimas de doenças desconhecidas, presa de horríveis convulsões, baixaram ao túmulo Dreux de Aubray e seus dois filhos.

* In *A Aurora do Lima*, secção «Folhetim», Viana do Castelo, ano XVIII, n.º 2686, de 17 de Novembro de 1873.

Um dia sentado à sua banca, Sainte-Croix preparava um veneno subtil. Tinha a cara coberta por uma máscara de vidro. De repente os arames desapertam-se, a máscara sai e Sainte-Croix baqueia fulminado.

Em casa deste vil encontrou a autoridade arsénico e outros venenos, e papéis mui comprometedores.

A marquesa, presa de horrível ansiedade, foge para Londres, e, julgando-se aí pouco segura, parte para a Holanda. Mas Desgrez, hábil agente da polícia, conseguiu a captura daquela mulher perdida, que foi queimada viva em plena praça de Grève no ano de 1676.

O número das vítimas deste monstro foi bem grande. «Por vezes, diz ela nas suas *Memórias* que escreveu num convento da Holanda, quis envenenar meu marido. Nas beberagens que tomava, lancei-lhe arsénico. Mas arrependia-me logo do que tinha feito e fazia-lhe tomar, sem ele o desconfiar, antídotos poderosos».

De Sainte-Croix teve ela três filhos e com ele chegou a cometer o pecado contra a natureza. Prostituída da idade de 7 anos, a Brinvilliers ocultava sob a beleza exterior tudo o que pode haver de mau e infame na infâmia do vício. Contava por amantes Sainte-Croix, o boticário em casa de quem comprava os tremendos ingredientes, o mestre de seus filhos, e até o laçao da casa.

Desgrez, hábil polícia, dirigiu-se à Holanda, fingiu-se um elegante «abbé», cativou a marquesa e propôs-lhe um dia um passeio. A Brinvilliers, não desconfiando de coisa alguma, acedeu e partiu com o falso «abbé». Chegados fora da vila, Desgrez tirou a máscara e prendeu a envenenadora.

Para se avaliar bem dos sentimentos de Margarida, basta dizer que envenenou uma sua criada, «parce qu'elle était grande».

Duma vez empeçonhara uns biscoitos, e para saber se o veneno surtia efeito, dirigiu-se ao hospital e andou a distribuir a morte pelos doentes. Declarou serem seus cúmplices Sainte-Croix, o boticário Glazer, um criado gascão que a ajudou a envenenar seu pai, e outro criado La Chaussée, que a serviu no envenenamento de seu irmão, a troco de uma recompensa ignóbil.

Margarida morreu com coragem e resignação.

Depois da sua morte, os envenenamentos «de sucessão», imitação horrenda dos crimes da Brinvilliers, sucederam-se com uma

frequência espantosa, a ponto de ser preciso instalar-se em 1679 a célebre «câmara ardente».

Mad. Sevigné, que assistira à execução da envenenadora, escreveu no dia seguinte a Mad. Grignan: «Lá vai, lá vai a pequenina da Brinvilliers. Lançaram-lhe o corpo a uma fogueira e espalharam-lhe aos ventos as cinzas, de maneira que andamos nós todos a respirar ar envenenado e cinzas de envenenadora».

Um argumento vivo contra a pena de morte.

O suplício da Brinvilliers não intimidou e moralizou; antes em França e principalmente em Paris se ateou o desejo de imitar a infame envenenadora, a ponto de ser preciso instalar a «câmara ardente», queimar La Voisin.

E não se poderia aproveitar o sentimento do bem que Edme Pirot tinha feito nascer na alma de Brinvilliers, e ter-se em lugar de um cadafalso um arrependimento, em vez de um crime uma virtude?

O desenvolvimento desta questão não nos cabe aqui na pequenez de um folhetim.

O trágico assunto da Brinvilliers tem sido tratado por abalizadas penas, e Scribe e Castel Blaze escreveram o libreto da ópera cuja música é devida às penas de Boïeldieu, Auber, Cherubini, Barton, Herold, Batton, Blangini, Caraffa e Paër. Nesta ópera a veia cómica de Scribe trata quase a gargalhadas um assunto tão triste como o é o sombrio drama da vida da que foi Maria Margarida de Aubray, marquesa de Brinvilliers.

Porto.*

III

ELIAS BERTHET

Ocupará o terceiro lugar nesta fileira de personagens célebres o romancista francês Elias Bertrand Berthet.

* In *A Aurora do Lima*, secção «Folhetim», Viana do Castelo, ano XVIII, n.º 2690, de 26 de Novembro de 1873.

Desbravemos-lhe a biografia.

Nasceu este romancista ilustre a 29 de Junho de 1815 em Limoges, e é filho de um negociante, que tratou de lhe dar uma posição decente. Elias mostrou desde logo uma vocação extraordinária para a literatura, e, saindo dos bancos do colégio, veio a Paris com o pretexto de estudar direito. Aí, nesse grande turbilhão das reputações e das glórias, Berthet publicou o seu primeiro volume com o pseudónimo de Elias Raymond, *La Veuilleuse*.

Este livro passou despercebido no meio de tantos que diariamente o comércio da livraria expunha à venda.

Poucos anos mais tarde Elias Berthet começou a tornar-se conhecido pelos seus folhetins no *Siècle*. Data daí a sua grande reputação.

Desde 1837 o filho de Limoges tem publicado um número imenso de romances e novelas em diversos jornais, romances e novelas logo reproduzidas em volume e traduzidas em quase todas as línguas.

Como bem o disse Vaporeau, as produções de Berthet têm obtido uma imensa voga, não tanto pela novidade das concepções ou pelo mérito do estilo, como pela habilidade da composição e pela moralidade.

Inferior na pintura dos costumes e dos caracteres, Berthet tem o talento de excitar e de sustentar o interesse pelas situações e pela intriga.

E em verdade é assim. Os livros de Berthet são escritos para o público de hoje. São romances tétricos, lugubrememente escritos, com o enredo de mistérios, de assassinatos, de punhais, de venenos, de horrores; romances cuja leitura apavora e cria insónias às jovens e belas leitoras; romances que têm por fim o fazer nascer as sensações violentas no corpo gasto dos nossos leitores.

Os primeiros livros de Elias Berthet são todos assim; livros que se lêem de um fôlego, sem respirar outro ambiente que não seja o da intriga.

As *Catacumbas de Paris*, a *Tombe-Issoire*, o *Pacto de Fome*, o *Espectro de Chatillon*, etc. são outras tantas provas do que acabo de dizer.

Mas esta maneira de escrever cansa por demasiado pesada, e Berthet, nos seus últimos livros, é um dos exemplos desta verdade.

Tendo esgotado a sua colecção de mistérios, de envenenamentos, de incestos, o romancista começa o seu romance com um entusiasmo febril, delirante, nervoso.

Lembra-se das *Catacumbas de Paris*, o comovente romance que para mim e, o que é mais, para Pierre Larousse é sem dúvida o melhor da pena de Berthet; e ei-lo que embebe a sua pena na tinta escura dos Ponson du Terrail e dos Frederic Soulié.

Mas em breve esse ardor afrouxa, a acção do romance começa a enfraquecer e o romancista deixa cair os braços de desalentado.

É o que sucede nos *Crimes inconnus* e nos *Drames de Cayenne*.

É este romancista, como disse, um exemplo vivo do mau resultado que sempre dá aquela maneira de escrever, que perverte a sensibilidade, que adultera a inteligência e que enerva o coração.

Para o teatro tem Elias Bertrand escrito vários dramas tirados dos seus principais romances, como do *Pactu de famine* com Deunery.

Mas, como Paul de Kock em outro campo, o romancista de Limoges não é tão feliz no teatro como no romance, no palco como no folhetim.

Não podia deixar de ser assim, porque a intriga múltipla e medonha de Berthet no romance não poderia ser a intriga do teatro, a menos de se cair no ridículo, como caiu Ponson du Terrail com o seu celeberrimo e estúpido *Rocambole*.

Em Portugal é Elias Berthet bastantemente conhecido, e as leitoras formosas do *Rocambole* e do *Monte Cristo* não desdenham Médard, o lúgubre protagonista das *Catacumbas*, o fanático vingador de seu pai; nem Grandval, o simpático capitão dos *Drames de Cayenne*, o nobre protector de Josefina Bertomy.

Ainda há pouco se publicou em Lisboa as citadas *Catacumbas de Paris*, e o *Espectro de Chatillon*, que continua em folhetins numa das folhas diárias daquela cidade.

É triste, porém, e bastantemente desconsolador o pensar-se que o talento se deve vergar ao gosto corrompido dos leitores de hoje, e que Elias Berthet ficaria na obscuridade e na miséria se não seguisse o atalho escabroso dos Ducray Duminil e quejandos especuladores, atalho pelo qual o público se compraz a embrenhar-se.

Em verdade Frederic Soulié tinha bastante razão, quando, escrevendo as *Memórias do Diabo*, ou o *Conde de Tolosa*, ele dizia ao crítico a sua resposta. E essa resposta eloquente resume-se numa palavra tremenda, numa palavra que resume em si um poema inteiro: «a miséria».

Era o que esperava a Elias Berthet, se este não seguisse o conselho de Soulié: — «infâmias, incestos, moxas, assassínios».

Porto.*

IV

LUÍS BÜCHNER

Direi aqui da biografia deste ilustre filósofo alemão, não lhe analisando nem as opiniões nem as consequências da sua tese, porque tal foge do campo do folhetim, que deve ser verdadeiramente imparcial.

Frederico Carlos Cristiano Luís Büchner, um dos chefes da filosofia materialista, nasceu em Darmstadt em 1824, e pertence à família ilustre que deu George, o literato, e Luísa, a romancista.

Büchner mostrou desde logo uma aptidão imensa para as ciências médicas e filosóficas. Estudou em Giessen e em Estrasburgo; e, imbuído dos princípios revolucionários enunciados pela revolução de 1848, Büchner tomou parte no movimento convulso e efémero que de Paris se transmitiu à Alemanha.

Inconsequência talvez com os seus futuros princípios, dirão os seus adversários no campo científico. E eu acho que não, e atendendo ao cap. «Livre arbítrio», no volume *Force et matière*, parece-me que Büchner é mais consequente com os seus princípios do que o feroz filósofo inglês Tomás Hobbes.

Depois do movimento revolucionário a que aludimos, o cisnador fixou-se em Tubinga, onde exerceu e ensinou medicina. Aí

* In *A Aurora do Lima*, secção «Folhetim», Viana do Castelo, ano XVIII, n.º 2693, de 3 de Dezembro de 1873.

continuou activamente os seus estudos filosóficos, arrojados sempre, sempre profundos.

Em breve publicou ele a *Force et matière*, que deu brado em toda a Europa culta, e que, vivamente atacada por uns e vitorizada por outros, foi uma afirmação esplêndida da filosofia da natureza. Perseguido pelas suas opiniões, Büchner viu-se obrigado a sair de Tubinga e a voltar para a sua terra natal. O filósofo de Darmstadt sucedera ao filósofo de Tubinga.

Após este livro de Büchner, vieram *Natureza e Espírito, Quadros Fisiológicos, Estudos Críticos e Tratados*, e muitas outras obras sobre o materialismo, sobre o espiritualismo, sobre o positivismo de Comte, Littré, Taine e seus discípulos, etc.

Mas a obra por excelência de Luís Büchner é a *Force et matière*, afirmação esplêndida da ciência, aplicação grande da ciência à filosofia, o manual do materialismo, como muito bem lhe chamou Pierre Larousse.

Há ali o voo altivo do génio, e mais uma vez se confirma a palavra de Feuerbach, o cismador grande, que morreu há pouco como Camões, como Cervantes, como todos os génios, NA MISÉRIA: «O traço característico de um filósofo é o não ser professor de filosofia». As verdades mais simples são embaralhadas, em verdade, por aqueles que ensinam. O tom catedrático desses professores, o dogmatismo fátuo de que se revestem excluem toda a ideia de científico aperfeiçoamento.

É o que se vê nas críticas de Paul Janet e de Tissot ao livro de Büchner, críticas repletas de «humour», de verdadeiro dogmatismo e de um receio tolo do que chamam o materialismo alemão.

Moleschott disse com acerto que seria preciso nascer daqui a cem ou duzentos anos para ver a Alemanha toda materialista.

Não têm, pois, razão de ser os receios «inconsequentes» dos Janet, Tissot, Saisset, Simon, Ritter e mais.

Era, porém, de apreciar que Büchner perdesse pelo seu lado o tom altivo de revolucionário, o seu desdém pungente, o sarcasmo amargo que usa para com os seus adversários espiritualistas.

É de admirar como o «alemão» Luís Büchner verbera desapidadamente o que ele chama com ironia a «filosofia 'alemã' de palavreado oco, filosofia escolástica, repleta de vaidade presunçosa», isto é em termos correntes a nebulosa filosofia dos

Kant, dos Schelling, dos Hegel, dos Fichte, dos Schopenhauer, daqueles que o consenso dos povos chama os coriféus do filosofismo.

Mas para o filósofo de Tubinga esta glória é, como a de Napoleão Bonaparte para Michelet e para Erckmann-Chatrion, uma glória nula, porque é uma glória supersticiosa.

O seu lema acha-se compendiado nas palavras de Tuttle: — «Queremos factos e uma filosofia positiva baseada sobre a natureza e sobre a razão» — ou no dito de Virchow: — «Queremos as coisas tais como elas são em realidade e não tais como as imaginamos».

É, como se vê, a filosofia de Büchner uma filosofia positiva, natural.

Depois da publicação da primeira edição da *Force et matière* apareceu o livro de Darwin, que veio comprovar a tese do filósofo alemão, o qual nas edições seguintes do seu livro se aproveitou muito e muito das descobertas do ilustre investigador inglês.

A premissa maior de Büchner é esta: «Não há força sem matéria, não há matéria sem força», premissa já posta por Moleschott na sua *Circulação da Vida*, primeira tentativa materialista na Alemanha, tão diferente da velha filosofia dos Helvetius, de Holbach, Hume, Hobbes e mais como do transcendentalismo alemão, do que se queixava o poeta delirante de génio que se chamava Goethe.

Evidenciou, pois, Luís Büchner na sua *Force et matière* os seus grandes conhecimentos, aturado estudo, e profunda crítica.

Que nos resta, a nós pobres mortais, a quem não é dado chegar àquelas eminências do génio?

Contemplar deslumbrado, e repetir com entusiasmo a afirmação do progresso científico, a afirmação esplêndida de Galileu; — «E pur se muove!».

Porto.*

* In *A Aurora do Lima*, secção «Folhetim», Viana do Castelo, ano XVIII, n.º 2700, de 22 de Dezembro de 1873.

PONSON DU TERRAIL

Vá e figure neste lugar o nome daquele que inundou não se sabe como a França dos produtos do seu engenho. Que para mim é ponto de fé que Ponson du Terrail teve sem dúvida alguma a colaboração de alguma potência sobrenatural que o auxiliou na sua despropositada empresa de encher por si toda uma biblioteca.

Se com ele se não deu o que na opinião de E. de Mirecourt (*La maison Alexandre Dumas et C^e, fabrique de romans*) se dava com o fecundo romancista de Villiers Cotterets, é impossível deixarmos de acreditar que Ponson du Terrail possuía algum filtro mágico capaz de o fazer produzir cem, mil, cem mil volumes, como quem escreve um folhetim, ou como quem bebe um copo de água.

O visconde Alexis Ponson du Terrail nasceu em Montmaur, perto de Grenoble, a 8 de Julho de 1829. Destinava-se à marinha, carreira de que desistiu por causa da sua nenhuma aptidão para as matemáticas.

Achando-se em Paris em 1848, foi eleito oficial da guarda móbil; e as suas primeiras produções viram a luz pública na *Mode* e na *Opinion nationale*. Mas a partir de 1850 é que começa a inundação de romances, que alagou a França, mercê do filho de Montmaur. Continuou assim o modo de viver e de escrever do ilustre Alexis, que aparecia em toda a parte a todas as horas; perguntava-se como escreveria este homem os seus livros tão multiplicados, e respondia-se como de Alexandre Dumas, filho — que entre um copo de champanhe e um charuto de puro havano.

Por ocasião da guerra franco-prussiana, foi Ponson du Terrail nomeado pelo governo do ilustre Gambetta capitão dos francos atiradores de Orleães; contam crónicas que se batera sempre como um leão, valha a verdade. Entrementes aconteceu-lhe uma grande desgraça, que foi o morrer de «petite vérole». Foi enterrado em Bordéus, e tratam agora de lhe transferir as cinzas para Paris.

A celebridade universal de Ponson du Terrail, celebridade bem pouco de invejar, porque é a celebridade do assassinato do moral e do sensato, na opinião de Jules Cauvain, ilustrado autor da *Histoire de l'inquisition*, acha-se compendiada nas suas obras.

Ora é hoje moda o dizer-se absolutamente bem ou mal, e é por isso que frequentemente se lê ou a apologia apaixonada do autor do *Rocamboles*, que tanto se prestou às engraçadas caricaturas de Bertall, ou à detracção violenta do romancista de Montmaur. Ora se é verdade que há capitais defeitos em Ponson du Terrail, como a falta de senso crítico, de critério da verdade, de naturalidade no decorrer da acção, de facilidade na urdidura do enredo, se Ponson se compraz a desprezar as mais triviais leis do gosto e do senso por uma linguagem baixa, se nas mais violentas cenas onde tudo exige uma mão de mestre que sustente dignamente a acção, fraqueja e muito, se por vezes cai em contradições, se deixa o leitor sem resultado visto no fim do volume, se o seu uso pueril mas necessário para os seus imbróglis inextricáveis das pequenas «marionetas» o faz decair por vezes no ridículo de Ducray-Duminil e do *Victor ou l'enfant de la forêt*, também não deixa de ser verdadeiro que ninguém como Ponson possui o dom de interessar tão vivamente o leitor, de o prender assim arquejante, com o fôlego ansiado a cada página tão apreciada do seu volume, que nunca se viu uma imaginação criadora em tamanha potência; e o espírito humano pasma de um cérebro tão agitado pelos movimentos desordenados da sua constante acção criadora, da fantasia a mais poderosa.

É, pois, certo que se em Ponson du Terrail se amontoam os defeitos, também se destacam nele qualidades apreciáveis, como preciosas pérolas entre o monturo.

Mas hoje a grande massa dos leitores que destrona Baudelaire para sentar no seu pedestal Aime-Giron, que apeia do Panteão o busto de Lamartine para o substituir pela máscara de Ernest Capendu, lê avidamente os livros do romancista de Montmaur, que tiveram grande número de edições e de traduções em todas as línguas, não extremando o bom do mau, ou, o que é mais triste, gostando mais do mau do que do bom.

Fatal lepra literária, temível gangrena que tem pervertido o gosto a ponto de se não querer ouvir nada, absolutamente nada que não seja naquele diapasão.

E de tal modo esta epidemia terrailhesca, que tal é o epíteto — neologismo desta escola, tem lavrado, que até os seus maiores adversários, não podendo fugir-lhe de todo, têm caído nos mesmos erros.

Dá-se o que se deu em passadas eras com o gongorismo de malfadada memória.

É assim que Jules Cauvain escreveu vários romances à Terrail, do que deu as mãos à palmatória quando acusador destes romances e destes romancistas por ocasião do horrível atentado de Troppmann em Pantin.

É assim que o Sr. Ramalho Ortigão, no seu livro *Em Paris* reclamava a galé para Ponson du Terrail; o grande criminoso literário caiu nos mesmos erros e extravagâncias no volume *Mistérios da Estrada de Sintra*, escrito de colaboração com o Sr. Eça de Queiroz, e cujo protagonista tem, na opinião de Pinheiro Chagas, um grande defeito, o de ler Ponson du Terrail na véspera do acontecimento.

«Voilà le chatiment!». Como estes muitos outros, tais como Crisafulli, Gonsalés, Claretie, Capendu, satélites do mestre, uns que depois sobrecarregaram o jugo como Capandu, outros que o sacudiram de todo como Claretie.

Aproveitando-se de tudo o que a sua perspicácia lhe indicava poder substituir dignamente o velho arsenal de venenos subtis, de escadas de seda, de cartas cujo perfume mata, Ponson lança mão de todas as hipóteses da ciência, dos seus estudos acanhados e por concluir, para os aumentar grandemente, para os cobrir assim do ridículo inconscientemente.

É assim que a catalepsia, o sonambulismo, a suspeita da descoberta da imagem do assassino na retina do assassinado, a física, a química, a história não têm para ele segredos. Adultera tudo, aumenta tudo, mente tudo.

Nos seus livros chamados históricos não há história, nem o carácter dos personagens é conservado. Assim nos *Estudantes de Paris* Ponson declara Catarina de Médicis um carácter nobre, negação da verdade e do que já tinha afirmado na *Mocidade de Henrique 4.º*

Os seus volumes estão repletos, pois, de falsidades históricas, de mentiras científicas, de erros literários.

O *Rocamboles*, p. ex., é um aborto inexplicável; a *Bela Jardineira* uma puerilidade que envergonharia qualquer criança da escola; os *Máscaras Vermelhas* uma constante mentira histórica, aonde Danton é chamado Nicolau; as *Misérias de Londres* uma loucura, aonde a física é curada com alcatrão; a *Fada d'Anteuil* uma crian-

cice, aonde uma ponta de charuto queima preciosos manuscritos; as *Demolições de Paris* uma mentira, aonde se faz ir Newgate pelos ares por meio da pólvora. E no demais sempre assim.

Pobre inteligência, que te perdeste, e pobre imaginação, que te extraviaste!

Fazer um catálogo dos milhares de obras publicadas primeiro em folhetins na *Patrie*, *Petite Presse*, *Liberté*, *Opinion Nationale*, *Voleur*, etc., e depois editadas em volumes por Dentu, Harette, Michel Levy, Verboeckoven, Huilevy e mais, seria tarefa sobre-humana, e um catálogo desses ocuparia bem grande porção de grandes folhetins.

Aquilo não era homem, era uma livraria ambulante.

Porto.*

VI

PEDRO DE AMORIM VIANA

Que me perdoe a leviandade o ilustre pensador que assim se chama, porque eu quero tão somente admirar, como é justo, a ciência e o estudo, e não elevar lisonjas impróprias de mim, e, o que é mais ou antes tudo, de Amorim Viana.

Pedro de Amorim Viana nasceu em Lisboa a 21 de Dezembro de 1823, estudou na Universidade de Coimbra, onde se formou em matemáticas, regeu por pouco tempo a cadeira de lógica no liceu nacional de Lisboa, porque passou em breve para a cadeira de matemática (2.^a cadeira, geometria analítica a duas e três dimensões, álgebra superior, cálculo integral e diferencial, e cálculo das variações) na academia politécnica de Lisboa.

Conhecido em todo o país, e no estrangeiro muito mais, o ilustre professor é por todos respeitado, e, desde as escolas, o cognome de Newton que o acompanha atesta altamente o seu mérito

* In *A Aurora do Lima*, secção «Folhetim», Viana do Castelo, ano XVIII, n.º 2706, de 5 de Janeiro de 1874.

incontestável. E em favor das ciências, de que é um sacerdote venerando, seria talvez melhor que Amorim Viana não fosse português, e que, arrancado da podridão da nossa sociedade, ele vivesse no grémio respeitável dos Babines, Bertholet, Darwin, Burmeister, Vogt, etc.

Dotado de um eminente espírito de investigação, Amorim Viana publicou na *Península*, jornal fundado por Arnaldo Gama, Ribeiro da Costa e Oliveira Maia, vários artigos filosóficos e de economia política, artigos que por si só criariam uma reputação, especialmente a sua análise do livro das *Contradições Económicas*, do célebre revolucionário P. J. Proudhon, o autor dos aforismos conhecidíssimos: «La propriété c'est le vol; Dieu c'est le mal».

O Dr. Levy Maria Jordão, na sua *Dissertação Inaugural para o Acto de Conclusões Magnas*, pág. 29, chama grande filósofo a Amorim Viana, e o Sr. Camilo Castelo Branco sentiu o pulso de ferro da sua lógica inexorável quando imprudentemente provocou o illustre professor, a respeito de uns artigos sobre o «Poder temporal do papa».

Depois tem publicado Amorim Viana vários artigos em jornais políticos e literários, como o *Clamor Público*, a *Gazeta Democrática*, etc. Publicou também um folheto crítico sobre o «Curso elementar de filosofia», do Dr. António Ribeiro da Costa e Almeida, seu antigo colega da *Península*, e um livro de que todos falam com respeito, a *Defesa do Racionalismo ou Análise da Fé*, excelente obra de polémica anticristã, que todos admiram, amigos e inimigos, partidários e contraditores, racionalistas e cristãos.

Sobre esta admirável obra disse o Dr. E. Garcia no *Trabalho*, jornal de Coimbra, que por si só bastaria para em França ou na Alemanha cercar de gloriosa auréola o seu autor, tributando-lhe o respeito e consideração que o estudo aturado merece.

Ali se vê a sã crítica, a investigação profunda, o estudo aturado; numa linguagem nobre e portuguesa, nós encontramos compendiados, criticados e admiravelmente dispostos os trabalhos de A. de Maury, de Rivière, de dom Jacobus, de Diderot, D'Alembert e mais. Lamenta, porém, o estudioso a pouca energia para combater vigorosamente os erros que Amorim Viana se limita a combater filosoficamente, e só assim em vez de os esmagar com a eloquência de Proudhon ou de dom Jacobus; o não ter dado o illustre professor o passo que De Bonald pedia para o deísta,

conservando-se no deísmo, se bem que por vezes descaindo ou no misticismo filosófico de Simon e Joseffroy, ou no panteísmo de Fenelon e Diderot, um panteísta sem o saber, o outro panteísta também por entusiasmo; algum espírito de parcialidade injusta como o contra a França e a sua gloriosa revolução, como consignou Magalhães Lima na sua *Actualidade*.

Ninguém tome à conta de advertências o que digo, porque eu quero dizer o que sinto e não me limitar a lisonjas pueris. Pode muito bem haver erro e grande no que penso, e Amorim Viana na sua *Defesa do Racionalismo* merece, como já disse, o respeito e admiração de todos aqueles que não sabem o que é a inveja vil e ridícula.

Que importa que a Amorim Viana se arremessem diariamente os epítetos ultrajantes, porque ele rompendo com os hábitos e com a hipocrisia, teve a coragem de dizer o que pensava, de provar os seus pensamentos, de protestar em nome da razão ultrajada?

Àqueles que representam o papel ignóbil de insultadores sem crítica e sem consciência, respondeu muito bem Guilherme Braga: «Zumbi, zumbi, mosquitos!».

É, porém, de lamentar que o ilustre professor da academia politécnica do Porto não tenha continuado a publicar os produtos das suas aturadas vigílias, movido sem dúvida por mal entendida modéstia.

As ciências em Portugal carecem de um impulso vigoroso, que as levante do estado actual de criminoso desleixo. Em verdade, e felizmente, nós vemos que hoje parece, pelos estudos de Amorim Viana, de Antero de Quental, Luciano Cordeiro, Teófilo Braga, Couceiro da Costa, Ponte e Horta, Brito (falecido há pouco em Coimbra), etc., chegar finalmente um período de trabalho intelectual para a nossa pobre pátria dos Pedro Nunes, José Anastácio da Cunha, Silvestre Pinheiro, António Gouveia e tantos mais.

Que assim aconteça, é o meu mais ardente voto.
Porto.*

* In *A Aurora do Lima*, secção «Folhetim», Viana do Castelo, ano XVIII, n.º 2709, de 12 de Janeiro de 1874.

VII

PIERRE LAROUSSE

Se é justa a frase de Voltaire — *On doit des égards aux vivants* —, não poderia eu escolher outro contemporâneo mais digno do meu humilde preito de admiração. Em verdade, este nome tão obscuro veio cobrir-se de glória imorredoura pela obra monumental, *Panteão sublime do espírito humano*, o *Grand Dictionnaire Universel du XIX^e siècle*.

Pierre Athanase Larousse nasceu em Toucy (Yonne) a 23 de Outubro de 1817. Dotado de um eminente espírito de investigação, Larousse comprazia-se ainda quando criança a profundar os mais árduos problemas históricos, pelos quais conservou sempre uma grande inclinação. Vindo para Paris em 1840 com uns modestos milhares de francos, Larousse notando as inumeráveis lacunas e erros que enchiam os compêndios das escolas, deu-se ao trabalho inglório e pesado de formar uma biblioteca de educação e ensino primário e superior.

Daí datam as suas importantes obras que em França servem de base ao ensino gramatical, como *Encyclopédie du jeune âge*, *Petite flore latine*, *Galdin des racines latines*, *Dictionnaire de la langue française*, etc. Então publicou também vários jornais de ensino *L'École Normale*, *L'Émulation*, *Les jeudis de l'instituteur*, *Les jeudis de l'institutrice*; e com Felix Clément um importante *Dictionnaire lyrique*, análise de todas as óperas antigas e modernas.

Preparado por este longo tirocínio, Larousse empreendeu a publicação de um dicionário monstro, de uma enciclopédia única no seu género. O *Grand Dictionnaire* estava concebido e a ideia traduziu-se bem depressa em facto, de modo que hoje a publicação está no meio da letra M.

Esta enciclopédia compreende a língua francesa; a pronúncia; as etimologias; a conjugação de todos os verbos irregulares; as regras de gramática; as inumeráveis acepções e locuções familiares e proverbiais; a história; a geografia; a solução dos problemas históricos; a biografia de todos os homens notáveis, mortos ou vivos; a mitologia; as ciências físicas, matemáticas e naturais; as ciências morais e políticas; as pseudociências; as invenções e des-

cobertas e, parte esta que não se encontra em dicionário algum, os tipos e os personagens literários; os heróis de epopeias e de romances; as caricaturas políticas e sociais; a bibliografia geral; uma antologia das alusões francesas, estrangeiras, latinas e mitológicas; as belas artes e análise de todas as obras de arte.

Como Diderot e D'Alembert elevaram em honra do século XVIII o seu monumento imortal da *Encyclopédia*, assim em honra do século XIX Larousse construiu o seu edifício sublime do *Grand Dictionnaire*, uma destas obras perante as quais a maledicência e inveja estacam conhecendo a sua pequenez. Não quer isto dizer que a obra não tenha defeitos. Tem-nos sem dúvida, como tudo o que é humano, e são-no por exemplo os erros sobre a república partenopeia, a deficiência de alguns artigos como por exemplo a palavra «aréostat», a demasiada profusão de esclarecimentos por vezes pueris como nas palavras «Bonaparte, anédocte, etc.», algumas contradições entre os artigos, como as opiniões sobre Napoleão III, a hesitação e a fraqueza disfarçada sob a capa da imparcialidade, como no artigo «Dieu», a falta de um ponto de partida cronológico, o que faz com que os artigos dos últimos volumes compreendam esclarecimentos de factos recentes sobre vários personagens em cuja biografia eles faltam, ou vice-versa, como os artigos «Bismarck e Guerre», «Commune e Abillièrre», etc. Mas que são estes pequenos defeitos ante o complexo admirando da obra? Átomos inapreciáveis considerados na relação do todo.

Monumento respeitando, marco nobiliário do século XIX, o *Grand Dictionnaire* coloca-se ousadamente do lado da verdade e da justiça, verbera toda a espécie de tirania, lamenta as vítimas da intolerância e do despotismo, fulmina os carrascos, entoa o seu hossana ao progresso, à civilização, à grande obra de 89 e castiga o absurdo político, religioso, económico, social, filosófico, numa palavra, o erro onde quer que ele esteja.

São exemplos os artigos «Liberté, Droit, Esclavage, Dogme, Eucharistie, Christianisme, Despotisme, Fanatisme, Évangile, Dieu, Diderot, Marat, Luís XIV, XV e XVI, Marie Antoinette, Miracles, Catholicisme, Borgia, Albigeris, Danton, Cabet, etc., etc.».

Um livro destes, que declara altamente a verdade, que brada contra o estigma que cobre Marat, que se coloca a par do deísta quando se trata do cristianismo, a par do ateu quando se trata de

Deus, a par do revolucionário quando se trata da revolução, não pode em verdade ser lido por quem afivela no rosto a máscara da hipocrisia, ou por quem adultera a inteligência com o preconceito.

A nós basta-nos saber que a obra que levou a Larousse 20 anos a preparar é uma das obras que fazem honra ao nosso século. Em Portugal acha-se o *Grand Dictionnaire* muito espalhado e, para vergonha nossa, já tem tido a honra de ser plagiado ignobilmente, como nos artigos «Antony» e «Fernande».

A divisa desta obra monumental acha-se, como bem disse F. Buisson, resumida nestas duas palavras três vezes santas: — Liberdade e Progresso!

Porto.*

* In *A Aurora do Lima*, secção «Folhetim», Viana do Castelo, ano XVIII, n.º 2718, de 4 de Fevereiro de 1874.

[A MONARQUIA E A REPÚBLICA]*

«República: — abençoada sejas tu. És a mãe de Washington, de Hoche e de Castelar. Ao som da *Marselhesa*, os teus guerreiros guiados por Hoche e por Westermann ensinaram a ser livre à Europa feudalizada. Inspiraste a Rouget de l'Isle as estrofes ardentes do canto da *Marselhesa*, sopraste a Vítor Hugo os *Miseráveis* e deste a Castelar a eloquência de Demóstenes. Quando Castelar se ergue, tu sorris-lhe e ele sobe à tribuna e esmaga com a sua eloquência arrebatadora os sacerdotes do despotismo. A tua divisa, oh República, é grande e nobre e cristã. Selou-a o sangue do justo nas pedras do Gólgota, estampou-a o sangue dos mártires nas paredes do Santo Ofício».

«*Ao directório governativo espanhol*».

«Senhores — Proclamastes a República que é o ideal sublime da perfeição governativa, a aplicação prática do sentimento inexpugnável da alma humana, o sentimento da liberdade. Aplaudimo-vos do fundo da alma e consenti que este nosso aplauso vá

* O presente artigo corresponde a um conjunto de tópicos extraídos pelo jornal a partir do artigo enviado por Bruno para publicação. O jornal, à maneira de introdução, atesta-o nestes termos: «Não podendo publicar na íntegra por falta de espaço o artigo que nos enviou o Sr. Bruno sobre a Monarquia e a República, aí vão os principais períodos».

provar os sentimentos democratas da mocidade estudiosa portuguesa.

Estais cercados de perigos, senhores; de todos os lados conspira contra vós o velho mundo das prepotências e vilezas. O despotismo feroz dos reis absolutos, representado em Carlos VII, ameaça-vos com as suas garras danadas; por outro lado alguns espanhóis degenerados tentam chamar do exílio o filho da expatriada. Lutai, senhores, reprimi os assassinos da liberdade e mostrai ao mundo que sois grandes e generosos. Os padres, esquecendo-se de que tiveram por mestre o homem grande do Gólgota, esforcem-se por provar que se recordam bem das lições dos Torquemadas, e de trabuco em punho incendeiam as estações do caminho de ferro.

Vós, senhores, mostrai ao mundo a grandeza das ideias republicanas, quebrai, como Lincoln, as gargalheiras dos escravos, parti, como Vitor Hugo, as tábuas do cadafalso, riscai do número dos espectáculos o *espectáculo* vil das corridas de touros; enfim praticai as grandes obras que só inspiram as grandes ideias.

Se o conseguirdes, sereis abençoados pelos séculos futuros, oh apóstolos do progresso!

Roma papal e Madrid da realeza, o Vaticano e o palácio dos coroados, o padre e o rei por vezes têm dado ao mundo o espectáculo de acções ignóbeis. Mostrai vós todos, oh republicanos, que a república, como grande princípio, só produz grandes acções.

Grande bandeira da república: — és nobre e santa. Arvorada por Hoche e por Westermann, ensinastes à Europa o código da liberdade. O teu dístico é sublime e singelo, como o dístico que o ditou: — *liberdade, igualdade, fraternidade*: — Acolhei-vos todos à sua sombra, e que ela se desfralde sempre ovante ao sopro das grandes ideias».

E conclui pelos dois esplêndidos trechos de E. Quinet e Vitor Hugo que representam a execração universal da intolerância religiosa e lavram a sentença de morte da Igreja.

— «Dante, duas vezes condenado à morte e sua casa arrasada. Arnauld de Bresse, queimado vivo. — João de Pádua, queimado vivo. — Savonarola, queimado vivo. — Platina e os académicos de Roma, torturados — Maquiavel, torturado — Spínola, afogado. — Bonfadio, decapitado e queimado — Collenu-

cio, estrangulado — Tibertus, decapitado — Carnnsechi, Paleario, queimados vivos — Montalsino, estrangulado — Dominis, queimado vivo — Giordano, queimado vivo — a Vanini, foi-lhe arrancada a língua e queimado vivo — Campanella sete vezes torturado e encarcerado vinte e sete anos — Sarpi, apunhalado — Berni, envenenado — Tasso, encarcerado sete anos numa célula de loucos — Galileu, torturado e encarcerado perpetuamente — Pallavicini, decapitado — Giannone, encarcerado vinte anos — Tenevelli, fuzilado — Mário Pagano, enforcado — Conforto, enforcado, — O resto ou melhor a continuação pode-se ler nas *Prisões* de Sílvio Pellico».

Isto de Edgar Quinet bastava. Mas ouviremos também Vitor Hugo na assembleia legislativa em 15 de Janeiro de 1850. Diz o grande autor dos *Miseráveis*: «— Ah! conhecemo-vos! Nós conhecemos bem o partido clerical. É um velho partido que bem tem pugnado. É ele quem faz a guarda à porta da ortodoxia. Foi ele que descobriu para a verdade esses dois estados admirandos, a ignorância e o erro. É ele quem proíbe à ciência e ao génio ir além do missal; é ele quem quer fechar o pensamento no dogma.

Todos os passos que a inteligência da Europa tem dado, temos dado ela bem contra a vontade dele. A sua história está escrita na história do progresso humano mas está escrita no verso.

Tem-se oposto a tudo. Foi ele quem mandou achibatar Prinelli por ter dito que as estrelas não caíam. Foi ele quem pôs Campanella sete vezes a tratos por ter afirmado que o número dos mundos era infinito e entrevistado o segredo da criação. Foi ele quem perseguiu Harvey por ter provado que o sangue circulava. Por parte de Josué, prendeu Galileu; por parte de S. Paulo, encarcerou Colombo. Descobrir a lei do céu era uma impiedade; achar um mundo, uma heresia. Foi ele quem anatematizou Pascal em nome da religião, Montaigne em nome da moral, Molière em nome da moral e da religião».*

* In *República Portuguesa*, Órgão do Partido Republicano de Coimbra, Coimbra, n.º 7, de 1873.

OS ABUTRES DE SOTAINA

Porque os chamei assim? Porque eles são a infâmia, a opressão, a tirania, o sangue, a fogueira, porque eles são os abutres amaldiçoados que tentam sustentar-se do sangue da humanidade, das entranhas do edifício social. Oh! são eles, os malditos, que lançaram o fogo a Giordano, são eles os apóstolos da infâmia, que encarceraram Galileu, são eles, os abutres de sotaina, que tripudiando em sangue soltaram a gargalhada infernal do malvado sobre o cadáver palpitante de Coligny. Apóstolos das trevas, apóstolos da negrura, escreveram os seus nomes três vezes malditos nos pergaminhos da verdade dos séculos, e Caifás e Judas são anjos ao lado deles. — Calcavam, vis levitas do inferno, a honra dos povos e Jacques Clément e Ravailac na sua agonia abençoavam-nos. Hoje, espectros vis dos ominosos tempos das trevas, eles, apóstolos do erro, armam os fanatizados e querem prender-nos de novo às cadeias do Santo Ofício.

O Vaticano, esse antro das aves de mau agouro, é por eles, mas o Vaticano há-de baquear com eles, o Vaticano há-de esmigalhar-se. Sobre as ruínas desse edifício maldito a mão do progresso deverá elevar uma academia, um hospício, um parlamento. E então dir-se-á: — É a vida sobre a morte, é a ciência sobre o fanatismo, é o bem sobre o mal. Oh! o sacerdócio que com seus crimes hediondos deu ao universo o espectáculo do horror, à história da humanidade a nódoa da vergonha — agoniza, morre.

Que morra, que morra para sempre.

— Um dia, e breve o anjo da justiça descerá sobre o antro dos abutres de sotaina e dirá acesa nos olhos a indignação: — De joelhos, sacerdote infame, de joelhos. Domingos de Gusmão, porque acendeste tu em nome de Deus o facho horrível da Inquisição? Loiola, porque lançaste os alicerces da nefasta seita dos jesuítas? Hildebrando, porque fizeste correr rios de sangue alemão? Sixto V, que fizeste tu de Caraffa, que sorte deste a Palliano? Bórgia, oh tu, cujo nome foi destinado a lúgubre símbolo do crime, porque foste incestuoso, porque deliraste ébrio de sangue na ciência infernal dos venenos? Oh vós todos, Sinibaldi e Pio IV, Reinalde, os padres de Roma — malditos sejais! O vosso Deus é o Deus das fogueiras, o vosso Cristo é um Cristo aristocrata!

— Abismo! Abismo! Abismo!...

E o anjo da equidade e do dever acorrentar-vos-á ao poste da infâmia e o homem honesto ao perpassar por diante do vosso pelourinho dirá enojado: — Eis uma galeria de carrascos ...

O cristianismo!

Ataquei o sacerdote, porque não atacarei a religião?

— A religião?! Dirão. E porque não?

Porque não havemos de repelir uma religião politeísta, uma religião que transmite o pecado de pais a filhos, uma religião que com a eternidade das penas admite a eternidade do prazer feroz da vingança de Deus, uma religião que dá a *virgindade* a uma *mãe* (!), uma religião que com o inferno e o paraíso dá a materialidade à alma, uma religião finalmente que se não peja de apresentar como documento mais autêntico a Bíblia, como trecho mais valioso o Apocalipse?

Oh! Cristo, oh tu que do alto da cruz pregavas a emancipação social e a verdade, quantas vezes não deves tu ter estremecido no teu túmulo, ao praticar em teu nome o padre alguma dessas grandes crueldades ou dessas enormes inépcias que o século xx há-de reler com espanto!

Mal pensavas, oh Cristo, que roubariam o teu nome sagrado para acobertar com ele uma seita sem senso, mal pensavas que sobre a lenha do auto-de-fé haviam de pregar uma cruz...

Oh símbolo sagrado, que um homem sublime ergueu do lodo em que jazias e purificou com o seu sangue, têm-te insul-

tado, têm-te arrastado pela lama, têm cuspidos sobre ti esses que se dizem, indignos, teus ministros.

Chamavas-te Cristo, nasceras num curral e exalaras o último alento nas tábuas da cruz.

Eles chamam-se Bórgia, nasceram em palácios e morreram ora na orgia dum festim empeçonhado, ora no delirar louco dum lupanar, ora na lama fétida duma praça.

Chamavas-te Cristo e viveras entre os pobres e as criancinhas e agoniaste no Gólgota.

Eles chamam-se Sixtos e Sinibaldis, vivem entre os cortinados de seda dos seus palácios e as rendas das suas amantes, e agoniavam e morrem dum copo de veneno.

Chamavas-te Cristo e proclamavas o escravo igual a seu senhor.

Eles chamam-se Pios e fazem de ti um aristocrata.

Oh Cristo, oh homem de Nazaré, oh mártir do Gólgota, não poderei chamar-lhes, a esses indignos que vilipendiam o teu nome, não poderei chamar-lhes apóstolos das trevas, levitas da infâmia, abutres de sotaina?

Não sei se já leram uns sonetos admiráveis de Gérard de Nerval intitulados — *Le Christ dans les oliviers*.

No primeiro soneto, o Cristo amargurado, pungido pela dúvida dirige um apelo gigante aos discípulos e diz-lhes:

— *Frères, je vous ai trompé. Dieu n'existe pas!*

E abaixo:

— *Dieu n'existe pas. Abyme! Abyme! Abyme!*

Os filósofos do século moderno apelidam o povo que ainda se olha no espelho de uma religião carcomida.

— Irmãos, enganam-vos esses roupetas, por certo que vos enganam. Nessa seita, a honra *n'existe pas!* Nessa religião, a verdade *n'existe pas!*

Não! Na religião cristã não vive a verdade, porque a verdade não se casa com o dogma, porque o raciocínio exclui a fé, porque a argumentação põe de parte a crença. Na religião cristã, a verdade não existe, como não existe em religião alguma dos tempos antigos nem dos tempos modernos.

A verdade está na ciência, a verdade está nos conhecimentos adquiridos pela inteligência e aferidos pela razão; a verdade está nas concepções arrojadas da matemática, nas experiências pers-

crutadoras da física, na grandeza da filosofia. Da ciência emana a verdade, como da religião emana o absurdo.

Da ciência há-de emanar o bem, como da religião tem emanado o mal.

* *
*

Enquanto o matemático formula, enquanto o químico decompõe, enquanto o astrónomo observa a marcha dos corpos indefinidamente grandes, enquanto o filósofo pensa, quando D'Alembert sorri de escárnio, quando Diderot publica a *Enciclopédia*, quando Voltaire solta uma gargalhada infernalmente estrídula, no momento em que Renan, Larroque, Réville, Laurent e tantos outros provam o que avançam, o cristão, folheando S. Tomás e S. João, desprezando Descartes e Montesquieu, Larroque e Amorim Viana, sorri de escárnio às verdades da ciência e responde alvarmente ao filósofo:

— *É, é — aconteceu, aconteceu.* *

* In *O Vampiro*, Semanário, Porto, n.º 1, de 1873. Em todos os restantes números (cinco), o jornal consagra como título o de *Vampiro* e não *O Vampiro*.

A LIBERDADE

Oh! sol brilhante, consente que eu me acolha sob os teus raios benditos, oh ideal sublime das almas generosas, oh aspiração santa do Cristo, permite que eu te bendiga.

Tu és a estrela dos Magos, tu és o sonho de Platão, tu és a Cruz do Gólgota, tu és a virgem abençoada que vieste converter um mundo de lágrimas num mundo de alegrias.

O teu lema é o lema do Cristo, não se discute, porque discuti-lo seria profaná-lo — *liberdade, igualdade, fraternidade*.

Tu és o Ahasverus da civilização, tu és o caminhante abençoado que conduzes o povo à terra da Promissão.

Pelletan disse — *Le monde marche* — E em verdade o mundo caminha, porque tu és o seu guia.

Tu deste a Vítor Hugo a inspiração sublime, tu encheste de ardor a alma de Castellar. Subiste ao Gólgota e disseste ao Cristo: — Coragem, mártir da minha ideia. Tu desceste às cavernas do Santo Officio e gritaste a Galileu: — Ânimo! Foste tu, virgem sagrada, quem inspirou o grito supremo de heroicidade a Giordano, foste tu quem deu a Danton aqueles rugidos imensos que aterraram a Europa inteira.

* *
*

E insultam-te e cospem-te a face e vilipendiam-te e arrastam o teu nome bendito!

Oh filha de Deus, perdoa-lhes. Foste tu quem esmagou em Descartes a tirania das escolásticas, tu foste quem quebrou em Lincoln as cadeias dos escravos.

E são eles, os malditos, eles os inquisidores, eles os homens de sotaina!... Oh vós que encarcerais Galileu, que queimais Giordano, oh ogres do Santo Ofício, oh carrascos de Prinelli, de Campanella, de Huss, de Coligny, oh envenenadores de Ganganelli, oh roupetas malditos que perseguis Harvey, oh algozes do Dante e do Tasso, de Gomes Freire e do Empecinado, oh vós todos que tripudiando em cadáveres ergueis a mão vil que brande o punhal envenenado sobre a face serena e nobre da *Liberdade* cuidais que fazeis reviver os séculos ominosos de outrora?

* *
*

Bendita sejas, oh liberdade, que tu és a irmã da Justiça e a Justiça é filha de Deus.

E os teus crimes, liberdade?!

Se és Paz, porque entoas a *Marselhesa*? Se és Bem, porque és 93?

Apelidei-te, responde-me.

E a Liberdade respondeu-me e eu escutei-a e a sua voz tinha a sublimidade do *Fiat*.

— Sou Paz e sou Bem. Se entoo a *Marselhesa*, é para defender o mais sagrado dos direitos. Se sou Hoche, também sou Cincinato. Iro-me, porque me apunhalam os apóstolos; mas ou nobre e serena, ou desvairada e louca sempre sou augusta, sempre sou filha de Deus. Os povos abençoam-me, porque eu ensinei-lhes a dignidade e o progresso.

Fui 93, porque foram 1582. Se sou o 3 de Setembro, é porque foram o 24 de Agosto. A represália não é nobre, mas a ira do Direito é um elemento do progresso.

Se me chamo Maillard, foi porque se chamaram Saulx Tavnans. Se sou Fouquier, é porque foram Louvois.

Enodoei-me, porque me atiraram às vestes o sangue de São Bartolomeu. Queimei, crestei a minha bandeira porque eu parei sobre a fogueira de Giordano para lhe guardar a alma no sacrário dos mártires.

Sou monstro! Embora; mas monstro abençoado, mas monstro do progresso.

E eu escuto-te a voz sublime, Liberdade.

Oh! perdoa, que tu não careces de te defenderes. Tu és a estrela do Oriente guiando os povos ao Betlém da civilização.

Porto, 22 de Maio de 1873. *

* In *O Vampiro*, Semanário, Porto, n.º 2, de 1873. Este artigo corresponde a transcrição de artigo publicado por Bruno na *Aurora do Cávado*, Barcelos, n.º 281, de 3 de Junho de 1873. Atestam-no as palavras que *O Vampiro* consagra como introdução do artigo que transcreve: «Transcrevemos para o lugar de artigo de fundo o artigo que o nosso colega nesta redacção Bruno publicou no n.º 281 do VI ano da *Aurora do Cávado*, da qual é colaborador».

RETRATOS

I

A BELA FERRONIÈRE

Ei-la, a heroína de um dos mais sombrios dramas que o teatro do mundo tem visto representar, ei-la, a pobre espanhola que foi a um tempo adúltera e desgraçada, algoz e mártir.

A Ferronière era espanhola e filha de uns saltimbanco vis; nos tempos em que Carlos V e Francisco 1.º se batiam com fúria, milhares de vagabundos espanhóis se passaram à França, como a uma nova terra prometida. Os pais da Ferronière trouxeram-na e abandonaram-na em Paris. Ei-la a pobrezinha, coberta de andrajos, tiritando de frio e de fome, dormindo nas ruas e implorando a caridade francesa. Uma noite um negociante de ferro, por alcunha *o Ferron*, topou com ela inanimada, morrendo de frio, nas pedras enlameadas de uma rua. Ferron compadeceu-se da desgraçada e levou-a para casa. Educou-a e de pupila a espanhola passou a esposa do negociante.

Francisco 1.º, esse rei vil, sem fé nem lei, um dia descortinou-a à janela. Um pensamento infame iluminou aquele célebre corrompido. Ao cabo de dois meses, a espanhola era a amante de Francisco 1.º

Tudo se sabe, diz o rifão e assim é. Ferron descobriu a infidelidade da esposa, rugiu de raiva e ele que até ali só tinha dado gasalhado às ideias do bem e do dever, acolheu de braços abertos um pensamento atroz.

Por esses tempos devastava a França uma doença vergonhosa e horrível, diante da qual a medicina de então recuava espantada. Ferron subiu as escadas de uma dessas casas vis que tem por nome — lupanar —. Inoculou-se o vírus terrível e saiu. «Ferron, diz D'Harmonville, para punir a infidelidade da esposa, expôs-se a uma moléstia vergonhosa que sua mulher comunicou ao rei».

Numa noite do ano de 1542, a casa de Ferron presenciou uma cena horrível. No quarto da espanhola, uma mulher estorcia-se no leito e soltava rugidos tremendos. Quem se aproximasse dessa mulher fugiria espavorido. O rosto da doente desaparecera de todo, os olhos pareciam-lhe luzeiros e o corpo da desgraçada era uma chaga viva. E essa mulher que morria, esse ente hediondo tinha-se já chamado — a bela Ferronière —. Se os sons inarticulados que ela proferia pudessem transformar-se em palavras, o observador ouviria daquela mulher que em breve apareceria perante Deus estas palavras: — Perdão e piedade, Ferron! Um médico!

De pé, defronte dela, estava um homem frio e impassível como o anjo das trevas, um homem cujo rosto a mesma moléstia horrível tinha calcinado completamente. Esse homem cruzara os braços sobre o peito e sorria com o sorriso dos demónios. E quando a moribunda lhe pediu um médico, ele estendendo o braço para o leito, bradou num tom de ódio e vingança infernais: — Morre, mulher vil, morre sem consolo e sem esperança, morre dessa moléstia vergonhosa que bem paga o teu crime de adúltera, morre que bem o mereces, amante prostituída do rei. Queres um médico?! Ah! Ah! Ah! Minha esposa querida, queres um médico?! Ah! Ah! Ah! — A espanhola rugiu o quer que fosse, estorceu-se mais uma vez e adormeceu no sono eterno.

Durante nove anos consecutivos, Francisco 1.º, esse inquisidor coroado da França, sofreu horrivelmente da moléstia vergonhosa que o arrebatou. Diz-nos a legenda que atrás do seu carro fúnebre ia um homem cujo rosto se ocultava sob um capuz. O caixão do rei de França desceu ao túmulo e os assistentes retiraram-se. Só ficou um, o homem do capuz. Uma lâmpada alumiaava tenuemente o mausoléu. O homem do capuz ficou a olhá-lo por dois segundos.

De repente a mão daquele homem armou-se dum punhal, o braço ergueu-se e tornou a descer, a lâmina embebeu-se-lhe no peito e o homem baqueou.

Chamava-se ele João Ferron e estava verdadeiramente vingado!*

II

CLEMÊNCIA ROBERT

Clemência Robert, a grande propugnadora das ideias progressistas, a autora ilustre dos *Quatro Sargentos da Rochelle* e dos *Serfs et Boyards* — nasceu em Mâcon, pelos anos de 1802 e morreu há poucos meses. Em 1830 perdeu seu pai e veio a Paris para casa de seu irmão, o célebre médico César-Alphonse-Robert. O editor Le Roux tirou-a da obscuridade, publicando algumas das suas obras. As principais são: *Os Quatro Sargentos da Rochelle* romance bellissimo em que Clemência defende com ardor santo os adeptos das ideias novas Bories, Raoulx e outros complicados *dans l'affaire de la Rochelle*; o *Marquês de Pombal*, *William Shakespeare*, *Serfs et Boyards*, *Kossuth*, & c.

Era esta romancista uma escritora cheia de fogo e que não prostituía a sua pena a escrever romances fúteis e imorais, como Maria Dumas e o seu *Leito de Morte*. Escrevia, sim, em defesa do radioso princípio da República, das cristãs ideias de liberdade, igualdade e fraternidade — e se escrevia romances, tinha o fim de instruir deleitando, e não o de ganhar e desmoralizar.

Palpita o coração do leitor, quando percorre com a vista as páginas brilhantes dos *Quatro Sargentos* e dos *Serfs et Boyards*; entusiasmo a leitura daqueles protestos enérgicos em pró da liberdade. Vou fazer uma confissão, ainda que se riam de mim. Quando pela primeira vez li os *Quatro Sargentos*, de tal modo me entusiasmei com um capítulo, que me ergui desvairado e bradei com toda a força da minha mocidade: — Viva a República! — Clemência Robert é um dos apóstolos do bem e Vitor Hugo e Castellar não se podem envergonhar da sua camaradagem.

* In *O Vampiro*, Semanário, Porto, n.º 3, de 1873.

«Meu Deus, diz ela no Cap. V do seu romance, igualdade santa, honra e dignidade ao meu país! Eis tudo o que vos peço!... Nada para mim, a não ser a minha espada de soldado e um túmulo obscuro... eis o meu voto, eis a minha esperança! Mas este voto, mas esta esperança assenhoreia-se de mim a todas as horas, ou me faz palpitar o coração ou me faz verter lágrimas ardentes. Liberdade, Deus, liberdade à minha pátria! Para mim... nada, a não ser a minha espada de soldado e um túmulo obscuro».

«A guerra, diz ela ainda no Cap. III, falais na guerra! A guerra é um resto de barbárie. O homem dela se afasta, à medida que caminha na via da humanidade. *Selvagem*, o homem bate-se sem causa, como o leão e como o tigre, e despedaça os vencidos; *bárbaro*, o homem bate-se para conquistar terras mais férteis e abundância; *escravo*, bate-se para um senhor e *soldado-gladiador*, o homem exclama ao passar por diante dum trono: *César, os que vão morrer te saúdam*. O homem *livre* civilizado não se deve bater por nada nem por ninguém. Com a guerra deve desaparecer o governo militar. Se coroarem uma espada, quebremo-la».

Eram estas as ideias justas e humanitárias de Robert, eram as ideias sábias e cristãs da democracia quem aparava a pena da ilustre filha de Mâcon.

E entretanto, Clemência é pouco conhecida em França e no estrangeiro. E entretanto os seus romances republicanos e primores de literatura encontravam poucos leitores.

Ponson du Terrail e Alexandre Dumas absorviam a atenção, e o *Rocambo* e o *Monte Cristo* eram preferidos aos *Quatro Sargentos* e aos *Serfs et Boyards*!

Nós, os republicanos, nós, os democratas, nós, os apóstolos do bem desfolhemos perpétuas sobre a sepultura da que foi nossa brilhante adepta e consagremos à sua memória lágrimas de saudade.

Que nossos filhos ergam as mãos e nas suas singelas orações peçam a Deus pelo descanso eterno da que foi a grande republicana — Clemência Robert.*

* In *O Vampiro*, Semanário, Porto, n.º 4, de 1873.

III

INOCÊNCIO III

Eis um retrato de papa, eis um retrato do ministro de Cristo, eis um retrato do homem de Betlém, eis um modelo da bondade, da humildade e da unção evangélica dos padres de Roma.

Inocêncio III ou Lotário — cardeal-diácono — foi eleito papa a 8 de Janeiro de 1198; obrigou a prestarem-lhe juramento de fidelidade os senadores e outros oficiais. Readquiriu a Marche d'Ancône e as terras da Igreja na Toscana. Colocou Otton de Brunswick no trono da Germânia; anulou a eleição que o imperador Henrique VI tinha feito de Frederico, seu filho, para rei dos Romanos; confirmou depois a Frederico esse título que se lhe tinha dado numa dieta convocada em 1210. Pôs interdito o reino de França, 1200, por causa do divórcio de Filipe Augusto com Ingeburge; confirmou o título de rei da Boémia a Premislas por uma bula de 19 de Abril de 1204; enviou à Bulgária um legado para coroar Joannice, rei dos Búlgaros e dos Valacos, 8 de Novembro do mesmo ano; coroou, em 11, Pedro II de Aragão; *mandou pregar uma cruzada contra os Albigenses e contra Raymundo VI, conde de Tolosa*, 1208. Pôs interdito o reino de Inglaterra, 24 de Março do mesmo ano; declarou solvidos do juramento de fidelidade os súbditos do rei João, 1211, e promulgou uma sentença, pela qual o depunha do trono, 1212. Usou do mesmo rigor com Otton IV, que recusara *dar à Igreja o património da condessa Matilde*. Aboliu a dignidade de cônsul e deu ao prefeito de Roma a investidura do seu cargo, que antes recebia do imperador. Convocou o 4.º Concílio de Latrão, 1215. Recebendo a notícia da passagem do príncipe Luís, filho de Filipe-Augusto, à Inglaterra, fulminou o rei de França e seu filho com os raios da excomunhão. Inocêncio morreu a 16 ou 17 de Julho, 1216 e deixou grande número de cartas e um *Tratado do Desprezo do Mundo*.

Inocêncio III é o protótipo do papa vil que calcando aos pés as grandes doutrinas do Cristo faz da religião meio torpe de chegar aos seus fins malditos e que pretende dominar o orbe. Papa vil: — maldito sejas e que o horror que a humanidade te vota hoje vá crescendo proporcionalmente aos séculos que passarem por

sobre o túmulo onde estão encerradas as tuas cinzas malditas. Desconhecendo o Cristo, armaste os teus guerreiros contra os Albigenses; esquecendo o mártir que do alto da cruz pedia perdão para os seus algozes, tu, papa miserável, excomungaste reis e incitaste os povos contra eles e fizeste correr o sangue; desprezando o vulto sublime do que vivia pobremente e desdenhava as riquezas, tu, oh papa, locupletaste-te vilmente e excomungaste Otton IV, porque este te não deu *o património (!)* de Matilde...

Oh! infame hipócrita, que *dizendo-te* ministro de uma *religião de paz* te convertes em vil fomentador de guerras; oh! infame hipócrita, que *dizendo-te* ministro de uma *religião de amor e tolerância*, pregas cruzadas contra os Albigenses; oh! infame hipócrita, que *dizendo-te* sacerdote de uma *religião de caridade*, acendeste o facho horrível da Inquisição; oh! hipócrita infame, que *dizendo-te* levita de uma *religião de humildade e abnegação*, excomungas quem te não dá dinheiro — que mereces tu, papa vil? Que te deve tributar a humanidade?

— Horror e asco.

Quem o diria? Quem diria que a religião do Gólgota calcada aos pés pelos seus falsos apóstolos havia de alcançar em vez de amor — ódio, em vez de bênçãos — maldições?

É que do papado a Cristo vai um mundo; é que da *religião* da Roma vil à religião do Gólgota vai o universo que separa a vítima do carrasco.*

* In *O Vampiro*, Semanário, Porto, n.º 5, de 1873.

CORRESPONDÊNCIA

Retiramos uma mimosa poesia do nosso caro Júlio Dinis, porque acabo de receber do meu particular amigo e distinto escritor J. A. uma notícia assinada por um digno habitante de Penafiel, que dela toma a responsabilidade, relativa à propaganda jesuíta.

Urge que à luta se oponha a luta, porque urge que a verdade vença a mentira, que a luz vença a treva.

Pomos ponto aos nossos comentários. A notícia por si só é sinistramente eloquente.*

* In *O Vampiro*, Semanário, Porto, n.º 5, de 1873.

DEDICATÓRIA

(DUM LIVRO INÉDITO)

[EXCERTO]

A vós, reaccionários, a vós, retrógrados, a vós, sonhadores de fogueiras e apetedores de forcas — este meu livro. Hoje que vós, répteis repugnantes, víboras repelentes, tentais erguer o colo derrubado pela dextra da Justiça e do Direito, hoje que tentais subjugar-nos, abafando os sentimentos nobres e puros do povo no púlpito, prostituindo a mulher na sacristia, enganando a rapariga no confessionário, cumpre que nós, os liberais, vos façamos frente e por Deus vos juro que a luva que arremessastes será levantada.

A 9 de Julho de 1832 começou essa luta heróica que trouxe ao povo a liberdade, que lembrou aos reis que há direitos a respeitar, que mostrou ao fidalgo o miserável das suas prerrogativas e que recordou ao padre católico as perseguições que tinha exercido, o seu despotismo e os seus crimes.

Então o rei jurou respeitar os direitos do povo; então o fidalgo conheceu o miserável dos seus privilégios; então o padre disse que se emendaria.

Os reis cumpriram *tant bien que mal* o seu juramento e pode talvez dizer-se que deles não há motivo de queixa; mas o fidalgo e o padre mentiram ao povo e o fidalgo conservou-se tão *ferrenho* como os seus antepassados e o padre jurou vingança!

O fidalgo e o padre enganaram-se, porque Deus é justo e nunca dorme.

Hoje reuniram-se os corvos.

E tomaram um nome: — o reaccionário.
E os reaccionários conspiram.
Sois vós!

* *
*

A vós, pois, reaccionários, ofereço este meu livro como testemunho perene de admiração.
Porque Satanás admira-se.
Mas Deus admira-se e ama-se.
Vós sois Satanás!
A ideia nova — Deus! *

* In *O Vampiro*, Semanário, Porto, n.º 6, de 1873.

OS BANCOS E NOVAS COMPANHIAS

Quando, em outros tempos, as propriedades rurais definhavam à míngua de capital e instrumentos bons para o seu cultivo, e se submetiam a onerosa hipoteca, para se recolher delas um exíguo rendimento, a ideia económica de um banco era uma utopia que não encontrava adeptos por a não compreenderem ou talvez por encontrar oposição na rudeza dos costumes e nos princípios que então se professavam.

Indústria e artes viviam estreitadas entre as dificuldades monetárias e a ignorância proverbial do nosso povo; por isso não se organizavam fábricas nem se produzia mais do que o estritamente necessário para uma péssima existência. O dinheiro retido nas mãos de meia dúzia de homens, incapazes de outra coisa que não fosse a agiotagem e o engrandecimento próprio, não fazia aparecer nas oficinas a máquina a vapor, nos campos os novos instrumentos agrícolas e nos portos a espantosa afluência de navios mercantes a atestarem um comércio desenvolvido, portanto a riqueza nacional, a civilização e o progresso.

Mais do que nunca era a propriedade o inimigo mais tremendo do trabalho, porque nem o permitia. A distribuição desigual das riquezas, a sua acumulação em pessoas que ignoravam a verdadeira aplicação dessa força, única capaz de produzir as mais completas revoluções, dava os tristes resultados de um abandono desanimador da indústria, agricultura e comércio, trazendo ainda um mal pior, o da emigração, cujas deploráveis con-

seqüências se tornam actualmente bem sensíveis. Este estado de coisas que levavam os pequenos proprietários a uma ruína certa e tendia a roubar ao país os elementos de uma prosperidade futura, afastando-lhe a população útil e deixando-lhe nas artérias o sangue da senilidade, teve felizmente uma força que o modificasse.

A rápida transformação que se operou trouxe inegavelmente benefícios para todas as classes, estabelecendo melhores condições de existência para as menos favorecidas até ali e apontando aos ricos um emprego geralmente vantajoso dos capitais acumulados nas suas mãos. Quer se visasse ao bem comum, quer ao engrandecimento próprio, é certo que principiaram a instituir-se companhias, a organizarem-se bancos, a dar-se um notável impulso ao comércio externo, à indústria nacional, e à cultura regular e metódica das grandes propriedades campestres. Era necessário um esforço sobre-humano e uma coragem inaudita para lutar e vencer esse formidável inimigo chamado — ignorância — que se aliava à descrença e à pobreza para se opor tenazmente à propagação e aceitação dos novos princípios económicos que lançavam as bases para o edifício da prosperidade nacional.

Mas, empenhados na luta aqueles que mais podiam arriscar, a ideia devia tornar-se necessariamente simpática e a vitória pronunciar-se pelos inovadores, como se pronunciou.

Acolhido o novo princípio com entusiasmo, o trabalho animou-se; apareceu o vigor das esperanças a substituir o desalento; as lides proveitosas a afugentar dos lares a miséria e a doença e a alegria a irradiar onde antes irradiavam as lágrimas da indignação.

Havia ocultos na terra muitos tesouros opulentos; sulcou-se-lhe a superfície, cavaram-se-lhe as entranhas e o trabalho bem dirigido, mas não bem compensado, deu os resultados admiráveis que hoje se desfrutam.

As consequências brilhantes das primeiras tentativas produziram uma febre contagiosa, sobre a qual vamos fazer algumas reflexões.

Julgando-se muito íntima a relação do trabalho com o capital, pelos lucros auferidos pelas primeiras instituições, procurou-se dar um desenvolvimento grandioso ao princípio económico proveitosamente estabelecido entre nós.

A relação, realmente existe, é recíproca, mas desigual, e até muitas vezes estéril. Nem sempre se pode transformar o capital em trabalho que o multiplique; o capital é uma força, mas nem sempre viva, nem sempre produzindo o movimento.

Se a relação fosse constante e invariável atingir-se-ia ao maior dos bens e simultaneamente ao pior dos males, perdoe-se-nos o paradoxo; atingia-se à riqueza universal, e portanto à negação para o trabalho. Aceitando, todavia, esta relação com a sua desigualdade e variabilidade, devia atender-se a todas as condições que a podem tornar estéril ou notavelmente desproporcional.

Ora é isso mesmo o que se não faz. Nesta época, puramente utilitária, não se atende ao bem comum; pelo contrário parece que se conspira contra ele.

Não se atendendo a esta condição, desatende-se a todas as outras implicitamente, porque se não reflectiu que todas as outras lhe são inerentes. Num país estreitamente limitado como o nosso, um banco dificilmente encontrará auxílio no exterior; tem pois, de recorrer unicamente à população do país e procurar nela o seu sustentáculo.

Ora a existência de muitos bancos numa população pequena será um manancial de benefícios para um povo?

Esses bancos representam cada um, um capital avultado, e a sua soma atinge a uma cifra respeitável, a uma quantidade desproporcional à quantidade de trabalho que pode produzir. Esta desproporcionalidade torna-se um mal, que cumpriria evitar, embora se prejudicassem interesses pessoais, ainda hipotéticos.

Realizar mais um pensamento interesseiro não é contribuir para o bem de um povo; é trabalhar para a sua ruína, porque, no caso de que tratamos, prejudicam-se as instituições velhas, levantam-se-lhe dificuldades que as podem desmoronar e levar a miséria a muitas famílias.

A febre, porém, é tão intensa, é tal o delírio pela criação dos bancos, que até as considerações mais graves são vencidas e desprezadas pela ambição desmarcada, se não pela intenção malévola.

Se há no nosso país tanta riqueza disponível em que se confie para a instituição de novas casas bancárias, porque haverá ainda tanta miséria a socorrer, tanta ignorância a debelar, tanto abandono para as artes e para muitos ramos da indústria?

A criação dos bancos foi uma ideia económica muito simpática e digna do acolhimento que teve; hoje, porém, se ela importa sacrifícios e prejuízos sê-lo-á ainda?

Nos espíritos claros e justos em que aparece aquela ideia sugerida pelo bem comum e não pela ambição, não poderão surgir mais ideias nobres e simpáticas para as quais se faça convergir o capital?

À primeira pergunta dificilmente se pode responder, sem se duvidar das pretendidas riquezas, ou da ilustração e bons sentimentos dos seus possuidores. Porque se elas existem, não se pode explicar como os espíritos ilustrados e caridosos se não inclinam solícitos a minorar a indigência e imprimir um impulso poderoso às artes estacionadas e à inexplorada indústria. Não é simplesmente com a esmola que se melhoram as existências passadas no seio da pobreza; a esmola pode valer numa crise, saciar a fome de um dia, mas não ampara sempre, porque o número dos necessitados é imensamente superior ao daqueles que socorrem.

Ora admitindo que as riquezas existem, prontas a concorrer para a realização de uma ideia nobre e de um fim benéfico para todas as classes, porque não aparecerá um iniciador dessas ideias?

Ou há muito egoísmo onde há muita riqueza, ou ainda, o bem comum é desprezado pela ambição, pelo engrandecimento individual e pela falta do sentimento humanitário que leva os fortes a proteger os fracos e os ricos a amparar os pobres.

Estabelecem-se companhias para lançar caminhos de ferro por todo o país, em todas as direcções, uns sobre os outros se for possível, e isto com entusiasmo febril, talvez impregnado na sede insaciável do ouro, e não na utilidade geral. Uma companhia que se organizasse para explorar os terrenos incultos não atrairia a atenção dos favorecidos da fortuna, e não encontraria um espontâneo acolhimento da parte deles?

Hoje, que se procura atalhar por qualquer modo a emigração que nos enfraquece, tem-se estudado a questão lentamente e não se chegou ainda a uma solução definitiva, embora tenha sido lembrado o alvitre que apontamos.

Não haverá na realização dele as vantagens que apresenta a acção de um banco?

Um momento de reflexão basta para mostrar claramente, as conveniências de um e inconveniências do outro.

Se o sentimento que preside à instituição dos bancos é a utilidade geral, visto a impossibilidade de a obter por este meio, porque não se dirigem directamente, capital e vontade, aos melhoramentos materiais?

Deste modo havia a utilidade pessoal e o bem comum, aliando-se ambos, ambos caminhando para o progresso e felicidade nacional.

É doloroso ver a acumulação de pessoas em casas pequenas, sem condições higiénicas, sem comodidades e sem o conforto que poderiam ter se não andasse tão descurado entre nós este assunto gravíssimo das habitações.

Há bairros imundos, infectos, onde não entra um raio de luz pura ou de calor vivificante, onde não se respira uma só molécula de atmosfera que não esteja viciada, e todavia estes bairros são habitados, começam-se neles existências enfezadas e atrofiadas e neles se acabam bem cedo, sem se haver lembrado de outro conforto. Pois os habitantes destes antros nauseabundos pagam um aluguer exorbitante para arruinarem a saúde, para consumirem nas trevas e na imundície uma existência que tinham direito de gozar como os que a passam no canto mais retirado dos palácios principescos, erguidos à custa de grossas somas para serem habitados por duas ou três pessoas!

Os operários, cansados das lides quotidianas, não vão para casa descansar os membros lassos pela fadiga e respirar livremente o ar que respiram os protegidos da fortuna. Vão beber o ar mefítico que os envenena, depois de trabalharem um dia inteiro para o bem-estar dos outros.

É doloroso, mas é verdade.

Entre nós não se institui uma companhia edificadora, que faculte aos pobres e operários casas baratas e com boas condições de salubridade e conforto, porque o capital procura só o capital, e os espíritos vagueiam e erram no campo das concepções utilitárias, imaginando bancos, caminho(s) de ferro de casa para casa até, se puderem, e outras instituições com que muito aproveita quem tiver dinheiro.

Se alguma edificação económica aparece, está tão descentralizada, que é impossível aproveitar ao máximo da população. Há pelo interior da cidade tanto terreno adequado para estas cons-

truções, que só o empenho em não ser útil, levará os proprietários a mandarem edificar prédios nos arrabaldes.

Nós não queremos aglomeração de população, já o manifestámos; mas o terreno sobra em muitos pontos, para se fazer uma distribuição regular que nem prejudique a higiene nem as comunicações.

Aí ficam apontadas essas considerações que não nos foram dadas pela muita experiência, nem por um estudo especial sobre o assunto. Uma simples reflexão as produziu, e oxalá que aproveitem.*

* In *O Club*, Órgão da Classe Académica, Porto, n.º 3, de 8 de Fevereiro de 1874.

AS PRISÕES

Há aí um edifício, de bem triste aspecto, que está todos os dias a protestar contra o nosso adiantamento no caminho da civilização e contra a racionalidade das nossas leis penais. Qualquer estrangeiro, que pisasse pela primeira vez o nosso solo, e desconhecesse o nosso atrasamento e misérias, admirar-se-ia ao ver, num país onde primeiro se condenou a pena de morte, campear ainda no seio de uma cidade livre e próspera um testemunho irrecusável de barbarismo, um argumento irrefutável contra a nossa pretendida ilustração.

Antigamente quando se infligia a pena ao delinquente procurava dar-se a maior publicidade a este acto solene e terrorífico, com o fim do exemplo; para isso erguiam-se nas praças públicas os pelourinhos e cadafalsos e o réu vinha processionalmente sofrer a punição do seu delito com as formalidades e cerimónias exigidas pelas leis bárbaras que então vigoravam.

O tremendo espectáculo de um homem estrebuchando nas agonias da morte violenta e afrontosa, não conseguia, porém, ser exemplo edificante de virtude e bons costumes, porque não era esse o antídoto contra os males provenientes da ignorância que então, hoje e talvez sempre há-de pesar sobre o nosso povo. Um dia a razão e a humanidade descerraram as pálpebras a * essa jus-

* No artigo original não figura a preposição «a».

tiça exagerada e cega, e fizeram-lhe ver o rigor e desproporcionalidade da pena, bem como a ineficácia do castigo público, que a lei então mandava. Os cadafalsos não mais se ergueram, mas os pelourinhos ficaram, como monumentos gloriosos da passada ilustração para atestarem o desenvolvimento intelectual, a humanidade das leis e suavidade de costumes, a que se chegaria com o decorrer de muitos anos! Homens a quem sejam gratas as recordações de outra idade e de outras ideias, têm ainda os vestígios daqueles tempos ominosos conservados com cuidado paternal, e doados à posteridade como honrosa herança do passado.

Riscada, pois, a pena de morte do nosso código, ou pelo menos a sua execução, visto que esse acto foi condenado pela moral e pelo direito, restava substituí-la por uma outra mais branda, que realizasse o fim da inflicção de todos os castigos, isto é, que restituísse à sociedade o filho extraviado, e ao homem a perfeição moral para que naturalmente tende e para que nasceu.

Se se tentou isto ou não, pouco importa; é certo que a cadeia da Relação está aí, negra e medonha como os cadafalsos de outros tempos, a negar uma tal substituição e portanto a afirmar o nosso estado de civilização bem pouco lisonjeiro.

Uma prisão não é simplesmente o lugar onde o criminoso deve esperar a sentença condenatória do seu delicto; é também o lugar onde deve sofrer a pena, reabilitar-se para volver à sociedade bom e regenerado e disposto a praticar o bem. Este duplo fim das cadeias que todos reconhecem, tem sido desprezado, tem-se esquecido vergonhosamente para se tratar de obras de luxo em que se despendem inutilmente as riquezas do Estado.

Um desgraçado, a quem por qualquer coincidência se atribui um crime grave, é lançado dentro das quatro paredes negras de tenebrosa masmorra, e aí tem de esperar que a justiça dos homens sempre vária e falível disponha do seu destino, reconhecendo a sua inocência, dando-lhe a liberdade, ou provando-lhe o delicto condenando-o. Enquanto o processo segue os seus trâmites legais com aquela morosidade e lentidão que caracteriza a justiça de hoje, o miserável definha-se à míngua de luz e ar, acabando por fazer-se mau se era bom, e um facínora temível se já estava contaminado pelo vício e pelo crime. A casa de detenção que produza resultados diametralmente opostos àqueles para que se

edificou, devia abandonar-se imediatamente e inutilizar-se para tal fim, como foco de imoralidade.

A cadeia da Relação está neste caso.

Vejamos se satisfará às condições de lugar, higiene, e às que concorrem para o seu fim moral.

Quando se supôs que o exemplo desviava o povo da senda do crime, dava-se-lhe o espectáculo gratuito das execuções; mas, como já vimos, a inconveniência e resultados deste espectáculo, longe de corresponderem ao seu fim benéfico, corresponderam à série crescente dos delitos e ao aumento de delinquentes.

Hoje, que se raciocina mais e se é mais humano, procura afastar-se dos olhos do povo estas cenas de barbaridade, e do seu espírito a ideia do mal, fazendo convergir-lhe a atenção para as verdadeiras fontes de felicidade e virtude. É pois evidente que a existência de uma cadeia no centro de uma povoação grande estará sempre a lembrar o crime aos que estremecem diante dessa fábrica pesada e tétrica, de janelas pequenas guardadas por grossos varões de ferro oxidado, através dos quais aparecem os rostos horrivelmente macilentos dos desgraçados a quem a cegueira de espírito arremessou ao abismo do vício e degradação. Condenada a situação debaixo deste ponto de vista, vamos considerá-la ainda debaixo de um outro não menos importante: o da salubridade.

As prisões, destinadas a receber um número considerável de pessoas, porque infelizmente o germen do crime ainda se desenvolve no seio de muitos homens, devem estar em posição onde possam receber livremente a luz e calor salutar do sol, a corrente atmosférica pura e onde haja um abrigo contra as intempéries e rigor das estações. Nenhuma das cadeias do reino satisfaz a estas graves condições e muito menos a da Relação do Porto. Há alguns anos estava ela rodeada de prédios que interceptavam aos presos os elementos da vida, a luz, o calor e o ar. Hoje a fachada setentrional está livre para receber desempedidamente a nortada rígida e glacial enquanto o calor do sol de Inverno, que descreve a sua órbita mais para o sul, lhe é roubado pelos edifícios circunvizinhos. A isto acresce ainda a proximidade do rio que, com a evaporação constante da sua água, deve saturar de humidade a atmosfera; acresce a aglomeração de habitantes naquele lugar, e finalmente, a estreiteza e imundície das ruas vizinhas. A higiene interior daquele edifício não é pois auxiliada pelas

condições exteriores; a sua situação torna-se, portanto, condenável por todos os motivos.

Ora quando estes defeitos concorrem para a condenar, os que se lhe notam interiormente, e resultam em parte daqueles e em parte da construção, bastariam para proibir a sua habitação para sempre. Aquelas paredes, ou antes, aquelas muralhas negras e húmidas, rasgadas em pequenas janelas, não são as de uma casa de correcção, mas as de uma sepultura de vivos ou de um covil de feras. A quantidade de pessoas que aí respiram um ar viciado que elas constantemente corrompem, não vão sofrer um castigo proporcional ao delito que cometeram, mas sim arruinar o corpo e depravar o espírito às vezes ainda só ligeiramente eivado do vício. Não podendo haver salubridade onde não se renova bem o ar, onde não há uma temperatura regular, nem luz, nem tantas outras coisas que influem na conservação da saúde, é claro que as existências ali passadas devem ser notavelmente encurtadas e pessimamente gozadas. Ora isto bastava para condenar qualquer prisão em outro país que não fosse o nosso, embora ela, no resto, desse bons resultados e se achasse com as condições precisas para preencher o seu fim.

A cadeia da Relação, porém, condenada pela sua posição no centro de uma cidade pouco saudável, condenada pela sua própria insalubridade, deve-o ser também por lhe faltarem todos os requisitos para poder satisfazer a um fim moral.

Nos países onde esta questão já está estudada, as prisões são penitenciárias onde se reabilitam os criminosos e não masmorras onde se lhes tolhe a regeneração moral. Por isso mesmo cada célula é habitada só por uma pessoa e isto nas horas de repouso; o dia é consagrado às lides nas oficinas onde o trabalho vigiado por pessoas competentes vai operando transformações miraculosas nas almas mais corruptas. Facultam-se os meios de regeneração ao criminoso, porque é um homem, pode regenerar-se e volver cidadão prestimoso à sociedade que o repeliu. Em a nossa cadeia, os presos são acumulados nas enxovias infectas onde repousam em pútridos leitos de palha, como se ao penetrarem as portas da prisão que deve torná-los bons, perdessem as qualidades de homem para se tornarem os mais desprezíveis animais.

As frequentes desordens e sinistros que têm resultado desta acumulação provam exuberantemente o género de vida a que se

dão os presos ali aglomerados, e deixam ver os bons cidadãos que no futuro voltarão para o seio da iludida sociedade. O contacto de crime com crime, de vício com vício, não acrisola as almas pervertidas, agrava-lhes a perversão. As oficinas, que poderiam contribuir com o seu influxo para redimir culpas e regenerar culpados, concorrem, ao contrário, para produzir delinquentes e aumentar o número dos delitos. Sem capacidade, sem luz, sem ar, sem tudo, enfim, não podem dar ao preso a distração do trabalho afastando-lhe do espírito a ideia do crime.

Não há, pois, na cadeia da Relação um único requisito que permita a sua conservação: falta-lhe capacidade para conter o grande número de presos que para ela são remetidos; faltam-lhe as condições de situação; as condições indispensáveis de salubridade, e as essenciais para realizar o fim a que são destinadas pelas leis.

Ao governo que principiou já a obra de reparação destes graves defeitos em outra não menos importante e defeituosa prisão do reino recomendamos o assunto em que ligeiramente tocamos para não tornar bem patentes as provas do nosso atraso.*

* In *O Club*, Órgão da Classe Académica, Porto, n.º 4, de 15 de Fevereiro de 1874.

DA GUERRA

Interrompamos por um momento os nossos folhetins *Biografias*, e digamos duas palavras sobre uma das mais altas e úteis questões, a questão da guerra.

É justa a propaganda, porque é justa a ideia e altamente racional a tese. O direito das gentes considera como seu ideal a abolição completa, total do absurdo monstruoso, erro e sangue, que se chama guerra. Disse com razão Puffendorf (liv. VIII, cap. 6, § 2) que quando os homens praticam os seus deveres uns para com os outros, se dá a *paz*.

De facto, a guerra é o resultado inevitável de uma lesão, e dá-se, pois, quando os homens esquecem os seus deveres recíprocos. Precisemos.

As nações são pessoas morais e jurídicas colectivas, têm pois direitos e deveres. Ora aquelas leis inexoráveis que o direito natural estabelece para o indivíduo, aplicam-se para as nações do mesmo modo. O direito natural declara bem alto que o indivíduo possui o direito de defesa e de coacção.

Quando alguém embaraça o exercício do meu direito, quando me *lesa*, eu tenho o direito de defesa e de coacção, garantia necessária, sem a qual os meus direitos de nada me valeriam.

Segue-se daqui que também as nações, como pessoas morais e jurídicas, têm o direito incontestável de coacção para com aqueles que lesarem de algum modo o seu direito.

Daqui deduziria algum leviano que a guerra é um direito para os povos.

Mas extrememos bem.

É certo que o direito individual de coacção, circunscrito aos limites do indivíduo, tornar-se-ia uma garantia ilusória e ineficaz, porque estaria dependente das forças físicas de cada um.

É, atendendo a isto, que o direito natural transfere com razão o direito de coacção das mãos do indivíduo para as da sociedade.

O direito social de punir cumpre então justiça plena, porque tem por si o direito e a força, e remedeia os inconvenientes que se dariam se o direito de punir, o direito de coagir o lesante a reparar a lesão estivesse circunscrito aos limites individuais.

Assim se devia dar igualmente com as nações. Logo, igualmente se deveria confiar o exercício do direito de coacção a uma confederação de nações.

Dado um litígio entre dois ou mais povos, um tribunal supremo decidiria a questão, e a parte lesante seria condenada a fazer certa e determinada reparação. Se essa parte quisesse reagir, veria o mundo coalisado contra si e submeter-se-ia, pois, ao direito.

Tal é o ideal do direito das gentes, o sonho do abbé de Saint-Pierre, de Patrice Larroque e tantos outros.

É tempo de se pôr ponto à barbárie. A guerra é uma imoralidade, um crime monstruoso. A história das lutas armadas é a história da morte, do incêndio, do roubo, do estupro, do sangue e das lágrimas. A conquista é uma infâmia. Ninguém pode obrigar outrem a abjurar o seu direito. O herói militar é sempre o miserável homicida.

Montesquieu, no livro 10, cap. 2, do seu *Espírito das Leis*, diz com razão:

«Não se me fale da glória do príncipe; sua glória seria seu orgulho; e este é uma paixão, e não um direito legítimo».

A guerra é um estado anormal da vida dos povos. Contemplemos com atenção profunda o quadro horrendo que a história de todos os séculos nos aponta, corramos com os olhos aqui as guerras do México, ali as invasões dos coalisados, além as barbáries das guerras de Luís XIV, acolá os horrores das guerras religiosas, e envergonhe-se o século XIX de ter presenciado ainda

há pouco a desastrosa guerra franco-prussiana, calamidade imensa que recorda as épocas da mais atroz barbárie, aquelas hecatombes monstruosas, roubos, anexações violentas, um mundo de injustiças.

Quando se virá a realizar o ideal nobilíssimo do direito internacional? Quando terão realidade objectiva os sonhos das almas generosas dos Cobden, Saint-Pierre, Larroque, Kant e mais? Quando há-de o homem compreender que o *direito da força* (direito que o célebre Proudhon proclama louca, inconsequente, imbecilmente na sua *Paz e Guerra*), é uma mentira nos termos que a força é o *meio* do direito e não o *fim*?

Bem breve, cremo-lo. A propaganda activa e frutífera dos princípios que a ciência filosófica proclama, o horror que a guerra inspira, a ideia da civilização que a todos inflama, o aperfeiçoamento espantoso das armas de destruição (supremo escárnio ao progresso!) hão-de matar e bem breve a guerra.

Num futuro não distante nós veremos alfim realizadas as afirmações da ciência do direito, nós veremos realizado o sonho de Saint-Pierre, a paz perpétua, mercê do tribunal supremo das nações. Depois o passo gigante, o ideal de Anacharsis Cloutz, a federação das nações numa ordem comum de direitos e deveres.

Mas para realizar um fim são necessários meios. Ora quais são os meios para realizar o fim grande: — a abolição da guerra?

É o que vamos ver.

Porto.*

Para haver um fim é preciso, é urgente haver o meio. Quereis suprimir a guerra? Suprimi o soldado. A guerra é o soldado em batalha; o soldado é, como bem disse Luciano Cordeiro, a guerra latente. Eu me explico.

É evidente que os Estados não podem subsistir sem força armada, porque o direito torna-se ilusório sem a força que o garante. É, pois, evidente que os Estados carecem de uma força armada que defenda os seus direitos quando lesados. Mas qual deve ser esta força? *That is the question...*

* In *A Aurora do Lima*, secção «Folhetim», Viana do Castelo, ano XIX, n.º 2724, de 18 de Fevereiro de 1874.

Eu creio piamente que é a Suíça o povo que neste ponto (como em muitos outros mais) tem realizado mais do ideal do direito internacional.

O exército não é polícia que vigie nem que esteja, mercê da sua obediência passiva, sempre em luta aberta com a liberdade e com o povo. Não! A nação é o exército. A nação tem direitos, logo a nação é quem os defende. Considerada a questão sob este ponto de vista, o exército permanente e assoldado é um insulto à dignidade nacional.

Ninguém tem o monopólio de defender a pátria; quem tem os direitos de cidadão, tem o dever sagrado de ser soldado da sua pátria. Nem nunca na hora de perigo os Estados confiam a sua defesa aos seus soldados.

A história comprova com factos de todos os tempos isto mesmo.

Desde os tempos mais remotos da antiguidade até os levantamentos em massa da Revolução, desde as conscrições do filho maldito da Córsega até os exércitos criados pelo génio de Gambetta, nós vemos sempre na hora do perigo a pátria chamar às armas os seus filhos. E nem podia deixar de ser assim, porque em tempo de paz o número dos homens armados não pode deixar de ser pequeno e por consequência de pouca valia nos casos extremos.

«Um povo, diz Rotteck, que entrega a defesa da sua liberdade a uma classe particular, torna-se cobarde e incapaz de resistir por si mesmo às agressões por mais injustas que sejam».

Não será, pois, grande loucura o avocar o perigo de armas no braço, despendendo enormemente e inutilmente? Porque, o que é o exército permanente? O que significa esta velha instituição, digna de outras eras, e que tendo razão de ser quando se julgava o soberano em luta aberta com o povo, não a tem, por consequência, hoje? Eu vo-lo digo:

— O exército permanente é, como bem disse Larroque (*La guerre et les armées permanentes*), uma desordem moral. O soldado, isolado da família e da sociedade, do trabalho e do estudo, considera-se uma entidade à parte na nação, um escravo da disciplina e do comandante. Não trabalha nem estuda; a vida do quartel granjeia-lhe vícios abomináveis e um amor imenso à ociosidade.

É raro ver um soldado trabalhador e honesto. Amolecidos os costumes naquele ar mefítico do quartel, o soldado é, por via de regra, insolente, brutal, bêbado, desordeiro e libertino. É este um triste facto de todos os dias. Aqueles homens mortos aos afectos, aqueles homens desprezando o trabalho honesto, aqueles párias cujo officio é matar ou ser morto em horríveis carnificinas, em hecatombes monstruosas, são uma vergonha para a civilização do nosso século. Se a força cria exércitos, só o direito constitui Estados, disse e bem Franklim. Nem os crapulosos do quartel podem criar o Estado do direito.

— O exército permanente é um perigo. Diz J. B. Say: «Longe de proteger a independência nacional, um grande estabelecimento militar é talvez o que a compromete mais, em consequência das tendências agressivas dos armados».

Estas palavras do illustre autor do *Catecismo de Economia Política* são uma triste verdade. O meio há-de sempre tender ao fim. Ora o fim do soldado é a guerra. Ninguém o arranque, pois, ao seu escopo, ao seu ideal. Longe de manter a paz, o soldado é a guerra personalizada. Ora as ideias traduzem-se em factos.

É assim que ainda hoje nós, portugueses pobres e tontos, sentimos assomos de valor marcial ao lembrarmo-nos do que chamamos nossas glórias hipotéticas e contestáveis glórias, roubos descarados ou conquistas sublimes¹. É assim que se Napoleão Bonaparte não encontrasse um exército inepto e desmoralizado, não teria arrastado a França ao mais profundo do abismo, como arrastou, mercê dos seus desvarios de uma ambição louca. É assim que se a Inglaterra não possuísse uma armada numerosa, não interviria nunca em todos os negócios de todos os povos. É assim que se o conspirador do 2 de Dezembro não possuísse um exército desmoralizado e escravizado por um imbecil como Leboeuf, pouparia à França os horrores da invasão, a perda de duas províncias, a contribuição fantástica dos

¹ A este respeito disse com muita razão Luciano Cordeiro na sua *Ordem do Dia* que, nação pobre, poderíamos viver felizes na nossa pequenez, se não fosse a nossa parva ostentação de glórias passadas perante a Europa, que se ri de nós.

5 mil milhões e a vergonha suprema. É assim que se a Rússia não possuísse uma força armada, não tiranizaria a Polónia, como a Turquia com a Grécia. É assim que se a política maquiavélica mas insensata do Sr. de Bismarck não encontrasse um exército fabulosamente numeroso, não teríamos presenciado os horrores das guerras «alemãs». O império alemão foi fundado na guerra, e infelizmente será a guerra quem destruirá aquele colosso monstruoso, mas, como o de Nabucodonosor, com pés de barro. «Se coroarem uma espada, quebre-mo-la», digamos com Clémence Robert.

— O exército permanente é um permanente atentado contra a ordem e contra a liberdade. Lógica fatal dos princípios, que quer que o erro tenha na ordem do facto, como afirmação, o mal. O exército, pela sua toda obediência passiva, pela anulação das faculdades do pensar e do querer, pela sua submissão objecta ao soberano, é um perigo constante contra a ordem e a liberdade. Pergunta Buchanan, como podem as leis ser cumpridas, dispondo o príncipe de um instrumento de violência tão formidável?

Foi o exército quem esmagou a liberdade nas repúblicas gregas; foi o exército permanente que, bradando a César, ao passar o Rubicon, a frase conhecida: Que cidade queres que destruamos? Diz, ainda mesmo que seja Roma —, esmagou a liberdade romana, que matou depois o império pelas sedições constantes e revoltas crapulosas, de que nos reza a história negra do império romano.

Porto.*

Corra-se com os olhos em rápido volver a história de todos os tempos e lugares, e responda-se depois se o exército não tem sido uma ameaça constante contra a ordem e contra a liberdade. Sendo o exército uma nação na nação, como bem diz A. de Vigny, segue-se que a entidade colectiva dos armados, desprezando profundamente aqueles que na sua inepta brutalidade chama *os becas*, é um perigo constante.

* In *A Aurora do Lima*, secção «Folhetim», Viana do Castelo, ano XIX, n.º 2730, de 4 de Março de 1874.

Bem avisados eram os convencionais da Revolução, que subordinavam os generais aos comissários dos povos. Tinham aprendido nas terríveis lições dos Dumouriez, dos Custine e mais. Bem cedo viria a conspiração militar do 18 brumário e depois as guerras sacrílegas e deploráveis que arrastaram a França ao mais profundo do abismo. Nas baionetas se apoiou o tirânico governo de Carlos X, o tolo regímen dos últimos anos de Luís Filipe, o crime do 2 de Dezembro, que teve por capítulos as guerras do México e a invasão alemã, o crime político da queda de Thiers, a opressão vil de Ladmirault em Paris, os *pronunciamentos* de Espanha, o crime do general Pavia, a nossa farsada dolorosa do 19 de Maio, etc., etc.

Para que recordar os factos tão abundantes da história? Que o exército seja um perigo, di-lo a sua própria natureza, a sua obediência passiva, o seu mister, a sua disciplina de ferro, numa palavra, a sua essência.

— O exército é um desperdício económico. Pedi à estatística a resposta, e ela que vos responda. Tomemos por exemplo o ano de 1868.

Portugal, nação microscópica, que já devia ter tomado juízo há muito tempo e ter-se curado da mania do ardor bélico, dos exércitos, das conquistas, etc., despendeu¹ desde o ano económico de 1851-52 até o de 1866-67 em estradas, caminhos de ferro, telégrafos e outras obras a quantia de 7 834 775\$029 réis, enquanto que nesse mesmo período gastava em despesas da guerra (não contando as do ministério da marinha e ultramar) a fabulosa quantia de 47 968 466\$658 réis, e isto para um exército raquítico e altamente ridículo! A parcela que tiramos anualmente ao nosso trabalho, ao nosso consumo e à nossa propriedade, sobe no orçamento para 1867 a 1868 a 3 707 341\$147 réis!

Larroque calculou em 350 640\$000 réis a soma correspondente à perda de trabalho de 21 915 homens do exército português, terra e armada.

L. Cordeiro diz, porém, e com razão, que o cálculo de Larroque peca por defeito, pois que este calcula a média do salário entre nós em 36\$000 rs. anuais, e que calculando em 300 réis diá-

¹ Baseio-me aqui na bela obra *A Ordem do Dia*, de Luciano Cordeiro.

rios ou 109\$500 réis anuais, dá soma mais verdadeira ¹. Larroque calcula também:

Valores das propriedades móveis e imóveis afectas ao serviço da guerra, em Portugal	74 000 000\$000
Juros dessa soma	2 160 000\$000
Dívidas produzidas pela guerra (em 1864)	159 397 242\$460
Juros que venciam	5 193 591\$140

Veja-se e core-se da nossa parvoíce guerreira, que tão cara nos tem custado.

Com a nossa armada, chavocos vergonhosos, gastamos uma quantia louca, quantia despendida com vice-almirantes, contra-almirantes, capitães-de-mar-e-guerra, etc. Só a maioria da armada gasta 2 800 000 rs.

Ex digito gigas. Lancemos os olhos sobre os cálculos de Larroque na sua obra *La guerre et les armées permanentes*, obra publicada em 1864 e coroada pelo congresso da paz. De então até cá o mal tem recrudescido continuamente, e talvez se realizem as palavras de um distinto pensador: Será a guerra quem matará a guerra.

Ouçamos Larroque:

Efectivo dos exércitos de terra e mar ² (Europa)	3 569 615
Somas das perdas de trabalho destes homens (segundo a média do salário de cada país)	179 046 982\$000
Valores das propriedades móveis e imóveis afectas ao serviço da guerra	3 388 500 000\$000
Juros dos valores precedentes	135 540 000\$000

¹ 2 399 692\$500 réis!

² Segundo o *Universo* (Janeiro, 1868): 7 500 000 soldados (Europa).

Dívidas públicas causadas pela guerra	9 941 705 244\$620
Juros destas dívidas	403 134 645\$240
Despesas militares anuais, segundo os orç. of.	543 574 259\$820

Ante estes brados enérgicos da verdade, subsistirá o absurdo?

A guerra é condenada pela moral e pelo direito. Direito da conquista não há, porque não há direitos imorais.

O morticínio, o roubo, o incêndio, o crime deve ser verberado. Bonaparte, Alexandre, Moltke, Krupp, Nelson e todos os que *vivem para matar*, para dilacerar, para entregar a humanidade a um combate de feras, são aos olhos da ciência tão somente uns miseráveis. Bonaparte é um biltre ante Laplace; Krupp, o fabricante de canhões, um miserável em frente de Singer, o fabricante das máquinas de costura. Compenetremo-nos todos disto, e as guerras são impossíveis. Se o fim é imoral, o meio não o será também? Que-reis suprimir a guerra, a desordem e o perigo? Suprimi o soldado.

Sobretudo nós que em caso de perigo todos seremos poucos para defender o país, para que confiaremos os nossos deveres da defesa da pátria a uma classe especial? Bastar-nos-á ela? Para que nos serve? Para que mais, do que absorver dinheiro, fomentar revoltas e promover a prostituição¹?

Presentemente a Suíça, no tempo da guerra franco-prussiana, a Suíça, que não tem exército, porque aí todo o cidadão é soldado, temendo que algum dos beligerantes invadissem o seu território absolutamente neutral, decretou que 100 mil homens marchassem a guardar as fronteiras. Num momento, atravessando o Saint-Gothard, os cem mil homens guardam as fronteiras, disciplinados, armados excelentemente e comandados por hábeis coronéis (pois que na Suíça não há o inútil e dispendioso generalato). Aqueles cidadãos, médicos, advogados, artistas, comerciantes, etc., compreendiam que guardavam ali a sua pátria, o seu torrão bendito.

¹ Em Janeiro de 1868, Calonne, na *Révue Contemporaine*, diz que o algarismo da prostituição está na razão proporcional do algarismo do exército.

Animava-os o verdadeiro espírito patriótico, e não diriam a um déspota: *Cesar, morituri te salutant*.

Depois, quando Bourbaki e em seguida Clinchant se viram obrigados a refugiarem-se na Suíça, esta desarmou num pronto exército francês, internando-o depois no território helvético e tornando-se merecedora do eterno reconhecimento da França (*vide* a bela obra de Jules Claretie, *Histoire de la Révolution de 1870-71*). Finda a guerra franco-prussiana, o exército dissolveu-se e cada um foi para sua casa. — Perante estas verdades do direito e da história, subsistirá, repito, o absurdo?

Porto. *

* In *A Aurora do Lima*, secção «Folhetim», Viana do Castelo, ano XIX, n.º 2731, de 6 de Março de 1874.

A VIDA POPULAR

Enquanto o povo não compreendeu que era o seu trabalho e vontade que mantinham a integridade das nações, os governos cuidaram sempre no engrandecimento próprio, nas pompas da realeza, e na magnificência das ostentações palacianas, aristocráticas e religiosas.

A velha parábola de Merénio Agripa, contada aos romanos no Monte Sagrado, atravessou os séculos, passou sobre a fronte de mil gerações, sem que o povo, despertando do seu letargo, reconhecesse que residia nele a força de modificar os Estados e reprimir as ambições dos grandes, porque era a parte mais importante do organismo chamado — nação.

Quando, porém, o sol da liberdade, se ergueu benéfico e deslumbrante espalhando a luz e a vida no espírito popular, as décrepitas instituições de tirania e absolutismo tremeram e oscilaram porque a ignorância do povo sobre que se baseavam principiava a cair diante da torrente caudal das ideias de progresso, pregadas por aqueles que primeiro reconheceram a soberania do povo e lhe calcularam o alcance. Os sectários da velha realeza tiveram de estudar a maneira de anular o poder daquela força que ameaçava esmagar o antigo edifício do absolutismo, da hereditariedade real, da supremacia da vontade humana e da opressão. Receosos de verem surgir o espectro da igualdade e cravar no trono o estandarte venerando da liberdade universal, modificaram o estado das coisas sem lhes mudar a essência; procuraram iludir com pro-

messas e blandícias o leão que se apresentava com ferocidade inquebrantável, mas que dobraria a cerviz quando lhes satisfizessem a primeira necessidade. E assim foi.

A generosidade dos domadores foi mais larga, ou porque lhes fosse natural, ou porque lhes fosse aconselhada pela prudência e exemplo da primeira investida. Cuidou-se então um pouco mais da felicidade do povo, sem todavia deixar de o conter dentro de um círculo de passividade e sujeição, que ele parece desprezar ou com o qual se habituou.

O derramamento da instrução por todas as camadas sociais alargava os horizontes ao campo da felicidade popular, mas deviam auxiliá-la com outros elementos também poderosos. Atingir a um desenvolvimento intelectual notável, não é atingir ao ideal de felicidade de uma nação; a cultura de espírito contribui muito para o bem-estar de um povo, mas não constitui de per si só esse bem-estar.

Em Portugal cuidou-se da instrução que lentamente se vai disseminando pelo povo; cultivam-se os espíritos, mas não se lhes facultam outros meios de realizarem um ideal de felicidade. Por isso mesmo se vê o atraso de muitos ramos da indústria, das artes, o pouco desenvolvimento das ciências e o abandono constante da pátria.

Um povo que emigra, que deixa o seu país natal onde tem as afeições de família, a protecção dos seus, e as regalias de cidadão, jurídica e civilmente, só pode ser compelido a isso pela dificuldade da existência, ou por qualquer delito que lhe traga a perseguição da justiça à qual se subtrai.

A emigração em Portugal não cessa, porque subsistem as causas que a produzem. Se houvesse no país facilidade de viver, se se garantisse ao operário o trabalho, às artes, indústria e comércio a prosperidade e desenvolvimento atenuar-se-ia o mal quando não se extinguisse. Para realizar um ideal de felicidade não faltam, porém, no país os elementos necessários; faltará a boa vontade, a reflexão, o desinteresse e a actividade bem dirigida. As riquezas naturais e a riqueza monetária do país judiciosamente aplicadas podiam produzir o trabalho geral, contribuindo assim para a realização de um fim justo, a prosperidade nacional. Desacumular as riquezas, animar o trabalho pela regularidade nas horas da sua aplicação e pela equidade da recompensa, estabelecer as habitações

cómodas e baratas, e proporcionar o preço dos alimentos com o produto do trabalho, seria abrir caminho amplo para uma felicidade real e estável. Os governos, nas mãos dos quais o povo deposita os seus destinos deviam, mais do que ninguém, trabalhar para a realização desse ideal de bem-estar e de prosperidade populares.

Hoje o capital emprega-se, desaccumula-se, procura dar-se-lhe uma aplicação sensata, mas não se tem obtido os resultados que podia dar porque se atende mais ao interesse individual do que à utilidade comum.

Por este mesmo a regularidade do trabalho é contrariada, embora no espírito do operário, esclarecido pela luz da liberdade, apareça uma ideia de reacção que não é mais do que um protesto da sua individualidade ofendida por exigências impossíveis no século que atravessamos.

Ao excesso do trabalho junta-se o excesso na modicidade da retribuição; o primeiro produzindo o cansaço, a doença e o desgosto da vida; o segundo criando obstáculos e impossibilidade de manter uma existência, que não seja miserável e estéril.

O operário que principia ao nascer do sol com as fadigas penosas do seu trabalho quotidiano e termina muitas vezes por alta noite, precisava de uma habitação cómoda e sadia onde descansasse, e de alimentos que pudessem restaurar-lhe também as forças, exaustas em muitas horas de lide continuada. Infelizmente nada disto se lhes faculta, porque o salário mesquinho, dizimado ainda por impostos, não sobe, enquanto o aluguer dos domicílios se eleva, o preços dos comestíveis torna-se impossível, e as exigências do trabalho contínuas, sob pena de ser atirado à completa miséria, ao desamparo e ao crime.

Já se vê por aqui que o caminho para a felicidade popular está fechado e bem fechado; que o ideal de prosperidade está bem longe de encontrar a realidade, se os governos, compenetrados da sua verdadeira missão não envidarem as suas forças para derubar os obstáculos que se antepõem.

O sistema proibitivo e protector, que os economistas reputaram contraproducente ou embaraçoso para as relações comerciais, talvez tivesse ainda razão de ser aplicado aos géneros alimentícios cuja carestia dificilmente se explica.

Um dos ramos de comércio muito desenvolvido hoje é a exportação de gado, especialmente para a Inglaterra, exportação que dá ao governo uma receita pequena em vista dos prejuízos

que causa. Não acreditamos que o número de cabeças de gado que se cria em Portugal exceda o seu consumo, nem tão pouco que faltem os pastos para a sua alimentação; acreditamos que a nossa abnegação se estende a passarmos privações e lutarmos com graves crises, para que no estrangeiro não haja nem carestia, nem a escassez de alimentos.

Uma das coisas: ou se devem elevar os salários ao operário, ou estudar e providenciar sobre a questão dos alimentos, cuja carestia força os pobres a uma ruim e pernicioso alimentação, ao abandono dos seus lares e ao desgosto da vida.

Contra a primeira protestam os capitalistas com toda a eloquência e vigor da sua importância política; pela segunda pedem os amigos do povo, os que lhe ambicionam um futuro próspero, e as comodidades que merece, pela sua dedicação e pela importância que realmente tem.

O povo que paga para ter escolas, teatros, estradas e mil outros melhoramentos, não pode gozar tranquilamente os benefícios que a si mesmo faz, porque lho impedem considerações bem tristes e obstáculos bem graves.

Os que estão encarregados de vigiar pela integridade nacional e pela prosperidade popular, uma vez que aceitaram essa missão penosa, reúnam os seus esforços e mostrem que possuem inteligência para sanar os grandes males e vontade de se tornarem benquistos.

No estado actual das coisas, sendo difícil o bem-estar num país onde não há condições para ele, a emigração é um facto consequente e louvável, porque cada indivíduo é obrigado a atender à conservação da sua vida e ao seu desenvolvimento, e em Portugal, um pobre é esmagado por aquela obrigação, porque lhe faltam os recursos com que a ela satisfaça.

O governo, que estuda a emigração sem ter achado a solução de tão intrincado problema, deve, pois, meditar sobre este assunto, e dar-lhe rapidamente providências.

Assim o esperamos nós, o povo.*

* In *O Club*, Órgão da Classe Académica, Porto, n.º 6, de 1 de Março de 1874.

O TRABALHO

As nações que procuram adiantar-se no caminho do progresso e estabelecer as suas instituições à luz esplêndida da civilização fazem consistir no trabalho a origem de todo o desenvolvimento, da prosperidade popular e da riqueza nacional. As riquezas naturais e a quantidade de numerário existente num país são um auxiliar poderoso para a generalização do trabalho e concorrem indirectamente para levar ao seio de cada família as garantias da subsistência e os elementos da felicidade e bem-estar que lhes mantêm a unidade. Essas riquezas, porém, não podiam de per si só ter a importância que se lhes reconhece se os homens levados pelo seu espírito activo, génio empreendedor e pela própria necessidade não se empenhassem em explorá-las, facultando os benefícios que elas encerram a todos os que quisessem buscar no trabalho um princípio de felicidade e desenvolvimento.

Reconhecida a importância imensa do trabalho geral num país, por mais pobre que sejam as entranhas do solo, por mais árida e estéril a sua superfície, cumpria generalizar as lides, favorecer as indústrias e proteger os obreiros que asseguram a integridade das nações com o trabalho proveitoso de todos os dias. A criação das fábricas, resultado da aplicação vantajosa das riquezas monetárias e meio de aproveitar as riquezas naturais de um país, pode concorrer para a distribuição do trabalho e com este para felicidade das famílias, porém deviam observar-se al-

gumas condições indispensáveis para a realização deste duplo fim. Estas condições que são a qualidade de trabalho, a sua quantidade em relação com as recompensas e a proporcionalidade destas com as necessidades do operário, tendem a satisfazer-se nos países em que a humanidade dos proprietários fabris é regulada pelo grau superior de instrução e pela comunhão de ideias de liberdade e fraternidade que animam os obreiros nas lides das oficinas. Os progressos do espírito humano, os seus maravilhosos descobrimentos na mecânica, têm dado às oficinas as máquinas a vapor que substituem, no trabalho pesado e quase impraticável, as forças humanas comparativamente débeis e improduttivas.

A qualidade do trabalho deve portanto tornar-se outra, menos consumidora de forças e mais agradável para o operário, sem que com isto se prejudiquem os interesses do proprietário fabril, ou se aniquile o trabalho braçal, como receiam muitos.

A generalização do trabalho demanda, pois, o melhoramento das oficinas, a reforma e substituição dos antigos maquinismos pelos instrumentos económicos com que o operário estrangeiro acaba os productos industriais que não podem sofrer comparação com os nossos.

A protecção à indústria devia principiar por aqui, visto que é da máxima importância dar uma nova face ao trabalho, fazendo ouvir nas fábricas o ruído das máquinas a vapor e acabando com os serviços pesadíssimos em que o obreiro por insignificante retribuição exaure diariamente as suas forças e o vigor de uma idade que assim encurta sensivelmente.

A quantidade de trabalho que o operário pode fazer num dado tempo não diminui com isto antes aumenta, porquanto, como dissemos, a máquina a vapor não aniquila o trabalho braçal e até o torna mais fácil.

É por isso que aparecem nas oficinas a mulher, a criança e até os velhos, quase inúteis antes disto, a procurarem nas lides o meio de prover as suas necessidades sempre crescentes e às das famílias.

O trabalho generaliza-se, pois, e visto que é a sua distribuição regular um concurso proveitoso para a felicidade do povo, parece que é a máquina a vapor que se deve aquella generalização e portanto que o povo devia ser feliz.

Não é assim.

Se o espírito do proprietário fosse esclarecido por uma instrução racional, se ele professasse os princípios de uma moral verdadeira e sã, e colocasse os seus interesses pecuniários a par dos interesses dos seus trabalhadores, veria desaparecer a mulher e o velho das oficinas e ir um ocupar o seu lugar insubstituível junto aos filhos no lar doméstico, e outro descansar sossegadamente das fadigas penosas de um grande número de anos de trabalho, de privações e de desgostos.

O interesse e a avidez produzem destes erros no século que atravessamos e a má remuneração do trabalho dá o resultado da desmoralização irremediável, que acaba na prostituição e no crime. Esta desproporcionalidade de trabalho e de recompensa com as necessidades do operário, é um dos pontos mais graves da questão do trabalho, e que cumpria remediar com a maior brevidade.

Um obreiro recebe um míngua salário com que tem de ocorrer à sua alimentação, à da família, à educação dos filhos, ao aluguer de um ruim albergue, aos seus vestidos e de toda a família, às doenças e a outros embaraços que muitas vezes surgem imprevistamente, obrigando o desgraçado às maiores loucuras, quando não ao crime.

E paga um tributo por não dormir e viver só debaixo do céu nem sempre estrelado e sereno, e outro porque existe e tem de manter essa existência miseranda, trabalhando.

Eis a protecção ao operário.

A família do operário mal remunerado é obrigada a passar as mais terríveis privações ou a sacrificar todo o seu vigor em trabalhos que muitas vezes dificilmente lhe melhoram as circunstâncias. Por isso mesmo aparecem nas oficinas as crianças e as mulheres, uns e outros procurando atenuar o mal que os esmaga dedicando-se a lides para que lhes faltam as forças e que lhes não são adequadas.

Nós não queremos encerrar a mulher dentro das quatro paredes da casa e reduzi-la simplesmente ao trabalho doméstico, tão importante e que tanto a nobilita quando realizado com o cuidado e economia da esposa e mãe; não queremos tolher o seu desenvolvimento intelectual que pode efectuar-se também junto daqueles para quem se constituiu mãe, ou de quem o é.

Mas o trabalho da mulher nas oficinas exige maiores condições do que o trabalho dos homens.

Os homens, de uma organização comparativamente muito mais robusta, suportam a qualidade e quantidade de trabalhos e as péssimas condições higiénicas de quase todas as fábricas. Com a mulher não pode suceder o mesmo, atendendo à sua organização.

Não obstante isso nós vemos o crescido número de operários que se entregam a trabalhos penosos e nocivos, tais como a manipulação do tabaco e outros; vemos as crianças sujeitarem-se às fadigas da oficina, durante um dia inteiro, sacrificando a instrução que os impossibilitam de receber e limitando os horizontes do seu futuro à vida de um grosseiro trabalhador fabril.

Não é só, porém, pelo lado higiénico que a introdução das mulheres nas fábricas se torna prejudicial; é também pelo lado moral.

Solteira ou casada, a mulher em contacto com o operário rude, sem instrução e longe da pureza e perfectibilidade de sentimentos, não pode conservar a bondade dos costumes e passar impoluta através de uma atmosfera de vícios. Criança, desenvolvida ali na liberdade e na impudência, acaba ou na prostituição ou na mancebia.

Parece exagerado mas não é; os factos de todos os dias comprovam esta verdade bem triste, mas verdade.

Como já dissemos nós não queremos recusar à mulher a faculdade e liberdade de efectuar trabalhos estranhos aos trabalhos domésticos; queremos simplesmente que se lhes destinem trabalhos próprios e em oficinas próprias também.

A convivência delas com os operários é um prejuízo para os bons costumes, para o seu futuro e para a nação até, porque a sociedade da família exige nos seus chefes a pureza de costumes que assim se corrompem.

A mulher não pode ser perfeitamente mãe porque tem de alienar uma parte dos seus deveres para que possa atender a satisfazer a outros. Como poderá educar os filhos, cuidar no arranjo doméstico se não tem que lhes dar de comer, se lhe falta o dinheiro para ocorrer às exigências da família e do cargo elevadíssimo que ocupa?

Compelida pela necessidade para o trabalho, é obrigada a abandonar a casa e as crianças se as tem e entregar nas mãos do acaso ou do destino o porvir daqueles de quem devia constituir-se guia e conselheiro.

Acima de todos estes males está ainda o da recompensa, pela qual se é forçado a* desprezar os interesses mais graves da família.

Os proprietários fabris admitem nas oficinas as mulheres, porque lhes pagam miseravelmente; não é para ajudar o desenvolvimento delas, é para auxiliar os seus interesses. O exíguo salário que recebe a operária dificilmente lhe chega para uma detestável alimentação, se é só; se tem família mal concorre para as despesas da casa. É um mal remediado com outro mal.

A mulher, qualquer que seja a sua posição na sociedade, e o grau da sua educação, merece mais cuidados e considerações; esse desprezo pela importância do trabalho que exerce com sacrifício e a retribuição mesquinha que se lhe dá, atestam que pretendemos negar-lhe aptidão e capacidade para outros misteres que não sejam os arranjos caseiros. Felizmente nos países onde se cuida mais da instrução ela protesta com os factos contra tal injustiça.

Destinem-se, pois, à mulher trabalhos próprios e acomodados às suas forças, em oficinas onde não possam depravar os costumes, e pague-se-lhe devidamente, concorrendo assim para levar ao seio das famílias a paz e a felicidade.

Elevando o salário aos obreiros pelo menos até à proporção com as suas necessidades parece-nos que se terá concorrido para a moralização dos costumes, para o desenvolvimento da instrução, para a felicidade do povo e prosperidade nacional.

Convençam-se, pois, os capitalistas desta grande verdade e o operário e proprietário, unidos em amplexo fraterno, caminharão tranquilos para um futuro que não pode deixar de ser a harmonia e felicidade geral.**

* No artigo não figura a preposição «a».

** In *O Club*, Órgão da Classe Académica, Porto, n.º 8, de 15 de Março de 1874.

A REVOLUÇÃO

Houve em todos os tempos dois inimigos terríveis contra os quais tem de se sustentar uma luta enérgica para implantar no seio das sociedades nascentes as ideias generosas e úteis à humanidade.

É um a ignorância, o outro o interesse.

Um opõe-se à ideia nova com a rudeza indomável da sua cegueira; o outro com a avidez que nada poupa.

Unidos por laços de estreito parentesco a força resultante desta íntima união esmaga os mártires venerandos dos princípios novos, mas deixa em vestígios de sangue traçado o caminho para os lidadores futuros.

A onda tumultuosa do progresso erguida pelas convulsões da revolução desfaz-se de encontro à barreira que eles lhe opõem, mas que não produz o naufrágio da ideia.

A ideia flutua intacta sobre esse mar proceloso da sociedade até que o raiar de um dia para a razão de todos os povos ilumine a sua consagração universal.

Vencer a ignorância, é vencer o interesse, é fazer a luz onde há as trevas, a unidade harmónica onde há a divergência.

À luz da instrução se há-de, pois, operar a admirável regeneração da humanidade; erguer o pobre e humilde da sua obscura pequenez; respeitar a vontade humana nos seus exercícios dentro da esfera da lei igual e racional; nivelar o poderoso com o pobre, o operário valioso com o fidalgo inútil; estreitar as rela-

ções sociais tornando a humanidade um só corpo e a felicidade um atributo essencial desse corpo.

As revoluções carecem de uma força que as produza, completas e perfeitas. A força que há-de produzir uma transformação profunda na humanidade, será a instrução.

Mas antes de se produzir a revolução social há-de operar-se a revolução da ideia; antes da luz, os elementos da luz.

Os obreiros infatigáveis do progresso vêem-se abandonados e perseguidos, desprezada a sua ideia grandiosa mas não desesperam da sua esplêndida realização.

A contrariedade era prevista.

A instituição velha havia de precipitar-se audaz sobre os elementos da nova instituição e procurar esmagá-los.

A realeza esmagar a república; o fanatismo religioso erguer-se ameaçador perante a liberdade da consciência.

Um a oprimir a vontade, outro a oprimir a inteligência.

Um precisa erguer-se acima de tudo, intangível e impecável; e constitui-se a vontade suprema, condenando a igualdade.

Outro alimentando-se à sombra daquele, tendo nele a seiva que o sustenta, precisa do domínio também e condena a liberdade e a fraternidade, porque lhe minariam os alicerces.

A luz da instrução obceca-os.

Conspiram contra a luz, conspirando contra a felicidade dos povos.

É o interesse, o desejo insaciável da riqueza, a ambição tresloucada do poder, tentando fazer submergir a ideia nova, sem repararem na própria ruína e naufrágio.

A instituição velha, abalada pelos prelúdios da grande revolução regeneradora que passaram deixando o gérmen de outras revoluções, há-de ser arrastada pela torrente caudal das ideias e não terá por sepultura nem a página da história nem a memória dos seus campeões.

As gerações futuras não-de votar à execração os sectários da ignorância, os defensores estrénuos da tirania, porque lhes demoraram a realização da felicidade, retardando-lhe o desenvolvimento das ideias.

A luta da humanidade para a preponderância dos princípios há-de decidir-se por aqueles que escreveram no seu lábaro as palavras sacrossantas do progresso. Por isso nas fileiras dos infati-

gáveis lidadores das ideias novas a descrença é uma palavra sem sentido, e o ardor da luta cresce à medida que a luz deslumbrante da instrução se espalha benéfica no seio de todas as classes sociais.

Porque, como dissemos, há-de ser o facho esplêndido da instrução quem há-de atear a chama devoradora no vetusto edifício da realeza e do fanatismo e reduzi-lo a cinzas, que os embates derradeiros da luta dispersarão.

Debalde os prosélitos da ostentação e da magnificência sustentada à custa do trabalho popular procurarão opor-se à conflagração desse decrépito edifício; a vontade dos povos, superior à vontade dos partidários das trevas ao soar a hora da liberdade universal será a única realeza do mundo.

É talvez por isso que eles, sentindo avizinhar-se a agonia das suas instituições vão banhar os altares e o sólio com o sangue precioso dos mártires do progresso.

É por isso que o operário sente o peso das necessidades que o esmaga e o desfavor que o desespera.

Quando o povo compreender que pode ser feliz, as escolas serão concorridas, porque na instrução hão-de encontrar os elementos dessa felicidade que lhe negam e do qual o afastam para satisfazer às exigências do luxo da realeza, e para manter a desigualdade social.

Espalhados os conhecimentos o interesse particular sucumbirá e há-de ser substituído pelo interesse universal simbolizado pela fraternização de todos os povos.

Grande ou pequena a distância que nos separa desse dia de felicidade geral, devemos ir-lhe preparando a aurora para que as gerações vindouras ao gozarem os clarões deslumbrantes da sua luz venham esfolhar sobre as nossas sepulturas as flores da paz e da liberdade universal.

Abaixo, pois, o egoísmo; e às escolas, povo!*

* In *O Club*, Órgão da Classe Académica, Porto, n.º 9, de 22 de Março de 1874.

A INSTRUÇÃO E O ESTADO

Entre o homem, a sociedade e o Estado existe uma relação constituindo o primeiro modelo para organização íntima dos outros dois.

Esta relação só aparece na história da humanidade quando as instituições principiam a formar-se debaixo de princípios racionais que colocam o homem no primeiro plano das instituições políticas, mas o homem livre, a individualidade humana com a inviolabilidade de todos os direitos.

Nos tempos ominosos do passado ao homem escravo, à entidade puramente passiva correspondia a sociedade rude, opressora e escrava da mais grosseira ignorância.

À sociedade o feudalismo com toda a hediondez dos seus crimes ora independente senhor ora escravo também da realeza absoluta e despótica com a prepotência e a arbitrariedade, com a anulação do direito e da lei.

Mas o Estado, constituído pela concentração dos poderes no soberano individual e representado pelo arbítrio pessoal, não era o único independente; havia acima deles o fanatismo mais exaltado que lhe regulava os actos tirânicos e sanguinolentos.

O homem escravo correspondia pois à sociedade escrava, e à escravidão do Estado.

Na esfera social o fanatismo constituía-se a verdadeira realeza, a reguladora das acções humanas, o centro de onde partia a

iniciativa para as grandes empresas escritas na história com o sangue dos mártires e com as lágrimas dos infelizes.

No decorrer dos séculos, a humanidade, acrisolada pelas provações mais árduas, transformou-se, alargando os horizontes do seu futuro.

A transformação partia do desenvolvimento intelectual, do despertar no homem da consciência íntima da sua individualidade, do exercício livre das suas faculdades, especialmente da inteligência.

Esta transformação e este desenvolvimento iam produzindo um melhoramento no estado social dos povos e deste, segundo Rousseau, depende a forma de governo que deve aplicar-se-lhes.

Ao homem inteligente e pensador a sociedade inteligente e justa, e um governo racional.

Ao homem livre a sociedade livre e a liberdade no governo.

A relação que une as três entidades homem, sociedade e Estado, aparecerá com a luz da civilização no horizonte de todos os povos.

Eis o motivo porque as nações que pretendem atingir a um certo grau de superioridade moral prestam culto à civilização como sendo o foco donde partem os raios luminosos que fazem aparecer a moderação dos costumes, e a unidade da família.

Eis porque os verdadeiros amigos do povo se esforçam por abrir um caminho para a luz através da ignorância que ainda pesa sobre as multidões.

O homem livre exercerá livremente os seus direitos, terá a soberania individual, a garantia do seu valimento na sociedade.

A aplicação deste princípio da entidade individual homem à entidade colectiva povo dará a soberania popular, o exercício geral e livre do direito conforme a justiça, conforme o bem moral.

O homem, pois, constituído soberano dentro da esfera jurídica e estabelecida a sua importância social debaixo do novo ponto de vista de agente livre será modelador da forma de governo aplicável à nação.

Sendo assim, e conservando-se a relação entre o homem e o Estado, ao povo soberano corresponderá o governo do povo, à vontade individual a vontade colectiva, ao arbítrio, a rectidão do proceder segundo o interesse geral e a justiça.

Para se chegar a este resultado é necessário esclarecer o espírito do homem, torná-lo conhecedor da relação existente entre si e o governo.

Para isto a instrução.

Segundo os princípios platônicos a educação é um meio poderoso no melhorar o Estado; a uma educação superior deve pois corresponder uma forma de governo também superior.

Pela instrução o povo tenderá para perfectibilidade moral, pureza dos sentimentos, e virtude.

Montesquieu baseou a república democrática na virtude; a instrução será portanto a origem da república, ou melhor, a sua proclamadora.

Pela instrução pode chegar-se à comunhão de interesses, à unidade das famílias, ao acordo das vontades produzindo a unidade social, isto é, à república, segundo Platão.

O acordo das vontades resultando da instrução não importa a comunhão de crenças religiosas, nem tão-pouco o aniquilamento das religiões.

Pode chegar-se à unidade em religião como se espera convictamente atingir à unidade social.

A religião e o Estado são instituições diferentes; uma prende os homens, une-os, iguala-os pela fé; outra produz a sua união pelo lado dos interesses comuns, do bem e da justiça. Mas a unidade duma não importa o extermínio da outra, nem a unidade de ambas importa a sua separação e divergência.

Se a instrução não traz a comunhão de crenças, trará a liberdade religiosa, a tolerância em pontos de fé.

A divergência, produzindo o ódio, e as perseguições sempre fatais; acabará pelo respeito mútuo consagrado aos sentimentos religiosos de cada indivíduo.

Trabalhar para o desenvolvimento da instrução, será trabalhar para a propagação dos novos princípios e querer assegurar ao povo um estado de felicidade resultante da superioridade das instituições que o regem, do respeito pela sua individualidade e foros e pelo melhoramento nos meios da sua existência.

O fim das revoluções é sempre melhorar um estado de coisas que se apresentam embaraçosas para o desenvolvimento da nação e que impedem a felicidade das famílias que a constituem.

A revolução procura atingir a perfeição social, propugnando a igualdade humana.

A humanidade desenvolve-se, progride, estabelece à luz da instrução as bases da futura organização social; a sua razão límpida e justa é o obreiro incorruptível dessa revolução, que nivelará ao homem e exaltará o verdadeiro mérito sem desprezar os direitos nem ofender a dignidade humana.

Le monde marche é a expressão lacónica, mas verdadeira, da realização constante dessa revolução.

Não é pois uma utopia querer operar transformações radicais pela ideia; essas transformações operam-se parcialmente todos os dias e chegará um em que todos os povos se acharão unidos pela mesma vontade e pelos mesmos princípios.

As revoluções que se realizam sem o derramamento duma só gota de sangue, essas revoluções simpáticas que atraem adeptos sem o auxílio da exaltação do sentimento religioso, nem a promessa de recompensas, são evidentemente a expressão do mesmo princípio professado por todos os povos e por todos os indivíduos que fraternizam para o realizar.

A instrução disseminada pelo povo há-de produzir essa revolução.

Um povo instruído há-de querer um governo razoável, que compreenda as suas necessidades, e que respeite os seus direitos.

Por isso mesmo os apóstolos da realeza tolhem o passo à instrução evitando de erros o espírito do povo que ocorre às igrejas, e cercando de necessidades aos que são retidos em casa pelo trabalho que mal lhes dá para o sustento do corpo.

Não se descuide, pois, o povo da instrução e verá surgir a aurora dum dia já há muito ansiado pelos que lhe desejam a felicidade e o progresso.*

* In *O Club*, Órgão da Classe Académica, Porto, n.º 12, de 12 de Abril de 1874.

A IDEIA DE HOJE

O entusiasmo com que a geração moderna abraça as ideias mais avançadas de progresso é um indício seguro de que a humanidade caminha para um futuro em que será mantido o equilíbrio entre os membros que a formam.

O progresso e a justiça que assombram as fisionomias sinistras dos trabalhadores do obscurantismo encontram no seio generoso da mocidade de hoje o calor que as desenvolve, os elementos duma vida que principiará a assinalar-se condenando as excrescências sociais chamadas realce e aristocracia.

Esta sede de progredir não se sacia no sangue, como fazem os inimigos da liberdade, como fizeram em todos os tempos os propagadores do catolicismo, os fanáticos da igreja: sacia-se no trabalho que enobrece, no estudo que glorifica.

Os que ficam fora do templo das lides ou são estorvo para a fraternização dos povos, ou inimigos traiçoeiros que lhes mantêm a desigualdade e criam obstáculos.

A uns condena-os a geração nova como inúteis, e perniciosos para o seu fim; os outros combate-os como antagonistas, mas combate-os à luz confortadora das suas liberdades, a peito nu, rosto erguido e desassombrado, como gladiador que não receia a ferida nem a traição porque confia na rigidez das suas armas e na robustez do braço.

É a lealdade contra a hipocrisia; a verdade contra a mentira do cobarde.

Os que escrevem no seu estandarte as palavras sacrossantas do progresso e justiça e deixam flutuar esse estandarte ao sopro brando das auras propícias não temem que os sectários da iniquidade e do obscurantismo venham minar os alicerces do edifício grandioso em que o implantaram.

A pedra angular desse edifício é a igualdade humana; se ele se desmoronar os seus destroços hão-de esmagar milhões de vítimas, mas a humanidade não retrocederá aos séculos tenebrosos da fogueira inquisitorial ou da força para oscular a sandália do falso apóstolo, e rojar na lama a fronte submissa diante do senhor da sua vontade, da sua família e da sua honra.

O escravo que aqueceu um dia os membros ao sol vivificante da liberdade se as vicissitudes o arremessam de novo à servidão rasga no próprio peito a sepultura dessa liberdade mas não curva a cerviz ao mandato do senhor.

Por isso os campeões que se ajuntam denodados debaixo do lábaro glorioso, trabalham incansáveis para despertar no espírito de todos os homens o conhecimento íntimo da sua liberdade, levando-lhes a instrução que os desenvolva, e a equidade que os amime.

Cada um deles representará um protesto que se ergue contra a desigualdade social pregada pelo padre debaixo da igualdade perante Deus e mantida pelos reis e papas, debaixo do pretexto de instituições divinas.

A confiança na santidade do fim a que se propõem os obreiros do progresso assegura o êxito feliz da laboriosa tentativa de depurar a sociedade dos erros que lhe impedem o desenvolvimento e a prendem a instituições, que deveriam ter já caído com o decorrer dos séculos e com as agitações convulsas dos povos onde principiou a efervescência da ideia.

É esta mesma confiança que atrai adeptos, que os reúne debaixo do mesmo princípio, habilitando-os para a luta, exortando-os ao sacrifício se a ignorância e o erro preponderarem novamente sobre a razão e a verdade, se a força bruta vier destruir a obra de paz e confraternização efectuada lentamente apesar da afronta, do vitupério e da calúnia com que um partido desleal pretende enegrecer o carácter dos propugnadores da ideia nova.

Acima da mentira pregada do púlpito, emanada da região mais alta do poder clerical, ergue-se a verdade publicada livremente entre o povo, e emanada da razão clara e justa.

A mentira intencional supõe um interesse latente.

O interesse que produz as mentiras católicas é a aglomeração dos povos em torno dum princípio falso ao qual hão-de sacrificar a vontade e a inteligência.

Uns querem a universalidade do catolicismo e arrastam para o seu grémio a individualidade humana no tempo em que ela é simplesmente um organismo que sente, e não uma inteligência que pensa e uma razão que discerne.

Depois chamam-lhe perjura porque lhe repugnou o erro; anatematizam-na, porque guerreou a mentira.

Por isso convinha aos defensores dos tiranos que as trevas caliginosas da ignorância envolvessem a multidão que os escuta. Convinha-lhes que não raiasse a luz na inteligência humana para não ir procurar as pústulas debaixo dos arminhos, o erro debaixo dos europeís que iludem, a humildade cristã debaixo da ostentação que deslumbra os míseros que inundam a frente com o suor do trabalho e as faces com as lágrimas da miséria para forçadamente sustentarem essa magnificência.

Querem que os espíritos trepidem diante do erro pavoroso para que se não pergunte onde está a ideia de Cristo que pregava o amor e fraternidade e não entrava nos países a promover revoluções políticas, a depor soberanos, a fulminar com interdito as instituições, a organizar perseguições horríveis e sanguinolentas à ciência que os desmascara e aos povos que lhes não abraçam os absurdos.

O sol, porém, erguido com todo o seu esplendor acima do horizonte só retrocederia para baixo dele se o obrigasse um grande cataclismo.

O progresso, astro brilhantíssimo que guia as nações para um melhor futuro, que é o norte dos povos modernos e o centro para onde convergem os esforços reunidos dos pensadores, não poderá também desaparecer da história da humanidade sem uma dessas grandes evoluções que a precipitam no abismo da escravidão.

Progresso é a síntese das aspirações mais nobres da geração actual.

A instrução é a força que conduz essa geração ao seio da perfectibilidade que se constituiu o sonho dourado dos povos.

A directriz dessa força é a justiça: desviar-se dela é cair num ponto diametralmente oposto àquele parra onde ela tendia.

Firmes na luta com os que conspiram contra o progresso, e exortar o povo a receber na instrução o apanágio da sua prosperidade, é um dever a que não pode esquivar-se todo aquele que olhando desassombradamente para o passado vê ainda tintos de sangue os campos onde os nossos ascendentes pelejaram as duras batalhas da liberdade.

A esse dever só se esquivam os que do passado só conhecem a tradição do predomínio nefasto da ignorância a que se encostava o dos grandes da nobreza e do clero, únicos poderes que eles admitem na terra.

A esse dever só se esquivam os que no ciclo das paixões humanas só conhecem uma a que satisfazem cuidadosamente — o egoísmo.*

* In *O Club*, Órgão da Classe Académica, Porto, 2.^a série, 1.^o ano, n.º 13, de 19 de Abril de 1874.

A HEREDITARIEDADE REAL

A virtude nem sempre se transmite por herança.

Este princípio de que Aristóteles se serviu para basear a monarquia electiva, serve hoje e servirá sempre, para condenar a hereditariedade da coroa.

As teorias hodiernas, que vão banindo do seio da sociedade as velhas doutrinas a que se encosta o poder concentrado no indivíduo irresponsável, tendem a favorecer as prerrogativas e direitos do povo investindo-o de novos poderes.

Um deles é o direito eleitoral, a ingerência do cidadão nos negócios públicos do país a que pertence, e da qual não pode prescindir porque lhe garante o livre exercício dos seus direitos civis.

A hereditariedade da coroa é um atentado contra esse direito, e uma violência exercida sobre a vontade do indivíduo.

Subtrair à sanção da opinião pública a escolha da pessoa que há-de representar a primeira entidade social, é conservar num dos seus pontos mais condenáveis a antiga organização do Estado.

A sucessão dos chefes pela sucessão da família ou supõe a predestinação para a virtude, ou uma influência benéfica do poder infinito de Deus sobre a entidade que se constitui o primeiro membro dum povo.

O século que atravessamos, mais livre e positivo do que os séculos anteriores e mais utilitário do que eles, é avesso ao sobrenatural; procura as causas das grandes revoluções sociais na pés-

sima organização dos Estados e não na ira de Deus; submete a leis naturais as evoluções da humanidade,* não vai buscá-las no vago e indefinido.

A crença na predestinação não pode ter estabilidade; os factos abalam-na nos seus mais sólidos fundamentos e reduzem-na a mera probabilidade, quando não lhe evidenciem o erro.

Confiar na hereditariedade da virtude é pois, confiar o governo inteligente, justo e salutar dum país a uma simples probabilidade; é desprezar a um povo as suas mais altas conveniências que ou podem ser desconhecidas ou postergadas por aquele a quem uma insignificante relação de parentesco elevou e investiu do primeiro cargo social.

Feridos assim os interesses da nação e os direitos políticos do povo, torna-se duma necessidade imediata procurar o remédio, tentando anular a causa que o exige.

Conseguir-se-á anulando o princípio da hereditariedade da coroa.

Aquele que deve tornar-se o chefe dos poderes executivo, legislativo e judicial, que há-de achar-se no exercício importante do poder moderador, só devia ser elevado a esse gravíssimo cargo quando a sua inteligência e virtudes inclinassem a opinião do povo a seu favor.

Assim a realeza hereditária não seria um subterfúgio ao direito eleitoral; deixar-se-ia assim a liberdade a cada um de optar por quem queria à frente da nação legislando e observando a execução das leis.

Se o povo sanciona a nomeação dum chefe, deve ter a faculdade de lhe examinar os actos.

É uma prevenção contra o arbítrio e a veleidade; é a colocação da vontade colectiva acima da vontade individual. Deste modo cria-se a responsabilidade do primeiro magistrado do país, evitando-se também que ele exorbite do exercício das suas altas funções.

Admitir um chefe que actua sobre o poder judicial, que exerce o executivo e pode usar do *veto* na sanção das leis, mas que

* No artigo original não figura a «,».

é irresponsável, é o mesmo que admitir a supremacia da vontade individual não sujeita à razão e ao direito; equivale a admitir o despotismo.

Na sua decisão o chefe da sociedade em exercício das suas funções errou; se ele declina de si a responsabilidade, se a faz cair sobre os seus conselheiros, esse chefe é uma inutilidade prejudicial que não tem razão de ser: um luxo que despende à nação uma verba avultada.

Se não declina de si a responsabilidade dos actos que pratica, a que tribunal há-de ele submeter a apreciação desses actos?

Ao da sua consciência, seria confiar na virtude; ao da razão, seria confiar numa inteligência superior e esclarecida que pusesse de parte o orgulho e sacrificasse o interesse pessoal à verdade.

Ora nós já vimos que nem virtude nem inteligência podem constituir sempre a herança de família.

A que tribunal há-de pois o soberano hereditário apresentar os seus actos para serem devidamente apreciados?

Ou ao do povo, ou a nenhum.

Se a nenhum, dizendo-se responsável é completamente irresponsável; se ao do povo, perguntará — com que direito?

Na hereditariedade real não parece existir plenamente esse direito; na realeza electiva existe, e existe na própria electividade, na própria natureza do contrato.

Aí está a forma electiva mostrando a sua superioridade em face da hereditária; aí está o direito político do cidadão respeitado e exercido plena e livremente.

Submetendo a acção do chefe dum país à lei igual para todos, e os seus actos à sanção da opinião pública, é claro que o cargo de primeira entidade social, até hoje vitalício, deve ser temporário, quer o período seja longo, quer seja breve.

Estabelecida a responsabilidade no chefe do Estado, a duração limitada do seu governo conclui-se como um verdadeiro corolário.

Como homem o soberano está sujeito ao erro, à paixão, à parcialidade; como representante da vontade dum povo que o elegeu, a ele deve sujeitar a crítica dos seus actos e dele esperar a consequência dos seus erros.

Julgado inábil para estar à frente dos destinos dum país a sua incapacidade condena-o a retirar-se à obscuridade; o povo

que o elevou e se iludiu tem ainda a faculdade de escolher um outro que saiba usar com justiça e inteligência os poderes de que foi investido por assentimento geral.

A forma hereditária não permite esta soberana manifestação da vontade popular.

A forma hereditária supõe-se impecável e concludentemente intangível.

Querendo manter-se independente e senhora, condena-se pela sua natureza e origem à face do século presente, em que a razão se arvora juiz inconcusso e a instrução desperta no peito de cada homem o amor da sua liberdade.

Criada para conter o povo no círculo de ferro da mais vil passividade, instituída nos rudes tempos do obscurantismo intelectual para não descentralizar o poder supremo e conservar em desequilíbrio as classes sociais, hoje aparece como um espectro daqueles tempos tenebrosos a acusar a pusilanimidade da geração moderna que não a condena ao extermínio.

À luz da civilização actual estadeia ela ainda a sua magnificência e impunidade; ao tumultuar das ideias que reformam ou extinguem as instituições do passado abrindo amplo caminho para melhor futuro, mostra ela meia dúzia de adeptos que a rodeiam, que a amparam e protegem, mas em cujo cérebro uma consciência justa não pronunciou ainda o *fiat lux*.

Erguida acima da vontade do povo e fora do alcance da sua influência vê rebentar a seus pés as ondas procelosas da ideia nova e espera impávida que uma dessas ondas mais forte e mais elevada a precipite, porque julga que jamais se formará uma onda que a envolva completamente.

Semelha-se ao rochedo que em tempestuosa noite é rodeado, batido e envolto pelas vagas enraivecidas mas que ao outro dia reflecte no seu tranquilo espelho a negrura das sinistras formas.

Se as vagas que o bateram com violência não conseguiram abismá-lo, pode fazê-lo o fogo que se revolve no mais profundo da sua base.

Há muito tempo também que o fogo da liberdade se revolve avidamente debaixo do trono onde vão quebrar-se tumultuosas as ondas da ideia.

Se estas não conseguirem derrubá-lo, há-de fazê-lo aquele fogo que de dia para dia cresce em intensidade e se ateia em novos peitos.*

* In *O Club*, Órgão da Classe Académica, Porto, 2.ª série, 1.º ano, n.º 14, de 26 de Abril de 1874.

A ESPANHA LIVRE

A Espanha livre, a Espanha republicana é ainda o país cavalheiresco dos velhos conquistadores; percorre-lhe ainda nas artérias o sangue generoso que lhe robusteceu os braços nas conquistas do novo mundo, e nas lidas da sua independência.

Presa por tantos séculos ao trono do despotismo, obrigada a sufocar as mais nobres das suas aspirações perante a prepotência dos padres e dos reis, vê hoje despontar a aurora esplêndida duma nova fase da sua vida agitada.

Nas grandes convulsões deste povo o sólio onde se assentara o sinistro Pedro o Cru foi arremessado sem violência sobre os fanáticos da realeza e do altar.

O ódio aos reis e o amor à nova instituição ergueram-se acima dele assegurando um a estabilidade da nova forma governativa, o outro proclamando o soberbo despertar dum povo heróico.

Aos séculos de entorpecimento em que a indústria, ciências e artes viviam estreitadas numa esfera acanhada e se atrofiavam devia suceder um período de desenvolvimento assinalado no seu princípio pelo extermínio das causas que o retardaram.

Esse período principiou quando o domínio do clero e da realeza foi substituído pela vontade do povo que sancionava a nova forma do governo e aderira à ideia nova, toda progresso e humanidade.

Educado no meio de execuções cruéis que traziam para o século XIX os tenebrosos tempos de Torquemada e Arbues, entre-

tido com diversões bárbaras que lhe conservavam a rudeza do espírito e dos costumes, o povo espanhol está mostrando ao resto dos povos latinos como se pode fazer uma rápida transição da tirania para a liberdade, da velha realeza despótica para a república.

No meio do seu atraso soube compreender as nobres tendências das gerações modernas; no seio da escuridão da ignorância a que o reduzia o pérfido governo dos reis e do clero soube estigmatizar o abuso e a prepotência erigindo no peito de cada cidadão o altar de novas e mais puras crenças políticas.

Ao irradiar do novo princípio estabelecido rapidamente num país onde a realeza e o catolicismo lançaram profundíssimas raízes, os inimigos do progresso, os eleitos de Deus, procuravam desviar o curso das ideias livres acendendo em cada canto da velha Espanha a luta sangrenta dos princípios, a guerra civil.

O clero, que o povo cercava de respeitos e de amor, a quem a Espanha deixava livremente na obra odiosa de tolher a prosperidade do país excitando o fanatismo, incutindo o terror dos absurdos católicos, e pregando a desarmonia debaixo dos mais santos pretextos, foi um dos primeiros que depois de terem fomentado o ódio e a discórdia abandonaram as vestes eclesiásticas para animarem os seus adeptos no latrocínio, no assassinato, nas monstruosidades.

E era assim que a Espanha, fadada para representar um papel importante entre as nações da raça latina, via os seus filhos dilectos cavar-lhe a ruína, embaraçar-lhe a civilização.

Unidos pelo dever e pela crença debaixo do pendão sacrosanto da república, do peito generoso de meia dúzia de homens saiu um protesto enérgico, que levou as hostes republicanas de triunfo em triunfo até onde se aceitara a pobre majestade de um rei por direito divino.

A península toda fitava ansiosa os olhos nesses montes por onde rolaram inânimes os cadáveres de tantas vítimas, e nesses redutos que o sangue precioso dos filhos da república nobilitou.

Porque ali, um punhado de bravos animados pelo amor da liberdade e um exército, que tornaria a dar a Espanha dias de luto e escravidão, pelejavam os combates temerosos que decidiam dos destinos de muitos povos.

Por isso um íntimo regozijo se comunicou rapidamente por todos os habitantes liberais da península, quando a serpe da tirania alargou os anéis fatais com que procurava esmagar o gigante da geração moderna, e fugiu a procurar um novo antro donde pudesse lançar a sua peçonha sobre as livres instituições da actualidade.

A Espanha triunfante dos inimigos irreconciliáveis da sua nova organização política mostra-nos o coração generoso dos seus filhos oferecendo em* holocausto as suas vidas e interesses para assegurar uma liberdade de que ainda não gozaram os seus preciosos frutos.

A luz apareceu para eles suave e confortadora como o raio calorífico que incide sobre os membros retraídos por um frio intenso.

Aos clarões esplêndidos dessa luz têm de trabalhar na obra grandiosa de reorganizar as suas instituições em harmonia com a liberdade que lhes custou a vida de tantos filhos, e a riqueza de tantos povos; têm de arrancar do marasmo as artes e a ciência e elevá-los à categoria de primeiros princípios de grandeza e importância duma nação.

Não é simplesmente a força das armas que há-de de dar à Espanha um lugar nobre entre as nações mais cultas da Europa; há-de ser o seu desenvolvimento intelectual efectuado entre o desmoronamento dos partidos e a criação de um princípio em torno do qual se agrupem homens de profundas convicções.

A república, centro desse agrupamento, precisa que os seus defensores convictos tratem de a consolidar esclarecendo o espírito rude das multidões, adoçando-lhes os costumes, tornando-as o primeiro obreiro da grandeza nacional.

Num país originariamente monárquico a transição opera-se no meio da luta constante, mas realiza-se.

A Espanha de hoje não pretenderá ser a Espanha de Carlos V ou de Filipe 2.º; bastar-lhe-á ser entre as nações latinas uma das que primeiro instituiu a república e que desde o Mediterrâneo ao mar Cantábrico, desde os Pirenéus às nossas fronteiras apresente os seus povos unidos no trabalho glorioso de fazer atingir a um grau elevado a indústria, as ciências e as artes.

* No artigo original não figura a preposição «em».

Refreie o poder do clero, verá o solo opulento rasgado pelo arado do lavrador tornar-se uma fonte inexaurível de riquezas para a nação.

Abra as suas escolas, * verá desertas as igrejas onde um pérfido ministro do catolicismo introduz astuciosamente no espírito crédulo do povo a desconfiança, o desamor, o ódio, as ideias de retrocesso.

A pátria de ousados navegadores da Idade Média tem hoje diante de si um mar agitado e tempestuoso — a sociedade na luta dos partidos.

Os navegantes conduziram as suas naus no meio de temerosas procelas por oceanos desconhecidos e as águas aquietaram-se dominadas pelo valor deles; e depois, mostrando-lhes as terras opulentas do novo mundo, juntaram com as suas ondas de prata os membros dispersos de um grande império.

Os valorosos timoneiros da república hão-de vencer os embates do mar social e depois, quando pacificado, elevar a Espanha ao engrandecimento para que foi destinada.

O sangue dos seus filhos derramado nos combates da liberdade resgatará a nação de um cativo futuro como o sangue de Cristo, dizem, resgatara os erros da humanidade.

Os que morrem para redimir um povo merecem tanto respeito e veneração como os que morreram para redimir a humanidade inteira.

Por isso nos altares da pátria o nome dos que sacrificaram a vida para lhe legarem a felicidade são escritos em caracteres indeléveis que lhes perpetuam a memória.

Aqui deste canto da velha península, irmãos e amigos vemos com íntima alegria cercarem-se de louros imarcescíveis a fronte dos heróis das últimas campanhas, e desejamos ver a sua obra reparadora estabelecer por toda a parte o equilíbrio da liberdade e do desenvolvimento. **

* No artigo original não figura a «,».

** In *O Club*, Órgão da Classe Académica, Porto, 2.ª série, 1.º ano, n.º 16, de 11 de Maio de 1874.

O PARIATO

As instituições políticas do nosso país dificilmente poderão resistir ao turbilhão das ideias novas que pretendem implantar entre os povos um regímen perfeitamente liberal e conforme com o progredir constante da inteligência humana.

Hoje a razão afere os sistemas por que se governam os povos e vai tornando manifestos os erros e incoerências com que são constituídos.

A ignorância reinou por muitos séculos atrevida, malévo-la, essencialmente prejudicial; à sombra dela organizaram-se corporações que hoje têm a sua força na antiguidade e a sua sentença condenatória no desprezo com que a encaram os livres pensadores.

Após o domínio da cegueira, o domínio da luz.

Debaixo dos seus clarões benéficos trabalha-se livre e energeticamente na obra de aperfeiçoar os governos como um meio de aperfeiçoar os povos.

A razão institui-se a regeneradora da humanidade e vai des- tronando o vício, o abuso e o preconceito.

Assim ergue-se acima da religião e do Estado, ambos vicia- dos, ambos abusivos.

Condena num o erro como meio especulativo do engrande- cimento a que se sacrificam conveniências sociais; no outro con- dena os fundamentos como contrários à equidade, ao progresso e à perfeita independência.

A organização do pariato é um ponto negro para onde estão convergindo os raios luminosos da razão que se arvorou em juiz incorruptível dos erros sustentados por uma lei a despeito dos protestos, que contra ela já têm sido lavrados pelos mais avançados obreiros do progresso.

Há destes anacronismos onde não estão o bom senso e o respeito pela soberania popular a presidir ao arranjo e constituição íntima das instituições que hão-de regular o desenvolvimento progressivo dos povos.

Elaborar uma lei num tempo em que o espírito de independência não tinha sido ainda esclarecido pela instrução, nem o esplendor da velha realeza tinha sofrido os ataques ousados dos propugnadores da dignidade humana, é bastante para que o erro e o abuso se inoculassem nas veias das instituições que ela criava e protegia.

Por isso, e porque a essa lei não se imprimiu o carácter de intangível nem o de perpetuidade, o que não podia ser porque todas as leis têm seus tempos, a razão analisa-a e trata de a expurgar dos elementos contrários ao estado actual do espírito humano.

É em resultado desta análise que se condena a hereditariedade do pariato, como já se condenou a da coroa e se há-de condenar sempre o domínio individual ou colectivo recebido por herança.

A realeza absoluta foi um dia abalada pela soberania do povo que lhe invadiu os domínios e colheu as absurdas prerrogativas.

Para satisfazer às exigências intransigíveis da multidão que fazia valer a sua vontade até ali adormecida ou refreada pelo medo, criou-se a câmara electiva, deixando a cada um a faculdade de eleger um representante da sua pessoa e defensor dos seus direitos.

Perfeita ilusão porque se criou uma outra câmara superior, com que nada tem que ver a opinião e vontade do povo, mas que dispõe dos interesses dele como anteriormente fazia a pessoa do rei absoluto.

Debaixo da aparência de uma reforma radical no princípio governativo conservou-se o mesmo regímen, isto é a decisão dos negócios públicos partindo simplesmente do chefe do Estado; a colocação da vontade individual acima da vontade do povo representado pelos deputados eleitos por ele.

Antes e depois da criação das câmaras o rei apresenta-se vitaliciamente no cargo do trono, perfeitamente livre para o abuso, porque é irresponsável, e perfeitamente poderoso porque lhe conservaram diferentes modos de exercer o seu domínio prejudicial ou proveitoso sobre as questões que afectam os seus interesses e os do povo que governa.

A câmara dos pares é uma instituição que salvaguarda os privilégios da realeza a respeito da supremacia do querer.

Em completo antagonismo com a soberania do povo apresenta-nos uns vislumbres de velha forma de governo com a hereditariedade do cargo, e o exercício vitalício dele.

Em plena antinomia com a vontade do povo superior à do chefe do Estado apresenta-nos a nomeação dos seus membros partindo da vontade real sem a sanção do povo.

O pariato implica, pois, com a soberania popular, e a prejudica debaixo de três pontos de vista.

Porque é uma corporação que estende o seu influxo sobre os interesses reunidos do povo, e este é inteiramente alheio à sua formação, visto que é simplesmente das atribuições reais o nomear os membros que hão-de exercer o cargo elevadíssimo de pares.

Porque pela hereditariedade do cargo e pela escolha exclusiva do rei, se excluem os cidadãos de tomar parte activa nas funções do pariato quer elegendo para ele os membros em que reconheçam capacidade, quer propondo-se eles mesmos ao exercício dessas funções.

Porque, finalmente, sendo vitalícia a dignidade dá-se plena liberdade de exorbitar sem o perigo de ser despojado das insígnias nem arrastado ou ao tribunal da opinião pública, ou à obscuridade de onde o tirou um acto de munificência régia nem sempre compatível com a justiça, nem sempre em harmonia com os merecimentos do agraciado.

Deste modo se iludiram as desprezíveis pretensões do povo que cria ter soado para ele a hora de também governar, e que julgou satisfeitas as suas mais nobres aspirações dando-lhe o direito de eleger deputados.

A forma antiga desapareceu na aparência; era bastante para quem não soube pedir com as armas na mão e os olhos fechados para as concessões e condescendências.

Havia horror ao absolutismo, obliterou-se a palavra, mas conservou-se o facto.

A razão é que não transige com a substituição.

Tendo condenado a hereditariedade da coroa, vê-se compelida pelos mesmos motivos a opor-se à do pariato.

Demais não pode haver perfeita independência onde os cargos são de nomeação de interessado, como vamos ver.

Sem entrarmos na apreciação das atribuições da câmara alta, vemos que o cargo de presidente é exercido por indivíduo sobre que recai a escolha do rei. Ora este, visto que tem a faculdade de escolher deverá optar por qualquer que lhe seja afeiçoado e lhe respeite as prerrogativas e interesses.

É evidente que as decisões de tão importante corporação andam dependentes de uma vontade superior, ou em harmonia com as dela.

Supor o contrário é admitir a moralidade nas elevadas regiões do poder, fenómeno que raras vezes se observa, apesar do carácter sério de alguns dos seus membros.

Demais como poderá esta corporação decidir qualquer negócio que afecte os interesses particulares da realza, se ela se faz representar ali por príncipes e infantes que ou serão obrigados a omitir a opinião sob pena de parcialidade, ou a ir de encontro às suas próprias conveniências, abnegação muito pouco em harmonia com os princípios utilitários professados pelos ociosos que têm de sustentar uma pompa e magnificência à custa das classes laboriosas.

A esta falta de independência, resultante da péssima organização da câmara alta, anda também inerente, ainda como resultado desse mesmo defeito, a falta de moralidade.

De uma conclui-se a outra imediatamente; mas, ainda como premissa para tal conclusão, temos a hereditariedade do cargo e a diuturnidade do seu exercício pelas pessoas em que os laços de parentesco não são garantia de um carácter íntegro.

Realmente debaixo deste duplo ponto de vista o pariato é um anacronismo no século presente.

Basta isto para que a razão o condene.

Há falta de rigor lógico em querer concluir da perfectibilidade moral de um pai a perfectibilidade moral de um filho; era

estabelecer uma linha de sucessão à virtude, criar uma série de homens perfeitos da qual o último podia obter a canonização ou ser incluído no número dos deuses mitológicos, se entre eles não houvesse também uns reflexos da fragilidade humana.

A esta generalização da virtude a que se imprime um curso forçado, como à moeda falsa, está apoiada a conservação da grandeza real e a da aristocracia.

Nivelá-la com a modéstia das classes proletárias recolhendo-a debaixo do princípio que deve pôr em equilíbrio a importância de cada homem em particular, será dar um passo para a realização de um bem universal.

A reforma das instituições políticas não deve fazer-se simplesmente na aparência.

A ilusão desvanece-se com o tempo e a razão justa erguer-se-á de novo para estigmatizar o erro.*

* In *O Club*, Órgão da Classe Académica, Porto, 2.^a série, 1.^o ano, n.^o 17, de 18 de Maio de 1874.

A REVOLUÇÃO DO FUTURO

Nas grandes evoluções que constituem as fases da civilização de um povo, a religião e o Estado sofrem abalos violentos que os separam ou unificam, que os reformam profundamente tornando-os a alavanca do progresso ou convertendo-os em elementos de retrogradação.

A passagem do Estado bárbaro para o civilizado assinala-se na história de um povo fazendo recuar para as trevas os obreiros das trevas, abismando no passado os tronos da realeza e trazendo para a luz irradiante a face impoluta dos amigos sinceros da liberdade e do progresso.

Mas também nos turbilhões da revolução que conduz o homem a uma perfectibilidade a que chegará gradualmente, escapam muitas vezes os restos de instituições odiosas, que revivem quando a efervescência social acalmou perante a quimérica realização do seu fim.

É como se um vendaval furioso batesse a planta daninha, a despedaçasse em mil fragmentos mas espalhasse a sua semente fecunda na superfície de um terreno fértil.

A grandiosa revolução da liberdade, a luta sanguinolenta que legou à pátria o nome imorredouro de tantos heróis, e escreveu no martirologio da ideia nova os nomes venerandos de tantas vítimas, passou exterminadora sobre o edifício da tirania e do fanatismo e as suas ondas de sangue arrastavam as ruínas carcomidas de tanta grandeza que encobria o vício e o crime, de tanta

cegueira que trazia os povos curvados sob o peso afrontoso da sua ignomínia.

Mas no terreno banhado pelas lágrimas e pelo sangue ficou ainda o gérmen daquele colosso sacudido e despedaçado por uma convulsão popular.

E esse gérmen desenvolveu-se e cresceu assimilando o sangue e as lágrimas, tornando-os o princípio nutritivo da sua vida nefasta.

A revolução não foi perfeita e completa.

A revolução que arrastava o povo para a liberdade subtraindo-o ao jugo esmagador da tirania, abalou o Estado violentamente, mas não o converteu na alavanca poderosa do verdadeiro progresso.

À forma monárquica sucedeu a forma monárquica.

O erro prevaleceu.

Os apóstolos da luz, aparecem hoje livremente à luz, a pugnar pelas suas ideias avançadas, a insuflar no cérebro do povo o espírito criador do progresso.

Não os reprime a força brutal do clero, não pesa sobre eles a intangibilidade da realeza.

Escuta-os a multidão com avidez porque a revolução diminuiu a cegueira, e, no lugar onde outrora se erguia um trono à ignorância, ergue-se hoje um altar à instrução.

O operário não abandona as lides da oficina para ir longe, muito longe, às vezes, escutar a voz retumbante de um padre traiçoeiro e pérfido que lhe desprestigia a família, o amor, a vida da terra.

Porque a palavra eloquente e sincera dos obreiros do progresso, vencendo as distâncias, chega até ele no momento em que o trabalho se abandona para o descanso do corpo, mas em que o espírito desperta para a elaboração das grandes ideias.

Os eflúvios do progresso voam nas asas da liberdade levando de lar em lar, de homem em homem, a crença sublime da igualdade humana.

Procura unir-se a humanidade num amplexo fraterno, riscando as palavras odiosas de superioridade e domínio, e substituindo-os pelas do amor e justiça.

Mas a revolução que produz estes efeitos, não foi completa como dissemos.

Os lidadores da ideia nova, os sectários da liberdade, têm ombro a ombro, os prosélitos do obscurantismo e da tirania, nascidos ao serenar a agitação que derrubou um trono para erguer outro.

Os sectários dos déspotas não aparecem face a face, mas trabalham ombro a ombro, com seus adversários debaixo das torrentes brilhantes da mesma luz, mas estimulados por desejos opostos.

Uns querem erguer a dignidade humana, abatida pela opressão e pelo terror; os outros vão cuspiendo sobre ela as afrontas e o ódio.

Uns querem ver o domínio do bem e da virtude; outros o da força; a desigualdade do poder; a absurda repressão da vontade; a miséria a contrastar com as pompas; o trabalho a contrastar com o ócio.

Uns proclamam a república inspirados na igualdade; outros arremessam sobre ela as cabeças decepadas, os corpos inanimados de milhares de vítimas dos princípios novos.

E desfraldam ao vento a sua bandeira, esperando confiados o momento de a hastear no sólio onde elevaram um tirano.

Instiga-os a voz do padre; anima-os a persuasão do triunfo.

Para esta cruzada do progresso, mais importante que as cruzadas da Idade Média, não há o favor, a propagação, partindo das tribunas sagradas.

Há o antagonismo, a perseguição, o ódio.

Nas expedições religiosas tentava-se, pelo menos, ampliar o poderio da realeza e do papado, conquistando cidades e criando católicos.

Nesta cruzada da ideia nova o vigário de Cristo é despojado das suas impróprias grandezas, reduzido à humildade que lhe repugna, que ele detesta.

A realeza é condenada como a mantenedora da desigualdade humana, como um erro, que a razão esclarecida não pode professar.

O bem universal é procurado ainda mesmo entre as ruínas de todas as instituições religiosas e políticas que não souberam ou não quiseram buscá-lo.

Eis o motivo de oposição e da guerra.

Sebastião José de Carvalho vibrou destemidamente um golpe vigoroso com que pretendeu aniquilar o jesuitismo.

A hidra revolveu-se no pó, procurou morder os que a atacavam e feriam, e fingiu-se morta.

Precisava que a esquecessem para tornar a erguer-se danada e peçonhenta, sedenta de sangue e ansiosa de vingança.

Vendo oscilar os tronos subiu à tribuna com o sorriso nos lábios e palavras de amor, mas com o coração transbordando de fel e veneno.

Vendo desmoronar-se o papado, procuram pela compaixão agitar os povos e arrastá-los à luta aberta, implacável, sangrenta.

Converta-se a virtude em arma do crime, provoquem-se as agitações nos países impedindo o seu desenvolvimento, mas dê-se um trono a um déspota, mas liberte-se o indigente prisioneiro do principesco Vaticano.

Por isso os ousados obreiros da ideia nova têm de um lado o padre, o jesuíta, do outro o fanático da realeza, o prosélito do trono e do altar.

Todos trabalham com afinco na sua obra tão diferente nos meios de realização, tão diversa nos fins a que se propõem.

A todos ilumina a luz da liberdade, mas nem todos se inspiram nela, nem todos absorvem nos seus reflexos as virtudes e o bem que os fortaleça para a peregrinação.

Para onde se dirigem?

Para o porvir, para a revolução do futuro!

As revoluções até hoje têm sido fracas, incompletas; aquela deve revolver a humanidade inteira, como o ciclone revolve os oceanos que depois arremessam cadáveres e ruínas sobre as praias desertas.

A revolução ou erguerá sobre a terra um único altar, o do bem, ou converterá cada homem no mais cego e grosseiro fanático da religião dos papas.

Ou a igualdade cobrirá como um inenso pavilhão todos os povos reunidos debaixo da mesma crença, ou o despotismo os impelirá para o lodo, para a degradação, para o servilismo ignóbil.

A luta quando rebentar será tremenda; os que soltarem a palavra da vitória não verão mais erguer-se um inimigo a disputar-lhes a palma.

Quando, porém, soar a hora da luta, cremos que o trabalho e a instrução terão dado ao povo a força e ânimo para exterminarem para sempre os inimigos da sua prosperidade, os trabalhadores do obscurantismo.*

* In *O Club*, Órgão da Classe Académica, Porto, 2.^a série, 1.^o ano, n.^o 19, de 1 de Junho de 1874.

O DILEMA DA MISÉRIA

Agita-se mais uma vez a grave e interminável questão do trabalho, manifestando sempre a desinteligência que reina entre o operário de hoje e os proprietários fabris.

Parece que os braços gigantes dos séculos vão cavando um abismo profundo entre estas duas potências tão diferentes, abismo que é necessário encher e extinguir sepultando nele as ambições desmarcadas de um e os desvairamentos repreensíveis de outro.

Não é o influxo da instrução que os separa, semeando entre eles causas de divergência, suscitando a discórdia agravando as circunstâncias em que se acham.

A instrução é um guia seguro e inconcusso para a civilização, para o progresso, para o bem; as aberrações não podem partir dela que é essencialmente boa, que engrandece o homem facilitando-lhe o exercício consciente e justo das suas mais nobres faculdades.

De uma parte ou de outra, deixou de incidir o feixe dos conhecimentos humanos que purificam o sentimento nas suas manifestações e alargam o campo à inteligência humana.

Ou esta verdade incontestável, ou a contradição absurda entre a educação e o bem.

Duma parte ou doutra há um erro que se defende e favorece como um princípio justo e salutar, que se impõe cegamente como uma verdade necessária.

Este erro parte da paixão, resultado da imperfectibilidade moral, consequência indubitável de uma prejudicial ausência de instrução.

Não é a verdade que se encontra no fundo desta luta de elementos contrários, é o desvairamento, que produz a exorbitância.

O operário e proprietário exorbitam.

Um, com a majestade imponente da sua grandeza formula o terrível dilema: ou trabalho ou miséria com todos os seus horrores.

O outro, com a energia inquebrantável do desespero, erigiu também um dilema não menos terrível: ou a satisfação das nossas exigências, ou a paralisação da indústria pelo abandono.

Eis face a face dois argumentos tremendos, onnipotentes, levantados como uma barreira insuperável no caminho do progresso.

Se se condena um destes argumentos o outro desembaraçado da resistência, livre para dominar apresentaria um quadro de opressão.

O triunfar de qualquer deles seria o imediato definhamento da indústria, a desapareção rápida de um elemento indispensável para a prosperidade.

Os rendimentos das oficinas não podem ser absorvidos pelos salários do operário; era isto bastante para que o movimento fabril cessasse imediatamente.

O proprietário que empregou os seus capitais montando uma fábrica, e que tem de satisfazer a um certo número de compromissos não pode ficar reduzido a auferir dela um exíguo rendimento, inferior àquele que poderia tirar empregando a sua riqueza monetária em papéis de crédito.

O industrial menos ambicioso recuará perante estas condições desvantajosas, e daria outro emprego ao capital, não fazendo mais do que obedecer a uma lei natural que lhe manda procurar a sua utilidade e interesses próprios.

Daqui um grave prejuízo para a indústria, e com ele um não menos grave prejuízo para o desenvolvimento material do país.

Por outro lado também o operário não pode sofrer uma redução importante nos rendimentos do seu trabalho.

Um salário mesquinho em recompensa de um trabalho insano é a exacerbação cruel dos males que pesam sobre as classes laboriosas, sem dúvida as que mais concorrem para o engrandecimento das nações.

Através das mil provações duras e atrozes por que passa um operário, no meio das crises gravíssimas que constantemente se levantam no decurso da sua vida de trabalho e miséria, vemos que ele conserva sempre uma disposição, um amor pelas lides da oficina, que o nobilitam.

Aproveitar e manter esta disposição constantemente será um dever não só do proprietário fabril como do Estado, a quem ela aproveita, mas de quem recebe bem poucas atenções.

Se o trabalho é a única fonte onde o pobre pode ir tirar os meios de recorrer às suas necessidades quotidianas, esse trabalho, embora pesado, deve dar-lhe resultados com que lhe seja possível manter dignamente a existência.

Doutro modo será criar para ele uma situação desesperada, forçá-lo a desvarios, obrigá-lo a ser exigente, quando nele se encontra quase sempre a condescendência.

Daqui resultam as *greves*, que pioram as circunstâncias de uns, e as de outros, que perturbam a ordem, que podem até perturbar os governos.

É assim que nascem e se levantam aqueles argumentos de prepotência que de uma e de outra parte se procura basear solidamente.

Uns ameaçam em nome dos seus interesses, outros protestam intimativamente em nome das suas necessidades.

Têm razão.

Se uns precisam de expulsar do lar doméstico a miséria e a fome, outros precisam de sustentar nos seus brilhantes salões a opulência, o luxo, a abundância de comodidades.

Se uns precisam de obstar à nudez da família outros têm necessidade de ostentar a riqueza dos vestuários no conforto das carruagens com que sacodem a lama e o pó sobre os transeuntes; nos bailes onde lhes sorria a vaidade e o orgulho; nos teatros onde consomem os momentos fastidiosos de uma soberba existência; nos passeios, nas praias, nos campos, em toda

a parte, enfim, onde se erguer um templo à vaidade e um altar ao desperdício.

Se uns precisam de uma diversão onde distraiam o espírito preocupado com os cuidados de uma vida miseranda, outros têm necessidade de centenares delas para não morrerem afogados no tédio de uma existência ociosa e inútil.

Têm razão ambos.

Mas se o operário não recebe uma retribuição suficiente do seu trabalho verá a fome consumir-lhe os filhos, a família.

E o rico se não ostentar as galas da sua opulência, ver-se-á expulso da sociedade, terá de recorrer ao suicídio?

Para qual deles se há-de inclinar a opinião dos que encaram imparcialmente estas lutas do trabalho?

A conciliação não é impossível neste antagonismo.

Reduza o proprietário os seus interesses, e o obreiro reduza também as suas exigências, limitando-as na satisfação das suas necessidades.

Enriquecer à custa da miséria e das privações dos outros é criar uma vida de futuros remorsos se a consciência não se perdeu no afã das ambições, ou atrair o ódio dos miseráveis que se viram forçados a deitar nos montões de erros do avaro o dinheiro com que haviam de comprar o pão de seus filhos.

Esta exploração odiosa da miséria que oprime as classes operárias provoca os excessos, conduz ao princípio da comuna interpretado erradamente pelos que só vêm a indigência e a opressão de que são vítimas.

Depois o incêndio, o latrocínio, a morte.

Neste quadro de horrores, que por mais de uma vez se tem desenrolado aos olhos das nações mais cultas, há uma prevenção aos governos, uma lição que cumpria aproveitar.

Consentir as causas que semeiam entre o povo o gérmen de desastrosas revoluções é oferecer em holocausto a um erro os elementos da vida nacional.

Não se podem, nem se devem encarar indiferentemente estas lutas do trabalho com a ambição e avidez dos exploradores da pobreza; o desprezo para elas é o consentimento dos abusos.

Uma vez que se favorecem os ricos favoreçam-se os pobres.

É um princípio de igualdade que não fará periclitar as instituições políticas, mas que concorrerá para o bem-estar de todas as classes.

Um operário tem tanto direito às atenções do Estado como o proprietário que abre os seus cofres para lhe valer nas crises. *

* In *O Club*, Órgão da Classe Académica, Porto, 2.ª série, 1.º ano, n.º 20, de 8 de Junho de 1874.

AS REFORMAS MILITARES

No tempo em que o tesouro em Portugal era ainda um problema e se cuidava em subtrair ao domínio árabe as formosíssimas terras da Espanha os soldados que se reuniam debaixo do pavilhão dos conquistadores recebiam em recompensa do seu valor o domínio das terras que regavam com o seu generoso sangue.

Esta medida, que podia atrair aventureiros, centuplicar o denodo das tropas, era prejudicial para a realeza que então principiava a lançar as raízes com que ainda hoje, carcomida e decrépita, se sustenta neste canto da península.

Criavam-se daquele modo um certo número de pequenos Estados tributários, espécie de feudos à frente dos quais se achavam homens experimentados nas lides da guerra e que, pelos seus feitos heróicos, haviam merecido um título de domínio para juntar aos de valentia que já possuíam.

Para os monarcas ambiciosos daquele tempo este velho costume doado de conquistador a conquistador era motivo suficiente para inquietação.

Muitos destes senhores feudatários se haviam levantado com as terras e os tributos voltando para o rei comum a aguda ponta das lanças com que lhe tinham defendido imaginários direitos, ajudado em efémeras conquistas, e protegido a própria pessoa em inúmeros combates.

Esta ingratidão que se explicava facilmente pelo desejo de governar, tão peculiar aos homens de todos os tempos, nem sem-

pre foi castigada pelos monarcas a quem tão violentamente agradeciam os benefícios espalhados com mão pródiga em virtude da força estabelecida pelo uso.

Era natural que naqueles tempos bárbaros em que se tratava de dominar importando pouco o desenvolvimento e prosperidade dos povos, os Estados formados por anexação de feudos tendiam a um desmembramento perigoso em que se perdia a autonomia de uns e a grandeza territorial de outros.

O aventureiro francês que militara alistado nas bandeiras leonesas tinha na história do passado exemplos frisantes daquelas subtracções, e se, depois de casar com a filha de D. Afonso VI, se levantasse imediatamente com os pequenos domínios da Lusitânia que tinha recebido não fazia mais do que imitar um acto trivialíssimo, de muitos precedentes na história.

D. Henrique foi prudente não procedendo logo deste modo; visto que tinha a liberdade de aumentar as terras do seu condado com depredações, podia esperar o momento em que lhe fosse possível dispor de um número avultado de elementos que lhe garantissem o resultado da empresa.

A formação de Portugal teve, pois, origem num destes actos de rebelião e apresenta um exemplo pouco edificante para os senhores de vilas, praças e castelos a quem a magnanimidade forçada dos reis generosos daqueles tempos galardoava pelos seus merecimentos guerreiros.

De mais formavam-se uma espécie de monarquias hereditárias, pois que o domínio passava como herança a filhos, filhas e colaterais, não revertendo nunca o domínio para o rei a quem deveras prejudicavam estas sucessões injustas.

A lei mental, devida não sabemos se a D. João I, que pensou nela, se a algum político mais sagaz daqueles tempos dos Regras, foi uma espécie de extinção de morgadios que tornava um pouco mais real a possessão dos bens da coroa pelos senhores em cuja frente assentava este pesado característico da realeza política.

Assim, depois de promulgada a lei por D. Duarte, preveniam-se futuras sublevações, actos de ingratidão sempre dolorosos para quem concede benefícios ainda mesmo quando não sejam mais do que recompensas.

As conquistas aos árabes acabaram-se na península e a elas sucederam as de terras separadas pelos mares. Se até ali se ven-

ciam escarpas e outeiros para ir implantar nas muralhas de algum velho castelo o pavilhão das quinas, agora era necessário vencer as tempestades das vagas e dos ventos para levar a regiões ignotas uma ideia dos conquistadores europeus.

O valor existe sempre; criaram-se vice-reinados e capitânias.

Ao título honorífico correspondia realmente um certo domínio que a fidelidade daqueles homens severos de então conservaram sempre dependente do da metrópole.

No decurso dos tempos acabaram os descobrimentos de utilidade imediata, e tratou-se do desenvolvimento intelectual e moral do povo sempre descuidado por causa das lutas com infieis quer políticos quer religiosos.

Começou então um período mais honroso, em que o trabalho, mais nobre e humano, tende à realização do verdadeiro fim do homem.

O espírito belicoso ficou, e, para não se perder na obscuridade das famílias ficou também o exército, mero e inútil espectador de outras revoluções, de outras guerras mais grandiosas e dignas, as revoluções da ideia, as guerras do trabalho a que ele é estranho.

Para que o antigo uso de recompensar os heróis militares não ficasse lá pelo nevoeiro dos tempos sem passar à posteridade, as recompensas vieram também.

Era lógico; era justo.

Uma comenda, um hábito, qualquer insígnia honorífica era realmente pouco para quem votou a sua vida à defesa da pátria, à manutenção das leis, à segurança do indivíduo e da propriedade.

A existência de um homem não se arrisca por tão mesquinha recompensa; era um sacrifício que demandava muita abnegação, muito civismo, mas que criou muitos heróis na Grécia, em Roma, em Cartago, entre todos os povos onde o amor da pátria não precisa do incentivo de recompensas que não sejam a glória.

À falta de louros o nosso exército contenta-se com o dinheiro. Se não há umas Termópilas onde pereçam um a um os valorosos defensores de um povo, há os ócios de uma vida pacífica e tranquila, talvez mais difíceis de vencer do que aquelas hostes de persas que rolavam despedaçadas aos pés de Leónidas e dos seus companheiros.

É para vencer esses inimigos que a nação despende uma riqueza que poderia ter melhor aplicação, e rouba às lides da indústria e da agricultura os milhares de braços que se enervam no remanso da mais serena existência.

O exército absorve uma grande parte dos elementos de prosperidade chamando a si as forças úteis de grande número de indivíduos, e absorve também o produto do trabalho de uma outra parte de cidadãos que se isentam das lides militares para se entregarem às da indústria.

Isto teria razão de ser num país sujeito a contínuas agitações que fizessem periclitara a segurança do indivíduo e o respeito pela propriedade; explicava-se num país que pretendesse representar um papel importante entre nações dispostas para o predomínio, ou naquelas que se tivessem constituído em protectoras dos pequenos Estados.

Num país de limitados recursos, essencialmente pacífico, respeitado pelas grandes potências que dispõem do seu destino, e contra os quais a resistência não poderia valer de muito, parecem-nos um erro prejudicial que se conserve de pé apesar do excelente exemplo que nos oferece a organização militar de alguns Estados pequenos, como a Suíça.

Uma vez, porém, que entendem útil e necessária a existência de um exército, e que se julga que um corpo de guarda civil bem organizado e respeitável não seria bastante para fazer a polícia das estradas e cidades, conserve-se esse sorvedouro do dinheiro público, mas levem-se-lhes reformas que o façam menos voraz.

Tornem a Espanha um país sossegado como o nosso, acabem-lhe com aquelas dissensões políticas que constantemente estão minando os alicerces da sua prosperidade, e veremos o seu corpo de guarda civil, tão respeitado em toda a parte, tornar supérflua a existência de um exército que hoje lhe devora somas incriveis.

Dissuadam a França, a Inglaterra, a Alemanha de quererem ser as senhoras do mundo e a sua polícia substituirá também um exército então inútil.

A Suíça, que com certeza não aspira a ser a primeira potência da Europa na força das armas, mas que pode chegar a ser uma das primeiras na grandeza da indústria, da ciência e das artes, di-

rige para este tríplice fim todas as forças aproveitáveis dos seus filhos activos e empreendedores.

E não obstante, de um momento para outro pode apresentar nas fronteiras 100 000 homens bem armados e disciplinados que façam observar a inviolabilidade territorial da república, que desarmem e internem um exército, e assegurem a sua judiciosa neutralidade nessas lutas bárbaras e ferozes travadas em pleno século de progresso entre nações civilizadas.

O último escárnio lançado por franceses e alemães à bela frase de Pelletan — *le monde marche* — prova a verdade destes factos.

É nestas situações difíceis e forçadas que o tesouro da república se abre para sustentar um numeroso exército, para indemnizar o prejuízo de tantos homens tirados abruptamente do trabalho com que sustentavam a família e concorriam para o engrandecimento do Estado.

Em Portugal, apesar do aparato bélico sustentado constantemente seria difícil imitar a Suíça.

Apareciam centenaes de generais, oficiais superiores, porém verdadeiros soldados, verdadeiros cabos de guerra, talvez nem um.

A reforma na organização militar devia pois, começar por aqui.

Uma redução no quadro da oficialidade, um aumento na educação militar que colocasse um general à altura de comandar e aproveitar as forças de que dispõe.

Depois de um curto tirocínio na escola do exército os nossos oficiais, em geral, voltam-se em corpo e alma às delícias do *dolce far niente* a que os fados dedicaram uma boa parte da mocidade portuguesa.

Imersos na suavidade dos amores, enlanguecidos com os sorrisos das damas, cuidadosas da sua irrepreensível elegância, esperam tranquilos o acesso a postos mais elevados, apresentando como título de direito a eles a sua incapacidade e o tempo de *serviço*.

Em Portugal é possível chegar a general sem nunca ter saído de uma secretaria de divisão, ou da cama.

É nestas escolas que se criam habilitações.

Depois, quando se tenha subido bastante, sem jamais ter arriscado a vida no mais pequeno combate, pede-se a reforma,

alega-se um sofrimento adquirido de qualquer maneira que não seja nas lides da guerra e então consagra-se um corpo ainda vigoroso à absoluta ociosidade.

A vida militar é uma perfeita especulação.

A recompensa do serviço prolonga-se até ao fim da vida do indivíduo, embora ele se retire quando ainda possua força para exercer o pequeno trabalho a que são obrigados os oficiais.

É injusto; é absurdo.

O militar que arriscou a vida nos combates, que sofreu as fadigas e privações da guerra, os ferimentos, as mutilações, a morte, tem direito ele, ou a família no último caso, a ser protegido pelo Estado, a receber do tesouro público uma recompensa.

Terá igual direito o que passou todo o tempo de serviço gastando em ostentações e regalos o avultado soldo com que o Estado contempla a inutilidade destes mantenedores da integridade nacional, que ninguém trata de ofender?

Terá ainda esse direito quando lhe apraz mudar de vida levado pela simples necessidade de ser totalmente inaproveitável para o país?

E então porque deixou uma ociosidade oficial por outra particular adquire direito a uma retribuição maior?

Se enquanto *serviu* lhe pagavam 10, porque lhe pagam 15 quando se reforma?

É incompreensível.

As retribuições outrora eram mais justas, porque sucediam imediatamente ao título que dava direito a elas, e esse título não podia ser posto em dúvida.

Que título admissível pode oferecer hoje um oficial para receber uma pensão do Estado fora do serviço?

Uma farda coberta de condecorações?

Não, porque as medalhas, infelizmente, adornam tanto o peito do militar coberto de mil cicatrizes, como o daquele que nem faz ideia do que seja o despedaçamento das carnes e dos ossos por uma bala ou pelo golpe de uma arma branca. Porque elas são dadas tanto aos que apresentam uma conduta exemplar, um carácter íntegro, como os que muitas vezes transgrediram as leis militares, mas têm na grandeza da sua posição uma desculpa para as transgressões e um direito para as medalhas.

As reformas são um problema, bem difícil de resolver se as considerarmos assim.

Deixemos ao tempo a sua resolução convencidos de que o direito e a justiça hão-de triunfar do preconceito e do erro. A riqueza do Estado não pode sofrer estas absorções injustificáveis nem a razão pode admiti-las.*

* In *O Club*, Órgão da Classe Académica, Porto, 2.^a série, 1.^o ano, n.^o 21, de 15 de Junho de 1874.

BIBLIOGRAFIA

MEMÓRIAS DE M.^{ME} LAFARGE

TRADUÇÃO DE PEDRO DE AMORIM VIANA

Mal pensaria eu, quando citava na *Tribuna* as palavras do atleta da teoria atomística, o Dr. Luís Büchner: «Observando atentamente a nossa época, distinguimos nela, sob uma apatia aparente, os verdadeiros sintomas de um movimento intelectual tão tenaz como profundo», mal pensaria eu, digo, que o Sr. Pedro de Amorim Viana viria com uma sua mascarada tradução pôr-se em flagrante contraste com as palavras do pensador alemão.

Em verdade, aqueles dois volumes que o Sr. António José da Silva acaba de editar, são enfezados, raquíticos, sem ideias e sem português.

De facto, custa, a quem venera o talento notável do autor da *Defesa do Racionalismo*, o verberar com toda a energia o tradutor de M.^{me} Lafarge. Mas, bem o disse Voltaire, a verdade tem direitos imprescritíveis e, como sempre é ocasião de a procurar, nunca é fora de tempo o defendê-la.

Ora a verdade é que a produção do Sr. Amorim Viana está muito abaixo daquilo que todos tínhamos o direito de esperar de S. Ex.^a

Surpreendeu-me e muito o ver o nome do autor da *Análise das Contradições Económicas de Proudhon* na primeira página duma tradução do francês e disse imediatamente de mim para mim:

— Não! Não é este o papel que cabe a Amorim Viana. Temos o direito de exigir mais dele, bem como ele tem o dever de produzir mais do que uma tradução mal redigida.

Mas Pedro de Amorim Viana não se pôde eximir à necessidade da nossa época e quis sacrificar no altar do constituído.

Daí a tradução das *Memórias de M.^{me} Lafarge*, seguidas de um obsoleto estudo moral acerca da autora, estudo onde se avançam muitas proposições, aliás importantíssimas, que de modo algum se provam.

É urgente precisar isto. Já lá vai a época da escolástica, em que a *ultima ratio* era o *Magister dixit*. A obra da libertação dos espíritos empreendida por Abailard, o nobre contraditor do fanatismo selvagem de S. Bernardo, e um dos mártires do livre pensamento que com toda a justiça figura nos *Martyrs de la libre pensée* de Jules Barni; essa obra grande, que Bacon continuou e que Descartes terminou, destruiu para todo o sempre a fórmula banal que ligava o espírito do discípulo, só porque o mestre tinha dito. O princípio de Descartes: *Pense par toi-même et ne juge de rien sur parole* — é uma das mais nobres vitórias do espírito humano. Após a Revolução na ciência operada pelo autor do *Novum organum* e pelo valente seguidor de caminho oposto ao do empirismo de Locke, nos aparecem na história dos progressos do espírito humano arquivados os grandes nomes e os grandes trabalhos de Leibniz, Pascal, Malebranche, Espinosa, Frêret, Diderot, Condorcet, D'Holbach e mais e mais.

Sabemos, pois, que é uma das mais terríveis causas dos erros a do *Magister dixit*. Advertidos desta verdade perdurável, analisemos fria e detidamente a obra que o Sr. Amorim Viana acaba de dar à luz.

Notemos ainda que o ilustre professor da academia politécnica do Porto seguiu caminho errado.

O Sr. Amorim Viana deveria, para sua honra e nossa glória, continuar a trilhar a via que encetara pela publicação da *Defesa do Racionalismo*, estudando, ensinando e concorrendo pela sua parte (e bem grande que pode ser) para a construção do edifício do livre pensamento.

Patrice Larroque, o valente lutador do *Examen critique des doctrines de la religion chrétienne*, protesta no prefácio de sua obra contra a inundação das frivolidades romanescas dos Louis Noir e dos Ernest Capendu que por então alastrava a França; e sabeis como ele responde a essas necessidades publicadas? Por um livro profundo, sábio, formidável.

O Sr. Amorim Viana não entende assim. O seu racionalismo chegou ao ponto trémulo do de Strauss, e ele, que na *Península* declarava a ortodoxia católica a mais racional (?) possível, não quis de forma alguma seguir as pisadas de Larroque, o demolidor, de Jacobus, o inexorável, de Feuerbach, de Miron, de Rivière, e mais. Repele o milagre, mas conserva-se aceitando de certo modo o dogma e pertence, pois, àquele trémulo racionalismo que declara «saber que a essência interna de doutrina cristã é completamente independente das suas investigações críticas. O nascimento sobrenatural do Cristo, os seus milagres, a sua ressurreição e a sua ascensão ao céu permanecem eternas verdades, ainda que qualquer dúvida se apresente sobre a realidade dessas coisas, como factos históricos»¹. Daí o descair o autor por vezes naquele misticismo melancólico que caracteriza Theodoro Jouffroy; daí as alusões sarcásticas ao materialismo como as que faz a A. de Maury, «cujas tendências materialistas deslustram a vasta erudição»*.

Mas, deixando este ponto, vejamos à luz da crítica serena a última produção de Amorim Viana.

II

A tradução do Sr. Pedro de Amorim Viana não é boa. Encontram-se nela a cada passo a anfibologia tosca, o galicismo inútil e a cacofonia desagradabilíssima. Precisemos: Logo na primeira página do volume, na carta que Maria Capelle escreve a seus amigos, lemos:

... Para que me ameis muito; para que me ameis mais....

¹ Strauss, *Vida de Jesus*, Prefácio; Paris, 1840.

* A Direcção (AD) da *Revista de Portugal e Brasil* inscreve neste ponto a seguinte nota: «Pedimos vénia ao ilustrado autor do artigo, para acrescentarmos o que ele por suma generosidade talvez se absteve de dizer, e é que aquelas alusões sarcásticas são a exautoração científica de quem as faz, e que a frase citada, a respeito de Maury é simplesmente imbecil. — AD».

Esta cacofonia lembra aquela de Camões que perdeu uma das pérolas do soneto:

Alma minha gentil etc.

O exemplo é frisante, demasiadamente frisante.

Mas o tradutor de uma obra qualquer deve sempre ter por meta do seu trabalho a completa e cabal clareza e vernaculismo da sua produção. O Sr. Amorim Viana não atingiu esse alvo; foi um erro e um erro grosseiro, pois. A pág. 25 do vol. 2.º lemos: «Nos grandes dias (sic), quando tiver feito todas as minhas vontades, e também quando me houver dado muito ânimo (sic)... etc.». O galicismo é manifesto. Da leitura das páginas traduzidas de M.^{me} Lafarge facilmente chegamos à conclusão de que o Sr. Pedro de Amorim Viana não esmerou, como devia, a sua tradução. Mas não é este o meu alvo: tenho por fim tão somente a análise do *Estudo Moral* de S. Ex.^a sobre M.^{me} Lafarge.

E eu não sei que utilidade adviria à pátria da publicação de uma tradução de memórias do francês. Se o Sr. Amorim Viana tende ao útil, como o declara no seu livro (p. ex. a pág. 176 em que aplaude o pensamento de Platão de excluir da república os poetas), para que nos publicar memórias duma mulher de contacto perigoso (pág. 237), duma mulher que o tradutor julga criminosa (pág. 174)? Não podemos dizer que o Sr. Amorim Viana teve por fim combater a crápula medonha da sociedade actual, inspirando-se dos versos d'Émile Deschamps:

Aucun baume, hélas! ne peut sècher la plaie
Il faut donc la sonder à toute profondeur
Et pour seul antidote étaler sa hideur.

pois que o autor do *Estudo Moral* acerca de M.^{me} Lafarge repele com toda a virulência a escola de H. de Balzac e de todos aqueles cuja fama cresce com o rebaixamento dos espíritos, (pág. 176). Note-mos, a propósito de Balzac, um erro grosseiro.

O Sr. Pedro de Amorim Viana, chama em pág. 231 discípulo de Balzac a Ponson du Terrail.

É esta uma blasfémia indigna do lente da nossa academia politécnica.

Ponson du Terrail não é o discípulo de Balzac pela simples razão de que o romancista de Montmaur é o mestre de uma escola disparatada, cujos seguidores são Capendu, Cauvain (o depois renegado autor da *Histoire de l'inquisition*), Louis Noir, o irmão da pobre vítima do crime d'Auteuil e outros mais.

Que o autor do *Diamant du commandeur* e do *Roi des bohémiens* seja o discípulo do portentoso autor da *Eugenie Grandet* e dos *Parents pauvres* nunca sonháramos que o Sr. Pedro de Amorim Viana tal dissesse.

Depois, Ponson du Terrail não *poetiza o vício* nem *canoniza o crime*, como julga o Sr. Pedro de Amorim Viana.

Pelo menos, a intenção não é essa do capitão dos franco-atiradores d'Orléans. Ponson du Terrail caiu por vezes no erro de Ducray-Duminil, o disparatado autor do *Victor ou l'enfant de la forêt*. Querendo moralizar, seguiu caminho errado, lançando um gérmen funesto no espírito dos leitores. Mas, como a moralidade ou imoralidade do acto está no subjectivo e não no objectivo, temos que Ponson du Terrail não é tão depravado como o Sr. Amorim Viana julga. Citemos um único exemplo: — Todos conhecem o *Rocambole (Dramas de Paris)*. É um aborto monstruoso. Pois bem: o Mal personificado em Andreia é sempre esmagado pelo Bem representado por Armando. Temos ainda mais o exemplo do Arrependimento que purifica a alma em Baccarat e em Rocambole.

Está-me ora parecendo que o Sr. Pedro de Amorim Viana não estudou suficientemente a questão que pretende tratar com tanta sobrançeria.

Não sei agora qual a razão por que S. Ex.^a nos diz que o romancista que passa para a sua tela a ideia do historiador se *arreja* (sic) com alfaias que lhe não pertencem, que as afeia, que as conspurca, pág. 166.

Pois que?! Querer seguir a preceito do latino *Utile dolet*, inculcando por modo mais ameno do que a aridez da ciência a ideia científica, será conspurcar e afeiar? O Sr. Amorim Viana desconhece acaso que o povo, na sua justa acepção, o povo que todo o dia trabalha, não pode de modo algum entregar-se à noite à aridez do estudo científico, profundo e formidável, que exigiria muito tempo, muito cabedal e muito trabalho, tudo isto de que o povo não pode dispor? Acaso não será justo que o trabalhador encontre em casa nas poucas horas de leitura alguém que o ins-

trua sem o cansar, que o ensine sem o internar no emaranhado da ciência?

Queria talvez o Sr. Amorim Viana que o pobre proletário possuísse toda uma biblioteca para cotizar Thierry e Mezeray, Thiers e Laufrey, Herder e Cantu, Weber e Bossuet, Condorcet e Lericquet?

É desconhecer a natureza mesma das coisas, o querer tal.

Diz mais o Sr. Amorim Viana (pág. 166) que Eugène Sue nos seus *Mystères du peuple* não é um engenho profundo e original, mas que apenas talhou as ideias de Thierry a seu molde, figurando a França actual, habitada por francos e gauleses e não pelo povo francês, povo pouco homogêneo, mas do qual já de há muito desapareceram a distinção de raças e as antipatias entre vencedores e vencidos.

O Sr. Amorim Viana que repele o romance por o ver descair pela ladeira do imoral e que não obstante oferece ao público uma obra em que se nota *a falta de critério moral* (pág. 185) não possui muita simpatia pela França nem pelos seus escritores.

Numa nota da *Defesa do Racionalismo* o Sr. Amorim Viana, confundindo os princípios da revolução inglesa com os da sublime revolução francesa, avança que os franceses não conhecem o caminho de Berlim (o que é uma imensa falsidade histórica) e por pouco não repete o que dissera na *Península*: que a França modernamente só produzia *vaudevilles insípidos e calimburgos duvidosos* (sic). — Daí em ciência Berthelot, Quatrefages, Flourens, Babinet, Figuier, Pillon, Larroque, Vacherot, e tantos outros, e em literatura Hugo, Gautier, Baudelaire, Flaubert, Champfleury e mais — são para o Sr. Amorim Viana fazedores de vaudevilles insípidos e de calimburgos duvidosos.*

Mas voltemos ao autor dos *Mistérios do Povo*. O Sr. Amorim Viana não desdenha a ironia e Eugène Sue é vítima dela. Cita Mirecourt a propósito dos primeiros triunfos de Sue nas belezas do bairro aristocrático.

Eu também leio Mirecourt e de facto vejo a anedota ignóbil contada na pseudobiografia do romancista francês. Educado por

* In *Revista de Portugal e Brasil*, [Lisboa], 2.º vol., n.º 7, Abril-Setembro de 1874, Julho de 1874.

um pai realista, afilhado de Josefina e de Eugénio Beauharnais, não era de estranhar que Sue, na doirdice de rapaz, se deixasse fascinar pelas seduções do bairro aristocrático. Pois bem: — Quebrar toda uma vida de aristocrático enlevo e preferir-lhe o povo rude e miserável, isto é deixar a sedução do Faubourg Saint-Germain para receber a vaia, o insulto é proceder dignamente. Nem o Sr. Amorim Viana pode negar, a menos de aceitar as infâmias gratuitas de um caluniador de profissão (Vide biografia de Sue por Mirecourt, pág. 80), Mirecourt é um destes homens que têm sede de nomeada, seja qual forma nomeada sempre.

Escreveu centenas de volumes e por prémio alcançou, como Montépin e Fondras, nunca ser um escritor. Ei-lo fazedor de biografias caluniosas que enriqueceu, seu editor Gustave Havard e que lhe chamam a reputação de mil querelas.

Os *Contemporâneos* são, pois, um colosso mais grotesco e mais vil do que o de Nabucodonosor, pois que tem pés *de lama*.

Do modo como Carlos Jacquot, que nasceu em Mirecourt (Vosges), entende a biografia pode saber o Sr. Amorim Viana, lendo as *Confessions d'un biographe. Fabrique de biographies; maison Eugène de Mirecourt et compagnie* por Mazerolle. Feitos estes reparos sobre o homem cuja autoridade (?) o Sr. Amorim Viana cita, vejamos sobre Sue.

Larousse, a quem poderemos chamar sem exageração o Diderot do século XIX, diz dos *Mistérios do Povo* que neles o autor conta de uma maneira comovida, dramática e infelizmente muito verdadeira a triste condição dos filhos da Gália até à revolução de 1789. São, na opinião citada, notáveis pela verdade das pinturas e pelas reflexões filosóficas que acompanham o texto.

O Sr. Amorim Viana, porém, não supõe, como Thierry, a França habitada por dois elementos em luta aberta, o povo franco e o povo gaulês, mas antes por um mesmo povo francês, *ainda assim* bem pouco homogêneo (sic) e separado por costumes *locaux* (sic). Vejamos este ponto:

Depois da velha teoria da unidade da raça francesa, teoria que afastava as imensas dificuldades da história da França do seu perdido começo na noite dos tempos, Augustin Thierry, com as suas *lettres sur l'histoire de France* acentua a fase moderna na ciência, a cuja fase se agremiam os Michelet, Guizot, Amédée Thierry e tantos outros.

Já Frêret, o engenho formidável do século XVIII, tinha avançado que os francos eram um povo germânico, proposição que lhe valeu uma ignóbil perseguição.

Acentuemos isto. É um facto incontestável que a Gália, depois da sua libertação do poder romano e da fundação do seu império que seria assaz duradoiro, se não fossem as contínuas e terríveis rebeliões, foi invadida pelos bárbaros do norte, sacudidos das suas florestas medonhas. Por então, como assevera Cantu (*Histoire universelle*, trad. franc., tomo 7.º, pág. 216), os gauleses, superiores em número, conservavam as suas tradições nacionais; mas o meu país achava-se encravado entre o mundo germânico e o mundo romano. Daí a tremenda catástrofe. Clóvis conforme o citado Cantu compreendeu a necessidade de formar um grande Estado por essa ocasião anómala.

A Gália estava por então em circunstâncias desesperadoras, mercê das lutas terríveis entre o poder nascente dos bárbaros e o poder arruinado dos romanos.

Clóvis resolveu, pois conquistar a Gália.

Daí, continuação do drama lúgubre das primitivas invasões, a derrota de Stagyrius em Soissons (486), a batalha de Tolbiac, a submissão dos bretões, a assolação da Aquitânia, o morticínio dos chefes bárbaros, sábios e ripuários, a residência do rei em Paris e a substituição de Gália pela França. Por morte deste feroz caudilho, seus filhos Thierry, Clotário, Childeberto e Clodomir dividiram entre si o império.

Estava constituído o colosso.

Os gauleses, isto é, os habitantes do país conquistado foram escravizados, como é de ver. Daí dois elementos em luta aberta numa mesma nacionalidade; um vencedor, outro vencido; um opressor, outro vítima; um franco, outro gaulês.

Continuou assim este estado de coisas, até à grande revolução.

Com os progressos modernos da ciência histórica é impossível pôr isto em dúvida.

Assim é que a Gália foi oprimida pela França, o servo pelo senhor. Até então o país fora livre e não tivera *reis* na acepção viril da palavra. Como diz Proudhon (a quem o Sr. Amorim Viana chama na *Península* um dos maiores pensadores desta época), a realeza é de origem *franca*, nunca de origem *gaulesa*.

Guizot que o Sr. Amorim Viana reputa um historiador *atulado* (pág. 169) diz na sua recente *Histoire de France racontée à mes petits-enfants* (vol. 1, pág. 120): «Dès l'ouverture du cinquième siècle, de l'an 406 à l'an 409, ce ne fut plus par des incursions limitées à certains points et quelquefois efficacement reprimées que les germains infestèrent les provinces romaines; un véritable déluge de nations diverses, poussées d'Asie en Europe, les unes sur les autres, par des guerres et des migrations en masse, inonda l'empire». — E o historiador *atulado* cita abaixo as palavras de S. Jerónimo, quando escrevia a Ageruchia: «Nações inumeráveis e muito ferozes *decuparam todas as Gálias*; o Quado, o Vândalo, o Sarmato, os Alanos, os Gepidos, os Hérulos, os Saxonios etc. devastaram tudo o que fica *entre os Alpes e os Pirenéus, entre o Oceano e o Reno*». No ano 412 de J. C., os visigodos e os bourgignons fundaram seus reinos nas Gálias. Depois, em 451, Átila com os Hunos. A batalha de Chalons, porém, sacudiu da Gália estes. Depois desta libertação parcial, a Gália gozou por um instante de um pouco de sossego, até que Clóvis, neto de Meroveu (que dá o nome á raça merovíngia) funda, como disse, o império franco.

Tinha a Gália sido apagada; substituiu-a a França. Daí esse ódio imenso, formidável do servo contra o senhor, ódio que se perpetuou pelos séculos fora.

Segundo a opinião de Amédée Thierry (Introdução da sua *Histoire des Gaulois*, pág. xcvi) ainda hoje se encontra em algumas partes da França os restos das línguas originais.

O nome de França, que, segundo Voltaire no *Dicionário Filosófico*, só se começou a conhecer no século x, esse nome que veio substituir o velho nome gaulês foi considerado infame quando da imortal revolução, uma petição, assinada por Ducalle, dirigida ao directório do departamento de Paris pedia a revendição do nome de Gália.

A luta imensa, irresistível, entre o elemento popular e o elemento aristocrático; isto é, entre o elemento gaulês e o elemento franco que, como conquistador, esmagava o pobre descendente dos Brenno, dos Vercingetórix e dos Vindex, essa luta gigante, percorrendo os tempos, nós vemos desenhar-se sinistramente na Jacquerie e na revolução de 89.

Jacques Bonhomme e — assim era chamado o povo por irrisão e quem o chamava assim eram os seus próprios espoliadores.

«— Jacques Bonhomme é um animal paciente — diziam *os senhores* e os homens de armas; e ei-los que o roubavam, que o torturavam, a fim de lhe arrancar o dinheiro; depois, matavam-no, para os não incomodar os seus queixumes. Mas o animal paciente alfim se enraiveceu, e mordeu. Cantu, *Histoire Universelle*, trad. franc., tomo 12, pág. 183».

Como a Baganderie, foi uma terrível lição aquela que os Jacques deram aos seus opressores, aos descendentes de Clóvis e dos francos. Guizot chama-lhe (*Histoire de France pour mes petits-enfants*, tomo 2.º, pág. 149) um acesso de furor demagógico.

Mas à obsoleta observação de Guizot podemos responder com Bignon: A Jacquerie foi uma dessas vinganças, produzidas pelo excesso do mal, e cujos crimes pertencem tão-somente àquelles que a provocaram.

Por então, Étienne Marcel, o valente preboste dos mercados de Paris, trabalhava na sua obra de libertação. A luta começara e, ainda que assassinado Marcel e esmagados os jacques, a desforra deu-se alguns séculos depois, na grande obra de 89-94. Ainda duas palavras para concluir estas observações sobre o elemento gaulês e o elemento franco na nacionalidade francesa. E estas palavras que vou citar, sabeis de quem são? De Guizot, que o Sr. Pedro de Amorim Viana reputa um *historiador atilado*. Ei-las: «A revolução de 89 foi uma guerra, uma verdadeira guerra, tal qual o mundo as conhece, *entre povos estrangeiros*. Havia mais de 1300 anos que a *França continha dois povos*; um povo vencedor e um povo vencido. Havia mais de 1300 anos que o povo vencido lutava para sacudir o jugo do povo vencedor. A nossa história é a história dessa luta. Nos nossos dias travou-se uma batalha decisiva; chama-se ela a revolução. *Francos e Gauleses*, senhores e aldeões, nobres e peões, todos, muito antes desta revolução, se chamavam igualmente franceses, tinham igualmente a França por pátria. Treze séculos se empregaram entre nós para fundir numa mesma nação a raça conquistadora e a raça conquistada, os vencedores e os vencidos; mas a divisão primitiva atravessou o curso dos séculos e resistiu à sua acção; a luta continuou-se em todos os tempos, sob todas as formas, com todas as armas; e quando em 1789, os deputados da França in-

teira se reuniram numa mesma assembleia, os dois povos apresaram-se em retomar a luta. O dia do saldo de contas chegara alfim». (Guizot, *Du Gouvernement de la France depuis la restauration, et du ministère actuel*, 1829). Ora, o que fez Eugène Sue? Descreveu as lutas medonhas que as vítimas e opressores entre si travaram e forcejou por inocular nos espíritos as verdades eternas da liberdade, da justiça e do direito. Desde a invasão dos Francos, passando pelas cruzadas contra os Albigenses e contra os Infiéis, descrevendo aqui os horrores das guerras religiosas, acolá as infâmias de Francisco I, a perseguição de Calvino, o carácter de Inácio de Loiola, mais além os horrores das dragonadas, agora a Jacquerie, logo as grandes cenas da revolução — Eugène Sue teve por meta, escrevendo uma *Histoire d'une famille de prolétaires à travers les âges*, o ensinar ao povo as grandes opressões que esmagaram os seus passados durante séculos e o lançar-lhe no espírito a semente do amor por tudo o que seja liberdade, do ódio por tudo o que seja tirania.

Ora o Sr. Amorim Viana que é democrata e que ama o justo (pág. 247) não pode deixar de aplaudir este romancista, por consequência. Continuando, o leitor deve reparar no epíteto de *pobre rainha* que o Sr. Amorim Viana oferece a Maria Antoinette. Tréguas à compaixão absurda. Está-me parecendo que o Sr. Pedro de Amorim Viana, se deixa, como os poetas, *iludir facilmente pelas falsas aparências do justo e do bem* (pág. 176). A rainha que o Sr. Amorim Viana lamenta era mulher desmoralizada, cuja mais terrível condenação está nas cartas que seu próprio irmão, o imperador José II, lhe dirigia continuamente. As ligações infames com a princesa de Lamballe e com a duquesa de Polignac e o sinistro negócio do colar dão uma cabal ideia da moralidade de Maria Antoinette. As contínuas tramóias da rainha contra a causa da liberdade são de todos conhecidas. Adoptando as ideias de Mirabeau, a propósito de uma intervenção estrangeira, a rainha escrevia em 17 de Fevereiro de 1791 a Leopoldo II, dando-lhe parte das suas infames intrigas com as potências suas aliadas. Foi terrível a condenação da austríaca; a República poderia, talvez, eximir-se a um intempestivo rigor; mas daqui a avançar que Maria Antoinette foi uma pobre rainha vai grande a distância. Depois, é verdade ter ela um imenso orgulho e uma inflexibilidade grande. Mas o Sr. Amorim Viana contesta-o e eu perguntar-lhe-ei porquê.

O autor da *Defesa do Racionalismo*, porém, não curou disso. Eivado do erro fatal dos escolásticos, pensará S. Ex.^a que nós temos obrigação cabal de aceitar de orelha baixa o que S. Ex.^a entender, pela simples razão do *Magister dixit*.

O Sr. Pedro de Amorim Viana diz-nos a pág. 176: «Depois da leitura do *Gil Braz* ou do *Diabo Coxo* de Lesage o nosso espírito não fica desconsolado, porém quem poderá folhear sem ser acometido de náuseas as obras de Frederico Soulié ou de Méry?». Quando li este trecho, concordei logo em que o Sr. Amorim Viana tinha *folheado* e tão-somente *folheado* as obras de Soulié e de Méry. Ora se o tradutor de M.^{me} Lafarge tivesse não folheado mas lido as obras dos dois citados autores, não colocaria no mesmo paralelo Soulié e Méry que distam profundamente. Além do contraste ser mal cabido, porque emparceirar Lesage com Soulié seria emparceirar o autor do *Diabo Coxo* com o autor das *Memórias do Diabo*, temos que Méry e Soulié não podem, como o faz o Sr. Amorim Viana, ser colocados na mesma plana. E sabe o autor da *Defesa do Racionalismo* porquê? Porque Soulié é o tétrico, o horrível, aquele que, como ele o diz no prefácio das *Memórias do Diabo*, oferece aos seus leitores moxas e adstringentes, incestos e parricídios, envenenamentos e infâmias. Daqui as *Memórias do Diabo*, o *Conde de Tolosa* e os *Dois Cadáveres*. Tem, como o diz Larousse, Frederico Soulié por alvo dos seus trabalhos tocar o *horrível*; para chegar a esse fim, serve-o o estilo vigoroso, conciso, a descrição enérgica, a falta absoluta de cenas em que possamos descansar e amar alguém. Os *Dois Cadáveres* são o modelo do género e se o Sr. Amorim Viana os tivesse lido, bem como o *Desterado* de Méry não cairia no erro palmar em que caiu.*

Méry, ao contrário de Soulié, caracteriza-se bem pelas palavras do enciclopedista citado: «Il publia une multitude de nouvelles, pleines d'humeur et de caprice, mais qui suffisoient pour le placer parmi les *conteurs* les plus renommés. Il sut se créer un genre à part à coté d'Alexandre Dumas, d'Eugène Sue, de Gozlan, en plaçant

* In *Revista de Portugal e Brasil*, [Lisboa], 2.º vol., Abril-Setembro de 1874, n.º 8, Julho de 1874.

l'amusement au dessus de l'émotion. Ses romans et ses nouvelles sont un perpétuel feu d'artifice d'excentricités, de paradoxes».

Vê, por consequência, o Sr. Amorim Viana que agremiar o autor das *Noites d'Oriente* com o autor dos *Dois Cadáveres* é reunir numa mesma plana o que tende à comoção violenta pelo tétrico e o que procura em vez de tal o divertimento.

Se, pois, Méry causa náuseas ao Sr. Amorim Viana, como lhas poderá também causar o oposto, Soulié, ou vice-versa?

A pág. 176 aplaude o tradutor de M.^{me} Lafarge o pensamento de Platão de *excluir* da república os poetas. A este pensamento absurdo e tirânico chama Sr. Amorim Viana um pensamento grande.

A ideia de Rousseau: — Tudo sai bom das mãos da natureza —, não é tão paradoxal, como o autor da *Defesa do Racionalismo* julga.

Há nela a fatal exageração que caracteriza Rousseau, o inconsequente Rousseau que, depois de ter ferido contra o edifício cristão tão desapiedados golpes, vem reclamar (*carta 3.^a da Montanha*) um valado para quem negar a possibilidade do milagre. Dinis Diderot, o atleta da *Enciclopédia*, o Danton da ideia, o portentoso autor do *Neveu de Rameau*, fizera a análise profunda daquela alma excepcional de Rousseau. Compreendera que o elemento do genovês era o paradoxo. Impelia-o; daí as acusações de Rousseau contra o colega de D'Alembert. Não lhe acho justiça em tal. Mas nem tudo é paradoxo em Rousseau. Talvez por penetrado disto mesmo seja que o Sr. Amorim Viana o cita constantemente na sua *Defesa do Racionalismo*, em cuja primeira página lhe chama ilustre. Ora no apregoado paradoxo de Rousseau há verdade. Se o entendesse assim, não avançaria o Sr. Amorim Viana que há grandeza no pensamento de Platão: em excluir da república os poetas.

Tudo tem o seu fim mais ou menos importante. Ora não haverá na nossa alma alguma faculdade que a poesia venha fazer pôr em acção? Vejamos porém, antes da análise do desprezo profundo que o Sr. Amorim Viana afecta pelos poetas, uma incoerência das tantas que queria o seu pseudo-estudo moral sobre a autora das memórias que traduz.

O Sr. Amorim Viana aplaude os pensamentos de Platão na sua *República* (pág. 176); e por outro lado ei-lo que verbera as doutrinas *subversivas* da Internacional, pág. 180.

Paremos neste ponto.

Causa em verdade estranheza o ver esta diferença de opiniões sobre Platão e sobre os modernos comunistas. Um para o Sr. Amorim Viana é grande; os outros são subversivos. Por isso, S. Ex.^a lamenta os *excessos de comuna* (pág. 180). Num dos seus papéis oficiais, vemos consignada a teoria dos homens de Paris: «A unidade política é a associação voluntária de todas as iniciativas locais, o espontâneo concurso de todas as energias individuais».

A Internacional, em cujo congresso de Bâle, Karl Marx, o doutor alemão que tenta aplicar as doutrinas de Büchner e Darwin à questão social, e Bakounine, o *bárbaro russo* como ele se chama a si mesmo, esmagaram a facção mutualista pelo predomínio da facção colectivista, pode beber a quase totalidade das suas doutrinas na *República* de Platão. Daí os ódios irreconciliáveis contra a burguesia, não notando que, como observa Chevalier, quem produz o mal não é a abundância de capital, mas a escassez dele; daí a série de actos que fazem da Internacional uma sociedade de resistência.

Como todas as doutrinas, desde Licurgo até Baboeuf, desde Platão até Marx, o comunismo tomou novas formas e novas ideias. Mas o fundo, a base — ficou como sempre.

Büchner, a quem Marx aplaude, diz que sob o ponto de vista económico e social as vantagens da comunidade dos bens prometem ser extraordinárias (*L'homme selon la science*, trad. franc., pág. 335). Não repara, como Thiers (*De la propriété*, liv. 2., C. 2.), que o homem viveria assim, como os bandos de cães que percorrem as ruas de Constantinopla. E, criticando Morus e Campanella, observa com muita razão Samuel Puffendorf que é fácil supor em ideia homens perfeitos; mas que a questão é encontrá-los tais quais eles são (*Le Droit de la Nature et des Gens*, trad. de Barbeyrac, tom. 1, pág. 555).

Ora as doutrinas *subversivas* da Internacional, variam, é verdade, bastante das teorias de Platão, mas aproximam-se delas por outro lado.

Desde a *República* até ao *Paris no Ano 2000* de Tony Moilin, obra que, na opinião de Jules Claretie (*L'Histoire de la Révolution de 1870-71*, pág. 722), é um quadro quimérico duma sociedade reduzida à escravidão à força de regulamentos; passando pela *Utopia* de Morus, pela *Cidade do Sol* de Campanella, pela *Salente* de Fenelon, pela *Oceana* de Harrington, pela *Icaria* de Cabet, pelos

manifestos de Baboeuf e Bucnarotti, nós vemos sempre a doutrina subversiva da *Internacional*, que com Bakounine pede a abolição de propriedade e a supressão de família. Platão, declarando que o *Estado não será mais que uma só família*, dá a mão dos homens, cujos excessos o Sr. Amorim Viana lamenta.

Para Platão na sua *República* o indivíduo é nada; o Estado é tudo e essa unidade deve resultar do acordo das vontades, dirigidas por um mandato supremo.

De facto, acha-se no sábio discípulo de Sócrates pregada a comunidade dos bens e a comunidade das mulheres. A esta república chama impensadamente Jules Simon (*Histoire de la philosophie* no *Manuel de Philosophie* de colaboração com A. Jacques e E. Saisset, pág. 536) uma república ideal.

Creio que mais avisado procede César Cantu chamando-lhe uma utopia impraticável (*Histoire Universelle*, trad. franc., tom. 2, pág. 378).

Procede também assim o biógrafo de Platão, Louis Figuier (*Vie des Savants Illustres*, tom. 1, pág. 106).

E o Sr. Amorim Viana que repele os homens de Paris e os do congresso de Bâle aplaude Platão numa das suas mais tirânicas ideias duma teoria comunista!

A alusão, porém, do autor de *Defesa do Racionalismo* a propósito de Platão não é bem fundada. E vejamos porquê:

Platão repelia, é verdade, o poeta mas o poeta mentiroso que incute no povo as falsas ideias religiosas. Neste ponto estou de acordo com o Sr. Amorim Viana; não os *expulsarei da República*, procedimento que o Sr. Amorim Viana julga *grande* e que eu acho uma mordação ignóbil, mas combatê-los-ei com todos os meios ao meu alcance.

Não me delicio com Chateaubriand nem aplaudo Racine e Soumet. Platão noutros séculos repelia com altivez a poesia fútil e mentirosa que embebia o povo no lodaçal da falsidade (*Leis*, livros 1.º, 2.º e 9.º; *República*, livros 2.º e 3.º).

Mas que fatais incoerências e como custa ver o Platão incrédulo que pedia em mitologia ou tudo ou nada (*República*, livro 2.º e *Leis*, livro 10.º) — ver, digo, esse Platão crédulo e meio supersticioso, observa-o bem Jules Simon (*La Liberté de Conscience*, pág. 13). Esse filósofo que criava homens expressamente para a sua república (citado Jules Simon, pág. 19) encerra contradições fla-

grantes, como se poderá ver, consultando os inúmeros textos que Simon cita.

Ali, nesses incoerentes textos, a afirmação de todos os erros que Platão condenava nos poetas. O Sr. Amorim Viana não procedeu bem, pois, citando deslavadamente as palavras do filho de Egina, pois que Platão não se refere *aos poetas* em geral, como o Sr. Amorim Viana diz; mas a *certos* poetas sem merecimento algum e de refalsadas palavras.

De facto, era a alma de Platão a alma dum *poeta* (Figuier, cit. vol., pág. 114), na nobre acepção da palavra. Combatia a poesia fútil e mentirosa, mas deixava-se arrebatar por essa poesia sublime do Belo que é o esplendor do Bem, segundo a sua definição. Notemos também que as suas proibições obsoletas a respeito da poesia na sua cidade ideal tinham por fim obrigar *os poetas a oferecer nos seus versos um modelo dos bons costumes* (livro 3.º da *República*).

Sempre rico de *poesia e de arte*, sabendo moderar o arrojado da ideia pela *harmonia e suavidade da forma*, na opinião de Cantu (cit. vol. pág. 381), Platão distingue-se profundamente de Aristóteles, que não era nem poeta, nem dotado, como ele, de uma profunda imaginação, nem, como ele, entusiasta do *belo* (opinião citada, pág. 380).

Admiraram-me de facto estas ironias do Sr. Pedro de Amorim Viana aos poetas, tanto mais que S. Ex.^a, como o declara na *Defesa do Racionalismo*, aplaude Lucrécio, que é o *seu poeta favorito*, que se entusiasma com a poesia em prosa de Vítor Hugo na descrição de leito nupcial do Coretta, e que na *Península*, em uns artigos *Liberdade* procede como Thierry, que critica a pág. 1 do seu estudo moral: — cita em apoio da sua tese alguns versos esplêndidos do Dante. E nem podia deixar de ser assim; a poesia é na brilhante expressão de Voltaire (*Dictionnaire Philosophique*, artigo *Poètes*) a música da alma, sobretudo das almas grandes e sensíveis.

Ora Lucrécio é na opinião de Voltaire e na do Sr. Amorim Viana um metafísico sublime e um poeta admirável.

Porto.*

* In *Revista de Portugal e Brasil*, Lisboa, 2.º vol., Abril-Setembro de 1874, n.º 10, Agosto de 1874.

O poeta, pois, pode ser ou o sarcasmo que esmaga a corrupção, como em Juvenal, ou a aspiração nobre e santa que salva a pátria, como em Rouget de Lisle ou nos cantores do Albigeis, ou o pensamento profundo e sábio, como em Lucrécio, como em Goethe.

Não queira, portanto, o Sr. Amorim Viana arrancar do nosso ser psicológico a faculdade importantíssima do *sentimento* e com-penetre-se de que, após o labor *dos homens de palavra fria e da ideia exacta* (Luciano Cordeiro), a chamada entusiasta do poeta que engrinalda o trabalho da razão com as flores da imaginação — não é de forma alguma para recusar.

Falando de história e de poesia, já Aristóteles tinha dito: «Porque o historiador e o poeta não diferem entre si, só porque um escreve em prosa, o outro em verso. Com efeito, facilmente poderemos traduzir para verso a história de Heródoto e ficaria assim uma história em verso, como agora é uma história em prosa; mas diferem em que o historiador escreve o que se passou, enquanto que o poeta escreve o que deveria acontecer. Por isso é que a poesia é mais grave e mais moral do que a história, porque a poesia diz coisas gerais e a história coisas particulares» (Aristóteles, *Poética*, trad. franc., pág. 125, Paris).

Depois de ter avançado ser *grande* o pensamento de Platão excluindo os poetas da república, diz adiante o Sr. Amorim Viana (pág. 179) que é um problema de máxima importância o descobrir qual é a missão da poesia na sociedade. Como?! Pois S. Ex.^a diz que os poetas não podem ser *moralistas* (oh manes de Millevoye!...) (pág. 179), pois pede com Platão a sua expulsão, e por outro lado trata de saber a sua importância na sociedade?!

Em outro lugar, S. Ex.^a julga que *todos* os romancistas democráticos franceses aplaudem Napoleão I (pág. 177).

Auguste Barbier, um poeta, Sr. Amorim Viana, disse numa produção esplêndida:

Sois maudit, oh Napoléon.

É, pois, arriscado e muito o avançar que *todos* os romancistas franceses são da opinião dos Béranger, Thiers, Ségur, Las Casas e outros, cujos entusiasmos ridículos valeram à França o segundo império que, como o primeiro, se abismou em lama e em sangue.

Vítor Hugo nos seus *Miseráveis* faz emudecer Mário que perguntava:

— Que maior do que *ele?* com esta resposta viril de um jovem republicano:

— A Liberdade!

Clemência Robert, que S. Ex.^a deve conhecer pelos insultos gratuitos d'Eugène Mirecourt (que por fatal incoerência acusa Veuillot das injúrias deste *paladino católico* a George Sand), Clemência Robert, digo, nos seus *Quatro Sargentos da Rochella* eleva-se com todo o vigor contra o fanatismo que cobre o *herói* do 18 brumário. Mas basta de exemplos. Levantemos agora uma insinuação do tradutor de M.^{me} Lafarge: — A pág. 177, diz S. Ex.^a:

«Vítor Hugo é já há bastante tempo todo dedicado ao povo, no entanto *não pode conter-se* que nos *Miseráveis* não faça do seu herói Mário um titular!».

Todos os que leram a grandiosa protecção da águia de Guernsey não podem deixar de repelir a acusação do Sr. Amorim Viana.

Mário, que sai de casa de seu avô, o velho Gillenormand, mercê das suas ideias revolucionarias, era: «— diga-se de passagem, republicano militante como o provara, e agora barão contra vontade. Dera esta circunstância até lugar a uma pequena revolução na família, sendo, actualmente, Gillenormand o que queria que Mário usasse do título e o mancebo o que lhe não ligava importância. Porém o coronel Pontmercy escrevera: 'Recomendo a meu filho que use do meu título' e, portanto, Mário obedecia. Afora esta razão, Coretta, em quem principiava de despontar a mulher, mostrava-se sobremodo satisfeita com o seu título da baronesa» (Vítor Hugo, *Miseráveis*, part. 5.^a — João Valjean). E ainda na parte 3.^a — Mário:

«— Para meu filho — No campo da batalha de Warterloo, fez-me barão o imperador. Visto que a restauração me contesta esse título, que eu ganhei à custa do meu próprio sangue, peço a meu filho que o tome e use como seu».

Eis tão facilmente explicado o que ao Sr. Amorim Viana tão nefando lhe parece. Nada mais natural do que um pai, oficial do império que tenha orgulho do seu título dado pelo seu ídolo, o imperador e nada mais natural do que o procedimento de um filho, aliás republicano a ponto de se deixar varar pelas balas no

alto de uma barricada, que cumpre religiosamente as vontades de seu pai morto. Nada há aqui de mal; se não for a citação cavilosa do Sr. Amorim Viana, citação desacompanhada das circunstâncias que influem completamente no juízo a fazer do procedimento de Vítor Hugo. Veio esta falsidade sobre Hugo, a propósito das seguintes palavras (pág. 176): «Por isso se deixam tão levemente seduzir pelas elegâncias da moda e o despotismo dos salões».

Lutadores valentes que recebeis em prémio do vosso trabalho a ironia e o sarcasmo, vinde e aparecei ante o Sr. Amorim Viana, para que ele saiba que a História não é tão injusta como sua excelência.

Tu, Girard de Nerval, pobre desgraçado que te enforcaste num lampião de um dos becos mais imundos de Paris; tu, Henri Murger, que foste esmagado pelo atroz peso da miséria; tu, Henri de Rochefort, cuja pena sarcástica demoliu o edifício do império; tu, pobre exilado de Guernesey, autor dos *Châtiments* e do *Napoléon le Petit*, vinde todos; e é mais além, sai do teu túmulo, oh Madame de Staël e diz as perseguições vis do homem da Córsega; e tu, triste Silvio Pellico, vem chorar aqui as tuas *Prisões*; aproxima-te, Campanella, poeta, e relembra o teu martírio ao Sr. Pedro de Amorim Viana; vem tu também Camões; e tu, Cervantes; e tu, nobre Dante; e tu, mísero Tasso; e tu, gigante de Ferney, nobre Voltaire; e vós, oh trovadores do Albigeois contra os fanáticos de Simon de Montforte; e tu, Rouge de Lisle; vós todos, *homens de imaginação*, acercai-vos e dizei alto, bem alto, todas as vossas torturas e todas as vossas desgraças, mercê de *não vos deixardes levemente seduzir pelas elegâncias da moda e pelo despotismo dos salões*.

Apesar de tudo, o Sr. Amorim Viana comove-se com a suave poesia que ressalta das páginas do *Paulo e Virgínia* de Saint-Pierre, como confessa a pág. 197. Ainda bem!

Não entende, porém, S. Ex.^a ao contrário de Jules Cauvain, que a leitura de maus romances possa levar-nos a cometer atentados (pág. 185). Não compreendo como o Sr. Amorim Viana possa avançar tal, depois de ter dito (pág. 176) que escritores há que, *como Balzac, fazem a apologia dos abusos e que, como Ponson du Terrail, poetizam o vício e canonizam o crime* (pág. 231). Estes escritores depravados evidentemente *instigarão por seus maus conselhos as almas perversas a ceder ao pendor natural* (pág. 186).

Logo, evidentemente, a leitura de maus romances nos pode levar a cometer atentados.

Por outro lado, porém, o Sr. Amorim Viana, citando Dumas filho, Emílio Souvestre e Paulo de Kock, diz (pág. 193): «Para a descrição dos *usos e costumes contemporâneos* os romances valem incontestavelmente as memórias». A pág. 168, em contrário disto, o lente da academia politécnica do Porto declara que *nas obras de imaginação se não espelha fiel a realidade*. Creio, pois, que os usos e costumes contemporâneos de pág. 193 se acham em flagrante contradição com a realidade de pág. 168.

Mas, uma contradição ainda mais grosseira se acha a pág. 244. Diz o autor: «Durante a questão do Charles e Jorge, os jornais franceses arguíram-nos de sermos uma nação de negreiros. Foi uma acusação injusta. *Se porém, pretendessem só que entre nós havia ainda grandes fortunas devidas ao tráfico dos negros, e que entre nós os negreiros eram bem acolhidos, estimados e festejados, lançavam-nos um labéu de que nos seria difícil lavar*».

Além da contradição pungente das palavras do autor, notemos, ainda que é falsa a afirmação de S. Ex.^a, de que não somos uma nação de negreiros.

Fomo-la durante séculos inteiros e demos o exemplo nessa infâmia imensa que, como bem observou Vítor Cousin, degrada todo o nosso ser. Os primeiros que tocaram a rebate contra a infâmia do tráfico foram Voltaire, Rousseau, Montesquieu, todos aqueles grandes vultos que inspiraram Vadier, Levasseur e Lacroix, os três deputados da convenção que deram o primeiro golpe nessa vileza que se chamava o comércio de carne humana*.

Em que se ressentem** o patriotismo do Sr. Amorim Viana, fomos uma nação de negreiros e a nossa história é nesse ponto, como em muitos outros, uma história negra.

Mas, voltando atrás, assevera o Sr. Amorim Viana que «transformadas pela arte, a pocilga, o cárcere, o lupanar podem

* Os Directores (DD) da revista inscrevem neste ponto a seguinte nota: «O nosso colaborador parece-nos injusto com Portugal que tem uma larga parte na prioridade desta glória. Os DD».

** No artigo original, talvez por erro tipográfico, figura «resinte» em vez de «ressente».

ombrear com os mais brilhantes e ricos salões» (pág. 178). Esta insinuação à Mirecourt não vale o cuidado de uma resposta. Hugo na admirável pintura da água-furtada de Jondrette e Sue, na sua descrição da gerianta, não transformaram pela arte mas mostraram pela verdade.

Mais adiante, diz o Sr. Amorim Viana que no segundo império *não podia ser moda o fanatismo pelas instituições democráticas* (pág. 179). Como assim?! Acaso as crenças individuais variam, *como a moda*? As instituições democráticas não são por ninguém amadas, *passada a moda*? Escreveria acaso o Sr. Amorim Viana na *Gazeta Democrática*, *por moda*? E no segundo império, não lembraram a S. Ex.^a o Sr. Pedro de Amorim Viana, os nomes de Hugo, de Sue, de Favre, de Gambetta, de Claretie, de Larroque, de Pelletan, de Simon, de Rochefort, de Blanqui, de Delescluses, de Grousset, de Fonville, de Flourens e de tantos outros mais?

Fatais incoerências de um grande espírito!

Observa o Sr. Amorim Viana a pág. 177, que Napoleão I foi um tirano e que Luís Filipe foi um rei justo e liberal.

Na primeira destas afirmações concordo com o tradutor de mad. Lafarge, tanto mais que, aplaudindo os trabalhos de Quinet e principalmente de P. Lanfrey (*Histoire de Napoléon*), desprezo profundamente os entusiasmos loucos dos Thiers, Ségur, e tantos outros, cujas necedades, valeram à França, como disse o lodo do segundo império.

Na segunda, porém, destas afirmações não dou a mão ao Sr. Pedro de Amorim Viana e não concordo com ele na significação de *justo e liberal* que dá a Luís Filipe, o primeiro e único dessa raça de reis burgueses que levariam todo e qualquer povo aos abismos mais negros. Não é ora ocasião de traçar a biografia do rei destronado pelo movimento de 48; mas bastará recordar e tão-somente *recordar* ao Sr. Amorim Viana o procedimento torpe de Luís Filipe para com Carlos X e em outro extremo a opressão dos últimos anos do reinado contra toda e qualquer ideia *justa e liberal* que se suscitasse. Aquele rei que comprometeu tantas vezes a dignidade da França e cujo mote era a *corrupção*, está pregado ao pelourinho por uma palavra que foi arquivada no catálogo dos grandes cinismos políticos. Depois do morticínio de Varsóvia, o intérprete do pensamento do rei, o

general Sebastiani, a 16 de Setembro de 1831, soltou na tribuna essas palavras sinistras que condenam para todo o sempre a vileza do governo mercantil: — *A ordem reina em Varsóvia.* — Era assim que o rei *justo e liberal* entendia a ordem do sangue e da lágrima.*

Podemos ler com fruto sobre este rei mercantil, este rei de empreitada, tiranete comercial, os trabalhos de H. Castille, de Louis Blanc e até a biografia de *Louis Philippe* no *Dictionnaire* de P. Larousse.

Faça isso o leitor e concordará depois nas palavras do biógrafo: «Não se pode negar que este regímen, fundado sobre a riqueza, quer bem quer mal adquirida, tinha tido como resultado o degradar os caracteres, o arruinar as convicções e o suscitar os apetites materiais, fazendo depender tudo do positivismo mercantil». Não basta afirmar; enunciada a proposição cumpre prová-la. O Sr. Amorim Viana, porém, não usa assim no seu livro. Mas prossigamos apressadamente nos reparos que suscita o estudo moral acerca de M.^{me} Lafarge.

É incontestável que se prepare uma imensa revolução, que virá dar nova fase a este mundo velho. Neguem-no os cegos e não ouçam os surdos os prelúdios do grande acontecimento. Como Bernardin de Saint Pierre, Rousseau e tantos mais presagiaram a grande revolução do século passado, podemos todos nós sem engano pressagiar a grande revolução que se prepara. O Sr. Amorim Viana não desconhece isto, como o declara a pág. 180, e lembra para precaução de catástrofe a ideia do Dever (pág. 181). Mas o Dever é inseparável do Direito e não é o Dever que acarreta o Direito, mas o Direito que traz o Dever.

Pois bem, Sr. Amorim Viana: A sociedade actual está gasta, corrompida, prestes a desfazer-se. Quereis retemperar-lhe os brios, (pág. 247)? — Eia: ensinai, moralizai, propagai as grandes verdades científicas e os grandes preceitos da moral. Verberai a utopia e apresentai a Ciência; desmascarai o Erro e defendei a História; indignai-vos contra a Tirania e aplaudi a Liberdade. —

* In *Revista de Portugal e Brasil*, Lisboa, 2.^o vol., Abril-Setembro de 1874, n.^o 11, Setembro de 1874.

Numa palavra ensinai o povo nas grandes Verdades, tendo-lhe tirado o árido de Ciência.

De viseira alçada, empunhando o facho da razão, levai aos recônditos das Trevas actuais o clarão que Mirabeau reclamava: — *Des lumières, encore des lumières, toujours des lumières!* —

III

Duas palavras para concluir.

O Sr. Amorim Viana reputa M.^{me} Lafarge uma mulher *refalsada* (pág. 230) sem *critério moral* (pág. 185), *criminosa a quem nada atenua o crime* (pág. 174).

Pois bem; depois de ter fulminado assim a autora das memórias que traduz, o Sr. Amorim Viana chama a M.^{me} Lafarge uma *desventurada senhora* (pág. 170).

A incoerência é digna de sério reparo; uma mulher envenenadora, criminosa, refalsada não deve jamais ser chamada benignamente uma desventurada; sempre uma mulher perversa. A compaixão, na frase de Montaigne, serve de aguilhão à clemência; e nunca o Sr. Amorim Viana pode usar de clemência para com M.^{me} Lafarge. Voltaire expressou bem pelas suas palavras: — *On doit des égards aux vivants; mais aux morts on ne doit que la vérité* —, expressou, digo, o pensamento do tradutor de M.^{me} Lafarge, que pede *juízos imparciais para os defuntos* (pág. 246). E não se fale em intempestivas compaixões; porque, *quem substitui à noção do dever outra lei por mais generosa que lhe pareça perde-se no vago de confusos sentimentos ou é precipitado pelas paixões no abismo* (pág. 185). — Venha, pois, a verdade, pois, severa, justa, inexorável; porque, *aqui a severidade não é affectação, é indispensável. Não se trata de fazer o panegírico de um homem, pretende-se inspirar o amor da própria virtude, cumpre que o quadro que dela se trace seja sem manchas, que se indique o modelo a seguir. A obra só então terá a sua plena eficácia, quando nela a imagem do Bem e do Justo brilhar em todo o seu esplendor* (pág. 247).

Os reparos, porém, que me suscitou o estudo moral de M.^{me} Lafarge pelo Sr. Amorim Viana vão-se alongando demasiadamente e já é tempo de os concluir.

Digamos, pois, por último duas palavras sobre a mulher a quem chamarei desventurada, não porque a julgue um modelo, mas porque também a não considero, como o Sr. Amorim Viana, uma mulher refalsada, perversa, perdida; uma envenenadora e uma criminosa a quem nada atenua o crime.

A imparcialidade do Sr. Amorim Viana é aparente e, como todas as imparcialidades aparentes, é (na frase de Benjamin Constant) uma parcialidade disfarçada. Pertencendo ao grupo apaixonado dos anti-lafargistas, o Sr. Amorim Viana esforça-se por demonstrar cabalmente a culpabilidade da autora das memórias que traduz. Não o consegue, porém; e deixa na sua acusação muitíssimo a desejar.

Repito: se chamasse *desventurada* a uma mulher que reputasse *criminosa*, procederia inconsequentemente, porque, em verdade, diz bem o Sr. Amorim Viana, a pág. 240, que *nenhuma lei moral permite que se subtraia o culpado ao castigo que merece e que a justiça ceda à compaixão; a afeição para o criminoso aconselha mal*; palavras estas justíssimas de que o Sr. Amorim Viana se devia lembrar, quando cometeu o erro grosseiro que deplora.

Mas, vejamos:

A questão Lafarge é uma das questões mais complicadas do foro francês e uma das que oferece mais dúvidas e dúvidas pungentes.

Não querendo avançar a completa bondade de carácter de Maria Capelle, tenho somente a mostrar que neste sinistro drama *o bem e o mal estão mais disseminados* (pág. 230); e que por consequência não é só sobre Maria Capelle que as acusações devem recair mas sobre Lafarge, sobre a sua família e principalmente sobre o lúgubre personagem de Denys Barbier.

Começando pelo triste negócio dos dançantes, tenho a observar ao Sr. Amorim Viana que não parece crível ser Maria quem cometesse realmente o roubo (pág. 209).

Amiga íntima de M.^{me} de Nicolai, Maria Capelle serviu de confidente a essa menina, a propósito de uns amores romanescos com um espanhol Félix Clavè. Se estes amores tiveram a sua conclusão natural, porque, na frase de Vítor Hugo, a alcova é uma consumação, não sabemos nem importa saber.

O certo é que, tendo M.^{le} de Nicolai vindo a ser a viscondessa de Leotand, devia por natureza das coisas, o que é bem claro, ter

todo o empenho em comprar o silêncio do seu primitivo amante. Maria Capelle que fora a confidente dos amores podia e devia ser muito bem a confidente desta nova tramóia. Cumprira, por consequência, que fosse ela a encarregada da negociação em questão. Para se assegurar do silêncio do seu amante e para se apoderar de uma correspondência assaz comprometedora, entregou M.^{me} de Leotand a Maria Capelle diamantes de subido preço que serviriam para com o dinheiro proveniente da sua venda comprar o que se pedia de Félix Clavè. Tendo desaparecido os diamantes de sua casa, o Sr. Leotand, como é bem natural, suspeitou um roubo. Recaíram as suspeitas sobre os criados de casa; mas depressa o marido da amiga de Maria Capelle, notando que a acusação deveria pesar sobre sua esposa, suspendeu a acção judicial que intentara. Ora M.^{me} Leotand continuou, passados alguns meses, a sua correspondência com a sua íntima amiga. Porque não citará isto o Sr. Amorim Viana e porque não notará que era tal impossível, se M.^{me} Leotand acreditasse na culpabilidade da sua amiga e se não estivesse com ela conivente? Este ponto é, como se vê, altamente importante.

Passou-se muito tempo, sem que a família Leotand desse rumor algum de si, a propósito deste triste acontecimento. Porém, o que é inexplicável, quando Maria foi acusada de envenenamento, o Sr. Leotand não teve escrúpulos de a acusar de roubo. Pergunta-se: — Porque nessa ocasião e não em antes? Se para Leotand Maria era uma ladra, porque esperar para a ocasião em que sobre ela pesava uma acusação capital e porque não se queixar às autoridades, logo do desaparecimento dos diamantes? Havemos todos de confessar que este facto dá ampla matéria para amplas reflexões.

Certo é que, por instâncias de Lachand, Maria se resolveu a escrever uma carta, e bem sentida que é à sua antiga amiga. O célebre advogado foi em pessoa levar a carta ao seu destino e recebeu uma negativa formal de M.^{me} Leotand, que negou energicamente ter dado os diamantes a Maria Capelle. Mas, se M.^{le} de Nicolai julgava Maria culpada, porque e para que lhe escrever cartas de intimidade, após o roubo?

Nesta explicação naturalíssima do negócio dos diamantes o Sr. Amorim Viana, porém, não vê mais que *uma combinação de Maria com os seus advogados* (pág. 211).

S. Ex.^a não conhece decerto o talento imenso do futuro defensor de Troppmann, porque senão não ousaria avançar tal.

Se Lachand estivesse compenetrado de que M.^{me} Leotand era inocente e M.^{me} Lafarge culpada, para que escrever à ex-M.^{lle} de Nicolai, pois que ninguém decerto se vai acusar de crimes que não cometeu? Mas a resposta a esta dificuldade dá-a o mesmo Sr. tradutor das memórias de Maria Capelle, a pág. 211; — *Se Maria era inocente, se M.^{me} Leotand não quis ou não pôde dissuadir o marido contando-lhe o seu erro, havia agora respondendo à carta torná-lo público difamando-se a si própria?* (pág. 211).

Em face dos princípios eternos da Moral, M.^{me} Leotand devia praticar assim. Não o fez, porém. Ainda assim, a carta de Maria fica um acto de desespero e de indignação e tanto monta dar-se este acto ontem como hoje. Por isso é que é mal cabida a observação do Sr. Amorim Viana, que a carta devia ser imediata à acusação. Esperando sempre e não querendo perder uma *amiga* que a perdia, Maria Capelle não procedeu tão perversamente como parece ao Sr. Amorim Viana.

Mas outra circunstância mais e digna de bastante consideração. Afirmou a Lachand M.^{me} Leotand que não mais soubera de Félix Clavè desde 1836. Ora sucede que por o tempo do processo que causou ruído em todo o mundo, um homónimo do amante de M.^{lle} Nicolai, residente em Alger, veio declarar que em 1839 tinha recebido por engano de correio uma caixa vinda de França, dirigida a um seu homónimo; e que, tendo indagado, tinha descoberto o paradeiro da pessoa a quem era dirigida a caixa que recebera. Chamava-se essa pessoa Félix Clavè e era, como ele, por então residente também na Argélia. Este Félix Clavè tinha-lhe dito que, com efeito, a caixa era para ele e dirigida pela viscondessa de Leotand com quem tinha relações. Era esta revelação bastante grave; e por ela se vê que M.^{me} Leotand mentia, quando asseverava a Lachand que desde 1836 nunca mais tinha ouvido falar em Félix Clavè.

O tribunal, porém, de uma parcialidade, digamo-lo sem hesitações, vilíssima não ligou importância a esta revelação e não chamou à sua presença nem Félix Clavè nem o seu homónimo. E porquê? Este negócio dos diamantes ficou sempre obscuro e o único que lhe poderia decerto dar solução clara morreu doido, Félix Clavè, em 1853, no hospício dos alienados de Pan.

Eis-nos chegados ao terrível drama do envenenamento de M. Lafarge. Este homem era um torpe especulador e, estando arruinado, veio a Paris com o fim baixo de por meio de um casamento recuperar o dinheiro perdido. Dirigiu-se a M.^{me} de Foy, célebre contratador de casamentos, que se pôs em campo. Maria Capelle possuía uma fortuna de proximamente cem mil francos e Lafarge estremeceu de contentamento, ao pensar em tão bela aquisição. Tinha-se declarado possuidor de um castelo magnífico e de 80 000 francos de renda anual. Era uma mentira torpíssima que o Sr. Amorim Viana não verbera. Casados que foram, partiram os dois para o Glandier. Em Orléans, o marido força a porta do quarto da esposa e deixa ver a brutalidade do seu carácter. Chegados que foram ao Glandier, apresentou-se a verdade em toda a sua nudez. O castelo magnífico era um casebre podre e os 80 000 francos de renda uma forja arruinada.

O procedimento de Lafarge foi demasiado torpe e deixa bem ver a fealdade da alma do esposo de Maria. Mas a pobre mulher em pouco se acostumou nessa lúgubre habitação e as cartas que escrevia às suas amigas de Paris, deixam transparecer ao princípio uma triste resignação, depois já uma alegria descuidada. Passado tempo, os dois esposos fizeram testamento e trocaram-nos um pelo outro. Ora a mãe de Lafarge, ciosa de saber as disposições de sua nora, cometeu a acção torpe de partir o fecho do testamento para o ler. Diz o Sr. Amorim Viana (pág. 225) que a ideia do testamento partira da acusada. Parece-me que nada lucrava com isso; pois que o seu dote de 100 000 francos era bem melhor do que uma invenção de resultado hipotético e que não passava de uma armadilha (pág. 223). Mas mais diz o Sr. Amorim Viana que pelo testamento se via Maria Capelle senhora de uma grande fortuna (pág. 224). Como assim? Pois Lafarge não estava de tal modo arruinado que veio procurar a Paris esposa rica, sendo primeiramente preciso Denis fabricar bilhetes de favor, verdadeiras falsificações? Que lucraria, pois, Maria com tal testamento?

A propósito das falsificações de Denis e de Lafarge, que por um momento estiveram para o perder, temos a acrescentar, para honra de Maria Capelle, que pouco tempo antes da morte de seu marido tinha escrito aos credores dando-lhes parte que respondia pela sua fortuna individual. Porque não referirá isto o Sr. Amorim

Viana, bem como o facto de a sogra de M.^{me} Lafarge abrir o testamento? Chama à sogra o professor da nossa academia politécnica uma *velhinha ignorante* (pág. 229) e os meus leitores à face do facto, que lhes cito, o que chamarão?

Pelos fins de Novembro de 1839, veio Lafarge a Paris, com uma procuração de sua mulher para negociar um empréstimo. Denis Barbier tinha também vindo mas sem ninguém o saber no Glandier.

Ora, a 18 de Dezembro, recebeu Lafarge uma carta de sua mãe, dando-lhe parte de lhe enviar uma caixa com pastéis pequenos. A caixa chegou *não com pastéis pequenos*, mas com *um só pastel grosso*. Mais. Quando saíra do Glandier ia a caixa *fechada com crochets*, quando chegou ao seu destino e Lafarge a recebeu, *ia pregada*.

Evidentemente tinha havido uma substituição. Repito: Porque não ponderará tudo isto o Sr. Amorim Viana e porque não dirá palavra a este respeito?

Tendo comido uma pequena porção do pastel, Lafarge foi acometido logo de cólicas terríveis; e, voltando ao Glandier, expirou no meio de atrozes aflições.

Notemos ainda. Mercê da procuração de sua mulher, Lafarge tinha recebido em Dijon 25 000 francos de empréstimo que trazia no baú. Tal dinheiro nunca apareceu. O Sr. Amorim Viana também não pondera isto.

E eis aqui neste negócio obscuro, mil vezes obscuro, em que toda a afirmação é inconveniente, o Sr. Amorim Viana sem ter pesado suficientemente a questão, e fazendo obra tão somente pelas afirmações da família do defunto, família cupida, depravada e necessariamente apaixonada e parcial, declara categoricamente, irrefragavelmente M.^{me} Lafarge culpada, criminosa, envenenadora!

O processo de M.^{me} Lafarge foi um dos mais escandalosos que o foro francês tem arquivado. Das ilegalidades, arbitrariedades e parcialidades do tribunal não fala o tradutor das memórias em questão.

O primeiro médico que tratou de M. Lafarge nunca suspeitou envenenamento; um outro, porém, pela análise de um caldo, concluiu a presença de arsénico. Feita a autópsia ao cadáver e analisados os intestinos, concluíram os médicos de Tulle a pre-

sença de grande quantidade de arsénico. Orfila, o grande toxicologista, declarou, porém, que a análise dos médicos de Tulle não merecia crédito, pois que o que se tinha encontrado podia ser uma matéria animal muito comum na bÍlis. Novas experiências com o aparelho de Marsh, e a 5 de Setembro os médicos declararam que não havia vestÍgios alguns de arsénico. Mas a acusação queria uma vítima; exigiu nova experiência e exigiria assim outra e outra até conseguir o seu fim. Houve, pois, mais uma experiência e, a 9 do mesmo, Dupuytren declara não ter encontrado nem sombras de arsénico. Mas que?! O tribunal não se deu por satisfeito e exigiu mais uma nova experiência. Farçada de sangue!...

Veio Orfila e, em vez de trabalhar à vista de outros especialistas, repeliu Devergia e Chevalier e não aceitou senão o seu preparador costumado, Bussy. Não chamará o Sr. Amorim Viana a isto uma terrível irregularidade? A 14, declarou o célebre sábio ter encontrado arsénico no corpo de Lafarge, mas arsénico numa quantidade, dizia ele, *imponderável*.

O tribunal estava satisfeito; e, repelindo todas as experiências de todos os predecessores e distintos médicos, vai condenar precipitadamente, sem exames fiado na autoridade de um só que poderia bem errar, mas que ainda assim declara ter encontrado uma quantidade de arsénico *imponderável*, notai bem na palavra *imponderável*!? Justiça, justiça, por então aonde pairavas tu? Mas as ilegalidades e torpÍssimos erros judiciários não pararam aqui.

O tribunal não pesando, como devia, a revelação de Félix Clavè, da Argélia, não o chamou a ele nem ao seu homónimo à sua presença, o que é muitÍssimo de estranhar. Também não ligou importância ao que avançava Raspail que viera combater o relatório d'Orfila. Não o quis ouvir, como não ouviria Orfila se Orfila tivesse seguido a via de Dupuytren.

Pois bem: — Raspail, examinando os preparados do seu antagonista, provou que a quantidade de arsénico encontrada não podia ser calculada *em mais de um centésimo de miligrama* e avançou que mostraria muito mais arsénico em qualquer parte, nos pés da poltrona do presidente, p. ex., dizia ele. Pois bem, repito: — o tribunal, não querendo ouvir Raspail, *não consentiu que ele examinasse os reactivos que Orfila tinha trazido de Paris, não sabendo que uma preparação defeituosa podia ter dado causa a um erro!*

Repito:— Justiça, justiça, justiça, por então onde pairavas tu?

Mais: — as deposições da família Lafarge, de Denis Barbier e dos mais criados foram incoerentes e repletas de fel, contra a acusada. E o tribunal não consentiu que fossem dadas por suspeitas.

Não atendeu nem aos negócios complicados de Lafarge, nem aos meios de que lançava mão para procurar dinheiro, nem ao desaparecimento dos 25 000 francos do tabelião de Dijon.

Nada, absolutamente nada! Tratava-se de ferir, feria-se; tratava-se de um crime judiciário, fez-se. A defesa foi repelida e o tribunal não soube que a lei deve proteger a todos, sem ser amiga de ninguém. Foi uma monstruosa ilegalidade aquela. A propósito de Raspail, diz o Sr. Amorim Viana (pág. 227) que apesar do seu muito talento só mostrou o ódio que professava aos sábios oficiais e só descobriu os paradoxos e visões em que a sua imaginação se comprazia.

Não sabíamos todos nós que houvesse sábios *oficiais* e todos pensamos sempre que o sábio não é um empregado *oficial*. Demais, a palavra do Sr. Amorim Viana não exime a que consideremos, como uma mordaza imoralíssima, o senão querer ouvir o ilustradíssimo contraditor d'Orfila.

Mas eu não quero com isto dizer que Lafarge não fosse realmente vítima de um crime, mas simplesmente que o tribunal de Tulle não procedeu, consoante as leis da moral, consoante as leis do Direito, pois que não há direitos imorais.

E agora, diz-me, leitor grave e imparcial que julgas neste pleito, depois da resenha, que te fiz, das ilegalidades e tropelias do tribunal de Tulle não terei razão de repetir com Larousse: «Em nenhuma outra causa, talvez, a justiça mostrou tanta paixão para provar o crime e tanta negligência ou hostilidade para tudo o que podia atenuar ou destruir a acusação. Podemos afoitamente dizer que os magistrados do tribunal de Tulle empregaram para chegar ao resultado desejado, mais violência e mais tenacidade do que a que seria precisa para perder dez inocentes. Vejamos, pois, a que censuras e a que suspeitas se expõem os magistrados, quando recusam recorrer a todos os meios de investigação e quando opõem ao acusado, de toda a maneira, as

negativas da justiça; quando aqueles que estão encarregados de falar em nome da lei e da sociedade substituem a imparcialidade pela paixão e tratam menos de fazer a luz e mais de ganhar a sua causa, seja como for.

Portanto, *porque é que o Sr. Amorim Viana, não contente com deixar na sombra as circunstâncias favoráveis à acusada, nada absolutamente nos diz destas infâmias judiciárias e porque é que não aproveita a ocasião para verberar as tropelias do tribunal francês, como o faz a pág. 240, a respeito de um nosso poder judicial que sofismara indecentemente a lei; porque é, repito, que o Sr. Amorim Viana que lastima a corrupção de nossa época não fustiga, como devia, as monstruosas ilegalidades do tribunal de Tulle, lembrando que a lei deve fornecer todas as circunstâncias, absolutamente todas, que necessárias forem para se fazer justiça plena e cabal?*

Uma última reflexão: — Tem-se ultimamente julgado que, se crime houve, o verdadeiro culpado fosse Denis Barbier, esse lúgubre falsificador que cúmplice de Lafarge, o ajudava nas suas vis traficâncias. A isto alude o Sr. Amorim Viana em pág. 228; e a pág. 227 avança que Denis era um servidor dedicado à família Lafarge, o que explica a animosidade contra a acusada e a importância que tinha no Glandier. Respondendo a isto, direi que a importância que tinha no Glandier lhe advinha dos seus talentos de falsificador de bilhetes de confiança e de lúgubre sócio das tramóias de Lafarge. A animosidade que mostrou contra a acusada explicar-se-á muito melhor pelas palavras do Sr. Amorim Viana pág. 222: — *A perversão moral obscurece o entendimento e torna-o incapaz de apreciar certas conveniências.*

Deste lúgubre personagem de Denis Barbier, deste falsificador sempre em viagens secretas, lembraremos ao Sr. Amorim Viana que se esqueceu de notar certas palavras desgarradas muito comprometedoras e principalmente que olvidou notar que *após a sua deposição cheia de fel contra M.^{me} Lafarge, tendo requerido por então a defesa que fosse chamado de novo ao tribunal para explicar certos factos, ninguém o encontrasse, porque tinha completamente desaparecido.*

Não supponho, como o Sr. Amorim Viana, que um homem perverso de *factos vergonhosos e de deploráveis tramóias* (pág. 230), como o era Denis, possa ter dedicação a um cúmplice. Durante a detenção de M.^{me} Lafarge, os parentes da infeliz senhora requereram

um processo contra Denis, por falsificador e testemunha falsa; mas a justiça (?!), animada daquele santo zelo de conhecer a verdade que os meus leitores já sabem, recusou, como é de ver.

Às demais considerações do Sr. Amorim Viana a respeito de Denis responderei com as palavras de dois distintíssimos magistrados alemães, Temme e Toerne:

«Tinha ajudado Lafarge a cometer as suas deploráveis traficâncias; talvez fora mesmo quem a tal o incitara: se Lafarge fosse descoberto, Denis partilhava da sua sorte.

Tinha chegado a Paris alguns dias antes da chegada do pastel, e em segredo; pois que no Glandier mesmo não se sabia que ele estivesse em Paris e Lafarge não ousava dizê-lo. Os seus tramias não corriam, pois, risco algum de serem descobertos. Por consequência, a suspeita de um crime é muito natural, quando se trata de um homem destes. Pois não teria ele interesse em matar Lafarge, o único que estava ao facto das suas manobras? Pois não poderia ele ter trazido o veneno na ocasião mesma da remessa do pastel? Quando Lafarge chegou, já a caixa tinha sido aberta. E note-se agora a exclamação de Denis, contada pelas testemunhas: — Agora sou eu quem mando? — Este mesmo Denis chegara ao Glandier três dias antes de Lafarge; assim esteve durante todo o tempo do envenenamento; possuidor de veneno nas circunstâncias as mais suspeitas, a tal respeito embaralhou-se em mentiras palpáveis. Entregou à acusada um embrulho que ao depois se soube não conter veneno. Teve sempre um livre acesso junto do doente. Fazia recair, por palavras repletas de fel, a suspeita de envenenamento sobre a acusada, e procurava, sem motivo algum, sempre justificar-se, avançando que não era ele o envenenador».

Para concluir este já alongado parecer, citarei agora as palavras da Sarausse, a propósito da família de Lafarge, desse torpe traficante que se não pejou de enganar vilmente uma pobre rapariga, prometendo-lhe castelos e alegrias e dando-lhe realmente negruras e lágrimas: «Seja como for, M.^{me} Lafarge parece bem mais digna de estima do que esse marido precisado e grosseiro, do que essa família cupida que abria testamentos, que aproveitava a confusão para encher a mão e que, na audiência, levava a audácia até a deixar ver que não esperava senão a condenação para dar mão ao resto da fortuna da acusada».

Em conclusão, lamentando que o Sr. Amorim Viana não se soubesse conservar à altura onde o levaram os seus estudos na *Península* e a sua *Defesa do Racionalismo*, faço votos para que, convicto do mau caminho que trilhou ora se entregue de novo à profundidade de estudos que o colocaram no grémio dos pensadores mais distintos da Europa culta... *

* In *Revista de Portugal e Brasil*, [Lisboa], 2.º vol., Abril-Setembro de 1874, n.º 12, de Setembro de 1874. Os Directores (D. D.) da revista inscrevem neste ponto a seguinte nota: «Perdoe-nos o nosso estimável colaborador, mas este seu juízo final força-nos a lembrar aos nossos leitores que não fazemos nossas as opiniões enunciadas nos artigos assinados. O nosso amigo tem as suas razões decerto para considerar o Sr. Amorim Viana como um dos pensadores mais distintos da Europa, mas nós até pelas razões que neste artigo se apresentam, não podemos deixar suspeitar sequer que estejamos de acordo neste ponto. Por forma alguma. Os D. D.».

CRÍTICA FILOSÓFICA

Nós...

O Sr. Louis Büchner, célebre propugnador das ideias materialistas de que o ilustre Tissot tanto se arreceia, diz na sua *Força e Matéria* de que todos falam e poucos lêem: «Observando atentamente a nossa época distinguimos nela, sob uma apatia aparente, os verdadeiros sintomas de um movimento intelectual tão tenaz como profundo».

Em verdade assim é para todos os que não sejam espanhóis ou portugueses. Precisemos* estes últimos.

O século XIX, grande época de preparação, é por consequência o grande século do trabalho. Por isso é que surgem nesta época bendita, como gloriosos signos os nomes de grandes trabalhadores, de grandes obreiros na imensa obra.

Pelo livro de Moleschott *A Circulação e a Vida* se acentua a fase revolucionária na ciência. Daquelas premissas fatais: *Não há força sem matéria nem esta sem aquela* — se deduz em maravilhosa cadeia todo o edifício. Eis Vogt, o sarcástico autor da *Ciência e Superstição*: eis Burmeister, o investigador profundo; eis Büchner, o caluniado, eis Darwin que vem dar uma revolução na ciência, tornando infinitamente provável a hipótese da origem simiana do

* No artigo original, talvez por erro tipográfico, figura «precisamos» e não «precisemos».

homem; eis Berthelot, o obreiro infatigável na descoberta do segredo da vida. Passemos a outros campos. Aparece-nos Comte com a sua imensa erudição, e logo em imediata plana Littré e Taine. Se quereis olhar para o outro lado, vereis Vacherot, o idealista profundo. Tendes além F. Pillon, o notável expositor de Kant. Voltais os olhos para outra parte e descortinais Strauss de um lado, e de outro Scherer, e aqui A. de Rivière, o erudito, e ali Patrice Larroque, o demolidor e acolá D. Jacobus, o inexorável. Quereis sábios? Aí tendes Feuerbach, o pobretão; aí tendes Darwin, aí tendes Berthelot. Quereis filósofos? Olhai Vogt, Vacherot, Larroque, Miron, Larousse, o portentoso Diderot moderno do *Grand Dictionnaire*, Pillon, o autor do *Année philosophique* e mais e mais e mais. Contraditores e sectários, ateus e deístas reuni-os todos, porque todos são grandes e abalizados.

Nós, os portugueses, pela nossa parte não queremos saber de nada que tenha visos de seriedade.

Importamos de França não Cointe ou Carle ou J. Simon ou Saisset ou Pillon ou Jouffroy ou Vacherot ou Janet ou Larousse — mas Belot, o biltre de *Mademoiselle Giraud*, mas Terrail, o autor do *Rocamboles*, mas Capendu, mas Montepin, o imoralíssimo homem das *Filles de plâtre*.

As nossas bibliotecas estão pejadas de traduções mascavadas de romances obscenos. As nossas elegantes lêem Belot, o moderno Louvet de Couvray, o Crébillon de hoje, — perdoem-me o paralelo os *Belot de ontem*. Para a nossa sociedade gasta, moribunda, e que há-de morrer, vítima da mais tremenda das doenças, o esfacelar da consciência, a última palavra do espírito humano está nos dramas obscenos de Dennery, nas farçadas fantásticas dos Terrail. É o que se importa de França. O que há-de bom fica na sombra.

Portugal vai morrendo a pouco e pouco e este singular sinal de atrofia moral e intelectual é uma das mais eloquentemente sinistras provas.

Em ciência um dogmatismo absurdo e velho. Krause ou antes os seus discípulos Duprat e Tiberghien são os deuses dos nossos *estudiosos*. O eclecticismo destes, não o de Vítor Cousin, o panteísta converso, é para nós a expressão da ciência. Odiamos profundamente Locke e Condillac mas não cairemos decerto no abismo oposto, em Berkeley. Somos uma entidade fictícia e ra-

quítica, porque julgamos que na ciência possa haver meio termo, isto é, meia verdade e meio erro. Nas nossas escolas não se ensina Darwin nem se discute Vogt. Seria uma blasfêmia.

A nossa pacatez proverbial dá-nos assomos de condenar Lineu por ter classificado o homem um animal mamífero, bímano e decerto indigna-nos o autor da *Ciência e Superstição* quando conciliando a sua tese da multiplicidade de focos com a sua hipótese da origem simiana.

Admiramos ingenuamente a cartilha do padre Inácio e não queremos ler a obra de Amorim Viana, a *Defesa do Racionalismo*, admirável obra de polémica em que se lamenta contudo o espírito de parcialidade injustíssimo contra a França, a confusão dos princípios da Revolução inglesa com os da Revolução francesa, a falta daquela energia para fustigar o erro que caracteriza Voltaire e D. Jacobus, a paixão panteísta do autor que por vezes descai no misticismo melancólico de Theodoro Jouffroy. Em uma palavra, falta ali, como em Larroque, o passo que de Bonald exigia para o deísta.

De resto, à pluralidade dos portugueses basta um romance imoral e uma poesia sem senso. O nosso nível desceu a tal grau que, como os romanos, só queremos pão e brincadeiras. Oxalá que, mercê desta atrofia moral, não venhamos a ter o que Sixto V prometia aos povos: — Pão e... pau.*

* In *A Tribuna*, Porto, 3.^a série, n.º 16, ano de 1874.

A IDEIA COMUNISTA

Esta ideia é velha e, como todas as velharias, não é de modo algum aceitável.

Platão na sua *República* lança as bases do edifício comunista, utopia e quimera que Aristóteles destruiu.

Lycurgo, o feroz legislador, firmou a sua ditadura opressora no comunismo de Sparta. A sua legislação quase sempre injusta e contrária às mais triviais leis da filosofia do direito, porque trata igualmente condições desiguais, deu o que devia dar: um povo de escravos, de Ganymedes e de ladrões.

Campanella, Morus, Harrington são outras tantas constelações deste céu tenebroso. A utopia impera altiva, e Cabet, o autor da *Viagem à Icaria*, sentiu o peso do absurdo, quando se viu entre as devassidões e os horrores da sua colónia de Nauvoo, e quando fugiu de Texas.

Compulsando a história, nós vemos a ideia comunista irrompendo em diferentes épocas, e deixando por toda a parte, quando traduzida no facto, a dissolução, o sangue e a lama. Passamos exemplo de ignomínias, apresentam as *comunidades* católicas.

Ao comunismo *religioso* dos primeiros séculos sucede o comunismo *ateísta* de Owen.

Sempre a quimera, sempre a utopia, sempre o absurdo.

A ideia comunista não tem deixado no seu rasto maldito senão cadáveres, ruínas e horrores.

A luz, o fogo sagrado do progresso há-de purificar a *alma nova* deste delírio social.

O comunismo, suprimindo a liberdade pela autoridade do Estado, apagando o indivíduo (ainda que tal negue o Dr. Louis Büchner, sem o provar), sonhando uma organização niveladora, o que é uma contradição nos termos, dá-nos os tristes desvarios de *Cidade do Sol*, ou do *Paris no ano 2000* de Tony Moilin.

Nivelar estupidamente, selvaticamente, paradoxalmente, é negar o progresso, e quem estaciona morre.

O corolário fatal do comunismo é a extinção da família e a promiscuidade dos sexos. É uma terrível aberração do nosso espírito, uma loucura que ensanguenta as ruas de Paris em Junho ou em Março, ou que cai sob o peso do ridículo em Texas.

É triste para o amigo do progresso e da liberdade registar tão monstruosas aberrações do espírito humano, e pasma-se como se não vê logo à primeira vista que os homens no estado do comunismo viveriam, como diz Thiers: «como os bandos de corças e veados que percorrem os matos, ou como os cães das ruas de Constantinopla».

Mas não! Desde a mais remota antiguidade até nossos dias, nós vemos aparecerem Platão, Licurgo, logo Campanella, logo João de Leyde, logo Wicleff, logo Baboeuf, logo Cabet, logo Moilin, tantos desvairados pelo brilho de uma luz mentirosa.

Desconhecem a natureza humana, confundem tudo sob o pretexto de tudo reformar, diz o bom Fonteyraut.

A resposta à questão social dá-la-á a economia política, nunca o comunismo absurdo e selvagem.*

* In *A Tribuna*, Porto, 3.ª série, n.º 23, ano de 1874.

A METAFÍSICA

(A ALGUÉM)

Voltaire, com aquele sarcasmo pungentíssimo que o caracteriza, disse dos metafísicos: — Quando dois pensadores não se entendem um ao outro, fazem metafísica; quando não se entendem a si mesmos, então fazem alta metafísica.

Não é assim. O sarcasmo não basta. Urge ir ao fundo. E Voltaire, que é de uma precisão lógica inexcedível na *Bible enfin expliquée*, na defesa das ideias de Bolingbroke e dos seus predecessores em Inglaterra, dos demolidores do século XVIII em França, Voltaire é aqui de uma mesquinhez notável.

No artigo *Métaphysique* do seu *Dictionnaire Philosophique*, o coleccionador dos pensamentos do apóstata Meslier chama à metafísica o romance do espírito.

Daí para Voltaire — a diferença entre o géometra e o metafísico. Um, o calculador aborrecido. O outro, o doce sonhador.

Diderot, de quem saiu Danton, como de Rousseau irrompeu Robespierre, na frase justíssima de Auguste Comte, Diderot, digo, moteja do metafísico. — «É um sábio que não sabe nada, diz ele».

Basta de ironias. Analisemos seriamente: segundo uma tradição duvidosa, fora Andronicus que, classificando os livros de Aristóteles, colocara por último os livros *depois da física*; quer dizer, os tratados das ideias abstractas.

Depois da física, quer dizer — a ciência das causas e dos princípios primeiros. Mas que?! *Trans naturam*, pergunta Voltaire, pois o que está de lá da natureza será porventura coisa alguma?

A questão do *porquê* é uma questão insensata, clama modernamente L. Büchner (*O homem segundo a ciência*, pg. 304), uma questão que excede as nossas forças e à qual, pois, nos será sempre impossível responder.

Mas, vamos cá. Remover a questão não é decifrar a incógnita do problema.

O problema fica, pois, sem resolução.

Pergunta-se: — são, sim ou não, importantíssimos os problemas da existência de Deus e da imortalidade da alma, todos os profundos debates que se agitam sobre o ser, o não ser, e a possibilidade? A moderna escola positiva, que sem erro podemos dizer produz grandes passos para diante e grandes estacionamentos, nega ufanamente o valor da metafísica.

Comte observa que *não faz metafísica*, e Janet replica admiravelmente: — O positivista estabelece metafisicamente que a metafísica não existe.

E assim é. Pois que?! A grande síntese dos conhecimentos humanos que se chama a *ontologia*, ela que se propõe estabelecer em bases sólidas as profundas questões das relações entre as causas e os efeitos, da causa primeira e das causas finais, esta síntese formidável, que abraça as mais árduas e profundas incógnitas, não merecerá mais alguma coisa do que os desdêns de uma escola, que aparte os seus trabalhos admiráveis sobre a hierarquia das ciências, pela sua substituição da psicologia pela história, e da metafísica pela filosofia das ciências, mereceu ao mais profundo idealista francês uma brilhantíssima refutação? ¹ Terrível confissão de fraqueza! Littré declara bem alto que «a ciência positiva renuncia à indagação da essência das coisas e das suas propriedades, às causas primeiras e às causas finais; isto é, ao que em metafísica se chama o absoluto» ².

Daí a condenação da nova escola que, na orgulhosa expressão de Guizot, *a fait, je ne dirait bruit, car rien n'a été moins bruyant, mais quelque effet*, — daí, repito, a condenação do positivismo. É um método e nunca poderá ser mais do que isso. Ora, o espírito

¹ *La Métaphysique et la science*, par Vacherot.

² *Aug. Comte et la phil. posit.*

humano requer mais alguma coisa. Vacherot notou, e notou assaz gloriosamente, que o positivismo é uma doutrina que se alui por mutilar a alma, destruindo o elemento racional puro.

Vamos. Tréguas às ironias baratas e néscias. Um pensador, que ilustra a França moderna, castigou-os bem a esses pigmeus: «Le métaphysicien tant honni, tant dedaigné, tant raillé, n'est qu'un homme de réflexion qui se demande à lui-même, avec l'attention que ces questions méritent, ce qu'il est et ce qu'il fait, et dont l'esprit remonte de question en question, sans ambition de les résoudre toutes, mais avec l'espérance fondée d'en éclairer quelques-unes. L'homme irréfléchi passe et rit, trouvant cela plus facile que de comprendre».

Eia, pois, estudemos e meditemos. *

* In *A Tribuna*, Porto, 3.^a série, n.º 42, ano de 1874.

O BISPO

POR GUILHERME BRAGA

I

Sobre uns severos estudos de crítica literária devidos à pena de Laurent-Pichat, e intitulados *Poetas de Combate*, escrevia um crítico: — «Poetas de combate são aqueles que intimamente se mesclaram, por suas obras, ao movimento político, religioso e social do seu tempo, que o ajudaram com toda a força das suas convicções e do seu talento, que combateram, em vez de se isolar, por uma causa, não fazendo da poesia um instrumento sonoro, e tão-somente sonoro».

Contestando, como o faz o referido crítico, todo o alcance das afirmações de Laurent-Pichat, pois que, sendo a poesia a expressão do belo, este se encontra em algures mais do que na liberdade, no amor da pátria, nos deveres dos cidadãos etc., creio, contestando, digo, tal amplitude de expressão, que o poeta deve caracterizar o seu tempo, porque uma poesia, como uma religião, na frase de Joseph Roy¹, reina só e sem obstáculos enquanto duram as circunstâncias que a fizeram nascer.

À frente desse grupo atlético do poetas de combate que Laurent-Pichat apresenta nos seus estudos, desse valentíssimo grupo de todos os tempos, que traduz, como os trovadores do Albigeois invadido e incendiado, as lágrimas, os suplícios, as

¹ Prefácio à tradução da *Religião* de L. Feuerbach.

esperanças malogradas, as amarguras, os anseios da grande massa dos oprimidos está por certo Vítor Hugo, o gigantesco autor dos *Châtiments* e do *Année Terrible*.

Ninguém, em verdade, na frase do distinto crítico citado no princípio deste livro escrito, ninguém, como Vítor Hugo, melhor do que ele mesclou a sua obra à vida e às aspirações do seu século.

Entre nós, o poeta, cuja perda todos choramos, o ilustre autor do *Bispo*, empenhou-se em dar às suas obras o cunho indelével do ansiado trabalho do século em que vivia.

Encarregara-se o nobre e digno vulto, de acorrentar ao pe-lourinho infamante todos aqueles em cuja mão o *triste* povo, na sua melancólica frase, depõe

Mil ósculos d'amor crente e sincero.

Verdadeiramente, caracteriza Guilherme Braga a indignação, a nobre e santa indignação, que lhe fez produzir aqueles versos arrebatadores, que todos admiramos, intitulados: — *A uma sombra que se esvai*. —

II

O *Bispo*, como o faz desde logo crer o título, é um protesto, um protesto incendiado de indignação.

Pesava sobre o autor dos *Falsos Apóstolos* o anátema verdadeiramente doido do Bispo do Pará.

À provocação do espírito velho respondeu o poeta com a afirmação da alma nova. O direito divino em face do direito humano, luta hercúlea pensada pelos atletas do século XVIII, começada pelos gigantes da Revolução e continuada hoje, mais ardente e terrível do que nunca, pois que em nossos dias se dá no campo dos espíritos.

Guilherme Braga que todos nós conhecemos, lutando sempre pelas grandes e eternas verdades, pelos grandes e eternos princípios, Guilherme Braga a quem não faltaram as injúrias, as

calúnias, tudo de baixo e desprezível que soem atirar os *nulos* à região serena dos *privilegiados*, Guilherme Braga, dissemos, traduz em traços de mestre desde o piedoso anátema do bispo, até ao melancólico desalento do poeta, que fecha o livro, todas as esperanças, todos os desenganos, todas as amarguras que são, como fatalmente deviam ser, o meio deste gangrenado século de preparação.

Atentando no pouco que se tem caminhado e no muitíssimo que se tem sofrido, exclama o poeta com o ardor do crente, cuja alma referve em ira, comparando a sublime pureza do ideal com o miserável do facto:

É já longo o caminho do Calvário
Que trilhas, sob a cruz, há tantos anos!...
Desfaz, quebra, estilhaça o teu rosário!
Calca, assoberba, esmaga os teus tiranos!

Desde as blasfémias do fauno que narra ao Cristo pálido e gelado o que viu

..... no lupanar sombrio
No infame lupanar sacerdotal,

até aos versos soberbos em que o poeta nos descreve o *pejo* do sá-tiro em face da *crápula* do pastor, tudo tem calor e vida, tudo tem o cunho da flama augusta, dessa luz maravilhosa do Belo que, segundo o velho Platão, é o esplendor do Bem.

Nada mais acrescentarei a estas breves palavras. Não são uma crítica, longe de mim tal ideia. Falecem-me o estudo e as habilitações.

Estas linhas são, tão-somente, o preito sincero que todos devemos ao grande lutador que agora descansa.

Alentado pelas grandes ideias da verdade e do direito, Guilherme Braga cumpriu o seu dever de homem.

Afirmam-no os seus admiráveis versos.

E porque os seus versos são admiráveis, disse-lho o grande *poeta de combate*, a águia de Guernesey, Vítor Hugo enfim: — «porque Guilherme Braga era um desses homens em quem se encarna a alma do povo, porque tinha em si o grande sentimento da Liberdade».*

* In *A Harpa*, [Porto, 1.ª série, fasc. n.º 20, de 1874].

DA REORGANIZAÇÃO SOCIAL

POR JOÃO BONANÇA

Muito ao correr da pena e sem ideia alguma de apreciação crítica, fomos escrevendo as linhas que seguem.

Não é no brevíssimo espaço de um folhetim que questões tão importantes como as tratadas no livro de João Bonança, se debatem ou se explicam.

Por isso, duas palavras somente, sobre o trabalho que há pouco saiu à luz.

Em 1815, Royer-Collard, o célebre eclecticista, dizia com toda a razão: — «La société est en poussière. Il ne reste que des souvenirs, des regrets, des utopies, des folies et des désespoirs». De então para cá o mal nada mais tem feito do que recrudescer e aumentar de intensidade.

Estamos verdadeiramente na quarta fase que Fourier no seu profundo quadro do movimento da civilização caracteriza pelo justíssimo nome de «Feudalismo industrial», mercê do que tão claramente sucede: o prodigioso desenvolvimento do espírito mercantil e fiscal e das companhias de acções, caracteres da 3.^a fase.

Estando, pois, a civilização verdadeiramente em decadência, como se patenteia até aos que não acompanham Ch. Fourier na elaboração da sua teoria societária, urge preparar, cada um consoante as suas forças, materiais para a vinda próxima de uma nova e melhor fase do estado da humanidade, sucessiva a esta civilização decadente. De facto, seria a maior das loucuras conceber o estado presente que tem por nome — civilização —, pelo justo

termo da evolução da humanidade, como todavia quase geralmente se supõe. «Pois que haverá de mais imperfeito, pergunta Fourier, do que esta civilização que arrasta atrás de si todos os males? O que de mais duvidoso do que a sua necessidade e a sua permanência futura? Não será provável que ela não passe de um degrau da carreira social? Se ela foi precedida de três outras sociedades, a selvajaria, o patriarcado e a barbárie, segue-se que será a última, por ser a quarta? Não poderão nascer ainda outros estados e não veremos nós uma quinta, uma sexta, uma sétima ordem social?».

Passar desta a outra ordem: eis o grande passo; quer pela via natural da sucessão fatal e necessária das coisas, que nos levará muito facilmente ao período das Garantias e ainda ao da Associação; quer pela outra desgraçada via: da Revolução, a qual poderá por certo deixar fazer a experiência científica.

João Bonança é uma bela inteligência dedicada ao estudo dos meios tendentes ao melhoramento físico e intelectual da classe mais numerosa e mais pobre, segundo a célebre e venerável fórmula dos Saint-Simonianos.

O seu livro *Da Reorganização Social* é, pois, um brado e brado enérgico, em favor das massas, exploradas e a braços com a miséria que lhes arranca os membros para o lupanar; para as enxovias ou para os hospitais.

Este desgraçadíssimo estado de coisas, violento protesto contra umas falsas aparências de melhoramentos sociais, foi por João Bonança conscientemente estudado e conscientemente debatido, em duzentas páginas, cheias de verdades amargas e de santas indignações. O ideal de João Bonança é a «paz», nobre ideal, não a paz que depende tão-somente dos interesses mais ou menos sórdidos da casta que tem na mão o poder, mas a paz dependente do «andamento regular e sistemático da sociedade».

Mostrado «por que não há paz», João Bonança desenvolve a sua teoria da associação.

Neste ponto cumpre fazer uns leves reparos.

Não concordando com as ideias de João Bonança sobre as origens da propriedade e a legitimidade delas, não nos sentindo demais atraídos para o verdadeiro comunismo da experiência de Owen, aliás tão notável para o debate do livre arbítrio, como notou A. Herzen, não podemos convir na justiça de algumas das

deduções do II capítulo: «Solução do problema da propriedade» do livro do nosso amigo.

Feitas estas leves reservas, seguimos até o ponto separador das «ilusões em associação» a tese de Fourier, que João Bonança desenvolve com tanta sagacidade e com pequenas variantes.

A Associação! Eis a brilhante esperança de todos nós, visionários, crentes no Progresso e na felicidade mais ou menos remota do género humano. A Associação! A indústria societária, substituindo a indústria dividida! O dividendo substituindo o salário! Eis aí as condições da regeneração e o meio de sair da desgraçada ordem (?) em que vivemos.

A luminosa verdade que ressalta do princípio da Associação a que deve Fourier a imortalidade, aparte os seus desvios e visões, a sua cosmogonia, própria só de um alucinado, p. ex., essa luminosa verdade, repetimos, tem mau grado deles, feito socialistas todos os homens de Estado, todos os grandes proprietários e todos os velhos economistas. Sucodem-se as associações de crédito e consumo, as associações de socorros, as associações para grandes empresas. «O que é a Companhia das Lezírias, pergunta e bem João Bonança, a dos caminhos de ferro, a do Banco de Portugal e outras senão o socialismo posto em acção pelos maiores funcionários do Estado?». Não será, pois, digno de séria atenção, o facto de quase todos perseguirem o socialismo, «ao passo que se associam para auferirem os produtos da terra e da indústria»?

Eis indicada em poucas palavras a resolução dessa tremenda questão social, que de todos os tempos tem produzido as conflagrações medonhas dos Jacques, da Baganderie, ultimamente ainda os dias sinistros do movimento de Junho e da revolta de Março. A Associação, eis o que cumpre ensaiar, deixando quer utopias e sonhos, quais as desvairadas produções dos Campanella, Thomas Morus, Fenelon, etc., quer paliativos inúteis e nocivos, inúteis se considerarmos o resultado desejado, nocivos se considerarmos o resultado real.

Tornam-se em seguida no livro de João Bonança notáveis os períodos relativamente às máquinas e às pequenas indústrias mortas por elas. Desde a primitiva introdução das primeiras máquinas foram por economistas distintas mostradas as desvantagens e os inconvenientes destes grandes produtores, tornando-se entre outras notável a amarga crítica de Sismondi.

Já Colbert respondia a alguém que lhe propunha a introdução de um maquinismo que faria trabalho de dez homens: «Je cherche à faire vivre honnêtement le peuple de son travail, et vous venez me proposer le moyen de lui enlever son travail?».

Consignadas as imensas desvantagens que trouxeram as máquinas, desvantagens que, p. ex., nas Flandres belgas reduziram à miséria a mais absoluta indústria florescente, mercê da introdução da fição do linho, concluiremos, porventura, proscrevendo e condenando esses grandes produtores? De forma alguma: consigna-se uma das causas do feudalismo previsto pelo génio de Fourier. Nada mais.

Passa em seguida, na parte segunda do seu livro, João Bonança à crítica severa dos elementos governativos do mundo velho, e aqui, como em todo o decurso do volume, é, sobremodo notável a polémica do nosso amigo, destacando-se talvez dos outros, o soberbo cap. relativo «à representação nacional».

No cap. destinado ao «clero» coloca-se João Bonança, relativamente ao Absoluto, no ponto de vista antropomorfista que o grande e luminosíssimo espírito de L. Feuerbach ilustrou pela crítica gigantea da *Religião* e da *Essência do Cristianismo*, a que Moleschott chama, na *Circulação da Vida*, imortal.

Força nos é, porém, terminar.

O livro de João Bonança será por muitos alcunhado de um apontoado de utopias mais ou menos desvairadas.

Utopias, utopias, sim, decerto, poderemos, porém, contrapor com Ch. Pellarin, utopias até ao momento da experiência da ideia.

Não se sonha hoje decerto, em combater paixões e em crer na realização provável dos sonhos de Thomas Morus e de outros. «Qui veut l'ange veut la bête» dizia já Pascal. Não estamos, pois, iludidos, respeito à nossa teoria.

O trabalho atraente de Fourier não nos enleva, porque bem sabemos com Chevelier, que transportar a indústria para as margens do rio do Terno seria perdê-la. O que queremos, o que reclamamos, com toda a fé do nosso coração de rapazes é a supressão dos infernos artificiais, de que fala Hugo; o que queremos e o que reclamamos é a experiência séria e sábia, tendente ao «melhoramento físico e intelectual da classe mais numerosa» e destinada a fazer desaparecer a Prostituição, o Infanticídio, o Suicídio e outros corolários do facto medonho: — a Miséria. Cren-

tes, como ele na necessidade da «reorganização social», repetimos, pois, com João Bonança.

Fundemos o direito e a justiça na humanidade; constituamos os Estados Unidos da Europa.*

* In *O Porto*, Folha Oferecida ao Partido Liberal, Porto, 1.º ano, n.º 174, de 8 de Maio de 1875. Acerca da sua publicação no presente número do jornal, na secção «Folhetim», a redacção refere: «Folhetins. Temos de há muito em nosso poder o folhetim que hoje publicamos, bem como outro, dedicado ao mesmo assunto e devido ao nosso prezado amigo e confrade o Sr. Dr. Alves de Moraes. // Vão por ordem cronológica, segundo as datas em que os recebemos. No próximo número sairá o daquele cavalheiro.»

OS TRANSCENDENTALISMOS

Qu'est devenue la philosophie allemande?
Où est-elle? À quel dénouement a elle abouti!

EDGAR QUINET, *Esprit Nouveau*, pág. 269.

I

Sim! Perguntemo-lo bem alto. Após a fase de vida que o transcendentalismo teve na Alemanha, devida àqueles que o inconsequentemente criador da transcendental teoria da vontade, Artur Schopenhauer, chama: impostores, charlatães, criadores de oca filosofia de palavras — depois de todo esse ruído, de essa multidão de sistemas, mais obscuros uns do que os outros, que nos ficou de proveitoso, que passo deu a ciência na descoberta da verdade, que leis, que conhecimento de fenômenos, que análises e que sínteses deveu ela a um tão grande movimento? Nada, absolutamente nada; tal é a resposta eloquente que a história da filosofia nos aponta; nada, absolutamente nada, a não ser palavras sem sentido, tecnologia pesada e árdua a fim de encobrir a pobreza de ideias, uma ignorância profundíssima das coisas mais elementares e triviais, explicadas, por consequência, por argúcias de retórica.

Paremos por um pouco para tomar um exemplo, entre outros, frisantíssimo.

Todos sabem que a causa do grito dos recém-nascidos imediatamente depois do seu nascimento é a impressão penosa e desacostumada do ar frio sobre a superfície do corpo de criança. O filósofo de Koenigsberg, o grande Kant, acha, porém, a causa deste grito das crianças na sua fraqueza e falta de liberdade que as faz encher de cólera. «O grito que faz ouvir uma criança recém-

-nascida, diz ele, não tem o tom do lamento mas o da cólera e da ira que se ergueram nela, não porque alguma coisa lhe causasse dor, mas porque alguma coisa a enraivece, provavelmente porque quer mover-se e sente a sua impotência a este respeito pesar sobre ela, 'como uma cadeia que lhe rouba a liberdade' (Michelet, de Berlim), dá por causa do grito em questão 'o horror que o espírito sente de estar servo da natureza'»*. Hegel, o nebulosíssimo Hegel, avança por seu lado: «Por esta actividade de ideias, a criança sente-se imediatamente cheia da certeza de que tem um direito a exigir do mundo externo: a satisfação das suas necessidades; que a substancialidade do mundo externo em face do homem é de nenhum valor. Dali, o arrebatamento encantador, imperioso!».

Estas visões doiradas que, a ganharem raízes, perturbariam por muito tempo e profundamente toda a investigação científica, séria e proveitosa, não serão por si só um indício muito condenador?

Contudo, no momento em que estes metafísicos o julgam assim reflectir «il est alors bien chétif et bien humble, *l'homo sapiens*, celui qui dans la plénitude de son développement devient le dominateur du monde», observa com muitíssimo senso Ch. Letourneau, *Physiologie des Passions*, pág. 44; é, quando depois de embrulhada em roupa bem quente, a criança se cala e «adormece»,

* O texto mencionado entre aspas, de leitura particularmente difícil e problemática no texto original do jornal, nomeadamente quanto ao problema duma correcta colocação das aspas e mesmo da restante pontuação, afigurou-se-nos de interpretação duvidosa. Em ordem à superação das dúvidas, apresenta-se a seguir este mesmo texto, que Sampaio (Bruno) também transcreve em *A Ideia de Deus*, Porto, Livraria Chardron, 1902, pp. 33-34: «'O grito que faz ouvir uma criança recém-nascida, diz ele, não tem o tom do lamento mas o da cólera e da ira que se ergueram nela, não porque alguma coisa lhe causasse dor, mas porque alguma coisa a enraivece; provavelmente porque quer mover-se e sente a sua impotência a este respeito pesar sobre ela, como um grilhão que lhe rouba liberdade'. O Michelet berlinês raspa do quadro de Kant os últimos toques da realidade e dá por causa do grito em litígio 'o horror que o espírito sente de estar servo da natureza'».

diremos com Letourneau, com Gradiolet e com Duguès que a expressão é imprópria, que a criança ainda não acordou, que nada mais faz do que continuar a vida fetal, à espera de despertar.

Este exemplo, a que chamamos frisantíssimo, é-o de facto. Reatando o fio interrompido, por ele nos é indicado e bem claramente o desdém pelos conhecimentos positivos, pelas investigações demoradas, e em contraste o amor das palavras que caracteriza todos os sistemas metafísicos. Palavras, palavras, sempre palavras! Sim, somente palavras, observa connosco Artur Schopenhauer, «satisfação inexprimível completamente característica das cabeças mal organizadas e que provém da sua inaptidão a chegar a ideias claras desde que têm a ir para lá das relações mais triviais e mais simples, em consequência da fraqueza e da apatia das suas inteligências e da consciência secreta desta fraqueza».*

II

Não é, porém, força o adjectivo «secreta» de Schopenhauer. Justificando o dito de Diderot de que um metafísico é um sábio que não sabe nada, Malebranche não porá dúvida em exclamar puerilmente no prefácio da sua *Investigação da Verdade*: «Os homens não nasceram para ser astrónomos ou químicos, para passar toda a vida vergados a um telescópio ou presos a uma fornalha, tirando em seguida consequências 'muito inúteis' das suas observações laboriosas. Quero que um astrónomo descubra um dia terras, mares e montanhas na lua; que venha a descortinar as manchas que giram sobre o sol e que lhes calcule exactamente os movimentos. Quero que um químico ache enfim o segredo de fixar o mercúrio ou o de fazer aquele alcatre, com que Van-Helmout se gabava de dissolver todos os corpos; 'lá por isso ficaram eles mais sábios e mais felizes'»?

* In *O Porto*, Folha Oferecida ao Partido Liberal, Porto, 2.º ano, n.º 225, de 2 de Setembro de 1875.

Mas esta é a disposição de inata negação e de inato desdém pelo estudo científico, e por o seu lado de preguiça e apatia do espírito metafísico.

Hoje, porém, em reacção inevitável contra esta filosofia de palavras, vemos sucederem-se (continuação dos grandes trabalhos do século XVIII) os pensadores austeros e cheios de bom senso, que, desdenhando velhas especulações e aplicando a ciência à filosofia, têm arruinado a metafísica para se nunca mais erguer.

Hoje o espírito humano não se contenta de abstracções várias e, pedindo, pela boca do americano Hudson Tuttle, factos e uma filosofia positiva baseada sobre a natureza e a razão, julga e julga com justiça que, se todos se tivessem embrenhado em aquelas nebulosidades que nada hão dito e nada produzido, de forma alguma se poderia ter chegado à soma alentadora de conhecimentos que fazem o orgulho, santo orgulho, da química, da física, das ciências matemáticas, das ciências sociais.

Porque de facto, se Kepler dissesse como Berkeley, em quem o idealismo toca a loucura, mas que o metafísico Vacherot julga com razão o verdadeiro idealista ¹, que não há realidade alguma na matéria, que a matéria não existe, que os corpos não passam de juízos do que só existe: o espírito (*Traçado sobre os Princípios do Conhecimento Humano e Diálogo entre Hylas e Philonous*), não existindo mais do que os entes incorpóreos, o espírito humano é Deus; como poderia Kepler chegar às suas descobertas admiráveis, de entre as suas prodigiosas loucuras?

Se Lavoisier fizesse o que vimos aconselhar Malebranche, aonde pararia a química moderna?

Se Newton julgasse, como o católico de Maistre, que «todos os cálculos que nós estabelecemos sobre a experiência são o que é possível imaginar de 'mais falso'» (*Soirées de Saint Pétersbourg*, 8^o entretien), como chegaria Newton à luminosa lei da atracção universal?

¹ *La Métaphysique et la Science*, tomo I, pág. xvi.

Depois de Pascal se ter suicidado intelectualmente pelo fanatismo religioso, não mais o Pascal dos *Pensamentos* foi Pascal da máquina aritmética.

Schoebel (*Philosophie de la Raison Pure*) avança com a maior sinceridade que a doutrina de Ch. Darwin da selecção natural na luta pela existência é uma doutrina errónea e que, para a aceitar, a condição «sine qua non» é de lhe restringir a aplicação às evoluções e ao aperfeiçoamento de cada espécie em particular, pág. 43.

Vacherot, criador de um recente idealismo muito confuso, se bem que ao princípio aparentemente fácil, crê num dos seus últimos livros: *La Science et la Conscience* com o místico Stahl que toda a alma «cria» o seu corpo (pág. 47). Para Vacherot o princípio da vida é uma coisa, diz ele, que não pertence nem à química nem à física e essa coisa é «a ideia directora da evolução vital», de que a composição elementar não é mais do que a condição.*

III

Satisfaz-vos a explicação? Ou preferis considerar como um empirio, a vida pela aplicação dos princípios do ndosmoro e do exosmoro no duplo movimento de assimilação e desassimilação**, enquanto a um elemento isolado ou a um ser organizado monocelular e no ser superior, no homem, por exemplo, exactamente a mesma coisa, dando-se simplesmente a necessidade de que os fenómenos da vida precisam aí para se efectuar de aparelhos orgânicos e especiais?

Explicação clara e simples, por isso popular¹, é certo, mas falsa e perigosa.

* In *O Porto*, Folha Oferecida ao Partido Liberal, Porto, 2.º ano, n.º 226, de 4 de Setembro de 1875.

** Embora o artigo original seja claro no tocante a usar as expressões «animilação» e «desanimilação», nós interpretamos que tal uso se deverá muito provavelmente a erro tipográfico, pelo que consideramos ser de adoptar as palavras «assimilação» e «desassimilação».

¹ Vacherot, *La Science et la Conscience*, pág. 43.

Não é, porém, só o ilustre idealista precedente.

Fichte, filho, na sua *Antropologia ou teoria da alma humana, estabelecida sobre novas bases bebidas na via das ciências naturais* afirma-nos com toda a ingenuidade: «A cada corpo orgânico ou limitado em si é preciso conceder sua alma. Cada alma forma para si um corpo organizado que corresponde do modo mais íntimo, mais especial, às suas particularidades. O corpo, por consequência, não é mais do que a alma voltada para fora, a alma manifestando-se no tempo e no espaço».

Hegel chega pela lógica inexorável do seu princípio àquela monstruosa concepção do seu Estado absoluto, que forçou um crítico, aliás mais do que benévolo, a estas palavras de justiça: «Voilà où arrive la pensée, si grande voit-elle, quand elle s'absorbe en elle-même et fait abstraction du monde extérieur».

E para que não falar neste ponto de Schopenhauer antagonista da liberdade de imprensa, antagonista da república, antagonista do júri, antagonista da emancipação dos judeus e partidário dos morgados, dos privilégios, da nobreza, da monarquia?

Tomemos, pois, nota destes desvarios e vejamos se devemos ou não condenar todos os transcendentalismos, ou se filiem na substância de Espinosa, ou no e de Kant e de Fichte, ou na absoluta identidade de Schelling, ou no espírito absoluto de Hegel, ou na vontade de Schopenhauer, ou na distinção entre infinito e perfeito de Vacherot...

Duas palavras somente sobre o «método» da doutrina nos elucidará perfeitissimamente sobre a resposta à questão.

Fatal erro e notável cegueira! Pois, enquanto os empíricos perscrutam na «observação», as leis que regulam a imensa máquina do existente, que caminho segue a metafísica?

Toma uma ideia, um princípio *a priori*, que tudo há-de explicar e a tudo há-de valer, a «vontade» de Schopenhauer, por exemplo. Tudo, todos os fenómenos, físicos ou morais, têm de ser explicados pela ideia-mãe do sistema. «A ascensão da seiva nas plantas não é, diz Schopenhauer, um facto hidráulico, mas a manifestação da 'vontade' do seu sistema. A gravitação, a electricidade, o calor, todas as formas da actividade, desde a queda de um corpo até à fundação de uma república, tudo isto são expressões da 'vontade'. A história da terra, por exemplo, não é

mais do que uma objectivação insensivelmente ascendente da 'vontade'; de que o homem constitui o último e supremo degrau!».

Aí está em poucas palavras indicada a via tortuosa trilhada pela metafísica.*

IV

É a negação mesma da ciência, absolutamente impossível em tais condições. A ciência não tira duma ideia geral preestabelecida toda a sorte de corolários imagináveis e preciosos à explicação (?) de qualquer facto.

Ao inverso e muito ao inverso.

É claro que estas doidices do pensamento não poderiam subsistir por muito tempo. Em a própria Alemanha se deu o brado da reacção contra a torrente de banalidades e de declamações que tudo alastrava. Importou-se de França o espírito céptico e sarcástico dos demolidores do século XVIII. Os grandes vultos de Diderot, de D'Holbach, de Voltaire, rejuvenescidos pela crítica alemã, vieram dar de novo as suas gargalhadas terríveis em frente dos mestres da sofística. As ciências naturais e as ciências matemáticas apresentam-se no campo e perguntam: — Nós temos feito um certo número de progressos que são os seguintes. E vós?

O arsenal das ignorâncias, dos erros, dos sofismas, das palavras ocas foi varrido em um segundo. Banca rota completa! Falência inevitável! Nada tinha feito a filosofia e nada havia achado. Do seu questionar de séculos coisa alguma mais ficara do que visões doiradas, esforços de lógica, subtilidades e argúcias, nebulosidades incompreensíveis.

O protesto, até aí tímido, torna-se geral, imenso, atroador: — Vogt, Büchner, Moleschott, Haëckel, Feuerbach em Alema-

* In *O Porto*, Folha Oferecida ao Partido Liberal, Porto, 2.º ano, n.º 227, de 7 de Setembro de 1875.

nha, Hudson Tuttle na América, Comte, Littré em França, Stefanone Lúcca, A. Herzen em Itália, uma multidão de grandes e pequenos pensadores e o espírito do Bom-senso da colectividade.

Desengano pungente! Essa filosofia que tantos anos governara em absoluto, nada mais era do que uma triste sofística, nada mais do que niilismo completo de ideias e de resultados sob flores de retórica (Larousse), em uma palavra, como lhe chamou L. Feuerbach, o renegado, — a filosofia embriagada.

O desânimo sobe de ponto nos arraiais da metafísica. A vitória da ciência sobre a especulação é manifesta. «Para que falar de metafísica num século de ciência positiva e de história», pergunta Vacherot no prefácio da sua obra tão notável *La Métaphysique et la Science*. «O tempo das grandes criações metafísicas, exclama por seu lado Ém. Saisset, passou. O nosso século com a velhice torna-se, pelo que parece, de mais em mais positivo; é a idade de ouro das ciências exactas e de indústria; é a idade de ferro da metafísica, estão todos cansados de especulações abstractas».

Daí as concordâncias, supostas concordâncias com a ciência. Fichte escreve a sua *Antropologia ou teoria da alma humana, estabelecida sobre novas bases bebidas na via das ciências naturais*. Vacherot assenta os *Princípios duma metafísica positiva*. Todos falam de conciliar a ciência com a metafísica, os princípios racionais com os axiomas «a priori», a experiência com a abstracção.

Sim! O erro é palpável. Colocado um princípio *a priori*, inatacável, axiomático para o sectário, postulado para o indiferente, força é tirar para todo o lado as consequências as mais notáveis. Daqui a grande causa dos erros. De facto; dum ponto dado, axiomático, superior ao exame e à discussão legislar para toda a parte parece-nos sobremodo frisante. Mas este tem sido o engano fatal de todos os transcendentalismos, desde as velhas concepções das filosofias indianas até aos modernos desvairamentos da filosofia alemã.

Sim, o erro está aqui, nas poucas palavras que precedem. Melhor do que nós, o confessa o transcendental Vacherot pela boca do «metafísico» dos seus diálogos: «Toutes les doctrines idéalistes, ayant pour origine commune la raison, se ramènent à une type unique. Mais au seuil de ce type bien des diversités se dessinent, et l'histoire des écoles idéalistes est encore fort riche, beaucoup plus riche même que celle des écoles empiriques. C'est à tel point que nous devons borner notre critique à un petit nombre

de systhèmes consacrés par l'autorité de génie, si nous ne voulons nous engager dans une recherche sans fin. D'ailleurs tous ces systhèmes, par leur profondeur et leur subtilité, offrent des difficultés d'intelligence et de critique qu'on ne rencontre guère dans la philosophie empirique... L'idéalisme, c'est là son caractère propre à la prétention de faire la science a priori, autant que possible. Son idéal serait de tirer la science toute entière de l'esprit, en faisant abstraction complète des choses. Comme cela est tout à fait impossible, il se résigne à consulter l'expérience. Mais il faut lui rendre cette justice qu'il y puise le moins qu'il peut. Il procède par déduction non par induction. La méthode contante est celle-ci: D'un petit nombre de notions premières *a priori*, plus ou moins pures de l'expérience, tirer la philosophie entière, à commencer par la théodicée, et à finir par la cosmologie, la psychologie et la morale. C'est à peine s'il pose le pied dans la réalité. Il n'y a pas plutôt trouvé son point de départ, qu'il s'élançe dans la région des idées, repoussant bien vite la fragile échelle que l'y a élevé, afin qu'on ne lui soupçonne par une origine tant soit peu empirique, chose dont il a horreur, comme d'un véritable peché originel»^{1*}

V

Seria impossível dizer mais e melhor. Este desprezo pelas coisas, pelas realidades do mundo externo, este desdém pela experiência, esta explicação de todos os factos por um princípio único, esta mania de criar todas as ciências pela força do pensamento, esta doidice, digamos a frase, de construir o mundo *a priori*, por si só dão a ideia mais completa de todo o método.

¹ É. Vacherot, *La Métaphysique et la Science*, tom. II, 2^e édition, 12^e entretien, pag. 307.

* In *O Porto*, Folha Oferecida ao Partido Liberal, Porto, 2.^o ano, n.^o 230, de 14 de Setembro de 1875.

Nada mais se torna necessário, pois, para conhecer e condenar o sistema.

O ódio da realidade, eis a explicação do enigma; ódio que se traduz na negação de Berkeley e das velhas sofísticas gregas, quando dum modo violento.

Este ódio pela realidade externa obriga a velha metafísica a notáveis incoerências. Para a explicação do mundo externo, cuja existência nem a sofística a mais subtil poderá negar, vê-se o idealismo sobremodo embaraçado e sem a filosofia moderna, encontramos, a se não tomarem senão dois dos mais ilustres pensadores, encontramos Malebranche procurando a explicação da realidade na revelação e Descartes caindo na célebre petição de princípio da veracidade de Deus.

Correndo portanto, em rápido volver de olhos, a história da filosofia confrange-se-nos a alma, se considerarmos o imenso tempo e o imenso trabalho despendidos em criar visões, que succumbem umas atrás das outras; se considerarmos os grandes espíritos que como Malebranche ou Berkeley, nada produziram nem nada aproveitaram à Humanidade, por se debaterem inutilmente com sonhos, que se dissipam ao primeiro sopro da realidade, frio, positivo.

Tudo cai, sistemas após sistemas e em rigorosa resposta, aparece-nos a Ciência que caminhou sempre e que vem derribar os castelos da imaginação aos acentos da sua voz severa.

Pois, que progressos tem operado a metafísica de séculos, que ela se arroga o nome de ciência? Resolveu questões, decifrou incógnitas? Deus, a alma humana, o livre arbítrio são porventura verdades últimas achadas ao cabo da investigação? Mas Deus, a espiritualidade, a imortalidade, o livre arbítrio não tem o cunho que a Ciência exige para suas afirmações; são do domínio da crença de muitos, respeitável crença, quando sincera, mas não pertencem ao mundo daqueles princípios sobre que o espírito humano descansa. Quantos e quantos indivíduos, quantos e quantos pensadores ilustres que relegam estes princípios para o número dos erros? Comte não lhes achando carácter de verdades científicas, não as afasta do campo da ciência? Feuerbach não descarnou a ideia de Deus, nem A. Hersen escreveu aquela admirável refutação da teoria do livre arbítrio, que se chama a *Fisiologia da Vontade*? Serão espíritos grosseiros como lhes chama

Vacherot¹, mas sinceros. Mais ainda, espíritos ilustres, e quase génios, como Feuerbach e como Comte, espíritos generosos mesmo, como confessa Berzot², homens crentes nas suas afirmações, como titubeia Saisset³. Que dúvida ou que negação é, pois, esta? Acaso se duvide da esfericidade da terra, das propriedades do álcool, das leis da retracção, do binómio de Newton? Há, evidentemente, grande diferença, portanto, entre estas duas ordens de afirmações.

Contudo deste caos de sistemas que aluíram, as verdades que sobreviveram à catástrofe foram essas, segundo aponta Vacherot⁴, com os princípios de causalidade, de substancialidade, com todas essas puerilidades da lógica e da ontologia. Oh Céus! Pois de facto tantos séculos se têm consumido para que a metafísica diga com todo o orgulho às perguntas da ciência: — Eu achei, depois de muito e muito trabalho que não há fenómenos sem causa, e que não há substância sem propriedades; tenho-o esgrimido durante milhares de anos para vir ao conhecimento de que as ideias ou são claras ou obscuras, ou compostas ou simples, ou confusas ou palpáveis. Descobri também que nos fenómenos da sensibilidade há impressão sensata e percepção, que, como moteja Leblais⁵, o homem pensa, porque tem a faculdade de pensar e que a memória é a faculdade de reter as acções passadas? Demais, tenho ainda outra ordem de verdades, a que chamo verdades supremas: Deus, a espiritualidade, a imortalidade, o livre arbítrio. — Certo é, seja dito entre parênteses, que de há séculos questiono sobre estes princípios e que a disputa não leva jeitos de terminar com o século XIX. Um de nós brada pela criação; outro pede a eternidade da matéria. Um exclama que a terrível explicação da união da alma com o corpo a encontrara na harmonia preestabelecida, outro no influxo físico, outro ainda nas coisas ocasionais... O ridículo é quase fantástico!*

¹ *La Métaphysique et la Science*, tom. I, pag. 23.

² *Libre Pensée*.

³ *Manuel de Philosophie*, Theod., pag. 401.

⁴ *La Métaphysique et la Science*, tom. I.

⁵ *Mat. et Esp.*, 140.

* In *O Porto*, Folha Oferecida ao Partido Liberal, Porto, 2.º ano, n.º 234, de 30 de Setembro de 1875.

VI

Timidamente observa Vacherot, neste ponto, que os progressos da metafísica se não têm efectuado por acrescimento de soluções, mas por alargamento das questões.

Isto não é muito claro, como tudo o que é metafísico.

Vacherot procura, porém, tornar-se compreensível.

A ciência ¹ tem, diz ele, achado sempre soluções novas a seus incessantes problemas! eis uma espécie de progresso, *elementar*, como tudo o que é da ciência. A metafísica, essa, progride de outra forma: alarga o horizonte das questões ². Mas aqui uma dúvida. Como pode a metafísica alargar e fazer melhor suas perguntas se nunca lhes há dado respostas definitivas? Pois, para alargar e tornar mais ampla uma questão não se torna necessário ter respondido previamente à primitiva questão? Se a uma pergunta feita eu não respondo, como poderá o interrogador tornar mais amplo o problema e que outra coisa conseguirá ele do que confundir-me mais?

Todavia, este modo de progresso existe na ciência, como outro. Assim, p. ex., proposto o problema da relação da gravidade da terra e resolvido ele, eu posso propô-lo para todo um sistema planetário e resolvê-lo, ampliar ainda a pergunta e propô-lo para a matéria em geral. Mas se eu começar por não saber responder à primitiva pergunta, de que servirá ampliá-la e alargá-la? Que progresso resultará de tal? Há mais porém.

Confessando-se a falta de carácter científico da metafísica, como o faz Vacherot, não se deve tomar o progresso do modo de dizer das questões por progresso da metafísica. Na sua maioria, meros progressos de forma, não lhe são ainda assim pertencentes, pois, que tem a sua explicação histórica no caminhar da Ciência, que há imprimido à metafísica, *bon gré, malgré*, um impulso para diante. Assim quem irá de ora em diante após a teoria darwiniana, discutir e esgrimir sobre o dualismo, e o panteísmo. Con-

¹ *La Métaphysique et la Science*, tom. I, pag. 30.

² *Ibid.*

tudo, no século XI ou XII, deve-se supor este aperfeiçoamento devido ao progresso *orgânico* da metafísica? Seria evidente erro dizer então que sim.

Não, digamo-lo bem alto, a metafísica não tem resolvido incógnitas. O maior esforço da metafísica, o hegelianismo, posto que não caísse no absurdo de Fichte de negar a realidade, caiu, e caiu, arrastando consigo os velhos métodos de investigação e a antiga escola. Com ele morreu a metafísica. As tentativas hoje de criação de sistemas, ainda quando tão sábias como a de Vacherot, não granjeiam outro adepto mais do que o próprio autor.

Em face dos modernos transcendentalismos para que recordar, pois, a sofística da escola de Eleia, a ideia de Platão, o neoplatonismo, a escola de Alexandria, Plotino, Porfírio, os sofistas da Idade Média, Malebranche, Berkeley e aquele grande mas incoerente espírito Spinoza?

Para que, em face dos supremos esforços da metafísica de que a filosofia alemã nos dá o mais assombroso exemplo, para que recordar as velhas filosofias indianas, o sintase mimansa, o sistema vedante, o sistema sankya do Patandj, ali, as escolas gregas tão notáveis, a itálica, a metafísica de Eleia, Platão, os neoplatônicos e os neopitagóricos; na era cristã, as doutrinas orientais, o gnosticismo, a filosofia greco-oriental; os lumiares da escolástica, a filosofia cristã, Santo Anselmo, S. Tomás de Aquino, os místicos Hugo e Ricardo de S. Victor; o período moderno, Van Helmont e Böehme, o sapateiro teósofo; por fim a formidável queda da velha escola e o aparecimento da nova metafísica; Descartes, Malebranche, Berkeley, o panteísmo de Espinosa, o espiritualismo de Leibniz, o céptico Pascal? Para que evocar a multidão de *entelechias, archeus, noumenos, natura naturans, e natura naturata*?

Para que recordar, sim, estes esforços da inteligência humana, tão nobres, mas tão mesquinhos, tão respeitadas, mas tão infesados?*

* In *O Porto*, Folha Oferecida ao Partido Liberal, Porto, 2.º ano, n.º 235, de 2 de Outubro de 1875.

VII

De todo o tempo, porém, no lado dos que desprezam o facto e tudo querem construir e sujeitar à idade, se manifestou vigorosamente o protesto do Bom-senso e o descrédito das especulações *a priori* foi aumentando e crescendo dia a dia. Frente a frente em todos os tempos. Tales e Pitágoras, Epicuro e Parménides, Aristóteles e Platão; em face das questiúnculas eternas da escolástica, a gargalhada terrível de Rabelais: em seus arraiais diversos Espinosa e Hobbes, Voltaire e Rousseau; nos séculos de metafísica as entidades poderosas que enchem o século XVIII: Diderot, D'Holbach, Helvetius; em face do optimismo idealista de Leibniz a febril réplica ao Dr. Pangloss, aquela gargalhada dolorosa a que Voltaire chamou *Cândido*, o pungente desdém pelo filosofismo banal, a facécia terrível. Eis o que são os sistemas. E depois, em seguida ao movimento de vida febril e desesperado, por ser manifestamente o último arranco, que a metafísica teve em a Alemanha, os sarcasmos de Schopenhauer¹, os progressos esmagadores das ciências naturais, o materialismo contemporâneo, tão cheio de vida e de vigor, a escola ilustre que tem Augusto Comte por chefe e cujo luminoso método tantos e tão grandes resultados tem dado em todas as ciências aonde aplicado.

¹ Schopenhauer é uma das entidades mais singulares da moderna filosofia alemã. Transição da filosofia especulativa para a filosofia empírica, segundo Lowental, o filósofo da «vontade» é um transcendental singular, que negando a existência de Deus e a imortalidade da alma, pede e deseja o nada oriental «o annéantissement», o suicídio do género humano. / Tais os princípios que a Vacherot vimos chamar verdades e bases achadas pela metafísica, quando não passam de reflexões da experiência, formuladas dum modo preciso pela lógica e que a metafísica adultera pela via das abstracções. Pode-se todavia tomar em conta não o princípio, base ou ideia fundamental dum sistema, mas a afinidade histórica que todas as teorias têm mais ou menos umas com outras, pela natureza mesma do espírito humano que não pode criar sempre novo. Neste caso e a considerarmos isto, é justa a frase: «Nihil sub sole novum». / Note-se, porém, que o idealista tem a presunção de achar a verdade só ele, não havendo nos seus precedentes mais do que ou erro ou verdades incompletas e transviadas.

Ao lado, posto que não tão arrojada, lá nos aparece a filosofia crítica, com aquele gigante de Kant, e a sua formidável análise da metafísica à frente, a filosofia crítica que, posto que não leve a negação ao ponto aonde a levou Augusto Comte, todavia «deixa o lado ontológico e metafísico pelo lado puramente psicológico dos sistemas filosóficos e das crenças religiosas».

Por isso, que grandes capacidades malbaratadas, que imensos génios perdidos num labutar de visões! Porque, facto digno de especial menção, a ruína dum sistema idealista leva consigo todos os princípios e todas as bases sobre que assentou, não havendo um só princípio ou uma só base que fique ileso da queda ¹.

Destronado o sistema, tudo vai com ele. Fica o campo absolutamente vazio para um outro, que vai edificando de novo sobre novas bases, até que por sua vez sucumba, deixando o campo absolutamente livre e sem estorvo. E assim, desta desgraçada maneira, andou a metafísica séculos, alternativamente com a *ideia* de Platão, com o infinito de Descartes, com a *Substância* de Espinosa, com o *Eu* de Fichte, com a *absoluta identidade* de Schelling, com o *espírito absoluto* de Hegel, com a *vontade* de Schopenhauer, com a distinção de *infinito e perfeito* de Vacherot, sem produzir, por consequência, coisa alguma de proveitoso e duradouro.

Em a ciência não se dá, porém, este facto lastimoso. Arruinada uma teoria, dela ficam milhares de princípios, de descobertas e de estudos, que reforçam a teoria seguinte e lhe dão mais ainda.

Perdeu-se porventura tudo, foi porventura preciso principiar de novo, nada se aproveitou da teoria das emissões, da teoria de Ptolomeu, da contemporização de Ticho-Brahe, da teoria das catástrofes e das revoluções? Porventura, Fresnel *nada* aproveitou de Newton. Copérnico *nada* de Ptolomeu, Kepler *nada* de Ticho-Brahe, Darwin *nada* de Cuvier, como Schopenhauer, p. ex. *nada* aproveitou de Fichte, de Schelling, de Hegel?*

¹ Exceptuando simplesmente, aqueles princípios de Bom-senso, devidos à observação de factos repetidos, à «experiência», que são comuns a todos os sistemas, não só metafísicos, como físicos, sociais, etc.

* In *O Porto*, Folha Oferecida ao Partido Liberal, Porto, 2.º ano, n.º 237, de 7 de Outubro de 1875.

VIII

E contudo Hegel é um dos maiores génios de que se ilustra a história do pensamento humano; e contudo Schopenhauer, Fichte, Schelling, como Berkeley e Malebranche, como Espinosa e Platão são pensadores da mais alta esfera.

Não obstante, as suas poderosas faculdades não hão criado mais do que *visões*, sonhos, quimeras, *vontades*, *eus absolutos*, mundos *a priori*, palácios encantados, castelos de cartas, que se desfazem ao menor sopro da realidade.

É, pois, certo que esses obreiros gigantes se perderam, porque com a força do seu pensamento queriam criar o mundo, quando o mundo só pode ser observado; pois queriam achar uma explicação geral, devida à sua especulação, quando deveriam olhar para fora para a observação e a experiência; porque queriam olhar unicamente para o seu espírito, dizendo com o velho *Omnia mecum porto*, quando o homem nada traz consigo e tudo toma do externo; porque seguiam um caminho erróneo; porque preferiam olhar, como Platão, para o céu, em vez de fitar, como Aristóteles, a terra.

A ciência hoje é, porém, muito positiva e fria. Não se contenta com as explicações abstractas e caminha sempre. Os seus progressos são incalculáveis, a sua acção maravilhosa.

Para ela a Verdade. Procura-a, seja consoladora ou desconsoladora. A um princípio base não sacrificará a humanidade em qualquer monstruoso *Estado absoluto* hegeliano. Investiga, procura, não abstrai. Abstracções para ela são visões. Substâncias puras não as conhece. Corpo, abstraindo propriedades, é um sonho que não aceita.

Vigorosa, cheia de vida, de fé no Progresso, tudo para ela se explica naturalmente.

A experiência, a observação: nada de concepções *a priori*, nada de ideias absolutas.

A felicidade do género humano: aí está o seu único ideal. A supressão de abusos, de feudalismos, da espada ou da letra de câmbio, eis o seu escopo.

E enquanto a metafísica leva aonde pelo seu desprezo pela realidade devia fatalmente levar: ao horror à vida, ao tédio da

existência, à misantropia, não a misantropia dos desgraçados mas a misantropia dos inúteis; sim, enquanto a metafísica nos leva com uma fúria insensata ao torpor, ao *Nirvana*, ideal de Schopenhauer, à filosofia homicida do inconsciente de Hartmann¹, a Ciência grave e severa, assenta as bases da reforma da Filosofia, a fim de fazer deste brinquedo, inútil até hoje, uma ciência grande e forte como outra qualquer ciência.

Não valem também coisa alguma as contemporizações. A contemporização do espírito velho com a alma nova é sempre o sinal do estado moribundo do espírito velho. Metafísicas positivas, pois, como a de Vacherot, não produzem mais do que um misto extravagante de fé e de descrença, de clareza devida à ciência e de névoas devidas à especulação.

Não! Não há meio termo. Urge escolher: — Ou Ciência levando à vida ou Metafísica conduzindo à Morte.*

¹ Vide sobre este contemporâneo desespero da metafísica o artigo de Leon Dumont na *Revue Scientifique* de Em. Alglave e Eug. Yung *L'Esprit Nouveau* de Edgar Quinet.

* In *O Porto*, Folha Oferecida ao Partido Liberal, Porto, 2.º ano, n.º 238, de 8 de Outubro de 1875.

REVISTA ESTRANGEIRA

Grandes são as questões que actualmente se debatem, as quais trazem a Europa sobressaltada e não deixam prever o dia de amanhã.

De ano para ano a ideia democrática mais se propaga, se robustece, e a organização dos Estados Unidos da Europa, sonho dourado de Vítor Hugo, é hoje felizmente, tomada já por uma necessidade imperiosa.

O renascimento da questão do Oriente veio, digamos assim, sobressaltar o espírito liberal da velha raça latina, e no actual estado de coisas a única pergunta que se faz quer na península ibérica, quer na França ou na Itália é esta: — Teremos guerra ou paz?

A resposta é difficilima e muito mais quando vemos a conferência reunida em Constantinopla, e os armamentos aumentarem na Turquia e na Rússia.

A causa da raça eslava é justa e louvável, mas, estará chegada a hora dos eslavos conquistarem a sua independência?

Assistiremos por acaso ao desmembramento do império Austro-Húngaro e do império de islam?

Que a Turquia deve desaparecer do mapa geográfico, europeu é desejo geral; mas, quando e por que forma? Na questão do Oriente, caso exista a aliança dos três imperadores do Norte, o perigo é grande para a raça latina se constituir numa federação; é porém muito possível que se a Porta vencer totalmente as deliberações tomadas pela conferência, a guerra entre a Rússia e esse

império venha a ser uma realidade e chegadas as coisas a este ponto poderá a guerra ficar localizada? Se o pavilhão turco desaparecer das muralhas de Constantinopla a Europa consentirá no engrandecimento da Rússia? E os cristãos suseranos da Porta como ficarão considerados?

Esta questão em si tão intrincada não queremos que possa vir a ser resolvida diplomaticamente.

Em todo o caso aguardamos posteriores notícias.*

* In *A Luz*, Lisboa, ano 1.º, n.º 1, de 19 de Janeiro de 1877.

O DR. BÜCHNER

Dentre os múltiplos factos postos em evidência pelas ciências naturais, que, a partir de 1852 pela *Circulação da Vida* de Moleschott, tão grande movimento hão imprimido à especulação filosófica, substituindo lentamente os resultados das suas experimentações aos devaneios da metafísica, caída definitivamente pela cisão desastrosa dos hegelianos, um há que mais do que todos oferece uma capital importância, porque vem lançar uma nova luz sobre velhas questões que a especulação debatera em balde durante séculos de estéril polémica. Aludimos ao princípio da herança que uma interpretação lúcida nos fornece para a questão tão debatida das ideias inatas a que ele vem dar uma explicação racional que liga, quem o diria? a aristotélica afirmação à restrição leibniziana. Ora, um dos exemplos humanos desta lei de superior alcance da herança acha-se na família Büchner, dum dos membros da qual nos iremos ocupar. Filhos dum médico distintíssimo, os irmãos Büchner ilustram-se, além do autor da *Força e Matéria*, na pessoa de seus membros, Luísa, novelista dum alto talento alemão, vago e místico, mas daquele misticismo natural, humano, daquela característica raça que gera os Lutero e os Melanchton; na de Alexandre, que a história das literaturas conta nos seus anais com louvor e na de Jorge, que as dissensões políticas, o forte amor da Liberdade e da Pátria, adoráveis ídolos queridos que vira insultados na sua majestade sagrada, não obstante os seus e alheios generosos esforços, e o tédio da existência, singu-

lar modéstia moderna, que teve o seu filosofo em Schopenhauer e o seu poeta em Ch. Baudelaire, mas que infelizmente ainda não achou o seu médico, ao que parece, arrebatam na flor da mocidade mas que deixa ainda assim do seu alevantado espírito o vigoroso sinal na *Morte de Danton*, tragédia em que não encontrareis a *sensiblerie* das obras do Kotzebue e doutros enervadores do gosto alemão, mas aonde alguma coisa há das obras-primas do teatro grego, de Ésquilo, Sófocles e Eurípidés, e do maior trágico de todos os tempos, do grande criador do teatro moderno, o extraordinário William Shakespeare, a forte compreensão da natureza, o relevo dos personagens, a vida da acção e a concisão severa da linguagem.

Ao lado destes três notáveis representantes da família, surge seu irmão, o Dr. Frederico Carlos Cristiano Luís Büchner, de que nos dispomos a ocupar.

É realmente esta uma das personalidades mais vigorosas do moderno movimento materialista alemão, em que se funde a esquerda hegeliana, na pessoa do seu mais ilustre representante, Luís Feuerbach, para que lança a passagem o filósofo da Vontade e que hoje se confunde geralmente com a escola positiva, mas que difere, essencialmente, conforme o viu o próprio Littré, do positivismo, pelas suas origens, pelos seus resultados e pelos seus processos de investigação.*

Nasceu aquele que ora nos ocupa, a 29 de Março de 1824, na cidade de Darmstadt. Começou os seus estudos pela frequência do ginásio da sua cidade natal, aonde saiu em 1842, na idade de 18 anos, entrando em seguida na escola superior profissional, aonde estudou as matérias que entre nós constituem os preparatórios dos cursos de filosofia, exigidos para o de medicina, física, química, zoologia, botânica, geologias etc.

Em 1843 cursou na universidade de Giessen especialmente filosofia e no ano seguinte, por desejos de seu pai, encetou os seus estudos médicos. Como estudante, tomou, como Vogt e como toda a mocidade alemã, parte nas agitações de reforma que cor-

* In *Herculano*, Revista Quinzenal de Literatura, Porto, 1.º ano, vol. I, n.º 1, de Janeiro de 1878.

riam por então a Alemanha e foi um dos fundadores directores da associação *Alemannia*. Em 1848 defendeu a sua tese: *Apêndice à doutrina de Hall sobre um sistema nervoso excito-motor* com um êxito brilhante e tomou parte mais activa e gravemente na série de acontecimentos políticos que foram o *contre coup* na Alemanha, da gloriosa revolução de Fevereiro.

No Outono de 1848 deixou a universidade Giessen e foi exercer a sua profissão de médico para a sua terra natal; e aí, reunido aos seus antigos discípulos, colaborou num novo jornal, a *Nova Gazeta Alemã* dirigida pelo Dr. Otto Luening. Pouco depois pela submissão do país de Bade, o Dr. Büchner entrou na vida privada e teve a felicidade de escapar às consequências desastrosas que o seu procedimento político atraía aos seus discípulos, pela sua qualidade de médico e porque empreendeu ao tempo uma viagem a Wuertzburg e a Viena para completar a sua instrução médica. Em Wuertzburg, impressionaram-no especialmente as lições de Virchow que com Liebig e Bischoff participa da honra de ter sido dos primeiros a opor à velha escola a nova filosofia natural e que teve por certo uma influência capital na definitiva orientação mental do dr. Büchner já entrevista de resto na sua tese inaugural.

Na sua volta de Viena, o Dr. Büchner ocupou-se da prática médica e sob a direcção de seu pai, o Dr. Ernesto Büchner, fez aparecer diversos trabalhos de medicina legal no *Jornal Médico-Legal* de Fribourg, trabalhos duma total importância que lhe valeram o diploma de membro correspondente e honorário da sociedade dos médicos de Bade, em 1855.

Entretanto o Dr. Büchner havia aceitado o lugar de médico adjunto, sob a direcção do professor Rapp, na clínica de Tubinga, aonde fez como *privat-docend* conferências sobremodo notáveis sobre diversos pontos de farmacologia, medicina legal, etc., escrevendo ao mesmo tempo numerosos artigos na *Clínica Alemã*, nos *Arquivos de Virchow*, de Viervodt, no *Jornal Trimensal* de Praga e em outras publicações por igual importantes.

Em 1854, o Dr. Büchner redigiu para o *Indicador Nacional* do Wuerttemberg e para a *Gazeta Universal* o relatório da reunião dos naturalistas alemães que nesse ano teve lugar em Tubinga e que foi duma importância superior. Estes trabalhos e a leitura do livro de Moleschott *A Circulação da Vida* forneceram-lhe a ideia da sua

Força e Matéria, Estudos Populares de História e Filosofia Naturais, verdadeiro manual do materialismo, como lhe chamou Janet e que satisfaz aos desejos de vulgarização, que tal é o carácter de todos os seus livros, do Dr. Büchner, porque em um curto espaço de tempo foi traduzido em inglês por R. F. Collingwood, secretário da sociedade antropológica de Londres, em italiano por Stefanoni Luigi, director do *Livro Pensamento*, em espanhol por A. Avilés, em sueco, edição de G. D. Malmberg, em polaco por L. Mulsky, em húngaro por Ludgig Lanw, em romeno por Alexandre Samourcassi e em francês por A. Gros-Claude, com um belo retrato em aço do autor e um seu *fac-símile*, uma resposta às críticas de Janet, Lefaivre e Tissot e uma biografia, que nos tem sido dum capital auxílio para a confecção destas notas rápidas*.

.....

A publicação da notável vulgarização do ilustre médico veio provar mais uma vez a observação de Augusto Comte de que, se a intolerância não pode já hoje queimar na fogueira dos Huss e dos Giordano, ainda pode matar pela fome os dissidentes, observação duma amarga justeza que o próprio Comte, privado da sua cadeira da Politécnica e sujeito ao auxílio generoso dos seus amigos, Littré, Stuart Mill e outros, pôde infelizmente verificar por si, observação de que na Alemanha nos dá o mais triste exemplo o filósofo da *Essência do Cristianismo*, um dos mais profundos pensadores deste século, o grande Luís Feuerbach.

Assim, o Dr. Büchner teve de abandonar a sua cadeira de Tübinga e de retirar-se para a sua pátria, aonde retomou o exercício da medicina.

* Já depois de escrita entendemos dever deixar de inserir aqui a parte de crítica deste livro do pensador de que vimos falando, porque nos pareceu que a exposição e a defesa dos princípios duma escola filosófica porventura pouco simpática, e sobretudo toda uma discussão extensa e especial, fastidiosa, portanto, destoavam da índole do periódico em que escrevemos. Limitamo-nos, pois, a dar a parte biográfica do nosso trabalho, como aquela duma utilidade mais próxima, por tentar tornar conhecido um dos homens ilustres do nosso tempo que tem gasto a sua vida na vulgarização constante e desinteressada dos princípios em que julgou encontrar a Verdade.

Este exemplo de intolerância, devido àqueles que mais gritam contra a escola materialista que tem em Büchner um dos mais ilustres representantes e que acusam de imoral e de despótica pela negação do livre arbítrio pois que de boa ou má-fé em questões do materialismo ainda estão com Hobbes e Helvetius, e que dão pela liberdade de consciência os sinais de respeito conhecidos, deve ficar registado numa publicação que se escuda com o nome dum dos homens que entre nós mais combateu contra todas as formas de tirania, de espíritos ou de pessoas.

O todo poder do Mal contra a imortal força do *Espírito* nunca levou senão a esforços insensatos, já o disse o titã dos *Castigos*, e assim a *Força e Matéria*, a despeito das insolências ineptas de todos os declamadores tonsurados ou não, foi abrindo caminho e impondo-se pela força da ciência com factos adquiridos a todos os devaneios líricos dos restos das seitas das grandes construções idealistas do princípio do século. Büchner em face da tempestade desencadeada pelo seu livro não trepidou. A multidão de artigos e folhetos de crítica, dos quais o único aceitável é o de Paulo Janet com todas as suas incoerências e tautologias ainda assim, encontrou o Dr. Büchner sempre pronto e seguro na réplica, quer em prefácios às novas edições do seu livro, quer em artigos de jornais, aonde tratando de novas e variadas questões foi desfazendo os velhos sofismas de escola que se lhe opunham ao par e passo que se lhe ia oferecendo a ocasião. Assim, fez aparecer no hebdomadário, o *Século*, fundado em Hamburgo em 1856, diversos artigos todos curiosos e úteis dos quais citaremos *A Ideia de Deus e a sua significação no tempo presente*, *Não mais filosofia especulativa*, *A Poesia da força e da matéria*, *O professor Schleiden e os teólogos* etc. Um pouco mais tarde fez sair na revista *As Vozes do Tempo* outros artigos de polémica não menos interessantes, como *O professor Agassiz e os materialistas*, *Sobre a filosofia actual*, *Uma nova teoria da criação*. Na *Gartenlaube* entregou-se a trabalhos mais serenos do que estes apaixonados de crítica e retomou o curso das suas vulgarizações de filosofia empírica e de ciência positiva, tornando compreensíveis da grande maioria dos homens do mundo e das letras os grandes factos e as grandes leis que os interpretam, adquiridas nos últimos tempos e que ficaram arquivadas nos grandes trabalhos de Moleschott, de Lyell, de Lubbock e de Darwin, por meio de magníficas dissertações populares, como *A idade da*

espécie humana, O campo de batalha da natureza ou a luta pela existência, etc.

Estas apreciações, estas críticas e estas dissertações, dum carácter profundamente didáctico, escritas com uma clareza e um escrúpulo que se não desmentem, foram pelo Dr. Büchner reunidas a trabalhos inéditos, não menos importantes, num livro — *Tratado sobre a Natureza e as Ciências, Estudos Críticos e Dissertações* que em 1862 viu a luz em Leipzig e que em 1866 foi vertido para francês por Augustin Delondre com o título de *Ciência e Natureza, Ensaio de Filosofia e Ciência Natural*, para a colecção da *Biblioteca de filosofia contemporânea*. Este livro que explica e completa a *Força e Matéria* acha-se também traduzido em italiano com o mesmo título da edição francesa, em Milão, 1868.

Em 1857 Büchner fez aparecer um novo livro, ainda sob a impressão da polémica violenta que a sua *Força e Matéria* havia suscitado e que veio tratar uma segunda vez com um mais largo desenvolvimento ainda das questões debatidas no primeiro trabalho. Este livro *Natureza e Espírito ou Palestra de Dois Amigos sobre o Materialismo e sobre as Questões de Filosofia Realista do Tempo Presente* ficou, porém, incompleto, sendo publicado só o primeiro volume que tratava do Macrocosmo e não vendo até hoje a luz o segundo que devia tratar do Microcosmo. Na parte publicada esforçou-se Büchner, influenciado já pela obra de Comte que mais tarde no *Homem segundo a Natureza* havia de operar no espírito do autor da *Força e Matéria* ainda uma mais profunda influência, por marcar os limites do conhecimento humano, distinguindo, como o fez por outro lado Spencer, o cognoscível do incognoscível, limitando as forças do espírito e caindo no cepticismo que se percebe em Comte, fundador duma religião, filha natural da sua filosofia e não parto desvirado dum espírito enfermo como os discípulos heterodoxos *hoje* o querem fazer crer, mas que num materialista e num ateu, quer dizer num homem que possui já um sistema de explicação do Universo, se não admite. Este livro de Büchner, como o seu subtítulo o indica, é escrito na forma de diálogo, a mais útil para trabalhos de polémica filosófica segundo o autor que não é só nessa tão justa opinião, antes encontra partidários em todos os tempos, de entre os quais não citaremos senão modernamente o ilustre autor de *A Metafísica e a Ciência*, Vacherot.

Passado que foi esse período de acerba polémica em que força foi ao Dr. Büchner conservar-se na brecha pelos princípios de que tão ousadamente empreendera a vulgarização, pôde o ilustre alemão entregar-se de novo aos seus estudos especiais, publicados nos *Arquivos de Virchow* e em outros periódicos não menos notáveis da Alemanha e do estrangeiro, como a *Revista científica* de Alglave e Yung que se honra de o contar na lista dos seus colaboradores na secção de medicina legal; merecendo especial reparo de entre estes trabalhos especiais o que empreendeu em colaboração com o Dr. Simon de Darmstadt e que saiu publicado nos *Arquivos de Virchow* sobre os *Hemocristais e a sua significação no ponto de vista médico-legal*, notável dissertação que lhe valeu, com outras publicações médico-legais, a medalha de honra, de prata, da associação dos médicos jurídicos de Bade, Novembro de 1860.*

Pouco tempo depois da data desta justa distinção foi nomeado membro honorário da associação médica de Frankfurt, a que tinha fornecido certo número de relatórios que com os artigos publicados nas diversas revistas que apontámos e com as numerosas discussões que o Dr. Büchner sustentou no seio da associação dos médicos de Hesse-Darmstadt foram constituir um novo livro de serena exposição de diferentes pontos de anatomia e fisiologia que saiu em Leipzig, em 1861, com o título de *Quadros Fisiológicos*, trabalho este que não é sem analogias com o de Vogt *Cartas Fisiológicas*.

Pelo tempo da publicação destes trabalhos casou o infatigável escritor com uma menina de Frankfurt, Janeiro de 1860.

Em 1864 fez aparecer uma tradução crítica do livro de Lyell *A Idade do Género Humano sobre a Terra*, que ampliou, cortou e substituiu conforme os progressos da ciência e os seus modos pessoais de apreciação.

Nunca desalentado, pertencendo pelo contrário à família ilustre dos que tomam tanto mais alento quanto maiores são os obstáculos, cheio de fé no Progresso, o Dr. Büchner persiste na sua obra de combate por meio de sábias vulgarizações isentas da

* In *Herculano*, Revista Quinzenal de Literatura, Porto, 1.º ano, de 28 de Fevereiro de 1878.

imparcialidade fria e mesquinha dos que, como Figuiet, nunca dizem o seu pensamento todo, e empreende nos Invernos de 1866-67 e de 1867-68 em Offenbach, Mannheim, Frankfurt, Darmstadt e Worms uma série de conferências sobre a teoria darwiniana, em todas as suas luminosas explicações desde a aparição do mundo orgânico até a sua aplicação ao homem e à teoria do progresso, que só ela veio precisar completamente, mostrando como os retrocessos e os estacionamentos que se notam nas espécies animais e nas sociedades humanas não contradizem antes justificam a lei geral da evolução; concluindo o conferente as suas curiosíssimas conferências por uma resenha rápida da história do materialismo, esboçada no paradoxal *Dicionário dos Ateus* de Maréchal e Lalande e tratada séria e cientificamente na *História do Materialismo* de Lange, actualmente em tradução francesa. Estas conferências reconstruiu-as o autor da *Força e Matéria* em um volume, a que deu publicidade em 1868 com um êxito tal que poucas semanas depois de ter sido exposto o livro à venda teve de se fazer dele nova edição, de que se serviu Augusto Jacquot para a sua tradução francesa. Mereciam realmente estas *Conferências sobre a Teoria Darwiniana* o acolhimento que tiveram, porque nunca a teoria exposta o fora com tanta clareza e com uma mais completa reserva do abuso de erudição. O autor quis manter-se fiel ao seu constante papel de vulgarizador e assim livrou-se de cair no erro em que caíram Vogt nas suas *Lições sobre o Homem* e Moleschott na sua *Circulação da Vida*, os quais, desejando fazer obras populares, as fizeram muito eruditas para o povo e muito rudimentares para os eruditos, como o observou o próprio Büchner, quanto ao livro do contraditor de Liebig.

Nas conferências de Büchner, a teoria de Darwin é estudada completamente sem as hesitações do sábio inglês sobre os organismos primários, sobre os órgãos rudimentares e sobre a aplicação ao homem, sem essas deploráveis hesitações que Cl. Royer no seu prefácio tão filosófico e nas suas notas tão sábias à *Origem das Espécies* se incumbem de fazer desaparecer e que o próprio Darwin se encarregou de extirpar decidindo-se a publicar a sua *Descendência do Homem*; não se esquecendo o autor da *Força e Matéria* de mostrar como a teleologia levou pela explicação e crítica dos órgãos rudimentares o seu golpe mais fundo, depois das críticas sem par do maior filósofo de todos os tempos, o grande Kant,

golpe que nenhum dos paliativos previstos de Janet consegue atenuar, e que para ele com razão tem mais importância no ponto de vista filosófico do que a própria teoria darwiniana em si — mesmo sem aplicações.

Depois desta notável exposição da doutrina darwiniana, cuja base, a instabilidade das espécies, o dr. Büchner sustentava já desde a primeira edição da *Força e Matéria* contra Vogt, muito antes do aparecimento do livro de Darwin, depois desta notável exposição, dizemos, aonde todos os arrojos de Haeckel acham o seu lugar sem os seus defeitos, a fraseologia pesada, a difusão, o abuso de noções históricas e de reforma de terminologia de classificação, defeito este último já visto por Charles Martins nos trabalhos gigantescos de Haeckel tão superiores a tantos respeitos aos do próprio Darwin, o Dr. Büchner fez ver a luz em 1869 a 1870 a mais um livro *O Homem segundo a Ciência, o Seu Passado, o Seu Presente e o Seu Futuro*, publicado em três fascículos, compreendendo cada um uma das três partes da obra, e ao mesmo tempo em inglês, italiano e francês, na tradução do Dr. Letourneau, o vulgarizador e o crítico da *Fisiologia das Paixões*, e que é uma exposição clara e precisa dos estudos sobre o homem pré-histórico na primeira parte e da teoria da descendência simiana na segunda, mas que descai na terceira num amontoado de visões e utopias sobre o futuro das sociedades em que se descobre o velho partidário de Lassalle, o socialista imbuído dos princípios de Karl Marx, autoritário na sua falsa liberdade, despótico na sua igualdade à Rousseau, comunista como Mably, enfim o alemão que não podia perceber bem a noção do Direito e do Dever consagrada praticamente na declaração dos direitos da imortal Revolução e que se acha pela negação do livre-arbítrio e pelo vago em que deixa flutuar a Moral, a que não encontra no Direito uma base aliás fácil de encontrar, ameaçado de cair de vez na desastrosa defesa da tirania igualitária e comunista que ousa começar neste último trabalho.

Assim, serenamente tem corrido a vida deste homem, que muitos dos seus compatriotas julgarão, ao vê-lo passar pela rua, um pacífico ideólogo inofensivo mas que é realmente um revolucionário terrível, porque a sua acção não se exerce sobre o instável campo dos factos, mas sobre o terreno do Espírito que é eterno e a que os factos tarde ou cedo se têm de subordinar fatalmente.

Este bom velho, cuja simpática e original figura aí ficou esboçada, quase não tem biografia, porque a biografia dum pensador é a história e a crítica das suas ideias, já o disse alguém. E todavia que de mais ensinamento do que esta serena vida impecável, sem peripécias para a curiosidade doente, consagrada ao culto da Verdade e à luta pela Felicidade humana? E não será útil falar deste pensador num país aonde ele só encontrou dois homens que o tratassem com o respeito que merece, um, o Sr. César do Inso na *Revolução de Setembro*, dizendo lealmente o porque não concordava com certas afirmações do autor da *Força e Matéria*, e o outro, o Sr. Correia Barata, reportando-se nos seus vigorosos trabalhos aos do ilustre alemão, mas aonde em compensação tem sido insultado várias vezes nos jornais reaccionários, que de resto acham que Voltaire era bêbado e idiota e que Vítor Hugo endoideceu quando abandonou as velhas crenças e as bem ingénuas aspirações que os seus escribas firmemente alimentam com una segura compreensão do meio em que vivem?*

* In *Herculano*, Revista Quinzenal de Literatura, Porto, 1.º ano, de 31 de Março de 1878.

PROGRESSISTAS!

O astro mais deslumbrante que fulgura no horizonte da vida humana, a mola mais firme e possante, que tende a desvincular os homens dos antros tenebrosos da ignorância, malvez e fanatismo, é sem dúvida essa pérola deslizada da mão do Criador, denominada liberdade.

Ela, e só ela, nos pode tornar verdadeiramente felizes; mas cumpre-nos desviar forte e cuidadosamente os tropeços da inextricável estrada de abrolhos, que impedem estreitá-la em fraternal amplexo.

E neste intuito foi que um punhado de heróis das praias do Mindelo pugnou, até conquistar os louros mais viridentes da vitória, contra os sanguinários hienas, sedentos do crime, da opressão e da ignorância.

Implantado, porém, o sistema liberal, cujo estandarte devia ser para nós o labarum da redenção, e convictos de estar perfeitamente consolidada a nossa obra, eis que surgem, mau grado nosso, uns monstros devoradores, ávidos das torpezas e ambições, para lhe cercear os alicerces e abalar os fundamentos.

E hoje, infelizmente, mais do que nunca estamos presenciando esse escândalo abominável, que compromete a liberdade, convertendo-a em mascarado despotismo.

Quando o governo constitucional estiver, como actualmente, nas mãos dos homens sem pudor, para os quais a moralidade é uma quimera e a justiça uma palavra vã; quando presidem aos destinos da nação estadistas como o Sr. Fontes e colegas, cuja mira

é o esbanjamento e cujo empenho é a oxidação e desbaste dos já carcomidos elos da nossa autonomia política, mal irá ao povo, que vê menosprezar os seus interesses para só atender e idolatrar o farol da ambição, da injustiça e dos desregramentos.

A ruína será, sem dúvida, a consequência inevitável. E para isso basta deixar apagar a já bruxuleante centelha das aparências, a fim de aparecer à luz da verdade um triturado esqueleto, pungente legado de voracíssimas panteras.

É necessário, portanto, expulsar do templo esses vendilhões, à semelhança do que praticou Jesus, que não sei se então foi mais sublime, se quando chamou para junto de si as criancinhas.

É, além de necessário, urgentíssimo debelar o mal, enxotando essas harpias, que conspurcam a púrpura real com tanta mais infâmia quanto maior é a protecção que ela lhes dispensa.

E para isto cumpre aos homens de sã moralidade e verdadeira filantropia empregar enérgicos motores.

É sabido que o povo vive num estado de inércia e abatimento singular, esmagado do fisco e da preponderância dos correligionários de um governo, que os há tornado desmoralizados como ele. Acordá-lo dessa espécie de torpor, para que, compenetrado do seu dever e verdadeiro interesse, possa na urna dar uma lição exemplar da sua justiça, eis o que convém praticar.

Uni-vos, pois ilustres amigos do povo, pugnai denodadamente pelo seu bem-estar, e não vos limiteis aos simples ecos de alguns jornais; ide mais avante; fazei um apelo, uma proclamação especial; exarai nela o resumo das iniquidades desse governo imoral e corrupto e fazei com que o anátema fulminador chegue à mão do mais obscuro burguês. E dando-lhe assim conhecimento de amargas verdades, desmascarando um bando de impostores, que cindem as classes menos abastadas, achareis nelas o apoio que tão preciso se torna.

Não sossobreis nessa árdua tarefa de aniquilar o crime e robustecer a justiça; e vereis coroado o vosso empenho com o mais feliz resultado.*

* In *Staphil do Norte*, Jornal Político, Noticioso e Comercial, Porto, número prospecto, de 26 de Fevereiro de 1878.

AOS GOVERNANTES

Esfinges do poder, ó ínclitos devassos, que enxovalhais em lodo a púrpura dos paços, ouvi canto severo, embora dissonante, tributo dum mesquinho às honras dum gigante!

Vós sois o sol do génio, o fogaréu das luzes, que o dorso nos protege à sombra de arcabuzes.

Por isso as peças Krupp, exército e *pimpões* farão tocar a meta das nossas ambições! Portugal, ressurgido do atro esquecimento em que o lançou do fado impetuoso vento, tornará a avassalar os mundos e esses mares das margens do La Plata aos índicos palmares!

Ó Fontes! Ó vertente de mil prosperidades, espadachim de Tancos, réu das necedades, estás divinizado, herói das peloticas, estólido farsante, camaleão das tricas! E o teu colega audaz, o rábula Sampaio, acerbo como o fel, e prestes como o raio, não tem competidor a abocanhar os ceptros, e a tecer-lhe o tapete em mármore dos *espectros*!

Criatura feliz! ó portentoso exemplo! que pudeste transpor o limiar do templo, maldizendo a deidade ou quem lhe deu o ser!

Inaudito prodígio! Ó raro proceder!!

Mas quem lucra é o povo, o nobre padecente! tem nas túmidas veias sangue muito quente, que podia causar-lhe horrível congestão se vós os sanguessugas, lhe largásseis mão!

Mas há uma verdade: — o povo é alimária; se ele vos não pagar — a penitenciária deverá encerrar ingratos, pervertidos, que ao bem não sabem ser assaz reconhecidos!

Ó bem haja quem fez a casa assim tão boa, tão bela, tão barata e digna de Lisboa!

Depois, avante! Avante! a boca do orçamento se depuser mais cobres, dar-se-ão ao vento, que a semente caindo em ubertosa terra trará riqueza e paz, e nunca áspera guerra.

E se a guerra vier os revolucionários acharão a metralha e bárbaros sicários, os caudilhos cruéis e torpes serviçais, que tem na lei do fisco uns óptimos punhais!

Porém diz o *Bandarra*: Os lobos carneiros nem sempre hão-de beber o sangue dos cordeiros.

Quem come o que possui há-de encontrar a fome; mas, talvez, por desgraça, em pátria já sem nome!*

* In *Staphil do Norte*, Jornal Político, Noticioso e Comercial, secção «Folhetim», Porto, número prospecto, de 26 de Fevereiro de 1878.

CENAS CARNAVALESCAS

Estamos na época carnavalesca; (novidade caída da lua!).

O *Staphil* não se deveria só limitar a zurzir os dissipadores ou regeneradores (palavras sinónimas no vocabulário político); era preciso também dar o seu beliscão nos costumes.

O carnaval por exemplo, não tem razão de ser no recinto dos povos, que se apelidam civilizados.

O *João Fernandes*, no seu dicionário, chama-lhe — sujidade que se cobre com cinza —; nós apenas o classificaremos de modernas saturnais.

Eu declaro que nenhum apreço dou a tal desvario da humanidade; mas a despeito disso há muita gente que gosta.

Tudo assim é; e eis a razão por que esta bola, que os astrólogos denominam planeta, se não tomba e esbarra nas pontas da lua.

E praza aos céus que nunca tal suceda; porque no choque seria a *luta* tremenda, e haveria moscas por cordas!

Temos, pois, aqui no Porto homens sisudos, para os quais um mascarado vale tanto como um guiso de jogral ou um apolo-gista da penitenciária; outros que gostam de ver uma máscara de cera e ouvir os estalos que o rapazio despede.

Em Vila Nova de Gaia é o negócio, porém, um pouco mais sério. No sábado, dia 23, para não falar em outros dias de menor celebridade, houve ali uma mascarada sem igual nos fastos da *ratice*.

O personagem mais saliente era cognominado por alguns o cabeça de Medusa, outros afirmavam ser o Minotauro em pessoa.

O certo é que eu nada pude enxergar, pela circunstância de uma enorme multidão de bombas que lhe atiraram, cujo fumo me eclipsou os embaciados olhos, sofrendo incomparavelmente muito mais os meus ouvidos.

Parecia-me ter junto a mim as metralhadoras de Krupp e que o Porto ia ter a malfadada sorte de Paris!

No meio de tudo isto ouviam-se ainda gritos de terror, sufocados pelos trombones e clarinetas da música estupefacta.

Repito, portanto, — o carnaval é burlesco de mais para o século actual. É a sombra a querer apagar a luz do relâmpago.

Actualmente, que aparecem tantos bonitinhos com que os *dandys* se podem entreter, acho que, em vez de enxergar um dominó, é mais coerente procurar onde está o gato!*

* In *Staphil do Norte*, Jornal Político, Noticioso e Comercial, secção «Folhetim», Porto, número prospecto, de 26 de Fevereiro de 1878.

AS PROESAS DO ACTUAL MINISTÉRIO

É nimiamente indecorosa e falta de critério a forma e palavreado da máxima parte dos periódicos governamentais, quando entram na apreciação dos actos do actual ministério, e no seu confronto com a *nulidade* dos serviços da opposição, quando esteve no poder!

Com efeito, no dizer de tão *luminosos* satélites, aqueles fizeram e estão fazendo *tudo*; estes — absolutamente *nada*.

Ora conceda-se-lhes a plenitude da proposição, e exemplifique-se:

Os caminhos de ferro — são obra dos regeneradores.

A telegrafia eléctrica de terra e submarina — é obra dos regeneradores.

A formação do nosso assaz numeroso exército — é obra dos regeneradores.

A aquisição do seu aperfeiçoado armamento — é obra dos regeneradores.

O auge e equipamento da nossa respeitável armada — é obra dos regeneradores.

A sublime penitenciária — também é obra dos regeneradores.

Finalmente tudo quanto é grandioso no nosso país — é o fruto dessa árvore fecunda e gigantesca chamada Fontes & C.^a

Ora em tudo isto, embora fantasmagorias regeneradoras, e no restante, que eliminamos para evitar fastio, o que, infeliz-

mente, é exacto é o facto de se consumirem milhares e milhares de contos de reis. Não é verdade?

Mas donde saiu tanto dinheiro?

— Ou dos *pejados* cofres do nosso *riquíssimo* tesouro ou das descarnadas mãos dos contribuintes à custa de muito vexame, de muito sacrifício e de muita humilhação!

.....
Mas quem escutar a nossa linguagem há-de, sem dúvida taxar-nos de estacionário repelente ou antiprogressista.

Engana-se porém.

Nós queremos os melhoramentos materiais da nação, mas de uma forma compatível com as suas forças e possibilidades.

Do contrário temos necessariamente de apodar o governo do Sr. Fontes, comparando-o a muitos dos célebres morgados d'outrora, que possuindo alguns bens de fortuna, e julgando que a pobreza era um mito, dissiparam a mãos largas o seu e o alheio até que a sua fatídica estrela os lançou no charco da miséria, da vergonha e do esquecimento.

A opposição, quando esteve no poder, olhando para a exiguidade dos recursos da nação, limitou-se ao absolutamente necessário — *não fez nada*; estes, pelo contrário, tiraram um novo inundo do caos, converteram as pedras não em pão mas em dinheiro, que há chegado para o assombroso panteão de suas glórias, para o gigantesco museu das suas obras maravilhosas, para os desperdícios, e até para recheiar as algibeiras dos afilhados!

E não ficámos empenhados!

A palavra *deficit* riscou-se da tela do orçamento.

Estamos a atingir o supremo grau de felicidade!

Louvado Deus! Na data da penúltima constituição ministerial regeneradora devia-se algum dinheiro; agora, porém, já temos um *saldo* a favor da fazenda pública, que monta a nove mil quinhentos e tantos contos de reis, que figuram nos livros de *crédito* do país com o título de *flutuante*, e bem assim uma porção de milhares de contos, com o título de *consolidada*, dinheiro generosamente por nós *emprestado* às praças estrangeiras, donde nos *provém* um juro excedente a treze mil contos de réis!

Feliz situação, que nos faz caminhar na vanguarda das nações para lhes dar os mais soberbos e aproveitáveis exemplos de economia.

Bem-aventurados regeneradores! homens misteriosos e
incompreensíveis! aniquiladores das dificuldades supremas!
Polifemos e mineiros do futuro — salve!*

* In *Staphil do Norte*, Jornal Político, Noticioso e Comercial, Porto, 1.º
ano, 2.º número, de 4 de Março de 1878.

FOMENTO AGRÍCOLA

Se observarmos que esta pequena tira do continente português, tem uma terça parte de terreno inculto e improdutivo, mas susceptível de resultado, pasma-se e admira-se que o nosso *inimitável* e *previdente* governo não tenha lançado mão de quaisquer medidas tendentes a facultar e desenvolver a sua cultura ou plantação, que na verdade formaria uma importante fonte de riqueza agrícola.

Estudam-se com tanto afincos e interesse as formas variadíssimas de *sangrar* o povo, e nem sequer se pensa que é de inteira justiça inocular-lhe novo sangue nas extenuadas artérias, para que não pereça de clorótica anemia, que tão fatal será para ele como para os sanguessugas insaciáveis que lhe pululam na epiderme.

O mais importante ramo da prosperidade pública de um país — a agricultura, não encontrou ainda sequer uma sombra de apoio no hercúleo braço desse governo *pseudobenéfico*.

Pelo inverso: o verdadeiro facto é dar-se maior incremento às obras públicas nas ocasiões em que mais necessários se tornam os braços à agricultura, roubando assim à terra o motor da sua fertilidade e deixando o proprietário em luta com mil dificuldades, que não pode superar.

Agora mais um quadro terrível e calamitoso se nos depara aos olhos: — são esses vales e colinas do país vinhateiro do Alto Douro, povoado de cepas velhas e carcomidas; mas das quais em-

bora parcamente, se sustentam milhares de famílias, que se vão, a passos largos, aniquilando pela *filoxera* devastadora.

Ora eu bem reconheço que isso nenhum cuidado vos dá por enquanto, atentas as bagas de suor, que orvalham ainda as enxadas dos vinicultores, não terem deixado até hoje de dessedentar a vossa sequiosa laringe; mas o que será daqui por algum tempo? — Nem vós nem eles!

Os comboios atravessarão um território agreste, povoado de moitas e silvados, podendo apenas transportar os melros e pintassilgos, que andarem pulando nos flexíveis ramos dos arbustos! Será um abundante manancial de indústria *passareira*! E com efeito aquela região, refractária a outra qualquer das nossas culturas, ficará deserta porque a fome obrigará à emigração todos aqueles infelizes.

E olhai que há-de haver muito quem lhes aconselhe que fujam da desgraça, e também das garras dos *lobos*, buscando nas possessões de nacionalidades estranhas o abrigo e protecção que vós nunca lhes soubestes dispensar.

Porém, é tempo ainda: permiti já, por exemplo, a cultura do tabaco nas localidades em que a vinha for faltando, que remediareis parte do mal.

E se este alvitre vos não agrada; escolhei outro mais ou menos vantajoso; mas isto que seja tratado numa hora séria, furtada às pantominas do vosso teatro carnavalesco de estupendas extravagâncias.*

* In *Staphil do Norte*, Jornal Político, Noticioso e Comercial, Porto, 1.º ano, 3.º número, de 12 de Março de 1878.

[PRÓLOGO]

Ao encetar trabalhos da ordem do que neste momento começa a ser submetido ao juízo do público, costumam ainda hoje os directores de algumas destas publicações, numa linguagem que neles se tem conservado sem modificações no meio de um mundo que sofre um abalo e um revolver singulares nas suas crenças religiosas, nos seus ideais políticos, na sua organização mais íntima, em todas as manifestações da sua actividade, costumam, dizemos, vir pedir vénia aos que os lêem, confessar a sua insuficiência, lastimar-se de não lhes corresponder a execução à volição, enchendo assim algumas colunas de palavras perfeitamente inúteis, porque por elas não se forma o juízo da publicação que intentam, perfeitamente falsas, porque a modéstia é um sentimento falso como poucos, retóricas banais, feitas por moldes consagrados e que fazem perder ao espírito a espontaneidade que lhe deve ser característica.

É uso também então apelar para a intervenção generosa das damas num dizer todo clássico, pacato, burguês em que se fala de torneios e da cavalaria.

Às vezes acontece o dar-se quem escreve o *chic* de oferecer charutos aos cavalheiros e um cálice de Madeira às senhoras, para se afectar o alto dandismo literário, que se copia daqueles *gentils-hommes des lettres* dos fins do 2.º império, de que fala Barbey d'Aurevilly, que não eram decerto o actor Molière e Diderot, filho dum cuteleiro, para se dar o tom, o ar da alta sociedade das letras,

que faz caracolar os seus nervosos cavalos árabes no Bois em torno do lago e se senta nas *stalles* da Ópera, mas que, transportada para Portugal, oferece o triste espectáculo dum vegetal transplantado e que se estiola e definha progressivamente.

Os prólogos mais simples são sempre os melhores, disse alguém. E assim, abandonando todas essas affectações que não convêm a um período grave, de ciência severa, de filosofia concisa e de literatura sem frases, como o que vamos atravessando, nós, ao começar os nossos trabalhos, não demoraremos demais o leitor com as nossas explicações preambulares.

As revistas literárias, como a que dirigimos, têm quanto a nós, um mais alto valor do que o de ser uma variedade de álbum para *délassement* dos ociosos, a fim de ser folheada nas longas noites de Inverno junto ao fogão, por meninos que fizeram a sua primeira passagem entusiasta pela literatura ensanguentada do *Rocambole* e por donzelas sentimentais, que copiam os versos da publicação que têm nas mãos para os enviar aos seus desgrenhados *Romeus* com o acréscimo de alguns erros ortográficos.

Não; se as revistas literárias tivessem a só importância de constituir um entretenimento agradável e fácil, não se deveria sobre elas demorar a atenção do homem que estuda, que trabalha e que busca achar, entrever sequer alguma dessas soluções ansiadas dos complexos problemas, que o espírito mais que nunca hoje se propõe. Não. As revistas literárias têm outra utilidade, mais séria, mais elevada. São largas sínteses de toda uma época literária, são, por assim dizer, resumos aonde o historiador crítico das literaturas pode mais facilmente, do que em livros dispersos, estudar o renascimento duma literatura, a influência de um escritor, de uma teoria, a ligação íntima e lógica de indivíduos que parecem diametralmente opostos, as causas e os efeitos de um movimento qualquer na opinião a formar dum desses pontos sobre que o nosso espírito oscila como um cutelo de balança na ágata em que pousa.

É nesses grandes agrupamentos de individualidades dispersas que, melhor do que em outra qualquer parte, se pode ver a conexão de pensamentos, a sua proveniência, o seu desenvolvimento lógico, as suas modificações, as suas ramificações que constituem uma escola, a qual não aparece de improviso, tendo pelo contrário a sua explicação racional que pertence ao crítico encontrar.

Assim, no *Panorama* ireis ver como a influência de Hugo e dos homens do *Magazin pittoresque*, d'envolta com a dos precursores do romantismo, Madame de Staël e Chateaubriand, e com a daquele extraordinário W. Scott, se faz sentir. Ireis ali descobrir a afinidade literária, tão poderosa como a química, que faz aparecer esses organismos, que são os monumentos do romantismo em Portugal, ireis ali ver na reforma, no dizer e na abolição progressiva dos moldes retóricos em que o classicismo fechava o espírito à influência do prefácio de *Cromwell*. Ireis ali encontrar todos os elementos, todos os dados para interpretardes a evolução sistemática do movimento romântico no nosso país.

Essa capital importância têm os dois *Trovadores*, que são sínteses mais particulares, porque são periódicos só de versos, onde a influência da geração de 1848 ainda se não faz sentir senão ao de leve. Essa importância tem a *Península*, onde o elevado critério do Sr. Amorim Viana começa a fazer pressentir a influência enorme que na orientação dos nossos espíritos haviam de ter mais tarde Proudhon e Augusto Comte.

Essa importância tem-na a *Grinalda*, onde se pode ver como passo a passo aos velhos ideais poéticos e às velhas fórmulas românticas caídas tão depressa no ridículo, quem o diria? se vai substituindo lentamente a poesia que acha mais digna de suas estrofes as lutas gigantescas das sociedades modernas pela existência progressiva do que as castelãs medievais, cruzados, monges, torneios, tristezas ascéticas, catedrais sombrias, amores funestos, virgens históricas e homens préritos. Ali se pode ver do mesmo passo a insensível modificação no dizer pela influência da geração de 1848 que, logo depois da atlética geração de 1830, se encarregou sobretudo de limar a forma, de lhe dar um brilho e um colorido mágicos, que nos homens de 1830 se encontra em Gautier. A *Folha* é então como que a explosão da mina que se cavara surdamente.

Todas as manifestações da nossa actividade intelectual, ciência e arte, podem, pois, ser estudadas, na sua filiação e no seu desenvolvimento lógico, nessas grandes sínteses chamadas revistas literárias, onde ficam marcados os caracteres e os traços distintivos duma escola, dum movimento intelectual, duma época finalmente.

Esta a grande vantagem das *Revistas*, afora as utilidades secundárias, que seria supérfluo expor.

Conservar a nossa publicação à altura que as nossas considerações precedentes marcam a esta ordem de trabalhos é todo o nosso empenho claramente, neste período actual tão agitado e digno do mais escrupuloso exame para as gerações futuras, hoje que a Ciência reforma todos os seus velhos modos de considerar o Cosmos sob a influência capital do princípio da unidade das forças físicas na parte anorgânica e da teoria darwiniana, ajudado pela química dos compostos do carbone, na parte organizada; hoje que a Filosofia se torna positiva; que a Política forceja por se constituir em ciência; que a Sociologia deixa de ser as utopias de Morus e as doídices de Fourier para se tornar na formidável Síntese final do trabalho concorrente de todas as mais ciências entrevista por Comte e porventura realizada por Spencer; hoje, finalmente, que a Literatura participa, como força era, deste movimento convulso, que agita os espíritos, que destrói os ídolos consagrados, que desloca, numa palavra, esses pontos cardeais sobre que a nossa alma oscila, de que fala Hugo. Reunir numa ordem lógica os trabalhos dos nossos modernos homens de letras, tão vivamente sacudidos desta corrente de ideias que actualmente sopra em todos os espíritos, é o nosso empenho.

Se o conseguirmos, poderemos dar uma medida do que somos hoje, nós, os portugueses, e do por quanto colaboramos para esta renovação geral das humanas concepções, que se opera ao presente em todo o mundo civilizado.

Mas, consegui-lo-emos?

Compete ao público responder à questão proposta.*

* Este artigo consubstancia o editorial da revista *Museu Ilustrado*, Álbum Literário (publicada no Porto em 1878 e 1879), 1.º ano, 1.º fasc., de 1878, sendo assinado por «A R.», sigla que corresponde a «A Redacção». De ter em conta que atribuímos a Sampaio (Bruno) os artigos subscritos, quer com a sigla «A R.», quer com a expressão «A Redacção». Tal interpretação, que, por um lado, faz supor a identificação da sigla «A R.» com «A Redacção», e que, por outro lado, atribui a «Sampaio (Bruno)» a autoria dos artigos publicados na secção «Análise Crítico-Literária» da revista *Museu Ilustrado*, Álbum Literário, também é sustentada pelo Sr. Dr. Joaquim Domingues, que, para isso, se baseia fundamentalmente nos seguintes argumentos: 1.º No facto de, por um lado, o «In memoriam do Doutor Teó-

filo Braga» atribuir a «José Pereira de Sampaio, Bruno» a autoria do artigo que consta da revista *Museu Ilustrado*, Álbum Literário como recensão do livro de Teófilo Braga, *História Universal*, e no facto de, por outro lado, o referido artigo de recensão estar subscrito por «A R.»; 2.º No facto de não só o estilo e as temáticas dos artigos em geral publicados corresponderem ao estilo e às temáticas que nesta altura dominam Sampaio (Bruno), como no facto de certos contextos de *A Geração Nova* corresponderem a transcrições de excertos de artigos publicados na secção «Análise Crítico-Literária» do *Museu Ilustrado*, Álbum Literário, muito designadamente excertos de crítica à concepção realista da estética literária; 3.º No facto de, em carta de 1879 a Joaquim de Araújo, Sampaio (Bruno) lhe declarar que o Director da revista *Museu Ilustrado*, Álbum Literário, Sr. David de Castro, o tinha encarregue de fazer a crítica de um conjunto de livros, que enumera, e cuja análise crítica aparecerá em seguida publicada na referida secção «Análise Crítico-Literária» do *Museu Ilustrado*, Álbum Literário, de 1879, com a assinatura de «A Redacção».

A PROPÓSITO DO POSITIVISMO

(RELANCE)

«O homem triunfa de tudo»; sim, triunfa, mas só quando esse triunfo é para ele uma necessidade: tudo lhe é possível, quando a necessidade lhe é presente.

FEUERBACH, *A Religião*, trad. franc., pág. 339.

Se o eclectismo de Krause, Tiberghien, Ahrens, não teve entre nós eco análogo ao de Espanha, inspirando ainda assim até ao plágio muitos dos compêndios das aulas secundárias e superiores do nosso país ¹, a escola que tem por patriarca o pontífice da humanidade, Augusto Comte, logrou por seu lado um fervor de adopção da moderna geração portuguesa muito para reparos.

Encontramos a fórmula comtista expressa em muitas das obras dos nossos modernos homens de letras entre as quais a mais completa é a do ilustre historiador da nossa literatura, *Traços Gerais de Filosofia Positiva*, e temos visto sucederem-se os protestos de adesão às ideias do professor da Escola Politécnica de Paris, purificadas pelo sábio discípulo Littré.

Esta fé na obra do discípulo de Saint-Simon, posto a não partilharmos, alegra-nos sobretudo, por ser um resultado da tendência geral e inabalável das gerações modernas para o espírito novo, para a Nova Filosofia, que não se sustenta de quimeras e vazias abstracções, mas que, pelo contrário, bebe na fonte da rea-

¹ Vide sobre este ponto os artigos: *A Escola de Krause em Portugal*, do Dr. Lopes Praça, na *Harpa*, Publicação Periódica Portuense.

lidade, como as ciências donde toma a origem, os caracteres da moderna reforma da filosofia.

De facto, é evidentemente justa a frase do dr. Büchner quando na sua *Ciência e natureza* chama ao positivismo, digam o que disserem, um dos sinais característicos da época.

É-o e, como tal, merece toda a nossa a atenção. Mas... Há sempre um *mas*.

Vejam os.

A escola positiva, ou melhor comtista, tem já hoje uma história illustre. Ela conta no número dos seus adeptos muitos dos modernos homens mais notáveis nas letras e nas ciências de todos os países. A sua acção tem sido verdadeiramente notável e a extensão que nos últimos tempos há tomado torna-a digna da atenção demorada. Desde que o lúcido espírito de Littré começou de, renegando as deduções do mestre, dar à teoria, até então pesada, árdua, exclusiva, encerrada, na justa frase de Vacherot¹, no espírito intratável do fundador, de dar, dissemos, uma forma clara, cresceram os adeptos e encheu-se a escola de nova vida e de vigor novo. São conhecidos os nomes de Wyruboff, de Leblais, de Stuart Mill, de Ch. Robin, de Nuitz, de tantos e tão grandes pensadores, filiados na seita.

Augusto Jacquot, no prefácio à sua tradução das *Conferências sobre a Teoria Darwiniana* do Dr. Büchner, afirma, testemunho evidentiísimamente insuspeito, que a escola positiva que ele repele é a única realista predominante em França e a única que tomou o carácter duma verdadeira seita.

A própria Alemanha, aonde o materialismo deu o seu brado enérgico contra os desvairamentos da especulação, a própria Alemanha, de que em 1864 dizia Littré² que o espírito novo se tinha desenvolvido *com algum vigor* contra a metafísica mas num *materialismo enérgico porém insuficiente*, a própria Alemanha, repetimos, sofreu o impulso da doutrina realista dominante em França.

Büchner, cuja *Força e Matéria* é justamente chamada por Paul Janet o manual do materialismo, Büchner que em 1856 no artigo

¹ *La Métaphysique et la Science*, t. III, pag. 187.

² Prefácio ao *Cours de Philosophie Positive* de Aug. Comte, pag. XL.

Os positivistas ou uma nova religião tratava a doutrina de Comte com uma indiferença próxima do desdém (ressentindo-se, é certo, esse artigo da falta de estudo demorado sobre a obra de Comte), ei-lo convertido ultimamente ao positivismo na introdução à nona edição da sua *Força e Matéria*, muito principalmente na sua última publicação *O Homem segundo a Ciência*. Não iremos mais longe e pararemos aqui.

A escola positiva de Augusto Comte extrema-se facilmente pela negação da investigação do Absoluto. Precisemos:

Trazendo ante si o tempo e o trabalho, tempo — séculos, trabalho — de génios, gastos sobre a investigação do que em Metafísica se chama o Absoluto, o Necessário, Augusto Comte desta vigorosa análise chegou à conclusão de que o espírito humano se tinha debatido durante séculos contra uma ordem de incógnitas terríveis e que, nada recolhendo, coisa alguma mais conseguira do que forjar sistemas uns atrás dos outros, absurdos e inúteis por igual, baralhando todas as ideias, confundindo tudo e trazendo para as investigações da ciência positiva a deplorável mania de tudo querer saber, acarretando assim com esta mania a inevitável confusão.

Purificar, pois, a ciência do espírito metafísico, em seguida purificar dele também a filosofia, dando-lhe a precisão científica, — eis neste ponto o escopo de Augusto Comte.

Tendo assistido ao desmoronar do edifício idealista alemão, cheio de mais do nojo que ao homem de ciência causam sempre as banalidades ignorantes da filosofia especulativa, animado ainda e principalmente do audacioso desejo de resolver a questão social, desejo que se compreende no período em que Augusto Comte viveu, quando se sucediam os planos mais ou menos sábios dos Fourier, dos Saint-Simon etc., Augusto Comte, dotado dum grande poder de contenção de espírito, formulou toda a sua teoria na lei — base dos três estados: — *teológico, metafísico, positivo*.

Na ciência, como na filosofia, como na história, como na sociedade, como no indivíduo, a lei dos três estados, nos afirma Augusto Comte, se vê constantemente confirmada.

Toda a ciência, toda a sociedade, todo o indivíduo estão sujeitos, como a palavra lei o deixa entrever, à fatalidade inabalável da tríplice fase.

«Estudando, assevera-nos o filósofo ¹, o desenvolvimento total da inteligência humana nas suas diversas formas de actividade, desde o seu voo mais simples até aos nossos dias, parece-me ter descoberto uma grande lei fundamental, a que ele está preso por uma necessidade invariável, e que me parece poder ser solidamente estabelecida, quer sobre as provas racionais fornecidas pelo conhecimento da nossa organização, quer sobre as verificações históricas, resultantes dum exame atento do passado. Essa lei consiste em que cada uma das nossas concepções principais, cada ramo dos nossos conhecimentos passa sucessivamente por três estados teóricos diferentes: — o estado teológico ou fictivo, o estado metafísico ou abstracto, o estado científico ou positivo. — Em outros termos, o espírito humano, pela sua natureza, emprega sucessivamente, em cada uma das suas investigações, três métodos de filosofar, de que o carácter é *essencialmente diferente e mesmo radicalmente oposto*: primeiro, o método teológico; depois, o método metafísico e por fim o método positivo».

Assentada a lei com este notável vigor doutrinário, Comte na sua obra gigantesca faz-lhe a aplicação para todos os lados e desde já fique notado o mesmo erro, causa da ruína da antiga filosofia: — o legislar de princípio posto para toda a parte.

Por isso, observa Comte em respeito ao homem que no desenvolvimento individual se nota a mais notável confirmação da sua teoria:

«Assim, quem não se lembra, pergunta ele ², de ser, quanto às suas noções mais importantes, *teólogo* na sua infância, *metafísico* na sua mocidade e *físico* na sua virilidade?».

Tendo-se chegado hoje na Ciência (excepto na dos fenómenos sociais) à fase positiva, segundo Comte, cumpre que precisemos o que este grande espírito entende pela fase *positiva*, termo da evolução da Sociedade, como termo da evolução da Ciência.

«No estado positivo, diz Augusto Comte ³, o espírito humano, reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolu-

¹ *Cours de Philosophie Positive*, t. I, pag. 8 e 9.

² *Cours de Philosophie Positive*, de Aug. Comte, t. I, pag. 11.

³ *Idem*, pag. 9 e 10.

tas, renuncia a procurar a origem e o destino do universo e a conhecer as causas íntimas dos fenómenos para se prender *unicamente* a descobrir pelo uso bem combinado do raciocínio e da observação as suas leis efectivas, isto é, as suas relações invariáveis de sucessão e de semelhança. A explicação dos factos reduzida assim aos seus termos reais não é doravante mais do que a ligação estabelecida entre os diversos fenómenos particulares e alguns factos gerais de que os progressos da ciência tendem cada vez mais a diminuir o número».

Consequentemente, a filosofia positiva, como bem o notou Littré¹ renuncia à indagação da essência das coisas, à de todas aquelas questões que em metafísica pertencem à categoria do *absoluto*.

E, se na Ciência a fase metafísica deixou o seu vicioso sistema e a inutilidade das suas perguntas, é justo que purifiquemos a Ciência desse desgraçado espírito.

Assim, exemplifica Augusto Comte magnificamente a lei dos três estados e a sua negação das investigações metafísicas em duas das mais notáveis da ciência positiva.

O exemplo *mais admirável*, segundo ele, é o da lei da gravitação newtoniana. Formulada a lei de que a matéria atrai a matéria na razão directa das massas e inversa do quadrado das distancias, a filosofia positiva não cura de saber «o que são em si mesmas essa atracção e essa gravidade, quais são as causas delas, questões consideradas pela filosofia positiva como insolúveis, não mais do seu domínio e abandonadas por ela com razão à imaginação dos teólogos, ou às subtilidades dos metafísicos»².

Outro exemplo frisante por igual nos é fornecido pela teoria do calor. A filosofia positiva adoptará a via seguida por Fourier, isto é, explicará os fenómenos do calor, «sem se importar da controvérsia de saber se existe uma matéria calorífica, ou se o calor consiste nas fibrações dum éter universal³». E, por isso, Augusto

¹ *Auguste Comte et la Philosophie Positive*, pag. 44.

² *Cours de Philosophie Positive*, t. I, pag. 17.

³ *Cours de Philosophie Positive*, t. I, pag. 26

Comte trata, quanto à terminologia, das suas principais leis, «libertando-as de toda a intervenção das hipóteses arbitrárias, pelas quais ainda hoje se pretende explicar os fenómenos caloríficos, e que não têm outro efeito real, senão obscurecer-lhes a noção e complicar-lhes o estudo» (t. II, pag. 353).

Ainda um ponto. Sabendo-se experimentalmente e evidentemente que não há pensamento sem cérebro, a filosofia positiva recusa-se a explicar este facto quer pela ideia duma alma (hipótese espiritualista), quer pela ideia dum arranjo molecular (hipótese materialista) ¹.

Ociosas se tornariam quaisquer outras palavras para precisar mais a doutrina. Sabemos, pois, que a filosofia positiva não toma conta, por as reputar insolúveis, das questões metafísicas a que se prendem séculos de investigações — a existência de Deus, a espiritualidade e imortalidade da alma etc.

Erro grave será, pois, decerto confundir, em face disto, o positivismo com o materialismo. Distam profundamente, apesar dos pontos de contacto que, mau grado seu, o positivismo tem com o materialismo, como adiante veremos. Ambos têm uma base comum: — a experiência e a sujeição ao *facto* —. Mas, o materialismo, querendo satisfazer o espírito, *explicando*, perde-se no vago das dificuldades metafísicas.

Por isso, materialismo e espiritualismo são igualmente suspeitos à filosofia positiva. Negação materialista, afirmação espiritualista nada mais são para esta escola do que metafísica que nega e metafísica espiritualista, mas em todo o caso sempre metafísica.

«É uma opinião geralmente recebida, diz Littré ², entre os metafísicos e mesmo entre alguns dos que cultivam as ciências especiais que, combatendo o materialismo, se combate pela mesma ocasião a filosofia positiva. O erro é grande e merece ser refutado. Nenhum dos golpes vibrados ao materialismo atinge a filosofia positiva; e advirto os seus adversários de não cair neste engano, que lhes torna a polémica illusória. Objecta-se ao mate-

¹ Littré, prefácio a *Matérialisme et Spiritualisme* de Alph. Leblais, pag. XIX.

² Prefácio ao *Cours de Philosophie Positive* de Aug. Comte, pag. xxvi.

rialismo o não poder dizer o que é em si a matéria. Que importa isto à filosofia positiva, a ela que toma a matéria como as ciências a tomam e que usa dessas noções, como delas usam as ciências mesmas?

Censura-se o materialismo por não poder explicar nem de que maneira as mudanças do pensamento são proporcionais às mudanças do cérebro, nem como no turbilhão vital ou troca perpétua de matéria que se opera entre o corpo vivo e o mundo exterior, o cérebro, que participa desta troca, conserva contudo o sentimento constante da identidade. Que importa isto à filosofia positiva, a ela, que, partindo do facto inegável de que se não conhece pensamento sem cérebro, repele como vãs todas as hipóteses, quer materialistas, quer espiritualistas, sobre as condições que fazem com que à substância nervosa estejam presas a sensibilidade e a inteligência?.....

Nem espiritualista, nem materialista, a filosofia positiva desvia da ciência geral os debates que a ciência particular há já muito tempo repeliu com grande proveito».

Eis precisamente determinados os campos e marcado o lugar que tem de ocupar a filosofia positiva.*

Começando os nossos humilíssimos reparos, cumpre demorarmos-nos por um pouco sobre a base do edifício e, se conseguirmos abalá-la, evidentemente toda a construção baqueará por terra.

Assenta toda a doutrina na lei que atrás vimos formulada por Augusto Comte: a conhecida lei dos três estados.

Seja de notar antes de tudo o erro fatal de todas as teorias filosóficas da velha filosofia especulativa: a enunciação dum princípio-base. Aqui, este princípio, se não toma o carácter dum axioma superior ao exame, ainda assim converte-se numa lei *idêntica* para fenómenos diversos, para a metafísica como para a política, para a física como para a sociologia.

A natureza, porém, para nós, não se presta a estas generalizações tão largas e parece-nos que Comte falseou neste, como noutros pontos, o método que se propusera.

* In *Museu Ilustrado*, Álbum Literário, Porto, 1.º ano, 3.º fasc., de 1878.

Segundo ele mesmo, os progressos da ciência tendem de mais em mais a diminuir o número dos *alguns* factos gerais¹ e a fase positiva deve tender a não ser senão a ligação estabelecida entre os fenómenos particulares e esses pouquíssimos factos gerais, cujo número vem numa progressão decrescente.

Mas, vejamos na sua essência a verdade e justiça da lei dos três estados.

— Todas as nossas concepções são primeiramente teológicas, em seguida metafísicas e por fim positivas.

O homem é teológico na sua infância, metafísico na sua mocidade e positivo na sua virilidade.

As sociedades, sujeitas à mesma lei, passam sucessivamente pelos três estados em relação às suas concepções e vida social. Nestas, a fase teológica vai *subindo* (como sempre em tudo se *sobe*, se *progride*) do estado fetichista ao politeísta, deste ao monoteísta².

A vasta generalidade desta lei que se aplica sem excepções a todas as raças e a todos os indivíduos lança-nos desde o princípio no espírito um germen de dúvida, porque pelos indivíduos se vê desmentida e pelas raças se não confirma.

Todas as concepções científicas, como todas as concepções literárias, históricas, artísticas, todas as concepções humanas, em uma palavra, não têm, quanto a nós, passado pelas sucessivas fases indicadas pelo pontífice da humanidade.

O espírito humano, de todos os tempos, tem seguido *simultaneamente* e não *sucessivamente* as diferentes vias indicadas,

¹ *Cours de Philosophie Positive* de Aug. Comte, t. I, pag. 10.

² É notável o amor que Augusto Comte sentia pelo número 3. Para ele *três* estados; *três* subdivisões do estado teológico; *três* grandes réprobos; *três* grandes eleitos; *três* princípios fundamentais da religião positiva: o amor, como princípio; a ordem, como base; o progresso, como fim; *três* sociedades: a família, a pátria, a humanidade; *três* partes essenciais de toda a religião: o dogma, o culto, o regímen; *três* anjos da guarda; *três* orações; *três* atributos do Grande-Ser: imenso, eterno, todo-poderoso; *três* repartições da religião positiva: a moral e a poesia, a filosofia e a ciência, a política e a indústria; *três* instintos sociais do homem; *três* modos de viver: *para*, *em* e *por* os outros; etc. etc.; amor que Littré (*Auguste Comte et la Philosophie Positive*, pag. 576) reporta às influências da sua infância católica.

não deixando assim uma para tomar em seguida *exclusivamente* a outra.

Deste modo, como muito bem o observou Ch. Pellarin (*Essai Critique sur la Philosophie Positive*, pag. 83), o espírito humano se ocupou sempre simultaneamente de Deus e da revelação (fase teológica), de abstrações (fase metafísica), dos conhecimentos reais (fase positiva).

As nossas concepções não passaram, pois, por essa fieira indicada por Comte.

A sua frase, respeito ao sucessivo transformar das concepções individuais, não é também verdadeira, o que se torna evidente à mais simples atenção.

De facto, o homem não é teólogo na sua infância, metafísico na sua mocidade e físico na sua virilidade, pois que, em todas as idades, o homem se ocupa de Deus, faz abstrações e aúfere conhecimentos positivos.

Assim, de Genoude foi positivo na sua mocidade e teólogo na sua virilidade. Assim, Vacherot, como Hartmann, como Janet são puros metafísicos, da mesma forma que Ségur, Gaume, Frepel são puros teólogos.

Com efeito, para mostrar a falsidade da lei dos três estados bastará reparar que, de todos os tempos, o homem juntou os três métodos.

Assim, Pascal, Newton e Leibniz, ferventes teólogos, eram-no ao mesmo tempo que grandemente positivos, quando nas suas descobertas admiráveis, como nos tempos modernos Cauchy, grande matemático e católico desesperado, como o abade Moigno, como Agassiz, naturalista e deísta, como Flammarion, como tantos outros homens ilustres que, positivos nos momentos positivos, são teólogos ou metafísicos nos respectivos momentos também. Da mesma maneira, Descartes não deixava de ser metafísico, quando assentava a célebre petição de princípio: — *Eu penso logo existo* —, e simultaneamente positivo, quando tratava do movimento da terra.

Hoje que, segundo Comte, era alfim chegada a fase positiva, Schopenhauer não deixou de ser simultaneamente metafísico, nebuloso, positivo e claríssimo como Vacherot. Ainda ontem Cuvier, o teólogo conciliador com o positivo, o Génesis com a ciência. E a este respeito ainda Marcel de Serres e Frédéric Klee,

a tomar estes dois nomes na lista imensa. «O padre Secchi, contrapõe com muito senso Ch. Pellarin, o sábio director do Observatório de Roma, crê sem dúvida alguma, visto ser padre católico, no milagre de Josué fazendo parar o sol. E isso impede porventura o padre Secchi, na sua qualidade de astrónomo, de calcular a marcha dos corpos siderais, como se ela fosse submetida a leis invariáveis?».

Augusto Comte teve uma singular suspeita desta verdade que lhe vem destruir toda a obra e a isto se refere nas poucas palavras seguintes ¹: «Posso afirmar não ter jamais achado argumentação séria em oposição a esta lei, há 17 anos que tive a felicidade de a descobrir, a não ser a que se fundava sobre a consideração da simultaneidade, até aqui necessariamente muito comum, das três filosofias nas mesmas inteligências. Ora, uma tal ordem de objecção não pode ser convenientemente resolvida senão pelo uso racional da nossa hierarquia científica, que, dispondo as partes essenciais da filosofia natural, segundo a sua complicação e a sua especialidade crescente de conformidade com o conjunto das suas verdadeiras afinidades, faz imediatamente compreender que o seu voo gradual deveu necessariamente seguir a mesma sucessão, de maneira que uma só fase da evolução total pode fazer provisoriamente coincidir o estado teológico delas com o estado metafísico e mesmo com o estado positivo duma parte anterior ao mesmo tempo mais simples e mais geral, apesar da tendência contínua do espírito humano para a unidade de método. Ficando assim plenamente regularizadas estas anomalias aparentes, a dificuldade não seria verdadeiramente insolúvel, senão se a simultaneidade pudesse apresentar um carácter inverso; do que desafio a que me indiquem um só exemplo real, que todavia não provaria mais do que a necessidade de aperfeiçoar ou pelo máximo de rectificar a nossa teoria hierárquica, sem que de tal devesse resultar incerteza alguma legítima sobre a lei da evolução mesma».

¹ *Cours de Philosophie Positive*, t. IV, pag. 501.

Chegados a este ponto de subtilidade dialéctica, não nos envergonhamos de dizer com Ch. Pellarin¹, que «não podemos compreender o valor duma tal resposta à objecção tirada da simultaneidade dos três estados intelectuais, tomados por Comte para caracterizar as três fases distintas da evolução do espírito humano. Pode ser essa uma vista engenhosa, verdadeira mesmo a certos respeito, mas não pode aplicar-se aos estados sociais sucessivos nem fornecer uma característica de cada um deles, visto terem sido sempre regidos ao mesmo tempo por uma mescla em diversas doses dos três modos de conceber: — teológico, metafísico, positivo —».

Cumpra também notar que na lei dos três estados se encontra uma insuperável dificuldade para colocar os conhecimentos positivos sabidos nos dois estados, teológico e metafísico, além de a famosa lei não compreender, como o chegou a observar o fervoroso discípulo Littré², nem o desenvolvimento moral, nem o industrial, nem o estético.

Pois, de facto, diremos com um crítico, aonde achar nas duas primeiras categorias um lugar para as noções positivas propriamente ditas, então conhecidas? E como explicar o progresso moral, industrial e estético pela influência de modos de ver das concepções puramente científicas?

Destruída, como ficou, a lei dos três estados, desmentida na hodierna fase positiva³ pela reacção metafísica e teológica na filosofia, na ciência, na sociedade, hoje que a metafísica com Hartmann e com Vacherot, a se não citar senão dois *criadores*, tenta reerguer-se, encontramos outrossim notável erro na subdivisão progressiva feita por Comte do estado teológico em estado fetichista, politeísta e monoteísta, pois que o estado politeísta da Grécia de Péricles e da Roma de Augusto é bem superior ao estado monoteísta dos maometanos ou do povo escolhido de Jeová e sendo de notar mais que esses três estados se baralhassem de todos os tempos, dentro da fase teológica, como ainda hoje acon-

¹ *Essai Critique sur la Philosophie Positive*, pag. 83, nota.

² *Auguste Comte et la Philosophie Positive*, pag. 50.

³ *Cours de Philosophie Positive* de Aug. Comte, t. I, pag. 20 e 21.

tece, na justa observação de Pellarin, com os modernos mono-teístas que andam cheios de fé em medalhas, ramos bentos, cartas do céu, etc. (estado fetichista). E ainda hoje para o monoteísta a concepção de Satan não será precisamente a concepção dualista do Espírito do Mal em luta com o Espírito do Bem (estado politeísta)?

E que dizer da lei dos três estados, se considerarmos os povos que têm estado de tempos imemoriais até hoje num fetichismo primitivo e monstruoso, como esse egípcio que adora a vaca ou o crocodilo, esse índio que adora a serpente de campainhas, esses negros da Guiné que adoram uma árvore, uma pedra; ou aqueles que, chegados a um certo grau de desenvolvimento progressivo, pararam subitamente e têm ficado num estacionamento de séculos, como essa China ateísta dum exemplo tão completo; ou ainda aqueles que num grau de estupidez e ignorância extrema nunca tiveram ídolos, porque nunca procuraram descobrir mais ou menos as causas dos fenómenos do Universo, contentando-se com as relações entre as coisas triviais da sua trivial existência, como esses bechuanas ou betjuemas, *ainda assim* umas das tribos mais inteligentes do interior da África meridional, que, segundo Anderson (*Viagem à África Meridional*, Londres. 1856) não tem em sua língua termo nem mesmo para exprimir a ideia dum criador e dos quais o missionário Moffat diz que não possuem a menor ideia religiosa, parecendo em vista da lei dos três estados que estes povos chegaram assim ao primeiro grau da sua educação intelectual, à concepção positiva do mundo sem a existência dum metafísico Criador qualquer, quando eles em vez de tal são dum atraso infinito, realmente? Não há que farte para duvidar da verdade da lei dos três estados? Por certo; e Wyrouboff assim o entendeu numa certa medida, quando no seu artigo publicado na *Revista de filosofia positiva: As civilizações do extremo Oriente são submetidas à lei dos três estados?* ele responde que a lei dos três estados formulada por Comte não se aplica senão à raça ariana e que é preciso não ver nela uma lei geral e racional do desenvolvimento humano, o que fez exclamar a um biógrafo do simpático russo: — Ora aqui está um positivismo singularmente herético! —, exclamação de uma surpresa, quanto a nós, perfeitamente razoável e lógica. Cremos ter demonstrado o nosso intento de que a lei dos três estados sobre se não realizar na ordem de fenómenos onde é

marcada, não explica o progresso da humanidade, que pode coincidir com a evolução dos pensamentos marcada pela lei que discute, mas que se pode fazer sem a interferência da acção desses pensamentos.

Derrubada, pois, como dissemos, a falsa lei dos três estados, falsa em si (o que o exame das tendências da ciência moderna nos pontos em que essa lei pode mais ou menos tentar aplicar-se, pois que ninguém decerto irá por exemplo procurar por ele a explicação do desenvolvimento das matemáticas quer na sua abstracta parte do cálculo, quer nas suas aplicações desse cálculo atentando no sem número de hipóteses abstractas, inverificáveis da teoria atónica em química, da teoria dinâmica em física, com o seu éter metafísico de que tanto se ria Comte etc., etc., deixa claramente ver) e que ainda verdadeira não indica senão uma ordem de progresso numa certa ordem de factos e não explica os progressos doutra ordem, que se fazem sem a subordinação desejada, que é especialmente aquilo que ora nos interessa, analisemos por um pouco a fase positiva, quer dizer, o ponto extremo a que deve chegar a filosofia positiva.

Falamos, como é de ver, da negação da investigação das questões que em metafísica pertencem ao grupo das questões transcendententes.

Enunciámos atrás, como o leitor deve estar certo, a forma da negação comtista. Vejamos:

A escola positiva extrema-se pela negação da investigação de todos aqueles problemas, cujas soluções se emparceiram na fileira das soluções pedidas de séculos pelo espírito metafísico. Interessa-a o *como* das coisas e não se importa com o *porquê*, questão insolúvel, insensata, na opinião do Dr. Büchner ¹.

Daqui, a delimitação dos campos. Não nega, não afirma — afasta. Deus, a espiritualidade e imortalidade, etc. — ei-las banidas do *campo da ciência* essas questões ociosas, cujo princípio é ruinoso e o objecto inacessível, diz Littré ².

Questões infrutíferas que nada dizem e nada produzem, tendo de todo o tempo o espírito humano chegado com génios,

¹ O *Homem segundo a Ciência*, pág. 304; e *Força e Matéria*, pág. 53.

² Prefácio a *Matérialisme et Spiritualisme* de Alph. Leblais, pag. xxiv.

como Hegel, Malebranche, Descartes, a nada mais do que visões e sonhos; questões que saem evidentemente fora das forças do espírito humano, que só pode abranger o positivo, o real, o palpável, os fenómenos e as suas leis... *

Mas, não seja a reacção tão insensata como a acção. Se a metafísica tudo queria tirar do Espírito, não caia agora a Reforma no erro oposto de tentar, como a acusa Vacherot, eliminar o elemento racional; sim, no erro de suprimir partes da alma, tentativa absurda, por não estar claramente nas forças do homem.

«A filosofia positiva, dizeis vós¹, renuncia à indagação da essência das coisas e das suas propriedades, das causas primeiras e das causas finais, isto é, do que em metafísica se chama o absoluto».

Mas, renunciar não é resolver. Afastar a incógnita dum problema não é decifrá-lo. Que dizer do matemático que, embaraçado na equação, propusesse despedir o importuno x?

Do mesmo modo, as questões que ficaram apontadas não podem por forma alguma ser afastadas, porque correspondem a uma *necessidade* imprescritível do espírito civilizado. Quando o espírito conhece uma pergunta, forceja por achar a resposta. Eliminar aspirações da alma, faculdades da alma, tentar abafar a voz da Razão que nos grita a cada instante: — Há Deus? Não há Deus? A alma é imortal? Não é imortal? É livre? Não é livre? —, com a resposta triste: — Silêncio, perguntas incómodas! Não quero saber de vós! Eliminei a Ciência que se ocupava de vós, em lugar de a purificar, introduzindo-lhe a frieza positiva das outras ciências e não tratarei de substituir a falta; — dizer isto, aconselhar o cepticismo, a indiferença, não será um grande erro?

E o homem vulgar que pede à filosofia uma solução, negativa ou afirmativa, mas solução sempre e que da filosofia não recebe mais do que a confissão da sua impotência, da sua fraqueza, não poderá observar: — Contudo, isto não me satisfaz, o reter eu a curiosidade que dizeis *inútil*. O meu espírito pede respostas e as perguntas terríveis repetem-se aos meus ouvidos. Quem me ar-

* In *Museu Ilustrado*, Álbum Literário, Porto, 1.º ano, 4.º fasc., de 1878.

¹ Littré, *Aug. Comte et la Philosophie Positive*, pag. 44.

rancará deste desconsolador estado de dúvida, porque a dúvida das almas puras, bem diferente da dúvida céptica dos devassos, é desconsoladora e amargurada? — A Igreja! A Ortodoxia! A REVELAÇÃO! A REVELAÇÃO! que sabe, que conhece, que não arreja à indiferença, ao marasmo, mas que, pelo contrário, consola o espírito com respostas — ?

Sim! Se a Ciência nada tem a ver com isso, se o Dr. Büchner, seguindo as pisadas de Augusto Comte, que tão grande papel concede ao catolicismo na história dos progressos da humanidade e que avança que ¹ «o que devia perecer no catolicismo era a doutrina e não a organização, que não foi *passageiramente* arruinada senão em consequência da sua inevitável aderência elementar à filosofia teológica, destinada a sucumbir gradualmente pela irresistível emancipação da razão humana, enquanto que uma tal organização, reconstruída convenientemente sobre bases intelectuais simultaneamente mais extensas e mais estáveis, deverá finalmente presidir à indispensável reorganização espiritual das sociedades modernas»; se o Dr. Büchner afirma ² não se decidir a dar um conselho no ponto da direcção individual sobre as crenças superiores, que resta fazer ao homem que interroga a ciência? Que caminho deve ele tomar? E, quando vos ferem o tímpano as declamações de Comte, de Littré, de Büchner às vezes, contra as forças do espírito humano, não vos parece estar ouvindo os ídolos de Comte, os velhos patriarcas da Igreja, negando a autoridade da razão?

Vamos. O facto é este e inegável: o nosso espírito de homens civilizados requer-nos a todos os instantes soluções aos problemas superiores. É esta uma necessidade do nosso espírito evidentemente. Logo é preciso satisfazê-la, na medida do estado contemporâneo da ciência, é de ver. Abafar, porém, esta necessidade é um feito que não está evidentemente na força humana, porque tal necessidade se impõe forçosamente ao pensador, quer ele queira quer não queira.

¹ *Cours de Philosophie Positive*, t. v, pag. 344.

² *Força e Matéria*, trad. franc., pág. 24.

Essa filosofia sobre que se quer chamar o ridículo não tem nada de cómico, é augusta,* é sagrada. E então essas questões que o espírito humano se propõe não-de ser postas de lado com o tédio da impotência? Não, não!

Ou se afirme ou se negue — não importa. Em todo o caso, forceje-se por responder, pois que o espírito pede respostas.

Sim! O espírito pede respostas. Necessidade terrível que seria loucura negar, por tão manifesta. Assim balbucia Littré¹ que esta necessidade se vai extinguindo e que o espírito vai renunciando a indagações dessas.

Mas, esta afirmação custa a conceber num espírito tão lúcido, como o de Littré. Pois não será ela claramente uma afirmação gratuita, absolutamente destituída de fundamento?

Esta necessidade vai-se extinguindo! Mas como, se o espírito se não modificou?

Pois há vinte e cinco séculos (segundo o próprio Littré) que espíritos-génios têm consumido as suas vigílias nestas investigações e a necessidade vai-se extinguindo? Pois, *hoje, hoje* que a filosofia chegou, segundo Comte², à fase positiva, não sucede há pouco a esta parte a violenta reacção da velha metafísica contra o empirismo? Pois os materialistas alemães não fazem hoje a tal chamada metafísica materialista? Pois Feuerbach, o grande hegeliano renegado (Büchner), não deu *há pouco* aquelas anatomias formidáveis da ideia de Deus na *Religião* e na *Essência do Cristianismo*, a que Moleschott³ chamou imortal?

Pois Littré não recorda o seu antagonista Janet, Hartmann, Vacherot, Pillon, Schoebel, Tiberghien, Flammarion, Larroque e tantos outros nomes ilustres?

A necessidade vai-se extinguindo e o espírito vai renunciando! Mas como? A ciência, diz Littré, não se importa de tal. Mas a ciência não é o homem. E, se na física, na química, na geologia se não deve curar de questões com um carácter de abstracto

* No texto original não figura a «,».

¹ Prefácio a *Matérialisme et Spiritualisme* de Alph. Leblais, pag. XIII.

² *Cours de Philosophie Positive*, t. I, pag. 20 e 21.

³ *Circulação da Vida*, trad. franc., t. I, pág. 8.

metafísico, isso não prova que o *homem*, que o espírito humano renunciasse e que a necessidade se extinguísse.

E não se diga que o espírito abandonou *também* de há muito as doidices da alquimia e da astrologia pelas investigações positivas da química e da astronomia ¹, porque a alquimia e a astrologia foram *substituídas*, enquanto que aqui a metafísica é *desprezada*. E pelo exemplo se mostra ainda uma vez o absurdo de condenar sem julgar, porque a alquimia formulou o teorema que hoje é assente definitivamente, o da unidade da matéria. O segredo dos alquimistas era a transmutação dos metais e o meio de fazer ouro. Ora o que há nisto de absurdo? Fazer ouro seria hoje ainda perfeitamente um trabalho de que se não deveria envergonhar um químico moderno, porque seria decompor o ouro, hoje considerado simples, nos seus elementos desconhecidos, como essa potassa considerada simples e que, com Lavoisier, se viu já composta, um sal, o carbonato de *potassa*, considerada ainda simples até hoje que se vê, com Davy, ser um hidrato do simples potassium, até que se encontre ser este potassium a seu turno qualquer coisa *que se possa fazer*. Ora, o que fizeram os alquimistas? Procuraram esse meio de reduzir o ouro aos seus quaisquer elementos. Há nisso algum absurdo? E então como saiu a química moderna da alquimia? Foi, porventura, rejeitando os seus trabalhos como de uma época transacta em valor filosófico, não se importando com os seus resultados, como faz exactamente a filosofia positiva com a metafísica? Sim; como se substituiu, como dissemos, a química moderna à alquimia? Não foi, lançando mão das descobertas admiráveis dos alquimistas, o ácido sulfúrico, o ácido clorídrico, o ácido azótico, o amoníaco, o fósforo, o azul da Prússia, os alcalis, o álcool, o éter, etc., seguindo os seus caminhos, a tal ponto que, se o que queriam os alquimistas era fazer «o que a natureza, diziam eles, fez no princípio, remontando ao processo que ela seguiu; o que ela faz ainda com a ajuda dos séculos nas suas solidões subterrâneas podemos fazer-lhe acabar num instante, ajudando-a e pondo-a em circunstâncias melhores. Como fazemos pão, da mesma maneira podemos fazer metais...»,

¹ *Cours de Philosophie Positive*, t. I, pag. 14.

a química moderna em sua parte inorgânica *faz e desfaz artificialmente* os seres que a Natureza nos oferece e em sua parte orgânica chega ultimamente nesses admiráveis trabalhos de Liebig, de Berthelot etc. a sínteses artificiais de compostos organizados assombrosas. Pode, pois, haver comparação entre a química moderna que trata dos *mesmos* problemas que a alquimia e a filosofia positiva que diz vir substituir a metafísica sem lhe adoptar o método e os problemas fundamentais, nem os modificar, porque os rejeita de vez? E o que dissemos sobre a passagem da alquimia à química não será precisamente aplicável para a passagem da astrologia à astronomia, por argumentos análogos? Da *investigação progressiva* à *extinção*, à *renúncia*, à *indiferença* medeia um abismo.

— Mas nós devemos e podemos renunciar, brada Littré, porque tais questões são insolúveis e ociosas. Inquirir do princípio e do fim das coisas, por ex.? Mas ao princípio das coisas ninguém assistiu e ao fim ninguém assistirá; logo, tal não pode ser verificável pela experiência. Por consequência, não curemos disso. «À origem das coisas não estivemos presentes, ao fim também não estaremos; não temos, *pois*, nenhum meio de conhecer nem essa origem nem esse fim»¹.

É impossível ser-se mais ligeiro, porque entre esses dois pontos extremos, observa com toda a razão Ch. Pellarin (*Essai Critique sur la Philosophie Positive*, pag. 12), nós conhecemos já muitos pontos intermediários, que passam muito para lá dos limites da existência da humanidade.

Assim, sabe-se o estado da terra numa certa época, as revoluções feitas no nosso planeta antes de o homem aparecer nele, sem ninguém contudo ter assistido a esses princípios. Por cálculos astronómicos inegáveis, o da precessão dos equinócios, p. ex., sabe-se *hoje* qual será a posição da terra e do sol num futuro de muitas centenas de mil anos, que excedem, segundo todas as probabilidades, a duração marcada à nossa espécie. E contudo ninguém de hoje assistirá a tal. Observações estas jus-

¹ *Auguste Comte et la Philosophie Positive* de Littré, pag. 107, e seu prefácio a *Matérialisme et Spiritualisme* de Alph. Leblais, pag. XIII.

tíssimas, que nada pode contradizer e cujo desenvolvimento o leitor pode ver no *Essai Critique sur la Philosophie Positive* de Ch. Pellarin, pag. 12.*

Decerto. Quem de hoje assistiu às evoluções geológicas das diversas camadas? Quem de hoje assistirá ao desaparecimento possível da vida? Darwin assistiu à luta das primitivas espécies pela existência? Haeckel assistiu às evoluções simianas? O matemático que calcula a passagem inevitável de Vénus e Mercúrio pelo sol assistirá ao facto sabido? E note-se, o que não fez Pellarin, que as palavras de Littré poderiam ter visos de argumento só no caso de jamais sobre o *princípio e o fim das coisas* se não ter feito senão *metafísica*. Mas, poder-se-á afirmar isto e negar que *destas questões* se tenha ocupado o espírito científico, empírico, positivo?

Sucedem-se as teorias e, à medida que a Ciência caminha, um melhor conhecimento da Natureza nos vem dar maior precisão aos modos de ver sobre as questões que estamos vendo Littré repudiar.

Quem não recorda os grandes trabalhos de Laplace sobre o sistema do mundo, a sua sábia teoria das nebulosas sobre a *formação* dos mundos, brilhantes e formidáveis manifestações dum grande espírito, «sinais do génio trazendo o cunho da imortalidade», na eloquente frase de Fourier?

Quem não recorda sobre o *fim* possível da vida no nosso globo a causa do arrefecimento progressivo do sol, facto terrível à primeira inspecção, sem importância, se nele se atentar bem, pois que são profundamente justas as palavras de Flammarion: «Depois do *fim do nosso mundo*, as estrelas continuarão a cintilar nos céus, a vida a radiar no espaço infinito, e o universo a caminhar como agora sem mesmo poder ser posta pedra mortuária alguma no espaço, para indicar o lugar onde a terra viveu e pensou durante séculos?».

Não vemos tomar curso em ciência a teoria positiva de todo o mundo orgânico derivado em *último ponto* das citodes *primitivas*, dessas moneras nascidas por geração espontânea no começo

* In *Museu Ilustrado*, Álbum Literário, Porto, 1.º ano, 6.º fasc., de 1878.

do período laurentiano, provindo de compostos inorgânicos, simples combinações de carbone, ácido carbónico, hidrogénio e azote, essa profunda teoria tão vigorosamente deduzida pelo talento robustíssimo de Haeckel (Vide *História da Criação dos Seres Organizados segundo as Leis Naturais* de Ernesto Haeckel, trad. franc., pág. 164 e seg. e pág. 280 e seg.?).

Quem, depois da doutrina da evolução no universo inorgânico e no mundo orgânico, irá afirmar o velho absurdo das sucessivas *criações* numa e noutra parte?

Quem, doravante, fará especulações ridículas sobre o *nada* depois dos factos que a Ciência há adquirido irrefragavelmente, como o são a eternidade e imortalidade da matéria?

E todo este trabalho de argumentação e investigação, todas estas teorias desta forma e análogas, por mais diferentes que sejam entre si, mas que todas se ocupam do *princípio e do fim das coisas*, serão porventura especulação *metafísica* ou obra *positiva*?

Não vale, porém, insistir. Voltemos, pois, ao ponto de partida que Littré julgou fortificar por este argumento.

O espírito deve renunciar a esta ordem assim de investigações! Mas serão naturais ou artificiais estes limites marcados *ex cathedra*?

Não! «Não devemos, diz connosco o Dr. Büchner, desesperar jamais da solução dos problemas os mais obscuros; ou ainda, e sobretudo, não é permitido em caso algum traçar prematuramente, como muitos filósofos o têm ousado, limites ao espírito humano nem declarar que ele não tenha em si a força nem o direito de os ultrapassar. De resto, aqueles que assim o têm feito obravam de ordinário num interesse teológico ou em vista de alguma ideia filosófica particular bem mais do que por amor da verdade. A verdade devemos esforçar-nos por a atingir por *todas* as vias e por *todos* os meios ao nosso alcance, *quer investigações, quer especulação*» (*Conferência sobre a Teoria Darwiniana*, trad. franc., pág. 120).

E assim é. Pois o que será o condenado materialismo moderno senão o filho *imediate* dos modernos progressos da *ciência*, da física, da química, da biologia, da geologia, da paleontologia, etc.? Assim, se se não dessem estes elementos científicos, poderia existir o materialismo moderno, filho de Laplace, filho de

Darwin, filho de Haeckel, filho das descobertas *positivas* e das investigações *positivas*? Não, evidentemente. «O materialismo moderno não é, diz um célebre pensador francês, o frívolo dos salões da Regência, o entusiasta de Diderot ou o paradoxal de Sylvain Maréchal. É profundo, lógico, sábio, formidável».

Assim, quem, senão Darwin, arruinou definitivamente a ideia das causas finais e o que, senão a doutrina darwiniana, veio explicar *cientificamente* a ordem na natureza e a adaptação dos fins, explicação vagamente entrevista por Augusto Comte nas propriedades *imanes* que adiante veremos Littré formulando, no ajustamento dos órgãos dos seres vivos e no complexo do universo?

A necessidade vai-se extinguindo e o espírito vai renunciando! Mas, à parte as considerações precedentes sobre a reacção metafísica nos últimos tempos decorridos, vejamos o estado do espírito humano respeito às questões condenadas, ainda no campo da ciência positiva mesmo.

Desengano pungente que nos vem mostrar a inanidade das tentativas para os abafamentos obscuros. Não! Não se pode subjugar a necessidade do espírito que jamais renuncia, mas antes redobra de instância em suas perguntas.

Assim, hoje não terminou com a reputada fase positiva a investigação sobre o calor, e a doutrina termodinâmica afirma-se, afastando os desdêns de Comte e assentada irrefragavelmente pelo princípio de Joule em 1842, da equivalência do trabalho mecânico e do calor. E eis resolvida já uma questão que a filosofia positiva declarava insolúvel! Frisantíssima consideração que, por si, basta a aluir todo o edifício e a lembrar quão desgraçada é a ideia de suprimir as *teorias* da ciência, ficando esta um celeiro, sem ordem, sem nexos, sem espírito de generalidade nem síntese, das descobertas e dos conhecimentos.

Mas, prosseguindo ainda, quando no dicionário de medicina de Nysten, reeditado por ele e por Ch. Robin, define Littré a alma o conjunto das funções morais e intelectuais desenvolvidas no cérebro, ele afirma uma hipótese materialista. Observa ele a idêntica acusação de Janet¹ que a filosofia positiva sabe que a substância

¹ *La Crise Philosophique*, pag. 116.

nervosa pensa e que isto lhe basta, não curando de saber porque pensa¹. Ora, isto é uma afirmação, digam o que disserem, materialista, pois que o materialismo afirma que a substância nervosa pensa e também não diz porquê, visto ignorá-lo². De procurar o *porquê* (caso materialista) ou de o não procurar (caso positivista) — eis a única diferença, ténue e sem consistência alguma. Ora, que resposta deveria dar a esta questão o positivista puro? Evidentemente, não que o cérebro pensa, mas que sem a substância nervosa não pode haver pensamento, o que é bem diferente. Assim, se o materialista diz: — A substância nervosa pensa — e o positivista diz: — A substância nervosa pensa — que diferença há aqui?

Do mesmo modo, Augusto Comte e Littré dedicam largas páginas à questão das causas finais, valentemente negadas. Para eles a matéria não está criada para dados fins nem há desígnios teleológicos. Para eles, como para o Dr. Büchner, o destino dos seres na natureza é um absurdo incomparável.

Ei-los negando assim valentemente o que a filosofia materialista valentemente nega, como p. ex. no soberbo capítulo da *Força e Matéria* do Dr. Büchner: — *Destino dos seres na natureza* — Outro notável ponto, pois, de contacto.

Mas à filosofia positiva que não cura das causas primeiras nem das últimas, que não se importa de problemas metafísicos, que toma as coisas tais quais se nos deparam, que interesse advirá de saber se as coisas têm ou não um destino na criação, se foram criadas expressamente para um fim?

Se o olho está admiravelmente apropriado ao fim da visão, que importa saber se o olho foi ou não feito expressamente para chegar a este fim?

Diz Littré³: «Mas a causa, seja ela qual for, donde provêm os seres organizados, criou, ao lado das espécies vivendo por si mesmas espécies parasitas que há lançado às tribos inumeráveis em o seio de todos os animais. Ela coloca esses entozoários nos

¹ Prefácio a *Matérialisme et Spiritualisme* de Alph. Leblais, pág. XIX e XX.

² *Força e Matéria*, do Dr. Büchner, p. ex. (o manual do materialismo, segundo o espiritualista Paul Janet), pág. 214.

³ Prefácio ao *Cours de Philosophie Positive* de Aug. Comte, pag. XXIV.

insectos, nas aves, nos mamíferos, no homem, nos olhos, no sangue, nos intestinos, no fígado, no cérebro, nos músculos; os gérmenes deles estão por toda a parte; escoam-se pelos órgãos, e por pouco que o solo lhes seja propício, enxertam-se nele e prosperam à custa do organismo que condenam ao sofrimento, à destruição

representando certamente um admirável artifício para afligir as pobres vítimas, a quem são visivelmente destinados». Que importa isto a Littré? Que Littré constate o facto, como *constatar* é o escopo *único* da filosofia positiva, e que nada mais deduza.

Que lhe importa, sim, saber se estes entozoários são ou não argumento contra afirmações absolutamente metafísicas, só discutíveis metafisicamente, *visto o materialismo ser metafísico?*

Constatar, repetimos, eis o trabalho da filosofia positiva; e dos factos constatados tirar relações gerais, mas relações gerais entre eles, como a palavra *relações* indica, visto a filosofia positiva estar *toda inteira no relativo* (Littré, *Aug. Comte et la Philosophie Positive*, pag. 45), princípio não novo, antes já proclamado por bastantes homens de ciência em todos os tempos como quando diz Buffon: «O absoluto, se existe, não está ao alcance dos nossos conhecimentos; não julgamos nem podemos julgar das coisas senão pelas relações que elas têm entre si». Peq. ed. da Imprim. Roy. das *Oeuvres, Quadrup.* (t. II, pag. 159).

Para que, pois, se embrenhar nesta questão toda metafísica de saber se os meios se acham acomodados aos fins e se na imensa multidão dos seres e dos factos as causas finais, o destino dos seres na natureza, são ou não uma verdade?

E notemos por um pouco mais a inegável e evidente incoerência.

Constatada a disposição dos órgãos nos seres vivos, a filosofia positiva, que renuncia ao *porquê* das coisas e só cura do *como*, conforme apontamos já, não teria a afirmar senão que a matéria está ajustada a certos fins e mais coisa alguma. O *porquê* de tal, *porquê* evidentemente metafísico, não está nas forças da filosofia positiva, porque esta então teria de escolher entre as duas hipóteses, espiritualista e materialista — ou ser tal uma propriedade da matéria (hipótese materialista) ou ser tal um desígnio marcado por uma causa superior (hipótese espiritualista).

E ainda mesmo que se diga que, mesmo no caso de ser a propriedade de a matéria se ajustar a certos fins, desígnio marcado por causa superior, a filosofia positiva só constata essa propriedade de ajustamento, a nossa crítica não fica invalidada, porque nesse caso a filosofia positiva deveria só constatar o ajustamento e não negar, como a vimos fazer, o desígnio superior marcado pela ideia das causas finais.

Em todo o caso, como sempre, se devia *abster*, o que não fez, proclamando pelo contrário a hipótese materialista acima apontada ¹.

E é notável e cómico como, depois de ter feito seus os argumentos materialistas contra as causas finais, Littré brada contra o materialismo, mais ainda contra o deísmo de Voltaire, a que chama filosofia negativa e dissolvente ². Dissolvente! Mas essa filosofia chamada dissolvente libertou a humanidade, partiu as gargalheiras dos escravos, inspirou todas as redenções, trouxe à ciência, à literatura, à sociedade um novo espírito, preparou o quadro dos direitos do homem, assentou o grande princípio da tolerância universal, a grande ideia da liberdade de consciência!

Dissolução que tudo renovou! E o positivismo?

Mas, continuemos. *

O espírito humano renuncia, diz Littré. Mas nós não vemos Augusto Comte, partidário da teoria de Gall, fazendo um estudo positivo (leia-se: — materialista) das funções intelectuais e morais, e declarando a frenologia superior à psicologia ³, o que obrigou o grande discípulo (?) Stuart Mill a perguntar como queria Comte achar a *relação* entre o ser físico e a constituição material dum individuo, sem se certificar pela análise interna repudiada da verdade da relação, sem olhar os dois termos da relação?

¹ Prefácio de Littré a *Matérialisme et Spiritualisme* de Alph. Leblais, pag. XXI, aonde se nota a resposta à injusta acusação de Janet de ter Littré resuscitado as *virtudes dormitivas da escolástica*.

² Prefácio ao *Cours de Philosophie Positive* de Aug. Comte, pag. xxv.

* In *Museu Ilustrado*, Álbum Literário, Porto, 1.º ano, 8.º fasc., de 1878.

³ *Cours de Philosophie Positive*, t. III, pág. 538 e seguintes.

E Littré não escreve no prefácio de *Matérialisme et Spiritualisme* de Alph. Leblais, pag. v: «O fim do autor do livro é trazer a sua quota-parte à obra de regeneração (?) intelectual empreendida por Augusto Comte e traçada na filosofia positiva; o fim do autor do prefácio é concorrer ao mesmo alvo em algumas páginas que sustentarão o que o livro sustenta, que combaterão o que o livro combate?»

Mas Leblais sustenta o materialismo e Leblais combate o espiritualismo. Todavia, por outro lado, Littré afirma, como sempre, o seu completo desinteresse entre materialismo e espiritualismo, ambos, como se viu, para ele falsos, por metafísicos, no citado prefácio, pág. xxii, p. ex. Notemos, portanto, a incoerência, frisante por de mais.

E Augusto Comte não recomenda que se recordem os serviços de Descartes à ciência, *apesar* do seu espiritualismo¹, frase esta que Littré achará bem dura, visto o seu apregoado *desinteresse* (é o termo usado) entre materialismo e espiritualismo e frase devida àquele que afirmou (muito bem, segundo o positivista Leblais, *Matérialisme et Spiritualisme*, pág. 183), como qualquer materialista, que a ideia de Deus era hoje uma ideia retrógrada e anárquica?

Assim, seja neste ponto apresentado aqui o mais terrível exemplo que, *malgré lui*, o positivismo fornece da contradição forçada e inevitável a que a natureza mesma das coisas o leva:

«O facto é que, diz Littré, o universo nos aparece como *um conjunto tendo as suas causas em si mesmo*, causas a que chamamos as suas leis. O longo conflito entre a *imanência* e a *transcendência* toca o seu termo; a *transcendência* é a teologia ou a metafísica, explicando o universo por causas que estão fora dele; a *imanência* é a ciência explicando o universo por causas que estão nele. Só a imanência é verdadeiramente humana e directamente infinita: humana, porque não desassocia a história dos homens para os dividir em réprobos e eleitos; directamente infinita, porque, deixando os tipos e as figuras, nos põe sem intermediário em relação com os *eternos motores dum universo ilimitado*, e descobre ao pen-

¹ *Cours de Philosophie Positive*, t. III, pag. 531.

samento estupefacto e maravilhado os mundos colocados *sobre o abismo do espaço* e a vida colocada *sobre o abismo do tempo*».

Em face destas linhas quem não verá com Eugène Poitou (*Les Philosophes Français Contemporains et Leurs Systèmes Religieux*, pag. 110) que o positivismo é um sistema e que esse sistema é o materialismo e o ateísmo? De facto, se o universo é um conjunto que tem as suas causas em si mesmo, eis negada a existência de Deus; se o universo é ilimitado, eis afirmado o infinito da matéria no espaço; se se fala de abismo do tempo, recorda-se o infinito da matéria no tempo. Mas, nós já vimos Littré proibindo as palavras sobre o *princípio e fim das coisas* e proibindo que se faça *metafísica*. Todavia, não terá razão em observar Eugène Poitou (*Obra citada*, pág. 113), isto é fazer de alguma maneira metafísica? Porque, dizer que o mundo existe por si mesmo não é dizer que é eterno e infinito? E afirmar o infinito e a eternidade do mundo não será fazer uma hipótese? «Escapam-nos as causas, dizeis vós; nada sabemos da causa do universo. Então, *com que direito* vindes declarar que o universo tem *a sua causa em si mesmo*? Que podeis vós saber dessas coisas, se é verdade que só o *relativo* nos pertence? Quem vos autoriza a dizer que os motores do universo estão *nele* e não *fora dele*? E sobretudo que esses motores são *eternos* e que o universo é *infinito*?».

De facto, se a filosofia positiva se proíbe, como inútil, conforme vimos, toda a especulação sobre as causas primeiras e últimas, sobre o princípio e o fim das coisas, sobre toda a ordem de assuntos sobre que de séculos se tem exercido a metafísica; se a filosofia positiva afirma pela boca de Littré: «que se abstém de qualquer explicação, por toda e qualquer explicação ser uma pura hipótese...» *não nega nada, não afirma nada: porque negar ou afirmar seria declarar que se tem um conhecimento qualquer da origem dos seres e do seu fim*. O que há estabelecido presentemente é que os dois limites das coisas nos são inacessíveis, e que o meio só, o que se chama em estilo de escola o *relativo*, nos pertence. Não sabemos nada sobre a causa do universo e dos habitantes que ele contém, como é que por outro lado Littré avança com a condenada metafísica materialista proposições que diz estarem fora do alcance humano?

Quando Littré afirma (Prefácio ao *Cours de Philosophie Positive* de Aug. Comte, pág. xxxvi) que «o que é permanente é a presença *perpétua* do espírito humano em face da *infinidade e da eternidade*

das coisas»; esse sentimento jamais o perderá; quando se recordam as definições científicas da alma dadas por Littré e por Comte, quem não julgará com Tiberghien (*Introduction à la Philosophie et Préparation à la Métaphysique*, pag. 18) o positivismo «um materialismo inconsequente e um ateísmo disfarçado»?

Que incoerências são, pois, estas? Não mostrarão elas a necessidade irrefragável de se tratar das questões condenadas, necessidade abafada, mas que em toda a ocasião se revolta, necessidade que é impossível chegar a abafar de todo, *a terrível necessidade que o nosso espírito sente de curar dos problemas uma vez apresentados a resolver?*

Se esta necessidade existe sempre, o proibir desdenhosamente as tentativas de investigação não poderá produzir o tédio, o cansaço, o marasmo, o vácuo da alma, o cepticismo que não chega a ser dúvida, finalmente, esse mal terrível que em filosofia e em ciência, como em política, urge debelar com todas as forças — a indiferença? —

Necessidade terrível esta que jamais se anula. E não se nos objecte que tocamos na questão das ideias inatas. Nem de longe! Afirmamos tão-somente, mas o que é tudo, *a necessidade impreterível que o homem tem de curar dos problemas uma vez apresentados*. Formulado um problema, apresentada uma incógnita a resolver, seja de que ordem for, nada pode fazer com que o nosso espírito não cure desse problema, não cure dessa incógnita. Este *facto* — eis a ruína do sistema de Comte.

Recapitulando, se o espírito tímido se encher de tédio, o espírito impaciente, que deseja sempre saber, não poderá cair noutra perigo, o de ir procurar em outro campo, que não no da Filosofia, as soluções, afirmativas ou negativas, ansiadas?

A Negação proscree-se neste caso e aparece a Afirmação, mas não Afirmação dada em resposta pela Filosofia e pela Ciência.

De facto, o homem não pode estar neste estado híbrido que nos fornece a filosofia positiva. Não há meios termos hipócritas: *to be or not to be*.

«As massas, diz Augusto Jacquot¹, não têm a inteligência aberta às restrições delicadas; já a dúvida lhes repugna; por

¹ Prefácio à sua tradução das *Conferências sobre a Teoria Darwiniana* do Dr. Büchner, pág. XII.

quanto maior razão não serão elas incapazes de se abster ao mesmo tempo de afirmação, de negação e mesmo de dúvida sobre uma questão tão grave como a de Deus e de se conduzir contudo como se Deus não existisse! — E é todavia a isso que tende o *positivismo!*».

Cuidado, porém. Notai que pronunciastes a palavra terrível, a palavra que há levantado séculos de disputas intermináveis. Ora, urge acabar de vez com tais estéreis questiúnculas, vos bradam. E se vós ousais reagir, se pedis explicações, se a questão tremenda vos atrai como os abismos os desgraçados, fechada é boca que se abriu para o protesto pelo postulado hoje demais repetido: «Nenhuma existência pode ser assente pelo raciocínio».

Mas, insensatos! reparai na singular confusão, pois que te-reis de discutir *metafisicamente* o postulado que avançais, tereis de provar que Deus não pode ser dado pelo raciocínio, para o que preciso se torna analisar-lhe as provas, refutá-las, trabalho indirecto, fechando-o em seguida por um labor *imediate, directo*. Quereis fugir a todo este mundo de controvérsias metafísicas, chamando axioma ao princípio soma?!

Mas não vedes que tal princípio é falso, se se refere a uma existência em ligação com quaisquer dados e verdadeiro só no caso da completa separação, do completo isolamento, como no dessa fauna e dessa flora que o viajante vai encontrar fortuitamente nos países, que percorre, sem as esperar, como conclusão de qualquer dedução? Não vedes que, se aqui o princípio verdadeiro, é falso, falsíssimo no caso contrário, quando uma existência vos aparece fatalmente deduzida de quaisquer factos que só ela explica? Não vedes que foi o raciocínio que assentou a existência da rotação da terra, contraprova da experiência; a existência da América a Colombo, a existência do caminho marítimo para a Índia a Vasco da Gama? Não reparais nos factos assombrosos das matemáticas, superiores relativos a existências reveladas pelo cálculo, que é o raciocínio pelo número? Não pensais por um pouco naquela deslumbrante revelação de Neptuno, em que Leverrier, na elegante frase do Sr. Alexandre da Conceição, «encontra um planeta desconhecido e nunca visto por olhos humanos na ponta da sua pena, fechado no seu gabinete de trabalho», nessa maravilhosa obra dum espírito superior que *conclui pelo raciocínio uma existência não conhecida pela experiência*, de tal

forma que no dia em que Galle, de Berlim, recebe a notícia dos trabalhos de Leverrier (23 de Setembro de 1846) dirige uma luneta para o ponto do céu indicado e vê, com efeito, o planeta anunciado, afastado menos dum grau da posição que lhe marcara a teoria?

Mas, se se objecta que para chegar ao resultado surpreendente de Leverrier (e Adams, segundo conta Delaunay), preciso foi o conhecer-se já experimentalmente as irregularidades do movimento de Urano, *devidas provavelmente à atracção exercida por um planeta ainda desconhecido*, não se repara que se está dentro da nossa afirmação, de que podemos assentar existências, pelo raciocínio, quando se acham presas a dados conhecidos e que só elas explicam?

Se assim é, pois, não reparais que a existência de Deus pode *talvez* ser assente pelo raciocínio, sobre os dados da contingência do Mundo que se afirma, da Harmonia que se exagera; e que saber se esse *talvez* se converte em uma afirmativa ou em uma negativa pertence a todo um trabalho de análise, de discussão, de *metafísica* e não uma *fin de non recevoir* qualquer?

E então, se as perguntas se repetem e se a filosofia confessa a sua impotência, não poderá qualquer desviar os olhos da Filosofia e lançá-los para outro lado? E para onde? Para a Ortodoxia, para a Revelação, dissemos.

Pois não poderá existir um pensador, positivo, empírico, nada teólogo, nada metafísico, analisador e absolutamente só realista, no campo da Ciência, que seja, saído das especulações científicas, um crente? que reconheça que na ciência não pode haver fé no sobrenatural, não lhe dando a ciência conselhos alguns a tomar, e que por isso reserve as questões condenadas para o campo da sua fé individual, crendo segundo os ditames da sua consciência, como indica que se faça o Dr. Büchner? ¹.

Não fazemos hipóteses gratuitas: — O Sr. Couceiro da Costa, quanto a nós uma das inteligências portuguesas de mais elevada plana, agremia-se nas fileiras de Augusto Comte (*Tra-
tado de Geometria Elementar*, pág. 587 a 593), enunciando vigoro-

¹ *Força e Matéria*, pág. 24.

samente a lei dos três estados (*idem*, pág. 525 a 529), e apesar disso afirma: «A ciência é positiva, muito bem: mas a fé, a filha egrégia do pensamento, essa jamais será suplantada pela positividade da ciência, porém cada vez mais acrisolada pela civilização» (*idem*, pág. 588).

E, se o pensador não se dirigir para a Igreja, seja isto até concedido, não poderá ir para qualquer renovação religiosa à Patrice Larroque, pois que os argumentos espiritualistas ficaram de pé, por não analisados para se não fazer metafísica?

Ainda não fazemos hipóteses gratuitas: — E. Cazelles no seu prefácio à sua tradução da *Circulação da Vida* de Moleschott (1866) declara-se acompanhando a renovação (?) de Augusto Comte, pág. XIX e seguintes e no seu prefácio à sua tradução da *Religião Natural (Influência da — Sobre a Felicidade Temporária do Género Humano)* de Bentham e Grote (1875) vem pregar e pregar fervorosamente um teísmo novo, pág. XV e seguintes.*

Para a Revelação!, dissemos.

Decerto; e aí está explicado tão naturalmente o que a muitos parece uma aberração dum grande espírito e o que realmente não é mais do que uma consequência exacta, mas apresentada com a rudeza dum homem que não respeita conveniências e que caminha numa linha recta; — a *revelação* da religião humana, de que Comte era o pontífice.

E não nos acusem de má fé. É certo que não devemos dar como deduições da filosofia positiva as loucuras da virgem-mãe etc., verdadeiros disparates, como a cosmogonia de Fourier; mas nós não falamos dessas aberrações; assim como, quando falamos das deduições possíveis de Fourier, não tocamos na sua singular cosmogonia. Não se trata evidentemente disso, mas tão-somente das soluções dadas por Comte na sua religião às questões terríveis que a sua filosofia não resolvera.

Como fatalmente, por uma Lei, Augusto Comte tinha de dar alguma resposta àqueles problemas, cujas soluções preocupam todos os pensadores, Augusto Comte deu essa resposta; mas como a porta da filosofia e da ciência fora por ele fechada a tais

* In *Museu Ilustrado*, Álbum Literário, Porto, 1.º ano, 9.º fasc., de 1878.

questões, Augusto Comte respondeu *por si*, quer dizer: *revelou e criou portanto, o quê? Uma religião.*

Triste exemplo e aproveitável lição para aqueles que doravante pretenderem suprimir *filosofia*.

Aí, no sistema religioso de Comte, tudo é explicado pela filosofia materialista, negando-se a existência de Deus e fazendo-se sobre todos os assuntos metafísica materialista.

Por isso, fazendo uma resenha da exposição do sistema religioso de Comte por Willem, barão de Constant Rebecque, tem toda a razão o Dr. Büchner em chamar a esta religião ateísta, materialista e sensualista ¹.

E isto era fatal e, à parte os motivos pessoais: a sua alienação precedente, o seu orgulho enorme chegando à demência, o exemplo dos Saint-Simonianos, o apostolado fourierista daquele *ex-cêntrico* de Champfleury Jean Journet etc., Comte foi levado à sua religião *naturalmente*.

Seja perguntado a todos os fundadores, a todos os patriarcas, a todos os doutores de todas as religiões, que a resposta dada será a mesma: — a necessidade da revelação das verdades supremas, por a razão pelos seus meios naturais não poder lá chegar —, condenação dos esforços da natureza humana por impotentes que ireis ver em Pascal, *Pensamentos*, ed. Havet, art. x e xxii; S. Basílio, o grande, *Epist.* CCXXXIV, Opp., t. III, p. 356; Santo Atanásio, *Adv. gent.*, I; S. Gregório de Nazianzo, *Orat.* XIV, 33 e *Orat.* XXVIII, 6, 16; S. Clemente de Alexandria, *Strom.*, I, V e VI; Santo Iren., *Adv. haer.*, l. IV, c. vi; Orígenes, *Contra Cels.*, I, VII, § 42; Lactâncio, *Instit. div.*, l. II, c. xiv; Athenag., *Legat. pro Christ.*; Santo Hilário de Poitiers, *De Trinit.*, l. V, n.º 20 e l. I, n.º 19; Santo Agostinho, *De ord.*, II, 47 e *De civit. Dei*, l. XI, c. II, condenação que assenta por um lado a fraqueza do nosso espírito e que por outro *revela* a ordem das verdades transcendentis.

A este resultado desgraçado chegou o espírito desorganizado de Comte, esse espírito, um misto a um tempo do cepticismo científico, empírico, filosófico de Aristóteles, Bacon e Voltaire e do cepticismo religioso, místico de Pascal e dos príncipes da Igreja,

¹ *Ciência e Natureza*, trad. franc., t. I, pág. 25.

com predomínio por fim desta segunda equívoca via, que o levou, como Pascal e todos os príncipes da Igreja, por entender que o Espírito humano não podia chegar a coisa alguma do Superior, do Acima do Relativo, do Primeiro, do Porquê, da Síntese última — a uma Religião, mas uma Religião que, mercê do indespójável espírito céptico filosófico, ficou sendo uma Religião materialista, uma Religião sem Deus, uma Religião não Religião.

Deplorável resultado, deplorável, sobretudo, a via que a tal resultado levou.

Mas, demais nos temos demorado neste ponto da negação das investigações das soluções primeiras.

Mostrado, como ficou, o absurdo desta negativa, eis-nos voltados forçosamente pelo decorrer da polémica à negação da lei dos três estados, quando se quer atribuir à presente fase da vida da humanidade o estado positivo comtista, afirmando-se ser esta fase definitiva, a regeneração da filosofia e tudo o mais, pura e simplesmente filho de Augusto Comte. Multidão de declamações que se repetem a ensurdecer!

Ora, se é certa a frase *Nihil sub sole novum*, muito mais verdadeira se torna ela, se é possível, quando se trata da filosofia empírica. E a razão é simples:

Um sistema transcendental tem, visto o facto incontestável de não poder o espírito humano estar sempre a criar *novum*, mais ou menos afinidade histórica; com outro qualquer sistema.

Assim, a filosofia de Schopenhauer bebe largamente nas fontes orientais. Porém, todo o sistema transcendental traz o cunho do pensador que o *cria*, pois que é um resultado *artístico* da especulação *pura* do pensador.

Assim, cada pensador toma a sua ideia primordial — *base* — e daí constrói, como cada artista lança os seus alicerces, como cada *literato* faz o esqueleto da sua obra, filho da sua só especulação e irreduzível à experiência.

Por isso, se cada pensador idealista toma sua ideia primordial e dela enreda, claro está que o sistema lhe pertence propriamente pela base, sua especulação, e pela construção, sua obra de arte.

Assim, em literatura, os primores pertencem propriamente aos grandes espíritos que os *fizeram*: os *Miseráveis* a Hugo, o *Neveu de Rameau* a Diderot, o *Werther* a Goethe. Identicamente, todos os

sistemas transcendentais, filhos só da especulação dos seus criadores, são deles propriamente. Assim, a teoria do Espírito absoluto é de Hegel, como a teoria da vontade é de Schopenhauer.

A filosofia empírica, porém, como a ciência, sua mãe e directora, não pertence evidentemente a este ou àquele. Quando Darwin proclamou a lei da selecção natural na luta pela existência, Darwin não fez essa lei, proclamou-a só; não inventou, achou, descobriu. Quando Newton acha o princípio do binómio que toma o seu nome, ele não cria, não faz esse resultado, tem tão-só a glória de o achar e apresentar. Portanto, nesta ordem de trabalhos não há a admirar mais do que o labor da descoberta, do que o estudo, do que a grande inteligência, o meio seguido, a dedução e a argumentação, mas nunca a criação, a feitura como a de uma obra de arte. A filosofia empírica não é, repetimos, obra deste ou daquele. E porquê? Pela razão simplicíssima de que a filosofia empírica é filha da *observação*, sobre cujos dados se exerce *naturalmente* a razão.

Todavia, estas observações claríssimas parece que jamais as fez Littré, o fervoroso discípulo de Augusto Comte.

Para ele, a filosofia positiva, a fase positiva é filha de Augusto Comte e pertence-lhe propriamente.

Assim, afirma ele ¹: «Eu, quando digo filosofia positiva, entendo Augusto Comte e este livro, a que ponho um prefácio; não seria justo velar sob um termo impessoal o louvor devido a um grande nome e a um supremo serviço».

Deste modo, Augusto Comte foi um *inovador* (pág. xi). E o *supremo serviço* de Augusto Comte foi o assentar a filosofia positiva, pois que, quando fala de filosofia positiva, Littré entende Augusto Comte e o seu livro.

Descoberta admirável que, a ter-se dado em verdade, bastaria a cobrir Augusto Comte de glória eterna.

Mas não! Para se pensar dum modo positivo, observa com fina ironia Ch. Pellarin ², não foi preciso que Augusto Comte aparecesse, pois que o seu tão preconizado método positivo não é

¹ Prefácio ao *Cours de Philosophie Positive* de Aug. Comte, pág. i.

² *Essai Critique sur la Philosophie Positive*, pag. 83.

mais do que «o processo seguido nas ciências exactas» já tão usado por todas as escolas empíricas, como todos sabem; e aqui, como sempre, a lei dos três estados dá, como dissemos, em falso, pois que se não chegou tão-somente agora à fase positiva pelo impulso, pela *regeneração*, pela *renovação* de Augusto Comte, conforme erradamente julga Littré.

Não! A lei dos três estados é aqui, como sempre falsa e a filosofia de Augusto Comte, como todas as filosofias empíricas, não é a criação dele, pois que *criar* sistemas é, desdenhando a *experiência*, cair no erro dos sistemas transcendententes, absolutos.

A História facilmente nos elucidaria sobre o assunto.

Assim, não se chegou hoje ao modo de ver positivo, em virtude da *regeneração* de Augusto Comte, como o quer Littré (Prefácio a *Matérialisme et Spiritualisme* de Alph. Leblais, pág. v), pois que, de todo o tempo, o espírito humano marchou, quando positivamente, positivamente sem esperar por nenhum Comte-Messias futuro, como o próprio Comte reconheceu, quando escreveu: «O método positivo é necessariamente, como o método teológico ou metafísico, a obra contínua da humanidade inteira, sem nenhum inventor especial» (*Cours de Philosophie Positive*, conclusões gerais, tomo vi).

Littré afirma-nos, porém: «A grande inovação que deu um sistema geral às ciências positivas é obra de Comte... A doutrina que confiava às ideias a formação dos princípios gerais... não caiu senão diante de Augusto Comte... Comte achou a filosofia ocupada pela metafísica, tornou-a positiva...» (Prefácio ao *Cours de Philosophie Positive* de Aug. Comte, pág. XIII e XIV), e não recorda que o próprio Comte dá a sua obra como complemento da vasta operação de Bacon, Descartes e Galileu e nos assenta a analogia entre o seu método e o da filosofia natural inglesa, depois de Newton¹.

Mas então quais foram essas descobertas de Augusto Comte, pelas quais ele é um *inovador*?

¹ *Cours de Philosophie Positive* de Augusto Comte, t. I, pág. 20, 30, 43 e t. VI, pág. 548 e seguintes.

Foi o primeiro que, na opinião de Littré¹, separou o abstracto do concreto. Mas, poderá haver afirmação mais banal e valerá a pena refutá-la?

Assentou o primeiro a história como um fenómeno natural². Mas Vico não havia já na sua *Scienza nuova* compreendido o fim, o objecto e o método da história, como ela é considerada modernamente, conforme bem observa Vacherot (*La Science et la Conscience*, pág. 108)?

Mas Condorcet no seu *Quadro dos Progressos do Espírito Humano* não estava bem longe de considerar a história pela forma dos nossos cronistas milagreiros, p. ex.? E que dizer por seu lado de Voltaire no *Ensaio sobre os costumes e o espírito das nações*?

Pois a consideração da história como fenómeno natural, a inteligência das relações gerais dos factos, a sua explicação lógica, essa *scienza nuova*, confusamente entrevista por Bossuet, como Comte o confessa no seu t. IV, pág. 204, será própria a este ultimo? Não havia já Herder (*Philosophie de l'Histoire de l'Humanité*, trad. franc. de Tandel, pág. 15) «procurado uma *filosofia da história da humanidade por toda* a parte aonde as suas investigações podiam atingir?»

Diz Comte ter ele o primeiro a honra de haver passado para o estudo dos fenómenos sociais o espírito positivo, nas seguintes palavras³: «Os métodos teológicos e metafísicos que, relativamente a todos os outros géneros de fenómenos, não são já *agora* empregados por pessoa alguma, quer como meio de investigação, quer mesmo somente como meio de argumentação, são ainda, pelo contrário, exclusivamente usados sob uma e outra relação para tudo o que diz respeito aos fenómenos sociais... Aqui está, pois, a grande mas a *única* lacuna que urge encher para acabar de constituir a filosofia positiva... Tal é, ousou dizê-lo, o *primeiro* fim deste curso, o seu fim *especial*».*

Mas, antes de Augusto Comte, o modo de ver positivo, científico, não tinha sido tomado por todos aqueles vultos gigantes-

¹ Aug. Comte et la Philosophie Positive, pag. 43 e 44.

² Idem, pág. 42, 43.

³ Cours de Philosophie Positive, t. I, pag. 21 e 22.

* In Museu Ilustrado, Álbum Literário, Porto, 1.º ano, 10.º fasc., de 1878.

cos dos precursores da Revolução, por Beccaria no *Tratado dos Delitos e das Penas*, por Montesquieu no *Espírito das Leis*, como o confessa o próprio Comte no seu tomo IV, no capítulo em que nos mostra *as tentativas feitas até aqui para constituir a ciência social*, aonde nos diz de Montesquieu que «em toda a parte se manifesta nele uma tendência preponderante a conceber os fenómenos políticos, como tão necessariamente sujeitos a invariáveis leis naturais, como todos os outros fenómenos quaisquer» (*Cours de philosophie positive*, t. IV, pág. 178 e 179), por Condorcet de quem Comte diz: «a concepção geral do trabalho próprio a elevar a política à classe das ciências de observação foi descoberta por Condorcet. Foi ele o primeiro que viu claramente que a civilização está sujeita a uma marcha progressiva, cujos passos todos estão rigorosamente encadeados uns aos outros segundo leis naturais que a observação filosófica do passado pode desvelar, e que determinam para cada época, duma maneira inteiramente positiva, aperfeiçoamentos que o estado social é chamado a experimentar quer nas partes quer no seu todo. Não só Condorcet concebeu por isso o modo de dar à política uma verdadeira teoria positiva, mas tentou estabelecer essa teoria, executando a obra intitulada *Esboço dum Quadro Histórico dos Progressos do Espírito Humano*, de que o título só e a introdução bastariam para assegurar ao seu autor a honra eterna de ter criado essa grande ideia filosófica» (*Systhème de Politique Positive*, pag. 132), por Condorcet, a respeito do qual «uma justa apreciação exige todavia que não se esqueça a alta participação antecipada do seu célebre amigo, o sábio Turgot, cujas preciosas observações primitivas sobre a teoria geral da perfectibilidade humana haviam sem dúvida utilmente preparado o pensamento de Condorcet» (*Cours de Philosophie Positive*, t. IV, pag. 185?).

Achou as leis dos fenómenos sociológicos, resolvendo outrossim a questão social, segundo Littré¹.

Mas as soluções são de tal modo monstruosas (vide o longo desenvolvimento desta afirmação em Ch. Pellarin, *obra citada*) que

¹ *Auguste Comte et la Philosophie Positive*, pag. 43; e *Conservation, Revolution et Positivisme*, 1852.

actualmente Littré e os discípulos sensatos de Augusto Comte as repudiam com vergonha. E ninguém recordará porventura antes de Comte Saint-Simon com tantas lúcidas verdades e Fourier com tantas descobertas admiráveis e intuições de um verdadeiro génio? E acaso as soluções doidas de Comte pararam o caminho aos Proudhon, aos Bastiat, aos Karl Marx, aos Louis Blanc, a tantos lutadores de todos os lados?

E diz-se: as soluções de Comte! Mas quais são as doidas soluções de Comte? Passarão elas porventura duma cópia servil do régimen da Idade Média, porque Comte era fanático, serão elas mais alguma coisa do que a instituição católica sem a ideia de Deus? Não! Comte, vimo-lo, é o primeiro a afirmá-lo, quando diz que a organização católica deve presidir finalmente à indispensável reorganização espiritual das sociedades modernas!¹ Comte nada mais fez, pois, do que *reconstruir*, quer dizer, do que suprimir as afirmações teológicas e *acomodar* à fase presente da vida da humanidade.

Perguntar como é que a humanidade chega no *primeiro* estado, o teológico, à *última e definitiva* organização, que o *último e definitivo* estado, o positivo, deverá tomar, não o fazemos. Fastidioso seria isso, porque inúmeras são as contradições que Comte fornece de per si à sua preconizada lei. Deixamos ao bom senso do leitor levantar esta como outras idênticas perguntas.

Afirmou com prioridade porventura, como se quer fazer crer, que as noções científicas são acumuláveis? Mas Pascal não tinha já tido a mesma ideia num robusto pensamento que o próprio Comte cita com elogio no seu t. IV, pág. 172?

Formulou a falsa lei dos três estados e dela achou, segundo Littré², o quadro da evolução social. Mas se essa lei, falsa, falsíssima, como estas considerações negando a proclamação da fase positiva só por Comte estão deixando ver, se acha já claramente formulada em Saint-Simon, donde Augusto Comte a toma (como o vir a ser a política uma ciência de observação, os pareceres sobre a reforma, sobre a Idade Média, a reorganização do clero no corpo

¹ *Cours de Philosophie Positive*, t. v, pag. 344.

² *Auguste Comte et la Philosophie Positive*, pag. 43.

científico, etc.) conforme se pode ver nas *Oeuvres Choisies* de Saint-Simon, t. I, pág. 14, 15, 25, 26, e 147, de Saint-Simon, mestre de Augusto Comte, como o confirma este próprio (Vide *Augusto Comte et la Philosophie Positive* de Littré, pag. 8 e seg. e pag. 74 e seg.)?!

E em face da arruinada lei dos três estados de Comte não nos aparece antes do autor do *Curso de Filosofia Positiva*, p. ex., o profundíssimo quadro do movimento da civilização traçado pelo génio de Fourier, entre mil quadros da evolução humana, baseados numa ou noutra série de factos, com o destaque das danificações *naturais* ao lado destas artificiais, e devidas aos processos experimentais da moderna antropologia?

E, se Comte fez uma aplicação feliz da lei da série à classificação das ciências, essa ideia não estava já apontada em Saint-Simon (*Oeuvres Choisies*, t. I, pág. 23 e 25 e t. II, pág. 21), e essa hierarquia enciclopédica de Comte não é o objecto da vigorosa crítica de Herbert Spencer?

Pois Comte, como o confessa o próprio Littré, não tem no seu sistema a lacuna da moral, a da estética, a da psicologia e a da economia política (*Augusto Comte et la Philosophie Positive*, pág. 674 e 677?).

Mas aonde está então essa apregoada prioridade de Comte? Essas descobertas soberbas aonde param? Prioridade na sua filosofia experimental? Mas Littré que o afirma (Prefácio ao *Cours de Philosophie Positive* de Aug. Comte, pág. XIV, *Auguste Comte et la Philosophie Positive*, pág. 98 a 111), dizendo aqui que ninguém, a não ser Comte, se pode julgar com seus direitos à filosofia positiva «*nem pouco nem muito, nem directa nem indirectamente*» (pág. 99), não reparou que é ele próprio que dá como precursores de Comte, em face de inúmeros textos dos quais alguns por nós procurados de outra parte também, como se viu, Turgot, Kant, Condorcet, Saint-Simon e o Dr. Burdin; não reparou que o Alph. Leblais *que ele prefacia* nos vai apresentando de todo o tempo o modo de ver positivo frente a frente com o modo de ver especulativo?

Pois a filosofia do século XVIII não era absolutamente positiva? Diderot, D'Holbach, Helvetius, La Mettrie não eram empíricos, positivos? Dirão que eram metafísicos materialistas, que, como Cícero, como Pascal, como Descartes e os espiritualistas, fi-

zeram toda a vida metafísica, apesar de crentes na fraqueza do espírito humano uns e outros? Mas o que é a religião de Comte, complemento lógico e natural da sua filosofia, como vimos, senão uma metafísica materialista?

Olhai, p. ex., Rousseau (*Émile, Profession de Foi du Vicaire Savoyard*, ed. G. Havard, pag. 77) afirmando que «as ideias gerais e abstractas são a origem dos maiores erros dos homens; nunca o palanfrório incompreensível da metafísica fez descobrir uma só verdade, e encheu a filosofia de absurdos de que se tem vergonha, logo que os despojem dos seus palavrões».

Mas mesmo, se o século XVIII se importava com a solução dos problemas primeiros, como em D'Holbach, em La Mettrie, em Rousseau, não vemos nós por outro lado confessar-se a inutilidade dos esforços do homem para conhecer o Absoluto naquela sátira pungente — *O que são os sistemas de Voltaire?* E este afectado cepticismo, esta dúvida metódica que o positivismo arvora mas que não é nova, pois em todas as suas diversas manifestações e progressos todos recordam análoga confissão de fraqueza das nossas forças desde Górgias, Protágoras, Pirro e Aenesidemo, passando por Montaigne, Charron e o nosso Sanches, depois por Bayle, Pascal, Huet e Hume até à ressurreição, com uma forma e profundidade novas das vigorosas críticas de Kant, vemo-lo este cepticismo, dizemos, formulado pela forma *científica* que o positivismo lhe empresta em alguns dos atletas do século XVIII, nos materialistas modernos da Alemanha, hoje, como ontem, ontem que Cabains, escrevia: «Algumas pessoas parece que temeram, segundo me dizem, que esta obra tivesse por fim ou por efeito o destruir certas doutrinas e o estabelecer outras relativamente à natureza das causas primeiras. Mas isto não pode ser: e mesmo, com reflexão e boa fé, não é possível o crê-lo seriamente. O leitor verá muitas vezes no curso da obra que nós consideramos *estas causas como colocadas fora da esfera das nossas investigações e como furtadas para sempre aos meios de investigação que o homem recebeu com a vida. Fazemos aqui de tal a declaração completa, e, se houvesse ainda alguma coisa a dizer sobre as questões que nunca foram agitadas impunemente, nada seria mais fácil do que provar que elas não podem ser nem um objecto de exame nem mesmo um assunto de dúvida, e que a ignorância mais invencível é o só resultado a que nos conduz a seu respeito o justo emprego da razão*» (*Rapports du Physique et du Moral de l'Homme*, t. I, pag. XXXIX).

E sorri-se dos lutadores generosos do século XVIII, dos terríveis lutadores que não fingiam abstenções impossíveis e que pediam a altos brados a luz do exame da razão para todas as questões, teológicas como metafísicas...

Metafísicos os lutadores do século XVIII! Mas, se esses atletas curavam das questões condenadas pelo positivismo, não os vemos afirmar com ele, no meio das suas especulações, que «nenhum primeiro princípio pode ser alcançado por nós» (Voltaire, *Le Philosophe Ignorant*, no t. 42 das *Oeuvres*, ed. Beuchot, 544) nas pisadas experimentais que o grande Bacon acentuou, como quando afirmou: «Physica siquidem, et inquiritio causarum efficientium et materialium, producit mechanicam. At Metaphysica, et inquiritio formarum, producit magiam. Nam causarum finalium inquiritio sterilis est, et, tanquam virgo Deo consecrata nihil parit» (*De dignitate et augmentis scientiarum*, Lugani, MDCCLXIII, pág. 223)?

Afirma o positivismo a negação das investigações dos problemas metafísicos, mas essa negação não será de todos os tempos o brado da filosofia no desalento, espiritualista ou materialista, por ser de todos os tempos a consciência da fraqueza do espírito humano? Não vos lembrais, entre mil e mil, p. ex., daquela observação de Cícero, o representante ilustre no mundo romano da nova academia, de que estão «as coisas celestes acima do nosso alcance» e de que «no caso de as conhecermos perfeitamente, não seríamos nem melhores nem mais felizes», devendo nós, pois, fazer como Sócrates, «desviar o pensamento humano dessas questões obscuras..., para o trazer à vida comum e ao exame das virtudes e dos vícios, do bem e do mal» (Cícero, *Academ.*, I, 4)?

Repare-se, porém, na singular presunção de inovação do positivismo, quando em face da sua crítica enfezada se apresenta a dialéctica formidável de Kant nas antinomias com que ele mostra poder-se, sobre as questões mais árduas e transcendentais, afirmar igualmente e com a mesma razão o pró e o contra. Há aí mais do que as declamações estéreis do positivismo; há as escavações poderosas de um génio.

Voltando, porém, ao ponto de partida, metafísicos os lutadores do século XVIII!

Mas que página mais amarga de cruel ironia contra a metafísica do que o artigo *Métaphysique* do *Dictionnaire Philosophique* de Voltaire?

Aonde está, pois, a prioridade de Comte? Este não reconhecia em si prioridade mais do que no que ele dizia de vir trazer aos fenómenos sociológicos a crítica da fase positiva¹, dizendo ter ele criado a ciência sociológica². Mas, caindo, como caíram, num abismo de ridículo as suas soluções neste campo, aonde quer Littré ir encontrar prioridades em Comte?

Notável é, pois, o favor imenso de que se goza o positivismo, mas a razão deste é simples. Desgostada a geração nova, pela sua bancarrota, do idealismo, lançou os olhos para o campo empírico. Aí lhe apareceu justamente a propósito a doutrina de Augusto Comte. Justamente a propósito, diz, como nós, E. Cazelles no prefácio à sua tradução da *Circulação da Vida* de Moleschott, pág. XIX, afirmando assim um facto realmente notável.

A obra de Comte foi preferida então ao velho materialismo. E porquê?

Porque satisfazia a tendência do espírito científico a se não ocupar das questões primeiras, árduas e insolúveis à primeira inspecção, correspondendo assim também à apatia de muitas inteligências; porque apontava falazmente as faltas do materialismo e punha em princípio o nojo por toda a especulação metafísica, negativa ou afirmativa, e esse nojo era e é ainda possuído por a maior parte daqueles que amam a positividade das ciências.

A propaganda de discípulos da força de Stuart Mill e de Littré acabou a obra. Assim, tem toda a justiça Vacherot, quando afirma³: «Com toda a certeza, o espírito intratável do pai da escola positiva, as formas laboriosas e um pouco pesadas da sua dicção, as suas estranhas pretensões à fundação, de uma religião, as suas ideias muito pouco liberais e demasiadamente impregnadas de Saint-simonismo sobre a organização hierárquica das sociedades, tudo isto e outras causas ainda eram outros tantos obstáculos para o irradiar da filosofia positiva.....»

¹ *Cours de Philosophie Positive*, t. I, pag. 21, 22 e seguintes; e t. IV, e v e VI, *Física Social*.

² *Idem*, t. VI, pag. 568.

³ *La Métaphysique et la Science*, t. III, pag. 187, 188.

O primeiro discípulo de Augusto Comte, superior ao mestre a certos respeito, não tem decerto nenhum dos seus defeitos. Espírito muito liberal, muito cultivado, tão versado nas ciências históricas, morais e filosóficas, como nas ciências matemáticas, físicas e naturais, carácter nobre e modesto, sem outra paixão a não ser a da verdade e a da liberdade, M. Littré é bem o homem feito para abrir a todos os amigos da ciência e da filosofia a escola, de que a pesada mão do mestre parecia ter querido guardar a chave..... e, quando homens, como MM. Rénan, Taine, Stuart Mill, Cournot, Renouvier, vieram emprestar às conclusões da escola positiva a luz da sua análise, o positivismo tornou-se a escola poderosa e popular que todos sabem».

E de facto assim foi.

Em breve, porém, começaram a aparecer as lacunas e os defeitos e, hoje, o descrédito vai subindo, pouco, muitíssimo pouco, é certo, mas progressivamente, é certo também.*

Assim, o positivismo heterodoxo que tem por chefes Littré e Wyruboff não tem já hoje, apesar das tentativas estêreis do primeiro para salvar ainda a lei dos três estados e o desdém pelas investigações duma determinada ordem de problemas, nada dos característicos da velha escola saint-simoniana de Augusto Comte; o moderno empirismo inglês rompeu de vez com as fórmulas estreitas do puro positivismo e tudo leva a crer numa reacção salutar que, contra fetichismos indisciplinados, tome o positivismo como um método, o método empírico da observação dos factos sobre que especula a razão, que de há séculos tem sido adoptado pelas ciências naturais e fulgurados em lampejos interrompidos na filosofia, mas nunca como um sistema incompleto dum cepticismo atrasado e estéril.

Ainda há pouco, um dos mais notáveis escritores e um dos poucos pensadores originais e sérios do nosso país, o Sr. Oliveira Martins, num livro superior, que a ignorância da imprensa acolheu com o mais profundo silêncio, escreveu as sintéticas linhas

* In *Museu Ilustrado*, Álbum Literário, Porto, 1.º ano, 11.º fasc., de 1878.

seguintes a propósito da negação comtista¹: «Cómodo é decerto o processo de resolver as dificuldades eliminando-as, e de ter filosofia, começando por banir a especulação. E é notável que o positivismo, dando-se como genuíno filho do método científico, tome para si o processo dos que são hoje, segundo no-lo ensina, os maiores inimigos da paciência e do progresso. Proibir o estudo de certa ordem de problemas, sob pretexto que são inacessíveis à razão humana, não será repetir a proibição do espírito *teológico*? Dizer que esses problemas são inacessíveis, não será lançar a primeira pedra para a formação do mistério, e colocar o espírito no primeiro passo da estrada do misticismo? Talvez não seja capaz de o compreender a inteligência mal cultivada pela especialização do ensino; mas decerto o compreende, e logo o pratica o espírito colectivo, a quem não servem nem bastam as frias fórmulas do dogmatismo científico nem o materialismo prático da vida moderna. Por isto o positivismo nos oferece o exemplo singular de uma escola de filosofia onde abundam médicos, engenheiros, economistas, publicistas, e até literatos, mas onde não há filosofia».

.....
Há no livro tão justo de Ch. Pellarin uma palavra profunda e é que Augusto Comte se encarregou, ele mesmo, de refutar o seu sistema.

E como? Por aquele método tão usado em matemáticas, o método de redução ao absurdo, aplicando-se, diz ele², à doutrina de Comte, a máxima de Jesus e do bom-senso: — de que a árvore se conhece pelos frutos.

Ora, considerando as conclusões de Comte (e mais uma vez seja dito que falamos das conclusões, no seu ponto de vista, *sensatas, lógicas e naturais* e não das *aberrações*), se aquelas são falsas, os princípios donde se partiu evidentemente o são também, pois que de princípios verdadeiros não saem corolários absurdos.

Mas, as conclusões de Augusto Comte foram um sistema de educação absurdo e ridículo; uma teoria de moral absolu-

¹ O *Helenismo e a Civilização Cristã*, pág. 35, 36 e seguintes.

² *Essai Critique sur la Philosophie Positive*, pag. 154.

tamente errônea; um complexo de deduções monstruosas na política: — a absorção do poder temporal pelo poder espiritual; a censura dos hábitos de previdência e economia nos proletários; a ditadura; o poder legislativo suprimido em proveito do poder executivo; a ideia de direito repelida por metafísica, afirmando-se que ninguém tem outro direito mais do que o de cumprir o seu dever; a afirmação da soberania do povo expulsa; a teoria da liberdade do pensamento anatematizada, declarando-se que, assim como em física ou em álgebra não há liberdade de pensamento, também na *ciência política* a não deve haver; a abolição da pena de morte condenada como um sofisma e uma aberração da metafísica revolucionária; a negação da autonomia individual, da igualdade etc. —, numa palavra, todas essas inépcias e desatinos de que os discípulos fiéis de Comte nos deram um quadro na *Política Positiva, Revista Occidental*, de Sémerie e Robinet.

Assim, ao passo que a metafísica *dissolvente* inscrevia a resenha sagrada dos direitos do homem, assegurava a autonomia individual, proclamava a liberdade de consciência, que não permite mais a sorte dos Galileus e dos Giordanos; ao passo que unia os homens sob a bandeira sagrada da igualdade, partia as tábuas do cadafalso, como uma afronta enorme, bradava a todos os oprimidos, a todos os escravos: — Liberdade! Liberdade! —; sim; ao passo que a filosofia *dissolvente* chegava pelo só impulso do seu verbo santo a esse resultado maravilhoso, a filosofia positiva, negando todas essas grandes verdades, insultando todos esses grandes resultados, alcunhando de *aberrações e sofismas* — a igualdade, a liberdade de consciência, a abolição da pena de morte, os direitos do homem —, vinha dar a essa desvairada conclusão da tentativa de ressurreição da organização católica sem a ideia de Deus, a um sacerdócio novo, a um despotismo sem limites, a uma opressão medonha, plutocrata e presbiterocrata, monstruoso ideal de Comte.

Vê-se, pois, que as conclusões são absurdas. Logo as premissas o são também.

E não se afirme, como o fazem os discípulos heterodoxos, que as deduções de Comte não são legítimas por serem obtidas

por uma derrogação do seu método¹; pois que então perguntaremos com Ch. Pellarin² quais as deduções legítimas que se devam tirar da doutrina positivista, até hoje ainda não apresentadas pelos discípulos heterodoxos, visto que, concluiremos nós à observação de Pellarin, as soluções aos problemas sociais até hoje dadas não podem ser admitidas pelos discípulos heterodoxos, como eles inconsequentemente fazem, por serem todas devidas às escolas acusadas de metafísicas, como o quadro dos direitos do homem, que hoje é a base de todas as sociedades civilizadas, à metafísica revolucionária do século passado, devendo por isso tais soluções caírem ante a moderna e definitiva fase positiva, que vem destruir a velha metafísica, como o julgou, com toda a razão no seu ponto de vista, Augusto Comte³, quando afirmou que hoje ainda predominam no estudo dos fenómenos sociais os métodos teológico e metafísico, que têm de cair, portanto, ante a definitiva fase positiva.

Pois, se Augusto Comte descobriu as leis sociológicas e traçou o quadro de evolução social⁴, não serão naturais, lógicas e verdadeiras as suas conclusões? e quem afirma uma coisa não deverá afirmar a outra?

Com efeito, se Augusto Comte com o seu método veio reformar os processos de estudo dos fenómenos sociais, se veio constituir a ciência do estudo racional desses fenómenos, repelindo por igual os extremos da reacção do estado teológico precedente em arrancos e da revolução demagógica, metafísica revolucionária, fruto pelo mais próximo da *dissolvente* (Littré) filosofia do século XVIII; mas, se depois de ter marcado a lei dos três estados segundo a qual se desenvolve a humanidade, depois de ter firmado vários princípios luminosos, como os precedentemente apontados e atribuídos por nós a Kant, Saint-Simon e outros, não pôde por circunstancias que todos deploramos

¹ *Auguste Comte et la Philosophie Positive*, de Littré, pag. 4 e seg. e 517 e seg.

² *Essai Critique sur la Philosophie Positive*, pag. 150.

³ *Cours de Philosophie Positive*, t. I, pag. 21.

⁴ *Auguste Comte et la philosophie positive*, de Littré, pag. 43.

tirar as definitivas conclusões do seu labor, apresentando como tais o que realmente não passavam de corolários obtidos por uma *derrogação do seu método* (Littre), por desviado por uma doença cerebral, que é o que impede os seus discípulos de concluir o principiado; de, de posse dos teoremas, deles extrair os corolários; de, de posse do método e dos princípios fundamentais da ciência do mestre, acabar o que ele não pôde; de apresentar formas de governo, princípios de administração, teoremas sociais *novos*, que não pertençam ao período metafísico, antes dele se destaquem, como princípios achados por um processo verdadeiro diferentes evidentemente dos achados por um processo falso?

Mas, coisa notável!, que é desses resultados surpreendentes? Não aparecem.

Ou serão eles as noções de que a ordem social deve assentar em bases científicas e de que a sociedade progride paralelamente com a ciência, de modo tal que no futuro a ciência há-de reger só e sem estorvos o homem, a separação do poder espiritual e do temporal, ou em termos acessíveis, a separação da Igreja e do Estado e a secularização do ensino, o ateísmo do Estado, a associação, o socorro, todos os meios de ir acabando com o proletariado, a cultura moral, científica, estética e industrial, quer dizer o desenvolvimento de todas as forças dos dois grandes directores modernos, a Ciência (poder espiritual) e a Indústria, sua filha, (poder temporal), júri, a liberdade de imprensa, a mediação arbitral substituindo a guerra, finalmente, todos os grandes princípios compreendidos na palavra República-democrática-socialista-universal; serão eles próprios de Comte e do seu método? Mas eles são os únicos princípios que, repudiando as loucuras da reorganização católica e feudal de Comte, que, como dissemos, os repelia, os discípulos heterodoxos do professor da escola politécnica de Paris apresentam como os resultados da *aplicação da filosofia positiva ao governo das sociedades*, que tal é o título tão completo e preciso da síntese tão notável de Littre, que dá, como se vê, por aplicações do método de Comte e resultados da filosofia positiva, o que a História nos vai mostrar desde as repúblicas gregas e Romana, desde os municípios da Idade Média, desde Guilherme d'Orange, desde Cromwell, desde Espinosa, Morus, Mably,

Montesquieu e Rousseau até receber a sua prática consagração definitiva a 3 de Setembro de 1791 em a declaração dos direitos do homem e do cidadão e a constituição que a acompanha, norma sagrada por que de futuro as sociedades se constituirão desde a Espanha católica até modernamente à Turquia poligâmica.

Resumindo, nós vimos em última análise a escola positivista conduzindo ao absurdo. Ei-la refutada, portanto, pelo método de redução ao absurdo, posto que não somente por este, mas ainda por meios directos, como se viu nas linhas precedentes.

.....

O alvo, por consequência, da filosofia não é negar desdenhosamente a solução das incógnitas primeiras, deixando sem os resolver os problemas chamados metafísicos.

Não! Aplicar à filosofia o rigorismo científico — eis a reforma que urge completar; mas prosseguindo sempre na investigação das soluções desconhecidas, como assim se procede em toda outra ciência.

Negar *a priori* a possibilidade duma solução ou apelar *a posteriori* para a não resolução da questão até um ponto de tempo dado é uma loucura manifesta, evidentemente.

Arquivem-se as perguntas, investigue-se, procure-se, que essa investigação, e todo esse trabalho colherão algum fruto, por certo. Os campos dividir-se-ão, com certeza, mas é verdade velha que do choque das opiniões e das investigações é que sai a verdade. A metafísica proscrever-se-á na parte que todos julgam errónea, no erro dos princípios-bases, no desdém tolo pela observação, — quer dizer no método e nos resultados e não nos problemas de que se ocupa.

A observação, o método das ciências positivas para a filosofia — eis o ponto comum onde devem convergir todos os nossos esforços.

E, se assim chegarem, uns ao espiritualismo, outros ao materialismo, estas opiniões se debaterão, e o espírito lucrará. E aonde mais vantagens do que neste modo de tratar naturalmente as questões filosóficas? Mas, se se começa por dizer: *Não falemos em tal*, que lucro advirá disso?

A filosofia moderna não é, por certo, um amontoado de frases balofas e de especulações inúteis. Deve acompanhar a ciência e à ciência reputar como mãe. Mas também por outro lado as questões metafísicas não serão repudiadas e tão-somente a metafísica passará dum jogo de abstrações ocas a um complexo de doutrina científica, discutidas, analisadas as afirmações pró e contra certos e determinados problemas.

A filosofia moderna não é a mãe do saber, vivendo no éter do pensamento, coberta de majestade e cheia da ignorância mais crassa dos factos positivos, da natureza. Não é absoluta, é relativa aos progressos da ciência, de quem é filha, de tal modo que sem a ciência ela não pode existir.

Cúpula do edificio científico, eis a definição que já alguns têm dado, definição justa. Mas poderá haver cúpula sem colunatas?

Ora, se a ciência positiva caminha sempre, a filosofia que a acompanha, poderá ter um ponto de limite no seu conhecimento, ponto chegado ao qual lhe seja impossível responder, por falta dos dados precisos só fornecíveis pela ciência e que, todavia, esta *não fornece nem fornecerá jamais?*

Não! Não, responde, como nós, o Dr. Büchner¹; «os limites desse domínio não são de forma alguma fixos, antes recuam cada ano diante dos progressos da ciência».

Assim, o nosso grito não deve ser: *Morte!* mas: *Reforma!* não: *Proscreeva-se a Metafísica*, porque não é possível mutilar a alma civilizada, arrancando-lhe a necessidade, *facto*, imprescritível de curar dos problemas uma vez formulados; — mas sim: *Reforme-se a Metafísica*, porque dum jogo banal e ridículo se poderá fazer uma ciência, visto a metafísica ter em vista responder a perguntas do espírito.

Por consequência, analisar, juntar elementos disseminados, acumular observações separadas, seguir a via da realidade, da natureza, da observação, apoiar-se nos dados fornecidos pela ciência, desprezar especulações *a priori*, não querer tirar só do espírito supostas soluções, não criar, portanto, sistemas transcendentes, visões encantadas, mas sim ir a pouco e pouco cami-

¹ Conferências sobre a Teoria Darwiniana, trad. franc., pág. 271.

nhando sempre ao lado da ciência, não mutilando por outro erro a nossa alma, seguir deste modo uma via natural, humana, quer afirmando quer negando, firmando-se assim a filosofia ao mesmo tempo *na natureza e na razão* (Tuttle). Tal deve ser, quanto a nós, o caminho da filosofia moderna, o caminho de toda e qualquer sã filosofia.

Porto, 78.*

* In *Museu Ilustrado*, Álbum Literário, Porto, 1.º ano, 12.º fasc., de 1878.

ANÁLISE CRÍTICO-LITERÁRIA

Os Regimentos da Inquisição em Portugal
POR DR. PEREIRA CALDAS — ALEXANDRE HERCULANO
E MICHELET POEMETOS POR JAYME VICTOR
COSTUMES MADRILENOS POR DR. MAGALHÃES LIMA

Os Regimentos da Inquisição em Portugal — é um estudo curioso e muito útil nesta época em que a reacção jesuítica, filiada nos fósseis princípios do fero despotismo procura levantar a grimpá traiçoeiramente como se diz do crocodilo que, pelos seus gemidos, atrai o viajero a ser vítima da sua ingénua credulidade.

Não só este, como todos os estudos neste género a que se tem dado o nosso distinto amigo e Colaborador, lhe granjeia um nome imorredoiro; pois somos compenetrados de que é um dos homens que maior impulso tem dado à Arqueologia — ciência tão árida, que só um espírito alemão, pensador, incansável como o do Sr. Pereira Caldas pode encetar, para tão generosa e conscienciosamente oferecer aos seus patrícios, elucidando-os e revelando-lhes segredos que tarde ou nunca se descobririam, porque génios exploradores há mui poucos no nosso país, embora nos magoe confessá-lo.

Tudo o mais que poderíamos dizer a tal respeito ficaria aquém do nosso desejo, e cairíamos em repetir o que outros muito mais abalizados apreciadores têm dito, o que mais deve lisonjear o ilustre Arqueólogo do que as nossas humildes frases.

Assim, limitamo-nos a agradecer tão distinto brinde.

— Os dois poemetos do Sr. Jayme Victor — *Herculano* e *Michelet* são as mais belas produções que do nosso ilustrado Colaborador temos lido.

Corre neles um largo sopro épico, digno dos grandes vultos que o Sr. Jayme Victor memora e que nos é manifesto nas ima-

gens cintilantes e nas poderosas descrições que enchem as opulentas páginas do talentoso moço.

Nota-se, pela espontaneidade do verso e pela eloquência que respira o seu trabalho, onde ressaltam os sentimentos mais sinceros e profundos, que este livro é uma obra sentida e por consequência verdadeira, de são entusiasmos e sem retóricos sentimentalismos irrisórios, que as mais das vezes se encontram em idênticas produções.

Os nossos francos e completos parabéns ao nosso Colaborador.

— Os *Costumes Madrilenos* do Sr. Magalhães Lima são um livro de agradável leitura, escrito com a verve mordente dum folhetinista político e com a observação segura dum *touriste* indagador e ávido de conhecer os costumes e o génio do povo que visita.

Revela-nos no seu livro o Sr. Magalhães Lima umas notáveis qualidades de estilo, um poder de descrição e uma cintilação de *espírito* que nos vieram mostrar a maleabilidade de talento do nosso colaborador que pode sem sensível esforço passar da exposição e do debate das mais graves questões da sociologia, de que se ocupou na sua notável *Actualidade*, à narrativa pitoresca dos costumes espanhóis, à descrição em correcto e elegante dizer dos monumentos de Madrid, à concisa apreciação rigorosa, em que uma palavra precisa um carácter, dos homens de letras e dos homens do mundo nossos vizinhos, esses singulares árabes frenéticos e indolentes, de cuja turbulenta vida nos cafés, no *Prado* e nas praças de touros, e de cujo antinómico êxtase fatalista, contemplativo, nas catedrais nos dá o Sr. Magalhães Lima uma conta completa e frisante.

O livro do nosso colaborador proporcionou-nos horas de verdadeiro prazer e não seremos, portanto, nós que venhamos trazer a lume leves defeitos, coisa de que nem o bom Homero, que dormita de quando a quando é isento. Alguém o fez já, cremos que sem suficiente motivo. Assim, o Sr. Alexandre da Conceição quis ver no estilo do autor dos *Costumes Madrilenos* um esforço para atingir o género *rococó petit-crevé* de contrafeita elegância, de dandismo literário, de *pose* de homem do mundo, que não cura senão de cavalos e de *cocottes*, o que não convém, por falso e absurdo, a um espírito sério e cultivado, como o nosso amigo.

Achou o ilustre crítico de mau gosto essa affectação de elegância de *habitué* da *Maison-d'Or* que seduz tantos e de que acusou o Sr. Magalhães Lima, pedindo-lhe do mesmo passo que a abandonasse, a essa pobre *pose* literária, que nem no próprio Sr. Ramalho Ortigão, o mais suportável, ainda assim, por o mais distinto, de todos os *poseurs* literários do nosso país, o ilustre autor das *Alvoradas* pode levar a bem.

Com efeito, esse dandismo affectado, essa elegância, esse ar da alta sociedade, verberados pelo Sr. Conceição tornam-se em verdade insuportáveis, quando o homem de letras que os affecta não possui esse *aplomb* imperturbável, essa confiança de si mesmo que dá o conhecimento íntimo dos costumes e dos modos de que se faz uso, pois que é preciso realmente ser-se tão distinto no dizer, tão correcto, tão perfumado, tão finamente elegante na prosa que se escreve como se devia ser no alto mundo de que se quer dar o tom, a característica, para que o leitor possa desculpar, pela agradável impressão produzida, o desaforo de o quererem mistificar. E conseguir levar a bom fim este *tour de force* não é para todos, evidentemente. Assim, vá lá qualquer intruso nas letras pátrias dizer com a seriedade não desmentida do Sr. Ramalho Ortigão, a mais completa revelação do espírito francês entre nós, na palavra do Sr. Camilo Castelo Branco com a confiança do Sr. Ramalho Ortigão, um dos homens de letras mais correctos, mais definidos, mais distintos que possuímos, um crítico e um estilista, que *dançou uma vez só em sua vida, nas Tulherias, na mesma sala em que o senhor de Bismarck fazia a sua corte à princesa de Metternich*, sem que o sorriso amável se transforme num esgar grotesco, sem que as luvas se lhe rasguem pelas costuras, sem que o perfume de violetas que se deseja espalhar se mude para aquele português e subtil aroma do caldo de unto com seus nacos de broa, sem que o pobre fique com uma cara mil vezes mais tola do que a de todos os dias, se é possível, sem que a elegante tirada passe a ser uma parvoíce insossa, *gauche*, impossível.

Mas, quando o *poseur* literário, se o termo passa, possui a distinção ingénita e o poder de estilo, iriado, cheio de imagens, de antíteses, de facetadas ironias, que são o encanto da prosa dos Srs. Ramalho Ortigão, Eça de Queiroz, Luís de Andrade, etc., e de que já nos deu exemplares sedutores em sedutores folhetins aquela organização tão eminentemente artística de Lopes de

Mendonça, não sabemos o que justifique os furores do Sr. Alexandre da Conceição, que decerto não quereria que se escrevesse a relação da viagem dum *touriste* alegre, espirituoso, cheio de mocidade e talento, com a prosa do *Diário* ou do *Manual Enciclopédico*.

A observação do distinto crítico teria ainda cabimento, se, no livro do Sr. Magalhães Lima, aquele dizer, aliás tão correcto e elegante fosse falso, esquerdo, cheio de exageros e acanhamentos.

Disso, porém, se salvou o nosso colaborador, que guardará a seriedade dogmática que pede o Sr. Conceição para os seus trabalhos futuros, aonde ela lhe seja necessária.

Assim, Taine escrevendo a *Inteligência* e a *História da Literatura Inglesa*, guardou-se bem de se mostrar o *causeur* irónico e original, o fantasista cheio de imaginação e de estilo, o observador e o artista que vamos encontrar nas suas paisagens superiormente executadas da *Viagem aos Pirenéus* e nos seus coloridos e vivos quadros de costumes das *Aventuras de Thomaz Graindorge*, revelações esplêndidas de novas faces de um dos talentos de mais variadas aptidões com que se honra o nosso tempo.

Não desloquemos, pois, as diversas faculdades e tomemos sinceramente as coisas pelo que querem ser e pelo que valem.

Um cordial aperto de mão, portanto, ao nosso amigo e distinto colaborador.*

PENUMBRAS, POR SAMPAIO E CASTRO COM UMA CARTA-PRÓLOGO,
POR CUNHA VIANA — RUMORES VULCÂNICOS, POR TEIXEIRA BASTO
O PORTO POR FORA E POR DENTRO, POR ALBERTO PIMENTEL
O TESOURO DO TROVADOR, POR JOÃO DINIZ
COM UM PREFÁCIO DE SIMÕES DIAS

Desde a publicação do livro do Sr. Sampaio e Castro que nós desejamos falar demoradamente do seu autor. Agora, que o Sr. Sampaio e Castro se dignou oferecer-nos um exemplar da sua colecção de poesias, diremos algumas palavras a seu respeito.

* In *Museu Ilustrado*, Album Literário, Porto, 1.º ano, 3.º fasc., de 1878.

O autor das *Penumbras* não fez inteiramente como tantos rapazes que começam a aprender a tocar lira, a versejar sem inspiração própria, sem individualidade acentuada, e com uma forma literária indecisa, influenciados pelas leituras, muitas vezes insuficientemente compreendidas, dos seus autores favoritos. Nesta cidade, aonde vive o Sr. Sampaio e Castro, ninguém o conhecia literariamente. Um ou outro amigo apenas desconfiava que o futuro autor das *Penumbras* tinha conversações rimadas com as Musas que nas horas mortas da noite o vinham distrair das agruras monótonas dos compêndios das aulas. Sem pretensões guindadas, sem *pose* artística, perfeitamente indiferente a qualquer apreciação menos favorável que alguém fizesse do seu talento, apareceu o Sr. Sampaio e Castro no pequeno mundo literário do Porto, trazendo na mão um singelo *bouquet* de flores modestas e... — ia-nos faltando o termo — e vulgares, atado com uma fitinha *vermelha*, dada pelo Sr. Cunha Viana, para que ele se não desmanchasse e ao mesmo tempo para que desse mais na vista.

No entanto nós pensamos que o *bouquet* do Sr. Sampaio e Castro, mesmo sem a tal fitinha, podia muito bem ser apresentado em público, que decerto se não desmanchava; em todo o caso, assim como está, sempre ficou mais seguro.

As composições do Sr. Sampaio e Castro, apesar de manifestarem uma certa originalidade no seu autor, uma feição literária por vezes própria, ressentem-se todavia — e não é difícil conhecê-lo — duma influência profunda das leituras dos *Relâmpagos* do Sr. Cunha Viana. A cada passo isto se nota na escolha que o Sr. Sampaio e Castro fez das diferentes espécies de metrificacão.

Longe de nós contudo, a intenção de o aconselharmos a que não seja discípulo do Sr. Cunha Viana, a que não admire as fulgurações dos *Relâmpagos*, nem meça os seus pensamentos pelos mesmos metros de que fez uso o festejado autor da poesia *A Armada*. As diversas formas de composições poéticas são como caixinhas de vidro transparente onde qualquer poeta encerra os seus pensamentos — a gente olha de fora e vê o que está metido dentro. Alguns poetas há, é verdade, que usam das ditas caixinhas feitas de vidro fosco, como o Sr. Catão Simões, o Manfredo da originalidade, por exemplo. Uma pessoa olha, torna a olhar, examina e... nada! Não vê nada lá metido! Fica-se até na per-

suasão de que as caixinhas do citado vate estão completamente vazias.

Consta o livro do Sr. Sampaio e Castro de cinquenta e cinco composições em verso. Quatro dúzias e meia e mais uma, que serve de prólogo. A maior parte delas são puramente versos de criança, inspirações dos seus tempos ingênuos da infância; lembranças de uns singelos amores que aos catorze anos nos iluminam o espírito com os sagrados clarões dos sonhos de ventura, e que deixam em nós uma vaga saudade indelével, que, muitas vezes no decorrer da existência, surgem de repente à nossa memória como uma miragem longínqua, consoladora e melancólica. Algumas poesias recordam aquela suave frescura das manhãs de primavera, na aldeia, quando o sol inunda os campos de luz, os pássaros, numa orgia musical, saúdam os deslumbramentos do Oriente, os fumos do casal sobem pela atmosfera tranquila em espirais azuladas e ténues, e a grande Natureza parece uma vasta harmonia complexa.

Entre todas as peças do livro, são dignas de notar-se, tanto pela correcção da forma como pela revelação dum certo vigor na ideia, as seguintes poesias: O soneto que serve de prólogo, e que é talvez uma das mais belas composições do volume, à parte uns adjectivos dum gosto velho, um pouco arcádico; *Triste*, um delicado soneto, duma feição poética pouco usada entre nós e brilhantemente representada por Manuel Duarte de Almeida, um dos espíritos mais artísticos e um dos mais poderosos talentos poéticos da última geração literária de Portugal; *No templo*, outro soneto esplêndido, onde o Sr. Sampaio e Castro revela a sua feição natural e o seu talento livre de *parti pris*; *Cristóvão Colombo* e *Fiat Lux*, em cujos versos se conhece uma inspiração fácil e corrente e uma força de expressão que nos levam a acreditar que o Sr. Sampaio e Castro pode ser um poeta distinto, se estudar e tiver uma selecção de relações literárias, e se desviar o mais que puder do caminho que ia percorrendo, manifestado nalgumas composições publicadas na *Vigília*, do Porto, na *Borboleta*, de Braga, e em alguns jornais de província.

Francoamente confessamos que a impressão que nos deixou a leitura do livro do Sr. Sampaio e Castro foi bastante agradável.

O autor das *Penumbbras* é um rapaz muito novo, e o seu talento, com uma moderna educação literária e científica, deve-nos

dar mais tarde uma bela colecção de versos ou outro qualquer bom livro de Arte.

* *
*

O livro do Sr. Teixeira Bastos, *Rumores Vulcânicos*, constitui, no meio das vulgaridades que a bibliografia regista todos os dias entre nós, uma aberração em extremo honrosa para o seu autor, que se nos manifesta por ele um espírito original, fora do comum e fortemente embebido dos princípios filosóficos e críticos, que marcam a revolução do pensamento nos últimos dez anos decorridos.

O nosso ilustre colaborador mostra, por este seu livro, ter percebido e bem que a poesia não demora tão só nos devaneios pessoais e nulos para a colectividade de uns certos, que se esforçam em repetir até à saciedade que amam, que sentem, que têm ciúmes e que são marcados pelo estigma do atroz destino, que do berço os têm feito sofrer a Vida como um tormento e ansiar a Morte como um livramento sereno e bom. Compreendeu que se podia ser poeta sem a persistência em velhos moldes caquéticos, sem uma sentimentalidade balofa e falsa e sem a ignorância profunda, que se considerava nos bons tempos idos como uma característica dos do *genus irritabile vatum*.

Daí, o fazer o Sr. Teixeira Bastos um singular volume em que canta a Matéria, a Força, o Espaço e o Movimento; em que nos explica a criação do mundo, a forma e movimentos da terra, o que seja o mar, a montanha, o homem, Deus à luz dos novos princípios e das novas aspirações.

Pareceu ao Sr. Teixeira Bastos que o movimento surpreendente da Ciência, a grandeza maravilhosa da Filosofia, a síntese do grande todo uno, as aspirações do homem para a Perfeição de cujo limite se aproxima na linha do indefinido progresso, como essas variáveis, que se dirigem cada vez mais para a constante, sem nunca a atingir, que todas estas verdades e todos estes anseios eram bem mais dignos de ser cantados em verso do que os amores mórbidos, as sentimentalidades nevoentas, as abstracções metafísicas, que a nada levam senão ao desequilíbrio dos espíritos, às nevroses, aos tédios sem razão da existência, a todas as loucuras enfim.

Ninguém deixará de afirmar, portanto, lendo o notável e originalíssimo livro do Sr. Teixeira Bastos, que não seja este um escritor que mereça toda a atenção, por tentar orientar no nosso país as vocações poéticas por um processo novo para uma carreira inexplorada por os tempos que correm. Quer-nos, todavia, parecer que o autor dos *Rumores Vulcânicos*, querendo fugir de um exagero, caiu noutra e até mais perigoso, que o primeiro, estamos em dizê-lo.

Supomos que o Sr. Teixeira Bastos não compreendeu bem a essência mesma do que seja essa entidade consoladora, a que chamamos Poesia, o que um exame, bem que superficial, da seriação das nossas necessidades lhe deixaria claramente ver.

Examinando nós a escala zoológica ou fitológica, nós vemos que a lei da divisão do trabalho se vai manifestando desde os últimos pontos da escala, cada vez mais larga, conforme o ser vai ascendendo.

De tal modo que a perfeição de um ser, quer dizer, a complexidade de funções, que esse ser vai executando, é determinada pela diversidade de órgãos especiais, que cada um se encarrega do trabalho, que nos primeiros grados encontramos distribuído pela totalidade do ser.

Se dividirmos um infusório em pedaços, cada um desses fragmentos continua a viver e torna-se em breve um indivíduo semelhante ao primeiro e isto, porque a simplicidade da sua estrutura não necessita de divisão do trabalho rudimentar a executar; ele é feito uniformemente por todo o percurso do animal. À medida, porém, que vamos subindo na escala dos seres, nós vemos subdividir-se esse trabalho e executar-se por órgãos especiais; aqui a função da respiração, ali a da circulação, acolá as secreções e por diante.

O homem, o ser mais completo e perfeito da criação, e quando falamos do homem tomamos aqui o *indo-germânico*, é um exemplo da variabilidade e complexidade do trabalho que um ser vivo pode chegar a executar e, por consequência, também um exemplo da mais visível e vigorosa divisão desse trabalho executado por diversos órgãos especiais e concorrendo ao mesmo fim, a esse duplo movimento de composição e decomposição, contínuas e simultâneas, como à Vida define o Dr. Letourneau.

Esses órgãos, tão variados e em tão grande número, que constituem este quadrumano sem cauda que fecha por agora a seriação dos animais, tendo de executar diversos trabalhos, acham-se estimulados no respectivo sentido e, devendo cada tecido especial viver conformemente à sua organização, hão-de executar seus trabalhos, uns que não outros, satisfazendo assim às próprias necessidades, que são a seu turno as do ser completo e que no homem e nas suas ordens e graus respectivos nos outros animais superiores poderemos dividir em:

- 1.º Necessidades nutritivas, de *circulação*, de *respiração*, de *digestão*, compreendendo todos os trabalhos harmônicos: *exalações*, *secreções* etc.
- 2.º Necessidades sensitivas — *necessidade voluptuosa*, origem da reprodução da espécie; — *necessidade de exercer os sentidos especiais*.
- 3.º Necessidades cerebrais propriamente ditas: — *afectivas*, *intelectuais*.

Ora, no capítulo das necessidades cerebrais propriamente ditas, que é o caso que nos importa, na subdivisão que se nos torna visível dessas necessidades pelos factos psíquicos, por que essas necessidades se manifestam temos de registar as necessidades que são filhas dos factos activos *Entendimento* e *Imaginação* e que dão origem a duas ordens de produtos, uns da categoria chamada *Ciência*, outros da categoria chamada *Arte*.

De sorte que as resultantes desses sistemas dinâmicos cerebrais, são, por isso mesmo que os sistemas são diferentes, diferentes também. A faculdade activa que cria um poema, satisfazendo a uma necessidade cerebral, não é a mesma que resolve um triângulo, satisfazendo a diversa necessidade cerebral; pela mesma razão por que a faculdade que transforma o sangue venoso em arterial não é a que determina a final dissolução das matérias amiláceas no intestino. Inversamente, partindo do resultado para a força geratriz, seria tão absurdo querer fazer com que a faculdade poética, artística ou como lhe queiram chamar, compusesse a *Ilíada* com os elementos ou obras da faculdade científica, filosófica ou crítica, como querer que o coração digerisse e o estômago fizesse circular o sangue.

Cada um desses órgãos tem função especial e própria que, a seu turno, está localizada nesses órgãos respectivos num estímulo recíproco; o resultado destas acções simultâneas é que dá o complexo do ser total e harmónico.

Querer, pois, fazer alterações nesta complexidade; esquecendo a lei da divisão do trabalho, querer ou distribuir uniformemente ou deslocar as funções é, portanto, audacioso e inútil.

Assim, a faculdade cerebral que origina as composições poéticas é a que recolhe as impressões e as transforma em sensações e sentimentos; enquanto que a faculdade que preside às composições da razão é a faculdade que passa dessas sensações e sentimentos à categoria superior das ideias.

Da combinação das ideias nasce a Ciência, enquanto que a Arte não passa do arranjo de sentimentos e sensações, desde a Música, a inais rudimentar, porque só se refere a impressões rápidas produzidas por sons, até à Poesia, que nos comove pela representação dos nossos sentimentos, o amor, o ódio, o entusiasmo etc., satisfazendo assim a todas as nossas necessidades activas.

Uma obra, pois, que não forcejar por nos fazer sentir, mas por nos dar ideias, noções, factos, explicações deles, sínteses e análises enfim, pode ser uma obra de entendimento, é-o, mas não é uma obra de imaginação, não é uma obra poética, numa palavra.

As ideias, se o poeta quer aspirar a alguma coisa mais do que a sensações fugitivas, as arrancará o cérebro do seu leitor dos sentimentos que ele lhe despertar, por um processo todo interior de associação e transformação, próprio dos seres que conservam a unidade na complexidade pelas suas relações íntimas. E esse é mesmo o fim da Arte no seu grau mais definitivo, aquilo, talvez, a que Wronski chamou a fase cognitiva e o porque não é justa a observação de Herbert Spencer de que tudo o que é estético tem por carácter ser inútil, dando mesmo de barato que a satisfação duma necessidade não fosse já de si mais do que útil, indeclinável sem atrofia de órgão. Mas essas ideias que ele quer evocar, não é ele, artista, não é ele, para o nosso caso especial, poeta, que as há-de dar como o sábio dá as suas noções.

Há-de passar a elas do sentimento que lhe suscitou o cérebro do seu influenciado.

Por ele, representará sentimentos e isso tão-só.

Cantará o amor da pátria e levará o espírito por isso à ideia de pátria, de dever, de direito, de cidade; cantará o amor do outro sexo e suscitará, por esse sentimento que definiu, a ideia da união dos dois fragmentos da individualidade — homem —, a ideia do respeito — dever ao fraco; cantará a alegria do livre para recordar a ideia da Liberdade; dirá do entusiasmo em que o lançaram os deslumbramentos do Mundo e conseguirá que, desse forte sentimento de admiração, passe o espírito às noções positivas que desse Mundo, por outra via, se auferiram.

Assim, ouvindo o coro dos peregrinos do *Tannhauser* que não é senão o arranjo por assim dizer molecular de sons, o espírito do ouvinte pode subir da sensação auditiva à ideia do som em acústica, à teoria da propagação dele, à ideia de harmonia musical etc.; assim, vendo a *Ceia* de Leonardo da Vinci, o arranjo das cores numa tela pode suscitar, suscita, a ideia do que sejam as cores, sua simplicidade, logo a luz, seu modo de propagação, sua reflexão e refração; assim, a *Lenda dos Séculos* que nos canta a vida dos povos, que nos faz sentir a sua existência, que nos faz imaginar os seus heróis etc. é uma obra poética, que não seria, se fosse um curso de história, com seus factos, numa ordem lógica bem averiguados e precisos; assim, o *Firmamento* de Soares de Passos é também uma obra poética assombrosa, porque o poeta se limitou a fazer-nos sentir o seu entusiasmo pelas maravilhas do cosmos e não a dar-nos noções de mecânica celeste.

Isto, esta coisa sagrada do *sentimento*, é que é o elemento poético; isto, esta coisa fria e sábia da *ideia*, é que é o elemento científico. Querer fazer poemas, pois, com elementos cognitivos é tão absurdo como querer fazer tratados com sentimentos.

O Sr. Teixeira Bastos não pensa assim; todas as suas tendências o levam a crer que se pode fazer um trecho de poesia sobre qualquer ponto didáctico, porque dirá, como o Sr. Guerra Junqueiro, que a *lei descoberta por Newton tanto pode ser explicada num livro de física, como cantada num livro de versos*. Mas isso é tão absurdo como dizer que a *Comédia da Morte* é um teorema. Desde que se perdeu de vista o distintivo seguro do elemento poético, não se chegou senão a obras híbridas, monótonas, sem entusiasmo, nem ciência nem arte, não se salvando os maiores génios do desastre inevitável, desde Virgílio, o mais eminentemente poeta na acepção sentimental e elegíaca da palavra na antiguidade, com as suas *Geórgicas*, até

Goethe com o seu 2.º *Fausto*, que dá o singular espectáculo de ter comentadores mais assanhados e difusos do que os mais obscuros devaneios teológicos, até Poe com o seu *Eureka* tão ilegível, não querendo faltar já nos arquisoporíferos Pope, Voltaire e o nosso ridículo rival de Camões.

Fazer o contrário do que deixamos dito é criar uma entidade que, como muito bem o observa Vacherot, não é ciência e poesia, porque não é nem uma nem outra coisa.

Cremos, resumindo, que no espírito do Sr. Teixeira Bastos há duas tendências antagónicas que se prejudicam reciprocamente, uma boa, outra que o não é. Uma é a de abandonar os velhos moldes arcádicos da poesia entre nós, servindo-se da poesia para exprimir por meio de palavras novas sentimentos novos. Outra é a de substituir esses sentimentos por princípios, por verdades, por factos, para fazer assim da poesia um processo de propaganda científica. À primeira das duas tendências não temos senão que aplaudir, porque a obra de arte é determinada por um conjunto que é o estado geral do espírito e dos costumes ambientes, como o demonstrou à saciedade Taine; e se hoje no nosso cérebro despontaram sentimentos desconhecidos dos nossos avós à custa de outros que foram eliminados, a obra de arte que representar esses sentimentos é-o tanto quanto o era a dos nossos avós que representou esses sentimentos idos. Tão profundamente poeta é o apaixonado da Força, Homero, como o sedento de Justiça, Hugo; tão profundamente poeta é Camões, o cantor da pátria, como o Sr. Antero do Quental, o cantor do cosmopolitismo. Sejam verdadeiros os sentimentos que o poeta expuser e a sua obra será duradoura. Assim p. ex. o Amor, o sempre eterno, é hoje, sê-lo-á amanhã, seja qual for o progresso da ciência, um tema para poetas bem mais do que a refração da luz ou as leis do pêndulo oscilando no vácuo. E os poetas do Amor, desde Petrarca até João de Deus, serão bem e grandemente poetas.

Por isso mesmo é que não aplaudimos a segunda tendência do espírito do Sr. Teixeira Bastos, que nos ensina como o sol se chamava na Índia, como se extrai o carvão das montanhas, e como a lua que mira.

É matéria também no céu a flutuar.

Abandone, pois, com tédio a via que vê seguir a um estéril lirismo sonolento que para aí se desfaz em *Devaneios, Sonhos, Es-*

pera, virgem! etc., comece a sentir os sentimentos novos deste *homo sapiens* tão assombroso de nossos dias, entusiasme-se dos são entusiasmos da Justiça, do Bem, do Amor, e cantemos depois os sentimentos fortes e verdadeiros em que o lançaram todos os deslumbramentos do Mundo desde a azul abóbada marchetada de pérolas de luz até à libertação do homem pelo homem, indigne-se e entusiasme-se, sinta fortemente e exprima-o bem, que será um verdadeiro poeta e, satisfazendo as necessidades imprescritíveis, um homem útil.

O nosso colaborador possui um talento *hors ligne*, um espírito verdadeiramente original, e pode alcançar um lugar honroso na fileira dos nossos homens de sentimento. Com todos os seus defeitos de forma, as suas infidelidades de imagens, a sua pobreza de antíteses, a sua impropriedade de adjectivos, com todo o seu apagado de estilo, enfim, algumas esquecidas composições do seu livro, como aquele tão profundamente elegíaco soneto *Na penitenciária* e que é como um oásis de sã poesia consoladora num deserto de prosa sonolenta, fazem-no-lo suspeitar.

Se, porém, o Sr. Teixeira Bastos não se reconhece senão como um homem de pensamento, aproveite então as suas faculdades mais utilmente para si e para os outros, fazendo bons livros de prosa que sejam mais francamente Ciência do que este é Poesia.

A escola que transporta da obscura M.^{me} Ackermann não tem condições de viabilidade, porque não satisfaz os espíritos, pois que, seja dito ainda uma vez, como o observou um finíssimo artista, Ch. Baudelaire, cantar, como o tenta fazer o Sr. Teixeira de Bastos, «as leis conhecidas, segundo as quais se move um mundo sideral ou moral, é descrever o que está descoberto e o que cai inteiramente sob o telescópio e o compasso da ciência, é reduzir-se aos deveres da ciência, intrometer-se nas suas funções, embaraçando a sua linguagem tradicional do ornato supérfluo e aqui perigoso da rima».

Esta é a nossa opinião sobre o livro do Sr. Teixeira Bastos, um dos livros mais dignos de menção destes últimos tempos, obra de um espírito original e forte, mas transviado, quer-nos parecer.

* *
*

O *Porto por fora e por dentro*, última publicação do Sr. Alberto Pimentel, é um livro em extremo curioso, pelo qual o seu autor procura dar uma ideia precisa do que seja a cidade invicta, em que nasceu.

Parece-nos, todavia, que o não conseguiu de todo o nosso ilustrado colaborador, pois que a parte descritiva da cidade falta, o que talvez explica o ter o autor já publicado uma bem compilada *Guia do Porto e Seus Arredores*, e também se não encontra, afora bem elaboradas notícias sobre o jornalista Bandeira e alguns outros portuenses ilustres, um estudo demorado sobre os cidadãos que honram esta terra generosa e que se chamaram Arnaldo Gama, Licínio de Carvalho, Coelho Lousada, Júlio Dinis, Ernesto Pinto d'Almeida, Guilherme Braga e tantos outros mais. Decerto que um capítulo sobre Guilherme Braga, o assombroso cantor do *Bispo* que é uma epopeia, sobre essa criança simples e boa, que nós vimos traçar em riscos de fogo a condenação dos tiranos, o que obrigou a espumar José Maria e a sorrir Hugo, que disse que naquela frágil criatura se incarnara a alma do povo, arrebatado à Glória pela Morte; decerto que uma apresentação da sociedade elegante deste Porto de há 20 anos a esta parte, que vulgarizava Proudhon com o Sr. Amorim Viana, historiava com o Sr. Arnaldo Gama, poetava com Pedro de Lima, Pinto Ribeiro, Alexandre da Conceição, dirigia os seus tréns com Ricardo Brown, fazia musica com Sá de Noronha, criava a conversa elegante com António Girão, abria a única exposição internacional do nosso país; decerto que o estudo enfim destes bons burgueses do Porto, tão fortes, tão inteligentes, tão generosos, seria bem mais interessante do que a narrativa das aventuras do Fajardo, que não é nem um poeta, nem um sábio, nem um elegante, nem um industrial, nem um conversador de espírito, mas pura e simplesmente um fajardo.

Creemos dever levantar este defeito no trabalho do nosso distinto colaborador, o que não quer dizer que o *Porto por fora e por dentro* não seja um livro muito interessante, dum estilo sóbrio e verdadeiramente português, clássico por assim dizer, e com uma farta cópia de notícias muito curiosas.

Damos os parabéns ao nosso colaborador pelo seu trabalho, se bem que incompleto, a nosso ver, muito sensato a muito respeito, como o mostram entre outras a apreciação do processo de

cavaco da sociedade chamada elegante das portas de livrarias e do chá com fatias dos clubes, e o estudo a respeito da operária portuense. Pedindo ao Sr. Alberto Pimentel a conclusão necessária deste seu livro, resta-nos agradecer ao consciencioso editor, o Sr. Ernesto Chardron, a fineza da oferta.

* *
*

O *Tesouro do Trovador*, edição do mesmo Sr. e a quem igualmente agradecemos a sua obsequiosa oferta, é uma colecção, não dizemos selecção como o subtítulo, de versos apanhados pelo Sr. João Diniz perfeitamente a esmo, é o termo, aqui e ali a vários portugueses e brasileiros, poetas ou não.

À confecção deste reportório não presidiu crítica de qualidade alguma, não houve o menor gosto na escolha dos trechos e nem mesmo se conseguiu satisfazer a promessa de peças para cantar e recitar ao piano, pois que até sonetos contém o livro de que falamos.

Assim, enquanto não encontramos o Sr. Gomes Leal, um dos poetas de mais amplas vistas da geração moderna, aparece-nos o Sr. Ramalho Ortigão, com uns versinhos que hoje deveriam levar o nosso mais elegante prosador a chamar aos tribunais quem os foi arrancar aonde os malfadados dormiam o bom sono do esquecimento.

Assim, enquanto se transcrevem uns versos do admirável panteísta da *Mosca Morta*, Manuel Duarte de Almeida, incompletos sem a indicação de que o são, prejudicando assim claramente o nosso ilustre amigo, deixa-se na sombra o prodigioso autor do *Vinho e Fel*, João Penha, uma das individualidades mais originais e elevadas do nosso cenáculo de poetas, talvez por lhe não permitir a presença Junqueira Freire, o soporífero, como ele lhe chamou num daqueles *expedientes* da *Folha* que são verdadeiras maravilhas. Cesário Verde, o poeta daqueles *Cabelos* duma extravagância baudelairiana tão distinta, não aparece decerto para ceder o passo ao Sr. Sousa e Silva, que apreciamos de há muito pela sua magnífica tradução dos *Miseráveis* mas que não sabíamos tão intolerável em verso quanto estimável em prosa.

Vemos o Sr. Alberto Telles, é certo, mas em compensação, o seu companheiro de Coimbra, o Sr. Santos Valente, não se nos enxerga talvez pela opacidade do Sr. Pinheiro Caldas.

E assim por diante. O *Tesouro do Trovador* é, pois, logo desde o título, dum pueril tão anacrónico, uma obra *manquêe*, desconexa, ilógica, absurda e que se se tolera é unicamente por com a mesma sem-cerimónia com que nos oferece as mais radicais sensaborias nos apresentar magníficos trechos de Guerra Junqueiro, Duarte d'Almeida, Pedro de Lima, Macedo Papança, Joaquim d'Araújo, Jayme de Seguiet, Antero do Quental etc. Foi por certo levado desta restrição que o Sr. Simões Dias chamou a este livro: «Jardim oloroso onde a variedade das flores não destrói, antes completa a simetria da disposição; onde há cores para todos os olhos, aromas para todos os olfactos, mimos para todos os paladares; repositório da alma portuguesa que chora e ri, duvida e crê, vive e agoniza, soluça e canta, desmaia e ressurgue, escabuja como um naufrago e espera como um vidente».

Em todo o caso, melhor seria que em vez de nos dar realmente *mimos para todos os paladares*, o Sr. João Diniz fizesse uma selecção mais séria dos seus mimos, embora não ficassem para todos os paladares.

E melhor seria mesmo que em vez duma colecção de poesias literárias se fizesse outra de poesias populares de que somos tão ricos na máxima amplitude do termo, pelo número e pela qualidade, e que tão grande utilidade oferecem para a história geral e especialmente literária dum país, obra verdadeiramente meritória que depois do trabalho tão notável do Sr. Teófilo Braga, o ilustre obreiro incansável que dotou o seu país com o mais amplo trabalho de reconstrução literária, não teve imitadores como tanto era de desejar.*

* In *Museu Ilustrado*, Álbum Literário, Porto, 1.º ano, 6.º fasc., de 1878.

IMPRESSÕES, POESIAS, POR LUÍS ANTÓNIO GONÇALVES DE FREITAS
O PECADO, HISTÓRIA DE UM FILÓSOFO, ROMANCES, POR J. SIMÕES DIAS
D. JOÃO II, ROMANCE HISTÓRICO DO SÉCULO XV
POR SOARES ROMEU JÚNIOR

As *Impressões* do Sr. Gonçalves de Freitas são um livro de versos que este novel escritor oferece como bilhete de apresentação ao mundo das letras, tão meticoloso e exigente para os neófitos como condescendente até ao exagero para o sacerdote habitual dos sacrificios do entendimento.

É assim que para um escritor que começa, impellido por esse *não sei que*, esse nervosismo que leva organizações delicadas e contemplativas a arrostar com a crítica, com a maledicência, com todas as miseráveis peias com que em todos os tempos foi uso tolher as vocações literárias, não faltam as ironias, os moitejos, os elogios refalsados ou as agressões brutais. Os mais tímidos desanimam a maior parte das vezes a meio da carreira percorrida, felizes quando não possuem no seu desalento a triste coragem de fechar, como Escousse, com o suicídio o período de ilusões e de desenganos que lhe encheram de amargura a alma ingénua.

Deste receio dos que começam, o recurso às protecções dos que conquistaram já o favor público, dos que tiveram a dita de adquirir essa notoriedade que Planche muito bem distinguia da glória e de que se pode dizer, como do renome dos actores diz Kean, que tanto custa e tão pouco vale. Ao escritor que se abalança a apresentar-se no mundo das letras parece que, trazido pela mão dum privilegiado qualquer, o seu arrojo será mais bem visto e uma parte do prestígio do apresentante se reflectirá sobre o apresentado. Desta costumeira pueril, o abuso dos *protectores*, que decretam reputações, quando não em reles ares de indigna mistificação, como nesses modelos de *chantage* literária que provocaram a generosa reacção de 1865.

O Sr. Gonçalves de Freitas não se esquivou a esse hábito tão em contradição com a dignidade do homem de letras, medíocre ou não, e assim o seu livro abre com uma carta-apresentação do Sr. Teixeira de Vasconcelos sem importância alguma, como peça literária, mas que ao poeta pareceu justificativa da sua temeridade.

Nós, que de há muito pusemos de lado respeitos convencionais que modifiquem arbitrariamente o critério individual; nós, para quem a velha fórmula escolástica do *magister dixit* desapareceu em frente do luminoso princípio cartesiano de *pensar por si-próprio e não julgar de coisa alguma sob palavra*, não diremos, apesar de tudo, a propósito das poesias do Sr. Gonçalves de Freitas, que nos pareçam *boas, o pensamento elevado, a forma correcta, a metrificação exacta*.

Pelo contrario; quanto a nós, por uma grande parte, as poesias, que constituem o livro *Impressões*, são piegas, duma sentimentalidade de mau gosto, sem relevo, sem nota própria, mediócras enfim.

O autor precisa evidentemente duma leitura meditada dos grandes poetas modernos, necessita de aprender neles a exprimir impessoalmente sentimentos que sejam seus porque são da colectividade, mas que tenham tomado o carácter geral suficiente para interessarem a todos, abandonando desta arte um sentimentalismo lamuriento que se admitia em 1852, quando pelo movimento romântico e católico, essencialmente individualista, do princípio do século se pretendia reagir contra o alastramento do cepticismo que fizera a Revolução, mas que hoje, neste período de conciliação de antinomias, não tem razão de ser, é atrasado e ilógico, sobre evidentemente falso.

Isto não quer dizer que no livro do Sr. Gonçalves de Freitas não haja páginas sinceras e verdadeiras e em que o artifício ceda o passo ao sentimento, antes se encontram trechos que se salvam da acusação que formulamos, como as poesias *Lágrimas* e *Um quadro triste*, à parte a maior ou menor perfeição da factura do verso.

E é precisamente por o Sr. Gonçalves de Freitas nos revelar por essas e outras suas produções um talento que, convenientemente orientado, pode produzir trabalhos honrosos para si e para as letras pátrias que nós fazemos estas restrições ao rasgado elogio do ilustre autor do *Prato de Arroz-Doce* e da *Ermida de Castro-mino*, por nos parecer que aos espíritos que desabrocham convêm mais as censuras sem azedume do que os louvores sem medida. Não se exige senão de quem pode satisfazer e o Sr. Gonçalves de Freitas tem talento de mais para se esterilizar num lirismo piegas de castelãos namorados e, viscondessas zelosas, poesia anémica como os que canta e que, como eles, precisa de se rejuvenescer

com a transfusão do bom sangue plebeu, cheio de ferro, generoso e forte.

— O *Pecado* do ilustre peninsular das *Canções Meridionais*, o nosso distinto colaborador e amigo, o Sr. J. Simões Dias, é a segunda narrativa das *Histórias Contemporâneas*, que abriram com aquele precioso modelo de observação e estilo de que a imprensa do país tão lisonjeiramente se ocupou e que se chama — *As Mães*.

Neste seu novo trabalho continua o Sr. Simões Dias a afirmar os seus eminentes dotes de observador sagacíssimo e de estilista moderno, elegante e nervoso, sabendo estereotipar na forma a mais precisa e sóbria os acontecimentos e o meio por onde se afirmam os caracteres que uma vez intentou fazer-nos conhecer.

Não seremos, pois, acusados de louvaminha, quando afirmamos, como o fazemos ora, que as três condições necessárias e suficientes para a final beleza de um *romance*, referidas respectivamente ao belo fisiológico (estudo de caracteres), ao belo plástico (factura literária, o que se chama estilo) e ao belo moral (intenção doutrínaria) se acham no livro do Sr. Simões Dias satisfeitas exuberantemente, tornando-se assim o *Pecado* um dos trabalhos mais notáveis da galeria do romance português contemporâneo.

Os tipos do livro do Sr. Simões Dias acham-se desenhados com toda a nitidez de contornos, numa exactidão científica do modelo, uma precisão matemática dos efeitos da luz, a observação rigorosa das leis da perspectiva, em toda a perfeição do *reproduzido* enfim; os sucessos que fazem afirmar-se ante nós a entidade moral desses tipos decorrem obedecendo à lei geral da verosimilhança literária, quer dizer consoantemente à realidade observada do meio de que o romancista nos quis dar conta, e o ensinamento moral, isto é a indicação, explícita ou implícita, para um ideal superior de civilização, pela diferenciação entre um grau inferior realizado e um mais perfeito concebido a realizar, esse ensinamento sagrado que se não pode dispensar em trabalho algum do entendimento, a menos de esse trabalho ser inútil ou prejudicial à subida da humanidade nesta fatídica ladeira regada pelo mais puro do nosso sangue que se chama a História, ressalta sereno e luminoso do exame das imperfeições e vícios da sociedade que o romancista pretendeu esboçar na sua miniatura.

É, pois, o romance do Sr. Simões Dias uma obra verdadeira, realista, se quiserem usar dessa palavra tão mal interpretada na maioria dos casos, tomada até geralmente na acepção de processo de reprodução exacta do obsceno, uma obra da realidade humana, *útil* portanto, visto que, não devendo ser o realismo, quanto a nós, mais do que o sentimento do real e do verdadeiro, transportado para as artes e literatura (e este caso último é o nosso), evidentemente o homem tem agora e sempre a lucrar com o conhecimento da verdade, pois que esta, como o disse Voltaire, tem direitos imprescritíveis e, como sempre, é ocasião de a procurar, nunca é fora de tempo o apresentá-la.

E é precisamente esse amor do verdadeiro que faz com que uma obra literária que nos apresente um dos lados da realidade, seja ele o mais baixo, o mais repelente ou o mais asqueroso, não deve ser ainda assim posta de lado com tédio como inútil, bem como a que nos apresente por seu turno só o que há de grande e belo na natureza. Uma e outra são obras de que o ensino pode ressaltar, porque uma e outra são a expressão dum dos lados da Verdade eterna.

Aquela obra, porém, que interpretar a natureza no seu todo antitético, onde uma afirmação se não compreende sem a sua negação, onde o finito se opõe ao infinito, o relativo ao necessário, o limitado no tempo ao eterno, e nos der conjuntamente o belo e o disforme, a verdade e o erro, o bem e o mal, será a obra mais absolutamente real, a só constantemente verdadeira e portanto a só completamente bela, donde a só totalmente útil.

Enganados estão, portanto, aqueles que tomam, como Balzac entre outras vezes na *Beatriz (Cenas da Vida Privada)*, aonde mais de cem páginas são consagradas à descrição da cidade de Guérande, da casa do Guénic e dos retratos do barão, de sua mulher, dos seus criados, dos seus amigos, dos seus avós, etc., a minudência no acessório, contra o que com tanta razão se insurge Baudelaire, como o ideal da arte realista, pois que dar a descrição minuciosa, completa, catalogada, de relatório, de um meio não é dar-nos a realidade subjectiva dessa entidade objectiva considerada, porque, como bem o observa Hegel, a realidade da natureza representada pela arte não está na reprodução dessa, pela razão por que a fotografia de uma paisagem, superior em exactidão a um quadro que representa essa mesma paisagem, não é

uma obra de arte como este; como enganados estão os que julgam que representar tão-só os nossos vícios, as nossas paixões, as nossas misérias, apresentar somente em cena medíocres e monótonos, perversos e imbecis, é atingir a absoluta verdade na arte, pois que nem tudo na natureza, de que a arte pretende dar-nos a impressão cientificamente dissecada, são medíocres ou monótonos, imbecis ou perversos; pois que, como muito bem o resume o autor dessa mórbida *Fanny*, «a vida humana não se compõe só de tédios, de dores, de vãs aspirações, de apetites do corpo e da alma, tem também as suas alegrias, os seus nobres instintos, as suas aspirações verdadeiras. A humanidade não está toda podre; como o sol, tem as suas manchas, mas tem também a sua irradiação e o seu calor. É o antagonismo do mal e do bem, o contraste do belo e do feio, dos vícios e das virtudes o que constitui a verdade e o interesse dramático. Aquele que na sua vida não visse senão o mal e o feio mostrar-se ia tão falto de discernimento como o seu adversário que não visse senão o bem e o belo; um seria vesgo do olho direito, o outro do esquerdo. Aquele, pois, que empreender pintar a vida nos seus livros, se é equitativo, se é hábil, pintá-la-á tal qual ela é, com o seu eterno antagonismo; e é só por isso que interessará, porque é só por isso que será verdadeiro».

É realmente tem porventura sido outro o processo dos grandes mestres do romance, de Le Sage no *Gil-Braz*, de Diderot na *Religiosa*, de Balzac no *Père Goriot*, de Hugo no *Homem que Ri*, de Flaubert na *Bovary*, de Zola na história dos *Rougon-Macquart*? Não encontramos aí, nesses modelos eternos, em luminosa antítese, Rolando e Lope de Velasco; a abadessa d'Arpajon e dom Morel; o *Cristo da Paternidade* e a baronesa de Nucingen; Dea, a cega de olhos cheios de luz, e a torpe Josiane; aqueles tipos tão complexos e humanos da *Bovary*, de Carlos, de Leão, de Rodolfo, do cura e do boticário, decerto o mais vivo de todos; *frère* Archangia, a grosseira animalidade e a espiritualidade superior do médico Pascal Rougon?

Pensar o contrário disto levaria a tomar as mais repelentes obras ou as mais fastidiosas como os modelos a seguir, por isso que nos davam a realidade do feio ou a enumeração exacta do lado exterior das coisas e assim a *Justina* do marquês de Sade que o levou a Charenton viria a ser em vez dum título infamante uma coroa de glória para o seu autor.

E é por ser a verdade complexa e variada que tão verdadeiros são Shakespeare e Balzac representando os tipos reais dum momento histórico dado, Shylock e Vautrin, como fazendo surgir ante nós aquelas visões adoráveis de Ofélia e Ursula Mirouet, tipos idealizados, quer dizer, tipos aonde o elemento interior, subjectivo do ser pensante humano se objectivou, mas que nem por isso deixam de ser reais porquanto existem nesta ou naquela modalidade, pouco importa.

Compreendida assim a verdade na arte, resta ao autor de um romance fazer mover os seus personagens de uma maneira lógica em sucessos que interessem, levando-os rapidamente ao desfecho dessa acção, em que os fez entrar, à conclusão desse movimento que lhes imprimiu.

É então que o espírito do escritor manifesta o seu maior ou menor poder de generalização, tomando de entre os tipos verdadeiros os que tenham um carácter menos transitório, dirigindo-se, pois, de preferência a escolher tipos representativos dos diferentes sentimentos humanos com manifesta vantagem, portanto, sobre os que tomam erroneamente pela realidade a autenticidade do facto e do acessório no momento *A* ou *B* da história de humanidade, porquanto essa obra criada nesse pressuposto, em que se consumiram talvez prodígios das observações as mais minuciosas e as mais inúteis, porventura duma factura de estilo irrepreensível, passa, desaparece com o momento do tempo e do espaço que julgou fixar, enquanto que aquela que pretendeu dar a verdade de observação sobre a natureza humana, como restritamente à verdade na arte toma o conde Alfredo de Vigny, da natureza humana que é eterna e fixa nas suas variabilidades, persiste, conserva-se, abandona o carácter de relatividade a que a primeira se condenara.

Tomai para exemplo o Père Goriot, o tipo do amor paterno, e comparai-o com Homais, o boticário da aldeia de França no segundo império, e vereis claramente o quanto há de transitório num e de eternamente belo e persistente no outro.

Vencidas estas dificuldades, encontrados os caracteres, disposta a acção, em que tantos e tantos fraquejam, havendo-se procedido ao trabalho de factura literária, resta a fazer ressaltar a intenção moral, de ensino, dos acontecimentos pelos quais se afirmem os caracteres preconcebidos e delineados.

A debilidade de concepção da verdade na natureza e na sociedade tem então levado, todavia, uns ao cepticismo e esterilizado assim superiores qualidades de observação e estilo, como sucede com Balzac, de onde a onde um inegável código de imoralidade, e com aquele superior observador e aquele estilista assombroso de Camilo Castelo Branco entre nós, infelizmente sempre cheio de sarcasmos e máximas cínicas; outros têm mantido, porém, a intenção revolucionária, de progresso pela análise duma dada civilização inferior, como Zola, superior a esse respeito ao Sr. Eça de Queiroz, por exemplo, bem como na factura literária, mas muito inferior na compreensão dos caracteres e na urdidura da acção.

O livro do Sr. Simões Dias, posto que o romancista seja restrito na criação dos seus tipos, que não têm esse carácter de generalidade dada somente pela representação de sentimentos abstractos concretizados, pretensão perigosa que lançou os didácticos no soporífero erro de os descarnar e os fazer mover eles só, à parte o seu *substractum* material, perdendo, pois, um dos seus caracteres de realidade, e tal é o processo dos mestres, de Shakespeare, de Molière, de Cervantes, de Hugo e de Balzac nos seus tipos completos (Goriot, Vautrin, Grandet, etc.), apresenta-se todavia completo no seu todo, mostrando-nos ao lado do vulto austero de Fernando d'Alpoim e da luminosa inocência de Clélia os grotescos e os infames, Pedro d'Alpoim e o barão d'Antar; o barbeiro, miserável esquadrinhador da vida alheia e D. Maria das Dores, a vítima e a veneranda mártir.

O estilo, igual, elegante, cheio de vivacidade e naturalidade no diálogo, como frisante na descrição; a acção habilmente sustentada; os caracteres sem uma divergência ou uma desarmonia. Enfim, cremos não nos enganar, repetindo os nossos elogios sem restrições ao trabalho do Sr. Simões Dias e saudando daqui o nosso ilustre amigo pela sua notável produção.

Fecha este volume das *Histórias Contemporâneas* com a *História de um Filósofo*, interessante narrativa do viver tenebroso duma criança, cuja alma se abre para a descrença sistemática, mercê das injúrias do destino, até que a intervenção do bispo de Beja, um venerável vidente em cujo rápido e incisivo desenho o Sr. Simões Dias foi felicíssimo, a arranca do abismo a que voluntariamente se havia arrojado, restituindo-a à fé, sempre luminosa e alenta-

dora. Cremos, todavia, que a intenção doutrinária do Sr. Simões Dias nesta singela narrativa não colhe e que nada ressalta do exemplo do caso de Emílio que refere. Porque, decerto, ou este homem se fez ateu por todo um processo interior, de análise e crítica, e então o encontro da virtude nada o devia perturbar em suas crenças filosóficas, pois que a moral é independente de teogonias ou cosmogonias melhor; ou ele não passava dum desesperado sentimental e romanesco e então a sua conversão não tem importância alguma para o credo filosófico que com ela se pretende combater.

De resto, é preciso assentar-se duma vez para sempre que o ateu moderno não é o ateu fantasiado pelos românticos, cheio de dores, um desventurado roído pela dúvida. O ateísmo, quer dizer, a concepção do Universo como um Todo eterno, infinito, necessário, não tem que ver com os desesperos de *A* ou de *B*; é a resultante das descobertas da Física, que nos certifica da permanência da força, das análises da Química, que nos prova a indestrutibilidade da matéria; é um sistema filosófico que toma a um tempo da Astronomia a teoria de Laplace explicativa da constituição dos mundos e da Psicologia o estudo da formação natural da ideia de Deus, seu desenvolvimento e sua decadência.

Negar Deus hoje é muito diferente da negação de Deus de ontem. Hoje a realidade objectiva de Deus é posta de lado como insustentável e contraditora, pelo seu indecifrável dualismo com o mundo e o homem e pelo absurdo das criações *ex nihilo*, nada podendo salvá-la, nem as originalidades da assimilação do seu processo de demonstração com o da análise infinitesimal pelo padre Gratry nem a aplicação tentada por Cauchy do teorema da impossibilidade do número actualmente infinito, tão insuficientemente combatida por Wyruboff. E, todavia, o ateu moderno crê em Deus; isto parece paradoxo mas não é, desde o momento em que se saiba que Deus não tem para o pensador moderno outra realidade mais do que a subjectiva em certas raças humanas, não passando do ser espiritual humano na sua maior potência ideal, como o disseccionou formidavelmente Luís Feuerbach. Tomada como a de um ser de razão, como a do ideal da perfeição de Vacherot, como a da sombra da consciência projectada no campo da imaginação de Proudhon, a ideia de Deus percebe-se, porque é real, humana. De outra forma, tal ideia não pode perceber-se, porque não se pode formar mesmo.

Emílio d'Antar, negando Deus, por mal sucedido em seus amores, não é, pois, um ateu, é um doente mental e a sua conversão ao catolicismo vem caracterizar seguramente o desarranjo cerebral de que era vítima, pois sabe-se bem que a loucura é caracterizada sempre por um regresso à fase teológica da infância.

A volta à fé dos seus primeiros anos operada por Emílio, repetimo-lo, não prova coisa alguma, apesar da intenção do Sr. Simões Dias, pois que os ateus, na frase eloquente de Feuerbach, também têm fé mas precisamente naquilo em que os chamados crentes são ímpios e incrédulos.

— Pelo seu livro *D. João II, Romance Histórico do Século XV*, de que nos foi oferecido um exemplar pelo benemérito editor, o Sr. Ernesto Chardron, quis o Sr. Soares Romeu Júnior fazer-nos passar pelos olhos em sucinto mas luminoso quadro a luta de D. João II com a nobreza e os seus constantes esforços para o engrandecimento marítimo de Portugal. Quer-nos, porém, parecer que não foi tão feliz como era para desejar, pois que o tipo de D. João II que começa a realizar em Portugal a obra dos Luís XI e dos Richelieu em França, obra que Pedro II e o marquês de Pombal, o qual, julgando fundar em Portugal um governo quase despótico, representado pelo rei e tendo a nobreza por cortejo e o povo por apoio, não fez senão, como os outros, *déblayer la route par où devait s'avancer la bourgeoisie*, segundo observa com muito tino o seu illustre biógrafo, F. L. Gomes, haviam de ultimar entre nós, qual a da formação duma rápida e aparentemente sólida monarquia absoluta à custa do poderio dos grandes senhores e mercê do auxílio da burguesia, a seu turno esmagada até que se ache com a capacidade suficiente para vencer, ela, o seu antigo aliado, o rei, ao depois inimigo; o tipo, dizemos, desse notável príncipe, que, continuando a obra do fundador da escola de Sagres, fazendo descobrir por Bartolomeu Dias o cabo da Boa Esperança, mandando Pedro da Covilhã e Afonso de Paiva por terra à Índia e preparando enfim a grande expedição de Vasco da Gama, concorre poderosamente para o brilho da civilização portuguesa no período sem igual de D. Manuel; o tipo escultural do grande combatente que nas cortes de Évora de 1481, onde estabeleceu nova forma de vassalagem, aboliu o canto para os criminosos, fez suprir as justças dos donatários da coroa por juizes reais, começa a sua luta contra a nobreza, coberto de glória e ignomínia, com a cabeça co-

roada de louros e as mãos tintas do sangue dos seus mais próximos parentes, não se destaca no livro que nos ocupa com aquele relevo que se deve exigir numa obra que tem por fim único isso mesmo, o fazer-no-lo conhecer nitidamente, o seu majestoso contorno.

As alterações dos acontecimentos, aliás narrados com uma precipitação que não deixa fixar sequer ao de leve a importância dos seus actores são bastantes, qual a do modo do assassinato do duque de Viseu pelo rei, p. ex., como o próprio romancista reconhece de resto; e o estilo é sobretudo irregular e incorrecto.

O autor pode, porém, numa segunda edição do seu livro, alargando mais a acção pelo desenvolvimento em capítulos especiais do que se aglomera nos poucos de ora e do que fica por dizer, estudando mais profundamente os seus personagens e fixando melhor o estilo, fazer ver a luz a um trabalho digno do apreço ainda dos mais meticolosos.*

HISTÓRIA UNIVERSAL, POR TEÓFILO BRAGA
PÁGINAS HUMORÍSTICAS, VERSÃO DE ALPHONSE KARR,
POR THOMÉ DAS CHAGAS — *COMÉDIA DE LISBOA*,
POR GERVÁSIO LOBATO, COM UM PRÓLOGO DE PINHEIRO CHAGAS
GUIA HISTÓRICO DO BUÇACO, POR AUGUSTO MENDES SIMÕES DE CASTRO
SOMBRA, POR CLORINDA DE MACEDO, COM UM PREÂMBULO DE GOMES LEAL

De há muito se fazia sentir aos estudiosos a falta de uma boa história universal que, compendiando os estudos demasiado difusos para quem deseja fazer uma educação geral sobre os acontecimentos da história da humanidade e não um estudo especial sobre dados períodos, de Champollion sobre o Egipto, de Grote sobre a Grécia, de Prescott, de Brancoft, de Michelet, de Michaud e de Laurent, se substituísse à misérrima compilação do Sr. Dória ou a esses resumos péssimos de histórias medíocres que os Srs. Duruy e Raffy arranjaram para os colégios franceses e que nos nossos liceus nos vemos obrigados a adoptar à falta de melhor.

* In *Museu Ilustrado*, Álbum Literário, Porto, 1.º ano, 9.º fasc., de 1878.

Deste desgraçadíssimo estado dos elementos fornecidos pela instrução pública aos estudantes para a aprendizagem da história, a absoluta ignorância dos alunos nos mais somenos pontos, que qualquer indivíduo, dum educação secundária, deveria ser obrigado fatalmente a conhecer. Assim, o aluno, começando por saber da terra e da sua história o que se pode colher do estudo da esfera ptotemaica, acaba por supor com o *Gênesis* que o homem foi feito de barro à semelhança de Deus e que colocado numa planície da Ásia menor numa madracice bem aventurada foi expulso do Éden em que o haviam pousado, ficando um anjo de espada flamejante a guardar-lhe a porta, pelo receio de que ele voltasse a invadir os terrenos de cuja posse fora considerado indigno por ter comido uma maçã.

E, desta maneira, as recentes descobertas da geologia e da paleontologia, deitando por terra a teoria da revolução de Cuvier, das catástrofes súbitas e dos sucessivos quatro planos de criação dos seres, sistemas que Lyell e Darwin vieram relegar para o país das quimeras, substituindo-os pela gradação evolucionista prevista por o ridicularizado Lamarck e pela qual o grande Geoffroy Saint-Hilaire tentou em balde resistir à influência deletéria do autor das *Recherches sur les ossements fossiles*, são completamente desconhecidos da maioria dos que frequentam os liceus. Falai a um estudante dos mais aplicados das descobertas que Boucher de Perthes inicia, da caverna de Aurignac, do crâneo do Neanderthal, do homem fóssil, de todos esses admiráveis achados que afastam a existência do homem sobre a terra para lá do período terciário, que ele abrirá desmedidamente os olhos de espantado. Ele nunca ouviu falar senão no pai Adão que bruscamente aparece feito do limo da terra e que classifica completamente os animais criados precedentemente, e cuida ainda que os fósseis são imaginações desvairadas de cérebros enfermiços.

Enquanto a história, a mesma carência de noções sérias. Educado na velha rotina humanista que atribui os grandes acontecimentos aos chamados grandes homens, disciplinado na teoria providencialista de que o homem se agita e Deus o conduz, pondo-lhe na frente um ídolo amassado em sangue e lágrimas, ele não se permitiria o ao de leve suspeitar dos confusos mitos e das individualizações ousadas por que acções estranhas ao

mundo dos fenómenos a estes explicam, lhes dão a origem e lhes marcam a direcção.

Por outro lado, agitado também por um sopro de falso liberalismo, achando-se bastantemente nessa tradição jacobina que se desata em vãs retóricas nos periódicos liberais, nos admirados artigos escritos pelos seus lentes, o estudante pensa que a Idade Média é uma noite sem a menor claridade, chora a queda do infame império do Ocidente e em sua consciência julga a liberdade moderna de origem latina, ficando muito admirado quando alguém lhe diz que, toda germânica, sai do feudalismo. Sabe bastantes anedotas de reis e grandes homens e para ele Napoleão Bonaparte é quem fez a revolução e engrandeceu a França, espantando-se muito quando por acaso ouve que Littré, Michelet e Lanfrey desfazem, indignados, a legenda napoleónica.

Ora, esta lacuna de livros sintéticos que deu origem à viva procura de um remédio pior que o mal, a *História* católica e atrasadíssima de Cantu, parece que tenta agora preenchê-la o Sr. Teófilo Braga com a publicação da sua *História Universal*, da qual os dois primeiros fascículos se encontram sobre a nossa mesa de trabalho, mercê da generosidade do editor.

Decerto, se em Portugal homem de letras existe, erudito e com a orientação empírica e crítica da ciência moderna, na corrente das ideias do seu tempo e fortemente embebido do moderno ideal, capaz de se abalançar a trabalho de tanto fôlego, esse homem é incontestavelmente o Sr. Teófilo Braga.

Espírito essencialmente progressivo e trabalhador duma tenacidade que se não desmente um momento, o Sr. Teófilo Braga, abandonando as vagas tendências hegelianas do princípio da sua carreira brilhantíssima, a mais brilhante de todas, tendências marcadas nos prefácios da sua epopeia cíclica da história, antes inspirando-se cada vez mais na ciência moderna e na moderna filosofia, daquela filha directa, possuindo um cabedal de conhecimentos verdadeiramente prodigioso, tão fácil na concepção da teoria como pronto na precisa enunciação dela, lança mais esta pedra no edifício que laboriosamente anda construindo, para honra sua e nossa, e fora do ensino da História dá ao professorado português a rude lição de substituir, ele, os seus borolentos compêndios senis por uma obra profundamente pensada e vivamente escrita, adaptada a um tempo às exigências

do moderno saber e à compreensão de todos aqueles a quem se destina.

O primeiro fascículo dos dois publicados ocupa-se de nos fornecer uma noção positiva da história e do homem; e o segundo, entrando já no concreto dos factos realizados, diz-nos da história dos egípcios.

Aqui, surge ao nosso espírito um reparo. Sabendo-se que a História tem por objecto a fenomenalidade humana, quer dizer, o ocupar-se dos fenómenos operados pelo homem no meio em que apareceu, temos primeiro que tudo, se quisermos proceder cientificamente, a dar uma ideia clara do que seja esse meio, isto é, do que seja a terra. Para isso o trabalho divide-se imediatamente, como se prevê. A terra pode ser considerada em seu estudo astronomicamente, quer dizer, referida ao espaço em que se encontra e então diremos se é um planeta, se é uma estrela, se é um cometa; se tem um movimento num sistema de planetas e qual esse sistema, qual o centro dele, quais as curvas que traçam os movimentos dos planetas no espaço e quais as leis desses movimentos, as equações que analiticamente dão essas curvas, etc., etc. E podemos considerar a terra referida aos elementos que entram na sua constituição e, depois de ter referido o modo como Laplace dá o critério científico à teoria gasosa de Kant, relatar o trabalho da geologia ou história da terra, mostrando como as camadas de terreno justaposto o foram e como a vida apareceu na terra.

Então, tendo mostrado como e quais as camadas terrestres que se sucedem; fazendo notar como depois da aparição do livro de Lyell, os trabalhos de Desnoyers, Bourgeois, Delaunay, Issel, de Mortillet, Schmidt e outros arredaram as origens conhecidas da humanidade até aos tempos terciários; ou, havendo feito um quadro geral dos terrenos como o marca Lyell na sua *Antiguidade do Homem Provada pela Geologia* e mostrado, como muito bem o resume Hamy, que a história do homem terciário repousa, como a para qualquer período geológico, na descoberta em terrenos não escavados de sílex evidentemente talhados ou de ossos tendo incisões que seja impossível atribuir a qualquer acção outra que a do homem; havendo provado assim como fica fora de dúvida, contra a restrição de Lubbock, a existência do homem mioceno, com os mastodontes, os dinotherios, macrotherions, os dicroceros, os rinocerontes, os amphicions, os ursos, os grandes gatos,

etc., cujas provas, como bem o observa Hamy, são em tudo comparáveis às que Boucher de Perthes e Lartet forneceram sobre a contemporaneidade do homem e dos grandes mamíferos quaternários e nos dão como inegável a todavia contestada afirmação de Bourgeois, o célebre paleontologista dos terrenos terciários de Pontlevoy; apontada a capital importância da arqueologia pré-histórica contra os monogenistas que, apoiados aos admiráveis trabalhos dos linguistas que estabeleceram o parentesco e a filiação das línguas indo-europeias, nos queriam conduzir a naturalmente supor que todos os povos que falavam essas línguas deviam ser do mesmo tronco e pertencer à mesma raça; relembro como Retzius transformou a questão de arqueologia e linguística numa questão de antropologia, mostrando como os finlandeses (autóctones, povos cuja origem estrangeira não pode ser demonstrada, como a sua língua o permitia supor) e os suecos (cujo idioma indo-germânico indicava uma origem estranha) tinham uma diferença craniológica notável, pois que os primeiros eram braquicéfalos (de crânio curto), e os segundos doliocéfalos (de crânio alongado), descobertas e críticas estas de resultados maravilhosos, pois levaram os linguistas à reconstituição da língua ariaca, mãe comum do sânscrito, do zend e das línguas da Europa, e não são de pequena importância, decerto, estes capitais subsídios do estudo do homem pré-histórico para a questão de unidade por que tão levemente se pronuncia Vogt ou multiplicidade dos focos humanos e suas migrações, como o observa aquele espírito tão lúcido e tão sábio, aonde todos podem aprender a resumir num corpo de doutrina homogêneo o que por diversas partes hão colhido, que se chama Paulo Broca — concluído assim este trabalho genérico de consideração filosófica do homem e do meio em que ele se acha, o de que tão brilhantemente se ocupa o Sr. Teófilo Braga na sua *Introdução*, onde estes pontos se debatem de uma maneira lúcida e completa, parece indispensável que, ultimadas as considerações sobre as modificações que o meio cósmico e o meio social imprimem ao homem e que se acham resumidas também muito clara e seguramente no seu admirável preâmbulo, uma das mais belas páginas saídas da sua pena sábia, parece indispensável, dizemos, que o autor da *História Universal*, abandonando a questão abstracta para entrar no corpo didáctico da doutrina concreta, antes de encetar o estudo de

uma civilização tão adiantada já e tão afastada destas confusas origens do homem como a dos egípcios, resumisse num primeiro capítulo os dados que a antropologia hoje fornece ao historiador e que se acham com razão no prefácio mais como elementos filosóficos de especulação sobre a justiça do moderno estudo do homem procedendo da natureza para ele, do que como dados históricos, como marcos da fenomenalidade humana em eras extintas.

Não se afigura natural que então, uma vez feito conhecer ao aluno os tópicos característicos da moderna filosofia da história, introdução que se desenvolveria na conclusão, e havendo-se estudado o nosso globo nos pontos de vista do astrónomo e do geólogo, dada a terra e o homem para se fixar a história deste naquela, se perguntasse primeiro que tudo: — E como apareceram os primeiros organismos ou o organismo ancestral original donde procedemos todos? Seria, como quer Cuvier, por planos sucessivos, mediante a intervenção sobrenatural de um criador, ou, como quer Lamarck, pela hipótese da geração espontânea ou arquiogonia? Teremos de admitir a *teoria do carbono*, o qual pela combinação com o oxigénio, o hidrogénio e o azoto, a que é preciso acrescentar o mais das vezes o enxofre e também o fósforo, dá origem a combinações extremamente importantes, ao primeiro e indispensável substractum de todos os fenómenos vitais, os compostos albuminóides (matérias proteicas), perfeitamente assimiláveis aos cristais, até pela homogeneidade da sua substância, desde que se descobriam as moneras, das quais a primeira observada o *eozoom canadense*, corpos organizados compostos unicamente de uma pequena massa albuminóide, amorfa, sem estrutura, um mero composto químico tão simples como um sal qualquer, seja esse sal um sal metálico seja um composto silicoso, curiosos e importantíssimos corpos donde o sábio professor de Iena parte para a genealogia viva desde a cytode até a dicotyledónia e até ao homem? Ou o plano da criação é diverso e os tipos são irreduzíveis? Seremos obrigados a reconhecer que atribuir a origem dos primeiros organismos terrestres, pais de todos os outros, à actividade querida e combinada de um criador pessoal é renunciar a dar uma explicação científica, é deixar o terreno da verdadeira ciência para entrar no domínio da crença poética, que lhe é absolutamente distinta, é, diz Haeckel, mergulhar no ininteligível?

E conhecida, mais ou menos, a história da constituição da terra e do aparecimento da vida sobre ela, não seria conveniente traçar logo depois uma divisão das idades, períodos e épocas da história orgânica da terra ou da evolução paleontológica, mostrando como, por que ordem, os organismos, animais e plantas, se foram sucedendo sobre o nosso globo, sendo na idade primordial as algas e os animais desprovidos de crânio, na segunda os fetos e os peixes, na terceira as coníferas e os répteis, na quarta (período terciário) as árvores de folhas caducas e os mamíferos (e o homem, segundo todas as probabilidades. Haeckel coloca-o ainda só no período terciário plioceno, sendo no mioceno só os antropóides ou catarrhínios sem cauda. No plioceno os homens pithecóides ou sem fala), na quinta o homem e a civilização humana; e fixando as divisões e subdivisões de que um superior modelo nos fornece a *História da Criação* do continuador de Darwin?

Feito isto, num luminoso resumo, como os que tão superiormente acaba o Sr. Teófilo Braga, restaria, quanto a nós, a aplicar mais restritamente a teoria genealógica ao homem; ter-se-ia de mostrar com Huxley, num dos seus admiráveis trabalhos de anatomia comparada, que as diferenças anatómicas que distinguem, seja qual for o sistema de órgãos que se considere, o homem do gorila e do chimpanzé são mais fracas do que as que separam estes dos macacos inferiores; far-se-ia ver como chegámos, *fatalmente*, diz Haeckel, à conclusão de que o género humano é um ramúsculo do grupo dos catarrhínios, desenvolvido no antigo continente e provindo de macacos desse grupo há muito extintos, contra a opinião de alguns de que os homens da América proviessem de macacos americanos, levando-nos pelo contrário à identidade de origem a perfeita identidade de conformação do nariz e da dentadura no homem e nos catarrhínios, sendo de resto provável, como o mostram bastantes factos etnográficos, que os indígenas americanos são descendentes de emigrados asiáticos em geral, polinésios talvez por uma parte, e porventura mesmo europeus.

Seguida assim a linha ancestral do homem que Haeckel chega a acompanhar desde a monera, havia-se chegado, tendo deposto no cérebro do aluno uma fartíssima cópia de conhecimentos utilíssimos e com certeza indispensáveis no ponto de vista positivo em que o Sr. Teófilo Braga considera a História, à parte propriamente *humana* do trabalho e a questão da antiguidade do

homem aparecia logo de novo, para tratar com o carácter didáctico que lhe falta na introdução e que sem estes elementos de ensino anteriores se não torna nitidamente compreensível.

Em primeiro lugar, como sairia o homem o mais pithecóide do macaco o mais antropóide? Diz Haeckel que este facto evolutivo resultou sobretudo de duas aptidões do macaco antropóide, a saber: a aptidão para a estação vertical, a aptidão para a linguagem articulada. Foram esses os dois mais poderosos factores do homem. Essas duas importantes funções fisiológicas coincidiram necessariamente com duas modificações morfológicas que lhes são conexas, quer dizer a diferenciação, par por par, das extremidades e da laringe. Mas, por seu turno, este importante aperfeiçoamento orgânico devia necessariamente reagir sobre a diferenciação do cérebro e das faculdades intelectuais que lhe são inerentes.

Por aí, exclama entusiasmado o sábio, se abriu perante o homem a carreira do progresso indefinido que percorre desde então, afastando-se cada vez mais dos seus antepassados animais.

Mostrar-se-ia em seguida como o género humano actual não descende por forma alguma de um grupo só, posto que não seja desarrazoado marcar a todas as espécies humanas um tipo ancestral comum de onde essas espécies saíssem por diferenciação; e para classificar as raças humanas, baseando-se na natureza dos cabelos, na coloração da pele, na forma do crânio e na linguagem, que, segundo Muller, deve ocupar o primeiro lugar, abriríamos um quadro taxonómico das espécies e das raças humanas, assignando-lhes a pátria e as emigrações, segundo os lados de proveniência (este, oeste, norte, etc.); veríamos como as raças se partem, se dividem, se subdividem, e dessa divisão a raça superior, a indo-germânica, com os seus dois ramos ario-românico e eslavo-germano e os seus ramúsculos, nos pode fornecer hoje um curioso exemplo; marcados os caracteres desse homem primigenius hipotético de que não há até hoje fósseis e que *durante o período terciário* proveio dos macacos antropóides quer na Lemúria, quer na Ásia meridional, quer talvez na África oriental, caracteres de que uma resenha sábia se pode ver em Haeckel; calculada a propagação dos ramos saídos por selecção sexual deste tipo ancestral, pithecóide, entraríamos então no estudo das civilizações extintas, de que monumentos restassem, maiores ou menores, mais ou menos completos, mais ou menos indicadores do trabalho operado por essas civilizações idas.

O Sr. Teófilo Braga, passando, pois, imediatamente das considerações abstractas sobre a filosofia da história considerada empiricamente, sob o critério científico moderno, para o estudo da civilização egípcia, parece-nos abrir no seu trabalho uma larga lacuna que, por falhar o propósito de ensino de factos modernamente adquiridos e de que nada se diz em concreto, em resumo, sob uma forma didáctica antes do que por um processo de demonstração filosófica de tese para que esses factos servem de elementos, nos parece o defeito capital do seu livro.

Não quer isto dizer que não encontremos no trabalho do Sr. Teófilo Braga afirmações de que discordemos, antes são bastantes os pontos em que nos afastamos, com razão ou sem ela, das opiniões do ilustre professor do *Curso superior de letras*.

Assim, p. ex., vemos que, como nos *Traços Gerais de Filosofia Positiva*, continua o Sr. Teófilo Braga a dar uma importância, quanto a nós, em extremo injusta à lei dos três estados de Augusto Comte.

Augusto Comte, como todos os que julgam possuir uma norma de doutrina para a direcção da humanidade, tratou de mostrar que esta seguia um movimento progressivo, cuja lei encontrara, e que, portanto, urgia fixar esse movimento por princípios teóricos transformados em leis positivas de modo que o individualismo com os seus arbítrios não viesse prejudicar a marcha da humanidade para o ideal da sua perfectibilidade na linha, recta ou curva, que ela percorre.

Por isso, condenando todos os princípios de organização política ou social que mais ou menos procedessem dessa força interna, essencialmente subjectiva e individualista, que se chama a liberdade e que é preciso não confundir com o livre arbítrio dos psicólogos, o fundador da *Política positiva* chegou à conclusão, pela negação da liberdade do pensamento e da acção, de um Estado dirigido pelos sábios e enriquecido pelos industriais que se assemelha extraordinariamente ao compressor Estado absoluto que o absolutismo em formação da Prússia parece ter encomendado a Hegel como fim final da sua teoria do Espírito.

Todos, porém, os que, pertencendo à escola liberal, entendem contra os moralistas (e é afinal a esta distinção de Stuart Mill que toda a polémica entre publicistas e estadistas leva fatalmente) que a dinâmica social não encontrou nem porventura encontrará a lei do movimento evolutivo que bem sabe que executa a humanidade

no tempo e no espaço, e este desastre é o insuperável obstáculo para a fixação da ciência social, tão difícil de constituir, como o mostra Herbert Spencer, não procuram regulamentar, como os socialistas, as sociedades para um dado fim vago que se não diz qual é duma maneira clara e precisa, o que daria, quanto a eles, lugar a uma metodização mais compressoras do que a que sucedeu o estabelecimento das antigas castas inamovíveis, e entrega, portanto, o curso dos acontecimentos ao alvedrio da liberdade individual.

O princípio dos economistas, *laissez faire* — *laissez passer*, é de resto para esta escola liberal, a que nos honramos de pertencer, suficiente garantia, digam o que disserem, contra a tirania dos que com fórmulas estereis pretendem reformar as colectividades, sem terem previamente com a orientação da liberdade individual reformado as parcelas do complexo total.

Ora, esta escola liberal tem a felicidade incontradita de nunca as gradações, que uma falsa interpretação do progresso tem marcado à evolução da humanidade, terem resistido à crítica e haverem satisfeito plenamente na explicação dos movimentos parciais que dão somados o movimento geral do homem.

Nenhuma há que escapem a este comum desastre dessas classificações arbitrárias dos movimentos humanos, seja o quadro do movimento das civilizações de Fourier, tão justo a tantos respeito, seja a lei saint-simoniana dos três estados que hoje até os mais avançados dos que acompanham Littré e Wyruboff com estes mesmos repudiam como incompleta, quando não contraditória.

E isto não podia deixar de ser. O espaço de tempo que duma maneira clara a história fornece para a observação dos fenómenos das sociedades é tão pequeno que a curva de que encontraria a função essa geometria analítica que daria a equação dos povos suspeitada por Quételet nos seus ensaios de aplicação das matemáticas ao movimento humano, chamada a estatística, e que tem gerado quando muito tábuas de números aproximados, como as de mortalidade de Déparcieux e Duvillard, de um alcance tão próximo e pequeno que não excede a esfera restrita da sua aplicação; que essa curva, dizemos, não possui o comprimento preciso para ser reduzida ao cálculo de modo que a equação, a fórmula teórica que queira dar esse movimento, determinar-lhe os pontos de passagem, não pode deixar de ser uma aproximação ousada sem um definido carácter científico.

Assim, diz o Sr. Teófilo Braga: «Enquanto ao facto colectivo da vida das religiões, determinam-se grandes fases bem acentuadas *mas incapazes de serem submetidas à delimitação do tempo*; fases que resultam de profundas modificações da consciência e da inteligência humana *para as quais a acção dos séculos é sem eficácia*; tais são o período do *fetichismo*, ante-histórico, dando forma ao sentimento espontâneo, estabelecendo o trabalho da domesticidade dos animais, seguindo-se-lhes o período do *Politeísmo*, em que se constitui um *sacerdócio*, em que se adoram as forças da natureza, e em que se estabelecem formas de culto público correspondentes a uma sociedade com profundas necessidades artísticas; por último, vem a fase do *Monoteísmo*, em que o dogma se torna abstracto, correspondendo a uma sociedade com necessidades filosóficas e tendendo para a crença com forma de demonstração».

Abrindo os nossos reparos, notamos em primeiro lugar um certo progresso na diminuição da generalização que a esta gradação concede o Sr. Teófilo Braga que a aplica presentemente só ao facto colectivo da vida das religiões enquanto que Augusto Comte a dá como uma lei geral explicando o progresso total da humanidade, o que levaria naturalmente a observar com Littré que, apesar de tudo, o movimento industrial, o moral e o estético se não explicam por essa lei, a menos de subtis aplicações que podem manifestar argúcia de entendimento mas que não são características da verdade.

Todavia, com estas restrições da lei dos três estados, ainda assim a convicção não é levada ao nosso espírito, antes o Sr. Teófilo Braga parece comprazer-se ele mesmo em fornecer elementos de dúvida.

Assim, ele diz que as fases caracterizadas por essa gradação são bem acentuadas e que todavia são incapazes de ser submetidas à delimitação do tempo, o que leva logo a crer que, pelo menos quanto ao tempo, (e esta gradação, se é sucessiva, é-o quanto ao tempo, porque o espaço de observação para o caso *a* ou *b* é fixo) se não podem acentuar essas fases, o que é capital, porque então podem confundir-se, o que sucede, e nesse caso a lei não é exacta; quer dizer, a lei não se verifica no tempo para um caso determinado; e no espaço o facto de civilizações em que de todo em todo é impossível tentar sequer applicá-la encarrega-se de dar da sua exactidão a suficiente ideia.

Ainda diz o Sr. Teófilo Braga que essas fases resultam, de certo, de profundas modificações da inteligência e da consciência humana, mas modificações para as quais a acção dos séculos é sem eficácia.

Confessamos que chegamos a não perceber. Como?! Pois há profundas modificações da intelectualidade humana sem a acção *sine qua non* do tempo? Não haverá revoluções na terra e na vida e haverá revoluções na mente do homem? E essas revoluções, logo dadas, não actuarão na série subsequente dos pensamentos humanos? Não o cremos; e nenhum evolucionista, para o qual a acção do tempo é tudo, o crerá por certo também.

Depois, o sentimento espontâneo tanto se manifesta no fetichismo como no politeísmo como no monoteísmo; se não houvesse sentimento espontâneo dos fetichistas, dos politeístas e dos monoteístas, não poderia haver estado algum religioso que, como se sabe, não tem objectividade senão a que o ser subjectivo lhe imprime.

De resto, o fetichismo não exclui os sacerdotes, como o Sr. Teófilo Braga quer fazer crer, nem o culto, como as tribos fetichistas do interior da África poderiam nos nossos dias mesmo provar-lhe.

Não é só no politeísmo também que se adoram as forças da natureza; desde que o homem deparou com um elemento dinâmico que o aterrou, o sentimento religioso, quando ele pode existir, despertou-se-lhe, de maneira que tão adorador das forças que não doma é o fetichista que adora o crocodilo como o politeísta que adora os elementos, o ar, o fogo, etc.. Ambas estas objecções as viu com muita sagacidade o implacável destruidor da lei dos três estados, Huxley, quando escreveu: «O fetichismo, o culto dos antepassados ou dos heróis, a demonologia dos selvagens primitivos são, quanto a mim, as suas maneiras diferentes de exprimir a crença nos espíritos e a sua interpretação antropomórfica dos *acontecimentos insólitos* que o acompanham. *A feitiçaria, a magia traduzem estas crenças na prática e são, a nosso ver, o culto religioso*, o que é para a teologia o antropomorfismo ingénuo das crianças ou dos selvagens».

E não se compreende mesmo como o Sr. Teófilo Braga, depois de ter restringido ao politeísmo o estabelecimento das exterioridades do culto, afirme todavia que o fetichismo dá *forma* ao sentimento espontâneo, interior.

Depois, o facto de ter havido sociedades politeístas com profundas necessidades artísticas não prova que seja esse um indelocável característico da civilização nesse grau. Sociedades politeístas existem sem necessidades artísticas profundas como sociedades monoteístas e fetichistas com violentas necessidades nesse sentido.

O senso artístico manifesta-se mais ou menos intensamente em todas as sociedades, pode sofrer a orientação que uma corrente de ideias lhe imprimir, mas, irreductível, ele, sob esta ou aquela forma, aparece sempre, não porque se é politeísta, fetichista ou monoteísta, mas porque se é artista, porque se possui essa tendência interiormente. Os que se *tatouent* fetichistas, os que cinzelam Hércules politeístas ou os que pintam madonas monoteístas são artistas todos, à parte este ou aquele modo de ver a este ou aquele respeito, como artista é o ateu que, à maneira de Shelley, possui a convicção do entendimento e simultaneamente a viva espontaneidade da imaginação.

Se politeísmos, como o de Péricles, monoteísmos, como o de Leão X, houve em que com essa fixação do sentimento religioso coincidiu um forte desenvolvimento do eterno sentimento artístico geral, um movimento não determina o outro; desenvolvidos, coincidem e reagem reciprocamente, como todas as acções humanas, mas um não é o eficiente do outro; pois, se assim fosse, não poderia haver as divergências que todavia se notam; não são factores determinantes que, se se completam, procedem espontânea e independentemente.

Os característicos da terceira fase, ou do *Monoteísmo*, não nos parecem também muito seguros e precisos. No monoteísmo o dogma não se torna realmente abstracto. Não sabemos em verdade porque, sendo os deuses quatro ou cinco, eles sejam considerados concretos, e sendo um, ele seja considerado abstracto. Isto não é assim; Deus, para o monoteísta, é um ser concreto e tão concreto tem de ser que ele, por qualidades ou atributos, trata de o afastar dos outros concretos para o distinguir deles. Dir-se-ia que os politeístas consideram os seus deuses da natureza humana enquanto que os monoteístas supõem o seu Deus de uma natureza hiperfísica?

Mas não se vê que o que se dá com uns dá-se com os outros; que ambos consideram os seus tipos antropomórficos superiores

em atributos ao homem que deles depende, mas concretos, reais, existindo na fenomenalidade dos seres, não sendo puras concepções do entendimento? Parece-nos até que o Sr. Teófilo Braga não representa aqui também já muito puramente o ensino de Augusto Comte, o qual reserva as abstracções para a subseqüente fase metafísica.

Depois, as sociedades monoteístas não manifestam por o facto de o serem necessidades filosóficas e tendendo para a crença com forma de demonstração.

Pelo contrário; desde o momento em que há um Deus único, que possui ele só a verdade toda e que a revela em códigos fundamentais, todo o trabalho de investigação filosófica cessa, porque a verdade se conhece sem a necessidade de demonstração. É por isso que os politeístas gregos tinham uma filosofia e uma ciência e que os monoteístas cristãos não as possuem senão depois que a ciência humana venceu a teologia ou ciência divina, e que os monoteístas muçulmanos nada possuem em matéria de crenças demonstradas.

Parece-nos, pois, que difícil se torna caracterizar *a priori* as fases do desenvolvimento humano por dadas características imóveis, e que a subdivisão do estado teológico não pode servir para marcar o progresso humano, mercê dela, dentro desse estado, como não a lei toda para todo o movimento completo do homem.

Vê-se que não é fácil admitir outrossim que realmente a humanidade sempre e por toda a parte tivesse evoluido desse modo, dentro dessa esfera de concepção e acção conexas, o que também não é verdade. Os estados têm-se confundido e a simultaneidade deles hoje mesmo nos monoteístas cristãos (os mais adiantados em civilização) não é pequeno estorvo para a vitória da lei comtista..

Lubbock nas *Origens da Civilização* classifica desde o ateísmo até à idolatria as religiões segundo o grau de respeito que se tem pelo objecto adorado e não encontra uma gradação definitiva, indicando qualquer progresso outro que o que marca já a classificação, e que era o de importância para a determinação da curva ideal do movimento progressivo humano.

O recurso de que o Sr. Teófilo Braga se serve na sua apelação para a história do movimento religioso no Egipto, de que com muita sagacidade se ocupa no seu segundo fascículo, como uma

exemplificação da gradação comtista, não nos parece também definitivamente concludente.

Como diz Champollion-Figeac, a religião egípcia era um monoteísmo puro, manifestando-se exteriormente por um politeísmo simbólico, isto é, dava ela um só Deus do qual todas as qualidades e atributos eram personificados em outros tantos agentes activos ou divindades obedientes.

Somente a classe sacerdotal, sábia, que tanta admiração inspirou aos antigos, guardando para si essa doutrina superior, deixava as fórmulas visíveis e concretas ao vulgo. Não houve, pois, gradação na concepção do dogma, nem por estados, que diz Comte se excluem, se pode determinar progresso.

Se se recusa com alguns egiptólogos modernos à classe sacerdotal uma doutrina superior ensinada nos templos, não se para, como o observa Laurent, que se vai de encontro a toda a opinião da antiguidade e à de todos os que uma vez visitaram o Egipto e que, como o sábio inglês Wilkinson, um dos últimos viajantes, não podem deixar de reconhecer que os sacerdotes egípcios possuíam dogmas secretos ensinados nos seus mistérios?

Que se vem, pois, falar sistematicamente numa gradação a mesma para todos os tempos e todos os lugares e que já o mesmo Wyruboff mostrou que não se applicava às civilizações do Oriente e às que dessas procediam?

Estas divergências, porém, como outras que não apontamos para não alongar o já longo parecer humilde que aí fica registado não diminuirão nunca o profundo respeito que a erudição e o trabalho do Sr. Teófilo Braga de há muito nos fazem experimentar por S. Ex.^a, um dos homens mais notáveis da península e uma das nossas mais sérias glórias.

O seu trabalho sobre a *Noção Positiva da História*, quanto a nós, uma das mais profundas páginas que se tem escrito no país, é mais um título do seu autor ao respeito público e mais uma mordaca para os imbecis malévolos que hão surgido em frente do poeta, do historiador e do crítico, persuadidos na sua raivosa impotência que lhe embargariam o passo audacioso e o fariam desanimar a meio do extenso caminho escabroso a percorrer.

Se, pois, o convencimento não se apodera por vezes da nossa mente, não é isso devido à ausência do talento demons-

trativo do escritor mas à debilidade da tese que propõe deixar demonstrada, como no caso da lei dos três estados, pela qual se pretende mostrar como o desenvolvimento de todas as faculdades, o progresso de todas as acções concorrentes humanas depende de duma considerada, como se, havendo os factores *a, b, c, d, e...* concorrentes, de causas especiais e reagindo uns sobre os outros num sistema estático de equilíbrio, *b, c, d, e...* fossem filhos de *a*, que se desenvolveria ele só sem a acção dos outros, por isso que os determinava depois a eles; como se não fosse claro que, dado o homem em progresso, as suas faculdades, as suas aptidões, os seus modos de ver, os seus costumes, a sua família, a sua sociedade, o seu critério, a sua religião se não desenvolvessem por igual e par a par, reagindo umas acções sobre as outras, antes fossem todos os progressos devidos a um que sem os concomitantes não poderia dar-se jamais; e como se, numa menor latitude já, marcar a evolução do homem por o alargamento dum dado critério não fosse excluir a ordem de progressos que desse não depende essencialmente, dando como real o que o não é, que todos os desenvolvimentos *a, b, c, d, e...* se seguem sempre numa irrepreensível uniformidade de movimento ascensional, quando, se reagem uns sobre os outros, se são concorrentes, se se completam, têm velocidades diversas, de modo que uns a espaços estacionam, enquanto outros operam, donde a simultaneidade dos característicos duma fase noutra.

O segundo fascículo da obra de que nos ocupamos contém, como dissemos, o começo da história dos egípcios, para a qual se socorre o Sr. Teófilo Braga frequentemente de Maspero, do qual seria fácil provar a uniformidade de vistas sobre a religião egípcia com as dos antigos egiptólogos. A especialidade do estudo, o não estar completo esse trabalho e a debilidade de nossas forças sobretudo impedem-nos de dar acerca desse fascículo a nossa opinião, decerto bem escusada.

Resta-nos, pois, tão-só agradecer ao editor da *História Universal*, o Sr. Carrilho Videira, a fineza da sua oferta, que nos deixou vivamente penhorados.

— Tomé das Chagas mimoseou-nos também com uma magnífica versão de vários trechos de Alphonse Karr reunidos sob a epígrafe de *Páginas Humorísticas*.

Falar de Alphonse Karr, lembrar a inexaurível veia cômica, o humor rabelaisiano dos escritos do autor do *Caminho mais curto*; dizer pela centésima ocasião o já dito, que ele possui a graça, o ímpeto, a *verve* gaulesa pura dos exageros e dos amaneiramentos que dos *raffinés* do século de Luís XIV e da Regência copiaram aqueles outros *ultras* da Regência napoleônica, os Morny, os Romieu, os Persigny, os Mocquard, etc., afirmar ainda uma vez que nada mais exuberante de são espírito, de fina observação, que nada de factura mais límpida e cristalina do que as páginas do pescador de Étretat parece-nos pretensioso e inútil.

O tradutor português com um claro discernimento escolheu da grande colecção inesgotável das *Vespas* algumas das páginas mais repletas de bom senso férreo e mais luzentes de aproximações cômicas cintilantes, tendo o cuidado de pôr de lado aquelas que parece indicarem no grande *rieur* um fundo cepticismo por todas as fórmulas e convenções humanas e que desgostam pela própria latitude da descrença.

Que essa é a fraqueza das *Vespas*, o riso tomado como fim final do exame de todos os princípios, de todos os acontecimentos, de todas as teorias, de todos os anseios humanos. O riso é um meio, uma arma de combate que, posta ao serviço da Justiça, faz aluir as velhas muralhas inexpugnáveis dos erros, dos preconceitos e das abusões ridículas das sociedades. Essa é a força do rir de Voltaire, do rir de Molière, do rir de Beaumarchais. O fanatismo, os mitos supersticiosos, a ciência mentirosa dos pedantes, a carolice refalsada e hipócrita e a absurda hierarquia social não possuem mais terríveis inimigos do que os sarcásticos que manejam as armas do *Cândido*, do *Diccionario philosophico*, do *Dr. Aka-kia*, de *Tartufo* e do *Casamento de Figaro*.

Essa é a força dos modernos gargalhadores, a sua arma terrível, de Rochefort, cuja *Lanterna* destróí um império, de Touche-à-Tout no *Trombinoscope*, do Sr. Ramalho Ortigão naquela obra-prima do género que se chama *As Farpas*.

Quando, porém, o riso toma a feição dum incontradito resultado; quando o escritor só tem por fim rir-se de tudo e de todos, sempre e sempre, sob a pressão do critério pessimista que levava Karr a querer fazer um *Diccionario da tolice humana*, o papel importante da publicação a que faz ver a luz, a sua acção social, gora-se, porque o cepticismo é estéril e o homem precisa

de nova fé e novo ideal quando assistiu à morte das suas antigas crenças.

Heine na *Alemanha* é um exemplo dessa esterilidade do rir permanente; Karr nas *Guépes*, hostis a todos os partidos e a todos os credos, fez rir pela força incompressível da sua veia cómica mas o resultado ficou aí e a regeneração dos leitores pela mofa dos seus vícios e erros não se operou. Se tem havido trabalho de crítica sem acção sobre o meio social criticado, esse é sem dúvida as *Vespas* e a causa cremos tê-la indicado.

Ora, o cuidado que o tradutor de Karr teve em não nos dar senão páginas isentas da acusação formulada não é um dos seus menores títulos à nossa consideração.

Da versão que dizer? O seu maior elogio não estará em que a prosa do escritor francês na sua passagem para um bom português correcto e vernáculo nada perdesse do seu soberbo jacto de veia, do seu irresistível poder de cómico?

Esse elogio podemos nós fazê-lo em boa consciência a Tomé das Chagas, a quem agradecemos o favor da oferta do seu tão interessante volume, incitando-o a que prossiga no seu trabalho de facilitar aos ignorantes do francês os modelos em qualquer género que a ubérrima literatura de além-Pirenéus possui.

— À obsequiosidade do incansável editor e nosso amigo, o Sr. Ernesto Chardron, devemos a remessa do livro do Sr. Gervásio Lobato, *Comédia de Lisboa*, prefaciado pelo Sr. Pinheiro Chagas.

Este volume é composto dos folhetins que com o título genérico de *Vida em Lisboa* e com a assinatura do pseudónimo Gilberto viram há poucos meses a luz no *Diário da Manhã*, que se publica na capital.

No trabalho do literato lisbonense há duas partes bem distintas, e por isso o autor as separou, a primeira que se compõe de artigos relativos aos acontecimentos quotidianos usuais do viver lisbonense; a segunda que, saindo fora da esfera dos factos realizados, nos dá um todo de apontamentos filhos da observação do autor sobre o interior da família da capital.

Este livro marca um grande progresso tardio no espírito do Sr. Gervásio Lobato. Foi mesmo para nós, ainda quando em folhetins dispersos que donde aonde nos apareciam sob os olhos, uma agradável surpresa, como a inesperada revelação dum verdadeiro folhetinista moderno em via de definitiva constituição.

Nós conhecíamos o Sr. Gervásio Lobato dumas traduções de Ponson du Terrail e de outros *faiseurs* deste jaez; nunca ouvíramos as suas comédias *A Condessa Heloísa* e *Debaixo da Máscara*, a respeito das quais a opinião da imprensa se dividiu bastante; e assim estávamos longe de supor que ele bruscamente nos apareceria com as seduções do moderno estilo, uma certa dose de observação rigorosa e uma veia cómica, uma aptidão para achar o lado risível do acontecimento sobremaneira notável.

Agradável surpresa que oxalá, a respeito de tantos, se repetisse!

Não quer isto dizer que o livro do Sr. Gervásio Lobato nos satisfaça plenamente, não. Para nós ele é antes que a obra definitiva de um escritor feito uma brilhante estreia de um espírito que se está pouco a pouco completando. Há ali todas as lacunas, todos os exageros e todos os acanhamentos, todas as prolixidades e todas as *brusqueries* de um literato que não possui ainda plenamente o critério seguro da concepção e a nitidez irrepreensível da factura do seu estilo. Assim, nada menos nitidamente definido, nada mais obscuro do que o *Romance de M.^{lle} Caprice*. Em todo o livro, irregular, se os há, um *tatonnement* constante, um recurso permanente a *ficelles* conhecidas e uma exagerada imitação, infeliz por vezes, dos processos dos estilistas modernos, imitação que chega à fria monotonia dos *pastiches* mais servis.

Isto quanto à forma. Quanto à ideia, posto que da massa dos pensamentos de crítica e exame aglomerados na primeira parte do volume não se destaquem observações originais e argumentos contra dadas preocupações da nossa sociedade que já não tenham sido feitos, ela é aí sempre lúcida e sensata, sendo os assuntos escolhidos para a subtil *moquerie* do folhetinista dos que pelo seu ridículo que não pode ser posto em dúvida se prestam à fina ironia implacável, se se exceptuar porventura o caso da pensão ao actor Santos que nos parece deslocado, e demais como é olhado pelo autor, num livro que tem por título *A Comédia de Lisboa*.

A segunda parte do volume compõe-se, como se indicou, de uma rápida sucessão de quadros de uma íntima conexão aparentemente não existente, que nos querem fazer correr ante os olhos os ridículos, os vícios, a fatal desorganização pelo lirismo piegas e imoral, pelo adultério aceite e pelo jogo, da família lisbonense.

Parece-nos, porém, que o autor não conseguiu o fim que se propôs.

Os seus tipos não se nos assemelham fotografias à Flaubert apanhadas em flagrante na acção humana, antes são verdadeiras *marionettes* que o autor faz agitar diante de nós com o firme propósito de nos fazer rir pela inépcia de que constantemente nos dão provas. E então que verdade aquela que ressaltará de tipos dos quais a acção, as qualidades, os defeitos, os *tics* individuais se exageram num firme propósito de caricatura? As cenas de interior, os jantares, as visitas por ocasião de procissão, as mudas, as mortes, não são quadros em que fielmente se espelhe a realidade, são verdadeiras *charges*, com ditos conhecidos, banalidades *recherchées* que se prevêem, exageros estes que se não cometeriam, se o propósito não fosse mesmo o de exagerar.

Se o não foi, se o autor quis realmente dar-nos exactas fotografias do viver lisbonense, que medíocres tipos os seus! Que miséria moral, que pequenez para uma generalização qualquer! O pai Pimenta com a sua surdez, a menina Teodolinda com a sua ortografia tão correctamente incorrecta, o Sr. Barata dos necrológios e das frases sentenciosas, uma má imitação evidente do tipo tão verdadeiro, tão humano, tão português, tão constitucional do conselheiro Acácio do Sr. Eça de Queiroz, como o primo noticiarista com os seus triunfos de teatro tão semelhante à *s'y méprendre* ao Ernestinho da *Honra e Paixão*, toda essa pequena gente que o Sr. Lobato agita na sua prosa — que desgraçados liliputianos para um estudo, para uma série de observações, obrigadas a serem definidas, completas, precisas, científicas, matemáticas, sobre a organização e a desorganização da família lisbonense. Poderá tudo isso ser *um caso* sem relevo, mas não será decerto *o esqueleto dessa trilogia fatal da família no último quartel do século XIX, em Portugal* — *namoro, casamento, divórcio*.

De resto, vê-se que o Sr. Gervásio Lobato se esforçou por dar ao seu estilo e às suas observações o tom da impersonalidade posta em moda por os realistas do segundo império, os quais, não tendo a coragem de deixar ver as suas opiniões num momento de pressão do pensamento, por corrompidos por um meio miasmático, tomavam por uma força a fraqueza profunda do cepticismo o mais cínico. A impersonalidade da obra é, quanto a nós,

um perfeito absurdo; desde que se quer ser como todo o mundo, o trabalho mental deve cessar. Se se escreve, não deve ser só por se escrever; a arte pela arte, o estilo pelo estilo, a observação pela observação, a ironia pela ironia, numa época de luta geral como a que atravessamos, no solene instante revolucionário em que nos encontramos e que é a primeira palpitação do futuro, nesta hora terrível em que tudo oscila e se sente passar pelo mundo das consciências o sopro demolidor, não passa de uma futilidade impertinente. O escritor deve ser sempre o intérprete encarregado de fixar no papel as ideias e os sentimentos do homem; e que escritor não deve hoje pegar da pena como de uma espada para o combate, que homem de letras verdadeiramente digno do conspurcado nome não deve ter por alvo, diz Lanfrey, o fazer do seu pensamento um acto?

E assim, como neste momento não ferirá o ar céptico de um *raffiné*, que não encontra sobre os sérios, sobre os gravíssimos assuntos da honra doméstica, do jogo, da educação dos filhos, senão gracejos de uma frivolidade sem restrições?

A justa impersonalidade não deve ser senão o alargamento do critério, a extensão, a generalização de modo que o que se fixe no papel seja a um tempo a expressão dos sentimentos e das ideias do individuo e, por corresponder a necessidades gerais, não fique a esse circunscrito o interesse, mas nunca a indiferença por esses mesmos interesses gerais, o que não é senão a impersonalidade do dever e a personalidade do egoísmo e da apatia.

Esta a nossa opinião acerca do livro do Sr. Gervásio Lobato, livro notável posto que incorrecto, devido à pena de um talento progressivo dos mais prometedores.

O Sr. Pinheiro Chagas faz preceder as páginas da *Comédia de Lisboa* de algumas considerações suas acerca do livro e seu autor, o que lhe dá azo a aventar opiniões que não nos parecem bastantemente justificáveis.

Assim diz que: «O mundo moderno, que nasceu do cristianismo, trouxe nas entranhas a gestação predestinada de três grandes revoluções: a revolução religiosa, a revolução política, a revolução social. A primeira chamou-se Lutero, a segunda chamou-se Mirabeau e a terceira chamar-se-á... quem sabe?».

Estas linhas contêm, quanto a nós, tantos erros quantas as palavras. Em primeiro lugar, o mundo moderno não nasceu do

cristianismo. O cristianismo foi a religião que, irradiando pela Europa, apesar de semita em povos indo-germânicos, o que havia de dar lugar, como deu, a fundas antinomias, o mundo moderno, que sai da substituição do elemento grego-romano pelos eslavos-germânicos, chamados os bárbaros, eles que trazem a civilização porque trazem a liberdade desconhecida dos antigos, aceitou por uma série de motivos determinantes, cuja resenha não vem para aqui. Mas o cristianismo não é o factor do mundo moderno; o cristianismo acompanhou-o, renegando as suas vagas teorias de redenção pela aceitação que fez da servidão, até que o mundo moderno entendeu dever entrar na luta pelo dogma do progresso indefinido contra a teoria da resignação; assim dizer que o cristianismo criou o mundo moderno é radicalmente insustentável.

Depois, não há revoluções políticas, religiosas ou sociais exclusivamente; todas participam de todas, pela simples razão, pelo próprio Sr. Pinheiro Chagas trazida a campo, de que são *apenas as manifestações diversas das revoluções do espírito humano*, que opera sobre muitos materiais diversos simultaneamente. A chamada revolução política de 1789 é um exemplo frisantíssimo da justiça das nossas palavras. Ela foi revolução política, porque substituiu à forma do governo absoluto a parlamentar inglesa; ela foi revolução religiosa porque decretou a liberdade de consciência e de cultos e o ateísmo do Estado, chegando depois por uma contradição de momento perfeitamente explicável até a criar uma religião com o seu culto, prenúncio da teofilia de Réveillère-Lepaux, nas festas do Ente-Supremo, de que Robespierre se tornou o *sacerdos magnus*, e foi uma revolução social pela finalização do trabalho de Turgot da abolição de gabelas e outros odiosos impostos, alienação dos bens de mão-morta, extinção dos restos da servidão e alargamento da propriedade pela venda dos bens nacionais, o que criou aqueles milhões de proprietários que conta Michelet.

A *Comuna* foi também uma revolução ao mesmo tempo religiosa, política e social, como o Sr. Pinheiro Chagas, que lhe escreveu a história, deve saber melhor do que nós. E sempre assim. A dissidência de Lutero foi também simultaneamente política, religiosa e social e o terrível movimento dos anabaptistas de Storck e Muntzer que dela procede, uma dessas grandes correrias da miséria pelo mundo, a qual ainda nos nossos dias incendiou Paris,

devia lembrá-lo ao Sr. Chagas, se ele não dissesse já ele mesmo que o movimento de Lutero secularizou a sociedade, como com efeito sucedeu, concorrendo poderosamente esse facto todo económico e político de distribuição de propriedade territorial para a guerra dos trinta anos, desequilíbrio de uma sociedade injusta a que em balde a dieta de Spira em 1529 tentou opor-se e que lógica mas temporariamente solveu a paz de Augsbourg em 1555; resultado que não determina decerto a religiosidade, essencialmente subjectiva.

Depois, a tendência do Sr. Chagas e de tantos para sintetizar movimentos que têm antecedentes e consequentes numa personalidade dada é sobremodo repreensível. Essa é a teoria dos grandes homens, dos predestinados, que rebaixa a humanidade, porque dá a entender que ela é levada pelo cabresto por qualquer audacioso que apareça. Não é felizmente assim. Os acontecimentos, os factos superiores, as descobertas, os movimentos, as revoluções não são filhas deste ou daquele, são o resultado da obra concorrente da humanidade inteira de modo que é tão absurdo dizer que Lutero é a revolução religiosa e o comprado por o conde de La Marck a revolução política, como dizer que o movimento socialista contemporâneo é Karl Marx, doutor, ou Bebel, deputado.

E é por isso, por a humanidade trabalhar toda na sua tarefa da Revolução, que a obra começada não está ainda concluída, é por isso que urge tirar as consequências das premissas postas pelos nossos antepassados.

Assim, não se creia que a revolução religiosa se fez com Lutero. Nada unais falso.

Pois a que homem moderno, educado na positividade científica e no liberalismo revolucionário, satisfará a reforma de Lutero? Poder-se-á ficar definitivamente com o luteranismo, cheio das dificuldades da Bíblia aceite sem reacção? Julgará o Sr. Chagas que a religião do futuro que Hartmann anuncia há-de ser a reforma luterana? Seria ridículo insistir neste ponto; como seriam bem cómicos os que sinceramente pensassem, tanto quanto o não são os republicanos que o Sr. Pinheiro Chagas acusa de tão-só se limitarem a substituir um presidente de república hereditário chamado rei por um presidente electivo.

A missão dos republicanos não é essa que o Sr. Pinheiro Chagas lhe atribui, nem o Sr. Chagas o pode ignorar.

Mas ainda mesmo que assim fosse, não era essa da hereditari-
riedade uma questão de somenos valia, porque ficava sempre
sendo uma peia da soberania popular a partir. Mas não! O papel
dos republicanos é realizar lealmente na igualdade democrática
as liberdades adiadas pelos constitucionalismos, que forçosamente
as haviam de limitar até à contradição, de restringir até ao sofisma.

O Sr. Pinheiro Chagas não ignora que os constitucionalismos
hoje existentes na Europa foram filhos da escola oportunista que
presentemente não é um corpo de doutrina séria, mas um maço
de sofismas interesseiros. Os parlamentares da Restauração, os
Manuel, os Foy, os Benjamin Constant, e os liberais de 1830, os
Lafayette, os Thiers, os Casimir Périer, entendendo que não con-
vinha fazer passar bruscamente e sem gradação progressiva os
povos das tiranias absolutas em que haviam vegetado para os go-
vernos democráticos que os esperam no futuro, propuseram
como termo de conciliação umas monarquias imitadas da Ingla-
terra, em que o rei reinasse mas não governasse e nas quais o
povo tivesse ocasião de fazer a aprendizagem republicana. Então
nada mais sensato, mas eis que o que é por essência transitório
tenta agora dar-se por definitivo!

Entende o Sr. Pinheiro Chagas que tanto monta uma repú-
blica em que o povo é o soberano como uma monarquia híbrida,
à Amadeu de Sabóia, em que o povo, sendo o soberano, sustenta,
todavia, outro soberano que, se o é realmente, restringe a soberania
popular necessariamente e que, se o não é, se é irresponsável,
se é inactivo, é uma inutilidade tão tola que a pode substituir o
manequim proposto por Condorcet que, dizia este, com um
pouco de azeite de onde a onde no maquinismo, funcionaria o
mais agradavelmente do mundo.

O Sr. Pinheiro Chagas parece querer uma monarquia cercada
de instituições republicanas (o júri, a elegibilidade das funções, a
descentralização tão contrária ao princípio monárquico, o desar-
mamento, etc.), eclecticismo, cuja necessidade não se percebe bem,
porque, se o princípio monárquico é tal que para se satisfazer as
exigências políticas das sociedades actuais é preciso restringi-lo
cada vez mais e abafá-lo sob princípios a ele adversos, parece natu-
ral e lógico que se elimine por uma vez.

Isto é sensato, digamo-lo bem alto, e não há argúcias que des-
truam estas palavras honradas.

Nos Estados Unidos, diz, porém, o Sr. Pinheiro Chagas que os problemas sociais não estão mais adiantados uma polegada do que na Inglaterra nem na Alemanha menos próximos da sua solução do que na França.

Em primeiro lugar, o Sr. Pinheiro Chagas deve saber que formas mais ou menos sábias de governação não resolvem completamente, mas só indirectamente na alteração de leis que por eles toquem, os fenómenos económicos.

E não se trata mesmo disso, quando se tem de discutir formas de governo, o que não diminui a importância dessa discussão, porque cada função do organismo social deve executar-se o mais perfeitamente possível.

Mas depois a afirmação do Sr. Chagas cai logo ante a realidade dos factos. E nem podia deixar de ser assim. Na América a igualdade de todas as condições levou Tocqueville a com um terror sagrado, diz ele, terror que todos decerto sentem na crise que atravessamos e cuja final solução, esperemo-lo, fechará para sempre o lutuoso parêntese das revoluções, levou Tocqueville, repetimos, a escrever a sua obra prima sobre a democracia, e a Inglaterra é o país das *gréves*, das *trades-unions* e da Internacional. Enquanto que em França as classes fraternizam sob a égide da República, na Alemanha o príncipe de Bismarck lança o cartel de uma guerra social. Parece-nos, pois, que nem tudo corre por igualnesses diversos países. Nem podia isto deixar de ser, repetimos, porque, sendo a República o governo do povo pelo povo, o governò dos trabalhadores, gastos por uma parte importante os capitais do Estado, despendidos em futilidades nas monarquias, no auxílio das associações livres de trabalho, crédito e consumo, o único meio de fugir à fatalidade das máquinas e à tirania do capital, que absorvem as pequenas indústrias e enfeudam os trabalhadores livres, criando o feudalismo industrial previsto por Fourier, que logo será agrícola, pela introdução dos motores mecânicos na agricultura, como está sucedendo já na Inglaterra, segundo no-lo relata Léon Faucher, colisão terrível de que não há sair senão pela proibição das máquinas, como o queria Sismonde de Sismondi, pela escravatura mais ou menos encoberta duma raça não europeia ou pela associação livre mas garantida, a pacificação dos desequilíbrios económicos de que fala o Sr. Chagas havia de ser bem mais fácil e completa dentro da República do

que nas monarquias, qualquer nome que tomem. Ora, essa é que é a missão dos republicanos, fazer terminar pela evolução lenta e pacífica o trabalho revolucionário das gerações e ultimar a revolução política, a social e por fim a religiosa começadas e não terminadas ainda.

Sim; esse é que é o papel dos que desejam a República, que, como eloquentemente o proclama o ilustre Bastiat, tem por fim aliviar de seus encargos o Povo, fundar a Segurança na simpatia popular, eliminar o deficit, levantar a Confiança, reanimar o Trabalho, restabelecer o Crédito, fazer retroceder a Miséria, realizar a Justiça, a Liberdade e a Paz, oferecendo ao mundo o espectáculo de que os povos se não governarão nunca bem senão quando se governarem eles-mesmos.

O Sr. Pinheiro Chagas encontra também ocasião de escrever que Vítor Hugo, «o chefe da tribo dos *simili-Danton*, brada contra os reis que levam os povos à guerra, contra as monarquias que negam ao escritor o seu direito de propriedade, como se a rainha Vitória tivesse alguma coisa com a guerra do Oriente ou como se Leopoldo II da Bélgica pensasse em contestar a Vítor Hugo o direito de vender a quem quiser os manuscritos das suas obras imortais».

Punge isto. Qualquer literato de mais ou menos talento, com mais ou menos *verve* e senhor de uma maior ou menor cintilação de estilo, senta-se na poltrona, acende o seu charuto, pega da pena e com um desdém superior trata de castigar de uma mofa vingadora os ridículos tão ridículos daquele pateta que se quer assemelhar a Danton e que por mais que faça nunca passará de ser simplesmente Vítor Hugo!

Mas realmente...

Então tu pensas, pedaço de asno, que os reis levam à guerra os povos?! Não, tolo! Quando Eugénia dizia da guerra franco-prussiana *C'est ma guerre à moi*, quando para salvar a dinastia o grande miserável chamado Napoleão III lançava a França na aventura sinistra que trouxe os Prussianos até o Arco da Estrela, era o povo, meu alarve, que impelia o rei à guerra. Quando o mesmo Napoleãozinho proibia durante anos que te representassem as peças e te confiscava os livros, por não te poder confiscar a vida, não era um rei que te roubava, pois que Leopoldo da Bélgica dormia a sesta ao tempo, era mesmo o tal povo que tu aclamas.

Fizeste os *Castigos*, essa obra de bronze, essa epopeia do crime fulminado no triunfo, mas tu és um louquinho que queres fazer supor que tens a audácia dantoniana, quando tu não possuis realmente senão a frase! Oh venerando velho, sublime exilado cujo nome de crianças nos acostumamos a pronunciar tremendo de comoção; não, tu, que expulso de Paris para Jersey e de Jersey para Guernesey tens iluminado o mundo com os clarões imortais do teu espírito e com a aurora resplendente do teu coração; não, tu não és o chefe de uma *tribu* de ridículos macaqueadores de Danton; tu és tão grande, mais grande que o tribuno enorme enquanto que os reis que tu fustigas com o látego das tuas estrofes sublimes, ao lado das quais os grandes gritos de Juvenal não passam de indistintos gemidos, se perderão na treva, que os projectou, e esse não será o menor dos teus títulos à veneração do futuro, que tu serves com a tua poesia tão humana e tão profunda, espírito vingador que passa a enxotar diante de si demónios, como o pudeste dizer já.

O Sr. Pinheiro Chagas fala ainda do realismo que, à parte uma ou outra divergência, encontramos apreciado com justiça e clareza.

Não podemos, porém, concordar com o Sr. Chagas p. ex. na parte em que diz: «O realismo não compreende que a verdade artística não é a cópia, e ignora completamente as leis da perspectiva e os fenómenos da óptica. Desenhar um objecto como na realidade ele é, sem atender à situação do espectador que tem de o ver, seria um contrasenso que nenhum pintor praticaria. Se um paisagista contar as árvores de um campo, medir a sua altura, e transportar tudo isso geometricamente para a tela sem distinção de planos, sem atenção pelas leis da perspectiva, fazendo do mesmo tamanho todas as árvores, embora umas fiquem no fundo do quadro e as outras na frente, ninguém dirá que reproduziu com verdade a paisagem que copiou, ninguém poderá reconhecer na cópia a cena original. Este disparate praticam-no contudo os realistas, que colocam no mesmo plano os heróis e os comparsas, que desenham minuciosamente as feições de um personagem, os móveis do seu quarto, as pedras da sua rua, de forma que nas suas descrições confusas o leitor não consegue de modo algum reconstruir na imaginação a figura ou a coisa que eles representam, e que lhe ficaria para sempre impressa na memória, se lhe caracterizassem com dois traços capitais».

Isto não é rigorosamente exacto, o que se vê logo, pois que o Sr. Chagas nos romances de Zola e de outros realistas onde, segundo ele, os personagens secundários estão colocados no mesmo plano que os primários, encontra ainda assim desconhecidas características para saber que isso sucede, que há uns tais personagens primários e uns tais secundários, tratados, todavia, por igual.

Não! O erro que os realistas cometem é em verdade quase que submergir a acção principal na prolixidade das minudências, gastando-se até ao bocejo no cuidado do acessório e não possuindo por o seu horror da idealização, como se a verdade não fosse a um tempo objectiva e subjectiva, tipos na sua galeria por não idealizados senão vulgares e transitórios. Mas, dados os tipos de um romance, eles são, sim, estudados completamente por igual, porém cada um na posição respectiva, sem idealização, é certo, na máxima verdade do natural, mas no seu plano. O contrário seria desconhecer as mais elementares regras da composição e nada produziria senão a confusão absoluta, no romance, no quadro, em qualquer manifestação artística.

Se o Sr. Chagas contemplar a *Volta da Conferência*, os *Britadores*, a mais ínfima tela de Courbet, o absoluto conhecimento da gradação dos planos, o estudo completo e sem idealização das figuras no seu lugar, a distribuição sábia dos efeitos da luz, tudo o levará à contradição da sua crítica do processo dos realistas.

Se tomar o *Crime do Padre Amaro* ou o *Assomoir*, ele notará que não estão no mesmo plano Amaro e a Dyonisia nem Lantier e Copeau; cada um se move, minuciosamente estudado, na esfera que lhe marca a sua importância, no plano em que o fixa o acontecimento. Isto é intuitivo.

O Sr. Pinheiro Chagas acha depois também que os processos do estilo dos modernos escritores se prestam demasiadamente ao cliché e não repara nas imitações com que todos os rabiscadores de almanaque conseguiram aproximar-se dos modelos fornecidos pelos velhos mestres académicos.

A nós não nos parece que seja fácil o escrever em verso como Guerra Junqueiro e em prosa como Eça de Queiroz; muitos escrevem presentemente nessa direcção e aproximam-se dos modelos, com hesitações como agora o Sr. Lobato, ou livres delas. Mas esse resultado não se explica para nós pela facilidade de atingir a uma expressão duma condensação de energia e de um es-

plendor que parece o paroxismo da forma, mas pelo talento e trabalho dos que escrevem.

Resumindo, para terminar esta já demasiado extensa notícia, é nossa convicção que o prólogo do Sr. Pinheiro Chagas ao recente livro do Sr. Gervásio Lobato é um trabalho bem inferior ao que poderíamos esperar da pena brilhante do republicano do *Drama do Povo* que, por um motivo com que não atinamos, parece há um tempo a esta parte comprazer-se na contradição.

— O nosso amigo e distinto colaborador, o Sr. Dr. Augusto Mendes Simões de Castro, brindou-nos também com um exemplar do seu livro, *Guia Histórico do Buçaco*.

Esta obra, magnificamente impressa em excelente papel e ornada de belas gravuras, corresponde plenamente ao título, sendo realmente, por um repositório de copiosíssimas notícias sobre os monumentos do homem naquele grandioso monumento da natureza, um guia indispensável ao viajante.

Assim, a respeito das ermidas do mosteiro, das pinturas do claustro, etc, as indicações, os factos, as observações críticas sucedem-se, apertam-se num precioso e lógico corpo de doutrina expressa num estilo fluente e perfeitamente acomodado ao carácter didáctico do trabalho.

Fecha o volume um florilégio de poetas coleccionados e prefaciados pelo Sr. Fonseca Pinto, os quais têm tomado para tema das suas estrofes as maravilhas que a *natura mater* deixou cair a mãos plenas sobre o abençoado terreno feracíssimo do Buçaco, que o homem sujou já com o espectáculo cruel das suas dissensões, como se estivesse predestinado, diz Proudhon, a manchar sempre, ainda na sua mais alta espiritualização, a inocente natureza.

Essa cruel batalha do Buçaco, encontramos-la também desenhada a largos traços de mão de mestre no volume do Sr. Simões de Castro; ali mais uma vez nos perpassa ante os olhos na névoa da pólvora, entre os gemidos dos que morrem, esse combate épico da ressurreição de um povo oprimido que teve, diz Lanfrey, «sobretudo um efeito moral, porque aguerriui e tornou audaciosos a um ponto extremo os *auxiliares* portugueses que, pouco seguros até aí, conservaram a melhor attitude ao lado das tropas de Wellington».

O livro do Sr. Simões de Castro, pela cópia inesgotável dos apontamentos preciosos e das observações de um luminoso cri-

tério que nos fornece, é digno de toda a atenção dos estudiosos e um título de uma superior valia para o seu ilustrado autor.

Depois, percorre-o, no meio mesmo da aridez do trabalho do historiador, um embalsamado sopro da montanha, de cujas maravilhas nos desenha o panorama, que nos encanta e faz cismar.

E como nos acomete então, a todos para quem, esmagados pela pesada atmosfera nevoenta dos ódios mal apagados, das amarguras sem consolação, das tristezas sem alívio, das lutas sem um momento de pacificação na brecha, a solidão, essa deusa dos tristes cujo sacerdote é Zimmermann, a solidão que arrastava os sombrios do romantismo, Obermann ou Ortis, para as paiais desertas ou para os píncaros das montanhas nas mudas conversas misteriosas com o doido mar ou com o sereno azul, não possui um medíocre encanto; como nos acomete então o desejo de, arrancados do meio infecto em que fazemos a aprendizagem da morte, ir dar ao seio das florestas murmurosas, cheias dos ruídos profundos, palpitantes do grande sussurro da vida, um banho purificador de luz e de bom ar à nossa pobre alma sem conforto!

E todavia o bom tempo da mocidade, em que o céu parece mais azul, a folhagem mais verde, a água das torrentes mais impetuosa e sonora, a dos lagos mais serena e límpida, passamo-lo, esse bom tempo, na áspera luta quotidiana pela existência, desalentados mas impelidos por uma vertiginosa corrente desconhecida, nesta mórbida agitação nervosa do viver moderno, enquanto a natureza desenrola o painel desdenhado dos seus esplendores, a luz inefável radia no ar aveludado, o meigo azul nos oculta em bom amigo aos curiosos olhos de Deus, a terra, as plantas, as pedras, a água murmurante, a verde folhagem palpitam com uma forte intensidade de vida, alheadas de nós que nos agitamos em ruas tortuosas e lamacentas de cidades corrompidas, antes do que nos embebemos na sublime natureza, mãe comum de todos, interrogando nos deslumbramentos da paisagem, como o pintor de Erckmann-Chatrion, os velhos carvalhos venerandos acerca da alma universal.

Este bater do ingrato coração esquecido à suscitada lembrança da natureza amiga que nos cerca e de cujos esplendores nos amostra uma das imensas faces o Sr. Simões de Castro, foi para nós o efeito mais completo, por mais humano, interior, subjectivo, do trabalho do nosso amigo e que para nós o faz dupla-

mente apreciável, porque por ele, sobre ser um livro sábio para o espírito curioso, se vê que é também um bálsamo consolador para a alma calcinada, que é como que uma larga fenda na treva odiosa por onde entra com a luz o amor.

— Temos também sobre a nossa banca o primeiro volume de poesias da nossa distinta colaboradora, a Ex.^{ma} Sr.^a D. Clorinda Máxima de Macedo, *Sombras*.

É um livro de 249 páginas, contendo poesias e uma carta-prefácio do nosso amigo e colaborador Gomes Leal.

É, pois, este volume um *bouquet* composto de várias flores semeadas por diversos canteiros literários e completado por muitas outras, criadas no vergel particular da autora.

A exibição deste *bouquet* veio, finalmente, firmar a nossa opinião de há muito baseada no conhecimento que tínhamos dessas sobreditas flores dispersas.

A autora das *Sombras* é um génio espontâneo e as suas produções são o límpido espelho dele, desataviadas de todos os ouropéis fantásticos, que, se algumas vezes prestam auxílio, muitas atraíam.

Se não segue a escola moderna, a realista que, cega, tudo quer suplantar sem se conhecer a si; se não cobre o seu peito de aço para se erguer tumultuosa, revolucionária, lutadora, insensível, eleva os corações ao sentimento íntimo e lança-lhes, ao passar, luz infinita que dissipa quantas nuvens negras o peso da vida positiva lhes amontoa; porque dos delicados fios de ouro, que tecem essa finíssima gaze que lhe serve de véu, vibra, como das cordas de uma lira ignota, um canto singelo, mas tão mago, que encanta a alma e fá-la sentir o que não se explica, mas se compreende e adora. E é esta a verdadeira poesia, a poesia natural, a primitiva, antes de haver as rimas, a que nós encontramos na autora das *Sombras* e que por isso louvamos e admiramos.

Não queremos dizer com isto que as suas poesias, enquanto à forma e metrificacção, sejam de todo repreensíveis, não: há alguma correcção e, se os assuntos fossem mais variados e se todas as suas poesias não gemessem tanto sob o peso da mais estranha dor, chegando a ponto de oprimir a alma e a tingi-la da cor do título do livro, seria um perfeito trabalho. Conhecemos-lhe esse defeito, não somos lisonjeiros nem mistificadores; no entanto não deixa de ser um livro de mérito, digno de ser lido e apreciado,

uma auspiciosa estreia. *A uma flor — Uma mártir — Amizade, amor, o que sois? — Caminha — O juramento — Solidão — Voz ignota*, são versos de uma singeleza e poesia tão admiráveis, que eram o bastante para dar nome à autora. *

POEMA DA ALMA, LEITE DE VASCONCELOS — FOTOTIPIAS DO MINHO,
JOSÉ AUGUSTO VIEIRA — *PORTUGAL PITORESCO,*
A. M. SIMÕES DE CASTRO — *RUÍNAS DA CITÂNIA, MEMÓRIA HISTÓRICA,*
SIMÃO RODRIGUES FERREIRA — *A RELIGIÃO MAIS SUBLIME E POSITIVA,*
CALDEIRA KINGWE — *A QUESTÃO DO BANCO ULTRAMARINO,*
MAGALHÃES LIMA — *COLÓQUIOS ALDEÕES, CORMENIN,*
TRADUÇÃO DO VISCONDE DE CASTILHO — *MARGARIDA, JÚLIO LOURENÇO*
PINTO — *ESPAÑA MODERNA, J. SIMÕES DIAS — A MORTE DE SATÁ,*
ANGELINA VIDAL (R. A.) — *CANCIONEIRO ALEGRE, COMENTADO*
POR C. CASTELO BRANCO — *ATALA, VISCONDE DE CHATEAUBRIAND,*
TRADUÇÃO DE GUILHERME BRAGA, COM UMA BIOGRAFIA DO MESMO POR
PEDRO DE LIMA — *HISTÓRIA UNIVERSAL (III E IV FASCs.),* TEÓFILO BRAGA
O ÚLTIMO CAVALEIRO, A. M. DA CUNHA E SÁ

O último quartel do século XIX assiste a uma renovação de ideias, a um alargamento de critério, a uma definição de princípios inesperada por tantos e por tal forma arredia do que o consenso unânime havia até ele consagrado que, enchendo de júbilo os que possuíram sempre, ainda nos dias mais aparentemente de reacção, a fé no progresso eterno, está justificando as previsões que ao ciclo a que ele pertence saudaram no começo como devendo ser o período predestinado das fecundas transformações radicais.

Bastantes anos decorreram já desde que o dr. Büchner escrevia: «Observando atentamente a nossa época, distinguimos nela, sob uma apatia aparente, os verdadeiros sintomas de um movimento intelectual, tão tenaz quanto profundo»; mas, por mais confiado que se estivesse na justeza das observações do filósofo de Darmstadt, por mais luz que no espírito de cada um derra-

* In *Museu Ilustrado*, Álbum Literário, Porto, 1.º ano, 12.º fasc., de 1878.

masse o confronto de períodos anteriores análogos da história de humanidade, não se podia ainda assim deixar por certo de estar longe de prever quão breve a esmagadora comprovação dos factos constituiria um lógico critério de certeza para a citada afirmação teórica, dentro do nosso país ainda há tão pouco completamente estranho ao trabalho mental que se ia operando lá fora.

O século XIX abriu esplendidamente com o desastre, aos poucos denunciado, da tentativa mais completa que se há feito depois de 93 para a ressurreição do cesarismo, o império napoleónico, vencido afinal, apesar da opulenta soma de audácia, de valor e de génio despendida no estéril e criminoso tentamen, pela força inquebrantável do grande factor moderno, a Indústria, representado na livre Inglaterra.

Viu, com um sentimento indefinível de que uma nova era chegara na feira dos progressos do homem em civilização, a catástrofe suprema de Waterloo, largo sepulcro em que a tirania das sangrentas glórias militares, com o seu cortejo de perfídias e arbitrariedades, se afundou de vez. Assistiu à submissão inevitável, dum exemplo definitivo, dos restos do velho regímen às ideias e aos princípios donde partira a Revolução. A carta de Saint-Ouen que Luís XVIII, na ficção monárquica outorgou *espontaneamente* aos seus leais súbditos, será sempre uma prova de como a modificação radical que a Constituinte decretara dos princípios do poder, dos meios de o exercer, da penalidade, da administração, da propriedade, das mais íntimas e mais profundas relações dos cidadãos uns para com os outros, não podia desaparecer com os sublimes voluntários que, descalços, de bandeiras desfraldadas e o canto de Rouget de l'Isle nos lábios, portadores do novo Verbo, como que brotaram da inextinguível fecundidade da *terra mater* ao grito da pátria em perigo e que, ao estúpido protesto feroz do velho mundo dos privilégios odiosos e dos preconceitos idiotas que ditara ao príncipe de Brunswick o seu manifesto de Coblenz, responderam com a sua interrompida marcha vitoriosa através da Europa; antes subsistia imorredoura no coração de todos os homens, de tal forma que, vencida a França e restituídos ao seu leal Paris os Bourbons que não se desonravam, segundo eles, em aceitar das mãos estrangeiras tintas do sangue de franceses o trono de seus maiores, a ninguém, nem

mesmo ao czar Alexandre entre os seus ferozes cossacos, passou pela mente a estranha ideia de que era chegado o momento de restabelecer os privilégios, as *corvées*, o trabalho forçado, a servidão da gleba, o arbítrio real por toda a lei, considerada uma oligarquia aristocrática por toda a nação.

O século XIX, abria pois, a sua história de um modo eminentemente civilizador e felizmente não contradiria, senão aparentemente, no seu percurso a missão a que parecia chamado. Efectivamente, ante os olhos do pensador sucedem-se nesta quadra ferocíssima os assombros, desde o canal de Suez até à perfuração do monte de Cenis, desde a libertação dos servos na Rússia até à unificação italiana, desde a emancipação dos escravos até à consagração final da Democracia, surgindo, como no mito a fénix, das ruínas fumegantes da França retaliada pelas hordas do rei Guilherme, o devoto cruel que cai em êxtase depois da carnificina, como no infinito deserto o contemplativo árabe, a um tempo feroz e doce.

Esta renovação dos costumes, das leis, das instituições, esta transformação maravilhosa da face do globo e da superfície social não é, todavia, devida senão ao surdo trabalho lento de sapa dos espíritos esclarecidos que retomando a obra da Revolução aparentemente finda, mais terríveis que os iconoclastas de 1793, depuseram o gérmen da insurreição contra o estabelecido exactamente no mais íntimo e mais profundo da consciência individual. De modo que, tendo o Sr. Luís Bonaparte destruído a república de 1848, havendo o Sr. Mastai-Ferreti feito a sua entrada triunfal na Roma domada pelo estrangeiro, gemendo a Hungria, a Polónia e a Itália sob o talão de ferro dos mais bárbaros dos opressores, respondendo o Sr. Narvaez aos protestos ingénuos da consciência indignada pelo braço do algoz no garrote, achando-se os pensadores expulsos e proscritos, errando pela Europa, no abandono da massa e sob o olhar rancoroso dos espiões, isolados e fracos no seu isolamento, em menos de 30 anos, baqueiam os impérios, caem os deuses, desfazem-se os dogmas, batem-se os exércitos, os césaes submergem-se na sua vergonha e a grande palavra do Evangelho realiza-se enfim, na Jerusalém terrestre, os últimos vêm a ser os primeiros.

Ora, como o dissemos, estes resultados assombrosos não são, na sua grandiosidade, mais do que a objectivação da reforma que

surdamente, no fundo de cada consciência, operaram o exame e a discussão.

A palavra escrita, o pensamento fixado no papel bastou a destruir potentados que se suporiam eternos, a abalar os alicerces do que parecia firmado para todo o sempre em rocha viva e a dar em terra com todas as barreiras que se erguiam em face da corrente das ideias.

Diante da marcha evolutiva do pensamento, a luminosa estrada da civilização foi-se rasgando lentamente e assim da generosa dedicação do século, filho da Revolução, pela causa da humanidade, pouco a pouco a história foi acrescentando um a um os benefícios, cuja dívida o homem do porvir não saldará jamais nos tributos mais sinceros do reconhecimento mais profundo.

Em verdade, que século tão nobremente preenchido e que lição tão severa aos que, obcecados pelas pequenas ambições dos momentos transitórios, não relanceiam de mais alto os olhos para mais longe! Como os acontecimentos se atropelam numa como que vertiginosa carreira na subida para os ásperos cimos do Ideal!

O advento do novo poder do Estado, a imprensa periódica, reguladora do movimento social, interpretadora e directora dos fenómenos colectivos, salvaguarda, pela sua luta vitoriosa contra a ignorância e contra as falsas educações, das conquistas da Revolução, o advento desse poder tão duramente feito sentir aos reis e aos seus cúmplices pela revolução infelizmente escamoteada que determinou a entronização do ramo mais novo com a efémera vitória da tese de Benjamin Constant, veio tornar nem sequer interrompida a obra da propaganda, que continua ainda. De tal forma que, mesmo circunscrevendo-nos ao nosso país, cego será aquele que não veja, através das hesitações e das contradições do momento, alguma coisa que germina na sombra, um surdo estalar de convicções, uma transformação radical nos pensamentos, uma mudança completa de ideias.

Ora, sempre o trabalho revolucionário coube por natureza à mocidade, e entre nós a mocidade que, ainda há poucos anos, não apresentava outros sintomas que não fossem os do enervamento mental produzido pela falsa educação espiritualista que recebera das aulas, arrancando-se por um tenaz esforço, que nos enche de júbilo, do letargo em que parecia mergulhada definitivamente, como essa juventude generosa que faz a força da França, tem

vindo a pouco e pouco reclamar a sua parte da árdua tarefa em que todos andamos empenhados, neste trabalho de civilização.

Em 1865 o congresso dos estudantes em Liège, notável pelo brado que no falso mundo corrupto e imbecil do segundo império fez levantar a vivacidade generosa das teses defendidas pela mocidade das escolas que supunham morta, os miseráveis!, não teve como representante português senão o Sr. Luciano Cordeiro, tão adiante da mocidade académica do seu tempo.

O povo das aulas no nosso país não se supunha por então chamado a outra coisa mais do que a maltratar em *troças* infames os últimos chegados e a recitar ao piano, em chás de família, velhas poesias sentimentais em que se falava, com uma lamuriice reles, no cair das folhas e nas desilusões dos vinte anos.

Afeita à cabula e à retórica, esta mocidade fazia ver a luz a jornais reaccionários, de um catolicismo à Chateaubriand, falador e enfático, alcinhava de pedantes os que liam outra coisa que não fosse a *Joven Lilia Abandonada*, e dava *soirées* teatrais em que, à falta de Shakespeare, se exibiam melodramas idiotas e comédias libertinas.

De modo que, exactamente donde deveria partir o grito reformador, é que saía a declamação retrógrada; e onde devia palpitir a chama revolucionária era precisamente donde o espírito novo estava ausente.

E todavia a transformação operava-se, lentamente, occultamente, inconscientemente mesmo.

A leitura, aos poucos propagada, dos grandes mestres, Proudhon, Michelet, Feuerbach, Renan e Hugo, havia de operar o milagre, fazendo com que em menos de dez anos à mocidade ignorante e sentimental que fazia elegias e chorava, em verso, entenda-se, aos pés da cruz erguida no píncaro da montanha, succedesse uma geração sadia, forte, revolucionária, utópica, que longe de ter o olhar perdido na névoa do passado o lançaria desassombrada e confiante ao luminoso futuro.

A presença na nossa banca do *Poema da Alma*, que aos seus *condiscípulos* oferece o moço académico, seu autor, veio mostrar-nos mais uma vez que as ideias não morrem e que o progresso se não desmente.

O Sr. Leite de Vasconcelos propõe-se definir no seu livro o que seja a alma e, bem longe dos seus colegas de outro tempo to-

davia próximo, ele não irá repetir distinções absurdas entre o ser pensante e o ser material, ele não irá estabelecer discordâncias injustificáveis entre modalidades da matéria una, ele não irá, como os cartesianos, colocar o *eu*, esfinge indecifrável para todos os que dispensam uma educação positiva e racional, extraída dos factos, numa região imaterial e transcendente.

O Sr. Leite de Vasconcelos não nos diz, seguindo a hipótese espiritualista, arbitrária em si mesma, cheia de contradições e dificuldades, desde que se lhe extraem os lógicos corolários, que a alma seja uma substância. Para o Sr. Leite de Vasconcelos a alma é uma propriedade, quer dizer, a alma é, como o diz o Dr. Büchner, a resultante de todas as forças coexistentes no sistema nervoso.

«Para se fazer uma ideia justa do que seja o pensamento dizia Cabanis, é preciso considerar o cérebro como um órgão particular»; e, se o cérebro se vê indispensável à produção do pensamento e das outras forças que, na hipótese espiritualista, se atribuem à substância hiperfísica que em nós reside, por tal forma que a relação de continuidade se impõe como de causalidade, com certeza ninguém poderá continuar a supor a alma outra coisa que o resultado de um determinado órgão, como a sua função natural. E assim como ninguém se lembra de não aceitar uma relação de causalidade entre o fígado e a bÍlis, entre os rins e a urina, ninguém deverá também permitir-se deixar de a ver entre o sistema nervoso e o facto pensante, sensorial e volitivo.

Deste modo, a origem da alma que, na hipótese espiritualista, a tão burlescas suposições arrasta, acha-se perfeitamente marcada e, assim, quer a preexistência, a que Pierre Leroux achava na ausência da consciência dos estados anteriores um escolho tão difícil de tornear que o levou a supor a memória uma propriedade do *corpo*; quer o traducianismo; quer a criação individual e de momento, ficam naturalmente, e como de justiça, relegadas para o país das quimeras; deste modo, as relações e a esfera de acção respectiva do corpo e da alma não se conservam, como no dualismo cartesiano, inexplicáveis e contraditórias; deste modo, a alma dos animais não conduz a novas suposições, tão gratuitas como as primeiras; deste modo enfim, os destinos da alma, extinta a vida, acham-se fixados segura e claramente.

De resto, as dificuldades da hipótese materialista, qual a persistência da unidade do *eu* através das modificações a que a massa

nervosa, no turbilhão vital, se acha mais ou menos sujeita, não são senão dificuldades passageiras que não procedem da essência da hipótese, que, baseada em factos positivos, é por isso mesmo inatacável, mas do estado dos conhecimentos fisiológicos no momento presente, estado que é por natureza transitório e efêmero.

A lei moral, que levou Kant a desmentir na *Crítica da Razão Prática* os corolários que legitimamente procedem da sua assombrosa *Crítica da Razão Pura*, não deve também afastar da hipótese materialista, como se esforçam para o fazer todos os que desde Janet até Poitou notam intimamente que o terreno lhes vai faltando debaixo dos pés, porquanto a lei moral, sendo um facto progressivo que se modifica à medida das necessidades do instante em que o homem se acha colocado, não pode, sem grave inconsequência e sem violenta contradição dos factos, ser considerada como alguma coisa de absoluto, mas sim como uma simples transformação de ideias que, na palavra do filósofo de Anspach, estão submetidas a um desenvolvimento orgânico, devendo pouco a pouco formar-se e amadurecer, como os frutos nos campos, como o filho no seio de sua mãe.

Não se suponha que, na hipótese materialista, a sanção moral não pode subsistir, porquanto, por a ideia ser filha do cérebro, não se pode filosoficamente supor que ela não tenha os caracteres que se lhe verificam (e desses a responsabilidade), considerando-a como oriunda de uma substância outra que esse cérebro.

Em ambos os casos, não nos devemos dirigir na pena ou no prémio à substância que originou a ideia, mas a esta mesma, de forma que, na questão da responsabilidade, apelar para a substância produtora, qualquer que ela seja, é trazer uma questão de origem aonde ela não tem lugar algum.

A imortalidade é para muitos o que mais os faz repelir a hipótese que procede do exame mesmo dos factos; mas, deixando de vez esperanças illusórias com que nada aproveita o homem, afastando todas as teorias, tão incoerentes umas como as outras, desde a metempsicose que Jean Reynaud e Pierre Leroux vieram ressuscitar, até à imortalidade no género que defende Strauss e até ao último recurso de Ch. Renouvier da conservação independente da separação das funções, quem não verá que é radicalmente absurdo querer conservar-se o efeito sem a causa, querer alongar para além da persistência do órgão a sua inseparável função?

E não se creia que esta negação de uma outra vida depois da presente conduza o homem a abandonar tudo o de que é capaz de belo e grande. Pelo contrário; ela levará o homem, desiludido de encontrar algures felicidades que almeja, a esforçar-se por as realizar desde já, de modo a aproximar este mundo do sereno ideal transcendente que se formou.

E é assim que, longe de ser perniciosa, esta crença é eminentemente civilizadora; repousa sobre ela todo o progresso possível na terra.

O Sr. Leite de Vasconcelos merece, pois, pela tese que é o *abstractum* do seu trabalho, todo o nosso aplauso.

Quanto à execução, parece-nos digna outrossim de encómios sinceros, posto que nos pareça exhibir um luxo de fantasia demasiado para a severidade das ideias de que o moço académico se fez o intérprete.

O Sr. Leite de Vasconcelos supõe que a alma, desejando ardentemente saber o que é e de onde procede, se dirige em interrogações sucessivas ao mar, às flores, às aves, aos ventos, às nuvens, ao sol, às estrelas que, todos, declaram ignorar a solução do problema que ela busca. Mas

de repente soa em todo o espaço um grito
Aterrador: e sois, nuvens, aves e ventos,
Flores, astros e mar, — todos os elementos
Como só de uma ideia esplêndida animados,
E para um mesmo fim, reunidos, conspirados.
Surgiram, e, correndo em fúria imensa, estranha,
Como corre a torrente, ao descer da montanha,
Aproximam-se da Alma e, cheios de ansiedade,
Dizem: «Não és um ser, és uma propriedade —».

E a Alma, como uma flor altiva e rutilante,
Que fulge e que se esvai enfim como um gemido,
Vagou, vagou, vagou pela amplidão distante,
Até que se perdeu no espaço indefinido!

Tudo o que há de defeituoso nesta trama ressalta logo; a simplicidade da tese do Sr. Leite de Vasconcelos havia de o levar forçosamente a socorrer-se, para alongar o seu trabalho, de ele-

mentos estranhos ao seu propósito doutrinário, donde o perigo de cair na declamação, de que, felizmente, o seu belo talento o livrou.

De resto, este é mais um exemplo do quanto é perigoso diluir uma máxima, uma verdade, um princípio de ordem científica em versos, porque, ou o escritor se limita a rimar proposições e nesse caso não chegou a ser um poeta, ou recorre a puros elementos de fantasia e a obra em que queria explicar uma noção determinada fica sendo uma obra de pura imaginação, que não conclui, como se desejava.

É certo que, como o diz Véron, de quem o Sr. Leite de Vasconcelos tomou a epígrafe do seu livro, justificação dele, as ideias têm poesia; mas é certo também que essa poesia, por assim dizer interior, é forçoso não a supor na ideia simplesmente, mas extraí-la dela como da crisálida grosseira de que irrompe a divina borboleta.

Assim, por exemplo, se um escritor disser em linhas rimadas que a terra descreve em torno do sol uma órbita, que é determinada por uma lei geral que rege a matéria, descoberta por Newton e conhecida pelo nome de atracção universal, este escritor nunca será um poeta, exactamente porque não conseguiu extrair da ideia da atracção a poesia que ela contém. Mas, quando o poeta da *Morte de D. João* diz que:

... a terra, a boa mãe, suspensa sobre os ares,
Como uma grande nau batida pelos ventos,
Entre o bronco rugir ciclópico dos mares,
Entre a fúria brutal dos cegos elementos,
Vai com a rapidez das balas de um canhão
Por entre a noite má, caliginosa e turva,
Descrevendo no espaço a grandiosa curva
Marcada pelas leis eternas da atracção.

o Sr. Guerra Junqueiro é um grande poeta, precisamente porque o seu trabalho de análise e de idealização encontrou o veio aurífero oculto no íntimo da severa ideia científica. Mas, neste caso, a obra ficou sendo poesia, quer dizer, perdeu o carácter lógico, de critério de certeza, que querem atribuir à poesia moderna alguns espíritos em erro.

Ora, a obra do Sr. Leite de Vasconcelos assemelha-se-nos demasiadamente fantasista para que conclua; e tem todo o espiritualista o direito de perguntar, depois de a ler, como Laplace, depois de ouvir a *Athalia* de Racine: — *Qu'est-ce que cela prouve?*

À parte este defeito, que depende de uma certa compreensão mesma da poesia moderna, compreensão que já criticámos, consoante as nossas forças, quando do aparecimento do livro do Sr. Teixeira Bastos, à parte também uma certa hesitação que notámos no decurso do opúsculo e que se demarca por contradições, de pouca monta, de resto, qual, por exemplo, a dos elementos juntos definirem o que isoladamente não conseguiram, à parte ainda alguns defeitos do verso, por vezes, duro e desarmonioso, o livro do Sr. Leite de Vasconcellos parece-nos brilhantemente escrito em páginas calorosas e veementes, de que só a convicção do entendimento e a nobreza das intenções são capazes. Citaremos a resposta do Sol e a dedicatória que abre o livro, um dos belos trechos de poesia que temos lido há um tempo a esta parte.

Os nossos parabéns, pois, ao nosso talentoso e ilustrado colaborador, e que o seu livro fique como um sinal de que é sempre, como o viu Feuerbach, a geração nova, a mocidade que prova na humanidade uma faculdade de melhoramento e de aperfeiçoamento, por a razão tão simples e tão natural de que a mocidade é ainda aberta, franca, sincera; não tendo nenhum interesse pessoal e egoísta em ligar-se contra uma nova verdade, como os homens velhos de corpo e de espírito, que, por egoísmo, vaidade, preconceito, hábito ou dever de profissão, são os inimigos professos de toda a inovação fundamental.*

— O Sr. José Augusto Vieira brindou-nos com um exemplar do seu livro, *Fototipias do Minho*, recentemente publicado.

O autor deste livro é novo, muito novo mesmo. Conheçemo-lo do tempo em que frequentávamos juntos as mesmas aulas, em que as nossas almas de pobres rapazes ingénuos se expandiam sem respeitos de convenção em entusiasmos frenéticos por tudo o que se nos afigurava de grande e puro. Oh! o bom tempo da

* In *Museu Ilustrado*, Álbum Literário, Porto, 2.º ano, vol. 2.º, 3.º fasc., de Maio de 1879.

mocidade, quem pudera fazer com que ele voltasse, esse bom tempo alegre das quimeras e dos sonhos, esse tempo adorável tão breve passado, em que se sabe amar, em que se vive amplamente e para o qual a natureza se reveste das suas galas mais opulentas!

José Augusto Vieira tinha por então quinze anos, viera havia pouco do fundo da sua província e matriculara-se em geometria no liceu nacional.

Encontrávamo-nos todos os dias na aula, em que eu, que escrevo estas linhas, apavorava o professor com os meus sucessivos *estenderetes*, rebelde às sublimidades de Euclides como ao jugo do freio a zebra listrada.

Embebido em Ponson du Terrail, pobre de mim!, julgava-me o mais desgraçado dos mortais, por me ver obrigado a demonstrar a relação da hipotenusa para os catetos e, como aquele duquezinho de que rezam as anedotas galantes, não poria dúvida em perguntar ao primeiro mendigo que me falasse das suas profundas misérias, se estudava geometria também.

José Augusto Vieira compadeceu-se de mim, ensinou-me um teorema, daí a nossa velha amizade.

Por esse tempo, aparecia o *Diário da Tarde*, esse singular periódico que determinou *meetings*, festejos patrióticos, demissões de autoridades, preces e tumultos e cuja influência na orientação liberal da opinião foi verdadeiramente extraordinária.

Sucedeu que nos encontrámos liberais, os dois, e que ambos víamos que não podia deixar de ser por nós considerada como uma afronta pessoal a infalibilidade do papa, que o recente concílio havia decretado *urbi et orbi*; e tratámos de ajuntar em torno a nós os poucos que se encontravam pensarem em bons radicais.

Como nós seguíamos com um interesse vivíssimo todos os acontecimentos que se iam sucedendo; como nós aclamámos o nervoso juiz implacável dos *Falsos Apóstolos*, quando, assomando a um camarote de 1.^a ordem do teatro Baquet, Guilherme Braga deixou cair dos seus lábios frementes de entusiasmo sobre a multidão agitada que assistia à *première* do drama de Faniot umas quadras sobre que a *Palavra* do dia seguinte entornou todo o seu fel de sacristia!

Os nossos conciliábulos, em que o menos concebido era ir estabelecer um falanstério em África, ao lado da república do Transval! Os nossos doidos projectos de barricadas em que, ao som sinistro do rebate, os jacobinos que ilumina o amarelado cla-

rão dos archotes, caem envoltos na bandeira vermelha! Os nossos jornais, realizados uns, indefinidamente em projecto outros! Como as palavras nos saíam inflamadas e como a indignação, possuindo-nos, nos torcia!

Reuníamo-nos em minha casa os *puros*; B., uma criança severa, cuja inflexibilidade nos levou a chamá-lo o pequeno Robespierre; A., hoje oficial do exército, inteligência clara, coração generoso, de riso fácil e sempre com as lágrimas nos olhos diante duma bela acção ou dum nobre pensamento; A. N., um loiro e branco, de um olhar azul, triste e misterioso, que se deixou morrer no Buçaco, entre a desolação dos seus e no meio da luxuriante vida daquela floresta majestosa, José Augusto Vieira, sempre com um novo livro, e eu.

A sala que algum tempo depois abrigou D. Fernando Garrido, expulso do território português e perseguido da polícia, o velho revolucionário ilustre, cuja palavra, ardente e convencida, nós escutávamos num recolhimento severo, era exígua de proporções e modesta de mobília, tendo por única esteira os jornais espalhados pelo soalho e com uma simples janela no alto, donde caía uma luz indecisa. Sobre a mesa, velhos livros que serviram para uma dissertação acerca das ideias inatas que escandalizou o nosso professor de lógica, Locke, Voltaire e o Dr. Büchner, que A. trouxera escondido um dia e que revelara, em voz baixa de conspirador cauteloso, fechada previamente a porta. Numa pequena estante, Proudhon espiava com o seu olhar de revolucionário desconfiado, e ao fundo, dependurado da parede, o divino Michelet sorria da nossa ingenuidade de colegas indisciplinados, como um bom pai, alegre e indulgente.

Como o tempo nos parecia curto e como a fé nos princípios era para nós sagrada.

Oh! os debates apaixonados! Os entusiasmos sinceros! As generosas utopias! E depois, quando a noite havia descido, como se ia, em tumulto, com largas frases ruidosas, passear à beira do cais, e como se retomavam os temas favoritos, enquanto trens retardados cortavam o macadam, uma luz baça caía dos candeeiros e na água verde do rio os barcos amarrados balouçavam surdamente!

Tudo passou, tudo passou; e agora que à quadra das ilusões despreocupadas sucedeu a dos pesados deveres, como a saudade nos faz reviver nas velhas recordações de um tempo que não vol-

tará, como o que lamentava o corvo de Edgar Poe, *never, oh never more!*

Compreende-se, pois, que o livro de José Augusto Vieira seja, por estes motivos, para nós verdadeiramente respeitável; ele é o trabalho de um velho amigo que partilhou connosco ilusões e desenganos, ele é, antes que tudo, a prova de que o espírito que outrora connosco trocou ideias e sentimentos está alerta como então, numa fecunda elaboração interior.

O trabalho do novel escritor é uma colecção de quatro contos, cuja acção se passa no Minho, donde é originário o seu autor.

Podemos, cremo-lo sinceramente, afirmar, sem que nos cegue a amizade que do coração votamos ao moço escritor, que o seu livro se destaca poderosamente do que uma bajulação que passou já em julgado na imprensa costuma chamar *uma estreia auspiciosa*.

A do nosso amigo é em verdade sobremodo notável, porquanto os seus contos, revelando-nos uma natureza de artista do mais puro quilate, são dum labor sério que chama desde logo sobre eles o respeito dos que lêem.

Neles, uma fantasia original e sustentada sem hesitações alia-se a um estilo que, se ainda não definitivamente fixado, é já hoje muito brilhante. Naqueles *casos*, há interesse, porque há drama; as situações são naturais e procedem, sem precipitações, antes espontaneamente do decurso da acção, em cujo agenciamento, por vezes complicado, como na *Cura duma Neurose*, se manifesta exuberantemente uma imaginação não vulgar. Os caracteres que o autor faz mover ante nós acham-se bem desenhados, com um contorno seguro, que os levanta do fundo do plano em que se agitam; o diálogo é frisante e verdadeiro, e as descrições são imaginosas e trabalhadas.

Faltaríamos à seriedade que nos devemos, e aos nossos leitores, se fingissemos não ver no livro os defeitos que lá existem realmente, defeitos que são, de resto quase insignificantes.

Assim, no diálogo nota-se um certo abuso dos plebeísmos que se poderiam dispensar talvez de todo.

É vulgar o erro de supor que o diálogo do homem do campo não pode ser dado com exactidão, desde o momento em que os solecismos, os cacófatons e os vícios pátrios do dizer não sejam postos na boca dos personagens que conversam nas obras literá-

rias. Modernamente, cai nesse erro, entre outros, o Sr. Bento Moreno na sua *Comédia do Campo*.

A nós quer-nos parecer que nem por ser expurgada desses plebeísmos, que, quase sempre, são intempestivos e exageradamente introduzidos na conversação de aldeãos pelos escritores que os fazem falar nos seus livros, essa conversação perderia em caracteres de verdade, antes ganharia, por isso que, repetimos, o aldeão que pronuncia mal está todavia bem longe de amontoar os desconchavos, demasiadamente literários, evidentemente procurados, que na comédia ou no romance os escritores lhes fazem dizer, de modo que poucas palestras entre camponeses, compostas na ideia da reprodução minuciosa da linguagem dos interlocutores, se encontrarão naturais e espontâneas, não conhecendo, pela nossa parte, nesse género à altura de exemplo senão o prodigioso diálogo dos *Contos do Soalheiro*, do Sr. Augusto Sarmiento.

O exemplo de Júlio Dinis, que conseguiu chegar aos mais completos efeitos de naturalidade no diálogo de aldeãos, sem recorrer aos plebeísmos que condenamos, poderá, se o quiserem, vir em auxílio da proposição por nós adiantada.

Merece-nos também reparo, quando o autor toma a palavra nas suas descrições e nos seus comentários aos actos dos seus personagens, um luxo de erudição, uma despesa de terminologia científica, em que se reflectem as preocupações do médico mas que nos não parece do mais puro bom gosto, antes totalmente descabida num livro de arte.

Mas, à parte estes (entre porventura outros) senões que a nossa lealdade se viu obrigada a levantar, as *Fototipias do Minho* afiguram-se-nos um trabalho distintíssimo e poderíamos, se o quiséssemos, citar em abono da nossa opinião as palavras insuspeitas de dois belos talentos da nossa terra, o Sr. Júlio Lourenço Pinto, no *Comércio do Porto*, e o Sr. Guilherme de Azevedo, no *Ocidente*.

Felicitemos, pois, o nosso amigo pela sua magnífica estreia e fazemos votos para que, depurado o seu estilo que ainda se nos afigura hesitante e de posse plena do seu talento, aplique os notáveis dotes da sua observação tão lúcida e da sua imaginação tão brilhante a obras de um mais amplo fôlego, pois que no livro do Sr. José Augusto Vieira encontramos nós o embrião de um escritor que deve a vir ser distinto entre os melhores.

— Sob a direcção do nosso amigo e ilustre colaborador, o Dr. Augusto Mendes Simões de Castro, começou a publicar-se em Coimbra um periódico mensal, intitulado *Portugal Pitoresco* e de que devemos os quatro primeiros números saídos à amabilidade do seu director.

Este periódico é ilustrado de belas gravuras em madeira representando os monumentos da arte architectónica que se acham espalhados no país e tão descurados e inapreciados na maior parte, que se permitem vários vândalos, sob pretextos absurdos, estragar com reformas planeadas com a mais crassa ignorância e executadas com o mais solene mau-gosto verdadeiras obras-primas de architectura, como o provam, por exemplo, uns desaforados *reparos* que se levaram a cabo na igreja de Santa Cruz de Coimbra.

Os artigos, que acompanham estas gravuras são devidos à pena do nosso colaborador, e distinguem-se por uma erudição antes atraente que importuna e por uma crítica judiciosa.

O *Portugal Pitoresco* possui também uma colaboração das mais distintas em prosa e verso; fazemos notar, sem prejuízo dos outros publicados, um curioso e sábio artigo do Sr. Filipe Simões sobre se *Coimbra foi povoação romana e que nome teve*.

No n.º 2 insere o nosso grande lírico João de Deus um espi-rituosíssimo epigrama, de um bom senso cáustico tal que não podemos resistir à tentação de, com a devida vénia, o transcrever. É como segue:

A UM LIQUIDATÁRIO

- Porque andas tu nessa guerra
Cruel às instituições?
— Por ter um palmo de terra...
— Mas terra de cada um...
Nesse mundo há regiões,
Imensas, sem dono algum,
Que te não custavam nada.
— Sim! Terra já cultivada,
Que eu não sou tolo nenhum!

Além destes versos, tão sensatos, em que pretensões crimi-nosas, que se escondem sob anfibologias grosseiras, se acham pu-

nidas de um sarcasmo a que se não pode encontrar resposta, o n.º 2 do *Portugal Pitoresco* publica um belo soneto do nosso amigo Joaquim d'Araújo e o n.º 4 umas mimosas quadras do nosso amigo Alberto Roque.*

— O nosso ilustrado colaborador, o Sr. Simão Rodrigues Ferreira, ofereceu-nos um exemplar da sua memória acerca das minas da Citânia, o qual agradecemos, vivamente penhorados.

Sobre o ponto, que faz o tema do trabalho do nosso amigo, não ousamos adiantar uma palavra, com tanta mais razão que, não tendo visitado nunca as ruínas da povoação de cujos edificadores e destrutores se ocupa o Sr. Rodrigues Ferreira, nem tendo seguido atentamente o debate que as ruínas de que vimos falando hão suscitado, nos julgamos completamente incompetentes para aventar a mais somenos opinião.

Lembramos, todavia, ao leitor curioso, além do erudito trabalho do nosso amigo, o Sr. Simão Rodrigues Ferreira, os artigos do Sr. Martins Sarmento, Luciano Cordeiro e Joaquim de Vasconcelos, os folhetins do Sr. Manuel Maria Rodrigues e, especialmente, o volume do Sr. Hübner, recentemente posto em vernáculo pelo director da *Arqueologia Artística*, volume aonde se encontram condensados os debates e discutidos com o mais alto discernimento científico os pontos obscuros que originaram as divergências.

— Devemos à obsequiosidade do Sr. Caldeira Kingwel um opúsculo, intitulado *A Religião mais Sublime e Positiva*.

Esta pequena obra é especialmente destinada, como o diz o autor no seu prefácio, ao povo, a quem se propõe tornar acessíveis os princípios do livre-pensamento. Neste propósito, o autor faz notar as despesas que as cerimónias católicas trazem consigo, o que é um singular meio de fazer duvidar da santidade delas, porquanto de tabelas de preços, que podem ser, como são realmente, abusos de sacerdotes não se segue que as cerimónias que elas cotam percam *ipso facto* o carácter da origem divina que lhes é atribuída. Não se segue de que um padre me leve um *tantum*, pe-

* In *Museu Ilustrado*, Álbum Literário, Porto, 2.º ano, [vol. 2.º], 4.º fasc., de 1879.

queno ou grande, por me remir um filho da culpa original, que tal culpa seja uma superstição sem realidade, e que eu, nessa persuasão, deixe de me submeter à tabela do padre para obter o fim que desejo, isto é, o de remir meu filho.

De resto, o argumento do autor pode ser voltado contra ele mesmo, porquanto, uma vez estabelecido, como urge fazer, o registo civil, todos os seus assentos terão de ser pagos, para cobrir assim as despesas da administração das respectivas repartições, e não é decerto com diferenças monetárias que se prova outra coisa que não seja a vantagem dum sistema económico qualquer sobre outro. Mas o lado religioso da questão, que o Sr. Kingwell se propõe discutir, não fica encetado sequer.

Realmente, extravagante modo de provar a superioridade da simples moral filosófica sobre a revelação, qual o de estabelecer que um cidadão, sem dinheiro ou sem vontade de o gastar, deve atirar às ortigas com as crenças religiosas e fazer-se livre pensador, porque pode guardar desse modo uns tantos reis na algibeira!

Ser-se voltairiano por economia, parece-nos desonroso para a sombra do grande irónico, mesmo porque nada mais natural do que um incrédulo, que comprou o livre-exame por sete vinténs, fazer-se bruscamente adorador do deus Xiva, desde que dessa maneira gaste só um tostão de convicções, reservando para cerveja nacional o pataco restante.

O folheto do Sr. Caldeira Kingwell contém de resto algumas reflexões sensatas sobre a lei moral, a instrução pública, a hereditariedade real e acha-se adaptado à compreensão popular. É, pois, um trabalho de propaganda digno em parte de aplauso, sendo, porém, de sentir que o seu estilo seja por vezes bastante descurado.

Não nos parece de todo fora do razoável que ao povo se não dê só dúvida, mas também gramática. Pois mal iria que, no grande dia solene das reivindicações que se anunciam, o povo decretasse numa sintaxe caprichosa e numa ortografia libertina que a *opreção abia çeçado*, tal qual como Assi, o célebre fomentador das *grèves* do Creuzot, que falava da burguesia ignorante numa prosa que estava pedindo instantemente palmatória para o autor. Bom será, pois, que o povo aprenda que o privilégio real é absurdo, mas que do mesmo passo não se persuada, por exemplo, de que

sublime é susceptível de *mais e menos*. Porque, se o monarca perca um privilégio odioso, que a demagogia poupe ao menos as inofensivas regalias do adjectivo, pelas almas.

Falando sério, a nós quer-nos parecer que o povo lucraria bem mais, se os seus amigos divulgassem entre ele noções justas de ciência política, a filosofia do direito, o direito das gentes, a geografia geral, a geometria plana e a no espaço, a química e a mecânica aplicada, do que em saber que Deus é uma história da carocha, que a burguesia é uma súcia de ladrões, que ele é uma besta de carga, e que, finalmente, é preciso acabar com isto, porque, realmente, se ele é miserável, é porque o Sr. Pedro Franco ilumina o seu quintal com balões de papel pintado, a que S. S.^a chama venezianos por um exagero de retórica, nunca assaz censurado.

A compreensão da religião, da outra vida e dos destinos do homem, de Deus e da personalidade subjectiva é tão alta, tão transcendente, demanda uma tão grande soma de conhecimentos prévios, que falar nesses assuntos à parte menos culta da população assemelha-se-nos verdadeiramente uma contradição nos termos. Porque de duas uma: — ou se demonstra o que se afirma e, nesse caso, o leitor não pode perceber a demonstração, porque se lhe reconheceu já a absoluta carência de conhecimentos, ou se afirma sem se provar e, nesse outro caso, nenhum espírito sério, ainda o mais ignorante, se dará por convencido.

— O nosso ilustre colaborador e bom amigo, o Sr. Magalhães Lima, brindou-nos também com um exemplar do seu opúsculo recentemente publicado acerca da *Questão do Banco Ultramarino*.

Compreendem os leitores que nos é vedado entrar com o Sr. Magalhães Lima na apreciação dos actos da gerência do banco verberada pelo nosso amigo numa assembleia geral que, pelo facto mesmo da eloquente oração do moço escritor, teve no país uma notoriedade a que assembleias gerais, quase sempre de meros cumprimentos de accionistas ingénuos a directorias velhacas, não andam acostumadas.

Os acontecimentos que se criticam no opúsculo do Sr. Magalhães Lima escapam à alçada das publicações da ordem da nossa, e quase que só pertencem aos interessados directamente neles.

Registamos, todavia, que o trabalho do Sr. Magalhães Lima é escrito com o calor das convicções honestas, e evidencia uma

vez mais o talento alevantado e o carácter integérrimo do seu autor.

E bom é que trabalhos, em que a indignação amostra a verdadeira face das coisas, deixem a claro que, se é certo que a crise, que há tempos affectou a nossa praça e cujos resultados ainda hoje se sentem, se manifestou em virtude da lei geral de periodicidade que rege esses fenómenos económicos, para lhe prevenir os efeitos de modo a se passar sem grave abalo a um novo ciclo de crédito, como ao tempo em que a evolução económica se opera chama John Mills de Manchester, não usaram os gerentes das companhias e empresas mercantis da prudência, tino e solicitude que lhes competia possuir, como indeclinável dever.*

— Foi-nos oferecida outrossim pelo seu editor, o Sr. C. P. P. Neves, a versão dos *Colóquios Aldeões* de Cormenin pelo visconde de Castilho.

Este livro foi premiado pela academia francesa e aprovado pelo nosso governo para uso das escolas públicas.

Realmente, poucos livros se encontrarão em que boas verdades se achem ditas com uma tal nitidez, uma tão grande singeleza, uma tão fina compreensão das necessidades do entendimento popular como o volume que ora nos ocupa.

E com certeza nas escolas rurais não se poderá arbitrar aos que aprenderam a ler uma leitura mais sadia, mais clara, mais útil, mais cheia de conselhos fecundos.

Na maioria dos casos, os professores das escolas primárias fazem ler aos seus alunos os *Lugares Selectos*, quer dizer, decretam por uma leitura indigesta o ódio à leitura, cujos benefícios desejam todavia fazer reconhecer.

Os *Lugares Selectos*, compilados num propósito retórico de tornar conhecidos os mestres da língua, são uma obra monótona, enfática, declamatória, de um aborrecimento mortal.

De modo que o pequeno aldeão, que não sabe nem necessita de saber quem foi o Plauto português, quem o Tácito, quem o Tito Lívio, estranho às belezas de construção, que quase sempre o seu

* In *Museu Ilustrado*, Álbum Literário, Porto, vol. 2.º, 2.º ano, 5.º fasc., Julho de 1879.

próprio mestre ignora também, não vê na compilação do Sr. Borges de Figueiredo senão um amontoado de trechos sem nexos, referentes a coisas que lhe são ininteligíveis como a tomada de Malaca, a religião chinesa ou a gruta de Covadonga, donde um ensino profícuo e positivo não brota.

Antigamente, um livro, que todos os que hoje somos homens recordamos com saudades e que foi posto de lado, mercê dos exagerados reparos que umas puerilidades, menos deletérias do que o que se repetiu até à saciedade, o *Manual Enciclopédico* do Sr. Monteverde, fazia conhecer às pequenas vítimas da menina dos cinco olhos, que tão longe estávamos de amar, os princípios racionais, de uma aplicação prática evidente, da geometria, da história natural, da geografia, da aritmética, etc.

Hoje, porém, aquele que timidamente levantar a voz por o seu velho conhecido *Manual*, passará decerto por um caturra evadido da comédia de Sardou e nunca será bastante o desdém que o puna da injustificável filúcia.

Mas nós que entenderemos sempre que as aulas primárias não se criaram para fazer literatos aptos a distinguir processos de estilo, mas para dar ao país cidadãos desabusados e capazes do trabalho, preferiremos e proclamaremos sempre a excelência de obras que ministrem aos espíritos que desabrocham o alimento viril da verdade.

O livro de Cormenin, definindo princípios exactos respeito aos salários nos campos, às superstições do vulgo, às caixas económicas, à higiene rural, parece-nos, pois, uma magnífica leitura e não hesitamos em vivamente o recomendar aos professores das escolas primárias, a quem particularmente ele é destinado.

A tradução é feita num português de lei e, sabendo-se que o que se encarregou desse trabalho foi o visconde de Castilho, seria escusado até dizê-lo. Com efeito vê-se que o trabalho de tradução foi pensado com seriedade e levado a cabo com uma ciência segura das duas línguas, e não alinhavado *du jour le jour*, sem cuidado e sem reflexão, *stans pede in uno*, como executam sua tarefa a maioria dos modernos tradutores, o que tanto exasperava Cousin d'Avallon. Podemos, pois, confiar na exactidão com que chega até nós o pensamento de Cormenin.

Singular destino o deste Cormenin! O amargo panfletário que, a propósito da lista civil, um tão mau quarto de hora fez pas-

sar à monarquia de Julho, não possui na enorme lista das suas produções literárias em que a oscilação permanente do pobre espírito que acabou por se abandonar à reacção se manifesta a cada passo, não possui, dizemos, além dos incisivos panfletos que o levaram à câmara no meio das aclamações unânimes da França, um outro trabalho de sério alcance dos *Entretiens du village* que outra individualidade por igual hesitante e pernicioso pelo exemplo das suas contradições e pieguices verteu para a nossa língua com o nome de *Colóquios Aldeões*.

Um e outro dos dois escritores estão mortos; um e outro pertencem já às severidades imprescritíveis da história. E, se o visconde Cormenin nos dá um quadro de faltas sucessivas em sua vida, sobre o visconde Castilho não menos pesa uma responsabilidade bem triste.

Há uns anos vivia-se singularmente, em questão de letras, no nosso país. Enquanto, lá fora, caminhando impavidamente na via do progresso mental, se iam colhendo os sazonados frutos da civilização, Portugal permanecia num *statu quo* que ameaçava de ser interminável, não o guiando a alma nova, mas indo-o amparando o débil sopro do velho espírito. Alheio ao trabalho que reformara as crenças e fundira no cadinho da análise filosófica os princípios adquiridos pela via experimental, donde irrompera uma nova compreensão do mundo e do homem, e o que em Portugal se chamava a literatura não passava de um jogo banal de rimas insulsas e de considerações morais que fariam inveja ao famoso Sr. Joseph Prudhomme de Henry Monnier, de galhofeira memória. A velha Arcádia revivia com a sua admiração estulta pelos modelos da literatura latina, cujas exterioridades imitava sem lhe perceber o espírito interior.

E assim via-se comendadores suporem em quadras doloridas que o caramanchão do seu quintal lhe fornecia a sombra da olaia frondosa em que, como Titiro, dedilhavam por Amarílis a fruta pastoril.

O belo movimento romântico que iniciaram Garrett e Herculano parecia haver cessado; voltava-se com delícias às ficções mitológicas que já não causavam riso.

E, presidindo a esta orgia de sentimentalidade tola, em que o ideal se submergia, ouvindo cantar a cigarra de Anacreonte, o

Sr. Castilho decretava as reputações para os aplausos do vulgo ignorante.*

Garrett havia morrido; Herculano retirara-se, desgostoso, para o fundo de uma quinta ignorada a que mal chegavam os rumores do mundo e o único homem que, pela ausência dos dois grandes mestres, poderia opor uma barreira ao retrocesso que se ia operando, havia sido, o desgraçado, internado em Rilhafoles.

Lopes de Mendonça havia endoidecido; despedaçara-se aquela veemente organização de artista, e do democrata cheio de fé e do escritor saturado de ideal que fizera a admiração dos que o liam, do historiador, do crítico e do romancista, nada mais restava do que um pobre frenético que se debatia na sua célula em ímpetos alucinados.

Feito, deste modo, um silêncio propício, o Sr. Castilho tomou sem reclamações a *pose* de tetrarca literário e começou de passar *brevets* de glória aos seus incensadores, tantas vezes mistificados cruelmente, todavia, os imbecis!

E, como fora da Igreja, não há salvação, também fora da conhecida *coterie* não se reconhecia a existência de quem quer que fosse. Dispunha-se dos órgãos da imprensa periódica e mal ia ao que se revoltava, ao que se supunha capaz de ir só, ao que se não queria submeter a pedir o beneplácito e a fazer preceder o seu trabalho dumas regrinhas em que se lhe diziam paternalmente banalidades dogmáticas.

Senão, bom Deus! lá estava para o pobre rebelde o arsenal das insinuações e das injúrias, quando não a bem conhecida *conspiração do silêncio*.

Ai daquele que fosse insensível ao byromismo de segunda mão dos *Ciúmes do Bardo*, ai daquele que entendesse que traduzir numa língua que se não conhece não é precisamente o mais sensato, ai do que ousasse supor que Molière, Goethe e os *outros* mereciam um pouco menos dos sobrolhos severos das nossas glórias no Brasil, — na palavra cruelmente precisa do autor das *Odes Mo-*

* In *Museu Ilustrado*, Álbum Literário, Porto, vol. 2.º, 2.º ano, 6.º fasc., Agosto de 1879.

dernas; sim, ai do pobre refractário que ousasse rebelar-se contra indiscutidas gloriolas fáceis!

E apesar de tudo caíram essas odiosas teocracias literárias e a nova ideia, que se pretendia abafar com o silêncio covarde ou com a agressão idiota (de que podem servir de exemplo burlesco as cartas do conselheiro José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha — *A Escola Coimbrã*), fez pedaços todas as peias com que a queriam subjugar!

A carta *Bom Senso e Bom Gosto* publicada pelo Sr. Antero do Quental em 1865 foi o primeiro passo da legítima insurreição e, ainda vinte anos não passados, já as velhas reputações e os sediços modos de considerar o Homem, a Natureza e a Arte se dissolveram como fumo.

Brilhante exemplo da incompressibilidade do pensamento!

Que a severidade com que todos nós, homens da geração nova, temos de julgar o seu mais tenaz inimigo não nos faça, todavia, desconhecer as qualidades reais que ele possuía com os seus enormes defeitos, é o que forcejaremos por sempre conseguir; e, assim, hoje que temos sobre a mesa de trabalho a versão do livro de Cormenin, não nos esconderemos para dizer que, entre as poucas qualidades que distinguem o assassino do grande poema de Goethe, avulta a de escrever bem e correctamente a sua língua.

Felizes, se pudéssemos acrescentar alguma coisa mais em seu abono!

— O Sr. Júlio Lourenço Pinto brindou-nos também com um exemplar do seu romance ultimamente publicado, *Margarida, Cenas da Vida Contemporânea*.

O nome do autor deste livro começou a tornar-se conhecido dos que lêem há bons dez ou doze anos em pequenas publicações literárias que tinham, como quase toda a produção deste género no nosso país, a sorte daquelas doces criaturas que o imortal cantor das *Orientais* comemorou numa das suas páginas mais amplamente poéticas e que eram *sitôt mortes que nées*.

Pouco depois, porém, do nome de que falamos ter aparecido pela primeira vez a firmar algumas colunas de prosa, desapareceu e durante bastantes anos ninguém mais ouviu falar do moço escritor até que há perto de dois anos ele reapareceu nas páginas do *Comércio do Porto*, subscrevendo revistas semanais que de novo vieram chamar a atenção pública sobre o seu autor.

Estas revistas, ao princípio não assinadas, desdobravam ante os olhos do leitor um dizer tão imaginoso e tão brilhante, posto ao serviço de uma análise tão lúcida, esteada numa erudição ao mesmo tempo tão variada e tão séria, que o Sr. Júlio Lourenço Pinto, seu autor, teve as honras de ver por vários jornais do país tomadas as suas elegantes crónicas por devidas à pena ática do visconde de Benalcanfor, habitual folhetinista do periódico de que o autor da *Margarida* se constituíra colaborador.

O seu trabalho recentemente publicado e que neste momento acabamos de ler veio revelar uma nova e vigorosa aptidão do seu entendimento, amostrando-nos ao lado do cronista espirituoso e correcto um romancista de primeira plana que bruscamente nos aparece feito.

Porque, como já o disse um crítico, o romance de *Margarida* não é uma estreia prometedora, é um trabalho completo; e o seu autor não deve ser tido na conta de um talento que se está constituindo mas na de um grande romancista a mais que o nosso país possui já.

Em verdade, no romance do Sr. Lourenço Pinto todas as condições que, quanto a nós, tornam completo este género de literatura acham-se preenchidas: a urdidura do entrecho é perfeita, todos os fios dos sucessos se prendem de modo a formar a unidade da trama; esses sucessos decorrem naturalmente e conduzem às situações dramáticas sem o mais leve esforço; o diálogo, habilmente sustentado, esforça-se por conservar a nota verdadeira que grandes romancistas, Hugo entre outros, nunca souberam fazer dar aos seus personagens; nas descrições o colorido é brilhante como a perspectiva é rigorosa; os caracteres são copiados com fidelidade fotográfica do meio em que a acção circula; e a intenção moral do escritor palpita em todo o decorrer da obra, tornando-se evidente o seu ensinamento na resultante que dão os caracteres pervertidos, como o de Adelina, ou as acções criminosas, como a de Fernando.

Os nossos aplausos, pois, ao trabalho do Sr. Lourenço Pinto, com certeza, depois do *Primo Basílio*, o único romance, de observação minuciosa e de execução superior, o único verdadeiro grande trabalho de arte que há visto a luz entre nós.

Esta admiração sincera que sentimos pelo livro do escritor portuense não nos impede, todavia, de que sob pena do delito de

impertinência, em que porventura vamos incorrer, deixemos consignado o que nos parece defeituoso no trabalho de que vimos falando.

Assim, a descrição do Sr. Lourenço Pinto, por mais opulenta que se manifeste à primeira vista, não possui todavia o relevo, o poder de destaque, o dote próprio dos delicados nervosismos artísticos, de nos deixar ver nos diferentes planos os personagens e os objectos com essas suaves tintas de idealização que fazem com que um candeeiro cujo clarão duvidoso torce a ventania, uma cumeada envolta num largo manto pardacento de neve, uma rocha batida pela onda em fúria, assumam imprevistos aspectos fantásticos.

Esta força de fazer ressumar o espírito das coisas possuem-na as naturezas romanescas, que, a largos traços, sem dispêndio excessivo de cor e sem esforço, conseguem que as suas páginas palpitem da intensidade da vida que copiam.*

Entre nós, o Sr. Eça de Queiroz é um belo exemplar destas privilegiadas organizações. Tome-se para exemplo comprovante o *Mistério da Estrada de Sintra* e leia-se aquela adorável página, dessa fantasia encantadora, da cena do terraço.

Descera a noite; sobre o terraço, entre as exalações que chegam do jardim, a condessa bate dos seus afilados dedos aristocráticos as teclas dum piano *Herz* e a sua voz, timbrada e macia, deixa cair no rumor discreto da natureza que adormece as notas cristalinas da velha balada que Gounod pôs em música. Rytmel, o loiro capitão, recém-vindo de Southampton, com a pequenina chávena da condessa nas mãos trémulas, o olhar afogado na névoa do crepúsculo tranquilo, escuta, enquanto em baixo, no largo tanque a água canta nas bacias de mármore, de um verde que desmaia. Nada mais simples, nada menos trabalhado, nada de traços aparentemente menos seguros e todavia nada mais profundamente impressionante.

Ora, este *quid divinum*, que injustamente o Sr. Oliveira Martins dizia não encontrar em Garrett, não o possui, quanto a nós, o Sr. Lourenço Pinto.

* In *Museu Ilustrado*, Álbum Literário, Porto, vol. 2.º, 2.º ano, 7.º fasc., Setembro de 1879.

O autor de *Margarida* escreve o mais correctamente do mundo. A sua paisagem é ampla e nítida. Os seus quadros são embebidos de cor, e a sombra que neles determina os destaques é diluída com uma ciência discreta. Mas sente-se que alguma coisa falta ali. A natureza aparece-nos copiada por um processo fiel e brilhante, mas não é a natureza. Vê-se que a obra não é sentida; a paisagem deixa-nos frios e insensíveis, como diante de uma fotografia exacta no aspecto geral do reproduzido e colorida nas linhas que o contornam, mas fotografia sempre, quer dizer mas cópia, mas imitação, cujos elementos se apercebem claramente.

O Sr. Lourenço Pinto que, entrevedo talvez vagamente isto mesmo, de que não é contudo responsável, por ser isto dependente da organização mesma do seu espírito, forceja por encobrir a falta de sentimento com exageros de cor sobre minudências que lhe embarçam por fim a marcha da acção, o Sr. Lourenço Pinto é um talentosíssimo escritor, que percebeu os processos literários modernos e que por um esforço, mais ou menos custoso, os assimilou, até nas suas mais despercebíveis minudências, (como na gradação das situações marcada tão-só no princípio dos períodos pela adversativa *mas*, como no meio de encurtar o diálogo, etc.) de modo a se servir deles com vantagem. Mas, no fundo e sempre, ele não é senão o operário hábil capaz de copiar nítida e exactamente, mas que não pode fazer palpitar a sua obra do desconhecido espírito interior que dá a grandiosidade ao que a tem.

Não estamos longe de suspeitar que as nossas palavras não se tornem facilmente acessíveis à maioria dos nossos leitores, pouco acostumados a *nuances* subtis; mas que se confrontem as descrições do Sr. Lourenço Pinto com as do Sr. Eça de Queiroz e os nossos reparos ressaltarão desde logo a todos, vendo-se que, apesar do colorido do autor de *Margarida* ser incomparavelmente mais brilhante que o do autor do *Primo Basílio*, apesar do traço ser no primeiro muito mais seguro, a prosa majestosa, a sintaxe perfeita, o arredondado do período ciceroniano, apesar de todas essas vantagens, o que parecerá aos frívolos paradoxal, o talento descritivo do romancista portuense é imensamente inferior ao do que se tomou para confronto.

O Sr. Lourenço Pinto não passa afinal de um académico que escreve admiravelmente bem a sua língua; enquanto o Sr. Eça de Queiroz, através as suas irregularidades, os seus solecismos, os

seus galicismos, as suas repetições, os seus tons apagados por vezes, mercê duma sobriedade à Merimée, é um grande artista, na máxima amplitude do termo.

Não deixe outrossim de ser dito que, mesmo quanto à parte material do seu estilo, ao arranjo dos seus termos, à superfície do seu dizer, o Sr. Lourenço Pinto ainda deixa também a desejar, se se quiserem ver as suas *redites* de imagens, as suas repetições de palavras, o uso constante de determinados adjectivos que voltam com a insistência do *largo* do Sr. Eça de Queiroz, o seu amaneirado de frase, por vezes nada natural, antes afectada e *recherchée*, principais defeitos de um estilo que forcejando por se modernizar não se acha ainda completamente emancipado da construção e adjectivação ao presente substituídas.

No diálogo, também nos não parece ter sido muito feliz o Sr. Lourenço Pinto, porquanto não é ele suficientemente trabalhado, antes deixa frequentemente a desejar de simplicidade na pergunta e de espontaneidade na réplica.

Quanto à tese do livro e à urdidura geral do drama que se propõe desenvolvê-la, nota-se sem custo que elas não pertencem de próprias ao romancista de *Margarida*, pois que não são senão o reverso da medalha apresentada pelo Sr. Eça de Queiroz no *Primo Basílio*.

Como todos sabem, com o seu romance, que não logrou passar de um episódio, todo restrito, de determinada família, sem o alcance de ensino social, por não mostrar como no *Crime do Padre Amaro* o celibato eclesiástico, os efeitos de um determinado factor genérico de colisões desastrosas, propôs-se o Sr. Eça de Queiroz deixar a claro as causas e os efeitos do adultério por parte da esposa. O Sr. Lourenço Pinto retoma a questão, considera-a pela face oposta do adultério por parte do marido e como Luísa, pelo seu crime, destruiu a organização íntima do *ménage*, assim Fernando, pela sua falta, nos mostra as consequências do adultério masculino na estrutura e destinos da família.

São, pois, os dois romances que se completam os dois aspectos diversos da questão una, a propósito de que Girardin aconselha a maternidade legal, Naquet o divórcio pleno e Dumas, o *dandy* feroz, a faca de ponta, como do mais expedito.

Esta falta de originalidade na ideia primordial do seu livro, leva-a o Sr. Lourenço Pinto aos detalhes que constituem a acção

dele, detalhes que são evidentemente suscitados pelos análogos até à mais perfeita semelhança do romance do antigo redactor das *Farpas*.

Assim, no *Primo Basílio* a crise final é suscitada por uma carta de Basílio que determina em Luísa uma febre cerebral de que lhe procede a morte. Em o romance do Sr. Lourenço Pinto, essa crise é suscitada também por uma carta, tão inverosímil da parte de Adelina, como lógica da parte do primo Basílio, da leitura da qual se determina um aborto que traz consigo um tifo cérebro-espinhal, donde a morte de Margarida.

A analogia entre as duas acções é evidente, pois, e mais evidente a tornam as cenas da doença tão semelhantes, a do passeio no Palácio de Cristal tão assimilável à do encontro no Passeio público, a da noite de S. João com o *Baile de Máscaras* tão claramente suscitada nas suas menores minudências, como na informação colhida no *Primo Basílio* por Acácio acerca do camarote real que D. Felicidade não via e que se transforma em *Margarida* na procurada por Fabião da Rocha respeito aos camarotes que Adelina não via também, pela da noite de S. Carlos com o *Fausto*, as das entrevistas do *Triadou* comparáveis sem o menor esforço às do *Paraíso*, etc.

(Continua)*

A REDACÇÃO**

* Constata-se que, embora prometidos, os artigos de Sampaio (Bruno) de análise crítico-literária não têm continuidade.

** In *Museu Ilustrado*, Álbum Literário, Porto, vol. 2.º, 2.º ano, 8.º fasc., Outubro de 1879.

ADVERTÊNCIA

Agora que encerramos este primeiro volume do *Museu Ilustrado*, uma observação nos cumpre deixar exarada, para nós um indeclinável dever.

A sentidíssima poesia inserta a pág. 240 e devida à pena de ouro do Sr. Tomás Ribeiro saiu no nosso periódico exactamente como um dedicado amigo, a quem não solverá nunca esta empresa a dívida de gratidão que há contraído para com ele, no-la enviou de Lisboa.

Ignorávamos que houvesse sido publicada em 1874 no *Diário Ilustrado* e com título diferente e um oferecimento a pessoa que profundamente respeitamos.

Se o soubéssemos, não cometeríamos para com a redacção do jornal lisbonense, de quem aproveitamos a ocasião para agradecer, penhoradíssimos, as boas palavras que sempre nos dispensou, a falta de lhe não pedir vénia da transcrição feita, e para com o nosso ilustre colaborador a injustiça de o fazer supor um coração tão seco que escrevesse, sem orvalhar de lágrimas o papel, os versos por nós publicados, antes friamente, independentemente, com a serenidade de um artista que o seu assunto não possuiu.

Esta indiferença que o título gelado, que no nosso periódico substituiu o que o autor pôs à sua composição, deixava transparecer, sabemos haver magoado gravemente o coração da pessoa a quem o autor do *D. Jaime* oferecera a sua comovida poesia, a

Ex.^{ma} Sr.^a D. Maria da Piedade Manuel de Aboim Cordeiro, esposa do nosso ilustre amigo, o Dr. António Xavier Rodrigues Cordeiro, e tia extremosíssima da pobre criança morta, a Ex.^{ma} Sr.^a D. Olívia Manuel de Aboim.

A dura singeleza do nosso título, foi-nos dito, entristeceu S. Ex.^a quando o leu.

Nós bem sabemos quanto a doçura da linguagem seduz os corações e, assim, a essa venerável senhora, ferida na sua inconsolável dor pela nossa leviandade, suplicamos nos perdoe o involuntário pesar que lhe causámos e cujo conhecimento nos deixou profundamente contristados.

E já que fomos avivar uma lancinante dor oculta; agora que um pensamento de morte foi infelizmente o que a nossa mente se viu obrigada a seguir no momento de fechar uma obra da vida, a mais elevada, a superior vida do entendimento, e em que se nos deparou, como em desconsolador protesto, a desolada antinomia do aniquilamento, permita-nos S. Ex.^a a liberdade de tentar minorar o seu sofrimento pela convicção de há muito firmada de que só a Vida é, de que a morte não existe.

A luz não se percebe sem a sombra, o calor sem o frio, o som sem o silêncio; mas silêncio, frio e sombra não existem por si mesmos, não passam de graus inferiores de som, de calor e de luz.

E ao lado da vida, de que se não duvida, alguém oporia uma horrorosa negativa? E seria a morte mais alguma coisa do que a vida que se modificou, que deixou de se manifestar numa certa modalidade para afectar uma outra?

Não! Desde que a química há adquirido, pela balança, a certeza irrefragável de que nada nas combinações da matéria se cria ou se perde, mas simplesmente tudo se transforma, ninguém mais ousará falar de extinção.

O artista não deve desesperar-se, diz Moleschott, quando vê de século em século cair em poeira o bloco de mármore dum templo que a arte havia revestido dum carácter sagrado. O mármore fica e com ele a centelha de Prometeu, que criará uma nova obra-prima, porque a matéria é imperecível.

Tudo permanece, tudo é tudo.

E depois, sabendo-se que a imortalidade da matéria não se pode perceber sem a conservação da força, pois que se manifesta, na palavra de Herbert Spencer, pelas unidades de força que são

as mesmas antes e depois do fenómeno considerado; sabendo-se que nada se perdeu de uma força qualquer, que a vibração da luz, do som, do calor, da electricidade, que a atracção e a afinidade se reverberam ao infinito, aqui e ali, sempre e sempre, que inesperado clarão de fé nos não ilumina bruscamente os horizontes do espírito?

Dessa adorável criança morta nem uma das suas moléculas materiais se perdeu, antes voltou a palpitar em desconhecidas vidas sucessivas no grande seio profundo da terra e a superior força mental e moral seria a única que se não conservaria, abriria a excepção de se perder, contradiria os princípios e não se reverberaria para ponto algum outro do tempo e do espaço? E, assim, ao lado da immortalidade do Inconsciente que a ciência positiva categoricamente afirma, as forças conscientes, essas, aniquilar-se-iam?

Parece-nos que tal seria contraditório e as leis do Universo são imutáveis e gerais.

Não lamentemos, pois, essa pobre criança, por certo mais feliz do que nós, porque, enquanto nos arrastamos neste ensanguentado gólgota, que batemos das nossas quedas dolorosas, repassados de sofrimentos acerbos, de tristezas sem fim, de ilusões quiméricas, a sua cândida alma imaculada foi-se a habitar regiões melhores, zonas dum ar mais límpido, países duma luz mais pura.

E todavia morrer, quando a vida mal começou?! Conheceis nada que a nossa misérrima condição contraditória ache mais triste, mais trágico, mais fundamente elegíaco?

Quando se é jovem! No alvorecer da mocidade, da quadra bendita em que tudo se reveste de graças misteriosas aos nossos olhares, em que tudo canta no nosso coração e nos fala de amor, de arte e de poesia, diz o grande romancista da Alsácia; no bom tempo descuidoso em que, mal de nós! nos povoam o coração as quimeras da felicidade que, como o ar leve da campânula donde é expulso, não deixam atrás de si senão o vácuo!

Se há nada mais comovente do que o bater de asas das almas puras para regiões desconhecidas, deixando na desolação do abandono todos os que as amavam? Ver esvaír, como os rolos de fumo que se elevam na atmosfera, esses entes, encanto dos seus, riso do lar, adoráveis centros de amor em torno dos quais gravitava docemente a família, se há nada mais triste?

E todavia essa criança, repetimo-lo, não é a mais a lamentar. Pois o que lucraria ela com a áspera convivência do mundo do homem? Se é certo o que assevera Shakespeare que a felicidade é não ter nascido; se S. Paulo tem razão, quando, resumindo a dor universal da Natureza, diz *Omnis creatura ingemiscit*; se o definidor do dogma da Humanidade, Leroux, não está no falso, quando entrevê o confirmado depois definitivamente pela teoria darwiniana, que este mundo é um vasto tecido de mal e carnificina; se a mentira, a fraude, a ingratidão envenenam o coração do homem; se glória, riqueza, amor não são senão estádios da ilusão, segundo o implacável Hartmann, porque chorar quem despedaçou a grillheta que o prendia a este grão de areia tão ufano de si mesmo, chamado terra?

Assim, partiu, quando da vida não conhecera ainda toda a miséria, ao avizinhar-se a quadra das desilusões, como a meiga andorinha que foge ao duro Inverno que chega.

Do seio da terra, o seu corpo desabrochará em flores e na imensidade azul a sua alma florirá em estrelas; encherá o espaço; sob as formas infinitas da força, a luz, o som, o calor, radiará eternamente; o vento será o portador das suas novas; abraçará sobre a terra os que a amaram; viajará pelos planetas sombrios, desfazendo-lhes com a sua doce claridade a escuridão que pesa sobre eles; na progressiva reverberação imortal tal ascenderá sem cessar para o desconhecido foco eterno da Luz.

De modo que a morte tão odiada deve ser querida como a maior benfeitora do homem.

Decerto têm já lido aquela balada, de Schiller, de Uhland, não importa de quem, do *Sono e a Morte*, em que as duas gémeas pela serenidade inefável da noite mutuamente choram e mutuamente se consolam.

Poucas coisas possui a poesia d'além-Reno, tão vaga e tão profunda, duma melancolia tão terna, que mais impressionem o espírito do leitor.

E como nos devemos repetir as palavras do sono à sua boa irmã que se desola: *A consoladora, a amiga do homem que sofre*.

Sim! A morte não pode ser senão o que Ballanche, corando, dizia da mulher: — uma iniciação.

E que nesta fé encontre um lenitivo à sua mágoa a Ex.^{ma} Sr.^a D. Maria da Piedade Manuel de Aboim Cordeiro, a quem repetimos as nossas desculpas bem como ao Sr. Tomás Ribeiro, esperando da bondade de ambos que nos serão concedidas.

A.R.*

* In *Museu Ilustrado*, Álbum Literário, Porto, 1.º ano, 13.º fasc., de 1878.

No período agitado em que vivemos, hoje que a política constituída em ciência deixou de ser os devaneios independentes dos ambiciosos para os seus fins pessoais de modo a se transformar num complexo de princípios que a demonstração desfia uns dos outros, neste momento solene em que se sente em cada consciência o rebate que breve soará para a destruição dos restos das velhas organizações aristocráticas, que ainda pesam sobre todas as formas da actividade na nossa democracia que dia a dia se avigora, nós, os últimos em valia da ala dos enamorados da Justiça, vimos com a publicação do periódico que hoje começa a ver a luz pública erguer na apatia do público, apatia que não nos parece senão transitória no mais curto espaço, um indignado protesto contra os abusos e erros da organização política do país e uma entusiasta afirmação de confiança no rejuvenescimento da pátria pela democracia na sua consagração positiva chamada a República, que tornará em lei positiva os princípios em cuja defesa empenharemos todas as nossas forças.

Nós somos republicanos, isto é, nós pertencemos ao número daqueles que entendem que, residindo a soberania em cada indivíduo, ela deve achar-se delegada e exercida por mandatários livremente escolhidos pelos cidadãos; de modo que um poder supremo que escapa por sua natureza à sanção nacional, por ser de herança e não de eleição, deve ser quanto a nós por todos

considerado como um abuso, uma tirania, uma denegação criminosa da soberania do país.

A república, como a palavra o indica, quer dizer a *coisa pública*, o interesse geral; e se o interesse é geral, geral deve ser a sua administração. É assim que, a república é a forma de governo das nações em que o poder legislativo é o único, reportando-se a ele e achando-se sujeitos à sua vigilância e na sua imediata e rigorosa dependência todos os outros poderes públicos.

Hoje a república, entrando na sua fase científica, deixou de ser o tema predilecto das declamações dos sentimentalistas que choram as misérias do povo em quadros de papel escritas nos *cabinets* da *Maison-d'Or*, depois de uma ceia de perdiz com túbaras e alguns copos de velho Bordéus, e que sonham com o pão negro de Sparta numa *avant-scène* do teatro dos Italianos, entre os perfumes subtis de opoponax e o faiscar das jóias das *cocottes* que encham a sala.

A república não é já hoje o sonho da miseranda vítima da sociedade egoísta e cruel, criatura interessante que, dentro da república, ficaria sendo a mesma vítima miseranda, se os esforços da sua actividade não a convertessem num cidadão honesto e prestante.

Acabou-se o tempo em que todo o ambicioso desdenhado lançava para seus fins folhetos incendiários, em que a lama arrojada pelas rodas dos trêns dos opulentos se dizia esbofetear as faces do proletário faminto e em que a túnica dos reis, em verso coxo, se reclamava para cobrir os ombros nus dos seus povos.

Acabou-se esse tempo de declamação e de jacobínica lírica; compreendeu-se que a propaganda por tais meios era absurda porque dizia falsidades; conveio-se em que nem os reis trazem túnica hoje em dia, nem os princípios democráticos eram coisa tão frívola que só versos imbecis ou tiradas lamurientas os podiam expressar, quando eles são realmente noções precisas, exactas, matemáticas, a demonstrar que não pieguices a chorar ao piano.

Entramos numa compreensão mais alta, mais pura, mais transcendente.

Formamos uma ideia positiva do Estado e do cidadão no Estado. Definimos o que sejam o direito e o dever. Constituímos a teoria da organização enfim.

A república de 1848 em França, arrastada pelo plano inclinado da retórica e da sentimentalidade, graças sobretudo à eloquência pouco lógica de Lamartine, é um exemplo da ridícula impotência desta forma de governo compreendida então como alguns a compreendem ainda hoje.

A república, porém, como ela funciona ao presente na Suíça, nos Estados Unidos e na França, a república científica, positiva, racional e empírica é a mais alta expressão da governação, é a organização da autoridade por princípios justos, é a administração dos cidadãos da única maneira compatível com os interesses sociais e a sua dignidade de homens livres.

Nós, portugueses, achamo-nos num momento solene, crítico, gravíssimo, em que perigos sérios nos ameaçam.

Cumprir sair da indiferença que uma monarquia safada e mentirosa conseguiu fazer entrar nos costumes para a seu salvo se locupletar e aos seus, invadindo aos poucos a esfera dos direitos para a reconquista dos quais nossos pais derramaram nos campos da batalha o seu sangue generoso.

Nós temos o tesouro vazio, uma dívida espantosa a solver, encargos extraordinários e que cada dia serão maiores pesando sobre o contribuinte, um exército de funcionários e parasitas pagos à farta, o descrédito nas praças estrangeiras, as colónias abandonadas, a instrução pública agonizante, o comércio e a indústria paralisando.

A emigração arrasta-nos para fora do país os mais robustos e activos dos nossos agricultores, que, desejando sobretudo fugir ao vexatório e odioso imposto do sangue em que se ampara uma realza desprezada, vão levar para longe o seu trabalho prenhe de riqueza.

Uma monarquia aventureira, oriunda de uma indisciplina de soldadesca vilã, apoderou-se por surpresa do poder em Espanha, e esta monarquia, por a necessidade de se sustentar, lança sobre o nosso país olhares de uma criminosa cobiça, não deixando, como ainda há pouco na questão das pescarias internacionais, escapar o ensejo de nos fazer sentir a sua força insolente.

Tudo leva a crer que um dia qualquer, bruscamente, por necessidades de política interior, esta monarquia se lance nos azares de uma guerra dinástica para conciliar em roda do trono vacilante todas as energias espanholas ligadas pelo desejo comum da

absorção da nossa nacionalidade; e, todavia, para resistir a esse embate terrível, nós, que possuímos, no dizer do general Foy, todas as condições naturais para sustentar, sem a menor probabilidade de desastre, uma guerra defensiva, nós, pelos desmazelos dos governos monárquicos que nos têm empobrecido até hoje, não havemos empreendido construções por que aproveitássemos esses meios de defesa que a natureza nos fornece; não podemos contar com um exército sério e a nossa autonomia acha-se garantida tão-só por uma pura convenção diplomática que se anula quando isso convenha.

Na ordem política e administrativa, nós temos uma carta de alforria como se nascêssemos escravos e uma centralização despótica que faz com que as populações sejam administradas por desconhecidos que o rei envia com plenos poderes para a direita e para a esquerda.

Possuímos também um rei que traduz comédias e uma rainha que é o anjo da caridade, no dizer dos jornais subsidiados; não faltam também príncipes, infantes, aios, cortesãos e toda a turba-multa, que consome rios do dinheiro público sem produzir o menor serviço útil.

Em compensação não temos o sufrágio universal; não temos o registro civil; não temos a liberdade de cultos, de associação, de reunião; não temos escolas nem temos um régimen penal conveniente.

Vivemos sob uma pressão de sofisma, de burla e de escamoteação tal que ultimamente um dos mais ilustres oradores da nossa terra, o visconde de Moreira de Rey, rasgou em pedaços, indignado, o seu mandato de deputado, incompatível com a paródia de parlamentarismo que aí se está fazendo.

Pesa sobre o país uma densa atmosfera de desmoralização e de crápula que torna o acto eleitoral de agosto em infamante. As consciências vendem-se aos cantos a quem mais der, os empregos pagam-se, o princípio do concurso é hoje uma irrisão, as concessões e os roubos nem o simples tédio provocam já.

É um pandemônio de pequenas ambições e de desejos impudentes a organização política do país, que nos ameaça da ban-carrota, da miséria, da invasão.

Pois bem: levantemo-nos desta podridão, saiamos deste charco.

Vós todos que não envergonhais a terra em que nascestes; vós todos que, encolhendo os ombros às declamações de um chauvinismo reles do Sr. Tomás Ribeiro e quejandos cantores do *Primeiro de Dezembro*, amais, profundamente, sinceramente, a vossa pátria, agrupai-vos em torno da bandeira da república, que a hora dos perigos supremos avizinha-se desesperadamente.

A república salvar-nos-á como salvou a França. Empeñemo-nos, todos os patriotas, todos os que ainda são suficientemente caturras para prezarem o nome de portugueses, na obra de demolição do desmantelado edifício da realeza, atentatória dos direitos dos cidadãos, absurda, condenada pela ciência, falsa em teoria e como tal julgada pela prática.*

* Este texto corresponde ao editorial do jornal *O Democrata*, Semanário Republicano Radical, Porto, n.º 1, Junho de 1879, de que foi Director o Sr. Miguel Maria da Felicidade (também proprietário da Livraria Democrática, Rua Formosa, 262, Porto), jornal que, para além de incluir o aludido artigo como seu editorial, inclui também o artigo intitulado «Crónica do interior», que se apresenta a seguir e de que foi redactor único Sampaio (Bruno). Embora não assinado por Sampaio (Bruno), os contemporâneos foram então unânimes quanto a reconhecer que a redacção do artigo «Crónica do interior» (ocupando todo o jornal) também pertencia exclusivamente a Sampaio (Bruno). Contribui para corroborar tal atribuição o facto de o jornal inscrever no frontispício a morada de Sampaio (Bruno) como sua Redacção.

CRÓNICA DO INTERIOR

Caiu o ministério regenerador; afundou-se na miséria moral que tão tristemente célebre o havia tornado. Foi-se enfim o governo das penitenciárias e dos empréstimos; desapareceu da cena política a *coterie* sem ideias e sem moralidade que afirmou o seu amor à civilização restabelecendo a pena de morte e que, cansada de mentir e trapacear, cedeu o seu lugar a outros não menos mentirosos e trapaceiros.

O Sr. Anselmo José Braamcamp, uma incapacidade gotosa, foi chamado pela majestade a seus (?) palácios, a fim de constituir novo ministério, visto que o Sr. Fontes, presidente do conselho de ministros, não encontrara na maioria que o seu colega Sampaio havia mandado buscar pelas orelhas ao banco dos demagogos arrependidos da universidade — quatro idiotas à altura de rabis-car um despacho com gramática.

Nestes termos, o Sr. Anselmo José Braamcamp, convencido de que sob as dobras do manto do Sr. Luís de Bragança não se achavam já os que aí se tinham escondido dos furores do Sr. Mariano de Carvalho, jornalista bilioso, passou a acocorar em seus respectivos lugares sob tão conspícua capa vários farcistas, seus amigos.

Depois, o dito Braamcamp dirigiu-se à câmara dos dignos deputados da nação, e a suas dignidades disse que chegara o momento de o partido progressista operar suas prometidas reformas, mas como as reformas se não fazem *de repente* nem sejam

precisas *desde já*, entendia dever dizer que afora várias mudanças do pessoal administrativo, várias reduções aos ordenados dos empregados que trabalham (porque aos empregados que não trabalham, como o rei, o partido progressista não vota reduções de salários) e várias interrupções de obras públicas, o governo não faria por não as considerar convenientes essas decantadas reformas que ainda na véspera, quando oposição, declarara duma necessidade impreterível.

Acudiu a este honesto dizer o Sr. Luciano de Castro, um certo que fugiu diante do terrível Sousa do Casação coligado com o marechal Saldanha na emboscada do 19 de Maio, abandonando o paço dos seus reis às fúrias dos penicheiros exaltados, o qual afirmou por seu lado que afinal isto de reformas não era o primeiro governo progressista que as havia de fazer, pois para tal se tornavam precisos muitos e sucessivos ministérios, o que nos dá a consoladora perspectiva de termos realizadas no ano 3000 as reformas que obrigavam o mesmo incongruente Luciano a querer assassinar o governo regenerador por as não ter realizado nos primeiros oito dias em *que dirigiu o leme da barca governativa*.

Notou-se que não proferisse coisas doces por essa ocasião o amargo Saraiva, que ameaçara o rei de o pôr no olho da rua, alungando-lhe ainda em cima para maior desfeita a sua Ajuda querida, aonde ia mandar pôr escritos; mas soube-se pouco depois que este Saraiva não podia abrir boca dos dentes que lhe partira um bofetão real, quando se abaixara para beijar a mão do que insultara em tempos, e cujos favores vinha aceitar humildemente hoje.

A câmara, apesar dos modos cordatos dos senhores monarquistas avançados, votou-lhes por proposta de um logrado em suas esperanças, o triste Lopo Vaz, uma moção de desconfiança, que fará fechar a porta ao parlamento, o qual voltará junto aos seus eleitores a dar-lhes conta dos seus actos, apanhando em paga dos seus constituintes algumas agradecidas derrotas nas próximas eleições.

Mas, agora que o partido progressista se acha no poder, que ele o entenda bem. As suas mentiras e as suas deslealdades à opinião que o acompanhou não passarão despercebidas. Nós estamos aqui, os republicanos para fazer notar ao país as contradições

do governo e para gritar todos os dias ao partido de que esse governo procede, que não meta descaradamente o seu programa de baixo dos pés, como já o fez com aquele parvalheira burlesco conhecido pelo nome não menos falso de duque d'Ávila e Bolama e como as palavras engasgadas do Sr. Anselmo José Braamcamp dão a entender que tenciona fazer de novo.

Basta de comédias e de burlas! Estamos cansados de contradições! Compreendei que, se o progresso é eterno, ontem não é hoje.

Exigimos de vós o cumprimento das vossas promessas, sob pena de vos termos na conta de uns vulgares charlatães e de uns impudentes mistificadores da opinião.

Reclamamos de vós, sim, o cumprimento das vossas repetidas promessas, que foi para as realizar e não para vos ver com a vistosa libré de ministros às costas que a nação vos elegeu.

Ficamos, senhores monarquistas, numa expectativa severa.

* *
*

Em todo o caso, que ninguém espere desta gente as medidas superiores que o estado do país exige imperiosamente.

Estes senhores da Granja reconciliaram-se com o rei e não hão-de decerto querer encaminhar, com o risco de perder a confiança da coroa, o seu país, por uma reforma liberal das instituições, para o governo republicano, pois que, apesar das suas constantes ameaças de fazerem a república caso a monarquia os não fizesse ministros, eles são devotados de coração (cabeça e estômago, diria o nosso grande romancista) à casa de Bragança, tão amada.

Ainda há pouco declarava o Sr. Emídio Navarro, o dos *Avi-sos*, que não era republicano e isto nas colunas do jornal que mais há contribuído no Porto para desprestigiar a monarquia, afirmação tanto mais de notar quanto o que se arvorou em defensor do princípio monárquico é com certeza um dos pouquíssimos homens de talento que tão desgraçado princípio tem conseguido possuir nos últimos tempos entre nós.

Mas, seja qual for a soma de sofisma na argumentação e de colorido no dizer que despenda ao serviço de causas perdidas,

nunca se viu engenho por mais alevantado capaz de adornar o erro com as galas da verdade e de fazer o mais apagadamente possível que seja irradiar ao que é injusto a serena luz convincente que lhe não pertence de própria.

Por isso, na série dos artigos publicados pelo *Primeiro de Janeiro* os erros, as contradições, as banalidades e a falsa retórica enervante maculam a todo o passo as inspirações verdadeiras e sadias que o jornalista deveu ao puro amor da causa popular, despida de alianças injustificáveis e de conciliações radicalmente impossíveis.

É assim que, como dissemos, ainda há pouco, depois de ter mostrado como a representação nacional se acha viciada dentro das monarquias, como os reis têm estado sempre em luta com as legítimas aspirações dos indivíduos que um miserável acaso de nascimento tornou seus subordinados, como as arbitrariedades, as concussões, os patronatos escandalosos são os florões da monarquia no nosso país, como as garantias constitucionais não passam de *ficções*, como o adiantamento, operado pela ciência e pela indústria, das modernas civilizações exige radicais reformas nas instituições por que os povos se regem; depois de ter feito ver como o receio dos perigos prováveis das eleições presidenciais nas repúblicas, argumento que se costuma apresentar contra esta forma de governo, não tem razão de ser, hoje que a Europa assistiu ao facto, de uma tão alta transcendência política, da eleição de Grévy sem que o mais leve sobressalto se fizesse sentir em qualquer das manifestações do trabalho em França; depois de ter apontado, ao lado da Europa monárquica, pobre, ignorante e em febris convulsões indicativas da decomposição íntima que lavra em todos os tecidos do organismo social, o grande exemplo de um ensino formidável, da França republicana, da Suíça republicana, da grande confederação d'além-Atlântico, nações prósperas, respeitadas no exterior, sossegadas no interior, nações de trabalho e liberdade; depois de tudo o que acabara de afirmar em demérito da monarquia e em prol da república, o articulista do *Primeiro de Janeiro*, por uma inaudita contradição, explicável, de resto, para os que sabem como infelizmente as mesquinhas ambições deturpam e corrompem as melhores inteligências, fechava o seu eloquente artigo, de uma evidente propaganda republicana em todas as linhas, declarando alto e bom som não ser republicano por motivos que não era para ele ocasião de definir.

Não era ocasião de definir?!

Pois, pelo contrário, que melhor ocasião de sair da miserável política de momento para ascender às puras regiões do debate filosófico de modo a lançar no espírito do povo as fecundantes sementes do ensino científico, o pólen generoso da verdade?! Que melhor ocasião para mostrar como, apesar dos confrontos anteriormente feitos e confrontos tão desfavoráveis para a monarquia, a república lhe era realmente inferior e não podia sustentar-se no campo doutrinário em luta com a tese de Benjamin Constant, o apóstolo das monarquias representativas?!

Não o mostrou, porém, o articulista, limitando-se, como dissemos, a afirmar que possuía motivos que lhe faziam rejeitar para bem longe a forma do governo republicano, mas guardando até hoje para si esses motivos, quaisquer que eles sejam.

Pode isto ser tomado a sério?

É preciso, todavia, que o articulista o compreenda. Desde o momento em que o articulista diz não aceitar a república, por entender porventura que nós, os portugueses, somos monárquicos por espírito, por tendência de raça, por hereditariedade de tradição, corre-lhe o dever de, contra a propaganda em sentido inverso, mostrar ao povo como o governo republicano seria uma desgraça irremediável para o nosso país e como a monarquia é a cornucópia prenhe de felicidades a despejar sobre esta terra lusitana.

Fazer isto é a obrigação iniludível dum monarquista sinceramente convencido.

Aproveitar-se, porém, dos progressos da pura ideia democrática na nossa terra como uma ameaça ao Sr. D. Luís I, ameaça que num dado momento irrompe do fundo da viciosa argumentação, à laia desses polichinelos dos *bonbons* das crianças aristocráticas, para desaparecer logo no dilúvio de largas frases prometedoras de conciliações e esquecimentos, a partir do instante em que o mesmo Sr. D. Luís I fizesse suceder aos contratos Burnay os contratos Youle, às eleições de Gouveia as de Belém, às violências de Ceia os fuzilamentos de Arada, parece-nos artimanha desleal que deve repugnar a todos os homens sinceros nas suas crenças e nobres na sua guerra.

Mas a confiança que os monarquistas têm em si e a cega convicção de que estão possuídos de que nada no país se faz senão

por eles e para eles chega a ser dum alto cômico a provocar risadas aos misantropos sobre quem mais pesadamente caia a névoa da tristeza.

O partido progressista, de que o articulista a que nos temos referido é um dos mais abalizados defensores na imprensa, amontou sobre o rei e os seus validos os epítetos mais afrontosos; ele proclamou a monarquia do Sr. D. Luís I e um vasto tecido de esbanjamentos e roubos; ele disse a quem o quis ouvir que o manto real não passa duma capa de ladrões professos e que o rei, receptor de roubos escondidos debaixo das dobras desse seu manto, exerce com o maior descaro o mais ultrajante poder pessoal; ele não se escondeu para clamar que as garantias constitucionais no nosso país não são senão meras ficções, pois que o governo que realmente nos rege não é outra coisa mais do que uma vasta associação criminosa de larápios do dinheiro público e de tiranetes de baixo coturno.

Pela voz dos seus representantes mais ostensivamente sisudos, este partido veio para os comícios populares expor em irrisão a câmara de que era a minoria, e em 1875 abandonou tumultuariamente as cadeiras dessa câmara, apelando assim para a revolução que depois teve a suficiente covardia de não tentar.

E é este partido, são os homens desta facção triunfante, que têm injuriado o monarca como nunca demagogos se lembraram de o fazer; é esta gente contraditória e sem princípios claros e justos que não recuou até ao ponto de tornar o rei cúmplice de ladroiras, é este partido singularíssimo que insiste em por outro lado dizer que é monárquico, respeitador da tradição e amigo sincero da casa de Bragança!

Pois bem: que o povo o saiba; que o povo compreenda bem que, entre o rei e ele, os progressistas preferem o rei que intimidaram, é certo, mas unicamente para que a eles lhes desse também o que a outros tão-somente teimava em conceder; que o povo não esqueça que não são os membros do partido progressista outra coisa mais do que os humildes servidores da monarquia, que não são eles senão realistas, quer dizer, partidários do rei, amigos do rei, exploradores do rei.

É preciso que o povo se recorde de que foi este partido que veio a público com a celeberrima ideia dum movimento, chamado *rotação dos partidos*, por meio do qual, dando o rei a uma

manivela, teria nos conselhos da coroa agora regeneradores, logo progressistas, logo constituintes, logo avilistas, logo *tutti quanti*, tivesse maioria parlamentar quem a tivesse, isto é, tivesse o povo manifestado, aos olhos destes democratas tão originais, a sua vontade num dado sentido qualquer como tivesse.

Urge que vão caindo as máscaras e que as intenções abjectas se vejam à luz do dia.

É preciso que a parte trabalhadora e honesta do país não esqueça que isto de reclamações pelos direitos populares desprezados, por uma mais sábia distribuição dos poderes, por uma reforma no sentido liberal das instituições não são senão grandes frases com que se alcança o sufrágio dos iludidos e que na primeira ocasião se metem debaixo dos pés de qualquer régulo de Bujagoz que por aí passeie a sua vaidade inepta ou se declaram incompatíveis com os interesses do país, como o acaba de fazer o Sr. Braamcamp, quando se tornam realmente incompatíveis com as necessidades do partido que se fez interessadamente o intérprete dessas reclamações.

Mas que haja ao menos franqueza, já que não existe patriotismo; e sobretudo que se não finja iludido ninguém, antes para todos seja ponto de fé que o partido republicano, que dia a dia cresce no nosso país, não foi, por mais que o repetissem os interessados em amesquinhá-lo, o resultado fatal e inconsciente da política do Sr. Fontes e dos esbanjamentos e nepotismos da situação regeneradora. O partido republicano vem de mais longe e procede de mais alto.

O partido republicano é a expressão mais pura da grande escola liberal de que os monarquistas andam arredios. E a este partido que breve conterà no seu seio tudo o que o país possui de elementos vitais e rejuvenescedores, a este partido, que é preciso que se saiba ser um partido de ordem, de legalidade, de propaganda pacífica de doutrinas, não o reduzirá à extinção o facto tão horrorosamente insignificante de os correios agaloados correrem atrás do marcial Sr. Fontes de Melo ou do pacífico Sr. Braamcamp, como com o mais despejado dos desplantes a imprensa da opposição monárquica o dizia quando certificava que, uma vez chamado o partido progressista ao poder, o país abraçaria com fervor as instituições monárquicas, ficando decerto surdo à grande voz reformadora que enche o século.

É realmente extraordinário! Acreditar alguém que escamoteia a lei do Progresso e faz parar o movimento de uma ideia num dado ponto que lhe apraz!

Pois crer-se-á em verdade que se satisfazem as exigências democráticas que a todo o instante adquirem mais latitude com o equilíbrio orçamental, esse El-dorado que todas as facções monárquicas andam de bem longa data a prometer à nação com o êxito que todos sabemos e que é para o partido progressista a grande panaceia a todos os males, de qualquer ordem que sejam, que ele traz escondida no bolso aonde os colegas meteram os dinheiros de João Calor, o perverso?

Mas então, se a causa da divergência era só essa, que o Sr. Serpa conseguisse ontem por um empréstimo hábil, por uma sagaz especulação, por um corte nas despesas, por qualquer meio enfim, eliminar o *deficit* e o partido progressista ter-se-ia dissolvido desde logo decerto, visto ter desaparecido o motivo que lhe dava razão de ser?

E, se se diz que, além dessa reforma, outras se projectam nos diversos ramos da pública administração, o partido regenerador não oferecia também razão para ser combatido por os que são monárquicos como ele, por isso que na sua longa permanência no poder ele tinha, como o partido progressista se propunha fazer quando oposição, realizado essas meias concessões, essas reformas coxas de que são o exemplo, entre outros, o registo civil, incompletíssimo, e o alargamento do sufrágio.

Mas não! A razão de existência do partido republicano está noutra categoria de factores bem diferente da que lhe arbitra o articulista do *Primeiro de Janeiro* e outros monarquistas como ele.

O partido republicano tinha necessariamente de aparecer, como o produto espontâneo dumas sociedades que, possuindo há perto de meio século instituições representativas acanhadas, havia forçosamente de as querer alargar tarde ou cedo; como resultado naturalíssimo da consciência progressivamente mais nítida dos direitos do homem que as populações iam adquirindo; como consequência inevitável da sadia concepção aos poucos firmada de que a soberania reside por essência em cada cidadão que a delega nou-trem, desde o momento em que o aumento da população ou os seus afazeres não permitem que ela toda junta decida daquilo que lhe convém e do que deixa de lhe convir em matéria comum de todos.

A contar de quando o princípio electivo começou a ser posto em prática na constituição do corpo legislativo e dalguns administrativos, estendendo-se prontamente a sua aplicação às associações de toda a ordem, religiosas, de crédito, de trabalho, de socorros que as populações foram criando, havia forçosamente de surgir a ideia de aplicar esse salutar princípio a todas as corporações e poderes, em cuja função ele não entrasse ainda como elemento primordial; e assim desde logo existia o partido republicano num fecundo embrião.

Á medida que o povo se ia compenetrando de que o rei não era senão o primeiro magistrado da nação, quer dizer, o delegado desse poder único que elegia os legisladores mas cujo direito pleno não estava ainda reconhecido na lei positiva, tinha de se formar no espírito desse povo a ideia, aliás tão natural, de generalizar sem restrições o principio electivo e dessa forma o núcleo do partido republicano havia de adquirir uma amplitude cada vez maior.

De tal modo se encarregam os factos de comprovar estas previsões *a priori* que, de há vinte anos a esta parte, nós vemos a ideia republicana adquirir cada dia mais terreno e pagar em júbilos aqueles que um momento ou outro se deixaram arrastar a pueris desalentos.

Bem vêem, pois, os monarquistas que o partido republicano não é obra deste ou daquele, que aparece quando convém e desaparece quando lho ordenam. Longe disso.

Espera-os o futuro a todos os que entendem em sua consciência não ser justo que arbitrariamente a um dado indivíduo de uma certa família, não por ele ser o mais virtuoso, o mais activo ou o mais sábio, mas por ser filho de um tal em análogas condições, se conceda aquilo a que de direito podem ter desejos de concorrer.

Ora, sendo esta dificuldade da hereditariedade um mal insanável para as monarquias, agora que a democracia, vitoriosa nos costumes, nas letras, na ciência, só espera o seu transporte para as instituições, que sonâmbulos não são esses que pensam que bastará um meio progresso realizado em leis de meio termo, que tenham a óptima qualidade de desagradarem a gregos e a troianos; que essa miséria, de parceria com uma farda vistosa nas suas costas, será o bastante para deter esta onda democrática,

cujos diques o espírito científico partiu, e que está galgando por cima de tudo o que loucamente pretende impedir-lhe a passagem?

Não compreenderão de uma vez para sempre que ao assombroso progresso científico dos fins deste século há-de corresponder uma reforma radical de instituições, que cairão em face das inspiradas pelos modernos ideais como as que se esboroaram diante das que actualmente já estão fora do momento histórico que as legitimou? Não verão que a literatura, a poesia, o comércio, a indústria, as conversações, os ditos são outros tantos canais por onde passa o sopro da Revolução?

E diante deste redemoinho vertiginoso em que se afundam os restos do velho mundo, ainda se ousa falar de conciliação, de meio termo entre o que é viável e o que está caduco?!

Está aí diante dos olhos de quem deseja ver claro o exemplo da Itália monárquica, aonde nem o respeito devido à casa de Sabóia pelos seus serviços à causa da unificação nem uma constituição num sentido rasgadamente democrático sustêm o fortalecimento, cada vez mais acentuado do único partido não efêmero, o grande partido republicano; e ainda se quer manter a ilusão da quimera de uma conciliação entre o direito popular e o abuso da realza por direito divino?!

Será o partido progressista, agora que se acha no poder, capaz porventura de pensar em dar ao país uma constituição como a que a constituinte espanhola de 1869 decretou e será alguém capaz para essa illusória tentativa chamada monarquia democrática de encontrar um rei, tão inteligente, tão honesto, tão dedicado, tão leal como aquele ilustre Amadeu que não pôde, como ninguém que se preze, aceitar mais o papel que essas constituições concedem ao monarca, o de um referendatário de luxo que de nada serve, a não ser para as exhibições espectaculosas?!

A quem contentará uma reforma que, abrangendo todos os poderes do Estado, faça todavia uma odiosa excepção injustificável para o supremo poder regulador?

Que abandonem, portanto, abusões estranhas todos os liberais de boa-fé e que desapareça de vez esse ominoso governo por nascimento, com suas prebendas, os seus cortesãos, os seus beijamãos humilhantes, os seus lacaios, os seus archeiros, os seus camaristas, aios, preceptores, validos, pajens e infanções, esses res-

tos grotescos de um velho mundo de mentira, de abuso e corrupção que nada poderá fazer ressuscitar do abismo de desprezo em que se afundou.

Que se vá para bem longe essa realeza estéril, corrupta, cínica, covarde, que nos momentos do perigo foge vergonhosamente a ele, como esse poltrão D. João VI de suja memória; essa realeza que se não crê desonrada em chamar ela mesmo os estrangeiros, como D. Maria II ao espanhol Concha; essa realeza que folga em saraus libertinos, aonde os fidalgos roubam as alfaias compradas, com o dinheiro do contribuinte, enquanto o pobre povo morre por aí de fome aos cantos; essa realeza que não cora de pejo ao receber *por não fazer nada* para si e os seus do minguido tesouro o que encheria a pátria de escolas e estradas; que se vá enfim diante do nosso desprezo como em 1807 aos pontapés de Junot; que mais tempo não envergonhe um governo de acaso a uma população de obreiros, que vive de previdência; que mais tempo não desonre um régimen de desperdício e arbitrariedade a uma sociedade que deve ter as bases indestrutíveis do trabalho e do direito!*

* In *O Democrata*, Semanário Republicano Radical, Porto, n.º 1, de Junho de 1879.

ENQUANTO O PANO NÃO SOBE

Como os preâmbulos mais curtos são sempre os melhores, em duas palavras aqui está como o caso se passou:

Tínhamos acabado de jantar, no Louvre, os cinco que de Paris se transportaram ao Porto expressamente para redigir o periódico que tens sob os olhos, leitor severo, para te dares ares de entendido, tu que não quereríamos para copista e que tomámos para juiz.

Sáíramos em tumulto e em tumulto entrámos no café, a essa hora em que os frequentadores costumam começar a reunir-se ali. Caixeiros de escritório, estudantes e empregados públicos confraternizam. As conversas, tumultuosas sujas de obscenidades, arrastam-se em escândalos, atirados à voracidade das curiosidades doentes. Gargalhadas estrídulas rebentam, sobem, descem, esfuziam como um fogo de artifício que arde.

A pequenos intervalos a porta bate, lançada de arremesso, e por entre o murmúrio das conversas ressaltam as pancadas secas das pedras do gamão no tabuleiro. Do bilhar desce até à sala o ruído das bolas de marfim que se entrechocam.

Vendedores de almanaques escoam-se por entre as mesas, pedindo na sua melopeia nasal. E no ar embaciado do fumo do tabaco, que se eleva como uma névoa cada vez mais rarefeita até se perder no estuque gretado em que as sombras das campânulas dos lustres oscilam, passam a espaços notas vivas de *seguidillas* que geme o piano.

Rodeámos uma das jardineiras do centro da sala, pegajosa de Kermann entornado em que flocos da cinza verde dos nossos charutos poisavam. O Casimiro, que, barbeado de fresco, as pontas da gravata azul caídas sobre o peito lustroso da camisa, corria em todos os sentidos, gritando *prontos* à direita e à esquerda, com o seu comprado sorriso obsequiador, passou a toalha pelo mármore sujo e colocou diante de nós as chávenas douradas e os cálices trémulos.

Mas tomado o nosso *moka*, servido aos goles o nosso *Doppel-kummel*, fumados os nossos *londrès*, rebentou em toda a linha a fuzilaria dos nossos ditos, e os epigramas saltando projectavam-se em todas as direcções, como um vinho espumoso que faz has-tilhas da sua prisão facetada.

Mendès caíra em êxtase. Feydeau discutia *à tort et à travers* de tudo e de todos. Daudet apostrofava Flaubert que sorria. E Zola acabara por declarar que ia afinal desfazer aquele Dumasito que estava sendo petulante e ridículo.

Juntaram-se a nós alguns que vinham entrando, R., um loiro que se arruína com o desdém de um nababo, M., célebre pelo nome pitoresco de Quilómetro 39, de que usa *urbi et orbi*. Quando, de repente, não se sabe como, o pálido baronete de L..., que entregara à porta o seu *tilbury* envernizado ao seu pequeno *groom* negro, deixou cair esta blasfémia.

— A Boémia está morta! Mürger morreu no hospital e na rua Lourcine, o cadáver de Nerval ainda pende da travessa de ferro do lampião.

Houve um *tolle* geral.

— Como?! Que barbaridades estava ele para ali a dizer?! A Boémia existe e existirá, enquanto no altar da vida a mocidade comungar a alegria.

Cruzavam-se as interpelações e Feydeau que acabara de limpar o seu monóculo de cristal à *batiste* perfumada, *cadeau d'amour* que lhe dera a condessinha de N..., clamou, colérico:

— Prove-se já aos incrédulos que ainda existe a fé. Vou fulminar aqui mesmo a burguesia que se corrompe!

Chamaram Mendès que chegou dali a pouco do país dos sonhos por onde andava viajando:

— E eu, disse, vou fazer alexandrinos, vermelhos, rutilantes, como as camélias de milhares de rublos que em Sampetersburgo caem aos pés da Patti.

— Pois nós, gritaram a um tempo os três restantes, escreveremos um conto, triunfal como uma sinfonia de Wagner e fresco como uma pétala de rosa beijada do orvalho da manhã.

Feydeau puxou da sua carteirinha que no Odéon, numa festa de caridade, comprara a M.^{lle} Croizette por mil francos. Arrancou-lhe alguns velinos, e depois de ter escrito, passou a sua lapiseira de ouro ao que se lhe seguia.

À hora dos fantasmas de Radcliffe estava tudo feito. E Léon Dierx, que chegara do seu *cercle*, informado do que ocorrera, improvisou ali logo os seus versos, de uma ironia crua, vibrante de verdade. Decidiu-se então fundar um jornal, quer dizer, desfraldar uma bandeira.

E ao outro dia espalharam-se esses prospectos ruidosos que fizeram retrair os capitães e descer a cotação dos títulos na *Bourse* da *Cité* e nos gabinetes dos banqueiros ingleses.

Sentia-se que alguma coisa de grave ia principiar e as chancelarias começaram a trocar notas misteriosas em cifra.

E aqui está como tens hoje diante de ti, leitor reumático, a prova de que essa felicidade incomparável de possuir mocidade ainda não falta de todo a esta terra da pátria, que tal o mostra o aparecimento deste quarto de folha de impressão ainda húmido da tinta como a boca de *bebé* dos lábios da mãe e palpitante do sopro do entusiasmo como um glorioso pavilhão despregado no Azul.*

* In *Gazeta do Realismo* (Órgão da Última Boémia), Porto, n.º 1, de 23 de Dezembro de 1879. Sampaio (Bruno) utiliza como assinatura o pseudónimo «Alphonse Daudet». Será o único pseudónimo que Sampaio (Bruno) utiliza para além do de «Bruno». Trata-se de pseudónimo adoptado como assinatura do artigo-editorial do jornal *Gazeta do Realismo* (Órgão da Última Boémia), publicado no Porto, em 23 de Dezembro de 1879, e que conheceu como publicação apenas este número. O jornal, sob a forma de número único, foi escrito por alguns dos membros da tertúlia de Bruno, no Café Lisbonense (junto da casa de Bruno, à Rua do Bonjardim, local onde habitualmente se reunia a sua tertúlia), sendo que, para o efeito, quer pelo contexto sócio-político-cultural em que o jornal será elaborado, quer pelo prestígio intelectual e cultural dos autores franceses que adoptam como pseudónimos, decidem assinar, individual ou colectivamente, os respectivos artigos com

pseudónimo. Esta interpretação, para além de estar suportada na natureza dos artigos e no clima sócio-político-cultural em que os seus autores se integram, conta com a abonação de José Pereira de Sampaio (sobrinho de Bruno) in *Sampaio (Bruno) — Sua Vida e Sua Obra*, Lisboa, Editorial Inquérito, s/d, pp. 39-41, bem como da notícia que o jornal *Aurora do Cávado*, Barcelos, de 30 de Dezembro de 1879, dá sobre o assunto.

TRADUÇÕES

O CONDE DE TOLOSA*

I

REGRESSO DA TERRA SANTA

— Ora diz-me, meu amigo Goldery, não é esta uma linda noite para viajar? Vê como a lua alumia o pico das nossas montanhas; vê como a lua é bela!...

— Por Deus, meu senhor, acharia eu à lua um encanto infinito, dependuraria, se possível fosse, em cada um dos seus cornos um anel de ouro se ela me desenhasse um tecto de uma taverna e me mostrasse o apreciável ramo que pende à porta de uma estalagem.

— Eh! meu rapaz, tem paciência; breve verás as ameias de um vasto castelo, e juro-te que, temível como ele é, tem alguma coisa mais do que lanças e massas. Há já dez anos que eu dele me ausentei, e é preciso que Gaillac ou Limaux não tenham produzido uma garrafa de bom vinho se nós o não encontramos em abundância na adega do meu pai; e é preciso que o bom do velho já não possa disparar uma frecha, se não encontramos na cozinha uma perna de vitela.

— Há cinco horas que desembarcámos em Saint-Laurent e há também as mesmas cinco horas que partimos sem dizer — água vai — para o vosso castelo, deixando no navio, que nos trouxe até aqui, cavalos, criadagem, Maufrida e as nossas baga-

* De acordo com a assinatura, o presente texto corresponde a tradução feita por Sampaio (Bruno) a partir de texto de Fr. Soulié.

gens; há cinco horas que me fazeis vir a água à boca com todas as vossas belas promessas, de tal modo que já nem tenho saliva. Pela muito Santa Virgem, Maria das Sete-Dores, suplico-vos, senhor que me deveis apelar à primeira hospedaria que se topar na estrada, como vós dizeis, meu fidalgo; e isto para me reconfortar com uma pinga de vinho, ainda que fosse amargo e levadinho da breca como o dos eremitas do monte Líbano, que no meu parecer são os piores borrachos da Terra-Santa!...

— Falas sempre, como um miserável romano que és; e imaginas que na minha bela Provença se encontram a cada passo hospedarias para vender ao viajante o pão e o asilo que a hospitalidade manda dar...

— A hospitalidade dá e o estalajadeiro vende; é por esta razão que eu creio no estalajadeiro e não na hospitalidade.

— Diz antes que em nada crês a não ser na tua barriga.

— Ai! meu fidalgo, daqui a pouco nem nela posso crer, porque a minha pobre barriga está a degelar, como gelo na primavera; e até creio demais que o castelo do senhor fidalgo também se fundiu aos raios de um lindo sol e receio muito que no seu lugar só encontremos um rochedo nu, como nuas andam as raparigas árabes do Hedjaz. É que os cavalheiros provençais, meu fidalgo, são muito bons cavalheiros, pelejam admiravelmente, detestam a vaidade e a mentira, mas padecem de uma horrível moléstia...

— Que moléstia, mestre Goldery?

— A moléstia das visões, meu fidalgo.

— Que é uma visão, Goldery?

— Uma visão, meu fidalgo, é uma ilusão do espírito. Lembrai-vos, meu fidalgo, de quando me tomastes ao vosso serviço, depois da morte do digno Gabas de Capua, meu ex-amo, homem de muito saber na arte de cozer um quarto de carneiro com vinho de Chio, com pimenta, cominhos, ovos de canário e uma pitada de canela...

— Ora tome tento Goldery; não me comeces a descrever os talentos de Gabas e arte de cozer um quarto de carneiro. Ora diz-me: — que entendes tu pela tal doença dos cavaleiros provençais?

— Eu já digo, meu fidalgo. Quando me tomaste ao vosso serviço, tinha morrido o cavaleiro Gabas.

— Oh! continua Goldery, pobre cavaleiro Gabas! Era capaz de fazer um prato de rei com a sola de um sapato...

— E aí estás tu!

— Perdão, mil vezes perdão; mas nunca se perde a lembrança de tão bom amo.

Que conversa instrutiva era a dele! Nunca me fez a honra de caminhar ao pé dele, que eu não trouxesse depois da viagem uma boa receita ou para cozer carnes ou... Mas vejo que o meu fidalgo não gosta desta conversa; já vou à vacafria, mas receio que ainda mais se agaste depois de saber o que eu entendo por moléstia dos provençais...

— Irra! Ainda que eu te mandasse cortar uma orelha, ou dar-te gibatadas pelo tempo que dura um *Pater*, não te emendarias e comprarias ainda mais caro o prazer de dizeres uma insolência.

— E porque não meu amo? O que se ouve da boca de alguém faz mais mal ao ouvido de quem ouve, do que o cinzel à orelha do que o disse; um *Pater* nunca o julguei comprido, a não ser uma vez em que vós, meu amo, estáveis borracho como os monges de Eteste e que resmungáveis cada sílaba uma, duas e três vezes. Mas aqui não pode acontecer isso, porque vinho... *in albis*.*

— Deixa estar que talvez que te regue com um cântaro de malvasia.

— Oh! Quem dera, meu fidalgo!... Mas qual? Isso é também visão provençal. Nada mais.

— Finalmente. O que é visão provençal? **

— Ora bem; já que no fim de contas temos de chegar a esse ponto, lembrai-vos de quando me tomastes ao vosso serviço?

— Por Deus! sim, sim...

— Lembrai-vos sem dúvida, também de que fazia um calor de todos os diabos, calor que só poderei comparar a um outro que...

— Não compares, mestre Goldery: e faz por me responderes sem divagar... Olha vejo lá baixo um ramo de azevinho que facilmente se pode cortar com uma espadagada e despojar das suas folhas ásperas; não será esse ramo uma excelente gibata, mestre Goldery?

* No texto da tradução original, talvez por erro, figura «*inalvis*».

** In *O Laço-Branco*, Semanário de Literatura e Questão Religiosa, Porto, n.º 1, ano de 1872.

— Com milhão e meio de diabos! Estou vendo que cá na vossa terra, meu fidalgo, a cada passo encontra a gente um ramo de azevinho para dela fazer uma gibata. O azevinho é árvore linda, não há dúvida; mas eu prefiro ser gibatado com a cepa de uma vinha...

— Acabas com todos os diabos?

— Vá lá! Tínhamos saído todos da cidade de Damiette; havia três dias que caminhávamos e tínhamos uma sede horrível. Caminhávamos sobre uma areia fina que nos penetrava até à garganta e no-la secava, como seco fica um traço de carne de porco esquecido na grelha.

De repente exclamaram alguns peregrinos que viam um lago e tendo todos olhado, todos viram o lago. Parecia a três milhas de distância pouco mais ou menos e cada um para ele se dirigiu apressadamente; eu não pude deixar de imitar os outros peregrinos; cravei os acicates na barriga do cavalo. Dar uma esporadela a um cavalo para ir a um lago! Que a alma do cavaleiro Gabas de Capua¹ mo perdoe; mas, se eu corria à água era porque queria beber mais vinho. Em verdade, morria de sede.

Eu corri; o meu fidalgo correu também; e enquanto durou o dia, fidalgos e plebeus, cavaleiros e infantes, velhos e novos correram em cata de tal lago. Mas o dia passou e o lago não aparecia. Chegámos a um oásis e os que aí habitavam nos disseram que era uma ilusão comum a todos os que atravessaram os seus horríveis desertos e que tal lago só existia na cova das nossas mãos, posto que a cova da minha mão seria um lago, se eu nela pudesse lançar um quarto de pinga de vinho, o que é muito fácil por um processo que usava o cavaleiro Gabas e que consistiram...

— Goldery, estava ao pé do ramo de azevinho...

— Eh! Eh! Meu fidalgo, quando passarmos além, acabarei a história em quatro palavras.

Os dois cavaleiros continuaram a subir a encosta e o fidalgo perguntou: — E depois? O que é visão provençal?

— É o mesmo do que fomos acometidos nos arredores Damiette.

¹ Por erro no primeiro número saiu em vez de Gabas de Capua — Gabas de Calma.

Imaginam que tem castelos, adegas, terras e homens e afinal... quimeras, ilusões, transvoações do espírito.*

— Sabes, Goldery, que se tu falasses seriamente merecerias que te cortasse os braços pela tua impertinente suposição?

— Ora queira Deus que essa suposição se não torne em realidade!

Chegaram os dois cavaleiros às margens desse regato e prepararam-se para o passar além. O cavalo do amo passou sem dificuldade alguma para o outro lado mas não aconteceu o mesmo com o cavalo em que montava o servo Goldery.

Estacou no meio da água,** ergueu as orelhas e soltou um prolongado rincho.

— Por Deus! gritou Goldery, acudi-me meu amo.

O cavaleiro Alberto de Saissac repassou a corrente e aproximando-se do cavalo de Goldery e tomando-o pela rédea quis fazê-lo caminhar. Mas o cavalo resistiu, afilou as orelhas e soltou novo rincho.

— Que é isto, com mil demónios, gritou o cavaleiro, aqui há por força malefício. Aqui tenho eu o meu cavalo a rinchar como em dia de batalha; parece que sente o cheiro do sangue.

— E é em verdade sangue, exclamou Goldery que molhara os dedos na água.

— Aqui ou há sortilégio ou desgraça, exclama o cavaleiro; crava os acicotes na barriga do cavalo e não se importando dos gritos do criado passa de novo além o regato. O bobo conseguiu por fim fazer passar ao seu cavalo o regato e correu em cata de seu amo que desaparecera da sua vista.

Ao cabo de alguns minutos encontrou-o imóvel no ângulo do caminho de onde segundo ele dizia, se devia descobrir o velho castelo de Saissac. Goldery vendo-o assim parado julgou que seu amo estava em contemplação; por isso lhe gritou mal o avistou:

— Olá! Que tal está o castelo? E as torres? E os archeiros? E a adega?

* In *O Laço-Branco*, Semanário de Literatura e Questão Religiosa, Porto, n.º 2, ano de 1872.

** Na tradução original não figura a pontuação «,».

Mas o cavaleiro não respondia, lançava em volta de si um olhar desvairado, como o de um homem perdido; esfregava os olhos e murmurava com voz sufocada:

— Nada! nada! Mesmo nada!...

Com efeito, quando Goldery se aproximou do cavaleiro não viu mais que uma extensa charneca.

Então o bobo deu largas ao seu desapontamento e cólera; tirou o barrete e provou a sua cólera por este gracejo de mau gosto:

— Castelo de meus pais, eu te saúdo. Salve, castelo que me viste nascer. Três vezes Salve!

— O que dizes tu? exclamou o cavaleiro vivamente, existe realmente o castelo? Então é um feitiço que fascina meus olhos:

Fala bobo do inferno, fala!

— Eu vejo-o tanto como o senhor meu amo; vejo-o na imaginação...

— Miserável! exclamou o cavaleiro com voz vibrante, cala-te. — Pode ser que me eu enganasse no caminho; mas não; é impossível! Aqui está a fonte da Roque, aqui está o atalho dos *Sete-Cotovelos*. Vamos; avancemos mais um pouco. Pode ser que isto não passe de uma ilusão da noite. Infernal feitiço é este; em verdade infernal!*

(Continua)*

Fr. Soulié — Trad. — Bruno**

* Contrariamente ao mencionado, a tradução não teve continuação, pois este número de *O Laço-Branco* corresponde ao último que foi editado.

** In *O Laço-Branco*, Semanário de Literatura e Questão Religiosa, Porto, n.º 3, ano de 1872.

APÊNDICE

DISPERSOS CONSTANTES DESTE VOLUME

- 1872 — [Art.] «Sotaina», in *Diário da Tarde*, Porto, n.º 116, [8 de Abril].
- 1872 — [Art.] «As páginas da história — I», in *Diário da Tarde*, Porto, n.º 183, [27 de Abril].
- 1872 — [Art.] «As páginas da história — II», in *Diário da Tarde*, Porto, n.º 188, [3 de Maio].
- 1872 — [Art.] «As páginas da história — III», in *Diário da Tarde*, Porto, n.º 197, [15 de Maio].
- 1872 — [Art.] «As páginas da história — IV», in *Diário da Tarde*, Porto, n.º 219, [12 de Junho].
- 1872 — [Art.] «As páginas da história — V», in *Diário da Tarde*, Porto, n.º 220, [13 de Junho].
- 1872 — [Art.] «As páginas da história — VI», in *Diário da Tarde*, Porto, n.ºs 227, [21 de Junho], e 228, [22 de Junho].
- 1872 — [Art.] «As páginas da história — VII», in *Diário da Tarde*, Porto, n.º 235, [3 de Julho].
- 1872 — [Art.] «As páginas da história — VIII», in *Diário da Tarde*, Porto, n.º 238, [6 de Julho], e 241, [10 de Julho].
- 1872 — [Art.] «As páginas da história — IX», in *Diário da Tarde*, Porto, n.º 242, [11 de Julho].
- 1872 — [Art.] «O *Diário da Tarde* e os irreligiosos», in *Diário da Tarde*, Porto, n.º 248, [18 de Julho].
- 1872 — [Art.] «O dia 9 de Julho», in *Diário da Tarde*, Porto, n.º 251, [22 de Julho].
- 1872 — [Art.] «O *Diário da Tarde* e a reacção», in *Diário da Tarde*, Porto, n.º 252, [23 de Julho].
- 1872 — [Art.] «Galeria — (Aos reaccionários de Portugal) — I — Tavnanes», in *Diário da Tarde*, Porto, n.º 257, [29 de Julho].
- 1872 — [Art.] «Galeria — (Aos reaccionários de Portugal) — II — Torquemada», in *Diário da Tarde*, Porto, n.º 259, [31 de Julho].
- 1872 — [Art.] «Galeria — (Aos reaccionários de Portugal) — III — Carlos IX», in *Diário da Tarde*, Porto, n.º 261, [2 de Agosto].

- 1872 — [Art.] «Galeria — (Aos reaccionários de Portugal) — IV — Jacques Clément», in *Diário da Tarde*, Porto, n.º 262, [3 de Agosto].
- 1872 — [Art.] «Galeria — (Aos reaccionários de Portugal) — V — Ravvaillac», in *Diário da Tarde*, Porto, n.º 264, [6 de Agosto].
- 1872 — [Art.] «Galeria — (Aos reaccionários de Portugal) — VI — César Bórgia», in *Diário da Tarde*, Porto, n.º 269, [12 de Agosto].
- 1872 — [Art.] «Veillot e os democratas — I», in *Diário da Tarde*, Porto, n.º 273, [17 de Agosto].
- 1872 — [Art.] «O Bem Público, a Palavra e a Galeria», in *Diário da Tarde*, Porto, n.º 274, [19 de Agosto].
- 1872 — [Art.] «Veillot e os democratas — II», in *Diário da Tarde*, Porto, n.º 275, [20 de Agosto].
- 1872 — [Art.] «A Palavra e a história», in *Diário da Tarde*, Porto, n.º 277, [22 de Agosto].
- 1872 — [Art.] «Ainda a Palavra e a história — I», in *Diário da Tarde*, Porto, n.º 281, [27 de Agosto].
- 1872 — [Art.] «Ainda a Palavra e a história — II», in *Diário da Tarde*, Porto, n.º 283, [29 de Agosto].
- 1872 — [Art.] «Ainda a Palavra e a história — III», in *Diário da Tarde*, Porto, n.º 285, [31 de Agosto].
- 1872 — [Art.] «Ainda a Palavra e a história — IV», in *Diário da Tarde*, Porto, n.º 287, [3 de Setembro].
- 1872 — [Art.] «Ainda a Palavra e a história — V», in *Diário da Tarde*, Porto, n.º 289, [5 de Setembro].
- 1872 — [Art.] «O Padre», in *Diário da Tarde*, Porto, n.º 290, [6 de Setembro].
- 1872 — [Art.] «Ainda a Palavra e a história — VI», in *Diário da Tarde*, Porto, n.º 291, [7 de Setembro].
- 1872 — [Art.] «Ainda a Palavra e a história (conclusão)», in *Diário da Tarde*, Porto, n.º 296, [13 de Setembro].
- 1872 — [Art.] «Alçada do Porto», in *Diário da Tarde*, Porto, n.º 299, [17 de Setembro].
- 1872 — [Art.] «Galeria — II — Giordano Bruno», in *Diário da Tarde*, Porto, 2.º ano, n.º 15, [5 de Outubro].
- 1872 — [Art.] «Moral dos jesuítas — I», in *Diário da Tarde*, Porto, 2.º ano, n.º 16, [7 de Outubro].
- 1872 — [Art.] «Moral dos jesuítas — II», in *Diário da Tarde*, Porto, 2.º ano, n.º 19, [10 de Outubro].
- 1872 — [Art.] «Galeria — III — Huss», in *Diário da Tarde*, Porto, 2.º ano, n.º 20, [11 de Outubro].

- 1872 — [Art.] «Galeria — IV — Coligny», in *Diário da Tarde*, Porto, 2.º ano, n.º 23, [15 de Outubro].
- 1872 — [Art.] «Ao Antínoo da *Palavra*», in *Diário da Tarde*, Porto, 2.º ano, n.º 31, [24 de Outubro].
- 1872 — [Art.] «Ao padre...», in *O Laço-Branco*, Porto, n.ºs 1, 2 e 3.
- 1872 — [Trad.] «O conde de Tolosa — I — Regresso da Terra Santa», in *O Laço-Branco*, n.º 3.
- 1873 — [Art.] «Vila Nova de Gaia», in *Diário da Tarde*, Porto, 2.º ano, n.º 93, [9 de Janeiro].
- 1873 — [Art.] «Escritores católicos», in *Diário da Tarde*, Porto, 2.º ano, n.º 97, [14 de Janeiro].
- 1873 — [Art.] «A conspiração, o governo e a liberdade», in *Diário da Tarde*, Porto, 2.º ano, n.º 100, [17 de Janeiro].
- 1873 — [Art.] «D. Carlos e Henrique V», in *Diário da Tarde*, Porto, 2.º ano, n.º 101, [18 de Janeiro].
- 1873 — [Art.] «A Associação 1.º de Dezembro», in *Diário da Tarde*, 2.º ano, n.º 102, [20 de Janeiro].
- 1873 — [Art.] «Católicos e comunistas», in *Diário da Tarde*, Porto, 2.º ano, n.º 120, [10 de Fevereiro].
- 1873 — [Art.] «A maçonaria e os ultramontanos», in *Diário da Tarde*, Porto, 2.º ano, n.º 139, [5 de Março].
- 1873 — [Art.] «Um anjo — (Página solta da minha carteira)», in *Harpa*, Porto, n.º 1, 1.ª série, [29 de Abril].
- 1873 — [Art.] «Recordações», in *Harpa*, Porto, n.º 2, 1.ª série, [13 de Maio].
- 1873 — [Art.] «As memórias de Sansão», in *Harpa*, Porto, n.º 2, 1.ª série, [13 de Maio].
- 1873 — [Art.] «Anúncios e tabuletas», in *Harpa*, Porto, n.º 4, 1.ª série, [31 de Maio].
- 1873 — [Art.] «Viva a liberdade!», in *Harpa*, Porto, n.º 6, 1.ª série, [11 de Julho].
- 1873 — [Art.] «Crítica», in *A Aurora do Lima*, Viana do Castelo, ano XVIII, n.º 2647, [18 de Agosto].
- 1873 — [Art.] «Loucura e génio», in *A Aurora do Lima*, Viana do Castelo, ano XVIII, n.º 2651, [27 de Agosto].
- 1873 — [Art.] «A república partenopeia — I», in *A Aurora do Lima*, Viana do Castelo, ano XVIII, n.º 2655, [5 de Setembro].
- 1873 — [Art.] «A república partenopeia — II», in *A Aurora do Lima*, Viana do Castelo, ano XVIII, n.º 2659, [15 de Setembro].

- 1873 — [Art.] «A república partenopeia — III», in *A Aurora do Lima*, Viana do Castelo, ano XVIII, n.º 2665, [29 de Setembro].
- 1873 — [Art.] «A república partenopeia — IV», in *A Aurora do Lima*, Viana do Castelo, ano XVIII, n.º 2670, [10 de Outubro].
- 1873 — [Art.] «A república partenopeia — V», in *A Aurora do Lima*, Viana do Castelo, ano XVIII, n.º 2675, [22 de Outubro].
- 1873 — [Art.] «A república partenopeia — VI», in *A Aurora do Lima*, Viana do Castelo, ano XVIII, n.º 2678, [29 de Outubro].
- 1873 — [Art.] «Biografias — I — Pedro I da Rússia», in *A Aurora do Lima*, Viana do Castelo, ano XVIII, n.º 2686, [17 de Novembro].
- 1873 — [Art.] «Biografias — II — A Brinvilliers», in *A Aurora do Lima*, Viana do Castelo, ano XVIII, n.º 2690, [26 de Novembro].
- 1873 — [Art.] «Biografias — III — Elias Berthet», in *A Aurora do Lima*, Viana do Castelo, ano XVIII, n.º 2693, [3 de Dezembro].
- 1873 — [Art.] «Biografias — IV — Luís Büchner», in *A Aurora do Lima*, Viana do Castelo, ano XIX, n.º 2700, [22 de Dezembro].
- 1873 — [Art.] «Monarquia e república», in *República Portuguesa*, Coimbra, n.º 7.
- 1873 — [Art.] «Os abutres de sotaina», in *O Vampiro*, Porto, n.º 1.
- 1873 — [Art.] «A liberdade», in *O Vampiro*, Porto, n.º 2 (também publicado na *Aurora do Cávado* em 3 de Junho).
- 1873 — [Art.] «Retratos — I — A bela Ferronière», in *O Vampiro*, Porto, n.º 3.
- 1873 — [Art.] «Retratos — II — Clemência Robert», in *O Vampiro*, Porto, n.º 4.
- 1873 — [Art.] «Retratos — III — Inocência», in *O Vampiro*, Porto, n.º 5.
- 1873 — [Art.] «Correspondência», in *O Vampiro*, Porto, n.º 5.
- 1873 — [Art.] «Dedicatória — (Dum livro inédito) [excerto]», in *O Vampiro*, Porto, n.º 6.
- 1874 — [Art.] «Biografias — V — Ponson du Terrail», in *A Aurora do Lima*, Viana do Castelo, ano XIX, n.º 2706, [5 de Janeiro].
- 1874 — [Art.] «Biografias — VI — Pedro de Amorim Viana», in *A Aurora do Lima*, Viana do Castelo, ano XIX, n.º 2079, [12 de Janeiro].
- 1874 — [Art.] «Biografias — VII — Pierre Larousse», in *A Aurora do Lima*, Viana do Castelo, ano XIX, n.º 2718, [4 de Fevereiro].
- 1874 — [Art.] «Os bancos e novas companhias», in *Club*, Porto, n.º 3, [8 de Fevereiro].
- 1874 — [Art.] «As prisões», in *Club*, Porto, n.º 14, [15 de Fevereiro].
- 1874 — [Art.] «Da guerra», in *A Aurora do Lima*, Viana do Castelo, ano XIX, n.º 2724, [18 de Fevereiro].

- 1874 — [Art.] «A vida popular», in *Club*, Porto, n.º 6, [1 de Março].
- 1874 — [Art.] «Da guerra», in *A Aurora do Lima*, Viana do Castelo, ano XIX, n.ºs 2730, [4 de Março], e 2731 [6 de Março].
- 1874 — [Art.] «O trabalho», in *Club*, Porto, n.º 8, [15 de Março].
- 1874 — [Art.] «A revolução», in *Club*, Porto, n.º 9, [22 de Março].
- 1874 — [Art.] «A instrução e o Estado», in *Club*, Porto, n.º 12, [12 de Abril].
- 1874 — [Art.] «A ideia d'hoje», in *Club*, Porto, n.º 13, [19 de Abril].
- 1874 — [Art.] «A hereditariedade real», in *Club*, Porto, n.º 14, [26 de Abril].
- 1874 — [Art.] «A Espanha livre», in *Club*, Porto, n.º 16, [11 de Maio].
- 1874 — [Art.] «O pariato», in *Club*, Porto, n.º 17, [18 de Maio].
- 1874 — [Art.] «A revolução e o futuro», in *Club*, Porto, n.º 19, [1 de Junho].
- 1874 — [Art.] «O dilema da miséria», in *Club*, Porto, n.º 20, [8 de Junho].
- 1874 — [Art.] «As reformas militares», in *Club*, Porto, n.º 21, [15 de Junho].
- 1874 — [Art.] «Bibliografia — *Memórias de M.^{me} Lafarge* — Tradução de Pedro de Anorim Viana», in *Revista de Portugal e Brasil*, Lisboa, 2.º vol., Abril-Setembro, n.ºs 7, [Julho], 8, [Julho], 10, [Agosto], 11, [Setembro], e 12, [Setembro].
- 1874 — [Art.] «Crítica filosófica. — Nós...», in *A Tribuna*, Porto, 3.ª série, n.º 16.
- 1874 — [Art.] «A ideia comunista», in *A Tribuna*, Porto, 3.ª série, n.º 23.
- 1874 — [Art.] «A metafísica. — (A alguém)», in *A Tribuna*, Porto, 5.ª série, n.º 42.
- 1874 — [Art.] «O Bispo — Por Guilherme Gama», in *Harpa*, Porto, 1.ª série, n.º 20.
- 1875 — [Art.] «*Da Reorganização Social* — Por João Bonança», in *O Porto*, Porto, 1.º ano, n.º 174, [8 de Maio].
- 1875 — [Art.] «Os transcendentalismos — I», in *O Porto*, Porto, 2.º ano, n.º 225, [2 de Setembro].
- 1875 — [Art.] «Os transcendentalismos — II», in *O Porto*, Porto, 2.º ano, n.º 226, [4 de Setembro].
- 1875 — [Art.] «Os transcendentalismos — III», in *O Porto*, Porto, 2.º ano, n.º 227, [7 de Setembro].
- 1875 — [Art.] «Os transcendentalismos — IV», in *O Porto*, Porto, 2.º ano, n.º 230, [14 de Setembro].
- 1875 — [Art.] «Os transcendentalismos — V», in *O Porto*, Porto, 2.º ano, n.º 234, [30 de Setembro].
- 1875 — [Art.] «Os transcendentalismos — VI», in *O Porto*, Porto, 2.º ano, n.º 235, [2 de Outubro].

- 1875 — [Art.] «Os transcendentalismos — VII», in *O Porto*, Porto, 2.º ano, n.º 237, [7 de Outubro].
- 1875 — [Art.] «Os transcendentalismos — VIII», in *O Porto*, Porto, 2.º ano, n.º 238, [8 de Outubro].
- 1877 — «Revista estrangeira», in *A Luz*, Lisboa, ano 1.º, n.º 1, de 19 de Janeiro.
- 1878 — [Art.] «O Sr. Büchner», in *Herculano*, Porto, vol. I, 1.º ano, n.º 1, [Janeiro].
- 1878 — [Art.] «Progressistas», in *Staphil do Norte*, número prospecto, Porto, de 26 de Fevereiro.
- 1878 — [Art.] «Aos governantes», in *Staphil do Norte*, número prospecto, Porto, de 26 de Fevereiro.
- 1878 — [Art.] «Cenas carnavalescas», in *Staphil do Norte*, número prospecto, Porto, de 26 de Fevereiro.
- 1878 — [Art.] «O Sr. Büchner», in *Herculano*, Porto, vol. I, 1.º ano, [28 de Fevereiro].
- 1878 — [Art.] «As proezas do actual ministério», in *Staphil do Norte*, Porto, 1.º ano, n.º 2, de 4 de Março.
- 1878 — [Art.] «Fomento agrícola», in *Staphil do Norte*, Porto, 1.º ano, n.º 3, de 12 de Março.
- 1878 — [Art.] «O Sr. Büchner», in *Herculano*, Porto, vol. I, 1.º ano, [31 de Março].
- 1878 — [Art.] «Prólogo», in *Museu Ilustrado*, Porto, 1.º ano, vol. I, fasc. 3.º
- 1878 — [Art.] «A propósito do positivismo», in *Museu Ilustrado*, Porto, 1.º ano, fasc. 3.º
- 1878 — [Art.] «Análise crítico-literária», in *Museu Ilustrado*, Porto, 1.º ano, vol. I, fasc. 3.º
- 1878 — [Art.] «A propósito do positivismo», in *Museu Ilustrado*, Porto, 1.º ano, 4.º e 6.º fascs.
- 1878 — [Art.] «Análise crítico-literária», in *Museu Ilustrado*, Porto, 1.º ano, 6.º fasc.
- 1878 — [Art.] «A propósito do positivismo», in *Museu Ilustrado*, Porto, 1.º ano, 8.º e 9.º fascs.
- 1878 — [Art.] «Análise crítico-literária», in *Museu Ilustrado*, Porto, 1.º ano, 9.º fasc.
- 1878 — [Art.] «A propósito do positivismo», in *Museu Ilustrado*, Porto, 1.º ano, 10.º, 11.º e 12.º fascs.
- 1878 — [Art.] «Análise crítico-literária», in *Museu Ilustrado*, Porto, 1.º ano, 12.º fasc.

- 1878 — [Art.] «Advertência», in *Museu Ilustrado*, Porto, 1.º ano, 13.º fasc.
 1879 — Editorial do jornal, in *O Democrata*, Porto, n.º 1, [Junho].
 1879 — [Art.] «Crónica do interior», in *O Democrata*, Porto, n.º 1, Junho.
 1879 — [Art.] «Análise crítico-literária», in *Museu Ilustrado*, Porto, 2.º ano, vol. II, 3.º fasc., Maio, 4.º fasc., Junho, 5.º fasc., Julho, 6.º fasc., Agosto, 7.º fasc., Setembro, 8.º fasc., Outubro.
 1879 — [Art.] «Enquanto o pano não sobe», in *Gazeta do Realismo*, Porto, n.º 1, [23 de Dezembro].

**DISPERSOS RELATIVOS AO PERÍODO DE 1872-1879
 JÁ EDITADOS NA PUBLICAÇÃO
 OS TRÊS FRADES E OUTROS TEXTOS DE FICÇÃO,
 LISBOA, INCM, SETEMBRO DE 2007**

- 1872 — [Art.] «Os três frades», in *Diário da Tarde*, Porto, n.ºs 246, [16 de Julho], 247, [17 de Julho], 248, [18 de Julho], 249, [19 de Julho], 250, [20 de Julho], 251, [22 de Julho], 252, [23 de Julho], 253, [24 de Julho], 254, [25 de Julho], 255, [26 de Julho], 256, [27 de Julho], 257, [29 de Julho], 259, [31 de Julho], 260, [1 de Agosto], 261, [2 de Agosto], 262, [3 de Agosto], 263, [5 de Agosto], 264, [6 de Agosto], 265, [7 de Agosto], 266, [8 de Agosto], 267, [9 de Agosto], 268, [10 de Agosto], 270, [13 de Agosto], 273, [17 de Agosto], 275, [20 de Agosto], 276, [21 de Agosto], 278, [23 de Agosto], 284, [30 de Agosto], 293, [10 de Setembro], e 300, [18 de Setembro], e 2.º ano, n.ºs 11, [1 de Outubro], 13, [3 de Outubro], 15, [5 de Outubro], 18, [9 de Outubro], 19, [10 de Outubro], 20, [11 de Outubro], 21, [12 de Outubro], 22, [14 de Outubro], 23, [15 de Outubro], 25, [17 de Outubro], 31, [24 de Outubro], 40, [5 de Novembro], 43, [8 de Novembro], 48, [14 de Novembro], 49, [15 de Novembro], 50, [16 de Novembro], 52, [19 de Novembro], 53, [20 de Novembro], 54, [21 de Novembro], 58, [26 de Novembro], e 117, [6 de Fevereiro], e *Vampiro*, Porto, n.ºs 5 e 6.
 1872 — [Art.] «Os três enforcados», in *O Laço-Branco*, Porto, n.ºs 1, 2 e 3.
 1873 — [Art.] «Os três frades», in *Diário da Tarde*, Porto, 2.º ano, n.º 117, [6 de Fevereiro], e *Vampiro*, Porto, n.ºs 5 e 6.
 1874 — [Art.] «Mistérios dum crime», in *Harpa*, Porto, 1.ª série, n.ºs 10, [3 de Janeiro], 11, [27 de Fevereiro], 13, [3 de Abril], e 16, 17 e 18.

- 1875 — [Art.] «Os visionários», in *Harpa*, Porto, 2.^a série, n.ºs 1, [8 de Junho], e 2, [23 de Agosto].
- 1879 — [Art.] «Romanticismo», in *Gazeta do Realismo*, Porto, n.º 1, [23 de Dezembro].

**DISPERSOS NÃO CONSTANTES DESTES VOLUMES
POR IMPOSSIBILIDADE DE SEREM ENCONTRADOS
OS RESPECTIVOS PERIÓDICOS**

- «Galeria — I — Giordano Bruno», in *Diário da Tarde*, Porto, 2.º ano, n.º 14, [4 de Outubro de 1872].
- «As ideias de hoje», in *Diário da Tarde*, Porto, 2.º ano, [28 de Fevereiro de 1873].
- «Hoje...», in *Diário da Tarde*, Porto, 2.º ano, [6 de Março de 1873].
- «Os milagres — I — *A priori...*», in *Aurora do Cávado*, Barcelos, [8 de Junho de 1873].
- «Sr. Padre Manuel da C. Ferreira», in *Aurora do Cávado*, Barcelos, [5 de Agosto de 1873].
- «Os milagres — I — *A priori...* — II», in *Aurora do Cávado*, Barcelos, [12 de Agosto de 1873].
- «Cartas portuenses», in *Aurora do Cávado*, Barcelos, [26 de Agosto de 1873].
- «A revolução», in *Aurora do Cávado*, Barcelos, [7 de Setembro de 1873].
- «Ao Rev.^{mo} Sr. P.^o de Manuel da Costa Ferreira», in *Aurora do Cávado*, Barcelos, [7 de Outubro de 1873].
- «93 é a Comuna», in *Aurora do Cávado*, Barcelos, [21 de Outubro de 1873].
- «Galeria — I — Marat», in *Aurora do Cávado*, Barcelos, [11 de Novembro de 1873].
- «Galeria — II — Marat», in *Aurora do Cávado*, Barcelos, [25 de Novembro de 1873].
- «Galeria — III — Hoche», in *Aurora do Cávado*, Barcelos, [9 de Dezembro de 1873].
- «A Espanha», in *Aurora do Cávado*, Barcelos, [3 de Fevereiro de 1874].
- «Républica», in *Aurora do Cávado*, Barcelos, [10 de Fevereiro de 1874].
- «Cartas do Porto (a Teles da Silva)», in *Aurora do Cávado*, Barcelos, [14 de Março].
- «As sociedades actuais», in *Aurora do Cávado*, Barcelos, [10 e 17 de Novembro de 1874].

- «Ao Sr. José Martins da Silva, Abade de Mazarefes», in *Aurora do Cávado*, Barcelos, [24 de Novembro e 5 de Dezembro de 1874].
- «Últimas palavras ao Sr. J. Martins da Silva, Abade de Mazarefes», in *Aurora do Cávado*, Barcelos, [15 de Dezembro de 1874].
- «Declaração», in *Aurora do Cávado*, Barcelos, [12 de Janeiro de 1875].
- Almanach Ocidental* (Dedicado à Geração Nova), [1.º ano de 1878].
- «O Sr. Rodrigues de Freitas», in *O Combate*, Porto, [20 de Outubro de 1879].

coleção
PENSAMENTO PORTUGUÊS

TRATADOS

Prisciliano

Estudo e tradução de Ricardo Ventura

OPÚSCULOS MORAIS

São Martinho de Dume

*Introdução e tradução de Maria de Lourdes Sirgado Ganho,
Luís Manuel Ventura Bernardo, Alcino Baptista Ferreira
e Ricardo Jorge Guerreiro de Sousa*

LEAL CONSELHEIRO

Dom Duarte

Prefácio de Afonso Botelho

Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro

DIÁLOGOS DE AMOR

Leão Hebreu

*Apresentação de João Vila-Chã, S. J.
Tradução de Giacinto Manuppella*

APOLOGIA

Álvaro Gomes

*Estudo patristico e teológico-bíblico de Manuel Augusto Rodrigues
Apresentação e introdução de Artur Moreira de Sá
Fixação e tradução do texto latino de Miguel Pinto de Meneses*

TRATADOS DA NOBREZA CIVIL E CRISTÃ

D. Jerónimo Osório

Tradução, introdução e anotações de A. Guimarães Pinto

TRATADO DA JUSTIÇA

D. Jerónimo Osório

Tradução, introdução e anotações de A. Guimarães Pinto

TRATADO DA VERDADEIRA SABEDORIA

D. Jerónimo Osório

Tradução, introdução e anotações de A. Guimarães Pinto

TRATADO DA GLÓRIA

D. Jerónimo Osório

Tradução, introdução e anotações de A. Guimarães Pinto

DA ENSINANÇA E EDUCAÇÃO DO REI

D. Jerónimo Osório

Tradução, introdução e anotações de A. Guimarães Pinto

OBRA FILOSÓFICA

Francisco Sanches

Prefácio de Pedro Calafate

*Tradução de Giacinto Manuppella, Basílio de Vasconcelos
e Miguel Pinto de Meneses*

TRATADO DOS SIGNOS

João de S. Tomás

Tradução, introdução e notas de Anabela Gradim Alves

TRATADO DA QUINTA MONARQUIA

Frei Sebastião de Paiva

Coordenação de José Eduardo Franco

Prefácio e revisão científica de Arnaldo do Espírito Santo

Introdução de José Eduardo Franco e Bruno Cardoso Reis

TRATADO DA IMORTALIDADE DA ALMA

Samuel da Silva

Fixação do texto, prefácio e notas de Pinharanda Gomes

LÓGICA RACIONAL

Manuel de Azevedo Fortes

Apresentação de Pedro Calafate

REFLEXÕES SOBRE A VAIDADE DOS HOMENS E CARTA SOBRE A FORTUNA

Matias Aires

Prefácio de António Pedro Mesquita

*Fixação do texto e notas de Violeta Crespo Figueiredo
e Jacinto do Prado Coelho*

DISCURSOS POLÍTICO-MORAIS

Feliciano Joaquim de Sousa Nunes

Prefácio de António Braz Teixeira

PRELECÇÕES FILOSÓFICAS

Silvestre Pinheiro Ferreira

Introdução de José Esteves Pereira

ENSAIO SOBRE A PSICOLOGIA, NOÇÕES ELEMENTARES DE FILOSOFIA E OUTROS ESCRITOS FILOSÓFICOS

Silvestre Pinheiro Ferreira

Prefácio de Maria Luísa Couto Soares

Tradução de Rodrigo S. Cunha

TEODICEIA OU TRATADO ELEMENTAR DA RELIGIÃO NATURAL E DA RELIGIÃO REVELADA

Silvestre Pinheiro Ferreira

Prefácio de António Braz Teixeira

Tradução de Rodrigo S. Cunha

THÉODICÉE OU TRAITÉ ÉLÉMENTAIRE DE LA RELIGION NATURELLE
ET DE LA RELIGION RÉVÉLÉE

Silvestre Pinheiro Ferreira

Leitura e fixação do texto de Rodrigo S. Cunha

DEFESA DO RACIONALISMO OU ANÁLISE DA FÉ

Pedro Amorim Viana

Prefácio de António Braz Teixeira

ESCRITOS FILOSÓFICAS

Pedro Amorim Viana

Compilação, fixação do texto e nota prévia de António Carlos Leal da Silva

FILOSOFIA DA HISTÓRIA DO CRISTIANISMO

Joaquim Maria Rodrigues de Brito

Apresentação de António Braz Teixeira

PRINCÍPIOS GERAIS DE FILOSOFIA E OUTRAS OBRAS FILOSÓFICAS

J. M. da Cunha Seixas

Introdução de Eduardo Abranches de Soveral

PROSAS SÓCIO-POLÍTICAS

Antero de Quental

Apresentação de Joel Serrão

POESIA DO DIREITO. ORIGENS POÉTICAS DO CRISTIANISMO.
AS LENDAS CRISTÃS

Teófilo Braga

Prefácio de Maria da Conceição Azevedo

TEMAS E QUESTÕES

J. P. Oliveira Martins

*Prefácio, organização e notas de Guilherme d'Oliveira Martins,
com a colaboração de Maria Manuela d'Oliveira Martins*

PLANO DE UM LIVRO A FAZER

OS CAVALEIROS DO AMOR OU A RELIGIÃO DA RAZÃO

Sampaio Bruno

Organização, posfácio e notas de Joaquim Domingues

TEORIA NOVA DA ANTIGUIDADE

Sampaio Bruno

Apresentação de Pedro Sinde

Organização de Joaquim Domingues

DISPERSOS

Sampaio Bruno

Vol. I — 1872-1879

*Prefácio, fixação do texto, notas e organização de Afonso Rocha
Recolha de Joaquim Domingues e José Cardoso Marques*

ENSAIOS FILOSÓFICOS

Basílio Teles

Prefácio de António Braz Teixeira

NOTAS SOBRE ANTERO, CARTAS DE PROBLEMÁTICA E OUTROS TEXTOS FILOSÓFICOS

António Sérgio

Introdução de António Pedro Mesquita

OBRAS COMPLETAS

Leonardo Coimbra

Introdução geral de Ângelo Alves

Vol. I — 1903-1912

Prefácio de Manuel Cândido Pimentel

Vol. II — 1913-1915

Prefácio de António Braz Teixeira

Vol. III — 1916-1918

Prefácio de Manuel Ferreira Patrício

Vol. IV — 1919-1921

Prefácio de Arnaldo de Pinho

A FILOSOFIA DE HENRI BERGSON

Leonardo Coimbra

Introdução de Manuel Ferreira Patrício

Fixação do texto da segunda parte e apresentação de Ângelo Alves

LEONARDO COIMBRA O FILÓSOFO E O TRIBUNO

Sant'Anna Dionísio

DISPERSOS E INÉDITOS

Álvaro Ribeiro

Organização e apresentação de Joaquim Domingues

Vol. I — 1921-1953

Vol. II — 1954-1960

Vol. III — 1961-1981

OBRAS FILOSÓFICAS

A. Miranda Barbosa

Prefácio de Alexandre Fradique Morujão

FILOSOFIA DA SAUDADE

Seleção e organização de Afonso Botelho e António Braz Teixeira

Acabou de imprimir-se
em Março de dois mil e oito.

Edição n.º 1014662

www.incm.pt
comercial@incm.pt
E-mail Brasil: livraria.camoes@incm.com.br

José Pereira de Sampaio (1857-1915), que cedo adoptaria o pseudónimo Bruno, iniciou a sua colaboração regular na imprensa periódica do Porto em 1872, com apenas 14 anos, tendo publicado o seu primeiro livro, *Análise da Crença Cristã*, dois anos depois.

A colaboração do precoce publicista era composta por artigos de opinião política, literária e filosófica, intercalada, numa primeira fase, com folhetins de índole romanesca.

Se parte significativa desses textos foi depois aproveitada por Bruno em diversos dos seus livros, os restantes continuaram dispersos por jornais e revistas, hoje de muito difícil acesso. Reconhecendo a necessidade cultural de reunir, em volume, essa parte da obra brunina, a INCM, que recentemente editou os seus juvenis tentames literários no volume *Os Três Frades e Outros Textos de Ficção* (2007), inicia, com o presente volume, a publicação dos seus *Dispersos*, juntando aqui os do período compreendido entre 1872 e 1879, ao mesmo tempo que ultima a edição de uma colectânea da sua Correspondência Epistolar, volumes que virão proporcionar um mais completo conhecimento da vida e da obra do filósofo portuense.



UNIVERSIDADE CATÓLICA
PORTUGUESA



INCM

IMPRENSA NACIONAL
CASA DA MOEDA